TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2684 • Manaus, segunda-feira, 26 de agosto de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000157-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazonas - Embargado: Wartsila Brasil Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 61/64 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) - Lia Regina de Almeida Pinto (OAB: 3777/AM) - Bruno da Costa Fernandes de Lima (OAB: 184941/RJ) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0000373-05.2007.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Amazonas Albuquerque Gomes da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - LitsPassiv: Exmo. Sr. Secretário de Estado de Administração e Gestão - Sead - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 409/414 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL e NÃO ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Daniel Crepaldi Diaz (OAB: 441A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001130-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Denilza Martins Pinto - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 41/43 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Thammy das Neves Athayde (OAB: 7312/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001240-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: César Augusto Gomes Monteiro - Embargado: Claro S/A. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 67/69 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: César Augusto Gomes Monteiro (OAB: 9696/AM) - José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM) - José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001266-73.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Planeta das Fantasias Ltda - Embargado: D'angeres Jorge Advogados Associados - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 206/208 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Karla Freixo Braga (OAB: 3775/AM) - Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB: 8074/AM) - David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002392-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Amazonas - Amazon Prev - Embargado: Dagmar Costa Mora - EDITAL DE INTIMAÇÃO Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Nélia Caminha Jorge, Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0002392-61.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Fundo Previdenciário do Amazonas - Amazon Prev, advogado, Luciane Barros de Souza (4789/AM) e como Embargado, Dagmar Costa Mora, advogado, Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM). DECISÃO: "Refiro-me à petição de fls. 23/24 para indicar que a AMAZONPREV, por disposição do art. 54, da Lei Complementar n.° 30/01, alterada pela Lei Complementar n.° 93/1, tem natureza jurídica de fundação pública, devendo, portanto, ser-lhe garantida a intimação via portal eletrônico e o prazo em dobro. Por esse motivo, indefiro a pretensão verberada na mencionada petição e determino que os autos aguardem em secretaria o decurso do prazo recursal. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 5 de junho de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE. Relatora." Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 6 de junho de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002392-61.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundo Previdenciário do Amazonas - Amazon Prev - Embargado: Dagmar Costa Mora - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 78/83 (NÃO CONHEÇO DO RECURSO INTERPOSTO...). - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007872-54.2018.8.04.0000 (IRDR 1 TJAM) - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Inpar Projeto 50 Spe Ltda - Embargado: Gabriel de Azevedo e Silva - Embargado: Rubia Gonçalves Portilho Azevedo - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 73/74. - Advs: Fernando Moreira Drumond Teixeira (OAB: 108112/MG) - Daniel do Nascimento Silva (OAB: 7472/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0225122-55.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Francisco Diego dos Anjos Albuquerque - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1233/1238 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Efigenia Generoso de Araújo (OAB: 4508/AM) - Géber Mafra Rocha - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0232975-23.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb - Apelante: O Município de Manaus - Apelado: Natsuko Ohara - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Jose Aparecido Nogueira Oliveira - DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que os casos ora em exame não se enquadram em nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo os apelos em ambos efeitos. Encaminhe-se os autos ao Graduado Órgão Ministerial. Publique-

se." - Advs: Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM) - Ellen Larissa de Oliveira Frota - Rafael Reis Pereira (OAB: 7219/AM) - Eduardo Alvarenga Viana (OAB: 6032/AM) - Paulo Stélio Sabbá Guimarães (OAB: 146MP/AM) - Rinaldo Cunha (OAB: 4854/AM) - Marlucia Guimaraes Almeida (OAB: 5280/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0232975-23.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb - Apelante: O Município de Manaus - Apelado: Natsuko Ohara - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Jose Aparecido Nogueira Oliveira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1009/1012 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM) - Ellen Larissa de Oliveira Frota - Rafael Reis Pereira (OAB: 7219/AM) - Eduardo Alvarenga Viana (OAB: 6032/AM) - Paulo Stélio Sabbá Guimarães (OAB: 146MP/AM) - Rinaldo Cunha (OAB: 4854/AM) - Marlucia Guimaraes Almeida (OAB: 5280/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612131-74.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Maria Auxiliadora da Rocha Jaime - Apelado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 162/164 (NÃO ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO...). - Advs: Jessica Souza Lemos (OAB: 11436/AM) - Karen Pricilla Coelho Satana (OAB: 11459/AM) - Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612861-27.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Maria Elizabeth Maia Litaiff - Apelado: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 228/230 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5546/RO) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0643475-44.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: João Bosco Correa Omena - Apelante: Ana Marilia de Oliveira - Apelante: Sonia Maria Moreira Tomé - Apelante: Joelma Ambrosio Neto - Apelante: Aldaize da Silva Pinheiro - Apelante: Alessandro Soares Paz - Apelante: Ademir Tavares Porto - Apelante: Adriano Viane Figueire - Apelante: Arnoldo Menezes da Silva - Apelante: Antonio Lazázaro Cardoso de Moraes - Apelante: Carmem Menezes Marques - Apelante: Celio Roberto da Silva Rocha - Apelante: Carla Mayre Alves Nogueira Mirando - Apelante: Carla Roberta Pantoja de Lima - Apelante: Cizinando Alves Cruz - Apelante: Deuza Assis de Araújo - Apelante: Diogo Behling Bett - Apelante: Darcley Lima Alfaia - Apelante: Douglas Reis Siqueira - Apelante: Eudes Machado Lacerda Faria - Apelante: Erivam Menezes Calixto - Apelante: Ernesto Enrique Simões - Apelante: Elizabete de Souza Rocha - Apelante: Elisangela Pacheco Ferro - Apelante: Fernando Hugo Giffoni de Lima - Apelante: Francisco das Chagas Castro de Souza - Apelante: Izanei de Souza Roque - Apelante: Ivone Amelia da Costa Rebouças - Apelante: Iana Maria Rodrigues Porto - Apelante: Irinea Tavares de Melo - Apelante: Iracy Oliveira da Silva - Apelante: José Almir da Luz Queiroz - Apelante: Jucilandy Gonçalves Batista - Apelante: José Augusto Pereira de Souza - Apelante: Joelma Alboquerque Vasqyes - Apelante: João de Deus Regino da Silva - Apelante: João Aristoteles de Oliveira Pontes - Apelante: Katiane Ferreira Maciel Siqueira - Apelante: Francinete de Souza Pereira - Apelante: Francineto Gomes da Silva - Apelante: Francisco Carlos Pantoja Figueredo - Apelante: Francisca da Silva Ribeiro - Apelante: Gildete Barbosa Sarmento - Apelante: Geisila do Socorro R Coelho - Apelante: Gilberto Paulo Cruz - Apelante: Hermenegilda Martins Teixeira - Apelante: Helena Maria Silva de Oliveira - Apelante: Iris Janete de Souza Farnela - Apelante: Israel Lima Bruce - Apelante: Marlene Ramos de Medeiros - Apelante: Maria Veronica Souza Silva - Apelante: Maria da Silva Santos - Apelante: MARIA ENOI BEZERRA NOGUEIRA - Apelante: Marta Vasconcelos Soares - Apelante: Marta Mota de Lima - Apelante: Marinete de Paula Brito - Apelante: Maria Noelia Damasceno de Souza - Apelante: Maria de Nazare Pereira Repolho dos Santos - Apelante: Maria de Fatima Oliveira Reis - Apelante: Maria das Gracas Freitas de Souza - Apelante: Marcos Antonio Monteiro Martins - Apelante: Miguel Adauto Lopes Junior - Apelante: Maria Sirames de Souza Brito - Apelante: Maria Cilene Rodrigues da Silva - Apelante: Maria das Graças dos Santos Lopes - Apelante: Maria Anunciação de Castro Silva - Apelante: Mary Eugenia Pastana Moutinho - Apelante: Maria de Fatima Leite dos Santos - Apelante: Nilza Maria Negreiros da Silva - Apelante: Neide Mendes Melo - Apelante: Olciney Silva Magalhães - Apelante: Odailson Marques Rocha - Apelante: Paulo Bacelar Avila Junior - Apelante: Marcio Alexandre Moreira Ferreira - Apelante: Odenias Raimundo Costa Monteiro - Apelante: Raimunda Marieida Rodrigues da Silva - Apelante: Raimunda Urquia Eracia - Apelante: Raimunda Nonata Rodrigues Maquiné - Apelante: Regina Maria Leite Araujo - Apelante: Selma Loreiro da Silva - Apelante: Tereza Fernanda Beraldi de Albuquerque - Apelante: Ulisses Soares Ferreira - Apelante: Vita Karla Gomes Machado - Apelante: Valdecy da Costa Paz - Apelante: Vera Lucia de Lima Cardoso - Apelante: Vicencia Vitoria de Araujo - Apelante: Zunalva Nunes da Silva - Apelante: Marilene Fontao da Silva - Apelante: Tatiane Santos de Araujo - Apelante: Vivaldo de Souza Costa - Apelante: Raquel Barroso de Souza - Apelante: Iris Janete de Souza Fanerla - Apelante: Roberto Cesar Mestrinho de Oliveira Filho - Apelante: Márcia Suellen Guimarães de Oliveira - Apelante: Mara Roberta Oliveira dos Anjos - Apelante: Lucilene Guimarães de Oliveira - Apelante: Luiz Carlos Lopes dos Santos - Apelado: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 2269/2271 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Antônio Braz de Lima Neto (OAB: 3669/AM) - Cristiane Rodrigues Silveira (OAB: 10838/AM) - Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) - Adriana Carla de Souza Silva (OAB: 3030/AM) - Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003714-82.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Agravado: Roberto Viegas da Costa - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 877/881(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB: 9290/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Jane Silva da Silveira (OAB: 6783/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4006090-41.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Agravada: Maria Izabel de Brito Lopes - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 966/970 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL...). - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: A671/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB: 10145/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusão de Acórdãos

PROCESSO: AÇÃO PENAL N.° 0001142-71.2011.8.04.0000, de Manaus. Autor: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.** Procurador: Francisco das Chagas Santiago da Cruz. 1.º Réu: **DAVID EVANDRO COSTA CARRAMANHO.** Advogado: Emerson Paxá Pinto Oliveira (9435/AM, 61.441/DF). 2.º Réu: **Ednelson da Silva Oliveira.** Advogados: Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merril York Junior (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM). Presidiu a sessão o Exmo. Sr. Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Relatora: Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis. Funcionou como Procuradora-Geral de Justiça, a Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA: AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. CONCUSSÃO. CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

PRATICADO POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO. DELITO PRATICADO EM CONCURSO DE PESSOAS, NA MODALIDADE DA PARTICIPAÇÃO, ALCANÇADO PELA COMUNICABILIDADE DE CIRCUNSTÂNCIA PESSOAL DO AUTOR PRINCIPAL. PRELIMINARES REJEITADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. AÇÃO PENAL JULGADA PROCEDENTE. I – A preliminar de ilicitude do material denominado de "Filmagem integral da conversa de Carramanho com funcionários da Prefeitura de Coari", foi objeto de laudo de perícia criminal relizado pelo Setor Técnico Científico da Superintendênica Regional da Polícia Federal do Estado do Amazonas (fls. 1.186/1.214), sendo integralmente degravado, de onde se pode extrair inexistirem quaisquer vícios que possam macular a sua autenticidade. II – Assente o entendimento dos Tribunais Superiores segundo o qual a escuta ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro não torna a prova ilícita, tampouco pode ser confundida com a quebra do sigilo de comunicação, que depende de prévia autorização judicial. III – Não há que se confundir a suposta violação à custódia da prova com falhas nas gravações, algumas inclusive inaudíveis, consoante reconhecido no Laudo Pericial produzido pela Polícia Federal, as quais não tem o condão de tornar a gravação inválida. Primeiro, porque não há comprovação de que houve alteração, adulteração ou edição das gravações no trasladado laudo da Polícia Federal. Segundo, porque esse meio de prova não é único no processo e o crime praticado pelos réus foi corroborado pelos depoimentos das testemunhas oitivadas em juízo, ou seja, ainda que ilegal fosse a gravação, há outros meios, igualmente lícitos, coletados sob os pálios do contraditório e da ampla defesa, sob o manto do devido processo legal, que incriminam os denunciados. A três, em razão de as incompletudes dos elementos entregues à defesa terem decorrido de problemas técnicos do aparelho que inviabilizaram a integral captação ou a gravação total. Sob tal perspectiva, aquilo que não foi captado ou gravado, não foi utilizado como meio de prova e portanto incapaz de gerar qualquer prejuízo à defesa. IV – É igualmente firme o entendimento dos Tribunais Superiores de que eventuais nulidades referentes à fase pré-processual (denominada de investigatória) não contaminam a ação penal, mormente quando a condenação se encontra subsidiada em provas examinadas na fase judicial, em obediência ao devido processo legal, como sóis ser o caso em tela. V – A tese de nulidade exposta pela defesa fora analisada por este Sodalício quando do recebimento da denúncia e devidamente afastada, consoante se infere do Acórdão prolatado às fls. 1.399/1.406, sobre o qual não se tem notícia da interposição de qualquer recurso, estando a matéria, portanto, coberta pelo manto da coisa julgada. VI – O Juízo natural deste feito está afeto ao Tribunal Pleno e não à juíza de piso que, em cumprimento à Carta de Ordem, se limitou a oitivar testemunhas. Ela nada decidiu e não julgará a causa, de onde se extrai a ausência de prejuízo por haver ouvido testemunhas, ainda que, três anos antes, tenha se averbado suspeita a funcionar nos autos. Demais disso, caberia a defesa ter alegado eventual nulidade no momento oportuno, ou seja, quando da realização da oitiva das testemunhas e do interrogatório dos réus. Tendo se silenciado, deve ela arcar com o ônus da preclusão. VII – Não há, nas degravações das conversas, um único trecho de onde se possa extrair a conclusão de que o oferecimento das quantias partiu de interlocutores do Prefeito Municipal, mas ao contrário, de que DAVID EVANDRO COSTA CARRAMANHO, prevalecendo-se de seu cargo, também por meio do réu EDNELSON DA SILVA OLIVEIRA, coagiu ao Senhor Aldemir Rodrigues da Silva, Secretário Municipal de Administração de Coari, a receber vantagem pecuniária indevida. VIII – Indevido creditar qualquer verossimilhança à versão apresentada pelos acusados, mormente diante da dinâmica com que a empreitada criminosa ocorreu. Se era o Promotor de Justiça quem estava sendo corrompido pelo Prefeito Municipal, através de seus interlocutores, o suposto flagrante deveria ser objeto de ação controlada com a ciência do Procurador-geral de Justiça à época e devidamente autorizada pelo Poder Judiciário, o que, por certo, não ocorreu. IX – O crime de concussão, descrito no artigo 316, caput, do Código Penal, é de natureza formal, bastando, para a sua configuração, a exigência, direta ou indireta, em razão da função exercida, de vantagem indevida. X – Comprovadas autoria e materialidade delitivas, a condenação dos réus é medida em rigor que se impõe. XI – No que pertine a dosimetria da pena imposta, há que se aplicar o princípio do livre convencimento motivado do magistrado, bem como a observância aos preceitos legais esculpidos nos artigos 59 e seguintes do Código Penal, o que sobremaneira se evidencia da análise dos autos. XII – Ação penal originária julgada procedente. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em julgar procedente a Ação Penal Originária para condenar os réus **David Evandro Costa Carramanho e Ednelson da Silva Oliveira** às penas do tipo penal previsto no artigo 316, do Código Penal, nos termos e fundamentos do voto da relatora. **EXTRATO DA ATA. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno rejeitou as preliminares. No mérito, por unanimidade decidiu julgar procedente a Ação Penal Originária para condenar os réus David Evandro Costa Carramanho e Ednelson da Silva Oliveira às penas do tipo penal previsto no artigo 316, do Código Penal, nos termos e fundamentos do voto da Relatora.".** Julgado. **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Paulo Cesar Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva Marques, Onilza de Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juízas de Direito convocadas. **OBSERVAÇÕES: AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** Exmos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Airton Luís Corrêa Gentil. **IMPEDIDOS:** Exmos. Srs. Des. Djalma Martins da Costa e José Hamilton Saraiva dos Santos. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do dia 20 de agosto de 2019**. Conceição Liane Pinheiro Gomes - Secretária do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas.

PROCESO: AGRAVO REGIMENTL CÍVEL Nº 0005197-84.2019.8.04.00. Agravante: M. P. do E. do A. - P. G. Agravado: M. A. P. de L. Relator: Desdor. **ANSELMO CHÍXARO.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL PENAL E ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR EM FACE DE MAGISTRADO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DAS REGRAS INSCULPIDAS NA RESOLUÇÃO CNJ N.º 135, DE 13.1.201. OBSERVÂNCIA DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL CONHECIDO, MAS DESPROVIDO. - Em atenção ao princípio da fungibildade recursal, o pedido de reconsideração será recebido como agravo regimental (STJ, AgRg no AREsp 693.298/SP). - Conforme expresa determinação constante do artigo 14, §1.º, da Resolução CNJ n.º 135, de 13.07.201, antes da instauração dos procedimentos previstos no artigo 30, inciso I, alínea "e" , da Lei Complementar Estadual n.º 17, de 23.01.197 e no artigo 3, parágrafo único, da LOMAN, deverá o Coregedor-Geral de Justiça submeter relatório conclusivo com a proposta de instauração do proceso administrativo disciplinar, ou de arquivamento ao Tribunal Pleno, intimando o magistrado ou seu defensor, se houver, da datada sesão do julgamento. - A inobservância do disposto nos artigos 14 e 2, da Resolução CNJ n.º 135, de 13.07.201, contamina de nulidade todo o feito, ante a usurpação de competência do Colegiado do Tribunal Pleno, a quem compete examinar a proposta de instauração do proceso administrativo disciplinar ou seu arquivamento, conforme proposta do Coregedor-Geral de Justiça, asim como avaliar a existência ou não, de indícios da prática de crime de ação pública incondicionada. - Diante da inobservância do procedimento descrito no artigo 14, §1.º, da Resolução CNJ n.º 135, de 13.07.201, bem como pela imperiosa necesidade de observância da garantia constitucional do devido proceso legal, sob pena de nulidade de todo o procedimento, necesária a devolução dos autos à Coregedoria-Geral de Justiça. - Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental que, no mérito, é conhecido, mas desprovido. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores que integram a Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado

do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer, mas negar provimento ao agravo, nos termos do voto do relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Anselmo Chíxaro, Relator, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos ,Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Emos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes e Airton Luís Corêa Gentil. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 20.08.2019.**

PROCESO: AGRAVO REGIMENTAL CÍVEL Nº 0003688-21.2019.8.04.00. Agravante: **O ESTADO DO AMAZONAS.** Procurador: Dr. Júlio Cezar Lima Brandão. Agravado: **DANILO COSTA CUNHA.** Advogado: Dr. Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB/AM nº 10.714) Relatora: Desdora. **MARIA DAS GRAÇAS PESOA FIGUEIREDO.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO INTERPOSTO EM FACE DA DECISÃO QUE DEFERIU A CONCESSÃO DA MEDIDA LIMINAR. POSTERIOR JULGAMENTO DO MÉRITO DO MANDAMUS. SUBSTITUIÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA PELO RESPECTIVO ACÓRDÃO. PERDA DE OBJETO RECURSAL. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. 1. Em virtude do julgamento do mérito do Mandado de Segurança pelo Tribunal Pleno, encontra-se prejudicada a análise das razões recursais do Agravo Interno, posto que combate decisão singular proferida anteriormente à análise meritória, em que foi deferida a concesão da medida liminar. 2. Agravo Interno não conhecido, ante a superveniente perda do objeto e a substituição da decisão agravada pelo Acórdão. **ACORDAM** os Excelentísimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora." **VOTARAM** Exmos. Srs. Desdores. Maria das Graças Pesoa Figueiredo, Relatora, Ari Jorge Moutinho da Costa,Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meireles, Délcio Luís Santos,Djalma Martins da Costa, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Emos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury,Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corêa Gentil. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 20.08.2019.**

PROCESO: AGRAVO INTERNO CÍVEL Nº 008089-97.2018.8.04.00. Agravante: **LUIS FEDERICO BONILA.** Advogado: Dr. Adriano Menezes Hermida Maia (OAB/AM nº 8.894) Agravada: **SEGUNDA CAMARA CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS.** Relator: Desdor. **JORGE MANOEL LOPES LINS.** Procuradora-Geral de Justiça: Dra. Lêda Mara Nascimento Albuquerque. EMENTA: PROCESSO CIVIL - AGRAVO INTERNO - MANDADO DE SEGURANÇA - ATOS COATORES AUTÔNOMOS- DESCABIMENTO - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÕES DE ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS- INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL PLENO - RECURSO DESPROVIDO. 1. In casu, verifca-se que o mandado de segurança foi, de fato, impetrado contra dois atos autônomos, consistentes, respectivamente, nos acórdãos proferidos nos agravos de instrumento n.º 402097-92.2015.8.04.00 e n.º 404219-78.2015.8.04.00, que tramitaram na Segunda Câmara Cível deste Tribunal. Com iso, comprende-se que o impetrante se equivocou quanto à posibildade de impugnar dois atos autônomos por meio do mesmo mandado de segurança, motivo pelo qual a inicial do writ foi indeferida, com a consequente extinção do feito, sem resolução de mérito. 2. Além diso, não há previsão constiucional, legal ou regimental sobre o cabimento de mandado de segurança para impugnar acórdãos prolatados pelas Câmaras Isoladas, principalmente, na esfera de jurisdição do Tribunal Pleno, pois este não posui hierarquia sobre os atos jurisdicionais praticados por membros ou órgãos fracionários do próprio Tribunal de Justiça. O rol de competências previsto no artigo 30 da Lei Complementar Estadual n.º 17/197, não posui previsão que trate da competência do Tribunal Pleno para procesar e julgar mandado de segurança contra ato de natureza jurisdicional praticado por Câmara Isolada ou pelos Desembargadores que as integram. 3. Agravo interno desprovido. **ACORDAM** os Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto que acompanha esta decisão. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: :"Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conhecer e voto do Relator." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Jorge Manoel Lopes Lins, Relator, Lafayete Carneiro Vieira Júnior, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pesôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Besa, Cláudio César Ramalheira Roesing, Sabino da Silva Marques, Carla Maria Santos dos Reis, Welington José de Araújo, Joana dos Santos Meireles, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha,Juízas de direito convocadas. **AUSÊNCIAS JUSTIFCADAS**: Emos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Maria do Perpétuo Socoro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Aristóteles Lima Thury,Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corêa Gentil. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 20.08.2019.**

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0657544-76.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Alveris dos Santos Bonfim Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CABO DO QUADRO DE PRAÇAS COMBATENTES. PRETENSÃO DE MODIFICAÇÃO DA DATA DE ASCENSÃO FUNCIONAL PARA PERÍODO PRETÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS INSCULPIDOS NOS ARTS. 7, 14.º E 15.º, DA LEI Nº. 4.044/2014. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. - Para que haja a retroatividade da data de promoção do impetrante, é necessário o preenchimento dos requisitos legais previstos nos arts. 7, 14.º e 15.º da Lei Estadual nº. 4.044/2014, além de o nome do Praça constar no Quadro Normal de Acesso (QNA), em conformidade com o Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE);- Ao não carrear aos autos provas documentais aptas a embasar a pretensão, conclui-se que não ficou demonstrado o direito líquido e certo do impetrante, bem como o ato ilegal atribuído à autoridade impetrada; - Mandado de segurança denegado. DECISÃO: "Por unanimidade, em consonância com o parecer do G. Órgão Ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 4000117-71.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: Christianni Viegas Zago Advogado: Luiz Filipe Vieira Leal da Silva (OAB: 15119/DF) Impetrado: Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Yêdo Simões de Oliveira Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relatora: Desª. Maria das Graças Pessôa Figueiredo.

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO DE INGRESSO POR PROVIMENTO E REMOÇÃO NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS DO ESTADO DO AMAZONAS. AUTORIDADE COATORA. PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONCURSO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRELIMINAR ACOLHIDA. MANDADO DE SEGURANÇA DENEGADO.1. A autoridade coatora é aquela que pratica, ou deixa de praticar um ato impugnado pelo Impetrante. 2. No caso dos autos, a impugnação versa sobre ato da Banca Examinadora do Concurso, razão pela qual esta deveria figurar como autoridade coatora. 3. Identificada a ilegitimidade passiva, o Mandado de Segurança deve ser denegado, consoante dispõe o art. 5, §º da Lei n. 12.016/09 c/c art. 485, inc. VI e §º do NCPC. 4. Ministério Público opinou pela ilegitimidade passiva da autoridade coatora e no mérito pela denegação da segurança.5. Mandado de Segurança denegado, ante a ilegitimidade passiva da autoridade coatora. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em consonância ao Parecer do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar o mandado de segurança ante a ilegitimidade passiva da autoridade coatora apontada". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 4000692-95.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível

Impetrante: José Barbosa da Rocha Advogado: Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB: 11164/AM) Advogado: José Barbosa da Rocha (OAB: 7766/AM) Impetrado: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: Secretário de Estado de Saúde do Amazonas- Susam Impetrado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relatora: Desª. Maria das Graças Pessôa Figueiredo.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DE NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS EM EDITAL. MERA EXPECTATIVA DE DIREITO À NOMEAÇÃO. CONTRATAÇÃO PRECÁRIA. SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PRETERIÇÃO DE NOMEAÇÃO. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. 1. A aprovação em concurso público fora do número de vagas previstas em edital gera ao candidato mera expectativa de direito à nomeação, vez que cabe à Administração, de acordo com o juízo de oportunidade e conveniência, prover as vagas que surgirem dentro do prazo de validade do concurso, devendo respeitar, evidentemente, a ordem de classificação.2. A contratação, que configura preterição dos aprovados em concurso público, somente se verifica nos casos de ocupação precária de cargo efetivo vago. Precedentes do STF. 4. Em sede de mandado de segurança, onde a dilação probatória cede espaço à prova pré-constituída, não é possível, a demonstração de que existe atualmente um cargo para o qual o Impetrante prestou concurso público, Advogado - Fundação de Vigilância em Saúde, ocupado de forma precária, isto porque o Impetrante apresenta o nome de três pessoas – duas são servidoras ocupantes de cargo efetivo que exercem Função de Confiança e um ocupando Cargo Comissionado de Assessor, os quais não se confundem com o cargo de provimento efetivo – Advogado. 5. Segurança denegada em dissonância ao parecer do Ministério Público. DECISÃO: "Por unanimidade de votos,o Egrégio Tribunal Pleno decidiu rejeitar o parecer ministerial e denegar a segurança, nos termos do voto do Relator". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 4001495-62.2019.8.04.0000 - Direta de Inconstitucionalidade.

Requerente: Elissandro Amorim Bessa Advogado: Sebastião Gonçalves Gomes Filho (OAB: 2488/AM) Advogada: Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB: 1086A/AM) Requerido: O Estado do Amazonas Intssado: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Paulo Cesar Caminha e Lima.

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL Nº 3.006/2005. ART. 1º DA LEI ESTADUAL Nº 2.568/99 C/C ART. 3º DA LEI DELEGADA ESTADUAL Nº 105/2007. RESOLUÇÕES Nº. 001/2012 E Nº. 003/2012 – CERCON/ARSAM. SERVIÇO DE TRANSPORTE PRIVADO COLETIVO DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 253, §º E 254, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. AUSÊNCIA DE PERIGO DA DEMORA. TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDA.1. Para a concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade é essencial a demonstração dos requisitos, pelo autor, de fumus boni iuris e de periculum in mora, nos termos do decidido pelo Supremo Tribunal Federal nas ADI nº 4.062 e ADI nº 3.923.2. Conforme jurisprudência consolidada no Supremo Tribunal Federal, o transcurso de longo lapso temporal, desde o início da vigência da norma cuja constitucionalidade é questionada, constitui indício relevante da inexistência deste requisito, a se justificar o não deferimento da liminar requerida (ADI 1935, rel. Min. Marco Aurélio).3. No caso em apreço, as normas impugnadas foram editadas em variados anos: a Lei Estadual nº. 3.006/2005 possui 14 anos de vigência; a Lei Estadual nº. 2.568/1999 possui 20 anos e a Lei Delegada nº. 102/2007 possui 12 anos. Logo, se foi possível aguardar período tão longo para propor a ação é porque não havia perigo na demora que tornasse imprescindível o deferimento de medida cautelar.4. Medida cautelar não concedida. DECISÃO: "Por unanimidade, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu indeferir a medida cautelar pleiteada, nos termos do voto do Relator". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Secretaria do Tribunal Pleno , em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0209840-69.2018.8.04.0022 - Correição Parcial Ou Reclamação Correicional, Corregedor(a) Geral

Corrigente: Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO EXTRAORDINÁRIA. VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALVARÃES/AM. SUBMISSÃO AO PLENO APÓS SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA CORREGEDORIA. APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RELATÓRIO COM RECOMENDAÇÕES.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos o Egrégio Tribunal Pleno decidiu aprovar e homologar o relatório da Correição realizada na Comarca de Alvarães/Am, nos termos do voto do Relator.”. Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 4001705-16.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Manuel Antonio Nonato Freire de Souza Ribeiro Advogada: Luciana de Fátima Llanos Aguirre (OAB: 11948/AM) Impetrado: Secretário Estadual de Saúde Impetrado: Governador do Estado do Amazonas MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Revisor do processo Não informado

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. DIREITO À NOMEAÇÃO EM CASO DE DESISTÊNCIA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. A EXPECTATIVA DE DIREITO SE CONVOLA EM DIREITO LÍQUIDO E CERTO, GARANTIDO O DIREITO A VAGA DISPUTADA. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA CONCEDIDO.1. O impetrante foi aprovada no concurso realizado pela Secretaria de Estado de Saúde Amazonas -SUSAM, para o cargo de médico anestesiologista, na 2ª (segunda) colocação, cujo edital previa 01 (uma) vaga para ampla concorrência.2. Analisando as provas contidas nos autos, sendo mais específica, ao edital de chamada n.º 003/2018, às fls. 20/21, verifica-se que a 1º (primeira) colocada foi nomeada e convocada para exames de saúde. Entretanto, em Decreto Publicado no Diário Oficial do Estado no dia 12 de novembro de 2018, juntado às fls. 15/17, foi tornado sem efeito o Decreto de 28 de junho de 2018, o qual promoveu a supra-citada nomeação, em razão da classificada não tomar posse dentro do prazo legal. 3. Neste contexto, constatando a carência de 01 (uma) vaga e sendo impetrante o próximo na ordem de classificação, indubitável é a liquidez e certeza do direito demandado. Imperioso reconhecer a imediata nomeação do requerido.4- Em harmonia com a jurisprudência dos Tribunais superiores e desta Corte, conclui-se que o candidato aprovado além do número de vagas previstas no edital, como o caso da impetrante, adquire direito subjetivo à nomeação ante a desistência de candidato classificado dentro do quantitativo descrito, permitindo a inclusão do candidato excedente seguinte no rol. . DECISÃO: "Por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Processo: 4001793-54.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado

Impetrante: Helder Almeida Ferreira Advogado: Valdeci Santana Fonseca (OAB: 10758/AM) Advogada: Francineide da Costa Batista (OAB: 7960/AM) Impetrado: Governador do Estado do Amazonas Impetrado: O Estado do Amazonas Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Paulo César Caminha e Lima. Revisor: Revisor do processo Não informado

MANDADO DE SEGURANÇA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE QUADRO DE ACESSO À GRADUAÇÃO DE 1º SARGENTO QPBM (BG nº.069, de 11-abr-2019). IMPOSSIBILIDADE. PROMOÇÃO PARA A GRADUAÇÃO DE 1º SARGENTO. NÃO OCORRÊNCIA. NÃO COMPROVAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS INSCULPIDOS NOS ARTS. 7°, 14º E 15º, DA LEI Nº. 4.044/2014. INEXISTÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUIDA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SEGURANÇA DENEGADA.1. Inexiste ato abusivo ou ilegal proveniente de autoridade coatora, tendo em vista que o aludido ato administrativo – Boletim Geral Ostensivo nº. 69/19 – foi editado levando-se em consideração a decisão judicial do writ autuado sob o nº. 4003979-84.2018.8.04.0000, que determinou a promoção dos representados nominalmente relacionados nas páginas 509-510 e nas páginas 513-514, do BG nº.052/18.2. O mandado de segurança não poderá servir de supedâneo recursal, em especial quando a decisão judicial que amparou a edição do Boletim Geral Ostensivo nº. 69/19 transitou em julgado. 3. Para que haja a promoção do impetrante, é necessário o preenchimento dos requisitos legais previstos nos artigos 7, 14º e 15º da Lei Estadual nº. 4.044/2014, além de o nome do Praça constar no Quadro Normal de Acesso (QNA), em conformidade com o Quadro de Distribuição de Efetivo (QDE).4. Ao não carrear aos autos provas documentais aptas a embasar a pretensão, conclui-se que não ficou demonstrado o direito líquido e certo do impetrante, motivo pelo qual a via eleita é inadequada.5. Mandado de segurança denegado.. DECISÃO: "Por unanimidade, em consonância com o parecer do G. Órgão Ministerial, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 20 de agosto de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Intimações

INTIMAÇÃO: Ficam os representantes legais, Drs. **CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB/BA nº 139.395) e ELEONARDO ANASTÁCIO MASCARANHAS (OAB/BA nº 27.915).** Advogados da Impetrante **ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS DO ESTADO DO AMAZONAS-APEAM**. Intimados para manifestar-se nna Decisão de fl. 328, exarada pelo Dra. **MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA-** Juíza de Direito Convocada-Relatora nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA Nº 4004960-50.2017.8.04.0000.** Impetrante: Associação dos Praças do Estado do Amazonas-APEAM e Impetrado: Governador do Estado do Amazonas. **Decisão.** Feito iso, em cumprimento ao disposto no art. 933, do extintivo apontado no parecer ministerial de fls. 318/321. Asino o prazo de 5 (cinco) dias. Sem efeito o despacho de fls. 322. Manaus, 23 de agosto de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

Processo nº 0004432-16.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública. **Embargante: Sinetram - Sindicato de Transp. Coletivo de Manaus.** (Advogados: Dr. Fernando Borges de Moraes - OAB/AM n.º 446 e Dr. José Perceu Valente de Freitas - OAB/AM n.º 7200). **Embargado: Detran(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury (Relator),** João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO MÉRITO - IMPOSSIBILIDADE. - O Embargante alega que o acórdão restou-se omisso/contraditório por entender o afastamento de exigibilidade do IPVA não consta do pedido da exordial. Contudo, a questão fora satisfatoriamente abordado no julgamento do Mandado de Segurança; - Em verdade, percebe-se que o Embargante busca a reforma da decisão proferida atacando-lhe o mérito, consubstanciando-se o aclaratório em verdadeiro supedâneo recursal, o que não se admite; - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. **ACORDAM** os Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer dos Embargos de Declaração para lhes rejeitar, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado**.**

Processo nº 0004639-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração - Origem: 1ª Vara de Humaitá(AM). **Embargante: Fazenda Publica Estadual do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Vivian Maria Oliveira da Frota - OAB/AM n.º 6880). **Embargado: H. V. de Oliveira.** (Advogado: Dr. Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza - OAB/AM n.º 1520). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury - Relator,** João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins

da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. - Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito. - Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado. - Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada. - Embargos de Declaração Rejeitados. **ACORDAM** os Desembargadores que integram a colenda Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.

Processo nº 0204437-77.2017.8.04.0015 - Conflito de Competência - Origem: 1ª Vara Criminal da Capital(AM). **Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito 13ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João Mauro Bessa (Relator**), Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E VARA CRIMINAL COMUM - REPRESENTAÇÃO CRIMINAL - DISCUSSÃO ACERCA DA TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA DELITUOSA - ELEMENTOS INDICIÁRIOS QUE EVIDENCIAM PRÁTICA DO CRIME DE TORTURA - SUBMISSÃO AO RITO COMUM - MEDIDA DE PRUDÊNCIA - CONFLITO IMPROCEDENTE - COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE. 1. O cerne da questão cinge-se à tipificação da conduta delituosa apurada no procedimento investigatório criminal que guarnece os autos originários - se abuso de autoridade ou tortura -, tendo em vista que a depender da conduta típica atribuída aos representados será definido o grau da potencialidade ofensiva do crime a definir a competência da Vara Criminal comum ou do Juizado Especial Criminal. 2. Não obstante a conclusão preliminar pela subsunção dos fatos ao crime de abuso de autoridade, os elementos informativos, sobretudo as declarações dos ofendidos, revelam a existência de indícios da prática do delito de tortura, porquanto evidenciado, em linha de princípio, o emprego de violência e sofrimento físico e psicológico com a finalidade precípua de obter informações acerca da prática de crime, conduta que bem se subsume ao tipo penal do art. 1º, inciso I, "a" da Lei n.º 9.455/97. 3. Evidenciada a especial finalidade de obtenção de confissão ou informações sobre a prática de crime, como supostamente sucedeu na hipótese, eventual conclusão pela existência de lesões corporais de natureza leve, por si só, não ilide a configuração do crime de tortura, que, nesses casos, independem da demonstração da gravidade ou intensidade do sofrimento infligido às vítimas. Precedentes. 4. Outrossim, é válido acrescentar que o feito ainda se encontra em fase incipiente, sendo mais prudente que processo tramite perante o juízo comum, detentor de competência mais ampla, de sorte que eventual modificação na tipificação da conduta no bojo da denúncia ministerial não será capaz de gerar qualquer prejuízo às partes, ao passo em que o processamento de crime de maior potencialidade ofensiva perante os juizados especiais criminais é contrário às normas da Lei 9.099/95, podendo, inclusive, gerar nulidades. 5. Conflito de Competência improcedente. Declarada a competência do Juízo de Direito da 1.ª Vara Criminal da Capital. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer do graduado órgão do Ministério Público, em julgar improcedente o conflito para declarar a competência do Juízo Suscitante, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante**.**

Processo nº 0209162-83.2019.8.04.0001 - Exceção de Suspeição - Excipiente: Júlio Adriano da Rocha Carvalho. (Advogada: Dra. Valéria Schneider do Canto - OAB/SP n.º 251989). **Excepto: Juiz de Direito da 7.ª Vara Criminal da Capital(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Liani Mônica Guedes de freitas Rodrigues. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes (Relator)**, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CRIMINAL. ARGUIÇÕES NÃO PREVISTAS NO ART. 254 DO CPP. ROL TAXATIVO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. A exceção de suspeição tem por finalidade o afastamento do juiz da causa para evitar atuação parcial, motivada por interesses ou sentimentos de ordem pessoal em relação a qualquer das partes. 2. As hipóteses de suspeição previstas no art. 254 do Código de Processo Penal constituem um rol taxativo, no qual não se enquadram as alegações suscitadas pelo excipiente. 3. Portanto, o não conhecimento da presente incidente é medida que se impõe. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em NÃO CONHECER O INCIDENTE, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.

Processo nº 0215751-91.2019.8.04.0001 - Conflito de Competência - Suscitante: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE). Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Francisco Cruz. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa (Relator)**, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES DE USO RESTRITO. MESMO CONTEXTO FÁTICO. CONEXÃO PROBATÓRIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO CRIMINAL ESPECIALIZADO. - Constatado que os delitos de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo e de munições de uso restrito ocorreram num mesmo contexto fático, há evidente conexão probatória, cuja competência para o processamento e julgamento é do Juízo criminal especializado, a saber, a 4.ª Vara Especializada em Crimes de uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus. - Conflito negativo de competência procedente. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer ministerial, julgar procedente o incidente suscitado. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 0222866-71.2016.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem: 1ª Vara do Tribunal do Júri. **Suscitante:**

Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital(AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury (Relator**), João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: DIREITO PROCESSUAL PENAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI - JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL - INQUÉRITO POLICIAL - TENTATIVA DE HOMICÍDIO - AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI - INCOMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JURI - PRECEDENTES DESTA CORTE - CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROCEDENTE - RECONHECIDA COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO DA 9ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. **ACORDAM** os Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos e, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em julgar procedente o presente conflito negativo de competência para reconhecer a competência do Juízo Suscitado da 9ª Vara Criminal da Capital para processar julgar o feito, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***.

Processo nº 0231583-72.2016.8.04.0001 - Conflito de Jurisdição - Origem: 7ª Vara Criminal da Capital(AM). **Suscitante: Juízo de Direito da 7.ª Vara Criminal da Comarca da Capital(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 3.ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca da Capital(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **José Hamilton Saraiva dos Santos (Relator**), Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge e Airton Luís Corrêa Gentil. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO DA 7.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AM E JUÍZO DE DIREITO DO 3.º TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MANAUS/AM. AUSÊNCIA DE ANIMUS NECANDI. CONDUTA DELITIVA QUE SE AMOLDA AO CRIME DE DISPARO DE ARMA DE FOGO, TIPIFICADO NO ART. 15 DA LEI N.º 10.826/2003, E, NÃO, AO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, NA FORMA TENTADA, PREVISTO NO ART. 121, § 2.º, INCISOS II E III, C/C ART. 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PRECEDENTES DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 7.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AM. 1. No caso sub examine, o cerne da controvérsia reside em averiguar a presença ou ausência do animus necandi, a fim de decidir se a conduta, supostamente, praticada por Adriano dos Santos Gomes, amolda-se ao crime de Disparo de Arma de Fogo, tipificado no art. 15 da Lei n.º 10.826/2003, ou ao crime de Homicídio Qualificado, na forma tentada, insculpido no art. 121, § 2.º, incisos II e III, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal. 2. Isso porque se houver a presença do elemento subjetivo da vontade de atentar contra a vida de alguém, a competência para o processamento e julgamento do fato delitivo sob análise será do douto Juízo de Direito do 3.º Tribunal do Júri. A contrario sensu, se verificada a inexistência do elemento subjetivo do dolo, a competência para o processamento e julgamento será do insigne Juízo de Direito da 7.ª Vara Criminal, para o qual foi, inicialmente, distribuído o Inquérito Policial. 3. Da percuciente leitura dos depoimentos colacionados, houve, tão somente, a comprovação inequívoca de que os disparos de arma de fogo ocorreram no recinto, mas que não foram em direção à pessoa da suposta Vítima, tendo em consideração que, após ter visto o Acusado, com uma arma de fogo em sua cintura, a suposta Vítima escondeu-se em um depósito localizado embaixo do bar do "Sandrinha Lava-Jato" e, ato contínuo, ouviu, a princípio, 05 (cinco) disparos de arma de fogo. 4. Dessarte, inexiste a possibilidade de se vislumbrar a presença de animus necandi - vontade de atentar contra a vida - por parte do Acusado, em relação à suposta Vítima, haja vista que, no momento em que os disparos ocorreram, o Réu sequer sabia onde o suposto Ofendido estava escondido. 5. Sendo assim, a competência do insigne Juízo de Direito do 3.º Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM deve ser afastada, declarando-se a competência do MM. Juízo de Direito da 7.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus(AM), para onde o Inquérito foi, inicialmente, distribuído, no dia 26 de julho de 2016. Precedentes deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. 6. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO MM. JUÍZO DE DIREITO DA 7.ª VARACRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS(AM). **DECIDEM** as colendas Câmaras Reunidas do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, por unanimidade de votos, CONHECER DO CONFLITO E DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 7.ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AM, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 0232068-04.2018.8.04.0001 - Exceção de Suspeição - Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital(AM). **Excipiente: MASAE Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogado: Dra. Clovis Ferro Costa Junior - OAB/RJ n.º 109253). **Excepta: Dra. Maria Eunice Torres do Nascimento - Juíza da 9ª Vara Cível. Presidente:** Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury (Relator)**, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: INCIDENTE DE EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA MAGISTRADA. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ARTIGO 145, DO CPC. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE CONDUTA QUE FIRA A PARCIALIDADE. INCONFORMISMO DA PARTE FRENTE ÀS DETERMINAÇÕES EM DESPACHOS E DECISÕES. -A exceção de suspeição exige a demonstração de uma ou mais hipóteses do artigo 145, do Código de Processo Civil, não havendo parcialidade da magistrada quando atende ao requerimento da autora para que o excipiente apresente documentação em sua totalidade conforme conteúdo em despachos e decisões. -A celeridade no atendimento ao requerimento da parte não é suficiente para se inferir parcialidade da magistrada. - EXCEÇÃO RECEBIDA E REJEITADA. **ACORDAM** os Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, receber o incidente de exceção de suspeição, para rejeitá-lo frente sua improcedência, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 0256417-18.2011.8.04.0001 - Remessa Necessária - Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública. **Requeridos: Estado do Amazonas e Comandante Geral da Polícia Militar do Amazonas.** (Procuradora do Estado: Dra. Ivânia Lucia Silva Costa - OAB/AM n.º 7530). **Requerentes: Anekirly Galvao de Lima, Andrimar Ferreira Humbilino, Alexandro Gomes Farias, Ekito Junior Zalfre da Silva, Alberto Antonio Alves de Oliveira,**

Francisco; Augusto Ferreira de Lima, Jailton Mendes Coelho, Francisco Alberdane Oliveira Coelho, Gregory Silva Gomes e Edcarlos de Lima Paiva. (Advogada: Dra. Fabiane Rodrigues de Castro - OAB/AM n.º 6031). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira. Procuradora de Justiça**:Exma. Srª. Drª. Karla Fregapani Leite. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Domingos Jorge Chalub Pereira (Relator),** João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa e Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **EMENTA**: REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - SOLDADO PM/AM - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - APRESENTAÇÃO EM MOMENTO POSTERIOR - POSSIBILIDADE - LIMINAR - DIREITO LÍQUIDO E CERTO - SÚMULA 266 DO STJ. - O entendimento vigente na jurisprudência nesta E. Câmara é de que nos concursos da PM/AM a Carteira Nacional de Habilitação não pode ser exigida antes da inclusão no curso de formação, em observância disposto na Súmula 266 do STJ, bem como, em acatamento ao princípio da ampla acessibilidade dos cargos públicos. REEXAME CONHECIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em conhecer do reexame necessário e manter a r. Sentença, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão**. *Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 0601063-48.2018.8.04.0016 - Conflito de Competência - Origem: 3ª V.E.C.U.T.E. **Suscitante: Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes (3ª Vecute). Suscitado: Juízo de Direito da 18ª Vara do Juizado Especial Criminal(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Nélia Caminha Jorge. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Nicolau Libório dos Santos Filho. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Nélia Caminha Jorge (Relatora),** Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PORTE DE DROGAS. RÉU NÃO LOCALIZADO. REMESSA AO JUÍZO COMUM PARA CITAÇÃO POR EDITAL. INVIABILIDADE. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAÇÃO DO DENUNCIADO. CONFLITO PROCEDENTE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO. I - A remessa dos autos de ação em que apurada prática de infração penal de menor potencial ofensivo ao juízo comum, nos termos do art. 66, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/1995, em razão da não localização do réu e com vistas à realização da citação por edital, depende do esgotamento das diligências para localização deste. II - Trata-se de diligências simples, de baixa complexidade, que em nada obstam a observância aos princípios da simplicidade e oralidade dos atos processuais, inerentes à sistemática dos juizados especiais. III - Conflito procedente. Competência do juízo suscitado. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da(s) Câmaras Reunidas do Tribunal de ustiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância do parecer ministerial, em declarar competente o Juízo suscitado, nos termos do voto da desembargadora relatora. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***.

Processo nº 0608444-55.2018.8.04.0001 - Remessa Necessária - Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública. **Requerente: Rede Floresta Viva Comunicação Ltda.** (Advogados: Dr. Bruno Veiga Pascarelli Lopes - OAB/AM n.º 7092 e Dra. Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes - OAB/AM nº 3747). **Requerido: Wandecy Gomes Campos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.** (Procuradores da Câmara Municipal de Manaus(AM): Dr. Elói Pinto de Andrade Júnior e Dr. Ilídio Barbosa Vieira de Carvalho Júnior). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Aristóteles Lima Thury (Relator)**, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura e Domingos Jorge Chalub Pereira. **EMENTA**: REEXAME NECESSÁRIO - LICITAÇÃO - NÃO OBSERVÂNCIA DO ITEM 4.3.15 DO EDITAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO REQUERIDO NO CERTAME - SENTENÇA MANTIDA. - Em que pese a existência de controvérsia em relação à fórmula no item 4.3.12 (fl. 412) para o cálculo do índice geral da liquidez, a pregoeira deveria se utilizar do valor do item 4.3.15 (fl. 413), no qual prevê uma análise subsidiária; - Utilizando-se, assim, o requisito subsidiário prevista no Edital, sendo o valor global da proposta R$ 1.460.400,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais), bastaria o Requerido demonstrar patrimônio líquido de R$ 146.640,0 (cento e quarenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais), o qual fora cumprido por ele ao demonstrar ter patrimônio líquido de R$ 3.290.191,15 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil, cento e noventa e um reais e quinze centavos), fls. 282, bem acima do valor necessário, atendendo o item 4.3.15; - REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E DESPROVIDA. **ACORDAM** os Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, conhecer do Reexame Necessário para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado**. *Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***

Processo nº 0621053-70.2018.8.04.0001 - Conflito de Competência - Origem: 2º. Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e familiar contra a Mulher. **Suscitante: Juízo de Direito da 2.ª Vara Especializada no Combate a Violência doméstica e familiar Contra a Mulher(AM). Suscitado: Juízo de Direito da 3.ª Vara Especializada no Combate a Violência doméstica e familiar Contra a Mulher(AM). Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. Procurador de Justiça**: Exmo Sr. Dr. José Roque Nunes Marques. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro (Relator)**, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Airton Luís Corrêa Gentil e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZADOS ESPECIALIZADOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. RESOLUÇÃO TJAM N.º 15/2017, ARTIGOS 3.º E 4.º CONSTITUCIONALIDADE. DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME A RESIDÊNCIA DA VÍTIMA. MATÉRIA INSERIDA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. - A teor dos precedentes emanados do STF, é dispensada a observância da cláusula de reserva de plenário, nos casos em que o órgão fracionário da Corte declarar a constitucionalidade de lei ou de ato normativo (STF, RE 636359 AgR-segundo). - Constitucionalidade da Resolução TJAM n.º 15/2017. A matéria relacionada à distribuição de feitos entre

varas da mesma competência, in casu, as Varas Especializadas no combate aos Crimes previstos na Lei Maria da Penha, está inserida no âmbito das normas meramente procedimentais de distribuição dos processos, cuja competência para definição pertence aos Tribunais Estaduais, nos termos do artigo 96, I, "a" e "d", da CRFB/1988. - Estabelecendo a própria Constituição da República de 1988, que a competência para estabelecer a forma de organização de seus órgãos jurisdicionais pertence aos Tribunais de Justiça, inexiste ofensa à competência privativa da União a Resolução que versa sobre a distribuição conforme o bairro da vítima, dentro da Comarca de Manaus. - Conflito Negativo de Competência preliminar de necessidade de observância de cláusula de reserva de plenário suscitada pelo Ministério Publico rejeitada. Conflito negativo conhecido e julgado procedente, para reconhecer e declarar a competência do Juízo Suscitado, seja ele, o 3.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para processar e julgar o feito. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e julgar procedente o conflito, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes***.

Processo nº 4001956-34.2019.8.04.0000 - Revisão Criminal - Requerente: Willian Paiva Neves. (Defensora: Dra. Flávia Lopes de Oliveira - OAB/AM n.º 172047). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** (Promotor de Justiça: Dr. André Alecrim Marinho - OAB/AM n.º 2870). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Srª. Desª. Nélia Caminha Jorge. Revisor: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Nélia Caminha Jorge (Relatora)**, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques e Jorge Manoel Lopes Lins. **EMENTA**: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. DOSIMETRIA DA PENA. REINCIDÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE AÇÃO PENAL EM QUE EXTINTA A PUNIBILIDADE EM RAZÃO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. IMPOSSIBILIDADE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. I - Ação penal em que extinta a punibilidade em razão da prescrição da pretensão punitiva não pode ser utilizada, em nova ação, para fins de reincidência. II - Ainda que o requerente houvesse sido condenado nos autos da aludida ação penal, esta condenação não poderia ser utilizada para agravar sua pena, uma vez que condenação criminal pelo crime do art. 28 da Lei nº 11.343/2006 não é apta a gerar reincidência. Precedentes do STJ. III - Revisão criminal julgada procedente para afastar a aplicação da agravante de reincidência, reduzindo, por conseguinte, a pena fixada, aplicando regime inicial de cumprimento de pena mais brando. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em julgar procedente o pedido da revisão criminal, nos termos do voto da desembargadora relatora. ***Impedidos: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos e Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira***

Processo nº 4001383-93.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Origem: Vara Única de Barcelos(AM). **Agravante: LFA Agência de Viagens e Turismo Ltda.** (Advogados: Dra. Heloísa Pontes Maues - OAB/AM n.º 9667, Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça - OAB/AM n.º 3808, Dr. Sérgio Alberto Corrêa de Araújo - OAB/AM n.º 3749 e Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça - OAB/AM n.º 8340). **1.º Agravado: Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Município de Barcelos(AM) - SEMMAS. 2.º Agravado: Secretário Municipal Turismo do Município de Barcelos(AM).** (Advogados: Dr. Robert Merrill York Júnior - OAB/AM n.º 4416, Dr. Hugo Fernandes Levy Neto - OAB/AM n.º 4366, Dr. Victor Hugo Trindade Simões - OAB/AM n.º 9286 e Dra. Carolina Augusta Martins - OAB/AM N. 9989). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa (Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDIDA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. APREENSÃO DE EMBARCAÇÃO. CONSTRIÇÃO QUE VISA A PAGAMENTO DE TRIBUTO TIDO POR DEVIDO PELA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Nos termos do art. 7.º, inciso III, da lei n.º 12.016/09, para a concessão de medida liminar em sede de Mandado de Segurança, tornase necessário que estejam presentes o fundamento relevante e a ineficácia da medida; - O presente caso subsume-se à hipótese de aplicação análoga da orientação do enunciado n.º 323 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, que veda a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos, bem como da Súmula 547, cujo enunciado é o seguinte: "Não é lícito à autoridade proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais"; - Sendo assim, a vista de tudo o que foi exposto e, principalmente, da presença dos requisitos exigidos para a concessão da medida liminar pleiteada em primeira instância, impõe-se conhecer e dar provimento ao presente agravo de instrumento. **DECIDEM** as Colendas Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer do recurso e dar-lhe provimento. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos***.

Processo nº 4001268-72.2019.8.04.0000 - Revisão Criminal - Origem: 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. **Requerente: Ednaldo Souza da Silva.** (Advogado: Dr. Alessandro Cruz Reis - OAB/AM n.º 13337). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** (Promotora de Justiça: Dra. Maria Betusa da Silva Araújo - OAB/AM n.º 3635). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. Revisor**: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. **Procurador de Justiça**: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa (Relator)**, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques,Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth e Mirza Telma de Oliveira Cunha. **EMENTA**: REVISÃO CRIMINAL - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ART. 621, III, DO CPP - INEXISTÊNCIA DE NOVA PROVA - FATOS E ARGUMENTOS JÁ DEVIDAMENTE ANALISADOS NO CURSO DO PROCESSO ORIGINÁRIO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E JURÍDICA - PRETENSÃO EVIDENTE DE REAPRECIAÇÃO DE PROVAS - NÃO CONHECIMENTO DA AÇÃO. - A Revisão Criminal não se presta ao reexame de provas ou teses já apreciadas na sentença condenatória e nesta instância superior, principalmente quando já foram minuciosa e oportunamente analisadas as questões suscitadas na ação; - A matéria trazida à baila não traz nenhum fato novo, capaz de traduzir o reexame da matéria em sede revisional; - Não conhecimento da Revisão Criminal. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores

Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, e em discordância do parecer ministerial, em não conhecer a ação de Revisão Criminal. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 4001068-65.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança - Impetrantes: Rosinei Torres de Souza; Deborah Naveca Alecrim, Shelza Karen Maia, Daniel Ferreira de Castro e Fabio Junior de Souza Lima. (Advogado: Dr. Erivelt Sabino de Araujo - OAB/AM n.º 7920). **Impetrado: Município de Rio Preto da Eva(AM).** (Procuradora do Município: Dra. Syrslane Ferreira Navegante dos Santos). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª.Sandra Cal Oliveira. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João de Jesus Abdala Simões (Relator)**, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha e Djalma Martins da Costa. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA, INÉPCIA DA INICIAL E INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA NÃO CONFIGURADAS. CABIMENTO DO WRIT. AUSÊNCIA DE REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES. OMISSÃO CONFIGURADA. DIREITO LIQUIDO E CERTO AO INTEGRAL CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 427/2018. EFEITO RETROATIVO NÃO RECONHECIDO. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA. I - É iterativa a jurisprudência pátria no sentido de que não há a decadência do direito a impetração quando se trata de comportamento omissivo da autoridade impetrada, que se renova no tempo. II - Cabível a impetração de Mandado de Segurança postulando o reajuste de remuneração legalmente previsto, tendo em vista não consubstanciar típica ação de cobrança, mas ter por finalidade sanar omissão da autoridade coatora. III - In casu, o ente municipal não comprovou a alegada inexistência de dotação orçamentária, sendo certo que argumentos relativos à "reserva do possível" não podem ser invocados como forma de comprometer a remuneração daqueles já preencheram os requisitos legais para o alegado reajuste previsto na Lei municipal nº 427/2018. IV - Impossibilidade da cobrança de valores pretéritos à impetração, consoante enunciado da Sumula 269/STF. V - Segurança parcial concedida. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer ministerial (fls. 151/160), conceder parcialmente a segurança, nos termos do voto do Relator. **** Impedido: Exmo.Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 4000371-44.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Caren Juliana Moura de Souza. (Advogados: Dr. Frank Menezes da Silva - OAB/RO n.º 7240 e Dr. Antonio Juarez Bezerra Maia - OAB/RO n.º 8309). **Impetrado: Secretário de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM.** (Procuradores do Estado: Dr. Júlio Cezar Lima Brandão e Dra. Ingrid Monteiro). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Procuradora de Justiça**: Exma. Srª. Drª. Sandra Cal Oliveira. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes (Relator)**, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO DA SUSAM. PEDIDO DE NOMEAÇÃO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ART. 54, XIX, DA CONSTITUIÇÃO DO AMAZONAS. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA CONFORME DICÇÃO DO ART. 6º, § 5º DA LEI 12.016/2009. 1. A impetração deve ser dirigida contra a autoridade que detenha poderes e meios para praticar o ato ordenado pelo Judiciário; 2. O art. 554, XIX, da Constituição Estadual, determina a competência privativa do Governador do Estado do Amazonas para a nomeação em cargos públicos. Logo, é ele o único legitimado para figurar no polo passivo de ação mandamental impetrada com esta finalidade. 3. Assim, imperioso o reconhecimento da ilegitimidade do Secretário Estadual de Saúde e, na dicção do art. 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009, a denegação da segurança. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Amazonas, em DENEGAR A SEGURANÇA, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o parecer do Ministério Público.". Julgado. ***Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis dos Santos.***

Processo nº 4000316-93.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança (adiado/sessão anterior). **Impetrante: Mário Fontinele Olímpio Neto -** Representado por Daniela Cristina dos Santos Araújo. (Advogado: Dr. Geraldo Henrique Dutra de Magalhães - OAB/AM n.º 11072). **Impetrado: Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas-Seduc. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Procuradora de Justiça**: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Jomar Ricardo Saunders Fernandes (Relator)**, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, Djalma Martins da Costa, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jorge Manoel Lopes Lins e Nélia Caminha Jorge. **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE MATRÍCULA EM ESCOLA ESTADUAL. PROXIMIDADE COM A RESIDÊNCIA DO MENOR. VAGA OFERECIDA. ALUNO DEVIDAMENTE MATRICULADO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. 1. A pretensão mandamental consiste em obter pronunciamento judicial obrigando o impetrada a disponibilizar vaga em escola estadual próxima à residência do menor. 2. Ocorre que, após a impetração do presente mandamus, a autoridade coatora providenciou a matrícula do aluno na almejada instituição de ensino. 3. Tal situação, portanto, resulta perda do objeto, impondo-se a extinção do feito, sem resolução de mérito, por ausência do interesse de agir, nos moldes do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. 4. Segurança denegada, conforme a dicção do art. 6º, § 5º, da Lei 12.016/2009. **ACORDAM** os Excelentíssimos Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em DENEGAR A SEGURANÇA REQUERIDA, em consonância com o parecer do Ministério Público. **** Impedido: Exmo. Sr. Des. Délcio Luis Santos.***

Processo nº 0658188-19.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública. **Impetrante: Claudio Couto Reis.** (Advogados: Dr. Mario Jorge Oliveira de Paula Filho - OAB/AM n.º 2908, Dr. Célio Alberto Cruz de Oliveira - OAB/AM n.º 2906, Dr. Anelson Brito de Souza - OAB/AM n.º 5342, Dr. Antônio Tavares Ferreira Costa - OAB/AM n.º 6941, Dra. Tayana Maria Jana Pinto - OAB/AM n.º 4455, Dra. Jacqueline Freire Bitar - OAB/AM n.º 8810 e Dra. Jéssica Lopes de Lima - OAB/AM n.º 10184). **Impetrados: Prefeito Municipal de Manaus(AM) e Secretário Municipal de Finanças Públicas da Prefeitura de Manaus(AM). Presidente**: Exma. Sra. Desª. Nélia Caminha Jorge. **Relator: Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira. Procuradora de Justiça**:Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Domingos Jorge Chalub Pereira (Relator)**, Paulo César Caminha e Lima, Cláudio César Ramalheira Roessing, Sabino da Silva

Marques, Jorge Manoel Lopes Lins, Nélia Caminha Jorge, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Mirza Telma de Oliveira Cunha, João de Jesus Abdala Simões, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa e Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **EMENTA**: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - PROTESTO - DÍVIDA ATIVA - CERTIDÃO - ATO LEGAL - PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - DILAÇÃO PROBATÓRIA - MEIO INADEQUADO - IMPOSSIBILIDADE: - O protesto da CDA é instrumento jurídico constitucional e proporcional para induzir o sujeito passivo tributário ao adimplemento da obrigação. - A presunção de legitimidade da Certidão da Dívida Ativa impõe ao devedor a prova suficiente de que há nulidade ou irregularidade no referido ato - O mandado de segurança, ante a impossibilidade de dilação probatória, não se mostra o meio processual hábil apto a desconstituir a presunção de legitimidade de certidão de dívida ativa. SEGURANÇA DENEGADA. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Câmaras Reunidas deste Egrégio Tribunal, por unanimidade de votos, em denegar a segurança pretendida, conforme as razões constantes do voto condutor desta decisão.

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 23 agosto de 2019. (a) - Maria Goreth Souza Ruiz.

Intimação

Câmaras Reunidas-Vice-Presidência

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0005049-44.2017.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Impetrante **Raimundo Gerson Souza da Costa**, Advogados: Dr. Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Dr. Oldeney Sá Valente (970/AM) e Impetrado **Secretaria de Estado da Administração e Gestão – Sead**, Procurador: Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM). Fica a parte **Impetrante/Exequente** intimada, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Dr. Oldeney Sá Valente (970/AM)**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a Impugnação às fls. 144/153. Em 21/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Cumprimento Provisório de Sentença N.º 0001547-29.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Exequente **João Ademir Hister,** Advogados: Dr. Alberto César Hister Pamplona (10.427/AM), Dr. Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (1520/AM) e Drª. Ione da Costa Souza (2759/AM) e Executado **Município de Apuí(AM),** fica a parte Exequente intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr**. **Alberto César Hister Pamplona (10.427/AM),** para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar o vicio, sob pena de considerar ineficaz o ato praticado e consequente arquivamento dos autos, respondendo ainda o advogado pelas despesas e por perdas e danos, na forma do §2º do art. 104 do CPC/2015, bem como determina a suspensão do processo, pelo prazo acima estabelecido. Na mesma oportunidade, determina que seja juntado aos presentes autos, comprovação da comunicação ao **Dr. Carlos Evaldo Terrinha de Almeida (OAB/AM-1520)**, da revogação de poderes de fl. 08, conforme disciplina do art. 687 do CC/2002, ***in verbis***. Em 22.08.2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Ação Rescisória N.º 4002678-10.2015.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Autor/Exequente **Mil Madeiras Preciosas Ltda.**, Advogado: Dr. Enysson Alcântara Barroso (5097/AM) e Ré/Executada **Maria de Fátima Benezar de Menezes**, Advogado: Dr. Élio Francisco de Carvalho (A493/AM). Ficam as partes **Autor e Ré** intimadas, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Enysson Alcântara Barroso (5097/AM) e Dr. Élio Francisco de Carvalho (A493/AM)**, para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 556. Em 19/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0632539-23.2016.8.04.0001/Manaus (AM)**, em que é Impetrante **Rafaela Faria Gomes da Silva**, Advogados: Dr. Alexandre Viana Freire (9947/AM) e Drª Mayka Salomão Cordeiro Viana (6321/AM) e Impetrado **Secretaria de Estado da Saude - Susam**, Procuradores: Dr. Janilson da Costa Barros (13152/AM), Drª Debora Bandeira Koenow (12898/AM), Drª Sálvia Haddad (3529/AM), Dr. Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM). Fica a parte **Exequente** intimada, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Alexandre Viana Freire (9947/AM) e Drª Mayka Salomão Cordeiro Viana (6321/AM)**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a Impugnação de fls. 207/214. Em 13/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 2.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública N.º 0003426-71.2019.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Exequente **José Carlos Ferraz Fonseca**, Advogado: Dr. Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Executado **Estado do Amazonas**, Procuradora: Drª Élida de Lima Reis Corrêa (7458/AM). Fica a parte **Exequente** intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr. Márcio Silva Teixeira (4672/AM)**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre o cumprimento da obrigação que pretendia ver implementada, bem como para requerer o que entender de direito. Em 19/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0009228-26.2014.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que são Impetrantes **Midian Barbosa Azevedo e outros**, Advogados: Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM) e Impetrado **Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas**, Procuradores: Dr. Carlos Alexandre M. De C. M. De Matos (2364/AM), Drª Luciana Barroso de Freitas (5144/AM), Drª Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM). Ficam as partes **Impetrantes/Exequentes** intimadas, na pessoa de seu Advogado, **Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)**, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre o pedido de suspensão do feito, formulado pelo Estado do Amazonas (fls. 735/736). Em 19/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Mandado de Segurança Cível N.º 0003488-34.2007.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que são Impetrantes **Roberval Cabral da Silva e outros**, Advogada: Drª Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Impetrado **Prefeitura Municipal de Manaus**, Procurador: Dr. Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM). Ficam os **Impetrantes** intimados, na pessoa de sua Advogada, **Drª Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM)**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Em 19/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Cumprimento de Sentença N.º 0007891-60.2018.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Exequente **Virgínia Marília Mello de Araújo (Sucessora de Aristocles Platão Bezerra de Araújo)**, Advogado: Dr. Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) e Executado **Estado do Amazonas**. Fica a parte **Exequente** intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr. Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM)**, para, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar-se nos autos informando se houve habilitação anterior de **Virgínia Marília Mello de Araújo**, sob pena de extinção do feito por abandono processual. Em 16/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Petição Cível N.º 0009590-28.2014.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Exequente **Maria José Paixão de Andrade**, Advogada: Drª Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) e Executado **Governo do Estado do Amazonas**, Procuradores: Drª Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM), Dr. Vítor Barbosa de Oliveira (8285/TO), Drª Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/

AM), Drª Isabela Peres Russo (3198/AM), Drª Luciana Barroso de Freitas (5144/AM). Fica a parte **Exequente** intimada, na pessoa de sua Advogada, **Drª Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)**, para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 533. Em 16/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Cumprimento Provisório de Sentença N.º 0004035-54.2019.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que é Exequente **E. B. B. Dabela**, Advogado: Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM) e Executado **Postos Aquarius Ltda**, Advogados: Dr. Antônio Fábio Barros de Mendonça (2275/AM) e Dr. Sandro Abreu Torres (4078/AM). Fica o **Executado** intimado, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Antônio Fábio Barros de Mendonça (2275/AM)** e **Dr. Sandro Abreu Torres (4078/AM)**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário, caso transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, ressalva-se que será iniciado no prazo prazo de 15 (quinze) dias, para fins de apresentação de impugnação (art. 525, NCPC) . Em 15/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1**, nos autos de **Cumprimento Provisório de Sentença N.º 0008035-34.2018.8.04.0000/Manaus (AM)**, em que são Exequentes **Cilena Maria Rolim de Matos e outros**, Advogados: Drª Erika Paiva Ponce e Silva (10795/AM) e Dr. Wellyngton da Silva e Silva (422A/AM) e Executado **Município de Maués (AM)**, Procurador: Dr. Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM). Ficam os **Exequentes** intimados, na pessoa de seus Advogados, **Drª Erika Paiva Ponce e Silva (10795/AM) e Dr. Wellyngton da Silva e Silva (422A/AM)**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o pedido constante das fls. 204/209. Em 14/08/2019. Desembargador **Vice-Presidência - Juiz 1.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 23 de agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0637958-19.2019.8.04.0001,** Manaus/Am em que é Impetrante **Lilian Mendes da Silva,** advogados: Dr. André de Souza Oliveira (5219/AM), Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Drª. Lucélia Machado Dias (11279/AM), Dr. Indiana Cardoso Machado (10016/AM), Dr. Amós Rafael Hsu de Souza (14817/AM) e Impetrado **O Estado do Amazonas.** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. André de Souza Oliveira (5219/AM), Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Drª. Lucélia Machado Dias (11279/AM), Dr. Indiana Cardoso Machado (10016/AM), Dr. Amós Rafael Hsu de Souza (14817/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 34/37, com o seguinte conteúdo: "(...) Ao exposto, diante da ilegitimidade dos Secretários de Estado e do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas para figurar como autoridade coatora do presente mandamus, extingue-se o processo sem resolução mérito e em consequência, denega-se a segurança vindicada, na forma dos arts. 6°, §5° e 10, ambos da Lei nº 12.016/09 e art. 187, do Regimento Interno do TJAM.". Em 22 de agosto de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator nos autos de **Reclamação** nº **4003924-02.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Marcia Alves Marques,** advogado Dr. Bruno Rodrigo Vale Palheta (7932/AM) e Reclamado **Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.** Fica a parte Requerente intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Bruno Rodrigo Vale Palheta (7932/AM),** para se manifestar acerca da presente arguição . Em 22 de agosto de 2019. Desembargador **Aristóteles Lima Thury - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Sabino da Silva Marques**, Relator nos autos de **Agravo de Instrumento** nº **4003952-67.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** procurador Dr. Luis Eduardo Mendes Dantas (12897/AM) e Agravado **Coopenure - Cooperativa de Trabalho dos Enfermeiros de Urgência e Emergência do Amazonas,** advogada Drª. Carmen Lucia de Andrade Magalhães Costa (69077/RJ). Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Carmen Lucia de Andrade Magalhães Costa (69077/RJ),** para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Em 22 de agosto de 2019. Desembargador **Sabino da Silva Marques - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Wellington José de Araújo**, Relator nos autos de **Petição Cível N.º 0001827-05.2016.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Requerente **Francisco Maciel do Nascimento,** Advogado: Dr. Francisco Maciel do Nascimento (2091/AM) e Requerido **Banco da Amazônia S/A,** Advogados: Dr. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (281005/SP), Dr. Silas Araújo Lima (1738/TO) e Dr. Polly Weudson Fernandes de Souza (1588/RR), ficam as partes Requerente e Requerida intimadas, na pessoa de seus Advogados, **Dr. Francisco Maciel do Nascimento (2091/AM), Dr. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (281005/SP), Dr. Silas Araújo Lima (1738/TO) e Dr. Polly Weudson Fernandes de Souza (1588/RR),** tomarem ciência do inteiro teor da decisão monocrática de fls. 240/243, dos autos referidos. Em 22.08.2019. Desembargador **Wellington José de Araújo – Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 23 de Agosto de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing , torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados na Sessão do dia **09.09.2019**, segunda-feira, às 09:00h, no Plenário da 1ª Câmara Cível, 3º andar, situado no Edificio Arnoldo Péres, Av. Andre Araújo, s/nº - Aleixo, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas. As inscrições para sustentação oral somente serão aceitas antes de iniciada a sessão, nos termos do artigo 114, § 2º da Resolução 72/84 - Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Relatora: Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Membros: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles e Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste o Des. Paulo César Caminha e Lima.

Agravo de Instrumento nº 4005229-55.2018.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
]**Agravante: Melo Distribuidora de Peças Ltda** Advogados: Drs. Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146360/SP) e Clarissa Giordana R. Corado (OAB: 13836/AM) **Agravada: DCP Assessoria e Consultoria Empresarial Ltda Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0605726-56.2016.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante/Apelado: Banco do Brasil S.A. Advogado: Dr. Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) **Apelante/Apelado: Wellington da Silva Moreira** Advogados: Drs. Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM), Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM) e Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB: 10435/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0632343-87.2015.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante: Braga Veículos Ltda. Advogados: Drs. Jose Ricardo Gomes de Oliveira (OAB: 5254/AM) e Sarah Maia Viana (OAB: 11440/AM) **Apelado: Barauto Comercio de Peças Automotivas Ltda, Na Pessoa do Sócio-administrador Lúcio Nogueira Lim Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Apelação Cível nº 0601262-23.2015.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Construtora Capital S/A Advogadas: Dras. Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM) **Apelado: Sadi Diniz Navegante Junior** Advogadas: Dras. Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB: 5154/AM) e Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB: 1964/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0600654-20.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante: Josimar Neves da Silva Advogados: Drs. Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM) e Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM) **Apelado: Banco Bonsucesso Consignado S.A** Advogada: Dra. Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0622564-40.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Reticlefe Nunes da Silva Advogados: Drs. Miguel Barrela Filho (OAB: 1622/AM) e Bruna Lucena dos Santos (OAB: 9653/AM) **Apelada: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs** Advogados: Drs. Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM), Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) e José Alexandre Serrão Rodrigues (OAB: 10257/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Apelação Cível nº 0621765-60.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Arthur Marcel Batista Gomes (OAB: 26983/PA) **Apelada: Alzieny dos Santos Brito** Advogado: Dr. José Luiz Cantuaria dos Reis (OAB: 2896/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0652880-02.2018.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Airton Pereira de Souza Advogado: Dr. Douglas Herculano Barbosa (OAB: 6407/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Dr. Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos (OAB: 2364/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0048164-40.2002.8.04.0001
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Banco do Brasil S/A Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) **Apelada: Sandra Rodrigues Arraes Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Remessa Necessária Cível nº 0002845-78.2014.8.04.3800
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Requerente: Ivan Cardoso Valente Filho Advogados: Drs. Leandro Castilho (OAB: 6082/AM) e Christiane Saraiva Domingues (OAB: 6568/AM) **Requerido: Municipio de Coari/am Representa: Adail José Figueiredo Pinheiro** Procurador: Dr. Bruno Gomes Pires (OAB: 7640/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Membros: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles e Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Exma. Sra Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4005366-37.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Agravante: Ricardo Conceição Costa Menezes Advogados: Drs. Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB: 9836/AM) e Carlos Carioca da Costa Filho (OAB: 14349/AM) **Agravado: O Estado do Amazonas** Procurador: Dr. Paulo José Gomes de Carvalho (OAB: 1124/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4002768-76.2019.8.04.0000
Origem: Vara Única de Boca do Acre
Juiz Prolator: Joana dos Santos Meirelles
Agravante: Pedro Pinheiro de Melo Advogadas: Dras. Larissa Campos Rubim (OAB: 11145/AM) e Goreth Campos Rubim (OAB: 8542/AM) **Agravado: Pablo Oliveira de Melo** Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas Reptado: Maria Sebastiana Merculino de Oliveira **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira
Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0634107-06.2018.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Mylena Ramos Bonfim Advogado: Dr. Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM) **Apelado: Norte Móveis - Móveis Projetados** Advogado: Dr. Andre Liz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0623851-04.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogados: Drs. Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) e Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) **Apelado: João Macena da Silva** Advogado: Dr. Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0618130-71.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Maria Cathia Bruce Palma Lima Advogada: Dra. Eliane de Aguiar Oliveira (OAB: 4651/AM) **Apelada: Manaus**

Ambiental S/A Advogado: Dr. Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0627133-84.2017.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social Procurador: Dr. Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ) **Apelado: Marcelo Pereira da Silva** Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0636973-21.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: O Estado do Amazonas Procurador: Dr. Júlio Cezar Lima Brandão (OAB: 2258/AM) **Apelado: Virgilio Cesar Costeira de Mendonça Rosas** Advogada: Dra. Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0632452-67.2016.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Raimundo Lopes Nunes Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social** Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0604494-09.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante/Apelada: Autcom Engenharia Ltda. Advogada: Dra. Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM) **Apelante/ Apelada: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás** Advogados: Drs. Erika Monique Paraense Serra Vasconcelos (OAB: 14935/PA), Felipe Antonio Lopes Santos (OAB: 7250/AM) e César Augusto de Pinho Pereira (OAB: 17712/BA) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0642138-83.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante: Banco Bmg S/A Advogados: DRs. Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE), Hugo Neves de Morães Andrade (OAB: 23798/PE), Bruno Ribeiro de Souza (OAB: 30169/PE) e Indiana Cardoso Machado (OAB: 10016/AM) **Apelada: Maria da Conceição Correa de Sousa** Advogadas: Penelope A. Antony Lira (OAB: 7357/AM) e Yonete Melo das Chagas (OAB: 8827/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0610729-55.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Juliana Rodrigues Cavalcante Advogada: Dra. Michelle Pereira Cruz. (OAB: 7072/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Dr. Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0635865-25.2015.8.04.0001
Origem: 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Marcos Santos Maciel
Apelantes: P. F. A. e M. Z. de A. A. Advogada: Dra Maria Nafice de Oliveira (OAB: 3929/AM) **Apelada: T. G. de O. A. Representa: T. K. de O. N.** Advogado: Dr. Jean Carlos Pinto da Silva (OAB: 5328/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0621206-06.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Rejane Clicia Velozo dos Santos Advogada: Dra. Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procurador: Dr. Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0002664-77.2014.8.04.3800
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari/am Representa: Adail José Figueiredo Pinheiro Advogada: Dra. Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM) **Apelado: Miguel de Oliveira Lima** Advogado: Dr. Leandro Castilho (OAB: 6082/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0615568-26.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Liliane Rodrigues Pires Advogados: Drs. Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM), Fábio Fernando Silva Azevedo (OAB: 9144/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Dra. Sálvia Haddad Gurgel Amaral (OAB: 3529/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0636638-41.2013.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Banco Itaú S/A Advogados: Drs. Pryscila Duarte Nunes (OAB: 34198/PE), Gisele Sampaio Fernandes (OAB: 4621/AM) e Antonio Braz da Silva (OAB: 12450/PE) **Apelado: HELTON MACHADO DE SOUZA Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Apelação Cível nº 0605510-95.2016.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Banco Itaucard S/A Advogada: Dra. Cristiane Belinati Garcia Lopes (OAB: 751A/AM) **Apelado: João Lopes de Almeida Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste o Exm. Sr Des. Anselmo Chíxaro.

Agravo de Instrumento nº 4001651-50.2019.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante: Maria do Perpetuo Socorro Reboucas Alencar Advogado: Dr. Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB: 11333/AM) **Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A** Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0002584-03.2016.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Luis Claudio Cabral Chaves
Apelante: Município de Tefé/am - Prefeitura do Município Procurador: Dr. Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM) **Apelado: Leonilda Pereira Texeira** Advogado: Dr. Klaus Oliveira de Queiroz (OAB: 3799/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0634203-89.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante/Apelado: Renato Franklin de Souza Pedraça Advogado: Dr. Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB: 12738/AM) **Apelante/Apelada: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A** Advogadas: Dras. Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Cintia Almeida Prado (OAB: 12891/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0606800-48.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante: Angela Maria Junqueira, Advogado: Dr. Ehud Emanuel Adensur Santos (OAB: 10760/AM) **Apelada: Maria Raimunda Meireles de Assunção** Advogados: Drs. Sueli Silva Luz (OAB: 9154/AM) e Silas Araújo Lima (OAB: 1738/TO) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0607560-31.2015.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelantes: Roldanio José Rego Oliveira e André Ferreira da Silva Advogados: Drs. João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM) e Deize da Silva Vasconcelos (OAB: 3058/AM) **Apelado: O Estado do Amazonas** Procuradora: Dra. Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Apelação Cível nº 0637442-33.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Gervazio da Silva Pereira Advogada: Dra. Camila Cordeiro Batista (OAB: 10930/AM) **Apelado: Banco Bmg S/A** Advogada: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0640354-71.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: O Estado do Amazonas Procuradora: Dr. Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI) **Apelado: Allan Cardek de Oliveira Soares** Advogado: Dr. Romulo José de Barros Lins, em causa própria **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0623787-96.2015.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Amarinthis Gonçalves Pacheco Defensor: Dr. Vitor Kikuda (OAB: 424A/AM) **Apelado: Francisco Geraldo Gonçalves Rosa** Advogado: Drs. Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM) e Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Remessa Necessária Cível nº 0613646-13.2018.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor: Dr. Antônio José Mancilha (OAB: 1031MPAM/AM) **Requerido: Haryson Otacy Brito Rombaldi** Advogada: Dra. Elisa Oliveira da Silva Bentes (OAB: 11261/AM) **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles**

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Averbação de Suspeição: Exmo. Sr. Des. Paulo Lima

JULGAMENTOS EM MESA

Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0001192-87.2017.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Embargante: O Estado do Amazonas Procuradora: Dra. Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) **Embargado: Ranyer Marques Costa** Advogados: Drs. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM), Cândido Honório Soares Ferreira Neto (5199/AM), Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (8441/AM), Adolpho Mauro Maues Nazareth (5540/AM) e André Luiz Duarte da Cruz (7694/AM) **RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Embargos de Declaração Cível nº 0001522-16.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) **Embargados: Norma Gomes de Sá e Jose Araripe Filho** Advogada: Dra. Djane Oliveira Marinho (5849/AM)
RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0002212-45.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (86415/RJ) **Embargada: Marcia Ferreira de Souza** Advogada: Dra. Djane Oliveira Marinho (5849/AM) **RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo**

Embargos de Declaração Cível nº 0003545-32.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Embargante: Empresa de Jornais Calderaro Ltda Advogados: Drs. Roberta Nina Alcântara Barroso (12189/AM), Walter Siqueira Brito (4186/AM) e Júlio Antonio de Jorge Lopes (2023/AM) **Embargada: Ammac Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.** Advogados: Drs. Raphael Quintiliano Pazuello (8881/AM) e Maria Kátia Batista Martins (9581/AM)
RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005116-38.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Embargantes: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda e Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) **Embargada: Glaucia Didia Soares Lasmar** Advogado: Dr. Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (7607/AM)
RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005144-06.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogados: Drs. Pedro Camara Junior (2834/AM), Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Emilly Bianca Ferreira dos Santos (14369/AM) **Embargado: Walter Luiz Lima Neves** Advogada: Dra. CINTIA PINHEIRO DOS SANTOS (5433/AM)
RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração Cível nº 0005286-

10.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Embargante: Condomínio Residencial Quinta das Laranjeiras Advogada: Dra. Luciana Morais Avelar (A633AM) **Embargado: Civicorp Incorporções Ltda.** Advogados: Drs. Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM), Wellington de Amorim Alves (2993/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM)
RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Des. Anselmo Chíxaro

Agravo Interno Cível nº 0003828-55.2019.8.04.0000
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Agravante: Hapvida Assistencia Medica Ltda Advogados: Drs. Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) e Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM) **Agravada: Bda Serviços Em Construções e Comércio de Alimentos Ltda - Epp** Advogados: Drs. Debora de Campos Frota (OAB: 10140/AM) e Kennio Souza Azevedo (OAB: 10487/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Embargos de Declaração Cível nº 0004366-36.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Embargante: Franciney Ribeiro dos Santos Advogado: Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) **Embargado: O Estado do Amazonas** Procurador: Dr. Luís Carlos de Paula e Souza (900555/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0004697-18.2019.8.04.0000
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Embargante: Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogados: Drs. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Raphaela Batista de Oliveira (9169/AC), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) **Embargados: Kamyla Sabino dos Santos e Dulcimar de Araujo Sabino** Advogados: Drs. Fabio Luis Sanches de Paula (8879/AM) e Francisco de Paula (5363/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro**

Embargos de Declaração Cível nº 0004723-16.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Embargante: Mercantil Nova Era Ltda Advogados: Drs. Ana Rita Lima Freire (3056/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM) **Embargada: Mococa S/A Produtos Alimentícios** Advogada: Dra. Fernanda Seabra Luciano Aires (25497/GO)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração Cível nº 0005133-74.2019.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Embargante: Ricardo Trautwein Facci Advogados: Drs. Roberto Nonato Paiva de Souza (5496/AM), Ruy Miraglia da Silveira (723A/AM) e Ariane Andrade da Silva (10809/AM) **Embargado: Unipar SPE Moradas do Parque Ltda** Advogados: Drs. Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM), Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Desa. Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração Cível nº 0004591-56.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Embargante: Maria Clice Marques Advogada: Dra. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM) **Embargada: Ivania de Oliveira Neves** Advogados: Drs. Mário André de Oliveira Cardoso (8329/AM) e Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (9517/AM) **Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração Cível nº 0004792-48.2019.8.04.0000
Origem: Vara Única de São Gabriel da Cachoeira
Juiz Prolator: Tânia Mara Granito
Embargante: Banco Cruzeiro do Sul S.A Advogados: Drs. Benedicto Celso Junior (1133A/AM), Taylise Catarina Rogério Seixas (182694A/SP) e Frederico Santos Paiva (6569/AM) **Embargada: Elza Miranda da Silva** Advogada: Dra. Shirlene Azevedo Pinto (8052/AM) Procuradora : Dra. Maria José da Silva Nazaré
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração Cível nº 0004865-20.2019.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Embargante: Murano Veículos Ltda Advogados: Drs. Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA) e Julio Cesar Franco de Souza (6415/AM) **Embargada: Luzimeire Damasceno Cavalcante- Mei** Advogada: Dra. Vanda Cardoso Graciano Veloso (A594/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração Cível nº 0004908-54.2019.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Embargante: Manaus Ambiental S/A Advogado: Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) **Embargado: Esmeraldo Secatti** Advogada: Dra. Paloma de Souza Sicsú (7186/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração Cível nº 0004990-85.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Embargante: Toyota do Brasil Ltda. Advogados: Drs. Pedro Andrade Trigo (16.892/BA), Ricardo Santos de Almeida (26312/BA) e Marlon Bruno Costa Oliveira (37020/BA) **Embargada: Luciana Maria Lima Azevedo** Advogados: Drs. Antônio Fabio Barros de Mendonça (2275/AM) e Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Embargos de Terceiro nº 0003039-90.2018.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Embargantes: Sebastiao Carlos Maia de Carvalho, Carla Larissa Braule Pinto de Carvalho e Manuel da Rocha Carvalho Neto Advogado: Dr. Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) **Embargado: Ivan Serrão da Silva Júnior** Advogado: Dr. Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) **Embargada: Andrea Arouca Reis** Advogada: Dra. Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB: 10797/AM) **Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior**

Manaus, 23 de agosto de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes - Mat. 2631
Assistente da Secretária

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004009-**

85.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é **Agravante: Mútua de Assistência dos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. (Advogado(a): Dr(a). Cristiane Lara de Oliveira, Ricardo de Paula Ribeiro(20324/DF, 15928/DF). **Agravado: Abrange Negocios Empresariais Guia Telefonico Comercio e Prestacao de Servicos Telemarketing Ltda - Me**. (Advogado(a): Dr(a).Leandro Cassemiro de Oliveira(153170/SP**). DECISÃO**: "Pelo exposto, intime-se o Agravante para que se manifeste acerca do cabimento de seu recurso. Cumpra-se." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005466-26.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Diego Araujo Cabral.** (Advogado:Jonny Cleuter Simões Mendonça8340/AM e **Embargado: Dahilton Normando Cabral**. (Advogado: [Karina Tatiana da Câmara Elias 5420/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dra. Karina Tatiana da Câmara Elias (5420/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005525-14.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Fazenda Pública do Estado do Amazona**s. (Advogado:Adriane Simões Assayag Ribeiro2531/AM e **Embargado: ABF Administração e Participação LTDA**. (Advogado: [Roberto Carlos Keppler 68931/SP]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Roberto Carlos Keppler (68931/SP) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0005530-36.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Fábio Marques Aires França**. (Advogado:Robert Merril York Jr., Hugo Fernandes Levy Neto4416/AM, 4366/AM e **Embargado: Henner Santos Menezes**. (Advogado: [Clemente Augusto Gomes, Carlos Eduardo Mansur Rios 438/AM, 11645/GO]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Clemente Augusto Gomes, Carlos Eduardo Mansur Rios (438/AM, 11645/GO) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0626594-60.2013.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Safra S.A..** (Advogado(a): Dr(a). Paulo Sergio Braga Barbosa, Ivanildo Rodrigues da Gama Junior(97272/SP, 8525/PA). **Apelado: Pé Collection Comercio LTDA**. (Advogado(a): Dr(a).Rubenito Cardoso da Silva Júnior e Outros(4947/AM). **DECISÃO: "**O pedido da parte Apelante se caracteriza como desistência de seu recurso, conduta autorizada pelo artigo 998 do Código de Processo Civil. Pelo exposto, declaro extinto o presente procedimento recursal." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo Regimental Cível nº 0005532-06.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Agravante: Poli Engenharia Ltda** (Advogado(a): Dr(a). José Eldair de Souza Martins 1822/AM) e **Agravado: Nelson Sobanski** (Advogado(a): Dr(a). Lídia Maura Lopes da Costa 6399/AM), fica INTIMADO o agravado, por meio de seu advogado Dr(a). Lídia Maura Lopes da Costa 6399/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj**. PT**

Conclusões de Acórdãos

Processo: 0000826-50.2013.8.04.5800 - Apelação Cível, 2ª Vara de Maués; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM); Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Yara Rebeca Albuquerque Marinho de Paula; Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFETIVAÇÃO JUDICIAL DE POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA. DESLOCAMENTO DE CONTINGENTE POLICIAL E DE VIATURAS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE OMISSÃO ESPECÍFICA DO PODER EXECUTIVO. ESCOLHAS ADMINISTRATIVAS QUE PERTENCEM A JUÍZO DISCRICIONÁRIO. INTERFERÊNCIA JUDICIAL QUE VIOLARIA A SEPARAÇÃO DOS PODERES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA REFORMADA. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0001401-10.2014.8.04.3800 - Apelação Cível, 1ª Vara de Coari; Apelante: Banco do Brasil S/A; Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM); Apelado: Leandro Castro de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ABANDONO DA CAUSA. NÃO CONFIGURADO. EXTINÇÃO DO PROCESSO NOS TERMOS DO ART. 485, III, DO CPC. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- In casu, em despacho de p. 87 do di 06 de Julho de 2017, o MM. Juiz determinou a suspensão da tramitação do processo, para que a parte fosse intimada, mediante AR e/ou Oficial de Justiça, para constituir novo advogado, regularizando a representação processual, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito; - A Carta de Intimação foi expedida dia 20 de Julho de 2017 (p. 89), com AR positivo dia 24/07/2017. No dia 09 de Agosto de 2017, o Autor peticionou nos autos (p. 91), requerendo a habilitação de seu novo causídico, Dr. Maurício Coimbra Guilherme Ferreira, OAB n.º 91.811. Entretanto, no dia 16 de Outubro de 2017, o Magistrado de piso extinguiu o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, III, do CPC; - Nota-se, que no caso dos autos não restou configurado o abandono da parte, tendo em vista sua petição às fls. 91, e ainda que houvesse o abandono, conforme §1.º, do Artigo 485, do CPC, a parte deve ser intimada pessoalmente;- Para que o processo seja extinto por abandono da causa, com fundamento no art. 485, III, do CPC, é necessário que o juiz proceda à intimação pessoal do autor para suprir a falta em 5 (cinco) dias, consoante previsto no §1.º do referido dispositivo legal, sendo necessária, ainda, a intimação – por publicação oficial ou pessoalmente – do advogado da parte;- Sentença anulada; - Recurso de apelação conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0001401-10.2014.8.04.3800, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0001700-62.2019.8.04.0000 - Remessa Necessária Cível, Vara Única de São Gabriel da Cachoeira; Requerente: R.A. Martins representado pelo Sr. Ricardo Almeida Martins; Advogado: Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB: 4100/AM); Requerido: Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira/am; Advogado: Leonardo Barroso Monteiro (OAB: 12619/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REMESSA NECESSÁRIA. EXECUÇÃO DE TÍTULO

EXTRAJUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO SUPERIOR A 100 (CEM) SALÁRIOS MÍNIMOS. NOTA DE EMPENHO. DOCUMENTO PÚBLICO. CPC/2015, ART. 784, II. NOTA FISCAL E NOTA DE EMPENHO. VENDA E ENTREGA DE MERCADORIAS COMPROVADA. LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA.- Sujeita-se ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença proferida em face do Município, que exceda o valor de 100 (cem) salários-mínimos.- Conforme precedentes emanados do Colendo STJ, a nota de empenho emitida por agente público é título executivo extrajudicial por ser dotada dos requisitos da liquidez, certeza e exigibilidade (STJ, REsp 894726 / RJ).- Se a aquisição e respectiva entrega de mercadorias foi demonstrada em razão de nota fiscal de serviço e empenho não impugnados pelo devedor, a hipótese é de reconhecer a existência da dívida.- Sentença confirmada em reexame necessário. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível n.º 0001700-62.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em confirmar a sentença em reexame necessário, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0002301-82.2013.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: Rosenildo Queiroz da Silva; Advogado: Marco Aurélio de Lima Choy (OAB: 4271/AM); Apelado: Antenor Moreira Paz; Advogado: Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MATÉRIA OFENSIVA VEICULADA EM SÍTIO ELETRÔNICO. PROPÓSITO DE DENEGRIR A IMAGEM DO NOTICIADO PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA.1. A matéria veiculada, sequer buscou informar os motivos pelos quais o Prefeito não pagou tais bolsas, se é que isso aconteceu, já que em nenhum momento foi comprovado algo sobre o não pagamento de tais bolsas sociais. 2. Mesmo que notícia seja verdadeira, a forma como ocorreu sua publicação denota uma parcialidade, resultando no desvirtuamento dos fatos com o nítido propósito de macular a imagem do apelado, extrapolando a liberdade de imprensa e de expressão.3. Apelação conhecida e não provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0002301-82.2013.8.04.7500, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0025769-20.2003.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco do Brasil S/A; Advogado: Antônio de Paula Bezerra (OAB: 2600/AM); Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM); Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048/AM); Apelado: Maria Eunice Pereira Perote; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FORÇADA POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE. ACORDO REALIZADO ENTRE AS PARTES. PROCESSO SUSPENSO. RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE. ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ERROR IN PROCEDENDO. NULIDADE SUSCITADA DE OFÍCIO. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. - Para que seja decretada a prescrição intercorrente é necessário que se siga os ditames processuais, não podendo uma decisão surpresa pronunciar a prescrição e extinguir a ação, sem a devida observância aos princípios da não surpresa e do contraditório, previsto no artigo 10 do CPC e art. 487, §1.º do mesmo diploma legal.- Ademais, a jurisprudência do STJ firmou o entendimento no sentido de que, para ser reconhecida a prescrição intercorrente, é necessária a intimação pessoal do exequente, o que não ocorreu na hipótese dos autos.- Assim, não observado o procedimento legal pelo Juízo Sentenciante, há error in procedendo, que é causa de nulidade do ato judicial. - Nulidade suscitada de ofício. - Apelação conhecida e provida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0025769-20.2003.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0027885-28.2005.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procuradora: Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM); Apelada: Elba Ribeiro de Queiroz; Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDENTE AJUIZADO PELO ESTADO DO AMAZONAS. LEGITIMIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NÃO CONSTITUEM DIREITO AUTÔNOMO DO PROCURADOR JUDICIAL. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO.1. Na esteira da remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os honorários advocatícios de sucumbência não constituem direito autônomo do procurador judicial quando vencedora a Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as empresas públicas, ou as sociedades de economia mista.2. Desta feita, o ente estatal possui legitimidade para ajuizar o incidente de cumprimento de sentença, visto que a verba cobrada integrará o patrimônio público da entidade.3. Apelação conhecida e provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0027885-28.2005.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0201282-84.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Graciete Castro; Advogado: Karla Keiko Buzaglo Koguchi (OAB: 6868/AM); Advogado: Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB: 1675/AM); Apelado: Ernandes Queiroz Vieira; Advogado: Arthemio Wagner Dantas de Oliveira (OAB: 2026/AM); Advogado: Daniel Octávio Silva Marinho (OAB: 4301/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA. MANUTENÇÃO DE POSSE. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PROCESSAMENTO DA DEMANDA PELAS VIAS ORDINÁRIAS. APELAÇÃO CONHECIDA. NÃO PROVIDA.1. As ações possessórias tem características próprias e voltadas exclusivamente à tutela da posse, ao direito da posse propriamente dito, portanto, possui um capítulo exclusivo no Código de Processo Civil. A parte apelante ao ajuizar a ação no primeiro grau de justiça, optou pela ação cautelar inominada, com pedido de liminar, o que não pode ser abarcado pelo princípio da fungibilidade processual das ações possessórias, que está insculpido no artigo 554, do CPC.2. A ação cautelar inominada não pode se apresentar demasiadamente ampla e ilimitada a ponto de se permitir sua utilização com a finalidade de garantir situações já especificamente tuteladas por outros tipos de ações, como as ações possessórias, portanto, cabia ao autor da ação, ou seja, a parte apelante, a utilização dos interditos possessórios para resguardar a situação fática narrada na exordial.3. Apelação conhecida e não provida. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes

autos de Apelação Cível n.º 0201282-84.2012.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0207145-89.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Estado do Amazonas; Procurador: Ticiano Alves e Silva (OAB: A764/AM); Apelada: Jacqueline de Oliveira Rossete; Advogada: Rosemary Alves de Oliveira (OAB: 5239/AM); Advogado: Paulo Sérgio L. Gomes Guimaraes (OAB: 1602E/AM); Advogado: Jefferson Laborda da Silva (OAB: 4322/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. CONSTRANGIMENTO DECORRENTE DE AÇÃO POLICIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO NO CONJUNTO PROBATÓRIO DO FATO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- A fixação econômica do dano moral muitas vezes cria situações controvertidas na doutrina e jurisprudência, em razão de o legislador pátrio ter optado, em detrimento dos sistemas tarifados, pela adoção do sistema denominado aberto, em que tal tarefa incumbe ao juiz, tendo em vista o bom-senso e determinados parâmetros de razoabilidade.- É imprescindível que se realize o arbitramento do dano moral com moderação, em atenção à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, proporcionalmente ao grau de culpa e ao porte econômico das partes.- Não se pode olvidar, consoante parcela da jurisprudência pátria, acolhedora da tese punitiva acerca da responsabilidade civil e da necessidade de desestimular o ofensor a repetir o ato.- Dadas as particularidades do caso em comento, dos fatos assentados pelas partes, bem como observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade (art. 944 do CC), o valor a título de dano moral, qual seja R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), deve ser reduzido para R$ 15.000,00 (quinze mil reais).- Sentença parcialmente reformada.- Recurso conhecido e provido em consonância com parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0207145-89.2010.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0209419-79.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara de Família; Apelante: M. F. da S. C.; Defensor: Taylor Augusto Tavares de Souza; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: E. N. de S. C.; Advogado: Nildo Nogueira Nunes (OAB: 2698/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE DIVÓRCIO CUMULADA COM PARTILHA DE BENS. COMUNHÃO PARCIAL DE BENS. IMÓVEL FINANCIADO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. PARTILHA DAS DÍVIDAS. RECURSO DESPROVIDO. 1. No regime de comunhão parcial de bens, partilham-se de igual sorte as dívidas e os bens adquiridos na constância do casamento. Assim, os débitos relativos a imóvel financiado durante o período de convivência entre os ex-nubentes devem ser partilhados em igual proporção entre os mesmos, nos termos do art. 1.660, I, do Código Civil.2. Recurso desprovido. Sentença mantida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0212998-79.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente; Apelante: O Município de Manaus; Procurador: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB: 5003/AM); Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Paulo Stélio Sarbá Guimarães (OAB: 50/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ÁREAS DE RISCO. OMISSÃO DO PODER PÚBLICO CONFIGURADA. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS. POSSIBILIDADE. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E À MORADIA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. O recorrente é parte legítima e pode suportar os comandos jurisdicionais oriundos desta ação civil pública, devendo adotar, isolada ou em conjunto com demais interessados, as medidas necessárias ao adequado ordenamento territorial da cidade de Manaus, notadamente no que se refere às áreas de risco indicadas nestes autos. 2. O caso dos autos não viola o postulado constitucional da separação de poderes, uma vez que o c. Supremo Tribunal Federal firmou entendimento sobre a possibilidade de intervenção excepcional do Poder Judiciário para determinar à Administração Pública omissa a adoção de medidas assecuratórias de direitos constitucionais reconhecidos como essenciais. 3. Apelação desprovida, em consonância com o Parquet. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0212998-79.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0219905-94.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família; Apelante: A. A. A. - M. I.; Representa: ELIZABETHE SILVA DO AMARANTE; Defensora: Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB: 18032/BA); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: A. da S. A.; Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 485, III DO CPC. INTIMAÇÃO DA AUTORA ENCAMINHADA PARA ENDEREÇO NOS AUTOS E RECEBIDA POR TERCEIRO. VÁLIDA. AUSÊNCIA DA CITAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO. ART. 6º DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 274, parágrafo único, do NCPC dispõe que serão presumidamente válidas as intimações encaminhadas ao endereço que foi informado nos autos, mesmo que não seja recebida pela parte interessada se a modificação temporária ou definitiva não tenha sido devidamente comunicada ao juízo, logo, a intimação realizada pelo magistrado está em consonância com o procedimento disposto no Código de Processo Civil. 2.Deve-se levar em consideração que por ser tratar de um órgão com uma alta demanda, deve-se cooperar com o seu bom funcionamento no patrocínio dos interesses daqueles que não possuem recursos para constituir defensor particular, sabe-se que é difícil que este consiga estar sempre atento aos atos proferidos nos autos dos processos, logo o magistrado tem que observar as normas previstas no nosso ordenamento, em razão do princípio da cooperação, devendo ter realizado a intimação também do Defensor Público conforme disposto no art. 270, parágrafo único c/c art. 246, §1º do CPC3. Recurso conhecido e provido em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO:

"VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0219905-94.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0220165-84.2009.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Manaus Previdência – MANAUSPREV; Advogado: Rafael da Cruz Lauria (OAB: 5716/AM); Apelada: Maria Dulce Brito da Silva; Advogado: Amazoneide Fernandes da Silva (OAB: 4279/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA. ART. 6.º DA EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 41/2003. DIREITO À PARIDADE. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS PROVENTOS NA MESMA PROPORÇÃO E NA MESMA DATA, SEMPRE QUE SE MODIFICAR A REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES NA ATIVA. PARÂMETRO UTILIZADO DEVE OBSERVAR A EQUIVALÊNCIA DO CARGO EM QUE SE DEU APOSENTADORIA E O CARGO EM ATIVIDADE. EQUIPARAÇÃO SALARIAL BASEADA EM CARGO COM ENQUADRAMENTO DIVERSO DO CARGO APOSENTATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- É incontroverso nos autos que a Autora, por ter se aposentado com arrimo no art. 6.º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, possui direito à paridade, devendo os seus proventos serem revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores na ativa.- Por outro lado equivocou-se a Autora quanto ao parâmetro utilizado para requerer a equiparação salarial, na medida em que o cargo apontado possui enquadramento diverso do cargo em que se deu a aposentadoria.- Recurso parcialmente provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o parecer ministerial, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0225116-43.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família; Apelante: J. M. D. P. e P. A. D. P. - M. I.; Representa: GEISA DE SOUSA DANTAS POTTER; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensora: Raquel El-bachá Figueiredo (OAB: 23953/BA); Apelado: P. F. L. P.; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS. MAJORAÇÃO DO PERCENTUAL. INCABÍVEL EM RAZÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE E CAPACIDADE. PERCENTUAL CALCULADO SOBRE OS GANHOS ATUAIS DO ALIMENTANTE AO INVÉS DO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- O encargo alimentício, deve guardar correspondência não apenas com as necessidades do alimentado, mas, também, levar em consideração a capacidade econômica do alimentante, nos termos do §1º do art. 1694 do Código Civil.- A necessidade dos menores, atualmente, com 11 (onze) e 8 (oito) anos de idade, embora presumida, deve ser dimensionada segundo o padrão de vida dos pais, a faixa etária e levando-se em consideração os custos tradicionalmente verificáveis diante do contexto familiar delineado nos autos, posto que a fixação da pensão alimentícia não pode, impor ao alimentante sacrifício excessivo de modo a comprometer sua própria subsistência. Afinal, o arbitramento da obrigação alimentar em valor exorbitante é prejudicial ao próprio alimentado, na medida em que resultará na impossibilidade de cumprimento do encargo pelo devedor.- O valor arbitrado em percentual calculado sobre o valor do salário mínimo demonstra-se inferior aquele sugerido pelo próprio alimentante, em razão de que entendo ser cabível a fixação do valor em 20% sobre o valor dos ganhos atuais do Apelado, conforme informado por este em sede de audiência.- Sentença reformada parcialmente.- Recurso conhecido e parcialmente provido em harmonia com parecer Ministerial.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0225116-43.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em harmonia com parecer Ministerial, conhecer do presente recurso, e no mérito, dar parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0228704-58.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP); Apelado: Ailton Rabelo de Sá; Advogado: Otávio Ferreira Mendes Filho (OAB: 4985/MT); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. SEGURADO RURAL. INCAPACIDADE PERMANENTE E MULTIPROFISSIONAL. LAUDOS PERICIAIS. DOENÇA DEGENERATIVA EM DECORRÊNCIA DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL. CONVERSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REMESSA ACOLHIDA. REFORMA DA SENTENÇA. RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA FIXADOS CONSOANTE ORIENTAÇÃO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. RECURSO DESPROVIDO.- Comprovados nos autos os requisitos prescritos por lei para a percepção de auxílio-doença acidentário e sendo descabida a reabilitação do segurado para outras atividades laborais, ante as condições pessoais como idade avançada, ausência de escolaridade, pouca possibilidade de reinserção no mercado e incapacidade permanente constatada, possível e recomendável a conversão do benefício previdenciário em aposentadoria por invalidez;- Conforme definido em tese repetitiva examinada no tema 905, o STJ reafirmou a aplicabilidade do art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, em relação aos juros moratórios incidentes sobre as condenações da Fazenda Pública em matéria previdenciária, bem como estabeleceu que, para esse tipo de relação jurídica, a correção monetária deve observar o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC;- Remessa acolhida.- Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso e acolher a remessa necessária, a fim de reformar a sentença, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0237368-88.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 64601/MG); Advogado: Roberto Venesia (OAB: 103541/MG); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG); Apelada: M.L. Barrela; Apelada: Maria de Lourdes Barrella; Advogado: Miguel Barrela Filho (OAB: 1622/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS APÓS PEDIDO DE DESISTÊNCIA. SENTENÇA QUE JULGOU TOTALMENTE PROCEDENTES OS EMBARGOS OPOSTOS PELO RÉU. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0237368-88.2011.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são

partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0242996-82.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família; Apelante: M. da R. S.; Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelada: N. de O. C.; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE GUARDA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, III DO CPC. INTIMAÇÃO POR AR RECEBIDA POR TERCEIRO NO ENDEREÇO INFORMADO NOS AUTOS. VÁLIDA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DEFENSORIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 270, PARÁGRAFO ÚNICO C/C ART. 246, §1º DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 274, parágrafo único, do NCPC dispõe que serão presumidamente válidas as intimações encaminhadas ao endereço que foi informado nos autos, mesmo que não seja recebida pela parte interessada se a modificação temporária ou definitiva não tenha sido devidamente comunicada ao juízo, logo, a intimação realizada pelo magistrado está em consonância com o procedimento disposto no Código de Processo Civil. 2. Quanto a intimação da Defensoria Pública, observa-se que não foi realizada, sendo intimada apenas a autora para esta se manifestar por meio do seu defensor, cumpre observar que conforme disposto no art. 270, parágrafo único c/c art. 246, §1º do CPC, este dispõe que as intimações da Defensoria Pública devem ser feitas por meio eletrônico em sistema de processos, analisando os autos não é encontrada a certidão da intimação eletrônica da Defensoria Pública. 3. Recurso conhecido e provido em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0242996-82.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, em consonância com o parecer ministerial.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0251986-43.2008.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco do Brasil S.A; Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM); Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM); Apelado: Clênio F.F. Pinto – ME; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INEXISTÊNCIA. INÉRCIA DA PARTE AUTORA. NÃO CONFIGURADA. PEDIDO DE CITAÇÃO POR EDITAL NÃO ANALISADO PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DE CULPA DO AUTOR. SENTENÇA ANULADA. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA.- Para reconhecimento da prescrição intercorrente, é imprescindível a comprovação da inércia do autor, para diligenciar nos autos;- Súmula 106 do STJ dispõe que "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência";- No caso dos autos, em Despacho de p. 135, proferido dia 24 de agosto de 2018, o Juiz determinou a intimação do Autor para, no prazo de 05 dias, manifestar-se acerca da prescrição intercorrente; Certidão de p. 138, informando que transcorreu o prazo sem que a parte interessada tenha se manifestado. Após, sobreveio sentença pronunciando a prescrição. Entretanto, apesar de constar o decurso do prazo sem manifestação da parte Autora em certidão de p. 138, verifico, ao Consultar os autos de primeiro Grau, que no dia 12/09/2018, as 09:39hs a parte autora peticionou nos autos, em resposta ao despacho de p. 135, onde sustentou a inexistência de prescrição e requereu a citação por edital.- Assim, não se vê o preenchimento de requisito inerente à prescrição intercorrente, ou seja, não se verificou inércia do Autor quanto as medidas necessárias para a citação dos requeridos.- Destarte, ante a ausência de conduta desidiosa imputável ao Autor, não há que se falar em prescrição intercorrente.- Sentença anulada. Apelação conhecida e provida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0251986-43.2008.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0254915-44.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente; Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Paulo Stélio Sabbá Guimarães (OAB: 146MP/AM); Apelado: O Município de Manaus; Procurador: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB: 5003/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DESOCUPAÇÃO DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. INVIABILIDADE. NÚCLEO URBANO INFORMAL CONSOLIDADO. DECURSO DE LONGO LAPSO TEMPORAL. PREPONDERÂNCIA DO DIREITO SOCIAL À MORADIA. AUTORIZAÇÃO LEGAL PARA A INTERVENÇÃO EM FACE DE INTERESSE SOCIAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Conquanto a decisão beneficie um número certo de pessoas, ele não é inexpressivo. Ao contrário disso, pelas informações carreadas ao caderno processual e oriundas do IMPLURB e da SEMMAS (fls. 61/63), a área vistoriada encontra-se totalmente ocupada por residências e pontos comerciais, inexistindo área verde, assim como grande parte do igarapé encontra-se canalizado, necessitando de uma atuação mais eficaz do estado com vistas ao ordenamento urbano, notadamente em razão da elevada densidade demográfica daquela zona da cidade. 2. Ao contrário do alegado na apelação, a decisão combatida não suprimiu o direito ao meio ambiente equilibrado pois foi expressa ao afirmar que "a improcedência da demanda não afasta do Município de Manaus o dever de fiscalizar tais áreas, exercendo o poder de polícia, visando inibir novas ocupações e conservar o igarapé livre de poluição" 3. Apelação desprovida, dissonando do Parecer Ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0254915-44.2011.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento, dissonando do Parecer Ministerial.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0262073-87.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento; Advogado: Fernando Luz Pereira (OAB: 658A/AM); Advogado: Edney Martins Gilherme (OAB: 670A/AM); Apelado: Priscilla Nunes de Lima; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CITAÇÃO VÁLIDA. AUSENTE. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. APLICADA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Interrompe-se a prescrição mediante citação válida do devedor, o que não ocorreu no caso dos autos em que o feito foi ajuizado há mais de 08 (oito) anos sem que o credor tenha tido êxito na localização do devedor.2. Diante do expressivo lapso temporal, todas as parcelas restaram atingidas pela prescrição quinquenal, tendo em vista que o ajuizamento da Ação ocorreu em dezembro de 2010.3. Recurso não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0262073-87.2010.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos,

conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0601747-91.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Rc Recebíveis Ltda.; Advogado: Guilherme da Costa Lins (OAB: 10685/AM); Apelado: Local Inteligencia Imoboliaria ltda; Apelado: Amazonia Soares Santos Leite; Apelado: Luiz Daniel Frota Ximenes Aragão; Apelado: Katarini Oliveira Gadelha; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DILIGÊNCIAS EM FAVOR DA REALIZAÇÃO DE CITAÇÃO. NÃO CONFIGURADO O DESINTERESSE DO AUTOR EM CUMPRIR COM A DETERMINAÇÃO JUDICIAL. SENTENÇA QUE ERRA QUANTO AOS EFEITOS JURÍDICOS DA NÃO REALIZAÇÃO DE CITAÇÃO E MERECE SER REFORMADA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0604664-44.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Apelado: Zurich Minas Brasil Seguros S/A; Advogado: Fernando da Conceição Gomes Clemente (OAB: 178171/SP); Advogado: Débora Domesi Silva Lopes (OAB: 238994/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANO. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. CABIMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSIONÁRIA ELÉTRICA. AVARIA DE EQUIPAMENTOS DECORRENTES DE OSCILAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO.- No caso dos autos, a Apelada, embora seja pessoa jurídica, sub-roga-se nos direitos da Empresa Segurada, sendo, portanto, destinatária final dos serviços e dos produtos oferecidos dos quais a Apelante é fornecedora. Nesse sentir, acertadamente deferiu a inversão do ônus da prova o Juízo de Piso, de maneira que a Recorrente possui o ônus de comprovar a sua alegação de culpa exclusiva da consumidora e/ou, caso fortuito ou força maior para que, só então, possa se eximir de responsabilidade, o que não ocorreu no caso. - Não obstante o citado ônus probatório, em Contestação de fls. 118/125, o Apelante restringiu-se a realizar alegações assaz genéricas, no sentido de que agiu o Instituto Amazônia de Ensino Superior Ltda, por meio da Apelada, não registrou reclamação sobre os danos elétricos perante a ré. Afirmou, ainda, que a ré não põe ser condenada a ressarcir supostos danos causados ao segurado da Autora, vez que inexiste responsabilidade da concessionária em ressarcir supostos danos elétricos nos termos apresentados na exordial.- Restaram devidamente comprovados os fatos constitutivos do direito da Apelada, assim como a ausência de caso fortuito ou força maior capazes de eximir as obrigações da Apelante, razão pela qual nego provimento ao Recurso, mantendo a r. Sentença incólume em todos os seus termos.- Apelo conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0604664-44.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0605046-37.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Francisco Vieira Façanha Junior; Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM); Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde – Fvs; Procurador: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM); Procurador: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM); Procurador: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDORA PÚBLICA ESTADUAL DA FUNDAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS. COBRANÇA DE AUXÍLIO-TRANSPORTE. PRESCRIÇÃO PARCIAL. DIREITO AO PAGAMENTO DO BENEFÍCIO A PARTIR DAS PARCELAS NÃO ATINGIDAS. NORMA ESPECÍFICA APLICÁVEL. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o Graduado órgão Ministerial, em dar provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0605338-22.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Gilmar Elias Borges; Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM); Advogado: Frederico Moraes Bracher; Advogado: Janaína Maria Albuquerque Fogassa (OAB: 13800/AM); Apelada: Francimeire Lucema Rocha; Advogado: Marcos Paulo Moura Luz (OAB: 10868/AM); Advogado: Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB: 10782/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TESE DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. NÃO COMPROVADA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO.- A excludente de culpa exclusiva da vítima significa uma causa supressória de responsabilidade que, acaso confirmada, tem condão para afastar qualquer pretensão reparatória formulada contra aquele que alegar e provar. No caso dos autos, o Apelante não conseguiu comprovar a ocorrência da mencionada excludente de responsabilidade capaz de isentar-lhe do ônus de arcar com as condenações.- Em detido exame ao Laudo Pericial expedido pelo Departamento de Polícia Técnico-Científica do Instituto de Criminalística (p. 28/31), verifico que, de fato, considerando a dinâmica do evento, o condutor do veículo HB20X, marca Hyundai, ora Apelante, embora trafegasse com uma velocidade permitida na via, não era compatível com a ocasião, isto é, aproximando-se de faixa de pedestres com transeuntes.- Sopesando a atitude do Apelante, entendo que deve haver a condenação pelo dano moral causado à Apelada, porém, a fixação do quantum precisa respeitar os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, não havendo como atender a pretensão fixada em Sentença condenatória de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). - De análise da exordial, verifico uma série de comprovantes a título de supermercado (p. 102; 111), vestuário (p. 104), medicamentos (p. 105/108;112), bem como a prestação de assistência à vítima (p. 109/110), inclusive com o ressarcimento de aparelho telefônico que perdeu por ocasião do acidente (p. 113/114). - A Sentença merece reforma, neste ponto, para diminuir o quantum indenzatório para o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), quantia esta que considero revelar-se suficiente à compensação da dor experimentada pela Apelada e a ser pago pelo Apelante.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. Sentença reformada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0605338-22.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0606823-23.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Ana Cleide Brito Costa; Advogada: Roseane Rodrigues da Cunha (OAB: 7610/AM); Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM); Advogado: Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos MeirellesEMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PARCELAMENTO DE DÉBITOS PERANTE CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIR OBRIGAÇÃO. PRERROGATIVA DA CONCESSIONÁRIA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- É prerrogativa do credor, isto é, sendo-lhe facultado, renegociar o débito ou permitir o seu parcelamento. Nesse sentido, não se pode obrigar a concessionária a proceder com tal expediente, como assim requer a Apelante, sob pena de ferir o que preceitua o art. 314 do Código Civil.- É cediço que comumente as Concessionárias de Serviços Públicos, tais como água e energia elétrica, utilizam-se de mecanismos de renegociação de dívidas para facilitar o recebimento dos débitos atrasados por seus consumidores. Outrossim, tal medida não se traduz em uma obrigação para a empresa, mas, sim, mera faculdade, sendo aquelas livres para dispor acerca de suas condições, modalidades e formas de parcelamento, sob pena de ofensa ao Princípio da Autonomia da Vontade das Partes.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0606823-23.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0607810-30.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Marcus Vinicius Bergo Coelho; Advogado: Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB: 138958/MG); Apelado: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus – CEMOM; Advogado: Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM); Advogado: Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB: 7665/AM); Advogado: Silvio Kleber Batista Lobato (OAB: 8813/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO CIVIL. PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PREPARO. RECURSO NÃO CONHECIDO FACE SUA DESERÇÃO. - A assistência judiciária gratuita não pode ser ampla e irrestrita a ponto de virar regra do processo, deixando de ser exceção. Ademais, é sabido que as custas judiciais exigem altos investimentos do Estado, portanto a gratuidade deve ser destinada aos efetivamente hipossuficientes.- No caso em questão, a parte foi intimada para apresentar documentos que comprovem sua hipossuficiência, contudo permaneceu inerte. Em seguida foi intimado para pagar e comprovar nos autos o recolhimento do preparo recursal, mas não o fez.- Recurso não conhecido por ausência de requisito de admissibilidade, uma vez que se encontra deserto.. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0607810-30.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em não conhecer do presente recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0608489-98.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: O Município de Manaus; Procurador: Daniel Octávio Silva Marinho (OAB: 4301/AM); Apelada: Fátima Barroso Lima Oliveira; Advogada: Danielle Blanco Reischak Dias (OAB: 9063/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ROMPIMENTO DE TUBULAÇÃO INSTALADA PELO MUNICÍPIO. DANOS À RESIDÊNCIA DA APELADA COMPROVADOS. OMISSÃO ESPECÍFICA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES STF. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO CARACTERIZADA. APELO DESPROVIDO. 1. Patente o nexo de causalidade entre o rompimento de tubulações instaladas pelo Município na residência da Apelada e a ocorrência de graves danos estruturais ao imóvel, nasce o dever de reparação por parte do ente municipal. Responsabilidade civil objetiva por omissão específica caracterizada. 2. Impossibilidade de reconhecimento de culpa exclusiva da vítima, face à ausência de elementos comprobatórios de tal excludente. 3. Apelação desprovida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0609971-18.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Alexandre Kamijo de Moraes; Advogado: Cristiane Mendes Furlin (OAB: 6970/AM); Advogado: Frederico Moraes Bracher; Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DE FEITO EXECUTIVO. CONTROVÉRSIA QUANTO AO TERMO INICIAL PARA AFERIÇÃO DA MORA NO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO COM MULTA COMINATÓRIA IMPOSTA. DATA DA INTIMAÇÃO PESSOAL PARA ADIMPLEMENTO. PRECEDENTES DO STJ. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0609971-18.2013.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0610697-21.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Claro S/A; Advogado: Rodrigo Badaro de Castro (OAB: 2221/DF); Advogada: Tatiana Maria Mello de Lima (OAB: 15118/DF); Apelado: Saab e Faro Comercio de Equipamentos de Telefonia Ltda – Me; Advogado: Alice Vieira Nunes (OAB: 7323/AM); Advogado: Jorge Martinho (OAB: 5273/AM); Advogado: Heloise Bastos Martinho (OAB: 12609/AM); Advogado: Gustavo Barbosa (OAB: 13443/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C COBRANÇA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. COMPROVAÇÃO DOS DANOS. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PARCIALMENTE PROVIDO.- Considerando que o objeto principal da demanda é a rescisão do contrato constante às fls. 43/66 e, como medida subsidiária, a cobrança das Notas Fiscais (fls. 83/128), tem-se que o prazo prescricional a ser adotado é o do art. 206, § 5.º, I do CPC/15, isto é, o de 05 (cinco) anos sendo, portanto, tempestiva a propositura da presente demanda. Para a configuração do dano moral, faz-se necessária a demonstração da ação ou omissão do agente, a ocorrência de dano, a culpa e o nexo de causalidade.- Verifico que a Empresa Apelada, ao contrário do que afirma o Apelante, demonstrou cabalmente os

transtornos sofridos com a ocorrência do ato ilícito praticado pelo Recorrente, mais especificamente em relação a ocorrência de aborrecimento, incômodo decorrentes do extenso lapso temporal transcorrido entre os reiterados pedidos para resolução do contrato – todos não respondidos -, assim como pela ausência do ressarcimento devido. Têm-se, com acurado exame dos e-mails de fls. 138/195, evidentes demonstrações da insatisfação da Empresa Apelada.- Tendo em vista as circunstâncias em que se deram os fatos, as condições financeiras da Apelada, assim como o porte da Apelante, entendo que a r. Sentença merece reforma, neste ponto, para diminuir o quantum indenizatório para o valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), quantia esta que considero revelar-se suficiente à compensação dos transtornos experimentados pela Apelada e a ser pago pela Apelante.- Por fim, no que respeita a indenização por dano material, utilizando-me dos argumentos ostentados pela r. Sentença, não é factível a presunção de que as notas fiscais carecem de autenticidade por não haver a chancela da Empresa Claro ou a data de seu recebimento. É dizer, as notas fiscais reconhecidas pela Apelante (20, no total), são idênticas em característica, ausência de chancela e/ou outras informações às outras 26 (vinte e seis) que diz não reconhecer. - Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0610697-21.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por MAIORIA de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0611149-65.2014.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotor: Edilson Queiroz Martins (OAB: PROMOT/OR); Requerido: Estado do Amazonas; Procurador: Vanessa Lima do Nascimento (OAB: 9007/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO COM RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. BOLSA DE ESTUDO. CURSO DE MEDICINA. SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ATOS ADMINISTRATIVOS DECLARADOS NULOS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DOS SERVIDORES. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO EM CONSONÂNCIA COM O GRADUADO ÓRGÃO MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem).Precedentes (REsp 1399997/AM).- In casu, o objeto da ação seria a decretação de nulidade dos atos administrativos que ensejaram a concessão de bolsas de estudo em instituição particular de ensino, a servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 3º, IV da Lei Ordinária Estadual nº 2.645/2001 de 11 de maio de 2001; - A bolsa de estudo concedida aos servidores para o Curso de Medicina é incompatível com a atividade desenvolvida na Assembleia Legislativa do Estado; conforme ATO DA MESA nº 02 de 10 de março de 2004, onde constam os critérios enumerados para a concessão de bolsas de estudo, a concessão somente ocorreria em áreas de conhecimento conexas às finalidades e atividades desenvolvidas pelo servidor na Assembleia Legislativa Estadual, assim, a nulidade dos atos de concessão da referida bolsa deve ser mantida; - Quanto ao dano ao erário, pedido de condenação apenas dos servidores, verifico que sua improcedência também deve ser mantida, diante da boa-fé destes, visto que os servidores adquiriram a bolsa de estudo por ato administrativo respaldado em previsão legal, assim, tem-se que de fato, geraria apuração de possível responsabilidade dos gestores e membros da Assembleia Legislativa Estadual, como bem entendeu o Juízo a quo, posto que deram interpretação diversa a Lei quando da concessão, no entanto, não foram demandados;- Conforme Julgado da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça - REsp nº 1.24 .182/PB, submetido ao rito dos recursos repetitivos, os valores recebidos em decorrência de interpretação equivocada da lei não podem ser estornados. Restou decidido que teria aplicação às hipóteses em que o pagamento indevido tenha origem em erro da Administração e desde que evidenciada a boa-fé do beneficiado, o que ocorreu no caso dos autos;- Sentença confirmada em remessa necessária em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível n.º 0611149-65.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, para manter a sentença objeto da remessa necessária, em harmonia com o Parecer do Ministério Público, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0612129-70.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ); Apelado: Eduardo Castro Corrêa; Advogada: Queila Coelho de Souza (OAB: 7931/AM); Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO: NÃO CONHECIMENTO NESSE PONTO. AUXÍLIO-ACIDENTE. ART. 86 DA LEI N.º 8.213/1991. REDUÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO QUE HABITUALMENTE EXERCIA. COMPROVAÇÃO. LAUDO PERICIAL. DIREITO AO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. PRIMEIRO DIA APÓS A CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA. PRECEDENTES DO STJ. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.- Não deve ser conhecido o recurso quando as razões recursais não divergem da sentença, caracterizando a falta de interesse de agir, no que tange à questão da atualização monetária.- Comprovada a redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, mediante laudo médico-pericial, deve ser concedido o auxílio-acidente, nos termos do art. 86 da Lei n.º 8.213/1991.- Consoante o disposto no §2.º do art. 86 da Lei n.º 8.213/1991 e a jurisprudência pacífica da Corte de Cidadania, o termo inicial do benefício é o primeiro dia após a cessação do auxílio-doença, devendo a sentença ser reformada nesse ponto. - Recurso parcialmente provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, discordando parcialmente do parecer ministerial, em conhecer em parte do recurso e, na parte conhecida, dar parcial provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0612458-87.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil; Advogado: José Lídio Alves dos Santos (OAB: 1163A/AM); Advogado: Nelson Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 1164A/AM); Apelado: Marco Antonio Sousa da Paixao; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, IV, DO CPC/15. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA AO INCISO III, DO ART. 485. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO § 1º DO ART. 485 DO CPC/15. ABANDONO E NÃO AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NULIDADE SUSCITADA DE OFÍCIO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - A ausência de citação não consubstancia pressuposto processual, porquanto não tem o condão de afetar, por si só, a regularidade ou

validade da relação processual.- Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do Apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação do réu, não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o art. 485, III do CPC/15 “extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias”, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º;- Impõe-se, destarte, a reforma do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu;- A nulidade pode ser declarada de ofício, quando não arguida pelas partes, em razão do efeito translativo dos recursos e busca da verdade real do julgador;- Recurso Conhecido e Provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0612458-87.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0612865-64.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara de Órfãos e Sucessões; Apelante: J. de L.; Apelante: F. R. de L.; Apelante: F. R. de L.; Advogado: Sérgio de Lima (OAB: 201A/AM); Advogado: Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB: 2482/AM); Apelada: M. J. C. A.; Advogada: Demétria Anunciação Marques (OAB: 1493/AM); Advogada: Cleomar Guedes Loureiro (OAB: 8275/AM); MPAM: M. P. do E. do A. - S. G. C.; Procurador: Sandra Cal Oliveira; Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PÓS-MORTE. DEPOIMENTOS E DOCUMENTOS QUE APONTAM PARA A EXISTÊNCIA DA UNIÃO ESTÁVEL NOS MOLDES DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. DE CUJUS SEPARADO DE FATO HÁ MAIS DE 10 ANOS. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0612865-64.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0613224-38.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Cristiano Pessoa Lima; Apelante: Formula Comercio e Representacao de Equipamentos Nauticos Ltda; Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros; Apelado: Jb Negócios Imobiliários Ltda – Me; Advogado: Chardson de Souza Moraes (OAB: 828/RR); Advogado: Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB: 1092/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO. IMPOSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DOS VALORES EM RAZÃO DE REFORMA NO IMÓVEL LOCADO. 1. Não houve anuência expressa do locador do imóvel autorizando sua reforma, contrariando cláusula contratual;2. A validade da disposição contratual repousa no artigo 578, do Código Civil, bem como no artigo 35, da Lei n. 8.245/1991;3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para negar-lhe provimento. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0613357-17.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Orleni Araújo Dantas dos Santos; Advogado: Orlando Patrício de Sousa (OAB: 7705/AM); Apelado: Estado do Amazonas; Procurador: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. RECONHECIMENTO DE DIPLOMA DE MESTRADO OBTIDO NO EXTERIOR, PAÍS-MEMBRO DO MERCOSUL. NECESSIDADE DE SUBMISSÃO À REVALIDAÇÃO PARA SUA VALIDADE PERANTE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INCLUINDO PARA OS FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL NO SERVIÇO PÚBLICO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DO SERVIDOR PÚBLICO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0613357-17.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0618060-59.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Santana e Silva LTDE -*ME; Representa: Henrique Figueira Santana; Representa: Emil Geraldo da Silva e Silva; Advogado: Anderson Luiz de Almeida (OAB: 4689/AM); Advogada: Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB: 6677/AM); Advogado: Jean Carlos padilha dos santos (OAB: 9872/AM); Apelado: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda; Advogada: Patricia da Silva Melo (OAB: 8172/AM); Advogada: Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB: 1051A/AM); Advogado: Paula Regina da Silva Melo (OAB: 7490/AM); Advogada: Micilene Neves Cruz (OAB: 157345/RJ); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. Revisor: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA E RECONVENÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. ÔNUS DO AUTOR EM INSTRUIR A DEMANDA COM ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS MÍNIMOS. ÔNUS DE QUE NÃO SE DESINCUMBIU. DANO MORAL. NÃO OCORRÊNCIA. LAUDO PERICIAL CLARO, CONGRUENTE E CONCLUSIVO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Compete ao magistrado indeferir as provas que entender inúteis ou protelatórias, sendo que a prova documental produzida nos autos, bem como a perícia realizada, se mostraram suficientes para o deslinde do feito, de modo que houve a prescindibilidade da prova testemunhal e do depoimento pessoal das partes. 2. Incumbe ao autor, ora apelante, instruir a demanda por meio de conjunto probatório que comprovasse a efetiva realização do serviço, tais como, a título exemplificativo, a emissão de notas fiscais com a assinatura do tomador do serviço, recibo de entrega do maquinário e de sua devolução, relatório do serviço com visto de representante do recorrido ou qualquer outro documento assinado pelo apelado que constituísse indício de prova da avença realizada. 3. O fato de não ter adimplido suas obrigações perante seus fornecedores e funcionários se encontra na seara do risco da atividade, de modo que não se pode imputar tal conduta ao apelado, tendo em vista que todos os negócios apresentam uma margem de risco e de vantagem, competindo ao empresário – o apelante, no presente caso – administrar tais vicissitudes da melhor forma. 4. Não há, nos autos, elementos suficientes para contrapor as conclusões obtidas pelo perito técnico, de modo que, salvo melhor juízo e conforme laudo do expert, a origem da falha do motor decorreu de erro de montagem realizado pelo apelante.5. Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em conformidade com o Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0618280-28.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Elizelma da

Silva Teixeira; Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM); Advogado: Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM); Apelado: Construtora Marquise S/A; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP); Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM); Advogado: Arthur Pimentel Diogo (OAB: 156788/RJ); Advogada: Bruna Rodrigues de Oliveira (OAB: 145645/RJ); Advogado: Analuiza C. de Assis (OAB: 162241/RJ); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. VÍTIMA FATAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.- A excludente de culpa exclusiva de terceiros significa uma causa excludente de responsabilidade que, acaso confirmada, tem condão para afastar qualquer pretensão reparatória formulada contra aquele que alegar e provar. In casu, tendo sendo acolhida esta tese dos Apelados, pelo Juízo de Origem, estes podem eximir-se da condenação em indenização por danos materiais e morais.- Em detido exame ao Laudo Pericial expedido pelo Departamento de Polícia Técnico-Científica do Instituto de Criminalística (fls. 179/184), verifico que, de fato, considerando a dinâmica do evento, o condutor da motocicleta de placa OAG-1657 fora o responsável pelo fato danoso. - Não há como subsistir o argumento da Apelante de que na hipótese da motocicleta não ter retomado o deslocamento, teria havido, da mesma maneira, o acidente. Ademais, se de fato a motocicleta não adentrou abruptamente à frente do caminhão, como afirma às fls. 357 e de modo diverso ao constado no Laudo Pericial, deveria a requerente ter requisitado ao Juízo uma nova perícia técnica ou outro meio de prova hábil a comprovar suas alegações. - Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0618280-28.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0618309-73.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Santa Adelvina Empreendimentos Imobiliarios LTDA; Apelante: Santa Humbelina Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP); Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM); Apelado: Daniel Praia de Aguiar; Apelada: Irislane de Oliveira Nascimento de Aguiar; Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. RETENÇÃO DE 10%. RESCISÃO SE DEU POR CULPA DE VÍCIOS APRESENTADOS NO IMÓVEL. DANOS MORAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0618309-73.2016.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer da apelação para negar-lhe provimento. Sala das Sessões, em Manaus, 19 de agosto de 2019.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0623283-27.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda.; Advogado: Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA); Advogado: Ewerton Almeida Ferreira (OAB: 6839/AM); Advogada: Carla Denes Ceconello (OAB: 8840B/MT); Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB: 7413/MT); Apelado: F.l.s.pompeu; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DA PARTE. ERROR IN PROCEDENDO. APELAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. - In casu, o Juízo a quo, no dia 31 de agosto de 2018, havia determinado a expedição de mandado de citação, que foi expedido no dia 25 de setembro de 2018 (p. 182). Entretanto, sem que o referido mandado retornasse, no dia 12 de outubro de 2018, este proferiu Sentença (p. 183/184), pegando o Autor totalmente de surpresa, já que estava aguardando o cumprimento do Mandado de Citação.- Segundo o Código de Processo Civil, o Juiz está proibido de decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, verbis: "Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício."- Quanto a prescrição intercorrente, verifico que o Magistrado também não seguiu a marcha processual ao decretá-la, em razão da ausência de cumprimento do disposto no parágrafo único, do artigo 487, do CPC, segundo o qual: "ressalvada a hipótese do § 1º do art. 332, a prescrição e a decadência não serão reconhecidas sem que antes seja dada às partes oportunidade de manifestar-se".- Além disso, verifico que o Magistrado de piso não observou o AR de p. 70, onde consta o recebimento do Mandado de Citação no dia 24 de maio de 2017.- Assim, não observado o procedimento legal pelo Juízo Sentenciante, há error in procedendo, que é causa de nulidade do ato judicial. - Apelação conhecida e provida. . DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623283-27.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0624605-48.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Antonio Jorge Rodrigues de Abreu; Advogado: Ananias Gomes de Souza (OAB: 9772/AM); Apelado: Banco Itaucard S/A; Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. JUSTIÇA GRATUITA. NÃO APRECIAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. NULIDADE DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0624605-48.2015.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0625246-02.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Osmar Back; Advogado: Erick Drean P. da Costa (OAB: 7746/AM); Apelante: Vera Lúcia Back; Advogado: Erick Drean P. da Costa (OAB: 7746/AM); Apelado: A. Martins Construções Ltda; Advogado: Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB: 5641/AM); Apelado: Raimundo Rosa Brandão; Apelado: Condomínio Residencial Amazon Village; Advogado: Auton F. Furtado Maia; Advogado: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM); Advogado: Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB: 10804/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE COMPRA E VENDA ENTRE PARTICULARES. INADIMPLÊNCIA DO PROMITENTE COMPRADOR. - Se a gratuidade da justiça, deferida em primeira instância, se estende ao segundo grau de jurisdição, carece de interesse o pedido, formulado em sede de recurso de apelação, de ratificação quanto

à concessão do benefício. Pedido não conhecido.- Constatando-se que o promitente comprador se imitiu na posse provisória do imóvel, deve ser observada a cláusula contratual que admite a compensação pela fruição do imóvel no período referente à efetiva ocupação do bem, em prestígio ao princípio do pacta sunt servanda.- Os honorários de advogado fixados nos moldes do parágrafo único do art. 338 do CPC e pautados no princípio da causalidade objetivam remunerar os serviços do procurador do réu excluído da lide, porquanto despendeu esforços para aduzir defesa e atuou em processo tão somente em razão de indicação errônea do polo passivo pelo autor.- A determinação de desocupação do imóvel já foi objeto de decisão do julgador de origem, cabendo aos ora Apelantes promoverem o cumprimento da sentença, não havendo interesse na concessão de idêntica tutela perante esta instância recursal. Pedido de concessão de tutela de evidência não conhecido- Apelo conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0625246-02.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do apelo e, nesse ponto, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0626234-23.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Itautinga Agro Industrial S/A; Advogado: Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM); Advogado: João Bosco A. Toledano (OAB: 1456/AM); Advogada: Adriana Ferreira do Nascimento (OAB: 5498/AM); Apelado: Claan Comércio Importação Eireli-epp; Advogado: Adam Smith Ribeiro da Silva (OAB: 10925/AM); Advogada: Rakelly Moura Forte (OAB: 10637/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. SUFICIÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FOTOCÓPIA DO INSTRUMENTO DE PROTESTO DE TÍTULOS. VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0626234-23.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0627449-34.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família; Apelante: O. S.; Advogado: Frederico Moraes Bracher; Advogado: Marcelo Almeida de Oliveira (OAB: 10004/AM); Advogada: Cristiane Furlin Cavalcante (OAB: 397B/RR); Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM); Apelada: R. C. S. S.; Advogado: Tatiane Pereira Braga (OAB: 12267/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO COM PARTILHA DE BENS. NÃO EVIDENCIADO PROVAS SUFICIENTES QUE ENSEJEM A BENESSE DA JUSTIÇA GRATUITA. CUSTAS E VERBAS DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627449-34.2016.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos para atribuir parcial reforma na sentença.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0630993-35.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Editora Ana Cassia LTDA; Advogado: Braulio Ghidalevich (OAB: 2248/AM); Advogado: João Paulo Bezerra de Freitas (OAB: 12210/AM); Advogada: Évila Camila da Silva Moura (OAB: 14575/AM); Apelado: Daniel Silva Melo; Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL. ARTIGO 5.º, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO. ARTIGO 220 DA CONSTITUIÇÃO. DIREITO DE INFORMAÇÃO. DEVER DE ZELO COM A INFORMAÇÃO. 1. O jornal tem o direito de informar fatos públicos, de forma que, para evitar o abuso desse direito, deve demonstrar também o dever de zelo com a informação; 2. O zelo da informação compreende-se pela checagem das fontes, não uso de tom belicoso e sensacionalista e, ainda, responsabilidade em manter a informação atualizada, incluindo a oportunidade da autoridade pública noticiada ser ouvida e dar a sua versão do fato. Todos esses elementos apontam na direção de que o objetivo da matéria é veicular informações na forma garantida pelo artigo 220 da Constituição Federal; 3. Recurso conhecido e provido para reformar a sentença. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0630993-35.2013.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe provimento para reformar a sentença.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0631113-10.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Itau Unibanco S/A; Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM); Apelada: Raimunda Vieira de Souza; Advogado: Esaú Matias de Lima (OAB: 5019/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SAQUE INDEVIDO EM CONTA CORRENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM MINORADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. Como é incontroversa a natureza consumerista do pacto firmado entre as partes e inexistindo prova de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, o banco responde pelos danos causados relativos à má prestação do serviço, independentemente da existência de culpa, nos termos do artigo 14 do CDC. 2. O valor arbitrado a título de danos morais afigura-se elevado diante das circunstâncias do caso concreto devendo ser minorado para R$ 20.000,00 (vinte mil reais), montante proporcional ao injusto sofrido, que atende aos fins compensatório, pedagógico e reparatório da condenação e que não destoa da jurisprudência do c. Superior Tribunal de Justiça. 3. Apelação parcialmente provida, em consonância com o Parquet.. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0631113-10.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade_ de votos e em consonância com o Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0632169-10.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Mario Ricardo Farias Gomes; Advogada: Laura Maria Santiago Lucas (OAB: 4872/AM); Advogada: Melyssa Castro dos Reis (OAB: 12631/AM); Apelado: Condomínio do Edifício Saint Paul Apart Service; Advogado: Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE ANUÊNCIA DO RÉU. NÃO APERFEIÇOAMENTO DA CITAÇÃO DO EXECUTADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0632169-10.2017.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são

partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0632185-03.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Elivaldo Guimarães dos Anjos; Advogado: Kleber Paulino de Souza (OAB: 624/RR); Apelado: Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; Advogado: Omar Mohamad Saleh (OAB: 266486/SP); Advogado: Diogo Saia Tapias (OAB: 313863/SP); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE ALUGUEIS E ACESSÓRIOS. FORÇA OBRIGATÓRIA DOS CONTRATOS. AUSÊNCIA DE PROVA DO RÉU QUANTO A FATOS IMPEDITIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0632185-03.2013.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0634131-10.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: C & Castro Imoveis Ltda; Advogado: Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB: 9261/AM); Advogado: Darden Klinger Colares Libório (OAB: 10423/AM); Apelante: Onix Empreendimento Imobiliário; Advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG); Advogado: Leonardo Braz de Carvalho (OAB: 76653/MG); Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM); Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM); Apelado: Pedro Lopes de Freitas; Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8475/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÕES. RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. ARTIGO 1.030, II, CPC. ACÓRDÃO LOCAL EM DIVERGÊNCIA COM O TEMA 938 FIRMADO PELO c. STJ EM RECURSO REPETITIVO. COMISSÃO DE CORRETAGEM. VALOR DESTACADO DA UNIDADE AUTÔNOMA. INFORMAÇÃO PRÉVIA AO CONSUMIDOR. TRANSFERÊNCIA DO ENCARGO AO PROMITENTE COMPRADOR. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO MODIFICADO PARCIALMENTE. 1. Da documentação carreada aos autos denota-se que o autor teve ciência, no momento da negociação, acerca da comissão de corretagem devidamente destacada do valor da unidade autônoma, uma vez que assinou dois contratos com pessoas jurídicas distintas, portanto, subsumindo-se a hipótese dos autos ao Tema 938 do c. STJ, impondo-se sua aplicação e a consequente modificação do julgado local. 2. Reexame do acórdão para dar parcial provimento às apelações e julgar improcedente os pedidos de nulidade da cláusula décima segunda e de ressarcimento em dobro da comissão de corretagem. 3. Retratação parcial do acórdão em consonância com o Ministério Público. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação n.º 0634131-10.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância com o Ministério Público, modificar o acórdão em juízo de retratação (artigo 1.030, II, CPC), para dar provimento parcial às apelações.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0634777-83.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Sul América Companhia Nacional de Seguros; Advogado: José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (OAB: 273843/SP); Apelado: Diego da Silva Marques; Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ABANDONO DA CAUSA. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO PATRONO DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0634777-83.2014.8.04.0001, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer o recurso para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0635493-76.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM); Apelado: Salcomp Industrial Eletronica da Amazonia LTDA.; Advogado: Thiago Lima Marques (OAB: 8220/AM); Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. FALHA NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INTERRUPÇÃO. COMPROVAÇÃO. NEXO CAUSAL DEMONSTRADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA CONFIGURADA. ART. 37, § 6.º, DA CF. DANO MATERIAL E LUCROS CESSANTES CONFIGURADOS. ART. 373, I, DO CPC. INÉRCIA DA CONCESSIONÁRIA QUANTO À PRODUÇÃO DA PROVAS, MESMO DIANTE DA INVERSÃO DO ONUS PROBANDI. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.- Por força da responsabilidade objetiva, consagrada no art. 37, § 6.º, da Constituição Federal, as Concessionárias estão obrigadas a indenizar os danos causados a terceiros em virtude da má prestação dos serviços públicos.- No caso em tela, ficou demonstrado nos autos que houve interrupção no fornecimento de energia elétrica o que inviabilizou o dia de trabalho da Apelada, exsurgindo o dever de indenizar, tendo em vista o nexo de causalidade entre a conduta do agente e o dano suportado pelo consumidor.- Comprovados os danos materiais e lucros cessantes, nos termos do art. 373, I, do CPC, não se desincumbiu a Concessionária Apelante de demonstrar a culpa exclusiva da vítima ou de terceiro; caso fortuito ou força maior.- Sentença mantida.- Recurso não provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0635836-04.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bradesco S.a.; Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT); Apelado: Vap Informática Ltda Me; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR. RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO FORMADA. NÃO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DO OFICIAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Sabe-se que o recolhimento das custas do oficial de justiça não podem ser entendidos como pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo uma diligência a ser cumprida. 2. No caso em tela, não ocorreu nenhuma tentativa para a citação do réu, na primeira citação devido o não recolhimento das custas do oficial de justiça não se pode realizar a citação a qual se trata de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Não sendo formada a relação processual. 3. Recurso conhecido e não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes

autos de Apelação Cível n.º 0635836-04.2017.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do(a)(s) Egrégio(a)(s) Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por MAIORIA de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0636081-83.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Estado do Amazonas; Advogada: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM); Apelado: Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar do Estado do Amazonas – Aopbmam; Advogado: Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM); Advogada: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM); Advogado: Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM); Advogado: Johan da Costa Araujo (OAB: 12234/AM) Apelante: Associação dos Oficiais da Polícia e Bombeiro Militar do Amazonas – Aopbmam; Advogado: Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM); Apelado: O Estado do Amazonas; Procurador: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDORES MILITARES. CONVERSÃO. VANTAGEM PESSOAL. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DA ASSOCIAÇÃO. RECONHECIMENTO. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO ESPECÍFICA. INSUFICIÊNCIA DE PREVISÃO GENÉRICA NO ESTATUTO. ART. 5º, XXI, CF. ART. 2º-A, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI 9.494/97. PRECEDENTES DO STF. 1. A legitimação de associação para a representação judicial de seus filiados depende de autorização expressa dos mesmos – individualmente ou por meio de assembleia geral –, sendo insuficiente a mera previsão em estatuto. Precedentes do STF. 2. Ilegitimidade ad causam reconhecida. Processo extinto sem resolução do mérito. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em extinguir o processo sem resolução de mérito, ficando prejudicadas as razões de mérito do apelo, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0637216-28.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM) Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ); Apelado: Francisco Sales Valério de Souza; Advogada: Ayriene Frores de Sousa (OAB: 12105/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. HERDEIROS. ARTIGO 4º, DA LEI N. 6.194, DE 1974. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - Havendo comprovação de que existe o nexo de causalidade entre o acidente automobilístico e o falecimento do de cujus, bem como a condição de herdeiros e beneficiários deste, a condenação da seguradora ao pagamento da indenização securitária é medida que se impõe, nos termos do artigo 4º, da Lei n. 6.194, de 1974; - No caso dos autos, restou devidamente comprovado que a vítima da morte por acidente de trânsito possuía como únicos herdeiros seus ascendentes, a genitora Kethellen Vasconcelos de Souza, a qual já recebeu a sua parte na indenização (p. 88 e 97) e o genitor Francisco Sales Valério de Souza, ora Apelado, possuindo o igual direito ao recebimento da metade do valor total R$ 13.500,00 (art. 3.º, I, da Lei n.º 6.194/74), qual seja, R$ 6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta reais), conforme devidamente fixado pelo Juízo a quo; - Sentença mantida; - Recurso conhecido e não provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0637216-28.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial , nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0637885-52.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Apelado: Tokio Marine Seguradora S.a.; Advogado: José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (OAB: 273843/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANO. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL. CABIMENTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONCESSIONÁRIA ELÉTRICA. AVARIA DE EQUIPAMENTOS DECORRENTES DE OSCILAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO.- No caso dos autos, a Apelada, embora seja pessoa jurídica, sub-roga-se nos direitos da Empresa Segurada, sendo, portanto, destinatária final dos serviços e dos produtos oferecidos dos quais a Apelante é fornecedora. Nesse sentir, acertadamente deferiu a inversão do ônus da prova o Juízo de Piso, de maneira que a Recorrente possui o ônus de comprovar a sua alegação de culpa exclusiva da consumidora e/ou, caso fortuito ou força maior para que, só então, possa se eximir de responsabilidade, o que não ocorreu no caso. - Não obstante o citado ônus probatório, em Contestação de fls. 130/138, o Apelante restringiu-se a realizar alegações assaz genéricas, no sentido de que a empresa BDS Confecções Ltda, por meio da Apelada, não registrou reclamação sobre os danos elétricos perante a ré. Afirmou, ainda, que a ré não pode ser condenada a ressarcir supostos danos causados ao segurado da Autora, vez que inexiste responsabilidade da concessionária em ressarcir supostos danos elétricos nos termos apresentados na exordial.- Restaram devidamente comprovados os fatos constitutivos do direito da Apelada, assim como a ausência de caso fortuito ou força maior capazes de eximir as obrigações da Apelante, razão pela qual nego provimento ao Recurso, mantendo a r. Sentença incólume em todos os seus termos.- Apelo conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0637885-52.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0641203-43.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Lara Betse Pereira para; Advogado: Natan Costa Teixeira (OAB: 10656/AM); Apelado: O Município de Manaus; Procurador: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 2191/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing.APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DEMORA NA POSSE E INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO. MATÉRIA APRECIADA PELO STF EM REGIME DE REPERCUSSÃO GERAL – TEMA 671. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE OU QUALIFICADA ARBITRARIEDADE. DEMORA DECORRENTE DA MOROSIDADE NO TRÂMITE JUDICIÁRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância ao parecer ministerial, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0643197-72.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogada: Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB: 6161/AM); Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB: A700/AM); Apelada: Maria da Conceição Agostinho da Mota; Advogado: Ruberval Nery de Oliveira (OAB: 10821/AM); Advogada: Luana Barroso Colares (OAB: 6864/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: Apelação cível. Busca e apreensão. Adimplemento substancial. Inaplicabilidade. Recurso conhecido e provido. A teoria do adimplemento substancial não se aplica aos contratos de alienação fiduciária objeto de busca e apreensão, pois o Decreto-Lei nº 911/69 exige o pagamento integral e não apenas substancial da dívida para inviabilizar a concessão de liminar. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0643428-65.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Elivaldo da Costa França; Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 7629/SC); Advogado: Franciane Aguiar de Castro (OAB: 10425/AM); Apelado: Banco Pan S/A; Advogado: Sérgio Schulze (OAB: 7629/SC); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. 1) TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. INAPLICABILIDADE. 2) NOTIFICAÇÃO INVÁLIDA. DÉBITO PRETÉRITO JÁ QUITADO. NECESSIDADE DE PROMOÇÃO DE NOVA NOTIFICAÇÃO. 3) CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REGRA DA CAUSALIDADE. NOTIFICAÇÃO INVÁLIDA. AJUIZAMENTO DA LIDE IMPUTÁVEL AO REQUERENTE. 4) MULTA DO ART. 3º, §6º, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. 4.1) IMPOSIÇÃO EX OFFICIO. POSSIBILIDADE. REDAÇÃO IMPOSITIVA DO TEXTO LEGAL. CONSEQUÊNCIA NATURAL DO INSUCESSO DA DEMANDA. 4.2) APLICAÇÃO EM DEMANDA EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DO STJ. 4.3) EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO A ALIENAR O BEM. INEXISTÊNCIA. SUJEIÇÃO DO EXEQUENTE A SANÇÕES POR DANOS CAUSADOS PELA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DE DECISÃO. ASSUNÇÃO DOS RISCOS PELA EFETIVAÇÃO ANTECIPADA DO JULGADO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 520, I, DO CPC, E 3º, §6º, DO DECRETO-LEI Nº 911/69. 5) RECURSO CONHECIDO E parcialmente PROVIDO. A teoria do adimplemento substancial não se aplica aos contratos de alienação fiduciária objeto de busca e apreensão, pois o Decreto-Lei nº 911/69 exige o pagamento integral e não apenas substancial da dívida para inviabilizar a concessão de liminar. A juntada de notificação extrajudicial válida é pressuposto de admissibilidade do procedimento de busca e apreensão (enunciado sumular nº 72 do STJ). Para que seja válida, a notificação deve ser atual. Assim, é inválida a notificação relativa a parcela já paga, ainda que haja novo inadimplemento posterior, porquanto se faz necessária a expedição de nova notificação relativa à mora posterior. Extinta a demanda de busca e apreensão por juntada de notificação inválida, é da parte Requerente a responsabilidade pelo pagamento de custas e honorários advocatícios, eis que a judicialização da lide lhe é imputável (regra da causalidade), posto ser evitável mediante a válida notificação do devedor acerca de sua mora, a qual possibilitaria a resolução extrajudicial do impasse. O insucesso da demanda de busca e apreensão, seja por sentença de improcedência (art. 485, I, do CPC), seja por decisão terminativa (art. 485 do CPC), dá ensejo à imposição da multa do art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911/69 (STJ, REsp nº 1.715.749/SC).O art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911/69 pode ser aplicado de ofício, eis que, considerada a imperatividade da redação legal, a aplicação da multa é consequência necessária do insucesso da lide, tornando prescindível a formulação, pelo Requerido, de pedido nesse sentido. A tutela ressarcitória (art. 3º, §7º, do Decreto-Lei nº 911/69) deve ser pleiteada em contestação ou em ação própria, não podendo ser requerida apenas em sede de Apelação por réu revel em primeiro grau de jurisdição. A alienação do bem antes do trânsito em julgado da lide é cumprimento provisório da decisão de busca e apreensão, assumindo o Requerente os riscos da efetivação antecipada de seu suposto direito (art. 520, I, do CPC e art. 3º, §6º, do Decreto-Lei nº 911/69), e, por conseguinte, se obrigado, ex lege, a indenizar eventuais prejuízos causados à parte contrária, de forma que não há falar em exercício regular de direito (art. 188, I, do CC) para afastar a aplicação das sanções legalmente previstas pelo ato. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade em dar parcial provimento à Apelação Cível, nos termos do relatório e do voto que acompanham a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0651577-50.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria Amorim Azevedo; Advogado: Sidney Heitor Azevedo Figueiredo (OAB: 12563/AM); Apelado: Importadora Tv Lar Ltda; Apelado: Virginia Surety Cia de Seguros do Brasil; Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA. PRESENTE NOS AUTOS ELEMENTOS PARA INDEFERIMENTO. INTIMAÇÃO PARA APRESENTAR DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ART. 485, III DO CPC. NÃO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 6º DO NCPC. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. É assegurado ao magistrado o indeferimento sem a resolução do mérito quando presentes uma das hipóteses dispostas no art. 485 do NCPC. 2. No caso em tela, intimado para apresentar documentos que comprovassem a necessidade da concessão da justiça gratuita e tendo o apelante ficado inerte, deveria o magistrado ter observado o princípio da cooperação, previsto no art. 6º do NCPC e intimado o autor para pagar as custas processuais antes de indeferir de piso a inicial. 3. Recurso conhecido e provido, em dissonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0651577-50.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, em dissonância com o parecer ministerial.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0657482-36.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Procurador: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Procurador: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Apelada: Elilce de Oliveira Izel; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. NÃO EFETIVAÇÃO DE CITAÇÃO EM PRAZO RAZOÁVEL. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. FEITO, EM VERDADE, EXTINTO POR ABANDONO DE CAUSA, SEM QUE SE TENHA INTIMADO PESSOALMENTE O AUTOR PARA DAR-LHE ANDAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Ao contrário do que entendeu o juízo a quo, o fato de o Apelante não ter cumprido a diligência de citação do réu não implica a extinção automática do feito, já que, segundo, o art. 485, III do CPC/15 "extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias", sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º.A única consequência da citação tardia é a não interrupção do prazo prescricional, nos termos do art. 240, §2º, do CPC. Ainda que a citação fora de suposto prazo razoável fosse vício processual,

não levaria, em cenário no qual o Réu não teve sua esfera jurídica afetada, à extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC, porquanto, inexistente prejuízo, não se declara nulidade, em homenagem ao princípio da instrumentalidade das formas. Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0700268-42.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Elbilene Gonçalves Bezerra; Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico; Soc. Advogados: Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB: 613/AM); Advogado: Pedro Câmara Junior (OAB: 2834/AM); Advogado: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11737/AM); Advogado: Elaise Moss; Portela (OAB: 7689/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA DO HOSPITAL. PRECEDENTES STJ. ATIVIDADE TÍPICA. ERRO MÉDICO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA CULPOSA. DEVER DE INDENIZAR INEXISTENTE. RECURSO DESPROVIDO. 1. No que concerne à atuação técnico-profissional dos médicos, a responsabilidade civil do estabelecimento hospitalar é subjetiva, dependendo, portanto, da comprovação de culpa, independentemente do vínculo destes profissionais com o nosocômio. Art. 14, § 4º, do CDC. Precedentes STJ. 2. In casu, não tendo sido comprovada a ocorrência de conduta culposa que tenha culminado na morte do feto, não há que se falar em responsabilização civil do nosocômio. 3. Apelação desprovida. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, concordando com o Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0718357-79.2012.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Patrimônio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda; Apelante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Apelada: Patrícia Augusta do Rego Monteiro Lacerda; Apelado: Eduardo Souza de Lacerda; Advogado: Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB: 7716/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA POR CULPA DA CONSTRUTORA. LUCROS CESSANTES PRESUMIDOS. PRECEDENTES DO STJ. VALOR DOS DANOS MATERIAIS – FIXAÇÃO EM 0,5% DO VALOR VENAL DO IMÓVEL. DANOS MORAIS CABÍVEIS. ÍNDICE DE CORREÇÃO E JUROS. TAXA SELIC. NÃO APLICÁVEL. ART. 406 DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0718357-79.2012.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, em conhecer do recurso e, no mérito, dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4000249-47.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Habitec - Habitação e Construção Ltda.; Advogado: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6733/AM); Advogado: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM); Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM); Agravado: Marcelo Souza de Oliveira; Advogado: Dennis Barbosa Maquiné (OAB: 10245/AM); Advogado: Monique Barbosa Maquiné (OAB: 9043/AM); Advogada: Meiry Elen Tomie Magalhaes Maeda (OAB: 10026/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA SEM NOME DO AGRAVANTE. ALEGAÇÃO NO PRIMEIRO MOMENTO OPORTUNO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com o art. 278 do NCPC, a nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão. 2. Não é possível ao Agravante, em sede de execução, arguir nulidade na publicação da sentença, através de impugnação ao cumprimento, quando revel durante toda a tramitação da fase de conhecimento, e embora devidamente citado, tenha permanecido inerte. 3. Recurso não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000249-47.2019.8.04.0900, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4000350-68.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Claro S/A; Advogado: João Carlos Zanon (OAB: 163266/SP); Advogado: Thiago Silveira Antunes (OAB: 271298/SP); Advogado: Letícia Caroline Meo (OAB: 305600/SP); Advogado: Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB: 8340/AM); Advogado: Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB: 3808/AM); Agravado: Hoje Sistemas de Informática Ltda; Advogado: Fabio Forti (OAB: 29080/PR); Advogado: Daniela Avila (OAB: 54348/PR); Advogado: Henrique Otto Benites Mahlmann (OAB: 80516/PR); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR DO AMAZONAS PARA PROCESSAR E JULGAR O INCIDENTE DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DAS DECISÕES QUE FIXARAM ASTREINTES. GARANTIA DA AGRAVANTE (REQUERIDA) EM ADITAR E COMPLEMENTAR A SUA DEFESA APÓS O AGRAVADO (REQUERENTE) ADITAR O SEU PEDIDO POR ACRÉSCIMO DE VALORES. ARTIGO 329, INCISO II, CPC. ANULAÇÃO DA DECISÃO. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA ANULAR A DECISÃO E DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS AO 1.º GRAU. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 4000350-68.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001264-35.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 3ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Maria Joaquina de Oliveira; Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Agravado: O Estado do Amazonas; Procurador: Luciana Araújo Paes (OAB: 4478/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DA DEMANDA. PERDA DO OBJETO RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Tendo sido proferido juízo de cognição exauriente na origem (sentença) durante o curso do agravo de instrumento, deve ser considerado prejudicado o objeto do respectivo recurso, ante a perda de seu objeto, na forma do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil. 2. Agravo de instrumento não conhecido, em consonância com o parecer do Ministério Público. DECISÃO:

"VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001264-35.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Ministério Público, não conhecer o recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001307-69.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Bozza Júnior Indústria e Comércio Eireli Ltda.; Advogado: Ricardo Amaral Siqueira (OAB: 254579/SP); Agravado: Rondobras do Amazonas Distribuidora de Auto Peças Ltda.; Advogada: Ana Carolina Paié da Fonte (OAB: 264340/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESARIAL E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS QUE SOFREM OS EFEITOS DO DEFERIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE. NECESSIDADE DE SEREM SUBMETIDOS À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE CREDORES PARA FINS DE NOVAÇÃO DO DÉBITO. ART. 59 DA LEI N. 11.101/05. VERBAS QUE POSSUEM RELAÇÃO COM A CAUSA DA DEMANDA ORIGINADA EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE CONVALESCIMENTO DA EMPRESA. REFORMA DE DECISÃO RECORRIDA QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001464-42.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Edimar Ribeiro de Oliveira; Agravante: Yanna Rodrigues Ribeiro; Advogado: Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB: 13556/AM) Agravado: Ideal Engenharia e Incorporações Imobiliarias Ltda; Advogada: Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB: 5107/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. PRESUNÇÃO JURIS TANTUM. ROBUSTA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO PROVIDO.1. A simples afirmação do estado de pobreza para o requerimento do benefício da gratuidade judiciária configura uma presunção juris tantum em favor da pessoa física, conforme dispõe o art. 99, § 3º do CPC, somente podendo ser elidida diante de prova em contrário. 2. In casu, a robustez documental que evidencia a situação de hipossuficiência da parte agravante é suficiente para subsidiar o deferimento dos beneplácitos da justiça gratuita, nos termos dos arts. 98, caput e 99, § 2º do diploma processual. 3. Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001531-07.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Ana Maria da Cunha Oliveira; Agravante: Raimundo do Nascimento Oliveira; Advogada: Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM); Agravado: Construtora Capital S/A; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. VALORES DEVIDOS A TÍTULO DE RESTITUIÇÃO PELA QUANTIA PAGA PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL. CÁLCULO JUDICIAL INCOMPLETO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. AGRAVO PROVIDO.1. O cálculo de fls. 1.051-1.060 não insere a quantia concernente à restituição dos valores pagos para a aquisição do imóvel, representados pela quantia de R$ 204.802,50, e que não foi excluída da condenação quando a apelação da agravada foi parcialmente provida, de modo que a MM. Juíza de Direito incorreu em erro ao considerá-los corretos. 2. O cálculo judicial não levou em consideração, ainda, os valores levantados pelos agravantes ao longo do curso processual e nem levou em conta o fato de existirem diversos depósitos realizados pela agravada para o fito de adimplir o débito. 3. Necessidade de realização de novos cálculos para se perquirir o real valor devido, de acordo com as circunstâncias dos autos. 4. Recurso provido. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em consonância com o parecer do G. Órgão Ministerial, em dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001671-41.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Raimundo Felix Ferreira; Advogado: Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB: 5810/AM); Agravado: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito – Manaustrans; Advogado: Júlio César Lima (OAB: 6182/AM); Advogado: Eudes Menezes Albuquerque (OAB: 529A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA COERCITIVA EM CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. NÃO HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS APRESENTADOS DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. HIPÓTESE EM QUE O DEVEDOR NÃO É COMPETENTE PARA DETERMINAÇÃO JUDICIAL ESPECÍFICA, TENDO CUMPRIDO O QUE LHE CABIA. PRETENSÃO QUE DESCONSIDERA A TUTELA ESPECÍFICA. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001798-76.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual; Agravante: O Estado do Amazonas; Procurador: Leandro Venicius Fonseca Rozeira (OAB: 29991/BA); Agravada: Gabriella Oliveira Fernandes; Advogado: Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB: 9782/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PENHORA DE VERBAS SALARIAIS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. CARÁTER EXCEPCIONAL DA MEDIDA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE QUE O VALOR ALCANÇADO PELA CONSTRIÇÃO JUDICIAL NÃO AFETA A DIGNIDADE DO CONTRIBUINTE. HIPÓTESE EM QUE A PARTE DEVEDORA AUFERE RENDIMENTOS EM PATAMAR CONSIDERAVELMENTE ACIMA DO DÉBITO FISCAL EXECUTADO E NÃO DEMONSTRA ELEMENTOS DE QUE O PAGAMENTO DA DÍVIDA AFETARIA OS ENCARGOS INERENTES À SUA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL. REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA QUE SE IMPÕE. RECURSO PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o parecer do G. Órgão Ministerial, dar provimento ao Agravo de Instrumento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4002296-75.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Dacoyval S/A; Advogado: Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183/AM); Agravado: Emir Gonçalves da Cruz; Advogado: Kelvin Rodrigues da Silva (OAB: 9203/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CONSUMIDOR. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DEFERIMENTO DE TUTELA PROVISÓRIA. SUSPENSÃO DE DESCONTOS NO CONTRACHEQUE DO AGRAVADO. PROBABILIDADE DE DIREITO. PERIGO NA DEMORA. COMPROVAÇÃO. MULTA COERCITIVA. FIXAÇÃO. LEGALIDADE. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO. DECISÃO MANTIDA. - De análise dos autos, verifico que o feito versa sobre recorrente relação consumerista, sendo que a desigualdade é um fato incontroverso no exame das questões submetidas ao Código de Direito do Consumidor, devendo ser destacado que uma das causas do sobredito desequilíbrio advém do caráter vulnerável do consumidor perante o fornecedor do produto ou serviço. - Diante da ocorrência dos evidentes descontos no contracheque do Agravado, oriundos de contratos cuja legalidade paira dubiez, aponto que agiu com acerto o magistrado de piso ao sustá-los imediatamente, em favor da parte que indiscutivelmente sofre prejuízos com os fatos asseverados.- A simples determinação de multa iminente em caso de eventual descumprimento reveste-se de plena legalidade, havendo amparo no Código Processo Civil neste sentido, devendo ser determinado, ademais, que não há o que se falar em modificação ou redução das astreintes cominadas. Isso porque sequer houve o descumprimento, assim como seu valor se mostra razoável e proporcional, sendo harmônico com a obrigação determinada.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. Decisão mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002296-75.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4002685-60.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: O Município de Manaus; Procuradora: Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 2191/AM); Agravado: Associação dos Servidores da Secretaria de Economia e Finanças do Município de Manaus – ASSEFIM; Advogado: José Luiz Cantuaria dos Reis (OAB: 2896/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. VANTAGEM PECUNIÁRIA. EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PENDÊNCIA DE ANÁLISE ACERCA DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VINCULAÇÃO AO TEMA Nº 82 DO STF. NECESSÁRIO EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO OU DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE DO APELO EXTRAORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E PUBLICIDADE DAS DECISÕES. RECURSO PROVIDO. 1. Tendo em vista o retorno dos autos do Supremo Tribunal Federal, determinando a vinculação do julgado ao tema nº 82/STF, cumpria ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas declarar prejudicado o recurso extraordinário ou exercer o juízo de retratação. 2. Diante da ausência de definição acerca do respectivo recurso extraordinário, bem como frente a ausência de publicidade sobre a decisão que determinou o retorno dos autos ao juízo de origem, não é possível iniciar a fase executória do julgado, em atenção aos princípios da ampla defesa e publicidade das decisões, que restaram violados. 3. Agravo de instrumento conhecido e provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento n.º 4002685-60.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4004330-57.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Itautinga Agro Industrial S/A; Advogado: Paulo Albuquerque Monteiro de Araujo (OAB: 19437/PE); Agravado: Ismael Cavalcante Bueno; Agravado: Alcimar Castro Rodrigues; Agravado: Joelson da Silva Marques; Advogado: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM); Defensor: Thiago Nobre Rosas (OAB: 4773/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR. MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE RECOLHIDO PELO JUÍZO A QUO. AUSÊNCIA DE CONHECIMENTO ACERCA DO NÚMERO DE PESSOAS EXISTENTES NO TERRENO. SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE. MEDIDA IRREVERSÍVEL DIANTE DA POSSÍVEL REMOÇÃO DE INÚMERAS FAMÍLIAS E DEMOLIÇÃO DE RESIDÊNCIAS. NECESSIDADE DE PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONDIÇÃO DE CUSTUS VULNERABILLIS. NECESSIDADE DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA LIMINAR. EXISTÊNCIA DE PERICULUM IN MORA INVERSO. DECISÃO DE RECOLHIMENTO DO MANDADO DE REINTEGRAÇÃO E INDEFERIMENTO DE LIMINAR MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM).- Da análise dos autos, verifica-se que o Juízo a quo, considerando o disposto no artigo 554, §1.º, do CPC, assim como a necessidade de participação da Defensoria Pública como custus vulnerabillis e do Ministério Público como custus legis na demanda, em razão de figurarem no polo passivo grande número de pessoas, cuja moradia demonstra que também são hipossuficientes, além da necessidade de observância da regra cogente de citação pessoal, revogou a reintegração de posse anteriormente concedida.- Pois bem. Nos termos do art. 554, §1º, CPC, na ação possessória com o polo passivo formado por grande número de pessoas, o Ministério Público será intimado para participar do processo, bem como a Defensoria Pública, caso haja réus em situação de hipossuficiência econômica. Enquanto o Ministério Público atuará como fiscal da ordem jurídica, a Defensoria Pública defenderá o interesse dos hipossuficientes econômicos que não constituam advogado para sua defesa.- Além disso, conforme artigo 565, do CPC, "no litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de ano e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos § 2.º e 4.º.- Assim, considerando que a demanda originária trata de litígio coletivo de posse velha de imóvel (mais de dez anos), envolvendo pessoas economicamente vulneráveis, obrigatória a intimação do Órgão Ministerial e a da Defensoria Pública, bem como a prévia audiência de mediação, antes da apreciação do pedido de medida liminar de reintegração de posse.- Por fim, destaca-se que os requisitos para concessão da liminar não restaram preenchidos, conforme art. 300, do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, é inquestionável o periculum in mora inverso sob o aspecto de deixar ao desamparo os cidadãos hipossuficientes da camada mais pobre da nossa sociedade, caso deferida a liminar. - Decisão mantida. - Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4004330-57.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4005891-35.2018.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco da Amazônia S/A; Advogado: Boniek Pereira da Silva (OAB: 8303/AM); Agravado: Erin Estaleiros Rio Negro Ltda; Agravada: Maria de Fátima Magalhães Mendes; Agravado: Raimundo Mendes Magalhães; Advogado: Roberto César Diniz Cabrera (OAB: 6071/AM); Presidente: Paulo César Caminha e Lima. Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. AGRAVO POR INSTRUMENTO. REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. EMPRESA DE GRANDE PORTE. CAPITAL SOCIAL BLOQUEADO. IMÓVEIS ALIENADOS. BENEFÍCIO CONCEDIDO EM CARÁTER PROVISÓRIO E RESTRITIVO ÀS CUSTAS. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005891-35.2018.8.04.0900, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4005985-64.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Ilmacc Comercio e Servicos Postumos Ltda (Funeraria Canaã); Advogado: Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB: 10625/AM); Agravado: Canaa Infinity Assistencial e Servicos Funerarios Ltda; Advogada: Joyce Lima da Silva (OAB: 8807/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PROPRIEDADE DO BEM. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA MEDIDA.- Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. Uma vez que se mostra necessária a dilação probatória para que haja definição quanto à tese de ilegitimidade passiva invocada pela Agravante, a análise de preliminar de ilegitimidade passiva deve ser feita após regular instrução processual perante o juízo "a quo".- A tutela de busca e apreensão configura exercício regular do direito do proprietário amparado pela legislação, que tem como um de seus objetivos a proteção do bem, não devendo, portanto, ser impedida sem justo fundamento. Assim, uma vez devidamente comprovada a propriedade do bem, irrefutável o direito de busca e apreensão, sendo legítimas as medidas adotadas.- Agravo de instrumento conhecido, mas desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005985-64.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas negar provimento ao recurso, confirmando a decisão anterior, que indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4003847-27.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Ester Siqueira Caldas; Advogado: Walfran Siqueira Caldas (OAB: 8915/AM); Agravado: Edson Palheta Brasil; Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER ANTECEDENTE DE BUSCA E APREENSÃO. NÃO PREENCHIMENTO DO REQUISITO DA URGÊNCIA/PERIGO DE DANO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO.- Na forma do art. 300, CPC, conceder-se-á tutela de urgência quando, diante dos argumentos esboçados na petição inicial, houver elementos que evidenciem ser provável o acolhimento do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.- Faz-se imprescindível que o órgão julgador se convença, mediante elementos colacionados aos autos, da probabilidade do direito alardeado e seja necessária a antecipação da tutela final diante do perigo de dano.- A parte não restou demonstrado à satisfação do preenchimento do requisito da urgência/perigo de dano. Isso porque notificou extrajudicialmente, no mês de abril de 2018, a sra. Ester/Agravante sobre o atraso da parcela referente ao mês de março de 2018, enquanto que apenas propôs a ação de tutela de urgência em caráter antecedente de busca e apreensão de veículo automotor em 29 de julho de 2018.- Decisão reformada.- Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4003847-27.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001477-41.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual; Agravante: O Estado do Amazonas; Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM); Agravado: Chibatão Navegação e Comercio Ltda; Advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Advogado: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO TRIBUTÁRIO. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. SATISFAÇÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. REPORTO. ISENÇÃO DO ICMS. APLICABILIDADE.IMPROVIMENTO. I - A tutela de urgência prevista no art. 300 do CPC de 2015 “será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.” II - É plausível, em juízo de cognição sumária, a tese de que as operações de importação de equipamentos realizada pela Agravada se beneficiam da isenção prevista no Convênio de ICMS/CONFAZ nº 151/2008 e no Decreto Estadual nº 28.220/2009, visto que a operação realizada a princípio satisfaz todas as condições ali estabelecidas e, ademais, porque não é razoável que o Estado, após reconhecer o direito do contribuinte ao benefício fiscal, tendo inclusive liberado a mercadoria sem a cobrança do imposto, venha anos depois alegar que as normas que amparam tal direito são viciadas. Tal conduta afronta, ao primeiro exame, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, tal como estabelecidos na Lei nº 2.794/2003. III – É plausível igualmente a alegação de que a exigência do tributo, com fundamento na inexistência de lei, viola a teoria dos motivos determinantes, pois na esfera administrativa outro motivo foi utilizado para justificar a imposição do tributo (o fato de o bem não se destinar a ativo permanente para utilização direta e exclusivamente no processo produtivo). IV - Agravo de instrumento conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001477-41.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001479-11.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual; Agravante: O Estado do Amazonas; Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM); Agravado: Chibatão Navegação e Comercio Ltda; Advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Advogado: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO TRIBUTÁRIO. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. SATISFAÇÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. REPORTO. ISENÇÃO DO ICMS. APLICABILIDADE.IMPROVIMENTO. I - A tutela de urgência prevista no art. 300 do CPC de 2015

"será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." II - É plausível, em juízo de cognição sumária, a tese de que as operações de importação de equipamentos realizada pela Agravada se beneficiam da isenção prevista no Convênio de ICMS/CONFAZ nº 151/2008 e no Decreto Estadual nº 28.220/2009, visto que a operação realizada a princípio satisfaz todas as condições ali estabelecidas e, ademais, porque não é razoável que o Estado, após reconhecer o direito do contribuinte ao benefício fiscal, tendo inclusive liberado a mercadoria sem a cobrança do imposto, venha anos depois alegar que as normas que amparam tal direito são viciadas. Tal conduta afronta, ao primeiro exame, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, tal como estabelecidos na Lei nº 2.794/2003.III – É plausível igualmente a alegação de que a exigência do tributo, com fundamento na inexistência de lei, viola a teoria dos motivos determinantes, pois na esfera administrativa outro motivo foi utilizado para justificar a imposição do tributo (o fato de o bem não se destinar a ativo permanente para utilização direta e exclusivamente no processo produtivo). IV - Agravo de instrumento conhecido e, no mérito, não provido. Decisão mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001479-11.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 4001480-93.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual; Agravante: O Estado do Amazonas; Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM); Agravado: Chibatão Navegação e Comercio Ltda; Advogado: Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Advogado: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. DIREITO TRIBUTÁRIO. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS. SATISFAÇÃO. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. REPORTO. ISENÇÃO DO ICMS. APLICABILIDADE. NÃO PROVIDO. I - A tutela de urgência prevista no art. 300 do CPC de 2015 "será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." II - É plausível, em juízo de cognição sumária, a tese de que as operações de importação de equipamentos realizada pela Agravada se beneficiam da isenção prevista no Convênio de ICMS/CONFAZ nº 151/2008 e no Decreto Estadual nº 28.220/2009, visto que a operação realizada a princípio satisfaz todas as condições ali estabelecidas e, ademais, porque não é razoável que o Estado, após reconhecer o direito do contribuinte ao benefício fiscal, tendo inclusive liberado a mercadoria sem a cobrança do imposto, venha anos depois alegar que as normas que amparam tal direito são viciadas. Tal conduta afronta, ao primeiro exame, os princípios da segurança jurídica e da boa-fé, tal como estabelecidos na Lei nº 2.794/2003. III – É plausível igualmente a alegação de que a exigência do tributo, com fundamento na inexistência de lei, viola a teoria dos motivos determinantes, pois na esfera administrativa outro motivo foi utilizado para justificar a imposição do tributo (o fato de o bem não se destinar a ativo permanente para utilização direta e exclusivamente no processo produtivo). IV - Agravo de instrumento conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4001480-93.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0600385-54.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG); Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM); Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Apelado: Jorimar Santos de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DECRETADA DE OFÍCIO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO ANTERIOR DA REQUERENTE. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA VEDAÇÃO À DECISÃO SURPRESA. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.- É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que o reconhecimento da prescrição depende da prévia intimação do Requerente para que possa sobre ela se manifestar, sob pena de quedarem-se malferidos os princípios consagrados nos artigos 9º e 10 do CPC.- Assim, não observado o procedimento legal pelo Juízo Sentenciante, há error in procedendo, que é causa de nulidade do ato judicial. -Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0600385-54.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. EL

Processo: 0000036-92.2015.8.04.5801 - Apelação Cível, 1ª Vara de Maués; Apelante: Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués/am; Procurador: Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB: 9124/AM); Procurador: Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB: 9908/AM); Apelado: Conservadora Maués Ltda; Advogada: Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB: 11755/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. PROVA DOCUMENTAL PRECÁRIA. LEI 8.666, DE 21.06.1993. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA. CPC/2015, ART. 373, I. PAGAMENTO INDEVIDO.- Na ação de cobrança, incumbe à parte autora fazer prova quanto ao fato constitutivo do seu direito, o que é possível através da apresentação de notas de empenho e nota fiscal relativa aos serviços prestados, ou, na forma do art. 73, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, pelo comunicado à Administração, diante da ausência de termo circunstanciado. - Ausente prova robusta da realização dos serviços - ônus da empresa contratada (CPC/2015, art. 373, I) - deve-se ater nos atos da Administração, em cujo favor milita presunção de legitimidade e veracidade. - Reputa-se justa a recusa do Município apelado em efetuar o pagamento dos serviços pactuados, ausente prova do cumprimento contratual por parte da empresa apelada.- Ausente prova robusta da realização dos serviços - ônus da empresa contratada (CPC/2015, art. 373, I) - deve-se ater nos atos da Administração, em cujo favor milita presunção de legitimidade e veracidade.- Reputa-se justa a recusa do Município apelado em efetuar o pagamento dos serviços pactuados, ausente prova do cumprimento contratual por parte da empresa apelada.- Recurso de apelação conhecido e provido. Reformada a sentença. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0000036-92.2015.8.04.5801, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao apelo, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0000499-35.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Maria Dorotéia de Souza Maciel; Advogado: Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM); Embargado: Superintendência

de Habitação do Amazonas – SUHAB; Advogado: Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (OAB: 7153/AM); Embargado: O Estado do Amazonas; Procurador: Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA OMISSÃO. AUSÊNCIA. INTUITO DE QUESTIONAR O MÉRITO DO JULGADO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0000681-21.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Planeta das Fantasias Ltda; Advogado: Karla Freixo Braga (OAB: 3775/AM); Advogada: Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB: 8074/AM); Embargado: Danger's Jorge Advogados Associados; Advogada: Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16166/PE); Advogado: David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM); Advogado: José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB: 3597/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO DE PAGAR O VALOR ORIGINARIAMENTE PACTUADO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios o recurso há de ser rejeitado.2. O voto condutor foi expresso ao afirmar que o montante devido deve corresponder ao valor originariamente pactuado, qual seja, o da apólice do seguro, por consequência, o valor da causa. 3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0000681-21.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001350-74.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde – Fvs; Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM); Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Embargado: Willace Dutra Cecílio; Advogada: Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM); Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. LITISPENDÊNCIA. OCORRÊNCIA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO A QUALQUER TEMPO E GRAU DE JURISDIÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. NECESSIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório inexistindo, in casu, quaisquer dos vícios alegados, buscando a parte tão somente rediscutir o julgado e as matérias discutidas à exaustão.2. Embora não haja a presença dos vícios elencados no artigo 1.022 do CPC, é possível analisar-se a matéria de ordem pública referente à litispendência, uma vez que esta pode ser conhecida a qualquer tempo e grau de jurisdição.3. Comparando o presente feito com o de número 0615825-51.2017.8.04.0001, que foi protocolizado primeiro, vislumbra-se a ocorrência do instituto da litispendência, haja vista que as partes, a causa de pedir e o pedido são idênticos, a ensejar a extinção do feito sem resolução do mérito, com a inversão dos ônus sucumbenciais.4. O reconhecimento da litispendência não implica, por si só, no reconhecimento de litigância de má-fé, notadamente por não restar configurado o dolo, posto que o Embargado alertou ter havido erro de peticionamento, sendo descabida a multa.5. Embargos Declaratórios conhecidos e parcialmente acolhidos. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração n.º 0001350-74.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e acolher parcialmente os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001385-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Expresso Ocidental Logistica Integrada LTDA; Advogado: Edison Marcolino Arantes (OAB: 59224/MG); Advogado: Tácio Godoy Feldner (OAB: 102176/MG); Embargada: Maria Izabel Carlos de Queiroz; Advogado: Fidelis Aguiar Andrade (OAB: 6486/AM); Advogada: Regiane Lopes Gioia (OAB: 3728/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.- Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.- Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.- O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.- O Julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada. (Precedentes EDcl no MS 21.315-DF/STJ).- Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0001385-34.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001614-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Patri Vinte e Quatro Empreendimento Imobiliários Ltda (patrimônio); Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Apelada: Lucciana Maura Freitas Queiroz; Advogado: Mauro de Siqueira Queiroz (OAB: 2360/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Apelado: Alexandre Leal Calgaro; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO. NÃO IDENTIFICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. Ao compulsar os autos, diante dos argumentos expostos pelo na Embargante, fica cediço a pretensão de rediscussão da matéria, consubstanciada na insatisfação com o resultado da demanda,

o que é incabível em sede de Embargos de Declaração.3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0001614-91.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001723-08.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Procurador: Debora Bandeira Koenow (OAB: 12898/AM); Embargada: Marly Nascimento Irmão; Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. No Acórdão Embargado aplicou-se a prescrição quinquenal, nos moldes apontados pelo próprio Estado do Amazonas, consoante precedente do STF – ARE 709212/DF. De modo que a discussão trazida nestes Embargos de Declaração revela intenção de rediscutir a matéria, bem como inovar nos argumentos apresentados em Contrarrazões, o que é juridicamente inviável. 3. Embargos declaratórios rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0001723-08.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001851-28.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Jaqueline Zurra Gomes; Advogado: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM); Embargado: Estado do Amazonas - Governo do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública; Advogado: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MATÉRIA EXPRESSAMENTE DECIDIDA E FUNDAMENTADA NO ARESTO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. PRETENSÃO EXCLUSIVA DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. RECURSO INADEQUADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0001958-72.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Lourdes Encarnação de Oliveira; Advogado: Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB: 8001/AM); Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM); Advogado: Victor de Alencar Araujo Motta (OAB: 7796/AM); Advogado: Renato Albani Ribeiro Rinaldi (OAB: 7996/AM); Advogado: Anderson Macohin (OAB: 284549/SP); Embargado: Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB: 371064/SP); Procurador: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. INCAPACIDADE LABORATIVA NÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. JULGAMENTO DO MÉRITO. MATÉRIA EXPRESSAMENTE DECIDIDA E FUNDAMENTADA NO ARESTO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002005-46.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde – Fvs; Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM); Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM); Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM); Embargada: Mara Nogueira da Silva; Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM); Advogada: Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINS PREQUESTIONADORES. SUPOSTAS OMISSÕES NÃO CONTEXTUALIZADAS. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002035-81.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A; Advogado: Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM); Advogado: Décio Freire (OAB: 56543/MG); Embargado: Cometais Indústria e Comércio de Metais Ltda.; Advogado: Almerio Ferreira Botelho (OAB: 271/AM); Advogado: Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB: 8028/AM); Advogada: Fabiana Caroline Silva (OAB: 8019/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AVALIAÇÃO DE BEM. CPC/2015, ART. 870, PARÁGRAFO ÚNICO (CPC/1973, ART. 680). AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE INTIMAÇÃO DAS PARTES PARA NOMEAÇÃO DE PERITO AUXILIAR. PRECEDENTES DO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO VERIFICADO.- Alegações de omissão e de erro material no julgado, pelo não reconhecimento do alegado cerceamento de defesa ante a ausência de prazo às partes para a apresentação de peritos auxiliares, quando da adoção do procedimento a que alude o art. 870, parágrafo único, do CPC/2015 serão analisadas conjuntamente.- À míngua de dispositivo legal que imponha a concessão de prazo para a apresentação de perito auxiliar, nem havendo qualquer referência à conjugação do art. 870, parágrafo único, do CPC/2015 (CPC/1973, art. 680), com as disposições referentes à produção de prova técnica, nos mesmos moldes do que ocorre na perícia realizada em sede de processo de conhecimento, não vislumbro mácula a inquinar a decisão objeto do recurso. Precedentes do STJ.- Embargos de declaração conhecidos e acolhidos para expressa manifestação quanto à desnecessidade de nomeação de peritos auxiliares para o procedimento do art. 870, parágrafo único do CPC/2015, sem atribuição de efeitos infringentes ao julgado. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0002035-81.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer dos aclaratórios para acolhê-los, sem imprimir-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002197-76.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Ariel Gomide Foina; Advogado: Ariel Gomide Foina (OAB: 22125/DF); Embargado: Michel Monteiro Gioia; Advogado: Michel Monteiro Gioia (OAB: 5288/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADAS OMISSÕES. AUSÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DO JULGADO EMBARGADO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002652-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Comac Importação e Exportação LTDA.; Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM); Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM); Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM); Embargada: Márcia Sanchez Marchesani; Embargado: Chronos Indústria e Comércio Ltda.; Embargado: Valmir Dias Saluti; Advogado: Thiago Massicano (OAB: 249821/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E EQUÍVOCO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão .II - O Acórdão ora embargado sequer trouxe à baila a tese ora avençada, isto é, sobre a quantidade de meses estabelecida no contrato entabulado entre as partes. Isso porque nos autos de n.º 0000293-21.2019.8.04.0000 apenas a ora Embargada, Chronos Indústria e Comércio Ltda, insurgiu-se sobre o Decisium de fls. 279/285 (autos de n.º 0601418-11.2015.8.04.0001), tendo suas irresignações versado tão somente sobre a condenação em dobro por repetição de indébito e à sucumbência exclusiva da parte. III – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. IV - Clarividente que todos os temas debatidos foram efetivamente abordados de maneira clara, concisa e com suficiência de raciocínios lógicos que conduziram à decisão, donde resulta que o único propósito do Embargante em relação a estas teses é o rediscutir a matéria, buscando substituir a decisão proferida por nova, o que é vedado pelo ordenamento jurídico,III – Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0002652-41.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, REJEITÁ-LOS, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0002828-20.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM); Embargado: Elizeu Castro de Menezes; Advogado: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO ESTADO DO AMAZONAS À DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL. POSSIBILIDADE. SUPERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ. NOVO POSICIONAMENTO ADOTADO DO STF. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO PREVISTO NO ART. 1.022 DO CPC. EMBARGOS REJEITADOS.- Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão;- Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado;- Embargos rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0002828-20.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003002-43.2013.8.04.7500 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé; Apelante: O Município de Tefe; Representa: Emer de Senna Gome; Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM); Advogada: Aline Cintrão Ferreira (OAB: 9275/AM); Apelado: Edmilson Jacinto da Silva; Advogado: Klaus Oliveira de Queiroz (OAB: 3799/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO. TEMPORÁRIA. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO AO FGTS. APLICAÇÃO DO ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA SUPREMA CORTE. PRESCRIÇÃO REFERENTE AO PERÍODO ANTERIOR A 28.09.2006. RECONHECIDA SENTENÇA MANTIDA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - A regra constitucional é de que o exercício de funções públicas se dê por aqueles que sejam previamente aprovados em concurso público. A exceção a esta regra só pode ocorrer nas hipóteses definidas na própria Constituição Federal (cargos em comissão e contratação temporária para atendimento à necessidade temporária de excepcional interesse público), sob pena de o legislador infraconstitucional ser autorizado a alterar o texto constitucional, ao ampliar as hipóteses de exceção ao concurso público.- A renovação do contrato temporário, por sucessivas vezes, ocasiona a nulidade do contrato celebrado.- O Supremo Tribunal Federal (RE 830.962) assentou que os contratos temporários nulos também dão direito ao FGTS.- No que pertine à prescrição, vale registrar que ao pleito do Requerente, ora Apelado, de obter o pagamento de seu FGTS de todo o período trabalhado, deve ser aplicada a prescrição quinquenal prevista no artigo 1.º do Decreto n. 20.910/32, recepcionado pela Constituição Federal de 1988, uma vez que a Requerente laborou até 31.07.2011, e ajuizou a ação em 28.09.2011, sendo atingido, assim, pelo instituto da prescrição o período anterior a 28.09.2006.- Sentença parcialmente reformada, a fim de seja declarada a prescrição referente ao período período anterior a 28.09.2006, sendo mantida em seus demais termos e fundamentos. - Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0003002-43.2013.8.04.7500, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003084-60.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Federal de Seguros; Advogado: Josemar Lauriano Pereira (OAB: 132101/RJ); Embargado: José Pereira dos Santos; Embargada: Rosemary Amaral Correia; Embargado: Marivaldo da Silva Rolim; Embargada: Maria Fatima da Silva Rolim; Embargado: Julio Flávio Moreira Chagas; Embargado: Jodaci Pereira dos Santos; Embargado: Jaime Silva Goes; Embargada: Ivaneide ,Arques de Souza; Embargado: Esperidião Menezes de Carvalho; Embargado: Americo Generoso de Paiva; Advogado: Mário Marcondes Nascimento (OAB: 7701/SC); Advogado: Luiz Valdemiro Soares Costa (OAB: A775/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE VÍCIO NA CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA AUTORIZADA A ATUAR ENTRE OS MUTUÁRIOS DA SFH. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. Afasta-se na hipótese a legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal e da União, firmando-se a competência da Justiça Estadual para apreciar a causa, na medida em que o Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento de recurso repetitivo, estabeleceu que nos contratos de seguro relativos ao SFH, inexiste interesse da Caixa Econômica Federal para intervir na causa.2. Afasta-se na hipótese a legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal e da União, firmando-se a competência da Justiça Estadual para apreciar a causa, na medida em que o Superior Tribunal de Justiça, em sede de julgamento de recurso repetitivo, estabeleceu que nos contratos de seguro relativos ao SFH, inexiste interesse da Caixa Econômica Federal para intervir na causa.3. Embargos declaratórios rejeitados. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE VÍCIO NA CONSTRUÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA. SEGURADORA AUTORIZADA A ATUAR ENTRE OS MUTUÁRIOS DA SFH. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.1. Tendo o mutuário escolhido para compor a ação uma seguradora que opera no Sistema Financeiro de Habitação (SFH), é de se reconhecer sua legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que qualquer das seguradoras que operam na SFH possuem responsabilidade solidária quanto ao cumprimento das obrigações relativas ao seguro habitacional. 2. Afasta-se na hipótese a legitimidade da Caixa Econômica Federal para atuar na demanda, firmando-se a competência da Justiça Estadual para apreciar a causa. Precedentes do STJ.3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003084-60.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003175-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 3592/AC); Embargado: Raimundo Horácio Ferreira da Silva; Advogada: Djane Oliveira Marinho (OAB: 5849/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. III - Quanto ao prequestionamento, a nova sistemática trazida pelo artigo 1.025 do CPC consagrou a figura do prequestionamento ficto, de maneira que os elementos suscitados pelo embargante, para efeitos de pré-questionamento, consideram-se incluídos no acórdão, ainda que os embargos sejam inadmitidos ou rejeitados. Diante disso, bem como em razão da inexistência dos vícios apontados pelos embargantes, constata-se que os dispositivos suscitados encontram-se prequestionados por força da própria regra inserta no artigo 1.025 do Código de Processo Civil;IV – Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003175-53.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003176-38.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Advogado: Olavo Cesar Castro Mendes (OAB: 513A/AM); Advogado: Florindo Silvestre Poersch (OAB: 800/AC); Embargado: Weleton da Silva Lima; Advogado: Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB: 748/RR); Advogado: Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB: 869A/AM); Procurador: Dra.Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. CPC/2015, ART. 1.022. SEGURO DPVAT. JUROS DE MORA. OMISSÃO VERIFICADA. ACOLHIMENTO. - Devem ser acolhidos os embargos de declaração para sanar a omissão no que se refere à aplicação dos juros de mora sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil de 2015.- Os juros moratórios, em caso de seguro DPVAT, devem incidir da data da citação da Seguradora, porque conta-se desta data o início da mora, em decorrência da relação contratual existente entre as partes.- Embargos de declaração conhecidos e acolhidos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003176-38.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003208-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos; Advogada: Ritielle Duarte (OAB: 102799/RS); Advogado: Guilherme de Castro Barcellos (OAB: 56630/RS); Embargado: João Lúcio Freire Gomes; Advogado: Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB: 10357/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ

AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão .II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. III – Quanto ao prequestionamento, a nova sistemática trazida pelo artigo 1.025 do CPC consagrou a figura do prequestionamento ficto, de maneira que os elementos suscitados pelo embargante, para efeitos de pré-questionamento, consideram-se incluídos no acórdão, ainda que os embargos sejam inadmitidos ou rejeitados. Diante disso, bem como em razão da inexistência dos vícios apontados pelos embargantes, constata-se que os dispositivos suscitados encontram-se prequestionados por força da própria regra inserta no artigo 1.025 do Código de Processo Civil;IV - Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003208-43.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003223-12.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: A. Ô L. LTDA; Advogada: Ana Paula Ivo Fernandes (OAB: 4288/AM); Advogado: Geovane Araújo Galvão (OAB: 107918/MG); Advogado: Fernando Borges de Moraes (OAB: 446A/AM); Advogado: José Perceu Valente de Freitas (OAB: 7200/AM); Embargado: D. M. de A.; Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Embargada: F. F. de A.; Embargada: A. B. L. de A.; Representa: Aline Taiana Brasil Lemos; Advogado: Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB: 9709/AM); Advogado: Marcos Osamo Basto Takeda (OAB: 3739/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA FATAL. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DO CRITÉRIO BIFÁSICO PARA FIXAÇÃO DO QUANTUM. PRECEDENTE DO STJ. RESP 1.152.541.- Os embargos de declaração prestam-se a aclarar o julgado quanto a eventuais obscuridades que, quando verificadas, devem ser corrigidos, como forma de aperfeiçoar o julgado (CPC/2015, art. 1.022).- A Terceira Turma do STJ, quando do julgamento do REsp 1.152.541, detalhou o conceito do método bifásico para a definição do montante a ser pago a título de indenização por danos morais, sendo que na primeira etapa, deveria ser estabelecido um valor básico, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais em casos semelhantes e, numa segunda etapa, consideradas as circunstâncias do caso atendendo à determinação legal de arbitramento equitativo pelo juiz.- Embargos de declaração conhecidos e acolhidos para sanação da obscuridade com a observância do critério bifásico para manutenção do valor arbitrado a título de dano moral pelo julgador de origem, sem efeitos infringentes. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003223-12.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher os embargos de declaração para sanar a apontada obscuridade, em atribuição de efeitos infringentes ao julgado, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003224-94.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Antonio Edilson Alves de Morais Me; Advogado: Antonio J. B. Viana (OAB: 5750/AM); Embargado: Águas do Amazonas S.A.; Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM); Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. III – Embargos de Declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003224-94.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os presentes Embargos de Declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003322-79.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda.; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM); Advogada: Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM); Soc. Advogados: Andrade Gc; Advogados (OAB: 5797/AM); Embargada: Adenisia Forte Valente Gomes; Advogada: Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM); Advogado: Andrea Cardoso Salgado (OAB: 4743/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. NÃO EVIDENCIADA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Os presentes embargos de declaração configuram evidente tentativa de reapreciação da matéria já julgada, o que não pode ser admitido. Em verdade, o Embargo de Declaração não é o meio processual adequado para manifestação de inconformismo da parte em relação à decisão proferida. III - Clarividente que todos os temas debatidos foram efetivamente abordados de maneira clara, concisa e com suficiência de raciocínios lógicos que conduziram à decisão, donde resulta que o único propósito do Embargante em relação a estas teses é o rediscutir a matéria, buscando substituir a decisão proferida por nova, o que é vedado pelo ordenamento jurídico. IV - A Decisão Embargada é clara e não padece de contradições ao fundamentar a incidência dos juros de mora a partir da data da citação. Por certo, o marco inicial estabelecido coaduna-se com o artigo 397, parágrafo único, do Código Civil, uma vez que a mora, na espécie, é ex re, isto é, própria da coisa, surgindo, para fins legais, desde a citação.V – Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003322-79.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, REJEITÁ-LO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003382-52.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Embargada: Maria Eugênia Santos de Souza; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB: 253180/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. VERBA HONORÁRIA. EXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO. ALTERAÇÃO DO PARÂMETRO DE CONDENAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003386-89.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Sandro Mauro Passos Soares; Embargante: Daiane Vieira de Souza Soares; Advogado: Maurício Francisco Soares Júnior (OAB: 7569/AM); Advogado: Saulo Diego Soares Gomes (OAB: 7572/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Embargado: Construtora Capital S/A; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE QUE EXISTE OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO DIANTE DA EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ EM PROCESSO ANTERIOR, A PARTIR DOS MESMOS FATOS. HIPÓTESE DE EXCLUSÃO DA CONDENAÇÃO PARA EVITAR O BIS IN IDEM. RECURSO PROVIDO. ACÓRDÃO MODIFICADO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a unanimidade, em dar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003435-33.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Industria Paranaense de Cosmeticos Ltda; Advogado: Edilson Jair Casagrande (OAB: 166027A/SP); Embargada: Friller Brasil Alimentos Ltda; Advogado: Thiago Andrade de Melo (OAB: 7214/AM); Advogado: Dr. Lauriano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINS PREQUESTIONADORES E SUPOSTOS VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. RECURSOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS. 1. Os Embargos de Declaração opostos por Friller Brasil Alimentos Ltda. não evidenciam qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, de modo que o embargante busca, apenas, a modificação do julgado combatido, em especial se não há fins prequestionadores.2. Os embargos de declaração aviados por Indústria Paranaense de Cosméticos Ltda. não merecem provimento, tendo em vista a inexistência de omissão do julgado, já que o percentual de honorários advocatícios de sucumbência foi fixado, na sentença primeva, em seu patamar máximo (art. 85, §§1º e 11º, do CPC). 3. Recursos não providos. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003505-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Única de Presidente Figueiredo; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Clóvis Smith Frota Júnior (OAB: 3626/AM); Embargado: Fazenda Santa Inês Ltda; Advogada: Marisa Schutzer Del Nero Poletti (OAB: 22360/SP); Advogado: Yara de Mingo Ferreira (OAB: 23025/SP); Advogado: Alessandra Teixeira Gockino (OAB: 182738/SP); Advogado: Erika Maria Oliveira da Silva (OAB: 336259/SP); Advogado: Tony Felix Tomé (OAB: 7688/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO QUE SE PRONUNCIOU SOBRE AS ALEGADAS TESES OMITIDAS. VÍCIO NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003531-48.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Friller Brasil Alimentos Ltda; Advogado: Thiago Andrade de Melo (OAB: 7214/AM); Advogado: Dr. Lauriano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM); Embargado: Industria Paranaense de Cosméticos Ltda; Advogado: Edilson Jair Casagrande (OAB: 166027A/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FINS PREQUESTIONADORES E SUPOSTOS VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. RECURSOS DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO PROVIDOS.1. Os Embargos de Declaração opostos por Friller Brasil Alimentos Ltda. não evidenciam qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material, de modo que o embargante busca, apenas, a modificação do julgado combatido, em especial se não há fins prequestionadores.2. Os embargos de declaração aviados por Indústria Paranaense de Cosméticos Ltda. não merecem provimento, tendo em vista a inexistência de omissão do julgado, já que o percentual de honorários advocatícios de sucumbência foi fixado, na sentença primeva, em seu patamar máximo (art. 85, §§1º e 11º, do CPC).3. Recursos não providos. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003534-03.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara de Órfãos e Sucessões; Embargante: O Espolio de Paulo Frassinetti Ribeiro Cuadal,; Representa: Marly Cuadal Coimbra; Advogada: Auta de Amorim Gagliardi Madeira (OAB: 5585/DF); Advogado: Marcelo Ramos Correia (OAB: 15598/DF); Embargado: Carlos Fausto Ventura Gonçalves; Advogado: Pedro Stenio Lucio Gomes (OAB: 2604/AM); Advogado: José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB: 29A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE NULIDADE ABSOLUTA EM FACE DA PARTICIPAÇÃO, NO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL, DE DESEMBARGADOR QUE SE DECLAROU SUSPEITO ANTERIOR,ENTE. ATUAÇÃO DESINFLUENTE NO RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. ERRO MATERIAL NA CERTIDÃO DE EXTRATO DO ACÓRDÃO VERIFICADA. NECESSIDADE DE CORREÇÃO. DEMAIS ARGUMENTOS QUE

NÃO DEMONSTRAM QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015.- Preliminar de nulidade do julgado. Sessão de julgamento presidida por Desembargador que averbou sua suspeição por motivo de foro íntimo para atuar no feito. Nulidade inocorrente. O magistrado se limitou em pronunciar o resultado do julgamento, não proferindo qualquer voto, pelo que não há nulidade a ser reconhecida ou declarada, ante a inexistência de prejuízo. Preliminar rejeitada. Precedentes (STJ. HC 352.825/RS; STF. RHC 120332).- Constatada a existência de erro material, há de ser corrigida a certidão de extrato de minuta do julgamento, para que passe a constar como parte agravada o Espólio de Carlos Fausto Ventura Gonçalves, ora embargado.- Com a entrada em vigor do CPC/2015, restou mantido o caráter de natureza interlocutória da decisão que analisa a impugnação ao cumprimento de sentença, sem extinguir a fase executiva do julgado.- A mera irresignação do Embargante contra os termos da decisão que aplicou a sanção processual referente à litigância de má-fé não tem o condão de alterar a conclusão do julgado, pelo que sua manutenção é medida que se impõe.- Embargos de declaração conhecidos e parcialmente acolhidos, unicamente para determinar a correção de erro material na certidão de extrato da minuta de julgamento, sem atribuição de efeitos infringentes. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003527-11.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, conhecer dos embargos de declaração para acolhê-los parcialmente, sem emprestar-lhes efeitos infringentes, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003537-55.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Pedro Chimenes de Oliveira; Advogado: Antonio Hilton Pereira Dourado (OAB: 5330/AM); Embargado: Eloi Francisco Nunes; Advogado: Erik Diniz Figueira (OAB: 6425/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003560-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Edivaldo Pucu Teixeira; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Embargado: INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social; Procurador: Rodrigo Medeiros Lócio (OAB: 39972/PE); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. TERMO DE INÍCIO. AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. DATA DA CESSÃO INDEVIDA DO BENEFÍCIO. PRECEDENTES. STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E PROVIDOS. - A função dos embargos de declaração é a de esclarecer ou integrar certa decisão. Trata-se de recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1.022 do CPC, deve-se apontar a contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado.- Em que pese o Acórdão embargado tenha conhecido e negado provimento ao apelo, indeferindo o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez do Apelante, ora Embargante, restou silente quanto ao pedido de reforma do termo inicial do auxílio-doença acidentário concedido pelo Juízo a quo. - Pois bem. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o termo inicial do auxílio-acidente é a data da cessação do auxílio-doença. - Assim, a r. Sentença merece ser parcialmente reformada, para que o termo inicial do pagamento do auxílio-doença acidentário, seja o primeiro dia após a cessão indevida do benefício anteriormente concedido, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.- Embargos de declaração conhecidos e providos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003560-98.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento aos presentes embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003607-72.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: Celso Marcon (OAB: 566A/AM); Embargado: Antônio Herbeth Moura da Silva; Advogada: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. NEXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no Acórdão, o recurso há de ser rejeitado.2. Mesmo para fins de prequestionamento, deve haver a existência de uma das hipóteses de embargabilidade para que haja o acolhimento dos aclaratórios.3. Não há falar em contradição do Acórdão que afastou a possibilidade de análise de matéria ventilada em recurso que se encontra alheia à lide, eis que não foi pleiteada na exordial e muito menos foi objeto da sentença.4. Embargos declaratórios conhecidos, mas, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003607-72.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019.GC

Processo: 0003651-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Raimunda Teixeira Cortez; Embargante: Jone Reis Maciel da Silva; Advogado: Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM); Embargado: Enipeu Empreendimentos Imobiliarios Ltda; Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128431/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE EVIDÊNCIA. EFETIVAÇÃO DA MEDIDA. UTILIZAÇÃO DE MEIOS PREVISTOS NO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. DEMANDA ORIGINAL AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO PERANTE O JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE EFETUAR O LEVANTAMENTO DE VALORES OU BENS. INTELIGÊNCIA DO ART. 520 DO CPC OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão

de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. Não tendo sido sentenciada a ação, confirmando-se a tutela antecipada previamente deferida, impossível inciar-se o cumprimento provisório, na forma do Art. 520 do CPC, diante da provisoriedade da medida liminar, restando assim inviável o levantamento de qualquer valor nesta fase processual.2. Não tendo sido sentenciada a ação, confirmando-se a tutela antecipada previamente deferida, impossível inciar-se o cumprimento provisório, na forma do Art. 520 do CPC, diante da provisoriedade da medida liminar, restando assim inviável o levantamento de qualquer valor nesta fase processual.3. Embargos declaratórios rejeitados. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA. DEMANDA ORIGINAL AINDA PENDENTE DE JULGAMENTO PERANTE O JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE EFETUAR O LEVANTAMENTO DE VALORES OU BENS. INTELIGÊNCIA DO ART. 520 DO CPC. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não tendo sido sentenciada a ação, confirmando-se a tutela antecipada previamente deferida, impossível inciar-se o cumprimento provisório, na forma do Art. 520 do CPC, diante da provisoriedade da medida liminar, restando assim inviável o levantamento de qualquer valor nesta fase processual.2. Diante deste cenário, apenas é cabível à parte a adoção de medidas no intuito de assegurar a efetivação da tutela provisória, na forma concretizada pela magistrada de primeiro grau, visto que foi realizou consulta e penhora de valores via BACENJUD e a tentativa de penhora de bens imóveis de propriedade da Agravada, na forma disciplinada pelo Art. 297 do CPC.3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003651-91.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003751-46.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Odlaniger Lima de Souza; Advogado: João Marcos Pozzetti; Advogado: José Artur Pozzetti; Embargado: Caixa Econômica Federal; Advogado: Alirio Vieira Marques (OAB: 3772/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. INDEFERIMENTO. OMISSÃO NÃO VERIFICADA. - A teor do disposto no artigo 98, §8.º, do CPC/2015, havendo dúvida quanto ao preenchimento dos pressupostos para a concessão do benefício da gratuidade da justiça, pode o magistrado determinar a intimação da parte para que comprove a alegada hipossuficiência.- Os embargos de declaração não se prestam como via idônea para a obtenção de reexame das questões já analisadas nos autos, sendo defeso ao Judiciário, salvo raras exceções, modificar o entendimento consignado no julgamento acoimado. - Conforme dispõe o art. 1022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado. - Verificado que o acórdão embargado não padece dos vícios de contradição, obscuridade, omissão ou erro material, sua rejeição é medida que se impõe.- Embargos de declaração rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003751-46.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer mas rejeitar os aclaratórios, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003757-53.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Osvaldina Gonzaga de Oliveira Furtado; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Embargado: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos; Advogado: Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS); Advogado: Abrahão Lycon Nunes Dantas (OAB: 8125/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. NÃO EVIDENCIADA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão .II - Os presentes embargos de declaração configuram evidente tentativa de reapreciação da matéria já julgada, o que não pode ser admitido. Em verdade, o Embargo de Declaração não é o meio processual adequado para manifestação de inconformismo da parte em relação à decisão proferida. III - Clarividente que todos os temas debatidos foram efetivamente abordados de maneira clara, concisa e com suficiência de raciocínios lógicos que conduziram à decisão, donde resulta que o único propósito do Embargante em relação a estas teses é o rediscutir a matéria, buscando substituir a decisão proferida por nova, o que é vedado pelo ordenamento jurídico. IV - A Decisão Embargada é clara e não padece de contradições ao fundamentar que, em consulta ao sítio do Banco Central, a taxa média referente a celebração dos contratos, 05 de dezembro de 2016 e 09 de janeiro de 2017, respectivamente, estão dentro da média prevista pelo mercado, não havendo o que se falar em abusividade. V – Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0003757-53.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, REJEITÁ-LO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003759-23.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Kerinne Maria Freitas Pinheiro (OAB: 10105/PI); Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO); Embargado: Edson Cardoso Dantas; Advogado: Antonio Alves Pereira (OAB: 2622/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0003819-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Santander Brasil Seguros e Previdência S/A; Advogado: Gabriel Lopes Moreira (OAB: 57313/RS); Embargada: Maria Luiza Tavares Conde; Advogada: Midian Brasil Dal Medico (OAB: 10839/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. SEGURO

PRESTAMISTA. FINANCIAMENTO DE BEM MÓVEL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO ACERCA DA INEXISTÊNCIA DE SALDO A FAVOR DA PARTE. OMISSÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE SALDO REMANESCENTE. OBRIGAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE PARCELA EM DOBRO. ERRO MATERIAL. RESTITUIÇÃO SIMPLES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. Tratando-se de seguro prestamista, o valor do prêmio deve ser totalmente revertido a favor da quitação da parcela subjacente ao financiamento, não havendo saldo em favor da parte, eis que não se confunde com seguro de vida.A indicação da necessidade de devolução em dobro dos valores pagos após o falecimento do de cujus é indevida, tratando-se de mero erro material, devendo ser mantida a orientação da sentença que determinou a devolução das quantias de forma simples. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004232-77.2017.8.04.0000 - Apelação Cível, 2ª Vara de Parintins; Apelante: Município de Parintins; Procurador: Ed da Silva Maia (OAB: 50086/RS); Apelado: Erivaldo Alves de Oliveira; Advogado: Odiney Nogueira Teixeira (OAB: 271A/AM); Terceiro I: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível; Procurador: Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO. FGTS. SEM DIREITO À PERCEPÇÃO. REGULARIDADE DA CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. FGTS INDEVIDO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - O cargo em comissão, conforme dispositivo Constitucional, é de livre nomeação e exoneração, por sua natureza eminentemente administrativa, não autorizando-se o pagamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não sendo aplicável ao caso a regra dos contratos temporários da Administração Pública.- Diferente do entendimento da Magistrada de origem, o servidor comissionado não se confunde com o temporário, cuja jurisprudência recente tem reconhecido em alguns casos o direito ao FGTS, quando o contrato perdura por mais de 48 meses após reiteradas prorrogações, apesar de que tais prorrogações seja de índole duvidosa.- Assim, afasta-se completamente a alegação de que se tratava de contrato temporário, com a consequente inviabilidade da pretensão recursal, qual seja a percepção de FGTS, não se aplicando ao caso a regra atinente aos contratos temporários.- Sentença reformada. - Recurso conhecido e provido em dissonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0004232-77.2017.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento em dissonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004256-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Anna Cristina Rodrigues da Cunha; Advogado: Jaquline Alencar Edwards (OAB: 4953/AM); Advogado: Ricardo Pinheiro da Costa (OAB: 7952/AM); Embargado: Transportes Bertolini Ltda; Embargado: Ibepar Participações Ltda.; Advogada: Cristhiane Dahia Ducos (OAB: 519A/AM); Advogado: Norberto B. M. Bezerra Bonavita (OAB: 78179/SP); Advogado: Silvana Maria Lúcide da Silva (OAB: 452A/AM); Advogado: Tania Regina Jardim Lunardi (OAB: 7188/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO ACERCA DA SUPOSTA NULIDADE POR VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA PROCESSUAL. OMISSÃO CONFIGURADA. INTIMAÇÃO DE APENAS UM DOS ADVOGADOS CONSTITUÍDOS. AUSÊNCIA DE NULIDADE. IRRESIGNAÇÃO NÃO APRESENTADA NA PRIMEIRA OPORTUNIDADE. IRRELEVÂNCIA DOS PEDIDOS DE PUBLICAÇÃO SE NÃO HOUVER PEDIDO DE NULIDADE. JUNTADA DE DOCUMENTOS NOVOS EM SEDE DE EMBARGOS. CONFRONTO DA DECISÃO RECORRIDA COM OUTROS CASOS PARTICULARES. IMPOSSIBILIDADE.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A ausência de manifestação acerca da tese formulada pela parte constitui justa causa ao manejo dos embargos de declaração .A intimação da parte ex adversa em nome de todos os advogados em confronto com a intimação de apenas um da recorrente não é justa causa para nulidade do julgado, eis que a irresignação além de não ter sido apresentada na primeira oportunidade, não é causa que ocasione prejuízo, eis que a intimação continuou válida para a outra advogada constituída. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, integrando o acórdão recorrido com as presentes razões, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004258-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara de Família; Embargante: G. C. S.; Advogado: Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB: 7537/AM); Advogado: Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM); Advogado: Frederico Moraes Bracher; Advogado: Tatiana Dantas Portela (OAB: 6562/AM); Advogado: Carolinne Silva Moreschi (OAB: 13761/AM); Advogado: Janaína Maria Albuquerque Fogassa (OAB: 13800/AM); Embargante: S. C. S. de A.; Representa: Gisele Collares Santos; Advogada: Thaisa Assis de Souza (OAB: 14533/AM); Advogado: Frederico Moraes Bracher (OAB: 7311/AM); Embargado: E. M. de A.; Advogado: Samuel Pinto da Silva (OAB: 6734/AM); Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE EMBARGABILIDADE. DIVERGÊNCIA DO ACÓRDÃO COM OUTROS JULGADOS. CONTRADIÇÃO EXTERNA QUE DESAUTORIZA O MANEJO DOS ACLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. O Acórdão foi expresso ao trazer todas as tentativas de intimação da parte para se manifestar, bem como tratou da desnecessidade de intimação via Oficial de Justiça ou edital, não havendo falar em omissão.3. Para acolher eventual prequestionamento, este deve estar atrelado a algum dos vícios que possibilitam os aclaratórios, o que não ocorreu in casu, bem como não pode ser acolhido o recurso que pretende sanar contradição externa entre o Acórdão e julgados outros sobre a matéria4. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004258-07.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004281-50.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Dhomini Lima de Souza; Embargante: Thainara Lima de Souza; Embargante: Kaio Vinicius Lima de Souza; Embargante: Samara de Lira Lima; Advogado: Raimundo Amorim de Almeida (OAB: 10055/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Embargante: Vanderley Oliveira de Souza; Embargado: O Estado do Amazonas; Procurador: Ticiano Alves e Silva (OAB: A764/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004427-91.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Karina Maria Lemos Tanaka; Embargante: Márcio Damião Tanaka; Advogada: Sônia Maria Cansação da Silva (OAB: 2431/AM); Advogado: Adair José Pereira Moura (OAB: 1251/AM); Embargado: Api Spe 10 – Planejamento e Desenvolvimento de; Empreendimentos Imobiliários Ltda; Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. ATRASO DA ENTREGA DE OBRA. FEITO PARALISADO EM DETRIMENTO DA PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE IRDR NESTE TRIBUNAL POSSIBILIDADE. DEMANDA QUE GUARDA RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE COM O OBJETO DO INCIDENTE EM CURSO. NECESSÁRIA APRECIAÇÃO DO MAGISTRADO A QUO ACERCA DA MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE PREJUDICIALIDADE. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. Os embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório. Inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado. 2. O julgador não está adstrito a todos os argumentos levantados pelas partes. Assim, havendo demonstração de que o magistrado de primeiro grau pode aguardar o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477-60.2016.8.04.0000 para então apreciar os demais pedidos não abrangidos no IRDR, entende-se escorreita a decisão do julgador que determinou a suspensão integral do feito, posto verificar relação de prejudicialidade entre os pedidos2. O julgador não está adstrito a todos os argumentos levantados pelas partes. Assim, havendo demonstração de que o magistrado de primeiro grau pode aguardar o julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477-60.2016.8.04.0000 para então apreciar os demais pedidos não abrangidos no IRDR, entende-se escorreita a decisão do julgador que determinou a suspensão integral do feito, posto verificar relação de prejudicialidade entre os pedidos3. Embargos declaratórios rejeitados. EMENTA: CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATRASO DA ENTREGA DE OBRA. FEITO PARALISADO EM DETRIMENTO DA PENDÊNCIA DE JULGAMENTO DE IRDR NESTE TRIBUNAL POSSIBILIDADE. DEMANDA QUE GUARDA RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE COM O OBJETO DO INCIDENTE EM CURSO. DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477- 60.2016.8.04.0000 determinou a suspensão dos processos em curso em qualquer grau de jurisdição, no âmbito do Estado do Amazonas, que versem sobre validade da clausula contratual de tolerância, congelamento do saldo devedor ou dano moral em decorrência do atraso na obra.2. Apesar do Incidente de Resolução de Demandas Repetidas nº 0005477-60.2016.8.04.0000 viabilizar o prosseguimento da demanda em relação aos demais pedidos não abrangidos no IRDR, escorreita a decisão do julgador que determinou a suspensão integral do feito, posto verificar relação de prejudicialidade entre os pedidos.3. Agravo de instrumento conhecido e não provido. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004427-91.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004431-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM); Embargado: Pedro Daniel da Silva Neto; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO VERIFICADA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. AUSÊNCIA DE RESISTÊNCIA.- Se a parte requerida sequer chegou a ser citada, não tendo ocorrido resistência à pretensão do Apelante, incabível a condenação desta em honorários de sucumbência, precedentes do STJ.- Embargos de declaração conhecidos e acolhidos, com efeitos infringentes. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004431-31.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004555-14.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal; Embargante: O Município de Manaus; Procurador: Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM); Embargado: Associacao de Educacao Latu Sensu do Brasil; Advogado: Antônio Adalberto Magalhães Martins; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. SUPOSTA OMISSÃO NA ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 14 DO CTN. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ENFRENTOU SUFICIENTEMENTE A QUESTÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido .A premissa assentada no acórdão recorrido foi estabelecida na desnecessidade de reapresentação da documentação relativa ao atendimento dos requisitos do art. 14 do CTN, eis que quando da lavratura do auto de infração o fiscal atestou o cumprimento dos requisitos. De igual sorte, restou assente que ausente procedimento administrativo fiscal apto a afastar a imunidade automática prevista na Lei n. 1.182/2007, desnecessário perquirir outras questões, eis que a suspensão ou cancelamento do benefício deve ser procedida de procedimento submetido ao contraditório administrativo. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores

integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004627-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A; Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Embargado: Ap Costa de Castro Administração Imobiliária Eireli,; Advogada: Luna de Souza Fernandes (OAB: 12663/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. PEDIDO SUBSIDIÁRIO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO. OMISSÃO CONFIGURADA. PEDIDO DE LIMITAÇÃO DO ALCANCE DA MEDIDA LIMINAR. PROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO MODIFICADO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. No caso dos autos, a Embargante formulou pedido subsidiário no bojo do Agravo de Instrumento, o qual não foi oportunamente analisado por este juízo, configurando omissão apta a ensejar o manejo dos embargos de declaração. A concessão da tutela provisória na origem foi fundamentada na necessidade de revisão de débitos pretéritos vencidos e alvo de questionamento administrativo. Desta forma, a liminar somente deve ter alcance quanto a estes, sob pena de consistir em salvo conduto para uso desmedido e sem a devida contraprestação financeira. Recurso conhecido e provido. Acórdão modificado. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e DAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004638-64.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Manaus Ambiental S/A; Advogado: André de Almeida Rodrigues (OAB: 164322/SP); Embargado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB: 56543/MG); Advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. 1. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. ACÓRDÃO QUE ADOTOU FUNDAMENTOS HARMÔNICOS ENTRE SI E LASTREOU SUAS RAZÕES DE DECIDIR DIRETAMENTE DE CONCLUSÕES TÉCNICAS EXTRAÍDAS DE PERÍCIA JUDICIAL. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. 2. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. OCORRÊNCIA. HIPÓTESE EM QUE O ACÓRDÃO EMBARGADO NÃO SE PRONUNCIOU SOBRE AS TESES QUE AMPARAM PEDIDO DE LUCROS CESSANTES. HIPÓTESE EM QUE APLICOU A MESMA RAZÃO DE DECIDIR DOS DANOS EMERGENTES. AUSÊNCIA DE DISTINÇÃO. OMISSÃO SANADA PARA, NO ENTANTO, MANTER A CONCLUSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. 3. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a unanimidade, em acolher parcialmente os Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004686-86.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal;M Embargante: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras; Advogado: Ulpiano Moura Soares de Souza (OAB: 1139/RN); Embargado: Município de Manaus; Procurador: Paula Carine Fahel Lobo Telles de Macêdo (OAB: 6178/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. VÍCIO PASSÍVEL DE CORREÇÃO POR ACLARATÓRIOS.- Os embargos de declaração são cabíveis apenas quando houver na decisão embargada omissão, obscuridade, contradição ou erro material, nos exatos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil. - Verificada a ocorrência de erro material na ementa do acórdão objeto dos aclaratórios, estes devem ser acolhidos para correção do erro e erradicação do vício.- Embargos de declaração conhecidos e acolhidos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004686-86.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e acolher os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004691-11.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Itautinga Agro Industrial S/A; Advogado: Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM); Advogada: Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM); Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am); Embargado: Hore Madeiras S/A; Advogado: Braulio Ghidalevich (OAB: 2248/AM); Embargado: Daniel Israel do Amaral; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. ARTIGOS JÁ ANALISADOS NO ARESTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. In casu, não há falar em omissão ou erro material, haja vista que, ao contrário do que aduz o Embargante, as provas supostamente não apreciadas foram devidamente examinadas, sendo certo que delas foi colhida cadeia dominial do imóvel no qual foi instituída a servidão de passagem.3. Não há falar, ainda, em prequestionamento da matéria, porquanto os artigos mencionados foram devidamente apreciados quando da elaboração do aresto, devendo, portanto, haver a rejeição do recurso.4. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004691-11.2019.8.04.0000 e 0004693-78.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004692-93.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Antonio Dionysio Carvalho Paixão; Advogado: Antônio Dionysio Carvalho Paixão (OAB: 147A/AM); Embargado: Brasinca Veículos Especiais da Amazônia S/A; Advogada: Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB: 116A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO QUANTO À NÃO ANÁLISE DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. VÍCIO QUANTO AO MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato

judicial de conteúdo decisório.2. Inexiste omissão a ser sanada quanto ao prazo prescricional decenal, estabelecido conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não sendo aplicável, ao caso concreto, a Lei que rege os advogados, por não se tratar de cobrança de honorários advocatícios, cuja prescrição é quinquenal.3. Devem ser acolhidos parcialmente os aclaratórios para o fim de retificar a data do marco inicial da prescrição, o que não tem o condão de modificar os demais termos do Acórdão.4. Embargos Declaratórios conhecidos e, no mérito, parcialmente acolhidos. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004692-93.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e, no mérito, acolher parcialmente os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004693-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Itautinga Agro Industrial S/A; Advogado: João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am); Advogada: Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM); Embargado: Hore Madeiras S/A; Embargado: Daniel Israel do Amaral; Advogado: Braulio Ghidalevich (OAB: 2248/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. ARTIGOS JÁ ANALISADOS NO ARESTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. In casu, não há falar em omissão ou erro material, haja vista que, ao contrário do que aduz o Embargante, as provas supostamente não apreciadas foram devidamente examinadas, sendo certo que delas foi colhida cadeia dominial do imóvel no qual foi instituída a servidão de passagem.3. Não há falar, ainda, em prequestionamento da matéria, porquanto os artigos mencionados foram devidamente apreciados quando da elaboração do aresto, devendo, portanto, haver a rejeição do recurso.4. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004691-11.2019.8.04.0000 e 0004693-78.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004714-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Cintia Maria de Figueiredo Lessa; Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM); Embargado: Condomínio Geral do Milennium Center; Advogado: Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM); Advogado: Suelen dos Santos Viana (OAB: 10074/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. TESE DEVIDAMENTE ENFRENTADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004780-34.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Universidade do Estado do Amazonas – Uea; Procurador: Luciana Elvas Pinheiro (OAB: 5657/AM); Embargado: Arlete Silva de Ramos; Advogado: Eneias de Paula Bezerra (OAB: 2354/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no Acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. Constou no Acórdão que o contrato firmado seria nulo, ou seja, por consequência lógica, o vício contratual existe desde a origem, afastando-se a tese defensiva de validade parcial do pacto, sendo tal argumentação mero inconformismo com o julgado, não se configurando como vício possível de correção por meio dos aclaratórios.3. Embargos Declaratórios conhecidos, porém, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004780-34.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer, porém, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004814-09.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Estado do Amazonas; Procurador: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM); Embargado: Samir Garzedim Freire; Advogada: Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB: 6328/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. CONHECIMENTO PARCIAL DOS EMBARGOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.1. Os Embargos de Declaração prestam-se a sanar erro material, omissão, obscuridade ou contradição existentes em qualquer ato judicial de conteúdo decisório, de modo que, inexistindo tais vícios e tendo como objetivo a rediscussão de matérias julgadas à exaustão no Acórdão embargado, o recurso há de ser rejeitado.2. Devem ser conhecidos parcialmente os aclaratórios, na medida em que inexiste falar em omissão acerca dos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal se tal argumento não constou do apelo desprovido, se configurando como inovação recursal.3. Não há falar em vícios pela não observância da Súmula Vinculante n.º 10 do STF ou não atendimento à cláusula de reserva de plenário, posto que não houve declaração incidental de inconstitucionalidade, mas tão somente mera interpretação da norma infraconstitucional.4. A questão atinente à necessidade de todos os Delegados de Polícia finalizarem o estágio probatório para fins de transposição da 5ª para a 4ª classe foi suficiente debatida no Acórdão combatido, sendo os argumentos do Embargado demonstração de mero inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável.5. Embargos Declaratórios parcialmente conhecidos e, nesta extensão, rejeitados. DECISÃO: "VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0004814-09.2019.8.04.0000, em que

são partes as acima indicadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer parcialmente e, nesta extensão, rejeitar os Embargos de Declaração.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004951-88.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Transâmazonia - Transportes da Amazônia Ltda; Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 50918/PR); Advogada: Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM); Agravado: Manoel Anderson da Silva Costa; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA CITAÇÃO. EXTINÇÃO POR AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO REGULAR E VÁLIDO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INÉRCIA DA PARTE OU NEGLIGÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO FEITO. NULIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. A jurisprudência do E.TJAM e do C.STJ firmaram-se no sentido de que a ausência de citação ocasiona a extinção do feito sem resolução do mérito da forma do art. 485, IV, do CPC.2. É dever do autor promover a citação, em conformidade com os prazos do art. 240, §2º, do CPC/2015, cujo descumprimento autoriza a extinção do feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso IV, do CPC/2015. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de nº , ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao presente Recurso, termos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0004999-47.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Esteferson Torres dos Santo; Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Embargado: Banco Industrial do Brasil S/A; Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM); Advogado: Anastacio Marinho (OAB: 8502/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO JULGADO. TENTATIVA DE OBTER REJULGAMENTO DA CAUSA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.A teor do art. 1.022, do CPC, somente se mostra cabível o manejo dos Embargos de Declaração para saneamento de omissões, contradições, obscuridades e/ou erro, não sendo possível o manejo dos aclaratórios unicamente para pretensão revisional do julgado. A mera irresignação da parte com o resultado do julgado, desprovidas de elementos que caracterizem a hipótese de manejo do recurso não possibilitam a modificação do acórdão combatido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0005102-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Embargante: Domício de Melo Magalhães Neto; Advogado: Jorge Henrique Silva de Melo (OAB: 7999/AM); Embargado: AMIL - Assistência Médica Internacional S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM DECISÃO LIMINAR DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. OMISSÃO VERIFICADA. NECESSÁRIA MANIFESTAÇÃO EXPRESSA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E, NO MÉRITO, ACOLHIDOS.- Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.- Tem razão o embargante na medida em que entrevejo omissão quanto à manifestação expressa sobre a autorização e custeio dos tratamentos por profissionais especialistas no modelo Denver. Isso porque os Laudos Médicos são claros aos determinar que a criança necessita de tratamento com estimulação intensiva com enfoque no Modelo Denver Integração Sensorial, por ser este o método mais adequado para a abordagem do paciente.- Com efeito, deferir tais espécimes de tratamento sem especificá-los sobre a necessidade de serem realizados pelo Modelo Denver não traria eficácia para tutela pleiteada, eis que há a inequívoca recusa da Agravada/Embargada na autorização e custeio dos recursos terapêuticos por este método, considerando que não obteve qualquer resposta conclusiva até o início da lide. Ademais, é de considerar-se que o Agravante já vem realizando tratamento terapêutico pelos meios convencionais, sem, todavia, obter sucesso, razão pela qual os profissionais médicos habilitados recomendaram a utilização do Modelo Denver, conforme Laudos Médicos de p. 49/59 dos Autos de n.º 4002885-67.2019.8.04.000.– Embargos de Declaração conhecidos e, no mérito, acolhidos. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível n.º 0005102-54.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito ACOLHÊ-LOS, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0005352-24.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: O Município de Manaus; Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM); Embargada: Maria do Desterro Menezes de Souza; Advogada: Kelly Kristine Menezes de Souza (OAB: 7046/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ERRO DE PREMISSA FÁTICA CONTIDA NO ACÓRDÃO. OCORRÊNCIA. HIPÓTESE EM QUE SE ENTENDEU QUE O MUNICÍPIO DE MANAUS ESTARIA INSCRITO NA GESTÃO PLENA DO SISTEMA MUNICIPAL PARA O TRATAMENTO DE MOLÉSTIAS QUE DEMANDARIAM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDIA OU DE ALTA COMPLEXIDADE. ERRO CONFIGURADO. COMUNA QUE SE ENCONTRA NA VERDADE INSCRITA NO GESTÃO PLENA DO SISTEMA DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU). DIFERENCIAÇÃO OBSERVADA NA SEDE DESTES ACLARATÓRIOS. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO CARACTERIZADA. EMBARGOS PROVIDOS COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES PARA PROVER A APELAÇÃO MUNICIPAL. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a unanimidade, em dar provimento aos Embargos de Declaração, atribuindo efeitos infringentes ao julgado, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0006162-33.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, Vara Única de Barcelos; Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A; Advogado: Iuri Engel Francescutti (OAB: 126114/RJ); Advogado: Vitor Nobre Freire (OAB: 197546/RJ); Embargado: Município de Barcelos; Procurador: Américo Gorayeb Neto (OAB: 3923/AM); Promotor: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO E OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. MATÉRIAS EXPRESSAMENTE DECIDIDAS NO ARESTO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. PRETENSÃO EXCLUSIVA

DE REDISCUSSÃO DO JULGADO. RECURSO INADEQUADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0006603-77.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Embargante: Construtora Capital Ltda; Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM); Embargada: Marilucia Dourado de Lima; Advogada: Caroline dos Reis Ribeiro (OAB: 5670/AM); Embargado: Superintendência de Habitação do Amazonas – SUHAB; Advogado: Ismael de Melo Silva (OAB: 4921/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Paulo César Caminha e Lima. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO IMPUGNADO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO: "ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0023501-22.2005.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara Especializada do Meio Ambiente; Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau; Promotora: Maria Cristina Vieira da Rocha (OAB: 137/AM); Apelado: PW Engenharia, Construção e Incorporação Ltda.; Advogado: Eliana Sandra Carvalho Barroso (OAB: 2027/AM); Advogado: Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM); Representa: Waldir Geraldo; Representa: Sérgio Augusto Almeida Cabral; Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL. DANO AMBIENTAL. REPARAÇÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. OBRIGAÇÃO PROPTER REM. PEDIDOS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NA APRESENTAÇÃO DE PROJETO TÉCNICO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, COM CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO A SER CUMPRIDO, VISANDO A RESTAURAÇÃO DA ÁREA AFETADA AO ESTADO PRIMITIVO, O SOLO, O CORPO D'ÁGUA E A COBERTURA VEGETAL SUPRIMIDA, COM FIXAÇÃO DE PRAZO; NÃO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS OU INCENTIVOS FISCAIS, BEM COMO FINANCIAMENTOS DOS AGENTES FINANCEIROS ESTATAIS OU PRIVADOS ENQUANTO NÃO DEREM INTEGRAL CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO; PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO QUANTIFICADO EM PERÍCIA, CORRESPONDENTES AOS DANOS AMBIENTAIS ABSOLUTAMENTE IRRECUPERÁVEIS; PAGAMENTO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. NÃO ANALISADOS PELO JUÍZO A QUO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. SENTENÇA ANULADA. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0023501-22.2005.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0232577-03.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ); Apelado: Raimundo Ciney Carvalho Barreto; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: Phâmara de Souza Sicsú (OAB: 6334/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE COM PAGAMENTO DAS PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPOSSIBILIDADE. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS. ADEQUAÇÃO AO ENTENDIMENTO DO STF. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos presentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);- No caso dos autos, conforme laudo médico pericial de p.125/130, verifica-se que o Autor/Apelado está incapacitado para atividade laboral habitual (função de operador de máquinas), com possibilidade de reabilitação Profissional;- O auxílio-acidente é um benefício concedido a segurado da previdência social – INSS quando este desenvolver sequela permanente, que reduza sua capacidade laborativa, em decorrência de acidente de trabalho. O benefício é pago como uma forma de indenização pelo acidente de trabalho sofrido. Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91;- In casu, o laudo pericial de p. 125/130, é categórico ao afirmar que a lesão sofrida pelo Requerente/Apelado é "total quanto o ciclo laboral e permanente quanto a periodicidade de afastamento para a função peculiar" mas "poderá ser enquadrado em atividades compatíveis com sua capacidade laboral residual e com os efeitos deletérios"; passível de reabilitação profissional, em atividades compatíveis". Por fim, em resposta aos quesitos específicos do benefício do auxílio-acidente, concluiu que o Apelado estaria "Impedido de exercer a mesma atividade, mas não para outra". Assim, constata-se que é impossível o retorno do Apelado às funções predominantemente braçais que exercia. Diante disso, em sendo a incapacidade para o exercício de atividade habitual um pressuposto exigido por lei, conforme exegese do dispositivo em epígrafe, a concessão do benefício de auxílio-acidente é medida que se impõe, razão pela qual considero correta a postura do Juízo de piso com a concessão do benefício.- O STF declarou a inconstitucionalidade parcial, por arrastamento, do artigo 5º, da Lei nº 1.690/09, que dava nova redação ao artigo 1º-F, da Lei nº 9.494/97, apenas quanto à correção monetária; no caso, dos juros de mora, incidentes a partir da citação, serão computados sobre as parcelas em atraso de forma englobada até a citação, tendo como base mensal prevista para a caderneta de poupança, conforme disciplina da Lei n. 1.960/09 (porque não alterado neste aspecto em sede da referida ADI);- Assim, seguindo as diretrizes fixadas no julgamento das ADI's 4.357/DF e 4425/DF, condenada a Fazenda Pública, o que inclui o INSS, ao pagamento de valores, estes devem ser atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E. - Em relação aos juros moratórios, deve continuar sendo seguida a aplicação do índice da Caderneta de Poupança, consoante prescrito pelo Art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei n.º 11.960/09, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federa só declarou inconstitucional a alteração legislativa referente ao índice de correção monetária, em nada afetando a previsão de incidência do índice Oficial da Caderneta de Poupança para remunerar juros moratórios;- Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial, quanto aos índices aplicáveis a correção monetária e juros, de forma que seja ajustada ao entendimento do STF, bem como a Portaria n.º 1855/2016-PTJ. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0232577-03.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial em conhecer do recurso e no mérito, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0257298-87.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara de Família; Apelante: F. R. B.; Advogado: Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB: 6312/AM); Apelado: A. L. A. L.; Advogado: André Humberto Fortes Papaléo (OAB: 5688/AM); Advogada: Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB: 7338/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE LAUDO PSICOSSOCIAL. RETOMADA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. PRELIMINAR ACOLHIDA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - Compulsando os autos, pude constatar que o próprio Juízo a quo, em Termo de Audiência às páginas 82/83, manifestou-se pela indispensabilidade do Laudo Psicossocial e a investigação do andamento do estudo, examinando, por oportuno, se há a possibilidade de alienação parenta por algum dos pais, razão pela qual, inclusive, houve a suspensão da Audiência em 10/11/2016. - Sem a produção de prova de tão grande valia como o Laudo Psicossocial, bem como a resposta do Perito Judicial sobre a impugnação do Laudo às p. 109/112, não há como avaliar o maior interesse do menor.- Pelo que se pode evidenciar da exordial, houve uma série de erros procedimentais no curso da lide. A começar, a Audiência iniciada em 10/11/2015 não fora concluída justamente para que houvesse a elaboração do Laudo Psicossocial, sendo que tal ato não foi retomado até hoje. - Diante da necessidade de dilação probatória, necessário o conhecimento e provimento do apelo, em consonância com o Parecer Ministerial (p. 189/195), para anular a r. Sentença vergastada e, por via de consequência, determinar o retorno dos autos à instância de origem para que se dê regular processamento do feito, procedendo com a realização da avaliação psicológica, psiquiátrica e toxicológica.- Recurso conhecido e provido, em consonância com o parecer do graduado Órgão Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0257298-87.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0603002-11.2018.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Remetente: Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital; Requerente: Jacicleia dos Santos Nogueira; Advogado: Adriana Regina Batista Vilaça (OAB: 10787/AM); Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Representa: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União; Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. REQUISITOS PREENCHIDOS. CONVERSÃO EM AUXÍLIO-ACIDENTE. POSSIBILIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM APOSENTADORIA. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. LADO PERICIAL ATESTANDO POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO DE OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA. REEXAME CONHECIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - O artigo 496 do CPC trata do reexame necessário e estabelece que nas hipóteses trazidas pelos respectivos incisos a sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição e não produzirá efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal.- Da análise dos autos, verifico que a r. sentença sujeita a reexame necessário não merece reforma, na medida em que houve a comprovação nos autos da incapacidade parcial e permanente da Requerente para o trabalho habitual, atestada em laudo pericial, de fls. 79-85;- Sabe-se que o benefício do auxílio-doença é devido ao segurado da Previdência Social desde que a carência exigida, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze dias) consecutivos, conforme o artigo 59 da Lei nº 8.213/91;- In casu, consoante Perícia realizada na data de 13.03.2018 concluiu-se pela incapacidade permanente e parcial da Requerente para o trabalho habitual, mas não para outra atividade em razão de doença inflamatória articular, não passível de cura, decorrentes do trabalho exercido (fls. 79-85). - Assim, a Requerente faz jus ao recebimento do auxílio-acidente até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91), tendo em vista que há o reconhecimento do nexo de causalidade entre a atividade laboral desenvolvida e as lesões por ela sofridas, isto porque a perícia médica realizada demonstra claramente que o quadro apresentado pela Requerente se trata de incapacidade permanente, mas parcial, decorrentes de sequelas da atividade laboral, de modo a impossibilitá-la para exercício de atividade habitual.- Destaca-se que, diante da constatação de que a Requerente encontra-se com invalidez permanente mas parcial para atividades que demandem esforço intenso e outras ressalvas, a mesma encontra-se passível de realizar outras atividades, encontrando óbice o pedido de conversão do auxílio-doença em aposentadoria por invalidez. - Remessa Necessária conhecida. - Sentença que julgou procedente o pedido de concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, apenas, esculpido no artigo 86, da Lei n.º 8.213/91, desde a cessação do último auxílio – doença, mantida, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Remessa Necessária Cível n.º 0603002-11.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em manter a sentença objeto da remessa necessária, em harmonia com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0603594-31.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Elisangela Rodrigues Veloso; Apelante: Israel Veloso da Silva; Defensor: Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB: 3470/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelada: Maria Regina de Mourão; Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Defensor: Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB: 6597/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSE E ESBULHO NÃO COMPROVADOS. AUSÊNCIA DE PROVA FAVORÁVEL AO APELANTE. INEXISTÊNCIA DE ERROR IN JUDICANDO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Nos termos do artigo 561 do Código de Processo Civil, cabe a quem propõe ação de manutenção ou de reintegração de posse provar a sua posse, a turbação ou esbulho praticado pelo réu;4. No caso dos autos, além das provas produzidas serem favoráveis ao Apelado, o Apelante descuidou-se da comprovação das suas alegações, tendo informado, inclusive, que a posse do apelação não se deu de forma clandestina, motivo pelo qual a improcedência da lide é medida que se impõe. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0603594-31.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0608838-33.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria José Rodrigues Acriz; Advogada: Juliana Trautwein Chede (OAB: 52880/PR); Advogado: Bruno Agusto Sampaio Fuga (OAB: 48250/PR); Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro

Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA ENTRE O SINISTRO E O PAGAMENTO ADMINISTRATIVO. DESCABIMENTO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. O período compreendido entre o sinistro e a data do pagamento deve ser considerado como decorrência natural do curso do procedimento administrativo, só fazendo incidir a correção legal nos casos de mora, ou seja, quando a seguradora não paga ou paga de forma parcial à indenização devida, ou desatende a norma acima mencionada, situações não demonstradas nos autos, visto que não restou comprovado o direito a qualquer complementação. 2. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0608838-33.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0610089-18.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Altacir da Costa Santos; Advogado: Adson Pinho Pinto (OAB: 5850/AM); Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM); Advogada: Sigrid Lima Araújo (OAB: 4574/AM); Advogado: Patricia Gurgel Portela Mendes (OAB: 5424/RN); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EMPRÉSTIMO PESSOAL. CONTRATO DE ADESÃO. CALCULADORA DO CIDADÃO. FERRAMENTA DISPONIBILIZADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL. CORREÇÃO DOS CÁLCULOS. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. Com o intuito de demonstrar a cobrança de juros remuneratórios superior ao contratado, indicando cálculo realizado por ferramenta de internet disponibilizado no sítio eletrônico do BACEN, intitulada como Calculadora do Cidadão.2. Nessa senda, a cobrança de juros anuais capitalizados restou permitida, pois não considerada abusiva.3. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0610089-18.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0613432-56.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ); Apelada: Raelle Malafaia de Melo; Advogado: Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB: 8540/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. LEI Nº 6.194/74. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. Presente o interesse de agir no momento da propositura da demanda e, ainda, tendo havido o reconhecimento jurídico do pedido do autor por parte da Seguradora, mediante o pagamento administrativo, não há razão para reformar a sentença, devendo prevalecer a condenação em custas sucumbenciais, inclusive.2. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0613432-56.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0616071-18.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Aymoré, Crédito, Financiamento e Investimento S.a; Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 1007A/AM); Apelado: Sintônio Ferreira da Silva; Advogado: Francisco Honorato de Brito (OAB: 6638/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SENTENÇA TERMINATIVA BASEADA NO ART. 485, VI DO CPC/15. DESINTERESSE DA PARTE. HIPÓTESE QUE SE AMOLDA NA VERDADE AO INCISO III, DO ART. 485 DO CPC/15. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NÃO ATENDIMENTO AO § 1º DO REFERIDO DISPOSITIVO. ABANDONO E NÃO DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. - Ao contrário do que entendeu o Juízo a quo, o fato do Apelante, supostamente, não ter cumprido a diligência de citação do réu, não importa na extinção automática do feito, já que, segundo, o artigo 485, III do CPC/15 “extingue-se o processo, sem resolução do mérito, quando não promover os atos e diligências que lhe competir”, sendo necessária a sua intimação pessoal, conforme previsto em seu § 1º; - Impõe-se, destarte, a reforma do julgado, na medida em que a extinção por abandono depende de prévia intimação pessoal do demandante, não se confundindo com a extinção por ausência de pressuposto processual a qual, repise-se, não restou configurada in casu.- Recurso conhecido e, no mérito, provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0616071-18.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0617311-71.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Edenildo Neri de Sousa; Advogada: Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB: 12052/AM); Apelado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A; Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO RECORRIDA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DESACERTO DO DECISUM. RECURSO NÃO CONHECIDO.O recurso contra a decisão judicial visa, à evidência e por excelência, corrigir ou possibilitar a correção, se for o caso, do error in procedendo e/ou error in iudicando lançados pelo órgão julgador singular. A falta de tal impugnação, por conseguinte, impede o exame do acerto ou descompasso da decisão atacada. E, na linha da jurisprudência da Câmara, o tão só se reportar à inicial e/ou a outras manifestações pretéritas não é suficiente para infirmar os fundamentos da decisão atacada, por violação direta ao artigo 1.010, III, do CPC.Na casuística, depreende-se que o Apelante nem sequer intentou lançar razões diversas, senão reafirmando, em reprodução, as mesmas alegações daquela época, motivo pelo qual resta inviabilizado o exame do recurso. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0617311-71.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da

Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0617451-47.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: José Mota de Souza Júnior; Advogado: Vanessa Freire Litaiff (OAB: 5722/AM); Apelado: Big Trading e Empreendimentos Ltda; Advogado: Antonio de Souza Filho (OAB: 8123/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. DESABAMENTO DE MURO. PROPRIEDADE INVADIDA POR ÁGUAS PLUVIAIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. PARECER TÉCNICO CONSTATANDO DANOS. DEVER DE INDENIZAR. DANO MORAL PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. RECURSOS CONHECIDOS E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDOS. SENTENÇA MANTIDA.- A alegação de que a obrigação já fora satisfeita com a celebração do referido pacto extrajudicial não merece prosperar. Isso porque, em detido exame ao Laudo Pericial expedido por Perito do Juízo (p. 204/208), verifico que foram constatadas três ocorrências de danos na propriedade do Apelante José Mota de Souza, sendo elas ocorridas nos dias 28.11.2012, 02.01.2013 e 14.01.2013 (p. 204/205). Ademais, verifico na página 37, que o recibo constando o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), fora datado de 14.12.2012, isto é, em momento anterior a ocorrência dos dois últimos eventos danosos.- Têm-se, portanto, que a Apelante Big Trading deverá reparar os danos comprovadamente ocasionados por sua conduta, os quais, segundo o Laudo Pericial, foram: a) limpeza, sujeira e desgaste do piso do Apelado; b) buracos na parede do Apelado e; c) danos com móveis, não havendo o que se falar em reforma da Sentença por ocasião de omissão.- Analisando o caderno processual, verifico que o Apelado José Mota de Souza Junior, ao contrário do que afirma a Apelante Big Trading, demonstrou cabalmente os transtornos sofridos com a ocorrência do ato ilícito praticado pelo Recorrente. Em detido exame às fotografias de páginas 19/30, vislumbro a ocorrência de água barrenta, suja e prejudicial à saúde, dentro da casa do Apelado. Percebo, também, que a ocorrência de tais eventos gerou prejuízos na ordem material ao Apelado e seus familiares, tendo em vista que danificou seu móveis, motivo pelo qual fora acertada a decisão do Ilustre Juízo a quo.- No que diz respeito ao valor determinado pelo julgador de origem referente à compensação por dano moral, na ordem de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), não vislumbro excesso a ser corrigido, haja vista que tal valor reitera entendimento constante de precedentes, demonstrando sua correção e modicidade.- Recursos conhecidos e, no mérito, não providos. Sentença mantida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0617451-47.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHEÇO dos presentes recursos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0618348-07.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Carlos Alberto Cohen Monteiro; Advogada: Maria Auxiliadora Bicharra (OAB: 3004/AM); Apelado: Banco Cruzeiro do Sul; Advogado: Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB: 98628/SP); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA NÃO EMBARGADA. REVELIA. ALEGAÇÃO DE SUPOSTA INOCORRÊNCIA DA MORA DECORRENTE DE SUPOSTA CAUSA EXTERNA. INOVAÇÃO RECURSAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. RECURSO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA.1. A apelação que veicula matéria não discutida no primeiro grau de jurisdição não reúne requisitos de procedibilidade para que seja conhecida, sendo vedada a inovação recursal, pois ao contrário restaria caracterizada a supressão de instância. Há ainda o risco de ofensa aos princípios da ampla defesa, do contraditório e da estabilidade da demanda, especialmente diante da ausência de veiculação de fato novo ou de evento de força maior a justificar a pretendida apreciação pelo Tribunal.2. Assim, entendo que além de inovação recursal, o recurso incorre em ausência de impugnação específica, eis que a tese por si debatida não foi apresentada na sentença recorrida e em nenhum momento anterior. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NÃO CONHECER o recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0618746-46.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda.; Advogado: Dyonisio Pinto Carielo (OAB: 103723/MG); Advogado: Carlos Eduardo Rocha Cruz (OAB: 73238/MG);; Apelada: Cintia Galucio Silva de Lima; Apelado: Bruno Cesar Pinheiro de Lima; Advogado: Vandesson Barbosa Santiago (OAB: 12217/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL. REJEITADA. RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. RETENÇÃO DO VALOR PAGO A TÍTULO DE SINAL/ARRAS. FIXAÇÃO DOS JUROS DE MORA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO, EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- Considerando ser o autor, ora Apelado, pessoa física, a relação sujeita a incidência do Código de Defesa do Consumidor e, mais ainda, a cláusula de eleição de foro ter sido instituída em um contrato de adesão, torna-se imperiosa a necessidade de afastamento da sobredita cláusula, tendo em vista a hipossuficiência da parte que, acaso acolhida a cláusula, ocasionaria desigualdades capazes de comprometer o seu direito de ação e impossibilitaria o acesso à justiça do Apelado.- Nos casos de desistência unilateral pelo promitente comprador, como é o caso dos autos, os juros de mora devem incidir sobre a quantia a ser restituída somente a partir do trânsito em julgado do Acórdão, pois, anteriormente, inexistia mora da vendedora a ensejar a incidência dos juros. - Em detido exame dos autos, verifico que o Contrato Particular de Compromisso de Compra e Venda de Lote/Terreno (p. 22/35), há expressa previsão, na cláusula 13.2, alínea b, para o caso em que as arras pactuadas são penitenciais, constando a forma de devolução. Assim, considerando que há expressa previsão contratual sobre a retenção integral, , pelo promitente vendedor, do valor pago a título de sinal/entrada, dou provimento ao recurso, neste ponto, para reformar a r. Sentença, a fim de que seja retida em favor da Apelante 100% (cem por cento) do sinal/entrada.- Recurso conhecido e, no mérito, parcialmente provido, em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0618746-46.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0619607-71.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: André Luiz Barros Gioia; Advogada: Caroline de Queiroz Dantas (OAB: 6918/AM); Apelada: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda; Apelado: Pdg Construtora e Incorporadora; Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. TAXA DE CORRETAGEM. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO TRIENAL DA PRETENSÃO. TERMO INICIAL. DESEMBOLSO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PREJUDICIAL DE MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM);– O Colendo STJ firmou a tese de que incide prescrição trienal sobre a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere (art. 206, § 3º, IV, CC);- In casu, aplica-se a prescrição trienal da pretensão de restituição de valores pagos a título de comissão de corretagem, cujo prazo se inicia da data do pagamento indevido, conforme jurisprudência em recurso especial repetitivo;- Assim, demonstrado que entre o pagamento da correção de corretagem (02/10/2009 e 05/10/2009) e o ajuizamento da ação (29/06/2014), sem que tenha ocorrido quaisquer hipótese de suspensão ou interrupção do prazo prescricional, transcorreram quase 5 anos, resta comprovada a prescrição, razão pela qual não merece reforma a sentença atacada;– Sentença mantida;– Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0619607-71.2014.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0623113-16.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública; Apelante: Pedro dos Santos da Silva; Advogado: Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB: 5114/AM); Apelado: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH; Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. AGENTE AQUAVIÁRIO III. OBJETIVANDO RECEBER DIFERENÇA SALARIAL DE SERVIDOR PARADIGMA AQUAVIÁRIO IV. PRETENSA ISONOMIA SALARIAL. CARGOS DISTINTOS. AUSÊNCIA DE LEI ESPECÍFICA. VEDAÇÃO AO JUDICIÁRIO DE MAJORAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DE PODERES E DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA ESTRITA. CF, ART. 37, XIII. SÚMULA VINCULANTE 37 DO STF. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judicias adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem). Precedentes (REsp 1399997/AM). - In casu, o Apelante visa a equiparação de vencimentos do seu cargo de Agente Aquaviário III ao cargo de Agente Aquaviário IV, amparado no princípio constitucional da isonomia.- A fixação e o aumento de subsídio e de vencimentos dos servidores públicos depende de lei específica, observada a competência constitucional para a iniciativa privativa em cada caso (art. 37, X, CF). - Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos dos servidores públicos, sob fundamento da isonomia, porquanto, se assim agir, estará violando os princípios constitucionais da separação de Poderes e da legalidade - Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos dos servidores públicos, sob fundamento da isonomia, porquanto, se assim agir, estará violando os princípios constitucionais da separação de Poderes e da legalidade.- Ademais, conforme dispõe a Súmula Vinculante n. 37, do Supremo Tribunal Federal, " não cabe ao Poder Judiciário, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia". - Sentença mantida.- Sentença mantida.- Recurso conhecido e desprovido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0623113-16.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0623986-84.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família; Apelante: José Milton Maia Rabelo; Advogado: Renato Damasceno Batista (OAB: 3120/AM); Advogado: Laisa Grázia Lima Martins Batista (OAB: 8064/AM); Apelada: Maria Rizalva Araújo da Silva; Advogado: Manoel Dias Barbosa (OAB: 6736/AM); Advogado: Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB: 8253/AM); Apelado: Jose Roberto Gomes de Oliveira; Advogado: Manoel Dias Barbosa (OAB: 6736/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE DE FATO CUMULADA COM PARTILHA DE BENS. DIREITOS POSSESSÓRIOS. BENS IMÓVEIS. PARTILHA CONFIGURADA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA MODIFICADA.1. Verifica-se a possibilidade de partilha dos bens adquiridos pelas partes na constância da união, em razão de presunção legal (arts. 1.640 e 1.658, ambos do Código Civil).2. No que tange ao imóvel e ao veículo que o Autor afirma haver adquirido em conjunto com a ré, com esforço comum, e a título oneroso, são passíveis de aferição econômica, impondo a partilha entre o ex-casal, ora litigantes.3. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0623986-84.2016.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e dar parcial provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0625807-89.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.; Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP); Apelante: Cíntia Cláudia de Souza Aguiar; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP); Apelada: Cíntia Cláudia de Souza Aguiar; Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA (1): APELAÇÃO. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA COM CONVERSÃO EM ACIDENTÁRIO COM CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ C/C TUTELA ANTECIPADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 11.690/09. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. Tendo em vista que o benefício começará a incidir desde a cessação indevida do auxílio-doença, 17.10.2010, tem-se que a correção das parcelas vencidas devem observar o IPCA-E, bem como juros de mora, nos termos da redação anterior do artigo 1º-F, da Lei nº 9.494/197.2. Recurso conhecido e desprovido, em consonância com o parecer ministerial. EMENTA (2): APELAÇÃO. AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA COM CONVERSÃO EM ACIDENTÁRIO COM CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ C/C TUTELA ANTECIPADA. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE MULTIPROFISSIONAL. PASSÍVEL DE REABILITAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. Diante da constatação de que a Autora encontra-se incapacitado para sua atividade habitual, mas que estaria passível de reabilitação, podendo, assim, retornar ao

trabalho em outra atividade, tem-se que não restando configurada a invalidez total, seria cabível apenas o restabelecimento do benefício do auxílio-doença desde quando indevidamente cessado.2. Recurso conhecido e desprovido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0625807-89.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento aos presentes Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0627496-71.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Requerente: Eudes Antonio Paiva Gonzaga; Defensor: Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB: 4808/AM); Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas; Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Representa: Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas – MP/AM; Remetente: Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital; Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM AUXÍLIO-ACIDENTE. POSSIBILIDADE. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. TERMO INICIAL. A PARTIR DO DIA SEGUINTE AO DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA E NÃO DO LAUDO PERICIAL. SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A teor dos precedentes emanados do Colendo STJ, é admissível que decisões judiciais adotem os fundamentos de manifestações constantes de peças do processo, desde que haja a transcrição de trechos das peças às quais há indicação (fundamentação aliunde ou per relationem).Precedentes (REsp 1399997/AM).- In casu, o Requerente recebeu auxílio- doença previdenciário de maio/2016 a 20.07.2017, assim, em 06.07.2017, conforme documentos às fls. 59/60, solicitou a alteração para auxílio-acidente, mas não obteve êxito, pugnando assim pela procedência do pedido de alteração do tipo de benefício de previdenciário para acidentário;- Após realização de perícia médica, fls. 32/39, restou constatada a existência de "Dor em punho esquerdo com limitação funcional; Pseudoartrose do Escafóide CID T 92.9", decorrente do trabalho, devido a movimentos repetitivos, estando incapacitado para sua atividade habitual, de forma permanente e parcial, com data provável do início da incapacidade a partir de 23.05.2016, estando apenas apto para outras atividades" sem uso repetitivo ou esforço de movimentos dos punhos e ombros". Por fim, restou consignado que houve redução de sua capacidade para o trabalho habitual, sendo diagnosticado "Bursite do ombro esquerdo, Tenossinovite em ambos os punhos causados por trauma articular e movimentos repetitivos", com força muscular diminuída e mobilidade de articulações reduzida, enquadrando-se no "Quadro Nº6, itens D e E ambos em grau médio" da Anexo III do Decreto nº 3.048/99, estando impedido de exercer a mesma atividade, mas não outra;- Quanto ao termo inicial para o pagamento do Auxílio Acidente, conforme §.2.º do art.86 da Lei nº8.213 de 1991, " o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença e não da data do laudo. Por tal motivo, entendo que a r. Sentença deve ser parcialmente reformada.- Sentença Parcialmente mantida em grau de reexame necessário em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação/ Remessa Necessária n.º 0627496-71.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em reformar parcialmente a r. Sentença em grau de reexame necessário, em consonância com o Parecer Ministeral, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0633652-41.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Banco Bmg S/A; Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM); Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM); Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM); Apelado: Manoel Raimundo Gomes; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO. ARTIGO 39 CDC. DANOS MORAIS. CONFIGURADOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. Verifica-se a prática comercial de instituições financeiras, em fornecer empréstimos por intermédio da contratação de cartão de crédito com desconto do valor mínimo da fatura em contracheque, o que acaba por gerar uma dívida renovável, por diversas vezes, criando uma inequívoca vantagem em favor do Banco, havendo falha no dever de informação e no serviço prestado ao consumidor, levado a fazer uma contratação com finalidade diversa da almejada.2. Conduta ilícita da instituição financeira e violação à honra subjetiva da parte Autora que justificam sua condenação ao pagamento de indenização por danos morais postulada. 3. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0633652-41.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0635862-02.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Raimundo Nonato Silva Azevedo; Advogado: Marcus José Queiroz Ferreira (OAB: 9930/AM); Apelada: Sonia Maria Ribeiro Silva; Advogada: Andreia Costa Fernandes (OAB: 11155/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. AUTOR QUE PROVOU A SUA POSSE SOBRE O BEM E O ESBULHO SOFRIDO. RÉU NÃO DEMONSTROU FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DAQUELE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. O ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito e ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito daquela, conforme dispõe o art. 373 do Código de Processo Civil;2. Não se incumbindo a parte ré de comprovar nos autos a modificação ou constituição de seus direitos, e tendo o autor colacionado provas que permitem ao juiz um alcance da verdade formal apta ao julgamento justo, as alegações do recorrente não merecem ser acolhidas. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0635862-02.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0637142-71.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social; Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ); Procurador: Procuradoria Federal No Estado do Amazonas; Apelado: Guaracy Germano Araújo Montenegro; Advogado: José Estevaõ Xavier; Advogada: Stelisy Silva da Rocha (OAB: 7989/AM); Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. APELAÇÃO. AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE. DOENÇA OCUPACIONAL. REQUISITOS PREENCHIDOS. INCAPACIDADE PERMANENTE E PARCIAL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO EM CONSONÂNCIA

COM O PARQUET. SENTENÇA MANTIDA.1. A Apelada preenche tal requisito capaz de ensejar a concessão do auxílio-acidente, haja vista que se trata de incapacidade parcial e permanente a impossibilitá-la do exercício de atividade habitual decorrente de acidente de trabalho, se enquadrando, pois, nos requisitos legais (Lei n.º 8.213/91).2. Recurso conhecido e não provido, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0637142-71.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0641506-23.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Graciete Santiago Bezerra; Advogado: Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB: 9463/AM); Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A; Advogada: Luana Silva Santos (OAB: 16292/PA); Advogada: Marília Dias Andrade (OAB: 14351/PA); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. MORTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. PEDIDO IMPROCEDENTE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - Nos pedidos de indenização do seguro DPVAT, é ônus da parte requerente comprovar que os danos pessoais foram causados por acidente de trânsito. - Nos pedidos de indenização do seguro DPVAT, é ônus da parte requerente comprovar que os danos pessoais foram causados por acidente de trânsito. - A despeito das alegações da Autora/apelante, da análise das provas existentes nos autos, não é possível concluir que existe relação de causalidade entre a morte do Sr. Antônio Castro de Freitas e o acidente de trânsito por ele sofrido, haja vista que conforme ofícios apresentados pelo Hospital, o óbito do falecido não decorreu de lesões decorrentes do acidente de trânsito em questão.- Ademais, consta na Certidão de Óbito que a causa da morte, foi "Parte I a) choque cardiogênico; b) insuficiência respiratória; c) hiporpotossemia; d) insuficiência renal crônica; Parte II hipertensão arterial e diabetes mellitus".- Assim, se a autora não conseguiu se desincumbir de seu ônus probatório (art.373, I do CPC), deixando de comprovar o nexo de causalidade entre o sinistro e a morte da vitima, impõe-se a manutenção da sentença que julgou improcedente a pretensão inaugural. - Sentença mantida. - Recurso conhecido e desprovido em dissonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0641506-23.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em dissonância, em conhecer do presente recurso e no mérito negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0643644-26.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria Raimunda Souza de Oliveira; Advogado: Elio Francisco de Carvalho (OAB: 493A/AM); Apelado: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A; Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALDO REMANESCENTE DE SEGURO OBRIGATÓRIO. SEGURO DPVAT. LAUDO PERICIAL INCONCLUSIVO. NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO SOFRIDA POR MÉDICO-PERITO COM ESPECIALIDADE. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. - No caso dos autos, a Apelante, em razão do acidente automobilístico ocorrido em 24/01/2018 (fls. 14) teve o seu tornozelo direito fraturado, o que limitou os seus movimentos (fls. 15). Em razão do referido acidente, ajuizou a presente demanda com intuindo de receber indenização securitária que, conforme se extrai da Lei 6.194/74, bem como do Enunciado n. 474 da Súmula do STJ, é determinada proporcionalmente, devendo-se realizar uma ponderação entre os danos sofridos e a indenização a ser percebida; - Sabe-se, que o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, instituído pela Lei nº 6.194/74, tem por finalidade prestar auxílio às vítimas de acidente de trânsito ou seus beneficiários, por meio do pagamento de indenizações por morte, invalidez permanente, despesas de assistência médica e suplementar, caracterizando, destarte, um seguro de caráter social;- Conforme art. 3.º, § 1.º da Lei nº 6.194/74, no caso da cobertura de indenização por invalidez permanente, deverá haver a classificação em total ou parcial, subdividindo-se esta última em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, avaliando-se, no caso de ser incompleta, a repercussão da perda, se intensa, média, leve ou se as sequelas são residuais, que ensejará um redução proporcional do montante indenizatório, com percentuais diversos;- In casu, o laudo pericial restou inconclusivo, pois todos os quesitos restaram prejudicados; Assim a decisão de piso baseou seus fundamentos em documento sem qualquer informação capaz de caracterizar a improcedência da demanda, já que os esclarecimentos necessários para a fixação da indenização securitária foram todos prejudicados. - Ausentes perícia e/ou laudo que ateste claramente gradação das lesões, impossível resolução antecipada da lide, sendo imperiosa dilação probatória;- Constatando-se a necessidade de complementação do laudo pericial para obtenção da resposta exigida pela Lei, tem-se como necessária a anulação da Sentença, com o retorno dos autos ao Juízo de 1º grau, a fim de que seja realizada uma perícia complementar para averiguar o grau de debilidade permanente da parte autora/Apelante. Precedentes desta Corte de Justiça.- Recurso conhecido e provido, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0643644-26.2018.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em consonância com o Parecer Ministerial, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0643717-32.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Maria Izailda Fernandes da Fonseca; Advogado: Andrey Augusto B. Ramos (OAB: 7526/AM); Advogado: Gustavo da Silva Grillo (OAB: 7883/AM); Apelado: Banco Pan S/A; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, CUMULADA COM DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO E CARTÃO DE CRÉDITO. DANO MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PROVIDO. - O Código de Defesa do Consumidor contém normas de ordem pública e interesse social, inarredáveis pela vontade das partes, alçando a informação clara e precisa, sobre os diversos produtos e serviços colocados no mercado, à condição de direito básico e estabelecendo a proteção contratual do consumidor, caso se dificulte a compreensão da natureza e alcance do negócio (art. 6.º c/c art. 46). Trata-se do princípio da transparência e da teoria da confiança, que trazem em seu conteúdo a importância da clareza e precisão da informação prestada pelo fornecedor ao consumidor, a fim de se evitar que este, parte hipossuficiente da relação, seja enganado ou mesmo induzido a erro. - Devida a condenação por dano moral diante da conduta maliciosa do Apelado, que sujeitou a Apelante à situação presente, qual seja, a de pagar um empréstimo sem prefixação de parcelas ou montante a ser quitado, bem como induzi-la a erro, uma vez que contratou empréstimo consignado e na falha do dever

de informação foi levada a contratar um empréstimo mediante saque do cartão de crédito. Essas circunstâncias, ao contrário do asseverado na r. Sentença, superam o mero aborrecimento, gerando afronta aos direitos da personalidade da Apelante e, por isso, justificando a devida reparação pecuniária.- Dadas as particularidades do caso em comento, dos fatos assentados pelas partes, bem como observados os princípios de moderação e da razoabilidade, entendo que o valor a título de dano moral deve ser arbitrado em patamar proporcional, bem como em harmonia ao que vem sendo aplicado por esta e. Corte em caso semelhantes. - Portanto, faz-se necessária a reforma da sentença apenas para condenar à Apelada, Banco PAN S/A, ao pagamento de indenização, a título de danos morais, os quais arbitro no patamar de R$ 2.000,00 (dois mil reais).- Recurso conhecido e, no mérito, provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0643717-32.2017.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000129-04.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Alessandro Bronze Toniza; Advogado: Ana Flavia da Silva Gomes (OAB: 9615/AM); Advogado: Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB: 8330/AM); Agravado: Alex M. Braga; Terceiro I: FACEBOOK SERVIÇOS ONLINE DO BRASIL LTDA; Terceiro I: Google Sao Paulo (Google Brasil Internet Ltda; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. REQUISITOS PRESENTES. PUBLICAÇÃO DE TEXTOS DESABONADORES EM BLOG. COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: LIBERDADE DE IMPRENSA E A PROTEÇÃO À HONRA OBJETIVA DE PESSOA FÍSICA. PREPONDERÂNCIA DO SEGUNDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO REFORMADA.1. O caso em tela trata justamente da hipótese em que o exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de expressão foram usados, a princípio, com excesso, de forma a colidir com a proteção da honra e imagem da pessoa jurídica, mesmo sendo imperiosa a inferência de que deve prevalecer a garantia da inviolabilidade destes direitos. Precedentes do STJ.2. A liberdade de expressão e de manifestação do pensamento constituem direitos fundamentais dos indivíduos, direitos estes erigidos à condição de cláusula pétrea (artigo 60, § 4º, IV da CF/1988). Contudo, sabe-se que tais direitos não são absolutos, encontrando limites em outros de igual envergadura, tais como, o direito à inviolabilidade da vida privada, intimidade e imagem, conforme previsão do artigo 5º, inciso X, da CF, técnica extensível, na medida do possível, à pessoa jurídica, nos termos do art. 52 do Código Civil.3. In casu, dos documentos acostados pela própria agravante restou demonstrado que o Agravado postou em seu blog, matérias lesivas à honra e à imagem do Agravante, razão pela qual a decisão guerreada deve ser reformada. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível n.º 0626187-83.2015.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000378-52.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Zetone Indústria e Comercio Eletrometalurgica Ltda; Advogada: Cristiane Gonzalez Serrão de Ponte (OAB: 315840/SP); Agravado: Antonia do Vale Nunes Me; Advogado: João Batista dos Santos (OAB: 468/AM); Advogado: Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB: 2518/AM); Advogada: Alessandra de Almeida Rangel (OAB: 2801/AM); Advogada: Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB: 2659/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO. PENHORA NO PERCENTUAL DO FATURAMENTO DE EMPRESA DEVEDORA. ESGOTADOS OUTROS BENS PENHORÁVEIS. POSSIBILIDADE. PERCENTUAL FIXADO EM 30% DO RENDIMENTO BRUTO. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, PROVIDO. - O Digesto Processual Civil dispõe, em seu art. 835, de uma ordem de penhora a ser observada de forma preferencial. Não obstante a isso, o art. 866 do mesmo código estabelece que se o executado não possuir outros bens penhoráveis ou se, tendo-os, estes forem de difícil alienação ou insuficientes para saldar o crédito, é autorizado ao juiz ordenar a penhora de percentual de faturamento da empresa devedora. Precedentes do STJ.- Com efeito, de análise dos autos de origem, verifico que por diversas maneiras o Agravante tentou ter seu crédito satisfeito, sendo que todas elas restaram frustradas.- A jurisprudência pátria entende legítima e razoável a fixação em 30% (trinta por cento) do montante bruto do faturamento da empresa.- Conheço o recurso e, no mérito, dou-lhe provimento, para reformar a Decisão (p. 142 dos autos de origem), a fim de deferir a penhora no percentual do faturamento da empresa devedora, limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do seu faturamento bruto, com o fito de satisfazer o crédito executado, ex vi do art. 835, X, do CPC/15.- Agravo de instrumento conhecido e, no mérito, provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000378-52.2019.8.04.0900, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000472-81.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bradescard S.A; Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM); Agravado: Elerson dos Santos Costa; Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. ASTREINTES. ORDEM QUE PODE SER MELHOR CUMPRIDA POR MANDADO OU SIMPLES OFÍCIO DO JUÍZO AOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Não é caso de se fixar multa diária para forçar a ré a cancelar a inscrição do nome do autor nos cadastros negativos, uma vez que a expedição de mandado ou ofício judicial aos respectivos órgãos de proteção ao crédito constitui providência mais célere, eficaz e adequada para a proteção dos direitos do consumidor. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em DAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000496-12.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 2ª Vara da Fazenda Pública; Agravante: Platinum Construções Ltda; Advogado: Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB: 9372/AM); Advogado: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM); Agravada: Laiana Said Santos; Advogado: Francisco Rodrigues Balieiro (OAB: 2241/AM); Advogada: Chriscia Teixeira de Figueiredo (OAB: 3460/AM); Advogado: Luiz Felipe de Vasconcelos Dias Balieiro (OAB: 5989/AM); MPAM: Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ALVARÁ JUDICIAL E DE NEGÓCIO JURÍDICO. NULIDADE DA DECISÃO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS ARTS. 93, IX, CF, 11 e 489 DO CPC/15. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.- A fundamentação é requisito

imprescindível da atuação dos órgãos que integram o Poder Judiciário, devendo o Magistrado sempre explicitar, na situação concreta, os motivos do seu convencimento, sob pena de incorrer em nulidade absoluta. -Nulidade da decisão por ausência de fundamentação. Absoluta afronta às regras dos artigos 93, IX da CF e 11 e 489, §1.º, inciso II od CPC. - O requisito essencial para se demostrar a validade de uma decisão será a devida fundamentação, uma vez que será por meio desta que a parte, conhecendo os motivos do convencimento do Juiz e se sentido prejudicada, poderá interpor o recurso cabível.- Recurso conhecido e parcialmente provido em consonância com o Parecer Ministerial. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4000496-12.2019.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe parcial provimento em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4000928-31.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bmg S/A; Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE); Agravado: Luiz Cordeiro Fogassa; Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM); Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA PARA SUSPENDER OS DESCONTOS EFETUADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO. VENDA CASADA. IMPOSSIBILIDADE. MULTA ARBITRADA EM VALOR RAZOÁVEL. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.É pacífico o entendimento atual no sentido da aplicação do CDC às demandas relativas a contrato bancário, eis que a atividade se subsume ao conceito de serviço (art. 3º. §2º do CDC), conforme largamente reconhecido pela jurisprudência nacional (Súmula 297 do STJ e ADI 2591).No caso em exame, o agravado buscou um serviço determinado e se viu obrigado a pactuar adicionalmente outro como condição para obter o resultado desejado, configurando a hipótese descrita no artigo 39, I, do Código de Defesa do Consumidor. O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A multa é apenas inibitória e, portanto, deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. O valor fixado por dia (R$ 500,00), em caso de descumprimento, limitado ao montante correspondente a 30 (trinta) dias-multa, deve ser mantido, posto que arbitrado em quantia suficiente para alcançar o efeito almejado. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4003638-58.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Toyolex Autos Ltda.; Advogado: Marisa Paiva de Moura (OAB: 23647/PE); Advogado: Luis Felipe de Souza Rebelo (OAB: 17593/PE); Agravada: Luciana Maria Lima Azevedo; Advogado: Antonio Fabio B. de Mendonça (OAB: 2275/AM); Advogado: Ruy Silvio Lima de Mendonça (OAB: 867A/AM); Advogado: Adriana Lo Prest Mendonça (OAB: 13139/AM); Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré; Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Joana dos Santos Meirelles. EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. REQUISITOS PRESENTES. VÍCIO NO PRODUTO. FORNECIMENTO DE CARRO RESERVA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1. Segundo o art. 300, do CPC, são requisitos gerais para a concessão das tutelas provisórias de urgência: a demonstração da probabilidade do direito e do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.2. Presentes os requisitos para a concessão da tutela de urgência, é de rigor o deferimento do pedido, determinando-se o fornecimento de carro reserva para que a agravada utilize durante a tramitação do processo. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento nº 4003638-58.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado órgão ministerial, em conhecer e NEGAR provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4004315-88.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Osmar Back Júnior; Advogado: Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB: 10714/AM); Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM); Advogado: Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: 1065A/AM); Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE FATURAMENTO COM TUTELA DE URGÊNCIA. ENERGIA ELÉTRICA. DECISÃO QUE NEGA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DA DEMORA. RECURSO CONHECIDO E, NO MÉRITO, NÃO PROVIDO.- A concessionária não está obrigada a fornecer energia a quem não paga pontualmente, inclusive porque a remuneração da eletricidade se faz com base na tarifa, que constitui preço público e, assim, se deixar de ser paga pelos usuários, coloca em risco a garantia de continuidade do próprio serviço e poder levar ao colapso sua prestação, que ficaria comprometida.- A antecipação de tutela não pode servir como desobrigação do pagamento das contas futuras, sendo certo que a Agravante presta serviço de interesse público e, como tal, precisa receber os créditos, para dar continuidade à prestação dos serviços e investir a bem da comunidade social.- Assim, entendimento diverso só se comportaria acaso evidenciados a probabilidade do direito e o perigo da demora, requisitos constantes no art. 300 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorreu no caso.- Recurso conhecido e, no mérito, não provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4004315-88.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4004714-20.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a); Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG); Advogado: Ligia de Souza Frias (OAB: 84507/MG); Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG); Agravada: Graciele Oliveira de Sousa; Agravado: MACIO VIEIRA DE SOUZA; Advogado: Adair Jose Pereira Moura (OAB: 1251/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS PATRIMONIAIS. ENERGIA ELÉTRICA. DECISÃO GENÉRICA DE ABSTENÇÃO DE CORTE NO FORNECIMENTO. NECESSIDADE DE LIMITAÇÃO. ABSTENÇÃO SOMENTE EM RELAÇÃO ÀS FATURAS DISCUTIDAS EM JUÍZO. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. - Na origem, os consumidores impetraram Ação Indenizatória por danos patrimoniais, requerendo a reanalise das faturas de energia elétrica dos períodos de março de 2017 a

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

março de 2018, sendo a tutela concedida pela Juíza a quo, que determinou genericamente que a Agravante se abstenha de realizar qualquer corte no fornecimento do serviço até o julgamento final da Ação. Extrai-se, corretamente, que não pode o consumidor ser privado do fornecimento de energia elétrica enquanto se discute o débito real e, portanto, correta a decisão nesse ponto.- Ocorre que, a antecipação de tutela não pode servir como desobrigação de pagamento de contas futuras, não discutidas em juízo, de forma que não pode a Agravante ser obrigada a prestar o serviço de forma gratuita durante o curso da demanda. - A concessionária não está obrigada a fornecer energia a quem não paga pontualmente, inclusive porque a remuneração da eletricidade se faz com base na tarifa, que constitui preço público e, assim, se deixar de ser paga pelos usuários, coloca em risco a garantia de continuidade do próprio serviço e poder levar ao colapso sua prestação, que ficaria comprometida. (TJ-PA- AI: 00014825320148140025 BELÉM, Relator: ELENA FARAG, Data de Julgamento: 10/11/2014, 4.ª CAMARA CÍVEL ISOLADA, Data de Publicação: 21/11/2014).- A decisão impugnada merece ser reformada em parte, mantendo o deferimento da antecipação de tutela para o restabelecimento do serviço e limitando a proibição de corte somente em relação às faturas discutidas em juízo, até decisão final da lide. - Recurso conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4004714-20.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e no mérito dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4005382-88.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A; Advogado: Jose Augusto de Rezende Junior (OAB: 1109/AM); Agravado: Raimundo Reis dos Santos; Advogado: Pedro Morais de Brito Junior (OAB: 10803/AM); Advogada: Antonela Martins dos Santos (OAB: 9781/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. CLÁUSULAS CONTRATUAIS PREVENDO O ALONGAMENTO DA DÍVIDA ASSIM COMO O VENCIMENTO ANTECIPADO DE TODO O DÉBITO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR. CDC, ART. 47.- É de consumo a relação jurídica travada entre o militar, contratante do empréstimo consignado, e as instituições financeiras, contratadas, a ensejar a incidência das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, a teor do Enunciado da Súmula 297/STJ, segundo a qual "o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras" (STJ. REsp 1521393/RJ).- De acordo com o disposto no artigo 47, do CDC, as cláusulas contratuais deverão ser interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor.- Havendo cláusula contratual expressa prevendo a possibilidade de alongamento da dívida, em caso de "dificuldades e/ou impedimentos de natureza administrativa, ou falta de margem consignável suficiente em nome do Cliente", ao invés de dar por vencida a totalidade do débito e de ajuizar execução de título extrajudicial, deve proceder ao mencionado alongamento da dívida, por se tratar de regra mais favorável ao consumidor.- O Decreto n.º 8.690, de 11.03.2016, que dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo Federal, não é aplicável no âmbito Estadual, notadamente aos aposentados que recebem proventos de inatividade pelo AMAZONPREV, não tendo o Agravante demonstrado e nem invocado a existência de norma simétrica aplicável aos servidores e inativos do Poder Executivo Estadual.- Recurso conhecido mas desprovido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005382-88.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 4005894-71.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Agravante: Losango Promoções de Vendar Ltda; Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 995/AM); Agravado: Lucimar de Souza Petillo; Advogada: Esther Maria Araújo de Sousa (OAB: 5639/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ASTREINTES. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL PARA EXECUÇÃO. SÚMULA DO STJ, ENUNCIADO N.º 410.- É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil (EREsp 1360577/MG).- Agravo de instrumento conhecido e provido. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005894-71.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Processo: 0622382-93.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento; Advogado: Gustavo Pasquali Parise (OAB: 155574/SP); Advogado: Welson Gasparini Junior (OAB: 116196/SP); Soc. Advogados: Parquali e Parise Gasparini Junior (OAB: 4752/SP); Apelada: Kiane Lima Maia; Advogado: Iran Vieira de Sousa (OAB: 5706/AM); Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. Relator: Anselmo Chíxaro. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PERMISSÃO. PACTUAÇÃO EXPRESSA. TARIFA DE CADASTRO E REGISTRO DE CONTRATO. COBRANÇA. LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. - A capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano é prática permitida em nosso ordenamento jurídico em contratos firmados com instituições financeiras, desde que expressamente pactuada.- É legal a cobrança de tarifas de cadastro e registro de contrato, se prevista no contrato, livremente pactuada e se não causa desequilíbrio contratual.- Quanto à cobrança de Comissão de Permanência, entende o STJ que pode ser autorizada (Súmula 294), desde que sem cumulação com correção monetária e com juros remuneratórios e moratórios e multa, cumulações que verifico como comprovadas nos autos, a saber, de análise das cláusulas 16, itens i e ii, razão pela qual deve ser mantida a r. Sentença, nesse ponto, para que seja afastada a cobrança da comissão de permanência, declarando nula a cláusula do contrato que previa tal cobrança.- Apelação conhecida e, no mérito, parcialmente provida. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 0622382-93.2013.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em CONHECER do presente recurso e, no mérito, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.". Sessão: 19 de agosto de 2019. GC

Secretaria da Primeira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimação

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 1006073-66.2012.8.04.0000,** em que é Embargante: **Estado do Amazonas**. (Procuradora: Dra. Ana Marcela Grana de Almeida - OAB/AM 7.513). Embargados: **Laura Câmara, Indra Celani Leal, Herbert Ferreira Lopes, Akerna Marques Chagas Corado, Caio César da Rocha Medeiros Nunes e Thomas Augusto Correa de Vasconcelos Dias.** (Advogado: Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes - OAB/AM 3.940). Ficam **os Embargados intimados** na pessoa de seu advogado Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes **do DESPACHO de fls. 95/96**, exarado nos autos acima referidos, na qual, "..... **Nessa conjuntura, eis que encerrado o ofício jurisdicional no tocante aos presentes embargos de declaração, determino o arquivamento dos autos. Intimem-se".** Manaus/AM, 08 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 22 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003962-14.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Anna Cruz da Silva**. (Advogados: Dra. Vanessa Freire Litaiff - OAB/AM 5.722 e Dr. Imbergman Maia Litaiff - OAB/AM 5.699). Agravados: **Antonio Ferreira Pontes, Ubanevaldo Brito de Oliveira e Irene Silva de Sousa Silva**. (Advogados: Dr. Zacarias Santos de Souza - OAB/AM 7.531 e Dr. José Ricardo Martins Pontes - OAB/AM 900-A). Ficam **os Agravados intimados**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentarem contrarrazões ao presente recurso**, bem como **a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 48/50**, cujo final é do teor seguinte: "..... Com o apoio das razões acima fincadas, **concedo o efeito suspensivo, restaurando a gratuidade de justiça (CPC/2015, art. 1.019, I). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se os agravados para que ofereçam resposta, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhes juntar a documentação que entenderem como necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se a agravante"**. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 22 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Apelação Cível nº 0212644-10.2017.8.04.0001**, em que é Apelante: **L. A. dos S.** . (Defensora Pública: Dra. Valéria Araújo Neves). Apelados: **K. B. dos S., L. B. dos S., e L. B. dos S. - representadas por sua genitora K. B. N..** (Advogados: Dr. Leandro Kazuyuki Takahashi - OAB/AM 12.343, Dr. Rodrigo Otávio Borges Melo Melo - OAB/AM 6.488 e Dr. Anneson Frank Paulino de Souza - OAB/AM 11.981). Ficam a**s Apeladas intimadas** na pessoa de seus advogados Dr. Leandro Kazuyuki Takahashi, Dr. Rodrigo Otávio Borges Melo Melo e Anneson Frank Paulino de Souza **do DESPACHO de fls. 93**, exarado nos autos acima referidos, na qual, ".....Diante do exposto, **fixo prazo de 10 (dez) dias, para que as partes manifestem-se a respeito do interesse na realização da audiência de conciliação requerida pelo Graduado Agente Ministerial, devendo ser advertidas de que a audiência somente não será realizada se ambas manifestarem, expressamente, o desinteresse na composição consensual (CPC/2015, art. 334, § 4.°). Intimem-se. Observe-se o que determina o art. 183, § 1.°, do CPC/2015 (intimação pessoal do membro da advocacia pública estadual)".** Manaus/AM, 13 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 23 de agosto de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Wellington José de Araújo - Relator** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002270-77.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: A. J. D. S.**, Advogados: Dr. Adrimar Freitas de Siqueira (8.243/AM) e Dr. Antônio das Chagas Ferreira Batista (4.177/AM). **Agravado: M. B. D. S.** e **Reptado: T. J. B.** , Advogadas: Dra. Luciana da Silva Couto (5.339/AM) e Dra. Marlúcia Guimarães Almeida (5.280/AM). **Fica o Agravado intimado do Despacho de fl. 2627**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Manifestem-se as partes, acerca do interesse ou não de designação de audiência de conciliação. Em caso de não houver interesse, dê-se nova vista ao Ministério Público com as cautelas de praxe. Havendo interesse, volte-me os autos conclusos. Prazo de 05 dais. À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 20 de agosto de 2019. Des. Wellington José de Araújo - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 23 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

MBV

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Délcio Luís Santos - Relator** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0614852-33.2016.8.04.0001**, em que é **Apelante: R. A. M.** , Advogada: Dra. Aline Inhamuns Paulo (6.790/AM). **Apelado: R. T. D. M. N.**, e sua **Representante: M. D. N. L. M.**, Advogada: Dra. Maria Altamira de Souza (6.959/AM). **Ficam as patronas das partes intimadas do Despacho de fl. 359**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista a manifestação apresentada pelo apelado, por meio da qual informa a impossibilidade de comparecimento de sua casuística à audiência de tentativa de conciliação designada para o dia 13.09.2019, "vez que já tinha audiência designada para a referida data as 12:00 hs, junto ao juízo do 8.º Juizado Especial", redesigno a audiência para o dia 19.09.2019, a ser realizada no gabinete deste Relator, às 10:00 hs. Intimem-se as partes para que compareçam ao ato acompanhadas de seus procuradores, devidamente habilitados a transigir. Comunique-se o Ministério Público. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus/AM, 23 de agosto de 2019. Des. Délcio Luís Santos - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 23 de agosto de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

MBV

Julgamento Virtual

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0233342-47.2011.8.04.0001
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas Promotora:Dra. Neyde Regina D. Trindade **Apelado:Antonio Alfredo Rego da Mata** Advogado:Dr. José Julio Cesar Correa (7810/AM)

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0626089-35.2014.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Multi Meios Assessoria Empresarial Ltda Advogada:Dra. Luana Mariah Fiuza Dias (310617/SP) **Apelado:Placibrás da Amazônia Ltda** Advogado:Dr. Fernando José Garcia (134719/SP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0628451-73.2015.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante:SKY Brasil Serviços Ldta Advogado:Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM) e outros **Apelado:Ariel Ribeiro Andrade de Almeida** Advogados:Drs. Carlos Alberto Rodrigues de Souza (6164/AM), Tâmara Mendes Gonçalves (6857/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0628561-04.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Apelante:Banco Honda S/A Advogado:Dr. Hiran Leão Duarte (10422/CE e 1053A/AM) **Apelado:Fulvio Marques dos Santos**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0638351-46.2016.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 6ª Vara de Família
Juiz Prolator: Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro
Apelante:L. C. S. da S. Advogados:Drs. Daniel de Oliveira Campos (5258/AM), Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB/AM 2160) e outros. **Apelado:R. de S. N.** Advogados:Drs. Jamys Douglas de Oliveira Bermeu (6572/AM) e Joísa Maciel Guerra de Souza (7774/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº 0642567-50.2016.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Condomínio Residencial Allegro Advogados:Drs. Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM), Emanuelly Souza de Almeida (10527/AM), Roberto Marques da Costa (OAB/AM 4135) e outros. **Apelado:Águas do Amazonas S.A.** Advogados:Drs. Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM), Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4001901-20.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:Ana Mélia Camurça Cavalcante Advogado:Dr. Mário Jose Chagas Paulain Júnior (7405/AM) **Agravado:Estado do Amazonas** Procuradora:Dra. Gabriela Muniz de Moura
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação / Remessa Necessária nº 0000111-63.2017.8.04.5801
Origem: 1ª Vara de Maués
Juiz Prolator: Rafael Almeida Cró Brito
Apelante:Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués/am Advogados:Drs. Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (9908/AM) e Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM) **Apelado:Maria Edileuza Freitas dos Santos** Advogado:Dr. Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0256471-81.2011.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Centauro Vida e Previdência Advogados:Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM) **Apelado:José Abitibol Bremgartner** Advogados:Drs. Gilmar Raposo da Câmara (5501/AM) e Luiz José Lopes Pessôa (1075/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619897-52.2015.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:O Município de Manaus Procuradora:Dra. Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) **Apelado:Eduardo da Silva Melo** Advogado:Drs. Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM) e Raimundo Simao Jeronimo Filho (13056/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0637355-14.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante:O Estado do Amazonas Procurador:Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (1251A/AM) **Apelado:Nome da Parte Passiva Selecionada Não informado** Advogada:Dra. Carmem Valérya Romero Salvioni (6328/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0645110-89.2017.8.04.0001
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e outros **Apelado:Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A** Advogada:Dra. Tainah Olímpio Galaxe (7927/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exma Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo Interno Cível nº 0004851-36.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:Delcimar Batista Fernandes Advogado:Dr. Eneias de Paula Bezerra (2354/AM) e outro **Agravado:O Estado do Amazonas** Procuradora:Dra. Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB/AM 7530)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo Interno Cível nº 0004542-15.2019.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Marco Antônio Abreu Moreira Advogados:Drs. Juliane Elizabete de Souza Maia (12643/AM), Rafael Cândido da Silva (6499/AM), Roosevelt Jobim Filho (3920/AM) e outros. **Agravados:Amyr Dantas Júnior e Dantas Consultoria Empresarial S/S** Advogado:Dr. Bruno de Souza Cavalcante (2677/AM) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003524-56.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Vanja Vieira da Silva Advogados:Drs. Janne Sales Gomes (3045/AM), Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) e Wagner Lima da Costa (9985/AM) **Embargado:Banco Cruzeiro do Sul** Advogados:Drs. Benedicto Celso Junior (1133A/AM) e Taylise Catarina Rogério Seixas (1002A/AM).
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0003693-43.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM) e (56543/MG), Gustavo de Marchi (84288/MG) e outros. **Embargado:B. H. Distribuidora Ltda. Frigogelo** Advogado:Dr. Íkaro Pereia Amore (6350/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004178-43.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:O Município de Manaus Procurador:Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM) **Embargado:Ministério Público do Estado do Amazonas** Promotor:Dr. Paulo Stelio Sabba Guimarães
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004554-29.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:Baceiro Emprfeendimentos Imobiliários Ltda e Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e (598A/AM) e outros. **Embargados:Sandro Brandão Freire e Patrícia Castro Guedes** Advogados:Drs. Amanda de Souza Trindade Aizawa (5979/AM) e Juliane dos Santos Simões Pereira (7624/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração Cível nº 0004848-81.2019.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Waleska Danielle Campos Guimarães Advogados:Drs. Amanda Lima Martins (2487/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM) **Embargado:Antonio Carlos Nogueira de Araujo** Advogado:Dr. Danilo José de Andrade (6779/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0000814-97.2018.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Walmensy Nilber Palheta Silva Advogado:Dr. José Horácio Pereira (8474/AM) **Embargado:Banco Itaucard S/A** Advogados:Drs. Cristiane Bellinati Garcia Lopes (19937/PR), Pio Carlos Freiria Junior (50945/PR) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0001313-81.2018.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A Advogado:Dr. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM e 56543/MG) e outros **Embargado:Spic - Sociedade de Projetos, Instalações e Comércio Ltda** Advogados:Drs. Alberto Simonetti Cabral Neto (2599/AM) e Ênio Viana de Arêa Leão (18247/CE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0002201-50.2018.8.04.0000
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Embargante:Pole Position Tecnologia Ltda Advogados:Drs. Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM) e Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM) **Embargado:Ricardo Serapia de Sousa** Advogados:Drs. Flávio Jose dos Santos Marques (1608/AM) e Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0004959-02.2018.8.04.0000
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Sigma Comercial Exportadora e Importadora Ltda. Advogados:Drs. Arthur Alves Silveira (80362/RS), João A. Medeiros Fernandes Junior (40315/RS), Laurence Bica Medeiros (56691/RS) e Luciana da Silveira (102719/RS) **Embargado:Fernando Melo Collyer Cavalcante** Advogado:Dr. João Manoel Silva de Olievira (4677/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Embargos de Declaração Cível nº 0007197-91.2018.8.04.0000
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Antonio Pantoja Faria Advogada:Dra. Ana Virginia Arakian Izael (3701/AM) **Embargado:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social** Advogado:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e outros
Embargado:Petroleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS
Advogado:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP e 598A/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Manaus, 23 de agosto de 2019

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusão de Acórdãos

Processo: 4004491-67.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante: Tokio Marine Seguradora S.A. Advogado: Eny Bittencourt (OAB: 29442/BA) **Agravado: Ana Luiza Santos Marques** Advogado: Mauro Celi Martins (OAB: 2907/AM) Advogado: Ademar Brito da Costa Junior (OAB: 6090/AM) Advogado: Daniel Pereira da Silva Neto (OAB: 5055/AM) Advogada: Carla Andrea Chaves de Carvalho Martins (OAB: 3382/AM) Advogado: Andrei Farias de Barros (OAB: 6074/AM)
Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.
Relator Designado: Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Membro: Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. LUCROS CESSANTES. DESNECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. DOCUMENTOS CONSIDERADOS SUFICIENTES PARA AFERIR O QUANTUM DEVIDO. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A liquidação por arbitramento encontra previsão no artigo 509, inciso I do CPC/15,

a qual será realizada por meio de determinação na sentença ou quando exigido pela natureza objeto da liquidação. 2. In casu, conquanto presente na sentença menção à perícia para a liquidação por arbitramento, é certo que o atual CPC, em seu art. 510, em vigor desde o momento da instauração de referido incidente, não impõe a realização da prova, podendo o juiz aferir sobre sua utilidade caso não possa decidir de plano. 3. Desta forma, o Juízo a quo não inovou no processo, tampouco desatendeu a coisa julgada, pelo contrário, ateve-se à sentença, cuja liquidação seguiu o que prescreve a norma do art. 510 do CPC, uma vez que a decisão recorrida trouxe às partes todos os elementos necessários à aferição dos valores devidos e que deverão ser liquidados. 4. Recurso conhecido e desprovido.

Processo: 0000147-75.2017.8.04.2901 - Apelação Cível, Vara Única de Beruri

Apelante: Francisco Bentes dos Santos Advogado: Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB: 13241/AM) Advogado: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) **Apelado: Banco Brasdesco S.A** Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO. TARIFAS BANCÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. DANO MATERIAL. CONSTATADO. REPETIÇÃO EM DOBRO. MATÉRIA AFETADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). TEMA 954. PEDIDO SUSPENSO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO. RECURSO EM PARTE PROVIDO. I – Segundo a Resolução nº 3.919, de 2.010, “a cobrança de remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conceituada como tarifa para fins desta resolução, deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário” (Art. 1º). II - Sendo assim, sem a demonstração de que os serviços cobrados foram contratados, o desconto das tarifas em apreciação é ilegal e a repetição do indébito é medida que se impõe. III - A repetição em dobro do indébito (art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor), diz respeito à matéria afetada, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), à sistemática dos recursos repetitivos, carecendo ainda de desfecho (Tema 954). Por essa razão, essa parte do pedido deverá ficar suspensa até o julgamento da controvérsia pela Corte Cidadã. IV - No que concerne ao pedido de indenização por dano moral, nota-se que a situação de desconto de tarifas relativas a serviço bancário não viola, por si só, direito da personalidade. O sofrimento moral deve ser minimamente demonstrado, o que não restou caracterizado no caso concreto. V Julgamento parcial do mérito. Apelação conhecida e, em parte, provida, suspendendo-se, contudo, a apreciação da repetição em dobro do indébito.. DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. JULGAMENTO PARCIAL DE MÉRITO. TARIFAS BANCÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO. DANO MATERIAL. CONSTATADO. REPETIÇÃO EM DOBRO. MATÉRIA AFETADA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ). TEMA 954. PEDIDO SUSPENSO. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO PARCIAL DO MÉRITO. RECURSO EM PARTE PROVIDO. I - Segundo a Resolução nº 3.919, de 2.010, “a cobrança de remuneração pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conceituada como tarifa para fins desta resolução, deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário” (Art. 1º). II - Sendo assim, sem a demonstração de que os serviços cobrados foram contratados, o desconto das tarifas em apreciação é ilegal e a repetição do indébito é medida que se impõe. III - A repetição em dobro do indébito (art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor), diz respeito à matéria afetada, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), à sistemática dos recursos repetitivos, carecendo ainda de desfecho (Tema 954). Por essa razão, essa parte do pedido deverá ficar suspensa até o julgamento da controvérsia pela Corte Cidadã. IV - No que concerne ao pedido de indenização por dano moral, nota-se que a situação de desconto de tarifas relativas a serviço bancário não viola, por si só, direito da personalidade. O sofrimento moral deve ser minimamente demonstrado, o que não restou caracterizado no caso concreto. V Julgamento parcial do mérito. Apelação conhecida e, em parte, provida, suspendendo-se, contudo, a apreciação da repetição em dobro do indébito. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e julgar parcialmente o mérito para dar parcial provimento ao recurso, suspendendo o julgamento da repetição de indébito em dobro, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 0003402-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: PAM Indústria de Plásticos Injetados Ltda. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) **Embargada: Dinistek Assessoria** Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) Advogada: Yngrid Ventilari Figueiredo Bezerra (OAB: 4658/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – A falta de menção expressa e direta a dispositivos legais não consiste em violação do conteúdo do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão embargado fundamentou claramente o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada. Precedentes STJ. III – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: “EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - A falta de menção expressa e direta a dispositivos legais não consiste em violação do conteúdo do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão embargado fundamentou claramente o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada. Precedentes STJ. III - Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.”.

Processo: 0004690-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Hapvida Assitência Médica Ltda Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM) **Embargada: Márcia Rejane da Costa Lima** Advogada: Márcia Rejane da Costa Lima (OAB: 9636/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável

a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão.II – Deferimento de justiça gratuita à recorrida, conforme artigo 98 e seguintes do CPC. III – Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado.IV – Embargos de Declaração rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. TESES JÁ AFASTADAS PELO DECISUM VERGASTADO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Deferimento de justiça gratuita à recorrida, conforme artigo 98 e seguintes do CPC. III - Inviável a utilização dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. IV - Embargos de Declaração rejeitados. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0005104-24.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Banco Itaú Unibanco S/A Advogado: Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB: 60359/RJ) **Embargado: Luanque dos Santos** Advogado: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM)

Advogado: Pedro Reinaldo da Silveira (OAB: 6472/AM) Advogado: Josias da Silva Maurício (OAB: 3859/AM) Advogado: Camila Fonteles Guindane (OAB: 313037/SP) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. BASE DE CÁLCULO DE HONORÁRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA SANAR ERRO MATERIAL. I – Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II – Reconhece-se a existência de erro material referente à base de cálculo dos honorários de advogado no item 02.19, às fls. 405. Logo, onde se lê: "15% (quinze por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §11, do CPC)", leia-se: "15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação".III – Embargos de Declaração acolhidos para corrigir erro material.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL. BASE DE CÁLCULO DE HONORÁRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA SANAR ERRO MATERIAL. I - Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.022 do CPC, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admissão. II - Reconhece-se a existência de erro material referente à base de cálculo dos honorários de advogado no item 02.19, às fls. 405. Logo, onde se lê: "15% (quinze por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §11, do CPC)", leia-se: "15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação". III - Embargos de Declaração acolhidos para corrigir erro material. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, em acolher os embargos de declaração para corrigir erro material, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0612186-93.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara de Família

Apelante: O. B. B. Advogado: José Bezerra de Araújo (OAB: 4871/AM)

Advogado: Erivelt Sabino de Araujo (OAB: 7920/AM) **Apelado: A. C. de A. F.** Advogado: Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB: 9709/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REVELIA TORNADA SEM EFEITO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL DO RÉU. COISA JULGADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. FALTA DE ABRANGÊNCIA SOBRE OS BENS IMÓVEIS QUESTIONADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.I – Na parte referente à revelia reconhecida, esta foi acertadamente declarada sem efeitos, o Superior Tribunal de Justiça entende que a mera petição de habilitação nos autos eletrônicos não é suficiente para a presunção de ciência inequívoca do pronunciamento judicial;II - A coisa julgada é matéria de ordem pública, passível de conhecimento ex officio pelo Poder Judiciário, logo, independente de ser ou não considerada válida a peça defensiva do réu, ora apelado, o magistrado poderia analisar tal instituto jurídico;III - O acordo extrajudicial anteriormente homologado na via judicial (autos n. 0259943-27.201.8.04.0001) não apresenta definição expressa da partilha dos bens imóveis relatados na presente ação judicial, coisa julgada deve ser parcial somente em relação à declaração de união estável a partir do ano de 2003 até a sua dissolução por sentença em dezembro de 2010;IV - Inaplicável, no caso concreto, a teoria da causa madura, uma vez que há necessidade de dilação probatória;V - Apelação conhecida e provida.. DECISÃO: "EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. REVELIA TORNADA SEM EFEITO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL DO RÉU. COISA JULGADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. ANTERIOR ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. FALTA DE ABRANGÊNCIA SOBRE OS BENS IMÓVEIS QUESTIONADOS. SENTENÇA PARCIALMENTE ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I - Na parte referente à revelia reconhecida, esta foi acertadamente declarada sem efeitos, o Superior Tribunal de Justiça entende que a mera petição de habilitação nos autos eletrônicos não é suficiente para a presunção de ciência inequívoca do pronunciamento judicial; II - A coisa julgada é matéria de ordem pública, passível de conhecimento ex officio pelo Poder Judiciário, logo, independente de ser ou não considerada válida a peça defensiva do réu, ora apelado, o magistrado poderia analisar tal instituto jurídico; III - O acordo extrajudicial anteriormente homologado na via judicial (autos n. 0259943-27.201.8.04.0001) não apresenta definição expressa da partilha dos bens imóveis relatados na presente ação judicial, coisa julgada deve ser parcial somente em relação à declaração de união estável a partir do ano de 2003 até a sua dissolução por sentença em dezembro de 2010; IV - Inaplicável, no caso concreto, a teoria da causa madura, uma vez que há necessidade de dilação probatória; V - Apelação conhecida e provida. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso para anular parcialmente a sentença, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0633961-62.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Eufrozino Gomes de O. Neto Advogado: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) Advogado: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)** Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) Advogada: Lígia de Souza Frias (OAB: 1074A/AM) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) **Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA.

OPOSIÇÃO DE EMBARGOS E RECONVENÇÃO. AMPLIAÇÃO DA COGNIÇÃO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE QUANTO AO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. JULGAMENTO SEM GARANTIR OPORTUNIDADE PARA QUE AS PARTES PRODUZISSEM PROVAS NO ÂMBITO DA RECONVENÇÃO. REPERCUSSÃO NO PLEITO MONITÓRIO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. I – A inversão do ônus da prova é regra de procedimento, que interfere consideravelmente na fase de julgamento, haja vista os efeitos jurídicos decorrentes da redistribuição do encargo. II – Com a oposição de embargos, o procedimento especial da ação monitória se transmuta em procedimento comum, com contraditório amplo, devendo o juiz observar a regras processuais a respeito. III - Se o julgamento é realizado sem que o ônus e o pedido de produção de provas sejam devidamente apreciados, a violação ao devido processo legal é incontestável. Há, nos autos, necessidade de averiguar a correção de faturas de energia elétrica.IV - Por fim, a observar que o pleito revisional repercute diretamente sobre o valor pugnado pela apelada no demonstrativo de débito, a nulidade constatada gera prejuízo, sendo inaplicável o princípio da instrumentalidade. V Apelação conhecida e provida para anular a sentença.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS E RECONVENÇÃO. AMPLIAÇÃO DA COGNIÇÃO. AUSÊNCIA DE ANÁLISE QUANTO AO PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. JULGAMENTO SEM GARANTIR OPORTUNIDADE PARA QUE AS PARTES PRODUZISSEM PROVAS NO ÂMBITO DA RECONVENÇÃO. REPERCUSSÃO NO PLEITO MONITÓRIO. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PROVIDO. I - A inversão do ônus da prova é regra de procedimento, que interfere consideravelmente na fase de julgamento, haja vista os efeitos jurídicos decorrentes da redistribuição do encargo. II - Com a oposição de embargos, o procedimento especial da ação monitória se transmuta em procedimento comum, com contraditório amplo, devendo o juiz observar a regras processuais a respeito. III - Se o julgamento é realizado sem que o ônus e o pedido de produção de provas sejam devidamente apreciados, a violação ao devido processo legal é incontestável. Há, nos autos, necessidade de averiguar a correção de faturas de energia elétrica. IV - Por fim, a observar que o pleito revisional repercute diretamente sobre o valor pugnado pela apelada no demonstrativo de débito, a nulidade constatada gera prejuízo, sendo inaplicável o princípio da instrumentalidade. V Apelação conhecida e provida para anular a sentença. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.".

Processo: 0642022-77.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Benedito Batista Farias Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) Advogada: Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) **Apelado: Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS** Advogada: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) Advogado: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) Advogado: Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) **Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho Relator: Des. João de Jesus Abdala Simões.**

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85, STJ. PRESCRIÇÃO PARCIAL RECONHECIDA. PREVISÃO EM LEI ESPECÍFICA AINDA EM VIGOR DE RECEBIMENTO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE DE ACORDO COM O VENCIMENTO DE CADA SERVIDOR. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.I – A matéria da prescrição nas pretensões de trato sucessivo contra a Fazenda Pública está sedimentada no verbete sumular n.° 85, STJ. Portanto, ainda que caracterizada a pretensão de trato sucessivo, inolvidável é que os pedidos de recebimento de parcelas anteriores a cinco anos do ajuizamento da ação estão fulminados pela prescrição, como assentado na sentença fustigada; II - Depreende-se, pois, que a lei geral posterior (Lei Estadual n. 3.69/2009) não previu, dentre as parcelas de remuneração dos servidores públicos, o auxílio-transporte indicado na lei específica anterior (Lei Estadual n. 3.128/2007). No entanto, certo é que, como disciplina o artigo 2.°, § 2.°, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), a lei nova, ainda que institua normas gerais ou específicas a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, naquilo que não menciona;III - Inexistindo, portanto, revogação tácita ou expressa do disposto no art. 2.°, III da Lei Estadual n.° 3.128/07, é possível a concessão de auxílio-transporte aos agentes de combate às endemias, observados os parâmetros fixados em ato normativo específico;IV - O auxílio-transporte foi regulamentado pelo Decreto Estadual n.° 10.702/87, que estipulou ser devida essa indenização aos servidores que percebam vencimento ou salário-base de até Cz$62.000,00 (sessenta e dois mil cruzados);V - É de se fixar, como vencimento limite para a percepção do auxílio-transporte, a quantia de R$864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais). Em sendo assim, compulsando os contracheques de fls. 09/52, constata-se que a apelante, no período de fevereiro/2012 a outubro/2016, nunca recebeu, como vencimento, quantia superior ao teto estabelecido pelo Decreto n.° 10.702/87 – com os valores informados pelo próprio ente administrativo apelado, motivo pelo qual é forçoso o reconhecimento do seu direito à percepção do auxílio-transporte;V - Apelação conhecida e parcialmente provida com majoração de honorários.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS AGENTES DE COMBATES ÀS ENDEMIAS. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. SÚMULA 85, STJ. PRESCRIÇÃO PARCIAL RECONHECIDA. PREVISÃO EM LEI ESPECÍFICA AINDA EM VIGOR DE RECEBIMENTO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE DE ACORDO COM O VENCIMENTO DE CADA SERVIDOR. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I - A matéria da prescrição nas pretensões de trato sucessivo contra a Fazenda Pública está sedimentada no verbete sumular n.° 85, STJ. Portanto, ainda que caracterizada a pretensão de trato sucessivo, inolvidável é que os pedidos de recebimento de parcelas anteriores a cinco anos do ajuizamento da ação estão fulminados pela prescrição, como assentado na sentença fustigada; II - Depreende-se, pois, que a lei geral posterior (Lei Estadual n. 3.69/2009) não previu, dentre as parcelas de remuneração dos servidores públicos, o auxílio-transporte indicado na lei específica anterior (Lei Estadual n. 3.128/2007). No entanto, certo é que, como disciplina o artigo 2.°, § 2.°, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro (LINDB), a lei nova, ainda que institua normas gerais ou específicas a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, naquilo que não menciona; III - Inexistindo, portanto, revogação tácita ou expressa do disposto no art. 2.°, III da Lei Estadual n.° 3.128/07, é possível a concessão de auxílio-transporte aos agentes de combate às endemias, observados os parâmetros fixados em ato normativo específico; IV - O auxílio-transporte foi regulamentado pelo Decreto Estadual n.° 10.702/87, que estipulou ser devida essa indenização aos servidores que percebam vencimento ou salário-base de até Cz$62.000,00 (sessenta e dois mil cruzados); V - É de se fixar, como vencimento limite para a percepção do auxílio-transporte, a quantia de R$864,00 (oitocentos e sessenta e quatro reais). Em sendo assim, compulsando os contracheques de fls. 09/52, constata-se que a apelante, no período de fevereiro/2012 a outubro/2016, nunca recebeu, como vencimento, quantia superior ao teto estabelecido pelo Decreto n.° 10.702/87 - com os valores informados pelo próprio ente administrativo apelado, motivo pelo qual é forçoso o reconhecimento do seu direito à percepção do auxílio-transporte; V - Apelação conhecida e parcialmente provida com majoração de honorários. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em epígrafe, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar parcial provimento ao recurso a fim de julgar parcialmente procedente a demanda originária e redistribuir os ônus da sucumbência, nos termos do voto do Relator.".

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Despachos

Despacho proferido pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha** Relatora dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0627926-62.2013.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Antonio Batista da Costa**, advogados, Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM), Juliana Lima Benoliel Ferreira (11372/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) e como **Apelado, Banco Itaú S/A e Banco Rodobens S.a**, advogados, Ana Ligia Ribeiro de Mendonça (78723/SP), Anderson Geraldo da Cruz (182369/SP) e Jeferson Alex Salviato (236655/SP). **Despacho:** "(...) Redistribuam-se os autos a minha relatoria, conforme portaria nº 1762/2019, de 1/07/2019. Após, antes de me manifestar sobre a petição de fls. 20/202, intime-se ITAÚ UNIBANCO S/A, por meio dos advogados subscritores do petiótio de fls. 154, para que justifquem o propósito da intervenção, no prazo de 10 (dez) dias. Em tempo, defiro o pedido de intimação específica formulado por meio do petiório de fls. 200/202. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 12 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha Relatora.

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . **Fica, ainda, intimada, o Banco Itaú S/A, por meio de seus Advogados, Drs. Ana Ligia Ribeiro de Mendonça (78723/SP), Anderson Geraldo da Cruz (182369/SP), para que justifiquem o propósito da intervenção no prazo de 10 (dez) dias**. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4004023-69.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Aldemir Silva Frutuoso**, advogado, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogado, **Dr. Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação / Remessa Necessária nº. 0263434-42.2010.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Remetente, Juízo de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias da Comarca de Manaus/am - Vemaqa e O Município de Manaus**, advogado, Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (5003/AM) e como **Requerido, 62.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo e Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**, advogado, Aguinelo Balbi Junior (089AM). **Despacho:** "(...) Defiro a promoção ministerial (fls. 212/213) para determinar a intimação pessoal do Órgão Ministerial de primeira Instância para apresentação de contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, abra-se vista ao Graduado Órgão do Ministério Público. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0005485-32.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Pedro Geraldo Pacheco Ferreira**, advogados, Drs. Daniellle Vieira Hitotuzi Paes (4631/AM), Natan Monteiro da Silva (4142/AM) e Raimundo Hitotuzi de Lima (2024/AM) e como **Agravados, Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho e Terezinha de Jesus Allen Nazaré**, advogados, Drs. Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (2953/AM) e Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (2953/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o agravado, nos termos do §2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, para que se manifeste no prazo da lei acerca das razões apresentadas. Decorrido o prazo, com ou sem resposta do agravado, retornem-me os autos em conclusão. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Cláudio César Ramalheira Roessing** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005438-58.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Maria Lúcia Moura da Rocha**, advogado, Dr. Arijones Bonfim da Silva (6434/AM) e como **Embargado, Rozimayre Alexandrina de Souza**, advogado, Dr. Alan Yuri Gomes Ferreira (10450/AM). **Despacho:** "(...) Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Cláudio Roessing-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0610182-78.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Vidraçaria Oliveira Ltda**, advogado, Dr. Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) e como **Apelado, Banco Santander S.a.**, advogados,Drs. Arthur Mendes Lobo (46828/PR), Luiz Rodrigues Wambier (7295/PR), Mauri Marcelo Bevervanço Júnior (42277/PR), Ney Jose Campos (44243/MG), Patricia Yamasaki Teixeira (34143/PR) e Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados (2049/PR). **Despacho:** "(...) Tendo em vista minha ausência justificada para a sessão do dia 26 de agosto de 2019, determino que os autos permaneçam em pauta para a sesão do dia 09 de setembro do corrente ano. À Secretaria para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0626043-41.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Vidraçaria Oliveira Ltda**, advogado, Dr. Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) e como **Apelado, Banco Santander S.a.**, advogados, Drs. Luiz Rodrigues Wambier (7295/PR), Ney Jose Campos (44243/MG) e Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados (2049/PR). **Despacho:** "(...) Tendo em vista minha ausência justificada para a sessão do dia 26 de agosto de 2019, determino que os autos permaneçam em pauta para a sessão do dia 09 de setembro do corrente ano. À Secretaria para providências. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005501-83.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Estado do Amazonas**, advogado, Kerinne Maria Freitas Pinheiro (10105/PI) e como **Embargado, Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento**, advogado, Dr. Antonio Alves Pereira (2622/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 21 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Antonio Alves Pereira (2622/AM)**, para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005527-81.2019.8.04.0000**/ Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Município de Manaus**, advogado, Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) e como **Embargado, Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus – Sinaaes**, advogados, Drs. Adriana Ferreira do Nascimento (5498/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM). **Despacho: "(...)** Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC. 03. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 22 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. Adriana Ferreira do Nascimento (5498/AM) e João Bosco A. Toledano (1456/AM)**, para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003927-54.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Ernando Simião da Silva Filho (9069/AM) e como **Agravado, Ricardo Vinicius Felicori de Menezes**, advogado, Dr. Rafael Frank Cintra Stone (10289/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 15 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4003979-50.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Direcional Engenharia S/A**, advogado, Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e como **Agravado, Lorena Silva de Albuquerque**, advogado, Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004042-75.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravantes, Auto Posto Nogueira de Derivados de Petróleo Ltda, Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - SPE (NV Construtora Incorporadora) e Nv Indústria Comércio e Construção Ltda**, advogado, Waldir Gonçalves Barros Júnior (5535/AM) e como **Agravados, Deneszczuk Antonio Sociedade de Advogados e Quist Kedusha Investimentos Ltda**, . **Despacho:** "(...) Acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo, e, na oportunidade, determino a intimação da parte agravada para apresentar contrarrazões no prazo legal. À secretaria para as providências. Manaus, 20 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0235907-71.2017.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, B. L. da S.** , advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Valéria Araújo Neves (120303/MG) e como **Apelado, I. P. F. da S**. **Despacho:** "(...) Cumpra-se a promoção de fls.37/39 do Graduado Órgão Ministerial no sentido de que os autos retornem ao MM. Juízo de origem para o fim de intimar a Apelada, com fulcro

no art. 1.010 §1º, do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 21/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001598-69.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Marta de Oliveira Atem**, advogados, Drs. Emerson da Silva Castro (5591/AM), Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB) e Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR) e como **Agravado, Francisco Luís Simões da Silva**, advogado, Dr. Fernando Luís Simões da Silva (6063/AM). **Despacho:** "(...) Compulsando os autos originários, verifico que o pedido de justiça gratuita a favor da executada, ora agravante, fora expressamente indeferido em decisão de fls. 23, daqueles autos. Sendo assim, intime-se a agravante para realizar o recolhimento em dobro do preparo, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, §4º do CPC/15. À Secretaria para providências. Manaus, 19 de agosto de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 21 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0001920-40.2014.8.04.7500**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, O Município de Tefe**, advogado, Emer de Senna Gomes (7602/AM) e como **Apelada, Maria Angelita Pereira Maia**, advogados, Drs. Aureo Gonçalves Neves (1602/AM) e Gedeon Rocha Lima (70A/AM). **Despacho:** "(...) Transcorrido o prazo sem oposição das partes, inclua-se o feito na pauta de julgamento virtual com início em 09/09/2019. Intimem-se as partes. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de agosto de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004099-93.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Condomínio do Edifício Tropical Center**, advogado, Dr. Hader da Fonseca Almeida (10118/AM) e como **Agravado, Banco Santander S/A**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, fincado nas razões expendidas e na jurisprudência colacionada, conheço desde logo do presente recurso para lhe dar provimento, nos moldes do art. 932 do CPC, e anular a decisão recorrida, para que seja seguido o rito previsto no Código de Processo Civil para os pedidos de concessão do benefício da gratuidade judiciária, notadamente o seu art. 99, §2°, oportunizando-se, desse modo, momento adequado para que a agravante comprove o preenchimento dos pressupostos indispensáveis ao deferimento da medida pleiteada. Intime-se a agravante acerca da presente decisão, a qual também deve ser comunicada ao Juízo de primeiro grau. Dispensada a intimação da parte adversa, uma vez que ainda não efetivada a angularização processual. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 22/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004063-51.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Guilherme Rodrigues Passos**, advogado, Dr. Antônio Rodrigues dos Passos (704/AM) e como **Agravada, Maria Jose Ferreira da Costa (falecida)**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, com fundamento da disciplina do art. 932, III, do CPC, decido desde logo por não conhecer do presente recurso, ante a ausência de requisito intrínseco de admissibilidade, qual seja o cabimento. Intime-se as partes acerca da presente decisão. Decorrido o prazo recursal sem a apresentação de recurso adequado, promova-se a baixa dos autos com sua consequente remessa ao Juízo de primeiro grau Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 22/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0620402-77.2014.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelantes, Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda e Pdg Construtora e Incorporadora**, advogados, Drs. Cintia Hossokawa (7437/AM), Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM), Felipe Chads Azeredo (13559/AM), Juliana Fernandes dos Santos (292422/SP) e Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) e como **Apelada, Marinilza do Carmo Leite**, advogada, Dra. Marinilza do Carmo Leite (7193/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Tendo em vista o pedido de fls. 431/433 dos presentes autos, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes e, via de consequência, extingo a Apelação Cível com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, a, do CPC, ato contínuo, determino a remessa dos presentes autos ao Cartório da 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho para arquivamento. Cumpra-se. À Secretaria para as providências. Manaus, 22/08/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005031-18.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogados, Drs. Danilo Carvalho Freire (162033/MG), Décio Freire (56543/MG), Gustavo de Marchi (84288/MG) e Isabella Jacob

Nogueira (8800/AM) e como **Agravado, Fort - Empreendimentos e Tecnologia Ltda.**, advogadas, Dras. Glauce Maria Costa de Sousa (6140/AM) e Vanessa Pizarro Rapp (569A/AM). **DECISÃO: "(...)** Fincado nessas razões, tendo em conta a superveniência de sentença de mérito a qual julgou extinta a ação sem analisar o cerne da demanda, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, nos termos do art. 932.III do CPC. Dê-se conhecimento desta decisão ao Magistrado prolator da decisão agravada ou a quem estiver na direção da ação principal. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem. À secretaria para as providências. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 22 de agosto de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4003526-55.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM). Agravado: Rubem Alberis Anselmo Nobre, advogada: Ana Virgínia Arakian Izel (OAB: 3701/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Agravo de Instrumento nº 4003812-67.2018.8.04.0000, de 2ª Vara de Tefé. Agravante: Rosneft Brasil E&p Ltda., advogado: Antonio Claudio Pinto Flores (OAB: 583/AM). Agravado: O Município de Tefe, advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM). Agravado: Geokinetics Geophysical do Brasil Ltda., Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Apelação / Remessa Necessária nº 0050888-80.2003.8.04.0001, de 4ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Municipio de Manaus, Procuradores: José Carlos Rego Barros e Santos (OAB: 1952/AM) e Aldenaira Paula de Freitas (OAB: 2191/AM). Apelado: Antonia Suely da Silva Araújo. Apelada: Francisca Araújo Brandão. Apelada: Francisca Socorro da Silva Araujo. Apelado: Francisco Manuel Silva Araujo. Apelado: Francisca Fé da SIlva Araújo. Apelado: Firmino Alberto da Silva Araújo. Apelado: Rosângela da Silva Araújo Silva. Apelada: Francisca Célia Araújo Novo. Apelada: Rita da Silva Araujo. Apelado: Sheila Maria da Silva Araújo, advogados: Aline Maria Pereira Mendonça (OAB: 3242/AM) e Rosangela Galvão Oliveira (OAB: 5630/AM). Remetente: Juízo de Direito da Primeira Vara da Fazenda Pública Municipal e de Crimes contra a Ordem Tributária. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação / Remessa Necessária nº 0618874-42.2013.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Apelante: Construtora Marquise S/A., advogadaos: Leila Almeida de Sousa (OAB: 3734/AM) e João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB: 1456/Am). Apenado: O Município de Manaus, Procuradora: Tracey Maria da Silva Resende (OAB: 4329/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0216345-23.2010.8.04.0001, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: J F de Oliveira Navegação Ltda., advogado: Solon Argelim de Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM). Apelado: Ctil Logística Ltda., advogada: Marcia Mallmann Lippert (OAB: 35570/RS). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Membros: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0231203-59.2010.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante/Apelado: O Estado Amazonas, Procuradores: Raquel Bentes de Souza do Nascimento (OAB: 4819/AM), Heloysa Simonetti Teixeira (OAB: 2561/AM), Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM). Apelante/Apelada: Primeira Classe Medicamentos e Informática Ltda., advogados: Diego D'Avilla Cavalcante (OAB: 6905/AM), Fabíola Maria Carvalho Vasques (OAB: 4167/AM), José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM), Jéssica Ferreira Botelho (OAB: 6826/AM), Bruna da Silva Bessa (OAB: 8034/AM), Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB: 2599/AM) e Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB: 10450/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE.

Apelação Cível nº 0500056-92.2017.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: UNIPAR Construtora S.A., advogado: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG). Apelado: S N Moreira Rodrigues, advogados: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM). Apelado: Metal Ally Indústria e Comércio Ltda., advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) e Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB: 5566/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0614963-80.2017.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social, Procuradora: Fernanda Meyge de Brito. Apelado: Marcio Augusto de Carvalho Manfredo, advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0618139-67.2017.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Ivan Ferreira Silva, advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Apelado: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União. Apelado: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. Apelado: Wilson Molina Porto. Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0626114-77.2016.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS. Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social, Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP).

Apelada: Eliane da Silva Carvalho, advogados: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0637585-27.2015.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: 63.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo, Promotor: Paulo Stélio Sabbá Guimarães (OAB: 146MP/AM). Apelado: O Município de Manaus, Procuradores: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM) e Ketlen Anne Pontes Pina (OAB: 4818/AM). Apelado: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU, advogados: Rosely da Costa Tribuzy (OAB: 3440/AM), Denis Rosas de Araújo (OAB: 3510/AM), Juliano Luis Cerqueira Mendes (OAB: 3940/AM) Michelle Christine Milério Pinto Alfaia (OAB: 3796/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Aristóteles Lima Thury. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procuradora de Justiça: Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0706166-02.2012.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Nobre Seguros Ltda., advogado: Maria Emilia Gonçalves de Rueda (OAB: 23748/PE). Apelante: Locadora Vivian Ltda - Epp., advogado: Marcelo Furukawa Maia (OAB: 4527/AM). Apelado: Otoniel Emiliano Bezerra Filho, advogado: Antônio César Alves Silva (OAB: 6058/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0214075-16.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Elaine Sarmento da Cruz Bezerra - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0214075-16.2016.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Elaine Sarmento da Cruz Bezerra e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADA a Apelante Elaine Sarmento da Cruz Bezerra, na pessoa de seus Advogados Drs. Diego Américo Costa Silva, (OAB/AM nº 5.819) e Dr. Equinaldo Gonçalves de Moura, (OAB/AM nº 3.761) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Diego Américo Costa Silva (OAB: 5819/AM) - Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB: 3761/AM) - Elis Helena de Souza Nobile (OAB: 4073A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0226146-84.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Jorge Magno Vieira Junior - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0226146-84.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Jorge Magno Vieira Junior e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Jorge Magno Vieira Júnior, na pessoa de seu Advogado Dr. Cândido Honório Soares Ferreira Neto, (OAB/AM nº 5199) e Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB: 5199/AM) - Cândido Honório Ferreira Filho (OAB: 1270/AM) - Lilian Maria Pires Stone - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0617704-25.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Leonardo de Almeida Pereira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0617704-25.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Leonardo de Almeida Pereira e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Leonardo de Almeida Pereira, na pessoa de seu Advogado Dr. Luis Jorge de Arruda Rosas, (OAB/AM nº 1079) (OAB/BA nº 42760), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Luis Jorge de Arruda Rosas (OAB: 42760/BA) - Luis Jorge de Arruda Rosas (OAB: 1079/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0659841-56.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Andrerlan Tiago de Lira Batista - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0659841-56.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Andrerlan Tiago de Lira Batista e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Andrerlan Tiago de Lira Batista, na pessoa de sua Advogada Dra. Luciana Rodrigues Pinto, (OAB/AM nº 9.164), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Luciana Rodrigues Pinto (OAB: 9164/AM) - Hilton Serra Viana - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003934-46.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Rafael Basílio de Souza - Paciente: Ednei Castro Cardoso - Impetrada: Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003934-46.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Rafael Basílio de Souza

OAB 8892/AM, Paciente Ednei Castro Cardoso e Impetrado Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Ednei Castro Cardoso, na pessoa de seu Advogado Dr. Rafael Basílio de Souza, (OAB/AM nº 8.892), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefiro a liminar vindicada. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Sabino da Silva Marques, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Rafael Basílio de Souza (OAB: 8892/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004001-11.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Caapiranga - Impetrante: Roberto Jeferson Brasil Romano - Paciente: Francinete de Oliveira Pereira - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Caapiranga/am - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004001-11.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Caapiranga/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Roberto Jeferson Brasil Romano OAB 13076/AM, Paciente Francinete de Oliveira Pereira e Impetrado Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Caapiranga/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO a Paciente Francinete de Oliveira Pereira, na pessoa de seu Advogado Dr. Roberto Jeferson Brasil Romano, (OAB/AM nº 13.076), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Assim, pelas razões esposadas ao norte, INDEFIRO, in limine, a Petição Inicial e EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, conforme o disposto no art. 485, incisos I e V, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia, de acordo com a norma prevista no art. 3.º do Código de Processo Penal, bem como, no art. 61, inciso X, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB: 13076/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004078-20.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Barreirinha - Impetrante: Francinilberson Beltrão Ayres - Paciente: Aldair Nazaré Batista - Impetrado: Juízo da Comarca de Barreirnha - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004078-20.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Barreirinha/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Francinilberson Beltrão Ayres OAB 7956/AM, Paciente Aldair Nazaré Batista e Impetrado Juízo da Comarca de Barreirnha, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Aldair Nazaré Batista , na pessoa de seu Advogado Dr. Francinilberson Beltrão Ayres, (OAB/AM nº 7.956), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Francinilberson Beltrão Ayres (OAB: 7956/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Reni Alves Teixeira Lima (3910/AM) e Davi Santana da Câmara - Processo 0204782-33.2014.8.04.0020 - Apelação Criminal - Ameaça - Apelante : R. L. de O. S. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Davi Santana da Câmara e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0606653-91.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : M. P. do E. do A. - P. G. - Apelado : W. A. G. da S. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Daniel Lourenço (3192/AM) e Eduardo de Souza Rodrigues (5559/AM) e Kepler Antony Neto (6027/AM) - Processo 0658215-02.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Najla Ferreira Pontes Apelante : Daiane Seixas dos Santos - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Shelby Moreira Finicelli (5684/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003701-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Shelby Moreira Finicelli - Impetrado : Juízo de Direito da 3ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes (3ª Vecute) - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Jorge André Santiago Neves (873A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003739-61.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Impetrante : Jorge André Santiago Neves Paciente : Roberto Silva dos Santos - Impetrado : Juízo da 2a Vara Criminal da Comarca de Humaitá-AM. - Relator: Sabino da Silva Marques

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

Conclusão de Acórdãos

1. Processo: 0202782-89.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: J. L. D. Defensor Público: Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: C. L. L. F. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÕES CORPORAIS E AMEAÇA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. RELEVANTE IMPORTÂNCIA. HARMONIA COM OUTRAS PROVAS DOS AUTOSI - A autoria e a materialidade dos delitos em questão estão devidamente comprovados ao se analisar as peças que compõe o Inquérito Policial, quais sejam, Boletim de Ocorrência, fls. 34/35, Solicitação de Medidas Protetivas, fls. 37/38, Termo de Representação, fls. 39, Laudo de Exame de Corpo de Delito, fls. 46 e, ainda, ao longo da instrução processual, principalmente, pelo depoimento da vítima que corroborou todas as declarações prestadas em sede policial. II - Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0202782-89.2016.8.04.0020, em epígrafe, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer

do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se.Primeira Câmara Criminal".

2. Processo: 0231794-45.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: S. M. S. DefensorPúblico Dr.: Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: P. C. B. C. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 129 § 9º DO CÓDIGO PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. REPRIMENDA FIXADA EM QUANTUM NECESSÁRIO PARA A REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Em virtude do lastro probatório, presentes os indícios de autoria e materialidade do delito, constantes no art. 129, § 9.º, do Código Penal.2. No crime de Lesão corporal praticado pelo apelante, não há que se falar em absolvição por ausência de provas, se os elementos de convicção coligidos durante a instrução processual são convincentes no sentido de ensejar sua condenação. 3. A palavra da vítima deve ser atribuído relevante valor na busca pela verdade real, principalmente se estiver em harmonia com os demais elementos de convicção existentes no caderno processual.4. Recurso Conhecido e improvido. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0231794-45.2015.8.04.0001, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se.".

3. Processo: 0246041-94.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Maycon Braga Gomes. Defensor Público Dr.: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO. ART. 14 DA LEI 10.826/2003. PLEITO ABSOLUTÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DEPOIMENTO DE POLICIAL. MEIO DE PROVA IDÔNEO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.I. A materialidade do crime evidencia-se através do Auto de Apreensão às fls. 09/10, bem como pelo Laudo Pericial de fls. 134/140, o qual constatou que a arma de fogo e munições aprendidas apresentaram eficiência para executar disparos.II. Somando-se a isso, a autoria resta comprovada por meio do testemunho do policial responsável pela prisão em flagrante do acusado, o qual constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório.III. In casu, não há qualquer justificativa para que se desconsidere o depoimento do policial, que serve como testemunha, e cuja versão é corroborada tanto pelo Auto de Apreensão, como também pelo depoimento da testemunha Thais Souza Cruz. Portanto, a negativa de autoria é alegação isolada nos autos.IV. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação Criminal nº 0246041-94.2016.8.04.00001, ACORDAM os Excelentíssimo Senhores Desembargadores que compõem a Egrégia Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o ministério público, conhecer do recurso e negar provimento nos termos do voto do Relator. PUBLIQUE-SE. Sala de sessões da Egrégia Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em Manaus/AM, data do sistema".

4. Processo: 0253364-24.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 6ª Vara Criminal. Apelante: Jacó Silva de Lima. DefensorPúblico Dr.: Eduardo César Rabello Ituassú. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, CAPUT, C/C ART. 61, II, "H", AMBOS DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES. INVIABILIDADE. GRAVE AMEAÇA CARACTERIZADA. ATENUANTE GENÉRICA DO ART. 66 NÃO CONFIGURADA. VÍTIMA CRIANÇA. COMPROVAÇÃO. QUALIFICAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. POSSIBILIDADE. PENA PECUNIÁRIA ARBITRADA EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I. A grave ameaça ou violência no crime de roubo é a intimidação ou constrangimento exercido contra a vítima. No caso dos autos, a vítima foi agredida com um tapa e foi ameaçada de ser agredida, restando configurada a elementar do tipo. II. No caso, não há que se falar em situação de coculpabilidade, notadamente porque não se trata de um caso isolado na vida do acusado. III. A vítima foi qualificada tanto na fase inquisitiva, quanto em Juízo, não deixando qualquer dúvida quanto a sua idade, que, à época dos fatos, era de apenas 11 (onze) anos. Incide, portanto, a agravante do art. 61, II, "h", do Código Penal. IV. Não existe nenhuma ilegalidade ou teratologia no valor fixado a título de pena pecuniária, arbitrado dentro de parâmetros proporcionais e razoáveis para o caso concreto. V. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0253364-24.2014.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente recurso de Apelação Criminal, e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

5. Processo: 0603391-30.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 9ª Vara Criminal. Apelante: Nayara Santos de Andrade. DefensorPúblico Dr.: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. **Procurador MP**: Públio Caio Bessa Cyrino. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2º, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. ALEGAÇÃO DE ROUBO TENTADO. SÚMULA 582 DO STJ. INACOLHIMENTO DA TESE DE DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. I. De acordo com a Súmula 582, STJ: "Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada." Sendo assim, configurou-se, no caso, o roubo consumado. II. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0603391-30.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente recurso de Apelação Criminal, e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

6. Processo: 0612868-14.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Adriano Rodrigues de Oliveira. Defensor Público: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL . ROUBO E LATROCÍNIO. CONDENAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO . ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA SOBEJAMENTE DEMONSTRADAS. TESTEMUNHO DOS POLICIAIS E RECONHECIMENTO DAS VÍTIMAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.Descabe a absolvição, se o conjunto fático-probatório aponta com clareza,

a autoria delitiva e os vestígios materiais da infração penal. A negativa de autoria apresentada em juízo não prospera quando em dissonância com as demais provas amealhadas nos autos, como o depoimento dos policiais militares e reconhecido das vítimas. Recurso conhecido e improvido . **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos virtualmente estes autos de Apelação nº 0612868-14.2016.8.04.0001, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar provimento, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se.".

7. Processo: 0614829-19.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: J. S. de M. Defensor: Everton Sarraff Nascimento. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcellos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL. LESÃO CORPORAL EM ÂMBITO DOMÉSTICO. ART. 129, § 9º, CÓDIGO PENAL. NULIDADE DA INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO DE FALSIFICAÇÃO DA ASSINATURA NO MANDADO DE INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ART. 156, CPP. INTIMAÇÃO PESSOAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA CERTIDÃO ELABORADA POR OFICIALA DE JUSTIÇA. FÉ PÚBLICA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE. PENA INFERIOR A SEIS MESES. MEDIDA INCABÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 46 DO CÓDIGO PENAL. LIMITAÇÃO DE FINAL DE SEMANA. DEMAIS CONDIÇÃO MANTIDA. CORREÇÃO FEITA DE OFÍCIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0614829-19.2018.8.04.0001, de Manaus (AM), ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em parcial consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente recurso e negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se. Manaus, 2019.".

8. Processo: 0617179-43.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP)

Agravante: Silvio da Costa Trindade. Advogada: Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB: 13493/AM). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO TEMPORAL NÃO ATENDIDO. EQUÍVOCO QUANTO A DATA DE INÍCIO DE CUMPRIMENTO DA PENA. DATA DOS FATOS NÃO SE CONFUNDE COM A DATA DO INÍCIO DE CUMPRIMENTO DA PENA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Para a progressão de regime, o apenado deve preencher requisitos, isto é, deve cumprir ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, nos moldes do art. 112, da Lei de Execução Penal n. 7.210/84. 2. O agravante considerou, indevidamente, para efeito de cálculo de pena, a data do início de cumprimento da pena como sendo a mesma data da prática delituosa, antecipando, assim, a data prevista para a progressão de regime.3. Recurso conhecido e improvido. **DECISÃO: "**Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo em Execução nº 0617179-43.2019.8.04.0001, em epígrafe, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. Publique-se. Manaus/AM, 2019.".

9. Processo: 4002615-43.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara Criminal. Impetrante: Thalles da Cunha Ramos (OAB: 14136/AM) . Paciente: Mayko dos Santos Farias. Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Capital/am. ProcuradoraMP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO RASPADA. LEGALIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. AUSÊNCIA DE HIPÓTESE DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REQUISITOS DO ART. 312, CPP. DA GRAVIDADE DOS FATOS, CONSIDERANDO SEUS CONTORNOS CONCRETOS, SE DEPREENDE A CONCLUSÃO DE NECESSIDADE DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. HISTÓRICO CRIMINAL DO AGENTE. REITERAÇÃO. RISCO CONCRETO. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. DENEGADA A ORDEM.I - No caso, estão configurados os pressupostos e os requisitos da prisão preventiva (art. 312 do cpp). II - Não há o que se falar em constrangimento ilegal quando a constrição está devidamente justificada na garantia da ordem pública, em razão da gravidade efetiva dos delitos denunciados e da periculosidade social do acusado, bem demonstradas pelas circunstâncias em que ocorridos os fatos criminosos.III - Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a segregação se encontra justificada e mostra-se imprescindível para acautelar o meio social da reprodução de fatos criminosos e garantir a ordem pública.IV Diante do apurado até a presente impetração, não se vislumbra a possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.V Ordem denegada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 4002615-43.2019.8.04.0000, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer Ministerial, conhecer o presente do Habeas Corpus, mas denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente. Publique-se.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 23 de agosto de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0622242-49.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Marley Favacho Chaves - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Marley Favacho Chaves, na pessoa de seu advogado Adonis Maciel Paes (8865/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes. - Advs: Adonis Maciel Paes (OAB: 8865/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0202252-45.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Nayson Batista de Souza - Apelante: Mateus Batista de Souza - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa

de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, cujo teor final é o seguinte: " Considerando a comprovação da morte do réu Nayson Batista de Souza, através de certidão de óbito de fl. 472, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do mesmo, com fundamento no art. 107, I do Código Penal. ". - Advs: Ulysses Silva Falcão (OAB: 3924/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Renata Cintrão Simões de Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0610248-58.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: O. B. de F. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em concordância com a manifestação ministerial de fls. 267, JULGO PREJUDICADO o presente Apelo defensivo, com fulcro no art. 659 do CP c/c o inciso VI do art. 61 do RITJAM. ". - Advs: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM) - Géber Mafra Rocha - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0648066-44.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Manaus - Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Agravado: Marcelo Barroso Marialva - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em concordância com o parecer ministerial, julgo prejudicado o presente Agravo em Execução, pela perda de seu objeto jurídico, nos termos do inciso VI do art. 61 do RITJAM. Publique-se, intimem-se as partes". - Advs: Drª Cristianne Corrêa - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003718-85.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Elielton dos Santos Paulo - Paciente: Sergio Barroso Nascimento - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte/Am - Fica INTIMADO o Paciente Sergio Barroso Nascimento, na pessoa de seu Advogado Elielton dos Santos Paulo (9567/AM), para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Djalma Martins da Costa, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, nego seguimento ao presente Habeas Corpus, com fulcro no inc. X do art. 61 do RITJAM. Operando-se o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes". - Advs: Elielton dos Santos Paulo (OAB: 9567/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais **e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (119221/RJ), George Pestana Vieira e Rossilda da Silva (13339/AM) e George Pestana Vieira - Processo 0604156-07.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: O. M. B. S. - Apelante: Ministério Público Do Estado Do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 23 de agosto de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM), ADV: CLAUDIA MORAES NADAF DE LIMA (OAB 002.523/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0008863-63.1996.8.04.0012 (012.96.008863-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Ana Maria Bezerra Pinheiro - REQUERIDO: Construtora Planecon Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A limitação responsabilidade dos sócios nas sociedades limitadas tem razão de existência, invoco, para tanto, a lição de FÁBIO ULHOA COELHO (2002:13-14), em relação às sociedades empresárias: "Na medida em que a lei estabelece a separação entre a pessoa jurídica e os membros que a compõem, consagrando o princípio da autonomia patrimonial, os sócios não podem ser considerados os titulares dos direitos ou os devedores das prestações relacionados ao exercício da atividade econômica, explorada em conjunto. Será a própria pessoa jurídica da sociedade a titular de tais direitos e devedora dessas obrigações." Diante do exposto, instauro o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado nos presentes autos, e determino a citação dos sócios da parte Requerida para, querendo, apresentarem defesa, no prazo de 10 dias, em analogia ao art. 392, do CPC/2015. Deverá o(a) Autor(a) promover o recolhimento das custas de diligências dos atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Após a resposta, indiquem às partes as provas que pretendem produzir, especificando a finalidade, natureza e especialidade de cada uma. Cumpridas as formalidades legais, voltem os autos conclusos para decisão interlocutória, a fim de determinar o que for de direito (art. 136, CPC/2015).

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0205597-58.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Ananias Piranga da Silva - De ordem, defere-se o pedido suspensão pelo prazo requerido pela parte autora, devendo, após o transcurso do mesmo, dar a devida movimentação, independente de nova intimação.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052/AM) - Processo 0226462-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Edwin Alberto Bustamante Rios - REQUERIDO: Lauro Rocha & Cia Ltda - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0253294-17.2008.8.04.0001 (001.08.253294-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Margareth de Lourdes dos Santos - REQUERIDA: Cléa Santos de Souza - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto.

Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600420-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Carlos Cursi Paiva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0601249-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Cristovao de Oliveira - REQUERIDO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. No mais, INDEFIRO a denunciação da lide ao condomínio, com fulcro no art. 88, do CDC, visto que entendo que referida regra se estende aos casos de alegação de vício do produto. Nesse sentido, colaciono jurisprudência do STJ no sentido de ser inadmissível denunciação da lide não só em razão de acidentes por fato do produto, mas em qualquer responsabilização civil fundada no Código Consumerista, senão vejamos: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS AJUIZADA CONTRA HOSPITAL. DENUNCIAÇÃO DA LIDE À SEGURADORA. IMPOSSIBILIDADE. RELAÇÃO DE CONSUMO INTERPRETAÇÃO DO ART. 88 DO CDC. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. A vedação à denunciação da lide prevista no art. 88 do CDC não se restringe à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC), sendo aplicável também nas demais hipóteses de responsabilidade civil por acidentes de consumo (arts. 12 e 14 do CDC).2. AGRAVO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 1137085/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017) Noutro giro, defiro o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perito o Sr. ALDO FELICÍSSIMO DE SOUZA JUNIOR, engenheiro civil , cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie as assinaturas apresentadas pelo banco réu. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria do imóvel. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 428, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Outrossim, DEFIRO o pedido de produção de prova testemunhal e depoimento das partes. Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0601736-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Isaias R. de Souza Me - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601750-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: D N Regis Comercial Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474A/CE), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974A/CE) - Processo 0603695-97.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: SILVIA HELENA SILVA DA COSTA - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0611335-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Sousa dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após,

paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP) - Processo 0612613-61.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S/A - REQUERIDO: IRIVALDO ALVES CRISOSTOMO - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Determina que se proceda a INTIMAÇÃO PESSOAL prévia da parte inerte, na forma do art. 485, § 1º, do NCPC, à manifestar o interesse, no prazo de cinco (05) dias, requerendo o prosseguimento do feito. Todavia, deverá ser procedida a intimação de seu patrono, via DJE, a fim de que proceda ao recolhimento das despesas postais, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ. Persistindo a inércia da parte negligente o feito será extinto, sem resolução do mérito (art. 485, III, do NCPC).

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0616050-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: I Lopes Mota Me - REQUERIDO: Gremio Recreativo e Escola de Samba Unidos do Alvorada - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória intentada por I Lopes Mota Me em desfavor de Gremio Recreativo e Escola de Samba Unidos do Alvorada. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 54). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil.

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM) - Processo 0617981-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Erenita das Neves Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - DEFIRO a ratificação do CNPJ do polo passivo, devendo constar como CNPJ do Banco réu o CNPJ/MF 60.746.948/0001-12. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0619570-78.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - REQUERIDO: Ivan Felix dos Santos - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0621819-94.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0655204-62.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: DAUSTER SÁ RIBAS GONÇALVES - SHEILA MONTEIRO CARNEIRO GONÇALVES - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Vistos. Devidamente intimadas as partes para requererem provas, estas restaram silentes. Assim, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do NCPC. À Secretaria para mover os autos conclusos para fila de sentença.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA (OAB 9053/AM) - Processo 0625297-47.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0600829-82.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - EXEQUENTE: ARTÊMIO PEREIRA BARBOSA - EXECUTADO: Madeireira Farias Industria e Comercio L - ROLDÃO CRUZ FARIAS - TERCEIRO I: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 138436/SP), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM) - Processo 0630788-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: LEDAYANA CLAUDIA DE OLIVEIRA CAVALCANTI - REQUERIDO: MONTANNA VEICULOS LTDA - Ford Motor Company Brasil LTDA. - Em face de todo o exposto, verifico que, à revelia do que disposto no art. 373, I, do CPC, ao alienar o veículo objeto da lide, a autora impossibilitou a comprovação dos alegados eventos danosos, bem como os defeitos e vícios do produto, aptos a ensejar a responsabilidade objetiva da requerida quanto aos danos morais que teria sofrido. Assim sendo, JULGO IMPROCEDENTE a presente demanda e EXTINGO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I do CPC/15. Condeno a autora ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: VANDA CARDOSO GRACIANO VELOSO (OAB 594A/AM) - Processo 0635030-71.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Eduardo Odilio Rosa Pessoa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Do exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC c/c art. 86, da Lei 8213/91, Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o feito e, por conseguinte, determino à requerida: a) o pagamento ao autor do benefício do auxílio-acidente, tomando-se por base como termo a quo para pagamento das prestações a data da cessação do auxílio-doença, 15/07/2015, conforme inteligência do art. 86, §2º, da Lei 8.213/91; b) Concedo, ainda,o abono previsto no art. 40 da citada lei; Determino que a implantação do benefício à parte autora seja efetivada em 45 dias, especialmente diante do seu caráter alimentar e da necessidade de efetivação imediata dos direitos sociais fundamentais. Quanto às

prestações vencidas, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do art. 5º, da Lei 11.960/09 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo parâmetros do art. 1º -F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 1.960/09. Condeno a autarquia-ré ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma da Súmula nº 111 do STJ, considerando o bom trabalho realizado em cotejo com a repetitividade da matéria, com base no artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Condeno-o, ainda, ao pagamento das custas e taxa judiciária, nos termos da Súmula 178 do E. STJ.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: MAURÍCIO CORTE CHAGAS MEMÓRIA (OAB 137775/RJ), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ) - Processo 0637184-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alvanir Barros de Carvalho - REQUERIDO: White Martins Gases Indústria do Norte S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC.

ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0637372-79.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Monique de Souza Braga - CONSIGNADO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher as custas judiciais iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, no mesmo prazo acima assinalado, o que desde já defiro até a monta 03 (três) parcelas com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, retornem-me os autos conclusos na fila de Despacho Inicial; Da mesma forma, caso haja o pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de Despacho Inicial. Int. Manaus, 22 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GEORGE AUGUSTO RIBEIRO LAPA (OAB 13732/AM) - Processo 0638439-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Socorro Marques Taveira - REQUERIDO: Fato Amazônico Agências de Notícias Ltda. - Me - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolhera as custas judiciais. Caso requeira, faculto o parcelamento em duas vezes com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/201, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Cumprida a determinação acima, cite-se e intime-se a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória para saneamento do feito. À secretaria para: Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 21 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0641410-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jorge Adriano de Freitas Junior - REQUERIDO: Newhopex - E-negociador Site de Compras Ltda - Vistos, etc... Tendo em vista que a parte autora abandonou o processo por mais de trinta (30) dias e, devidamente intimada, não promoveu as diligências necessárias ao seu andamento, julgo extinto o processo por abandono, na forma do art. 485, III, do NCPC. Condeno a parte autora nas custas do processo. Se a parte não for beneficiária da gratuidade da justiça, intime-se para pagar as custas em quinze (15) dias, sob pena de protesto. Se não ocorrer o pagamento no prazo, providencie a Secretaria o protesto. Transitado em julgado, e depois de cumpridos os procedimentos acima determinados quanto às custas, arquivem-se e dê-se baixa, com as comunicações e anotações necessárias. P. R. I.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: CAROLINE VASCONCELOS DA CUNHA (OAB 6977/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM) - Processo 0641772-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cristina Costa Luz - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Cdl Centro de Distribuição e Logística Ltda Supermercado Atack - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0642162-14.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Everton Rodrigues da Fonseca - REQUERIDA: Bruna Izabella Moura Brasil - Visto que há interesse em composição entre as partes, conforme manifestado pela ré às fls. 39, determino que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial,

devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644209-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raicy Ferreira Monteiro Vieira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 22 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644555-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Osivaldo Filypp Loureiro - REQUERIDO: Gente Seguradora S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950- PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 22 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: LILIAN DE SOUZA ATALA (OAB 4817/AM), ADV: DANIEL REIS WANDERLEY (OAB 4546/AM) - Processo 0645166-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condominios do Residencial Eliza Miranda - 2a. Etapa - Amapá - EXECUTADO: Augusto Rodrigues Nazare Junior - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0650404-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: Souza e Nogueira Ltda - AVALISTA: Irismar Silva de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Vasconcelos da Cunha (OAB 6977/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 138436/SP)
Claudia Moraes Nadaf de Lima (OAB 002.523/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Reis Wanderley (OAB 4546/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 21974A/CE)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
George Augusto Ribeiro Lapa (OAB 13732/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lilian de Souza Atala (OAB 4817/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Maurício corte Chagas Memória (OAB 137775/RJ)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474A/CE)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Petra Sofia Portugal Mendonça Ferreira (OAB 9053/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vanda Cardoso Graciano Veloso (OAB 594A/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: EDLENI MARIA LOUREIRO PEREIRA (OAB 7346/AM), ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM) - Processo 0610792-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Conterpe Comércio e Serviços Ltda - REQUERIDO: Paulo Roberto de Oliveira Souza e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Manaus, 22 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0626755-60.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o recolhimento das Custas de Diligência do Sr. Oficial de Justiça, necessária para expedição do mandado requerido. Prazo de 10 (dez) dias.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Edleni Maria Loureiro Pereira (OAB 7346/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0200615-93.2015.8.04.0001 (processo principal 0626180-62.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0211717-10.2018.8.04.0001 (processo principal 0629049-61.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: S. M. Sultan Ltda. - Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: PRISCILA BISPO ANDRADE (OAB 251975/SP) - Processo 0215328-68.2018.8.04.0001 (processo principal 0626804-43.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Simpress Comércio, Locação e Serviços S/A - Pelo exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0220522-98.2008.8.04.0001 (001.08.220522-2) - Cumprimento de sentença - Corretagem - REQUERENTE: Fabiana Luxemburg Barroso Cavalcante - REQUERIDO: Construtora Rayol Ltda. - Em conformidade com

o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIO GUIMARÃES BRANDÃO DA SILVA (OAB 33587/GO), ADV: WILSON AZEVEDO (OAB 9199/GO), ADV: PATRÍCIA APARECIDA DO COUTO (OAB 35929/GO) - Processo 0233853-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: P.A.C. e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 15/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600579-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daniel Silva Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0603130-31.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Conversão - REQUERENTE: Aldimara Terço Araújo - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0615263-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - EXEQUENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Patronizados “Fundos” - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0615739-17.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Paulo Marcelo Dantas Machado - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0616053-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ) - Processo 0622674-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte SPE S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0623866-70.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luciane Souza Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: RAINERI RAMOS RAMALHO DE CASTRO (OAB 7598/AM), ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0625486-88.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Jedson de Oliveira Lopes - REQUERIDO: Medicon Comércio de Produtos Farmaceuticos Ltda - Intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, para viabilizar o início da fase de cumprimento de sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0627805-58.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0628751-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: J. A. F. de Lima - REQUERIDO: Bradesco Seguro S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628971-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 55.478,36 (CINQUENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS E SETENTA E OITO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: LILIANE DE C. N. GOMM SANTOS (OAB 18256/PR) - Processo 0629353-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631507-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente

ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 17.400,63 (DEZESSETE MIL E QUATROCENTOS REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631622-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 13.187,67 (TREZE MIL E CENTO E OITENTA E SETE REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631893-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 15.448,50 (QUINZE MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0632370-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Edival Costa de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632964-50.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que a parte requerida efetuou o pagamento das parcelas vencidas, consoantes manifestação autoral de fls. 84 e 90, JULGO EXTINTO o presente feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, III, “a”, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0634328-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Danilo Costa da Silva - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Resguardo ao(a) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo, após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo em conformidade com o art. 2º do Decreto Lei nº 911/69, devendo o Requerente juntar aos autos a planilha das despesas e do valor apurado com a venda do veículo.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0634496-88.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ilaizis de Farias Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0634799-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: M.J.S.O. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636906-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rubens César Gama Viana - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNAÇÃO (OAB 8546/AM) - Processo 0639257-07.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: NOROESTE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - REQUERIDO: ABX SERVIÇOS ADUANEIROS E LOGISTICA LTDA - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0640640-15.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisca Félix Pinto - REQUERIDO: Banco Itaú BMG Consignado S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0643363-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosely Marinho Nogueira e outro - Defiro a gratuidade, observado nos autos indícios de que a requerente possui os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334 do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4° do CPC, “as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”. A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283,

parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7° do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Assim, cite-se a requerida por meio ELETRÔNICO para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: AGRÍCIO ROCHA DA SILVA NETO (OAB 13822/AM) - Processo 0643452-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Quimitec Tecnologia Química Ltda - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de cinco dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não do parcelamento pleiteado.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0643492-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Clarencio Magaldi Filho - Defiro a gratuidade, observados nos autos indícios de que o requerente possui requisitos necessários para concessão do benefício pleiteado. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. De acordo com o art. 334 do CPC, porque a petição inicial preenche os requisitos e não é o caso de improcedência liminar, deveria ser designada data para realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, destaco que cabe ao magistrado verificar a conveniência da realização dessa audiência. Conforme determina o art. 4° do CPC, "as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa". A fim de alcançar a duração razoável e a efetividade, o novo sistema permite, dentre outras coisas, a flexibilização procedimental (CPC, 139, VI), sendo que a doutrina moderna defende a possibilidade de adequação do procedimento utilizando técnicas que vão além da simples alteração de prazos e/ou modificação da ordem de produção das provas. Além disso, é possível determinar a realização da audiência de conciliação a qualquer momento do procedimento (CPC, 139, V), sem prejuízo de as partes poderem recorrer a qualquer forma de solução alternativa extrajudicial de conflitos. Assim, a postergação da conciliação ou da mediação não acarretará nulidade (STJ - AgRg no AREsp 409.397/MG), já que não se vislumbra prejuízo para as partes (CPC, 282, § 1° e 283, parágrafo único). Também deve ser observada a necessidade de preservar a garantia da isonomia, enfatizada no art. 7° do CPC. Da forma como está disciplinada a audiência em questão, o réu ocupa posição de vantagem no momento da conciliação ou da mediação. Afinal, ele já tem ciência da tese do autor, ao passo que este não sabe quais são os argumentos que aquele vai utilizar para afastar o acolhimento da pretensão deduzida na inicial. Finalmente, a autorização expressa para a não realização do ato "quando não se admitir a autocomposição" (CPC, 334, § 4°, II) deve ser interpretada de maneira extensiva, abarcando os casos em que quaisquer das partes seja notoriamente refratária à resolução do litígio consensualmente, ou porque o autor já manifestou initio litis desinteresse nessa audiência, ou ainda, por fim, porque as características, a natureza ou o objeto da ação indiquem que a conciliação seja bastante improvável no caso concreto. Dessarte, deixo de designar a audiência neste momento, sem prejuízo de fazê-lo oportunamente, se o caso dos autos demonstrar que será adequada para melhor solução da lide. Assim, cite-se os requeridos para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando, no caso do BANCO BRADESCO S/A, constando este no rol das instituições conveniadas junto a esta corte, que o faça por via eletrônica.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0643828-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644278-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na

forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0644290-02.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: A J B Santos-me e outro - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de cinco dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0644419-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC/15. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0656298-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0656597-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, julgo procedente a presente ação, para fim de condenar o réu no pagamento da quantia de R$ 448.799,62 (QUATROCENTOS E QUARENTA E OITO MIL E SETECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), acrescida de correção monetária do ajuizamento do feito e de juros na taxa legal, a partir da citação.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Agrício Rocha da Silva Neto (OAB 13822/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Cláudio Guimarães Brandão da Silva (OAB 33587/GO)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Layla Gabrielle Nunes da Encarnação (OAB 8546/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Liliane de C. N. Gomm Santos (OAB 18256/PR)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Aparecida do Couto (OAB 35929/GO)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Priscila Bispo Andrade (OAB 251975/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raineri Ramos Ramalho de Castro (OAB 7598/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)

Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Azevedo (OAB 9199/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0326/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0601810-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edileuza Ribeiro de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma das provas requeridas, sob pena de indeferimento. Não havendo manifestação no prazo de cinco dias, venham-me os autos conclusos para julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil.

ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0612742-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDA: Adna Larícia Cunha Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0621318-72.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Elizeu Almeida Pereira - Vistos. Considerando que houve a quitação da dívida, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado e feitas as anotações, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0623324-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Walzenir Grangeiro Pinheiro - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Banco Industrial do Brasil S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Banco Daycoval S/A - Banco Bradesco S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Defiro o pedido de fls. 765 e seguintes, motivo pelo qual a audiência de instrução e julgamento fica redesignada para dia 02/10/2019, as 09h30.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM) - Processo 0624599-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anne Caroline Leão Costa - REQUERIDO: Escolas Nilton Lins - Faculdade Metropolitana de Manaus Ltda. - Vistos. Considerando que houve a quitação da dívida, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeçam-se os alvarás judiciais pertinentes em favor do credor. Transitada em julgado e feitas as anotações, arquivem-se os autos com as cautelas legais.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0633413-03.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Ana Maria Oliveira de Vasconcelos - Após o cumprimento da liminar, cite-se o(a) Requerido(a) para no prazo de cinco dias pagar o valor cobrado pelo credor fiduciário ou apresentar contestação no prazo de 15 dias. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo Renajud e que se proceda à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud/SIEL. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, acrescente-se no mandado. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Prazo de 10 dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0640891-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Adrianne Mendonça Bezerra dos Santos - Após o cumprimento da liminar, cite-se o(a) Requerido(a) para no prazo de cinco dias pagar o valor cobrado pelo credor fiduciário ou apresentar contestação no prazo de 15 dias. Determino, de pronto, o bloqueio do veículo pelo Renajud e que se proceda à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud/SIEL. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, acrescente-se no mandado. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Prazo de 10 dias.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0643832-82.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lane Sabrina Alves da Silva - REQUERIDO: Cristóvão Adion da Silva - Observados os autos, verifica-se a incompetência deste Juízo quanto a matéria. Neste sentido, determino a redistribuição dos autos a Vara de Registros Públicos e Usucapião desta Comarca. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0643959-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio José de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0643959-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Antônio José de Oliveira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei

Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0644446-87.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partners Participações Ltda. - REQUERIDO: Carlos do Nascimento Lima - Defiro o pedido de liminar, porquanto o pedido atende aos requisitos do art. 59, § 1º, da Lei nº 8.245/91, devendo o autor, para tanto, depositar caução correspondente a três meses de aluguel. Após efetuado o depósito, cite-se para, no prazo de 15 dias, desocupar o imóvel e, querendo, apresentar defesa, facultado ao Requerido o pagamento do débito atualizado a fim de evitar a rescisão da locação conforme o art. 62, II, da referida Lei.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0644562-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Linhares da Cunha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0644562-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Linhares da Cunha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0652258-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - REQUERIDO: Wanderley de Arruda Santos - Aguarde-se o prazo para resposta da Carta A.R. expedida à fl. 69.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 1282A/AM) - Processo 0656896-96.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - EXECUTADO: Elenice Martins Reis - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 1282A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0293/2019

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM), ADV: LÍGIA BEZERRA GONÇALVES (OAB 10161/AM) - Processo 0632056-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelsemira Sampaio Paiva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0635575-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Helio Nery Farias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br

sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0639137-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: D.d. Incorporações Imobiliárias Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0641018-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mardisa Automóveis Ltda - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0641364-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Condomínio Smille Village Cidade Nova - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 29/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0641613-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S.a - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Lígia Bezerra Gonçalves (OAB 10161/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0294/2019

ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM), ADV: AIRTON JOSE ALBERTON (OAB 24768/PR), ADV: PAULO CEZAR SANTOS (OAB 4488/AM) - Processo 0245468-32.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Juan Carlos Funes - DEPRECANTE: Juizo de Direito da Comarca de Pato Branco - REQUERIDO: RJU Com. Benef de Frutas e Verduras Ltda - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: RODRIGO MONTEIRO BARATA (OAB 14377/PA), ADV: ROBSON PARENTE RIBEIRO (OAB 10470/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0603432-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luzimar Filho Oliveira de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Banco Bonsucesso S/A - Certifico para os devidos fins que os Embargos de Declaração foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 193/197, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0605036-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Celso Antônio da Silveira - EXECUTADO: JOSE APARECIDO NOGUEIRA OLIVEIRA - TERCEIRO I: Vara Unica da Comarca de Rio Preto da Eva/AM - ATO ORDINATÓRIO De ordem, abro vistas ao autor acerca da Devolução da Carta Precatória de fls. 209/216 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605693-66.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0632148-68.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Talento Recursos Humanos Ltda - Jaime José Sebben - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Exequente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606005-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jociane Ferreira de Vasconcelos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM) - Processo 0608976-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Ellen Assi Monteiro Lacerda - Diante da Sentença de fls. 118/121, de ordem, intime-se o autor por meio de seu advogado habilitado nos autos para promover o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo legal de 10 (dez) dias

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0612166-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Nascimento de Castro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616095-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: José Ribamar Santos de Souza - Antonio dos Santos Queiroz - José de Ribamar Santos de Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para cada emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: HOMERO BELLINI JÚNIOR (OAB 24304/RS), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: ÂNGELO MORENO PERAZZONE (OAB 66959/RS), ADV: DENIS ROSAS DE ARAÚJO (OAB 3510/), ADV: THYARA DA SILVA ALMEIDA (OAB 13372/AM) - Processo 0617685-24.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: ROSINA ALIMENTOS LTDA - REQUERIDO: ANTONIO APARECIDO MORINTA - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0618182-38.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: RAIMUNDO AMORIM DE ALBUQUERQUE - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC) - Processo 0619309-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Zenildo de Sousa Bentes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC), ADV: VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC), ADV: ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC), ADV: LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC) - Processo 0619441-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ester de Lima Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626243-48.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Alex Almeida Silva - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM) - Processo 0629963-62.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARIA IZABEL SARMENTO - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0635306-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Maria Silva dos Santos Freire - REQUERIDO: Joao Souza de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0638009-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sergio Freire de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP) - Processo 0639800-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hdi Seguros S.a. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br

sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0641520-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cleiciane Ribeiro Reinaldo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO) - Processo 0641574-41.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: MANOEL LIMA FARRAPO - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0642642-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda. - REQUERIDO: Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp - TERCEIRO I: Mineradora Taboca S.A - Por essas razões, por analogia ao artigo referendado, defiro o pedido contido na alínea “a” da exordial para determinar, a indisponibilidade de créditos da executada Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp, em razão da relação comercial existente com a Mineração Taboca S/A, conforme documento trazido a estes autos, determinado que a referida empresa Mineração Taboca S/A, até o montante de R$ 1.035.228,00 (hum milhão, trinta e cinco mil, duzentos e e vinte e oito reais), bloqueie os referidos créditos da executada Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp. caso existentes, e que, sejam depositados os valores em conta judicial a disposição deste juízo no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito horas) sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais) até o limite de 20(vinte) dias. Arbitro desde já, honorários de advogado na porção de 10%(dez por cento) sobre o valor da execução na forma do artigo 827 do CPC. Expeça-se mandado de intimação à Mineração Taboca S/A, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ inscrito sob o n° 34.019.992/0001-10, com escritório na Avenida Constantino Nery, n° 2789, Edifício Empire Center, 10° Andar, Salas 1003 e 1004, Bairro Chapada, CEP 69.050-002, com urgência. Comunique-se ao Exmo. Sr. Desembargador relator do Agravo de Instrumento de nº 4004008-03.2019.8.04.0000, sobre a decisão deste magistrado.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0642642-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Matos Alho Factoring Fomento Mercantil Ltda. - REQUERIDO: Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda - Epp - TERCEIRO I: Mineradora Taboca S.A - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0660803-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Can Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda. - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

Airton Jose Alberton (OAB 24768/PR)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
ANDREA DE MELO (OAB 27089/SC)
ÂNGELO MORENO PERAZZONE (OAB 66959/RS)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA BARELA CORREA (OAB 40445/SC)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Denis Rosas de Araújo (OAB 3510/)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Homero Bellini Júnior (OAB 24304/RS)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
KAULING E MELO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 1592/SC)
LEONARDO OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 32284/SC)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Cezar Santos (OAB 4488/AM)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Robson Parente Ribeiro (OAB 10470/AM)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
Rodrigo Monteiro Barata (OAB 14377/PA)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thyara da Silva Almeida (OAB 13372/AM)
VANESSA BEATRIZ SILVESTRE (OAB 21079/SC)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)
VITOR TEIXEIRA FERREIRA (OAB 39959/SC)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: RAFAELA DA SILVA GOMES (OAB 8946/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM) - Processo 0614289-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Civilcorp-incorporações Ltda - EXECUTADO: Petrus Oliva Souza - De ordem, intimo a parte excepta para se manifestar sobre a exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Rafaela da Silva Gomes (OAB 8946/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0270/2019

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0055797-88.2010.8.04.0012 (012.10.055797-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Joao Ricardo Fernandes de Carvalho - REQUERIDO: Bufeet Sorvete da Amazonia Ltda - Defiro o pedido de bloqueio de crédito do executado, no valor indicado na planilha que aparelha a presente execução (R$16.403,21 ? Dezesseis mil, quatrocentos e três reais e vinte e um centavos), em suas eventuais contas bancárias, de conformidade com o Convênio BACEN-JUD/2.

ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB A512), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM) - Processo 0205049-72.2008.8.04.0001 (001.08.205049-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Shizem Veículos LTDA - EXECUTADO: Marcelo Cabral Fraiji - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 198, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JOSINETE SOUSA LAMARÃO (OAB 6429/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0260026-43.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Habitec - Habitação Empreendimentos e Construções Ltda - REQUERIDO: Athenabanco Fomento Mercantil Ltda - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 92/96). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0607237-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gbr Componentes da Amazonia Ltda - REQUERIDO: Colmeia Prime Manaus Empreendimentos Imobiliarios Spe Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: ( ) Intimação de: (X) Requerido/Executado; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0613339-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Caixa Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando as alegações de fls. 114/115, desconsidere-se o termo de audiência juntado às fls. 110/111. Designo audiência de conciliação, para 09/09/2019 às 09:00h observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo que a intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado, via diário eletrônico, conforme art. 334 §3º do CPC. O réu, por sua vez, deverá ser citado/intimado por portal eletrônico. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/

AM), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR) - Processo 0613939-46.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Jose Alciomar Serejo Cardoso Junior - REQUERIDO: R de A Lima-me (Amazon Car Multimarcas) - Rep. Rogério de Almeida Lima - Banco Pan S/A - Juarez da Silva - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que proceda coma a baixa do gravame e entrega do DUT, com a transferência para o nome do requerente, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0631876-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A C.f.i. - REQUERIDA: Maria do Rosário Vasconcelos de Souza - Nesse consectário, INTIME-SE a parte impugnada ao pagamento das custas remanescentes, para suprir devido preparo. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0641244-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laurimar Nogueira de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que proceda com o restabelecimento imediato do fornecimento de água e que se abstenha de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 1.000,00 (Hum mil reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Josinete Sousa Lamarão (OAB 6429/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB A512)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
TREYCE ATALA RODRIGUES FERREIRA (OAB 1169/RR)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM) - Processo 0010787-12.1996.8.04.0012 (012.96.010787-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Hans Peter Koenig - REQUERIDO: William Robert Lauschner e outros - Vistos etc. Intimado, o requerido não apresentou as informações solicitadas à fl. 213. Defiro a penhora de bens via Bacenjud, Renajud, Eridft, além da consulta de bens via Infojud. O incidente de falsidade em apenso não impede a constrição determinada acima. Intime-se o sucessor para apresentar declaração de único herdeiro no prazo de 30 dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0051721-35.2002.8.04.0001 (001.02.051721-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Vistos etc. Intime-se a Defensoria Pública para falar nos autos como curadora especial, na forma do art. 72, II, CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0057237-36.2002.8.04.0001 (001.02.057237-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (Penhora e Avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM) - Processo 0081899-93.2004.8.04.0001 (001.04.081899-4) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco Alvorada S/A - REQUERIDO: Nelson Braga Júnior - Em cumprimento a determinação de fls. 165 fica intimado a parte interessada para recolher as custas do processamento eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0202092-59.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro o arresto de bens do executado, via Bacenjud e Renajud. Defiro também a consulta de endereços via Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o autor também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, inclusive quando apresentarem endereços que já foram alvo de tentativa de citação, defiro a citação por edital da executada, conforme pleiteado pela exequente. Nesta hipótese, determino seja o edital publicado na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça quando existentes. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do CPC 257, II e III. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. À secretaria para realizar os atos necessários ao cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0203137-35.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associação Cidade Nova Rádio Táxi - ACNRT - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: VITOR CASTRO RANDO (OAB 355258/SP), ADV: RUY GUILHERME BECHARA DE OLIVEIRA (OAB 13058/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0203895-67.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: L.E.E.R. - EXECUTADO: M.A.M.F.E.M.E. - Vistos etc. Citação devidamente realizada, remetam-se os autos à origem. Cumpra-se.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0205165-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: PAULO CEZAR ROCHA DE SOUZA - Chamo o processo a ordem. Defiro a justiça gratuita. Verifico que o requerido não foi devidamente citado, motivo pelo qual, determino sua imediata citação, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Determino a realização de nova perícia, vez que não está conclusiva. Assim, remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 86908/SP), ADV: MÔNICA DE MENEZES COSTA (OAB 10371/AM), ADV: MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 37585/SC), ADV: MÁRCIO LOUZADA CARPENA (OAB 46582/RS), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM) - Processo 0215284-54.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Matone - Vistos etc. Não foram encontrados bens penhoráveis, apesar das diligências empreendidas. Determino o cumprimento da decisão de fls. 180-181 com data retroativa ao pedido de fl. 198. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0221225-82.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Defiro a substituição do polo ativo. À Secretaria para atualização cadastral, inclusive dos patronos peticionantes. Cite-se a requerida no endereço indicado à fl. 101. Verifico que já foram empreendidas buscas de endereço via Infojud, portanto, em caso de falha na tentativa de citação, defiro desde já a consulta de novos endereços junto aos sistemas Renajud, Bacenjud e SIEL, recolhidas as custas respectivas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0231903-20.2019.8.04.0001 (processo principal 0621803-43.2016.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: VALDSON JOSÉ FREIRE DE OLIVEIRA - Vistos etc. Intime-se o impugnado para, querendo, apresentar resposta em 15 (quinze) dias. Após, façam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0235793-50.2008.8.04.0001 (001.08.235793-6) - Monitória -

Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc, tendo em vista que a Rua das Águias é inexistente no CEP, conforme AR060463915JB, fls. 127.

ADV: MAURO HENKE (OAB 31217/RS) - Processo 0244949-81.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Gotardo Camilo Cavalli - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da diligência do oficial de justiça necessária à prática do ato processual (Conforme é possível observar no Despacho na fl.35 item III, alínea a) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO PINTOS D'ÁVILA (OAB 3166/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0248824-40.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0240293-62.2008.8.04.0001) (001.08.248824-0) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Honda Lock do Brasil Ltda - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Vistos etc. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a sentença de fls. 121-122 em razão da falta de intimação pessoal da requerente. Determino o cadastramento dos patronos indicados às fls. 107-120. Após, intimem-se as partes para falarem sobre o interesse em produção de provas ou outras medidas, no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0264125-22.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0600184-91.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Formapack Embalagens plásticas Ltda. - Não encontrada a executada e bens passíveis de penhora, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do CPC 921, III e §1º, nos termos do pedido de fls. 109-113. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0600225-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Hamilton Souza Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos etc. Expeça-se alvará em favor do autor para levantamento do valor depositado. Após, baixem-se e arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600400-81.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A. e outro - Chamo o processo à ordem. Há anos pendente de citação, apesar das diversas medidas já tomadas para tanto. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por longos anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM) - Processo 0600472-39.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. FERNANDO DA SILVA LOPES - Vistos etc. Intime-se a requerente para juntar documentação idônea que demonstre o alegado às fls. 121-123, mormente quanto à legitimidade da pessoa jurídica GREAT OIL PERFURAÇÕES BRASIL LTDA, CNPJ 11.895.432/0001-24, no polo passivo desta execução, no prazo de 15 dias, sob pena de liberação da constrição de fls. 125-126. Expeça-se carta de citação no endereço indicado à fl. 130. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0600984-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Aluizio Mota de Siqueira Junior - REQUERIDO: Unipar Spe Liberty Ltda - Vistos etc. Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos honorários periciais. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0601222-41.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Defiro o pedido de fl. 114 com a expedição de carta precatória para busca, penhora e avaliação de bens no endereço da executada, tais como equipamentos e combustível armazenado. Determino também a busca de bens imóveis via ERIDFT. Intime-se o requerente para juntada de custas. Não encontrados bens, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO BAPTISTA NETO (OAB 217180/SP) - Processo 0601299-50.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Imcopesc Comercio e Importação de Pescados Ltda - Vistos etc. Expeça-se mandado apenas para a citação da requerida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO BAPTISTA NETO (OAB 217180/SP) - Processo 0601300-35.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Imcopesc Comercio e Importação de Pescados Ltda - Vistos etc. Expeça-se mandado para citação, apenas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/

MG) - Processo 0601922-80.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0602432-30.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Daycoval S/A - Vistos etc. Expeça-se mandado de citação do requerido indicado às fls. 41-42. Diga o exequente sobre a citação dos demais executados em 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0604717-88.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0605286-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Alves de Almeida e outro - REQUERIDA: Lúcia Andréa Valle de Souza - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pela autora e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar a requerida ao pagamento de: (a) R$-8.000,00 (oito mil reais) a título de indenização por dano material, referente à quantia indevidamente retida (R$-16.000,00 - 6.400,00 -recebidos - 1.600,00 - honorários = R$-8.000,00), com correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês a partir do recebimento dos valores pela requerida; b) R$-20.000,00 (vinte mil) a título de indenização por danos morais, sobre os quais incidirão correção monetária pela Tabela TJAM e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. c) custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GENESSY GOUVÊA DE MATTOS (OAB 37378/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0605582-87.2013.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0605884-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de pesquisa via Renajud requerido à fl. 78. Após, intime-se o autor para manifestação, requerendo o que entender de direito, em 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0607570-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Fcf Logística Ltda (100% Logística) e outro - REQUERIDO: Boreste Transporte e Logística Ltda Me - Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. À secretaria para observar o pedido de intimação exclusiva em nome do patrono da parte requerida, conforme documentos de fls. 114/116. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: TÚLIO GOMES DANTAS (OAB 4034/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM) - Processo 0607784-61.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Inacio Soares de Souza Filho - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Fiat Automóveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 20/09/2019, às 08:30h, conforme informação do perito de fls. 304..

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0607982-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: André dos Santos Dornelles e outro - Vistos etc. Diga o requerente sobre interesse na penhora dos veículos constritos às fls. 52-53, no prazo de 15 dias. Defiro o pedido de fl. 123 para consulta de bens via ERIDFT e Infojud, juntadas as custas devidas. Defiro a expedição de Certidão Comprobatória do Ajuizamento desta execução para averbação nos registros competentes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608343-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0608619-54.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por longos anos sem que a requerida seja integrada na relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV:

PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0608825-05.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos etc. Diante do descumprimento do acordo homologado, defiro o pedido de BacenJud requerido à fl. 73. Intime-se o autor para recolher as custas da diligência e apresentar planilha atualizada do débito, em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0609340-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO - Vistos etc. Defiro a consulta, somente, de bens do executado via Bacenjud, Infojud, Renajud e Eredft (SREI). Intime-se para recolhimento de custas, no prazo de 15 dias. Após, intime-se o requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, promovendo a citação dos requeridos no prazo de 90 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611370-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0612090-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Vistos etc. Após diversas tentativas de citação sem êxito, bem como de consultas nos sistemas conveniados para busca de endereços também infrutíferas, o exequente veio solicitar a citação por edital das partes. Assim, comprovado que os executados encontram-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme o CPC 256, II. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça quando existentes. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do CPC 257, II e III. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: JORGE FERNANDO SAMPAIO MONTEVERDE (OAB 13352/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612133-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Hardboard da Amazônia Ltda - Epp - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vandecy Bandeira Lima e outro - Vistos etc. Intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 337-339. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM) - Processo 0612492-33.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Não encontrados bens, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE MACHADO (OAB 26970SC) - Processo 0612969-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - Vistos etc. Expeça-se mandado ao endereço indicado à fl. 55, observado o cumprimento em horário comercial. Não havendo êxito na medida, determino a expedição de novo mandado para o endereço apresentado na inicial, observada a possibilidade de citação por hora certa em caso de ocultação. Concedo a gratuidade da justiça, nos termos do CPC 99. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612976-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez que a executada não se manifestou e diante da tentativa de penhora infrutífera, defiro o pedido de bloqueio, via BacenJud, requerido à fl. 92. Após o resultado da consulta, intime-se o autor para manifestação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0613955-39.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Expeça-se carta de citação nos endereços apresentados às fls. 72. Intime-se para recolhimento de custas. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0614481-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Está claro nos presentes autos o descaso do exequente que, mesmo após sua intimação para pagar os emolumentos de oficial de justiça, sob pena de extinção, veio requerer o bloqueio de contas bancárias da executada, desconsiderando a necessária citação prévia da parte, deixando, assim, o processo paralisado por falta de condição essencial para seu prosseguimento. Ora, não pode o executado, devedor na relação jurídica objeto da ação, ficar ad aeternum sob a espada de Dâmocles, em potencial estado de inadimplência, podendo ser acionado a qualquer tempo para responder em uma lide da qual, muitas vezes, sequer se recorda. Caracteriza verdadeira ofensa à segurança jurídica. Também, é sabido que o Judiciário, como um todo, enfrenta problemas estruturais sérios, com um número de processos extremamente elevado e escassos recursos. Agrava ainda mais a situação ficarem os juízos constantemente lembrando as partes de seu interesse, enquanto outros processos permanecem materialmente ativos, com interesses claros em discussão. Estes, sim, merecedores da atenção do Judiciário. Isto posto, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0614521-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Determino o cadastramento dos patronos indicados às fls. 96-98. Renovo os comandos do despacho de fl. 101. Intime-se o requerente para apresentação de valores atualizados. Após, defiro o bloqueio de valores, via Bacenjud, no limite do valor da execução e a pesquisa de endereço, via Infojud, da executada indicada à fl. 94. Intime-se o exequente para recolher as custas de cada ato. Cumpra-se.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0615879-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Vistos etc. Expeça-se mandado de citação na forma solicitada às fls. 67-70. Intime-se para o recolhimento de custas. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0616108-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Defiro a sucessão processual da peticionante de fls. 39-40 com a retificação dos cadastros do SAJ. Indefiro o pedido de arresto via Bacenjud, tendo em vista que o mandado de citação

sequer foi cumprido. Expeça-se novo mandado de citação. Intime-se o requerente para recolhimento de custas, atentando-se para o pedido de fl. 113. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616312-89.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro a consulta de valores em nome dos requeridos, via Bacejud. Havendo sucesso na medida, determino sejam arrestados e tornados indisponíveis, na forma do CPC 830. Intime-se o requerente para apresentar valor atualizado do débito e recolher as custas devidas. Intime-se o requerente para promover a citação dos requeridos em 15 dias. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617206-36.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Necessário o esgotamento de todos os meios de busca ao réu, para, só então, este ser considerado em local ignorado ou incerto, nos termos do CPC, art. 256, § 3º. Desse modo, indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar o executado. Intime-se o autor para promover nova citação. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Comprovada a ineficácia das tentativas anteriores, o exequente poderá solicitar a citação por edital, hipótese em que a Defensoria Pública deverá ser intimada a falar nos autos como curadora especial, na forma do art. 72, II, CPC. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM) - Processo 0618160-48.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: ALIANÇA NAVEGAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - EXECUTADO: VIDRORIOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - Vistos etc. Exceção de pré-executividade (fls. 285/297) apresentada por Vidrorios Indústria E Comércio Ltda, representada por sua sócia, Kelen Erica Carneiro Azevedo Rios, contra a Exequente, Aliança Navegação E Logística Ltda, nos autos da ação de Execução fundada em título executivo extrajudicial. Defende a nulidade da cédula de crédito bancário, por entender que o contrato social da Empresa Vidrorios Indústria E Comércio Ltda veda que o sócio, separadamente, pratique atividade estranha ao interesse social ou assuma obrigações em favor de terceiro. Disserta ainda acerca da anulabilidade do título executivo por ausência da advogada da Excipiente, alegando ter sido induzida a erro. Manifestação da Excepta (fls. 311/320) onde alega, preliminarmente, o não cabimento da exceção de pré-executividade e, no mérito, sustenta a ausência de nulidade, pois o sócio expressamente possuía poderes de representar a empresa. Alega ainda a inexistência de hipótese de anulação do título, sustentando que a assistência de advogado não é requisito para a validade do título executivo derivado de instrumento particular. Vieram a mim. Decido. O novo Código de Processo Civil não prevê expressamente a defesa executiva ora analisada, que continuará a ser tratada como defesa atípica. As polêmicas procedimentais também serão mantidas, quando não renovadas diante de outras novidades do novo diploma legal que reflexamente podem atingir a exceção de pré-executividade. Há, entretanto, dois dispositivos no novo Código de Processo Civil que podem justificar legalmente a exceção de pré-executividade. Segundo o art. 518 do CPC, todas as questões relativas à validade do procedimento de cumprimento da sentença e dos atos executivos subsequentes poderão ser arguidas pelo executado nos próprios autos e nestes serão decididas pelo juiz. Já seu art. 803, parágrafo único, dispõe que a nulidade da execução será pronunciada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da parte, independentemente de embargos à execução. É possível, entretanto, a alegação de matéria de fato em pré-executividade, dês que documental, não se admitindo a dilação de prova, ou seja, a produção de prova de outra natureza que não a documental na própria execução. O Superior Tribunal de Justiça admite a exceção de pré-executividade, desde que a matéria alegada seja conhecível de ofício, o executado tenha prova pré-constituída de sua alegação e não haja necessidade de instrução probatória para o juiz decidir seu pedido de extinção da execução. Esses requisitos estão consagrados na Súmula 393/STJ, que, embora faça remissão expressa à execução fiscal, é plenamente aplicável à execução comum (STJ, 2.ª Turma, AgRg no Ag 1.051.891/SP, rel. Min. Castro Meira, j. 23.09.2008, DJe 23.10.2008; REsp 575.167/MG, 4.ª Turma, rel. Min. Barros Monteiro, j. 18.05.2004, DJ 30.08.2004, p. 303). Neste sentido, pode o Juiz, em sede de objeção de pré-executividade, reconhecer de ofício questões de ordem pública (pressupostos processuais, legitimidade e condições de ação executiva), que são aquelas cujo interesse público envolvido é elevado a ponto de justificar uma intervenção corretiva do juiz, em nome da boa administração da justiça. No âmbito do processo civil, as questões de ordem pública são relacionadas às condições da ação, aos pressupostos processuais e outros requisitos processuais e materiais capazes de impedir o alcance de um pronunciamento de mérito, como os específicos de admissibilidade e os recursais. Pois bem, na análise da presente objeção, entendo pelo seu cabimento, e, no mérito, vejo razão de direito à Excipiente. Explico. A presente execução veio aparelhada de um Contrato de Confissão de Dívida (fls. 29/32), inclusive com o Contrato Social da Empresa Excipiente em anexo (fls. 33/36). Analisando detidamente os documentos constantes nos autos, verifico que o sócio que assinou o Contrato de Confissão de Dívida em nome da Empresa Excipiente não tinha poderes para onerar a Empresa, assim gravado na cláusula sexta, verbis:"é proibido o uso da empresa em negócios estranhos aos fins sociais, e como exemplo cita avais, endossos e fianças". Ademais, vislumbro que a Excepta tinha total conhecimento acerca dos poderes do sócio da Empresa Vidrorios Indústria E Comércio Ltda. Portanto, embora a pessoa jurídica responda pelos atos de seus administradores, nos termos do art. 47 do Código Civil, é indispensável que tais atos sejam "exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo" No caso concreto, restou evidenciado que o ato praticado pelo sócio administrador não guardou relação com o objeto social da empresa e violou expressa vedação contida no contrato social, não vinculando à sociedade empresária, portanto, em virtude da aplicação da teoria ultra vires, contida no parágrafo único do art. 1.015 do Código Civil, que dispõe: Art. 1.015. No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade; não constituindo objeto social, a oneração ou a venda de bens imóveis depende do que a maioria dos sócios decidir. Parágrafo único. O excesso por parte dos administradores somente pode ser oposto a terceiros se ocorrer pelo menos uma das seguintes hipóteses: I - se a limitação de poderes estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade; II - provando-se que era conhecida do terceiro; III - tratando-se de operação evidentemente estranha aos negócios da sociedade. Alfredo de Assis Gonçalves Neto (Direito de Empresa: Comentários aos artigos 966 a 1195 do Código Civil. 5ª/8ª ed. Impressa. SP. Thomson Reuters Brasil, 2018) assim discorre sobre o instituto: "Sendo assim, se a sociedade atua fora daquilo que constitui seu objeto, há de se concluir que não atuou. É a teoria dos atos ultra vires (do latim, além das forças) que se desenvolveu no direito inglês e que ressoou noutros sistemas jurídicos através do princípio da especialidade , segundo o qual a capacidade de obrigar-se da pessoa jurídica só existe enquanto ela atua em busca dos fins para os quais foi constituída. Como consequência sustenta-se , a pessoa jurídica não deve responder por atos praticados fora do objeto a que se propõe realizar (como no caso da compra de um lote de animais por uma sociedade dedicada ao comércio de

tecidos). (...) É em torno dos atos praticados pelos administradores da sociedade fora de seu objeto, isto é, com abuso de poder, que gravita a teoria dos atos ultra vires. Esses atos não devem ser confundidos com os que se praticam com excesso de poder, contidos no âmbito das atividades da pessoa jurídica, mas excedentes dos limites estabelecidos para pautar a atuação de seus administradores. Aí há limitação aos poderes dos administradores, mas não à capacidade de agir da pessoa jurídica, não se podendo falar, por isso, em atos ultra vires. A teoria dos atos ultra vires, de todo modo, encontra resistências no direito brasileiro, contribuindo para isso a despreocupação de alguns doutrinadores em distinguir, como enfatizado, os atos abusivos que a sustentam, dos praticados com excesso de poder. (...) A sociedade, em si considerada, não pode ultrapassar as barreiras que delimitam seus fins, mas não sofre limitações para concretizá-los. Seus gestores, assim, têm de respeitar o objeto social (e não o fazendo, praticam atos abusivos, ultra vires), bem como as condicionantes fixadas pelos sócios para a realização desses mesmos fins (descumprindo-as agem com excesso de poder). Assim, se a sociedade não pode agir fora do objeto social, não está impedida de praticar os atos para os quais são estabelecidas restrições aos poderes de seus gestores, bastando que sejam atendidas as exigências previstas para sua prática. (...) O parágrafo único do art. 1.015 não faz tal distinção. Reputa excessivos tanto os atos que descumprem as limitações contratuais (inciso I), como os estranhos aos negócios da sociedade (inciso III). Se essas limitações contratuais figurarem no registro próprio da sociedade, o tratamento é idêntico, reputando-se os atos assim praticados oponíveis a terceiros, isso a significar que a sociedade por eles não se vincula. Diferentemente, o Código Comercial brasileiro estabelecia, em seu art. 316, que o uso da firma social, desde que seu administrador o fizesse em negócios condizentes com o objeto social, vinculava a sociedade em qualquer hipótese, ainda que em benefício dele próprio ou de terceiro". Portanto, sob ambos os aspectos acima citados o negócio realizado de forma ilegítima pelo sócio é ferido de invalidade: Há limitação de poderes no registro próprio da sociedade (inciso I) e trata-se de operação estranha aos negócios da sociedade (inciso III, ultra vires). Com efeito, como já delineado, o sócio que assinou o Contrato de Confissão de Dívida em nome da Empresa Excipiente não tinha poderes para onerar a Empresa, bastante leitura da cláusula sexta. Acerca da aplicação da teoria ulta vires, contida no Código Civil, segue a jurisprudência dos Tribunais Pátrios: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NULIDADE DE FIANÇA. ASSINATURA POR SÓCIO ADMINISTRADOR EM VIOLAÇÃO AO CONTRATO SOCIAL. ATO QUE NÃO GUARDA RELAÇÃO COM O OBJETO SOCIAL. ART. 1.015 DO CÓDIGO CIVIL. 1. Em que pese a pessoa jurídica responda pelos atos de seus administradores, nos termos do art. 47 do Código Civil, no caso concreto restou evidenciado que o ato praticado pelo sócio administrador não guardou relação com objeto social da empresa e violou expressa vedação contida no contrato social, não vinculando a sociedade empresária, portanto, em virtude da aplicação da teoria ultra vires, contida no parágrafo único do art. 1.015 do Código Civil. 2. A alteração contratual em que incluída a vedação do uso do nome empresarial assumindo obrigações em favor de terceiros foi assinada e registrada perante a Junta Comercial em momento anterior à assinatura da confissão de dívida e o Banco embargado reconheceu ter em seu cadastro tal ato, afastando-se a aplicação da teoria da aparência e da boa-fé objetiva. 3. Demonstrado que o negócio jurídico não guardava relação com o objeto social da empresa embargante e não restando comprovado que houve proveito em favor da fiadora, merece decreto de nulidade a fiança e a obrigação assumida sem regular... representação, com a consequente extinção da execução em relação à embargante, por ilegitimidade passiva. 4. Ônus da sucumbência invertido. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078735065, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel: Cláudia Maria Hardt, Julg 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70078735065 RS, Rel: Cláudia Maria Hardt, Julg: 13/12/2018, Décima Segunda Câmara Cível, Pub: DJ 17/12/2018). Evidenciada a nulidade do negócio jurídico, visto não guardar relação com o objeto social da empresa Excipiente e o sócio subscritor não ter poderes estatutários para agir isoladamente, resta decretar a extinção da presente ação de execução. Daí, ACOLHO a exceção de pré-executividade apresentada por Vidrorios Indústria E Comércio Ltda, representada por sua sócia, Kelen Erica Carneiro Azevedo Rios, contra a Exequente, Aliança Navegação E Logística Ltda, para declarar a nulidade do Contrato de Confissão de Dívida que aparelha a presente ação de execução, ante a ausência de poderes do sócio para celebrar tal avença em nome da Empresa Excipiente, aplicando-se in casu a teoria ultra vires, exposta no parágrafo único do art. 1.015 do Código Civil. Condeno a Excepta ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618376-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Vistos etc. Expeça-se novo mandado de citação, desnecessário o recolhimento de custas para este ato. Oficie-se a Central de Mandados para que preste esclarecimentos sobre o descumprimento do mandado de fl. 35. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619194-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM), ADV: TAYLISE CATARINA ROGÉRIO SEIXAS (OAB 182694/SP) - Processo 0619280-92.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: FRANCISCO LOURENCO BATISTA LIMA - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0619964-75.2019.8.04.0001 - Prestação de Contas Infância e Juventude - Administração - REQUERENTE: Luciano Jackson de Almeida Paiva e outro - REQUERIDO: Condomínio Vitta Club House - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOICE BERNARDO DO CARMO (OAB 3521/AM), ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0620318-42.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Joice Bernardo do Carmo - Vistos etc. Defiro a consulta de bens do requerido, via Bacenjud e Renajud. Havendo êxito na medida, determino o arresto dos bens encontrados. Defiro também a consulta de endereços via Bacenjud e Renajud. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0620843-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: EMAM - Emulsões e Transportes

Ltda - REQUERIDO: Real Asfalto Transporte e Comércio de Petróleo Ltda - Vistos etc. Chamo o processo à ordem. A defesa apresentada pela executada às fls. 107-108 supre a citação e afasta eventual nulidade impugnada pela manifestação do curador especial. Dada a existência de procurador habilitado no feito, desnecessária a continuidade da Defensoria Pública no feito. Determino a sua retirada dos cadastros eletrônicos dos autos. Os argumentos ventilados na defesa não merecem prosperar. A uma porque a executada deveria ter interposto embargos à execução no momento oportuno, o que não ocorreu. A duas porque as matérias ventiladas na petição de fl. 107-108 não podem ser conhecidas de ofício e não foram demonstradas com base em prova pré-constituída, impossibilitando seu recebimento como exceção de pré-executividade. A documentação juntada não demonstra o alegado, pois impossível de verificar a data da alteração do contrato social juntado, o que demonstraria se o suposto sócio estava ou não representando legitimamente a executada quando da assinatura do título. Assim, rejeito os argumentos apresentados pela executada. D'outra banda, já houve busca de bens penhoráveis nos sistemas Bacenjud e Renajud, todos sem êxito, já que os veículos encontrados estavam constritos judicialmente. Assim, determino a busca de bens via Infojud e Eridft, recolhidas as custas para tanto. Não havendo êxito em quaisquer das buscas empreendidas, indefiro qualquer novo pedido de consulta e determino a intimação do requerente para apresentação de bens desembaraçados para penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento provisório, na forma do CPC 921, III. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELDIO FILHO ALMEIDA BARBOSA (OAB 9492/AM), ADV: ERLON ANGELIN BENJO (OAB 4043/AM), ADV: FÁBIO SILVA ANDRADE (OAB 9217/AM) - Processo 0621218-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda - REQUERIDO: PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S/A. - Vistos etc. Digam as partes, em 15 (quinze) dias, sobre o interesse em audiência de Conciliação, ou o que entenderem de direito. Caso positivo, remetam-se os autos ao CEJUSC. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0621509-93.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S.A. - Indefiro os pedidos de constrição de bens e valores dos executados uma vez que sequer foram citados. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Comprovada a ineficácia das tentativas anteriores, o requerente poderá solicitar a citação por edital, hipótese em que a Defensoria Pública deverá ser intimada a falar nos autos como curadora especial, na forma do art. 72, II, CPC. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0621697-18.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. Demonstrado que na conta bancária objeto da consulta e indisponibilidade de fls. 74-75 são depositados os salários da requerida, conforme fls. 86-95, e dada a impenhorabilidade do salário e dos valores depositados em conta poupança até 40 salários mínimos, determino a liberação da conta e dos valores bloqueados às fls. 74-75, nos termos do CPC 833, IV e X. Caso já tenha havido transferência para conta judicial, autorizo a expedição de alvará. Defiro, porém a consulta de bens via Infojud, Renajud e Eridft, recolhidas as custas devidas. Não havendo êxito em quaisquer das buscas empreendidas, indefiro qualquer novo pedido de consulta e determino a intimação do requerente para apresentação de bens desembaraçados para penhora, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento provisório, na forma do CPC 921, III. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0621865-88.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Natalina Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Castro & Cia LTDA - Dito isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela autora, extinguindo o processo nos termos do art. 457, I, CPC, para condenar a ré: a) ao pagamento de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a título de danos morais, valor sobre o qual incidirá correção monetária pela Tabela/TJAM, e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. b) ao pagamento das custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, §2º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0622030-67.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Safra de Investimentos S/A - Vistos etc. Acolho os embargos de declaração de fls. 57-59 em razão da falta de intimação pessoal da parte para suprir a falta apontada em 5 dias, de modo que torno sem efeito a sentença de fl. 53. Lado outro, determino que a requerente recolha os emolumentos devidos para expedição de mandado de citação, penhora e avaliação, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção, nos termos do CPC 485, IV. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0622805-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: JUAREZ DO NASCIMENTO MONTEIRO - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM) - Processo 0624365-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - Vistos etc. Oficie-se o juízo deprecado para informar sobre o cumprimento da carta precatória expedida. Após, intime-se o autor para requerer o entender de direito.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0624371-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Apesar do esforço já despendido para concretização do ato, não se pode admitir que o processo tramite por longos anos sem que os executados sejam integrados à relação processual. Assim, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços para todos os executados, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive

intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0624846-22.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BANCO BONSUCESSO - Vistos etc. Defiro a consulta de bens do executado, via Bacenjud, Renajud e Infojud. Havendo êxito na medida, autorizo a constituição de arresto. Determino seja reiterado o ofício de fl. 91, via malote digital e e-mail institucional do servidor responsável pelo setor. Intime-se para o recolhimento de custas. Comprovado que o requerido está preso, expeça-se mandado de citação e, sendo revel, nomeie-se curador especial. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0624965-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Vistos etc. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0625584-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de consulta de bens das executadas, via Bacenjud e Renajud, havendo êxito na medida, defiro o arresto dos bens encontrados. Defiro também a consulta de endereços via Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta. Expeça-se carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, conforme requerido, ficando o autor também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0626323-12.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Ivestimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos etc. Verifico que o acordo juntado pelo autor não possui a assinatura do requerido. Intime-se-o para, em 15 (quinze) dias, regularizar. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0626835-58.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sparcon Empreendimento Comercio e Representacoes Ltda - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Intime-se o executao para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento voluntário do montante da condenação, sob pena de ser a este acrescida multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do CPC. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, intime-se o autor para, em 15 (quinze) dias, indicar a medida pretendida. Cumpra-se.

ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM), ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM) - Processo 0627025-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: RODIONE DAS GRAÇAS PAVON SILVA - Vistos etc. Defiro o arresto de bens do executado, via Bacenjud e Renajud. Defiro também a consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, inclusive quando apresentarem endereços que já foram alvo de tentativa de citação, defiro a citação por edital da executada, conforme pleiteado pela exequente. Nesta hipótese, determino seja o edital publicado na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça quando existentes. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do CPC 257, II e III. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0627383-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: AAA REIS LTDA e outros - Vistos etc. Não houve êxito na audiência de conciliação solicitada pela requerida, de modo que defiro pedido de penhora de bens da executada, via Bacenjud, Renajud e Eredft. Defiro também a consulta de bens via Infojud. Intime-se a requerente para recolher as custas de cada uma das medidas. Não havendo bens passíveis de penhora, intimem-se as partes para apresentarem novos bens, no prazo de 15 dias, sob pena de suspensão prevista no CPC 921, III. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627734-61.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. A exequente deve promover a citação do executado. Encontrado novo endereço por meio do sistema SIEL, determino a expedição de Carta de Citação às custas do autor, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Ademais, defiro o arresto de bens via Bacenjud, Renajud e Eredft. Intime-se o autor para recolhimento de custas. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM) - Processo 0629007-41.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora Lopes Ltda. - Vistos etc. Defiro o pedido de remoção dos bens. Intime-se o exequente para dizer do seu interesse na adjudicação dos itens ou em sua alienação por iniciativa particular, no prazo de 10 (dez) dias. Sem manifestação da parte, à Secretaria para promover o leilão por valor não inferior à avaliação realizada por oficial de justiça, fls. 78/79. Cumpra-se.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: NELY MIRANDA DE SOUZA (OAB 11156/AM) - Processo 0629424-96.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Gleide Pedro Damasceno e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: IMBERGMAN MAIA LITAIFF (OAB 5699/AM), ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM) - Processo 0629642-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: A.F.A. - REQUERIDO: C.A.A.J. - Vistos etc. Expeça-se mandado de penhora e avaliação do veículo constrito nos autos, conforme petição de fl. 305. Após, determino a alienação do bem via leilão judicial. Defiro desde já a consulta de bens via Infojud apenas na declaração eventualmente apresentada para o ano-calendário de 2018, bem como a busca de imóveis via EREDFT, recolhidas as custas para tanto. Não havendo êxito

em quaisquer das buscas empreendidas, determino a intimação do requerente para apresentação de bens desembaraçados para penhora, sob pena de arquivamento provisório, na forma do CPC 921, III. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: IRACEMA MACEDO SANTANA DE SOUZA NETA (OAB 22165/BA) - Processo 0630424-63.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de fls. 77/78 antecedentes. Devidamente recolhidas as custas, proceda-se consulta aos sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL. Encontrado endereço diferente daqueles já informados, intime-se a autora para realizar os pagamentos necessários a expedição de mandado. Caso contrário, requeira o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM) - Processo 0631049-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas (Amazonas Shopping Center) - Vistos etc. Intime-se o autor para recolher os emolumentos de oficial de justiça para prosseguimento da execução, conforme tabela de fls. 95/96, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0631645-81.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: POOL ENGENHARIA SERVICOS E COMERCIO LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO ROBERTO ALMEIDA E SILVA (OAB 1762/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0631671-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Multa de 10% - REQUERENTE: Paulo Roberto Campos de Araújo - REQUERIDO: Aldifran Correa Lima - Vistos etc. Intime-se a parte requerida, pessoalmente, por carta para regularizar sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias. Em igual prazo, apresente comprovante de depósito referente a 1ª parcela do acordo na conta apontada em fl. 39, presumindo-se aprimorado o acordo para homologação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: MÍRIAN GONÇALVES MILANI FERREIRA (OAB 9870/AM) - Processo 0632078-85.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: DW Securitizadora da Amazônia S/A - Vistos etc. Verifico que apenas a requerida pessoa jurídica JBN Obras de Alvenarias Ltda foi citada. Os demais requeridos não foram chamados ao processo regularmente e somente receberão qualquer constrição judicial após a devida citação. Observo também que o juízo já empreendeu busca de bens penhoráveis em nome da requerida junto a todos os sistemas conveniados, exceto o ERIDFT. Assim, autorizo a consulta neste sistema. Após, intime-se para manifestação sobre o resultado em 15 dias. Desde já anuncio que não havendo êxito na busca de bens, serão indeferidas novas consultas em nome da requerida já citada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0632690-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Tratam os autos de embargos de declaração em face de sentença que extinguiu o feito com resolução do mérito, sem apreciar o pedido de suspensão do processo realizado pelas partes na ocasião em que deram ciência ao juízo do acordo firmado. De fato, a sentença homologatória deixou de apreciar o pedido, que tem pleno amparo legal no CPC 922, de modo que acolho os embargos de declaração interpostos pela requerente para integrar a sentença de fl. 37, no sentido que a execução permanecerá suspensa durante o prazo assinalado pelas partes para cumprimento voluntário da obrigação. Se o executado der causa à inadimplência, o feito será reativado e as partes falarão sobre a situação atual da relação jurídica material entabulada. Havendo completa satisfação da dívida, assim demonstrada por petição das partes, determino desde já a sua baixa e arquivamento. À Secretaria para que altere a situação do processo para "suspenso" pelo prazo indicado às fls. 32/36. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0633061-84.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Acolho os presentes embargos de declaração para tornar sem efeito a sentença extintiva de fl. 40. De fato, não houve pronunciamento do juízo sobre o pedido de substituição processual e a parte interessada na substituição não foi intimada para recolhimento das custas. Assim, defiro a substituição processual requerida e determino à Secretaria que atualize os cadastros do SAJ, considerando também a petição de fl. 34. Intime-se o substituto para que recolha emolumentos de oficial de justiça para citação, penhora, avaliação e citação. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: HELYAMARA SILVA DE MEDEIROS (OAB 6318/AM), ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0633393-51.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Vistos etc. Intime-se a requerente para falar sobre as medidas pretendidas em 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM), ADV: NELY MIRANDA DE SOUZA (OAB 11156/AM) - Processo 0634711-35.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ALEXSANDRA RODRIGUES DOS SANTOS, - REQUERIDO: CLINICA DR. EULER ESTEVES RIBEIRO FILHO e outro - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0636687-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos etc. À fl. 129 foi autorizada a substituição do polo passivo. Determino à Secretaria que retifique o cadastro das partes e procuradores no SAJ. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0636706-78.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606545-85.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Rodrigo de Souza Coelho - EMBARGADA: Maria da Conceição Saraiva da Silva - Compulsando os autos, verifiquei que a patrona do embargado não foi intimado da decisão de fls. 60, vez que não estava cadastrada, o que ocorreu nesta data. Dessa forma, intimo a advogada para tomar ciência da determinação acima, cujo teor segue abaixo: " Vistos etc. Apensem-se os autos ao processo principal. Defiro a justiça gratuita, uma vez requerida nos termos do art. 99, §3º, CPC. Intime-se o embargado para, em 15 (quinze) dias,apresentar resposta aos embargos opostos.Por agora, acautelo-me na suspensão da execução.Cumpra-se."

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0636886-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ponta Negra Locação de Veículos Eirele - Me - Defiro a justiça gratuita. Cite-se o requerido para, no prazo de 3 dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrado o executado, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca do executado 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 830, CPC. Havendo citação e não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando o executado, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá o executado opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637041-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Encontrando-se a petição inicial devidamente instruída, defiro o pedido para pagamento do valor alegado, acrescido de honorários advocatícios de 5%, no prazo de 15 (quinze) dias, com observância do disposto nos arts. 700, 701 e 702 do CPC. No caso de pronto pagamento, fica o réu isento das custas. Em caso de não cumprimento no prazo, o mandado será convertido em título executivo. Não havendo pedido de meio específico de citação, faça-se por AR, como autorizado pelo §7º do CPC 700. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0637320-25.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J. J. Comércio de Borracha Ltda. - Vistos etc. Intime-se a requerente para, no prazo de 15 dias, fundamentar o pedido de inclusão do Sr. Waldir Moura da Silva Júnior no polo passivo da execução, apresentando prova de que é sócio da executada e que tem responsabilidade sobre as dívidas cobradas. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0637390-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luis Carlos Mesquita Duarte - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638004-47.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Acolho os embargos de declaração para tornar sem efeito a sentença de fls. 37. De fato, o acordo juntado aos autos previa a suspensão da execução enquanto o acordo estava pendente de cumprimento, não havendo pedido de desistência do feito. Por outro lado, dado o lapso temporal já transcorrido, determino sejam as partes intimadas para falarem em 15 dias sobre o cumprimento do acordo e interesse no andamento processual. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638346-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Não encontrados bens, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM) - Processo 0640443-89.2019.8.04.0001 - Ação Civil Coletiva - Planos de Saúde - REQUERENTE: Sonia Salvo Henriques - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Vistos etc. Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 44. Intime-se o autor, pessoalmente, para, em 15 (quinze) dias, regularizar sua representação processual, sob pena de extinção, termos do CPC 76, § 1º, I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0640643-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Defiro os pedidos de fls. 95 e determino o cadastramento da peticionante e seus procuradores no SAJ. Após, intime-se a peticionante para promover a citação, no prazo de 30 dias, sob pena de extinção. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0640823-15.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Rozimara dos Santos Souza e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 26/09/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (OAB 152305/SP) - Processo 0641174-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, termos do CPC 290. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0641184-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Zoom Projetos e Consultoria Ltda. EPP e outros - Vistos etc. Exceção de pré-executividade em que a executada Maria do Carmo Pereira Monteiro afirma ser ilegítima para figurar no polo passivo desta ação por não ser sócia da devedora principal, atuando apenas esporadicamente em sua administração, sem qualquer vínculo empregatício e sem instrumento público de procuração que lhe confira poderes de representação e assinatura hábeis a torná-la responsável pelos atos da devedora principal. Alega também que a empresa pertence a seu cônjuge e filha e é estabelecida no endereço da requerida, porém não há vínculo formal de administração com a excipiente. Portanto, a executada seria ilegítima para figurar no polo passivo da execução. O requerente apresentou resposta à fl. 107-114. Decido. De pronto verifico que a requerida Maria do Carmo Pereira Monteiro foi incluída como devedora nesta execução por assinar o título de crédito na qualidade de avalista da devedora principal. Assim, a argumentação de que não é sócia e não administra formalmente a devedora carece de força jurídica para excluir sua responsabilidade sobre o débito que, como avalista, é pessoal e solidária. Às fls. 55 e 63 consta a qualidade de avalista da executada e sua assinatura no contrato que originou a dívida ora cobrada, portanto, devidamente demonstrado o vínculo material que lhe torna legítima para figurar no polo passivo da presente ação. Nestes termos, rejeito completamente os termos da exceção de pré-executividade e condeno a requerida ao pagamento de honorários sucumbenciais que arbitro em 10% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do CPC 85, §§ 1º e 2º. Intime-se o requerente para promover o andamento do feito com medidas tendentes à satisfação de seu crédito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0641719-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: BRF - Brasil Foods S.A - Merece prosperar o argumento do embargante, diante da ausência de sua intimação pessoal, necessária para extinção por abandono. Assim, retrato-me da sentença de fl. 86 e determino a intimação do autor para que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, complemente os emolumentos de oficial de justiça, conforme tabela de fls. 79/80, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0642192-83.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: FRANCISCO CRISOMAR S RIBEIRO - Vistos etc. Diga o autor sobre a petição de fls. 91/93 no

prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM) - Processo 0642289-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: MEIRIETH DOS SANTOS ROCHA e outro - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Vistos etc. Expeça-se alvará em favor do perito para levantamento dos honorários. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642294-08.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Acolho os embargos de declaração para determinar a suspensão do feito, nos termos do CPC 922, durante o prazo de cumprimento voluntário do acordo firmado às fls. 69-72. Findo o prazo estabelecido, intimem-se as partes para manifestação em 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0642336-57.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Celso Antônio da Silveira - Vistos etc. A gratuidade da justiça foi deferida à fl. 47. Determino o desentranhamento do mandado de fl. 73 para cumprimento no mesmo endereço, atentando o Sr. Oficial de Justiça para possibilidade de citação por hora certa, se houver indícios de ocultação. Intime-se o requerente para, querendo, acompanhar a diligência. Não havendo êxito, defiro a busca de novo endereço nos sistemas Bacenjud, Renajud e Siel. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP), ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0642905-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilberto Távora da Silva - REQUERIDO: Clínica Intensiva de Fisioterapia do Amazonas Ltda (clinfit) - Cartório do 3º Ofício de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM - Cartório de Ofício Judicial e anexos de Iranduba/AM - Cooperativa de Credito -SICCOB UNIAM - Vistos etc. Nomeio como perito deste Juízo o sr. Hélio Magalhães Neto, especialista em perícia grafotécnica, que deverá ser intimada(o) por telefone, nº (92) 98415-9162, a manifestar sua aceitação, apresentar proposta de honorários, currículo com comprovação de especialização, contatos profissionais, como endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, e adotar as medidas necessárias à realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes para que, no mesmo prazo, apresentem quesitos e/ou assistência. Em virtude da Justiça Gratuita deferida à parte e de acordo com a Portaria nº 1.233/2012-TJAM, determino que haja o pagamento dos honorários, limitados a R$ 1.000,00 (mil reais), a serem pagos pelo Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º e parágrafo único da Portaria. Havendo impugnação ao perito determino sejam intimadas as partes e o perito para manifestação em 15 (quinze) dias, após, conclusos. Intime-se a(o) perita(o) para, novamente em 15 (quinze) dias, apresentar data para início da perícia, devendo o laudo ser juntado nos autos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data estipulada. Por fim, nova intimação das partes para manifestação quanto ao Laudo Pericial apresentado, inclusive juntada de laudo complementar pelos assistentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Voltem-me os autos conclusos. Havendo impugnação com pedido de nova perícia, intimem-se as partes e o perito para falarem em 15 (quinze) dias, após, conclusos. À secretaria para promover todas as intimações necessárias através de ato ordinatório. Às partes para atentarem-se aos prazos, intimações e solicitações do(s) perito(s), sob pena de sofrerem os ônus decorrentes de sua inércia. Ao perito para proceder com todas as diligências necessárias, observando os prazos deste despacho, sob pena de multa de 30% sobre o valor dos honorários, em caso de descumprimento injustificado. Aos sujeitos processuais para que, de acordo com o CPC 6º, colaborem para a realização deste ato, atendendo aos princípios da celeridade e a boa-fé processual. Expeça-se ofício à Presidência. Cumpra-se.

ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM) - Processo 0643063-74.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Evanilde Reinaldo Sales - Vistos etc. Com base no art. 55, §1º, do CPC, remetam-se os autos à 3ª Vara Cível da comarca de Manaus. Cumpra-se.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643132-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 30-33. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643208-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Benjamim Saul Benchimol - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Custas postais recolhidas às fls. 59-62. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643265-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Citem-se os requeridos para, no prazo de 3 dias, efetuarem o pagamento da dívida, nos termos do artigo 829 e seguintes do CPC. Não encontrados os executados, o oficial de justiça promoverá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Nos 10 (dez dias seguintes à efetivação do arresto, recolhidos os emolumentos devidos, proceda o oficial de justiça à busca dos executados 02 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realize a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido, conforme art. 830, CPC. Não efetuado o pagamento, proceda o oficial de justiça de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando auto e intimando os executados, conforme art. 829, §1º do CPC. Advirta-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão os executados opor-se à execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação, nos termos dos artigos 914 e 915 do CPC. Fixo honorários de advogado em 10% do valor da causa, reduzidos pela metade em caso de pagamento integral no prazo de 3 dias. Intime-se o exequente a pagar os emolumentos do oficial de justiça correspondentes a todas as diligências que pretender (quantidade de citações, intimações, penhoras etc.), conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016, e indicar sobre quais executados recairão os atos. Após, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0643390-19.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDICTO CELSO BENICIO JUNIOR (OAB 1133A/AM) - Processo 0643527-40.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos etc. Defiro a busca de novos endereços via RENAJUD, BACENJUD e SIEL, observada a gratuidade da justiça já concedida. Havendo novos endereços, expeçam-se cartas de intimação para cumprimento voluntário da obrigação a todos eles. Não havendo êxito, intime-se o devedor por edital. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643741-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jefferson Correa Uchoa - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC, conforme o art. 1º da Portaria 2183/2016-PTJ. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e

344 do CPC. Após juntada de Laudo Pericial, intimem-se as partes para manifestação no prazo de 15 dias. Conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO LESSA PEREIRA (OAB 1501/RO), ADV: MARCELO ESTEBANEZ MARTINS (OAB 3208/RO), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ROCHILMER MELLO DA ROCHA FILHO (OAB 635/RO), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0643906-78.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Cais Construcao Comercio e Terraplenagem Limitada - EXECUTADO: Concreta Engenharia e Construções Ltda. - Vistos etc. Digam as partes sobre o interesse no prosseguimento do feito, especialmente quanto ao cumprimento do acordo firmado às fls. 895-898, no prazo de 15 dias. Ausente o interesse, constatado por manifestação expressa das partes ou por falta de atendimento a esta intimação, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM) - Processo 0644008-61.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Marilva Gomes Gondim - Vistos etc. Com base no art. 286, II, do CPC, remetam-se os autos à 15ª Vara Cível da comarca de Manaus. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0644129-89.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: I. - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0644297-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Claudionice Pereira da Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP) - Processo 0704681-64.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados PCG - Brasil Multicarteira - Vistos etc. Intime-se a requerente para recolher as custas de citação, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção sem resolução de mérito. Cumpra-se.

ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP), ADV: DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP) - Processo 0713718-18.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I., - Vistos etc. Intime-se a requerente para recolher as custas de citação, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0716108-58.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - Não encontrados bens, determino a suspensão da execução por 1 (um) ano, período no qual não correrá prescrição intercorrente, nos moldes do art. 921, III e §1º CPC. Decorrido o prazo de suspensão sem a localização de bens penhoráveis, determino o arquivamento do feito. Deste ato fluirá o prazo prescricional, porém o exequente poderá solicitar o desarquivamento para prosseguimento da execução se encontrar bens penhoráveis. Transcorrido o prazo prescricional, intimem-se as partes para falar no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE) - Processo 0719917-56.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Benedito Lourenço Conceição da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico que não houve publicação da sentença de fls. 70. Dessa forma, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da determinação, cujo teor segue abaixo: "Vistos etc. Os autos ficaram paralisados em cartório por falta de interesse do autor, mesmo diante da intimação no seu endereço indicado na inicial, conforme se verifica às fl. 56, estando a situação regulada pelo CPC como causa de extinção do processo sem julgamento do mérito. Decido. Havendo abandono dos autos, o art. 485, §1º, do CPC determina a intimação pessoal do autor para que supra a falta, sendo duas as formas de se realizar a comunicação: por carta e por mandado. No presente caso, o autor foi intimado no seu endereço (via AR) e por publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, contudo o prazo transcorreu sem que a parte tenha se manifestado, de modo que a extinção do feito é medida que se impõe. Assim, determino a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, dispensadas na forma da lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se."

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adahilton de Oliveira Pinho (OAB 152305/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedicto Celso Benicio Junior (OAB 1133A/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)

Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Montenegro Dotta (OAB 155456/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eldio Filho Almeida Barbosa (OAB 9492/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erlon Angelin Benjo (OAB 4043/AM)
Fábio Silva Andrade (OAB 9217/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Baptista Neto (OAB 217180/SP)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Genessy Gouvêa de Mattos (OAB 37378/RJ)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Helyamara Silva de Medeiros (OAB 6318/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Imbergman Maia Litaiff (OAB 5699/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Iracema Macedo Santana de Souza Neta (OAB 22165/BA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
João Roberto Almeida e SIlva (OAB 1762/AM)
Joice Bernardo do Carmo (OAB 3521/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Fernando Sampaio Monteverde (OAB 13352/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano Pintos D'Ávila (OAB 3166/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Luiz Felipe Machado (OAB 26970SC)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcelo Estebanez Martins (OAB 3208/RO)
Marcelo Laloni Trindade (OAB 37585/SC)
MARCELO LALONI TRINDADE (OAB 86908/SP)
Marcelo Lessa Pereira (OAB 1501/RO)
Márcio Louzada Carpena (OAB 46582/RS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
MAURO HENKE (OAB 31217/RS)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Mírian Gonçalves Milani Ferreira (OAB 9870/AM)
Mônica de Menezes Costa (OAB 10371/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nely Miranda de Souza (OAB 11156/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB 635/RO)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)

Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruy Guilherme Bechara de Oliveira (OAB 13058/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Taylise Catarina Rogério Seixas (OAB 182694/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Túlio Gomes Dantas (OAB 4034/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Castro Rando (OAB 355258/SP)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0320/2019

ADV: PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (OAB 5586/PA) - Processo 0105009-24.2004.8.04.0001 (001.04.105009-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Indústria Yossam Ltda. - De ordem, abro vista à parte autora para que apresente diligências úteis ao processamento da demanda, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0359904-43.2007.8.04.0001 (001.07.359904-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600245-20.2013.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0602698-51.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0603481-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Gomes de Souza - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604515-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM), ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF) - Processo 0605138-15.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: PONTESCLIN - Clínica Médica e Odontológica Ltda. - EPP - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0606302-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Samyr Araújo de Brito - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM) - Processo 0607008-27.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo Souza Moreira - REQUERIDA: Nely Corrêa Assunção - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que compareça a esta secretaria para retirar os dvd's solicitados, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM) - Processo 0614042-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Edinora Elizabeth Sena da Silva - REQUERIDO: Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral,

resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE) - Processo 0619567-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0619802-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: André Luiz de Castro Bezerra - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0621260-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SCARLETH DARLEM GAMA FRANCO (OAB 9397/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0625780-38.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Bem de Família - REQUERENTE: Rosana Carvalho Ipiranga e outro - REQUERIDO: Edemar Grzechota Cossetin - Maria José Sampaio Correia - Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0625807-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626972-79.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM) - Processo 0627659-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: K. L. Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627693-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Daniel Seabra dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0629070-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0629089-04.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629990-45.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG) - Processo 0632137-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Paula da Silva Melgueiro - Em

conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0640469-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M. Pinheiro de Oliveira - ME - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641438-05.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Cristiano Teixeira Cavalcante - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Augusto de Azevedo Meira (OAB 5586/PA)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Scarleth Darlem Gama Franco (OAB 9397/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0321/2019

ADV: JOSÉ CARDOSO DUTRA (OAB 000.426/AM), ADV: JOSÉ CARDOSO DUTRA JÚNIOR (OAB 013.641/DF), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM), ADV: KELLY RODRIGUES VÉRAS (OAB 10362/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0001132-84.1994.8.04.0012 (012.94.001132-1) - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Cidade de Manaus - REQUERIDO: José Barbosa Filho - TERCEIRO I: Cartório do 4º Ofício do Registro de Imóveis - Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis - Wendell Abinader Barbosa - PERITO: Marco Lúcio Souto Maior de Athayde - Roberto Castelo Branco Wanderley - Processo paralisado há mais de 30 (trinta) dias, intime-se o Credor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: MATHEUS BONACCORSI FERNANDINO (OAB 88005/MG), ADV: SIMONNE ALVES BRAULE PINTO (OAB 3161/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM) - Processo 0041191-64.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0099960-02.2004.8.04.0001) (001.05.041191-9) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Maria de Jesus Alves - Simonne Alves Braule Pinto - Edward Alves Braule Pinto - REQUERIDA: Aracy Carvalho Bentes - Bruno Magno da Silva - Sheurry Carvalho Bentes - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, rejeito liminarmente a presente impugnação, na forma do art. 525, §5º, do Código de Processo Civil, ante a ausência de demonstrativo discriminado e atualizado do valor incontroverso. Determino que a Contadoria Judicial prepare a conta geral, devendo levar com consideração que a data do evento danoso, a que se refere a sentença de mérito, é o dia 08/10/2004, data da Notificação Extrajudicial informando a ocorrência do evento danoso, conforme fl. 42. Deve incidir sobre o débito as cominações do art. 523, §1º, do CPC, multa e honorários em 10%, cada.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: LENA GUIOMAR CAVALCANTE FREDERICO BARBOSA (OAB 2980/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM) - Processo 0057521-10.2003.8.04.0001 (apensado ao processo 0043019-66.2003.8.04.0001) (001.03.057521-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ione Monteiro da Silva - Luzia Maria Piassa Neves - Rosângela de Andrade Gioia - REQUERIDA: Paradise Turismo e Passagens Ltda. - Varig S/A - Viação Aérea Rio Grandense - Tendo em vista a certidão de fl. 325, determino a intimação a Credora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0214550-45.2011.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0214550-45.2011.8.04.0001) - Incidente de Falsidade - REQUERENTE: Elias Fernandes Carvalho - REQUERIDA: Maria Eliete Gama Fragozo - Intime-se o Autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0219360-19.2018.8.04.0001 (processo principal 0257751-87.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Aço Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Arcon Comércio e Montagem de Equipamentos Industriais Ltda. - Manifeste-se o autor acerca da resposta de ofício de fls. 18/53 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) -

Processo 0220658-90.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Bárbara Etelvina Porto de Amorim - Violeta Santana de Amorim - Sandoval Pinheiro de Amorim Neto - REQUERIDA: Ruth Ximenes de Sabóia - Manifeste-se a autora acerca do pedido de fl. 836 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0229803-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Walterly dos Reis Negreiros - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se o Autor para se manifestar acerca dos documentos juntados às fls. 144/157, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 205A/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0231022-77.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0029402-59.2010.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Edna Marquez de Menezes - EMBARGADO: Espólio de Orlando José de Lima Okada - I- Chamo o processo à ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 15, bem como a certidão de fl. 17, eis que proferidos erroneamente. II- Cite-se o embargado, via correio, para contestar, querendo no prazo de 15 (quinze) dias (art. 679, do CPC), os presentes embargos.

ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0235252-17.2008.8.04.0001 (001.08.235252-7) - Cautelar Inominada - Tutela Provisória - REQUERENTE: Posto Automan Ltda. - REQUERIDO: Tecnocargo Transportes da Amazônia Ltda. - REPTADO: Luiz Felipe Murta - REQUERIDO: Antônio Augusto Conceição Morato Leite Filho - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: FELIPE ANTÔNIO DE CARVALHO FILHO (OAB 6454/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM) - Processo 0235657-04.2018.8.04.0001 (processo principal 0047167-52.2005.8.04.0001) - Oposição - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: TSN Distribuidora Ltda. - EMBARGADA: DIBRA - Distribuidora Brasília de Alimentos Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP) - Processo 0235819-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Município de Barcelos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À Secretaria da 2ª UPJ para inserir no sistema Saj o nome dos novos patronos do autor, consoante pedido de fls. 282/283 e procuração de fls. 306/307. Após, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: MAURÍCIO HEITOR ROSSI DE CASTRO E SILVA (OAB 207429/SP) - Processo 0236395-65.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Centro Auditivo Microsom Ltda. - REQUERIDO: Eliete Pinto Taveira - I. Tendo em vista a certidão de fl. 129, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0240227-77.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Márcio Kauamoto - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0258771-16.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilete Menezes de Oliveira - REQUERIDO: Almir Corrêa Telles - Compulsando os autos, verifico que a classe encontra-se errada, tendo em vista que o processo não foi julgado. Posto isso, determino à Secretaria da 2ª UPJ, que proceda a devida correção da mesma no Sistema SAJ. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM) - Processo 0260788-25.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raidson Queiroz Coelho - REQUERIDA: Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 236/237 dos autos. II- À Secretaria para retificar no sistema Saj o CNPJ da Requerida, consoante solicitado.

ADV: LÚCIO SAMPAIO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 3695/AM), ADV: JEAM VITAL DE BRITO (OAB 3704/AM), ADV: SOCIEDADE DE ADVOGADOS MONIZ DE ARAGÃO E RIBEIRO ADVOGADOS E CONSULTORES ASSOCIADOS (OAB 46998/DF) - Processo 0263670-91.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Joam de Brito Primo - REQUERIDO: APLUB - Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM) - Processo 0349426-73.2007.8.04.0001 (001.07.349426-8) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vieiralves Imobiliária Ltda. - REQUERIDA: Elaine das Chagas Lima - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista o pedido de fls. 187, defiro os benefícios da justiça gratuita a Requerida, na forma do Art. 98, §1º e ss., do NCPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM) - Processo 0600131-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Adenilson Costa Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo

0600827-20.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Cooperativa dos Permissionários Associados em Transportes Alternativos e Fretamentos Urbanos de Manaus - COOPATAM - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da petição de fls. 264/271, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ÁLVARO INÁCIO MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 11915/AM) - Processo 0601885-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Antônio Pereira Picanço - REQUERIDO: PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0602278-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Capital Corporation Agenciamento de Cargas Nacionais e Internacionais Ltda. - REQUERIDO: V. K. Comércio e Representação Ltda. - ME (Inside Info Imports) - Victor César Pierre de Souza - Maria da Conceição Gomes de Queiroz Pierre - I. Intime-se as executadas, através de carta de intimação, para efetuar o pagamento do numerário descrito na planilha de fl. 96, no prazo de 15 (quinze) dias, sob de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, ex vi do art. 523, e §1º, do Novo Código de Processo Civil. II. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. III. Fixo os honorários do patrono do credor no quantum de 10% (dez por cento) do total da dívida, ut art. 85, §1º e §2º, e 523, §1º, ambos do NCPC e Súmula 517, do STJ. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0604196-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldemar Alves da Graça - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Ausência de réplica. Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0604597-79.2017.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Ferreira e Ferreira Manutenção Elétrica Ltda. - ME - REQUERIDO: API SPE 22 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0604748-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joaquim Valério Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADO: Nelson Antônio Mota Simões - PERITO: Francisco Batista de Almeida, CRM/AM: 3009 - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 26/09/2019, às 16:30hs, no endereço: Av. Duque de Caxias, nº 1905, bairro Praça 14 de Janeiro, Manaus - Amazonas; conforme informação do perito de fls. 310.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0605595-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Telma Maria Paula da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0605924-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Danielle Baraúna Silva - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Santa Sílvia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. - À Secretaria para cumprir a última parte da Decisão Interlocutória de fls. 256/257 dos autos.

ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0607843-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jaimison da Silva Dias - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - I. Tendo em vista a certidão de fl. 171, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0609503-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Conceição Marques Cabral - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - INTSSADO: Banco Daycoval S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0610756-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Milca de Melo Viamonte - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0612170-08.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: S. M. da Rosa - ME - Sandra Maria da Rosa - Tendo em vista a ordem de transferência e desbloqueio de valores de fls. 101/102, determino a secretaria que disponibilize o extrato da conta nos autos, haja vista a transferência realizada.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0612457-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria da Conceição Taveira de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I- Chamo o processo à ordem e torno sem efeito o despacho de fl. 239 dos autos, eis que proferido erroneamente. II- À secretaria para tornar sem efeito o termo de fl. 240, e proceder

a reativação dos autos. III - Após, remetam-se os autos a Superior Instância com as nossas homenagens.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0612737-73.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda. - EXECUTADO: Unipublicidade Organização de Eventos Ltda. - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Executadas, constantes no Substabelecimento de fl. 95, devendo todas as publicações serem realizadas em nome do Advogado Joabe de França Barros, inscrito na OAB/AM 4919, consoante requerido à fl. 94. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0613424-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aparecida Marinho dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A (BMC S/A) - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0614033-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizeu Lavareda da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0616704-87.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Odaiza Gualberto Sarmento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da proposta de acordo de fl. 214, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM), ADV: EDNA FLORES DA SILVA (OAB 155412/SP), ADV: ADRYANA MARIA SANTOS DAMASCENO (OAB 126786/SP), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA AGRELA (OAB 320910/SP) - Processo 0617810-21.2018.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: Construtora Etam Ltda. - REQUERIDO: Sanko Sider Comércio, Importação e Exportação de Produtos Siderúrgicos Ltda. - Villa Factoring Fomento Comercial Ltda. - Profac Tecnologia e Serviços Ltda. - INTSSADO: Serasa Experian - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0619001-09.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Raimundo Luiz Farias Melo - I. Tendo em vista a certidão de fl. 89, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0619244-84.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Andreilson Oliveira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620436-81.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Etelvina Miranda Cunha - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0621504-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Manuel Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0622603-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Regina Fonseca Benevenuto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622762-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Zeneide de Oliveira Batalha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0624575-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Altos da Recife - REQUERIDO: Emerson Redig de Oliveira - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, c/c art. 290, do CPC, tornando-se sem efeito todos os atos e decisões judiciais prolatadas nos presentes autos. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0625040-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria da Glória Barros dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, manifestarem

expressamente a intenção de conciliar, mediante proposta. Em caso positivo, à Secretaria para pautar audiência de conciliação, observado o §12, do Art. 334, do CPC. II. Ainda, no mesmo prazo acima estabelecido, em caso negativo, devem as partes especificar as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. III. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0626350-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Indústria de Confecções O&M Ltda. - OEM Uniformes - REQUERIDO: Erivelton e Francisco Serviços da Construção Civil Ltda. - ME - Trata-se de Ação de Procedimento Comum Cível ajuizada por Indústria de Confecções OM Ltda. - OEM Uniformes, devidamente qualificada contra Erivelton e Francisco Serviços da Construção Civil Ltda. - ME, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: "Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado". (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017) Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0628459-45.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - REQUERIDO: José Augusto Silva Medeiros - Sandra Emília de Araújo Fogos - I- Designo o dia 25 de março de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0629339-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Lucídia Matozinho e Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0629665-94.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Nilo Tavares Coutinho S/A - REQUERIDO: M. Pestana da Gama - Manoel Pestana da Gama - Maria das Dores Ferreira da Gama - Assim, chamo o processo à ordem para desconsiderar o despacho de fl. 130, julgo desnecessária a oitiva de testemunha anteriormente designada, e dou-me em condições de conhecer do pedido para proferir sentença, nos termos do Art. 355, I, do CPC. Decorrido o prazo recursal, façam os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0629930-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - REQUERIDO: Raimundo Nonato da Costa Pinto - Defiro o pedido de fls. 43/44 dos autos. Intime-se a autora para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das diligências do Sr. Oficial de Justiça, consoante Portaria nº 116/2017. Após, expeça-se o competente mandado à Requerida, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0630599-23.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Fernanda Baraúna Farias - ME - Fernanda Baraúna Farias - I- Defiro o pedido de fl. 118 dos autos. II- Intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (OAB 1340/PA), ADV: DANIEL ANTÔNIO SIMÕES GUALBERTO (OAB 21296/PA) - Processo 0631311-47.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Moinhos Cruzeiro do Sul S/A - EXECUTADO: J. R. Barbosa Comércio de Alimentos - ME - Cuida-se de pedido de expedição de alvará formulado pelo Credor para levantamento do valor bloqueado às fl. 50/51. Observo que o Devedor não foi devidamente citado para apresentar resposta aos termos da execução, até a presente data, conforme certidão do Oficial de Justiça de fl. 38, bem como não foi intimado acerca do mencionado bloqueio. Posto isso, intime-se o devedor, pessoalmente, para que se manifeste, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o bloqueio de fls. 50/51, na forma do art. 854, §3º, do CPC.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0631587-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Associação do Condomínio do Sumaúma Park Shopping - ACSPS - REQUERIDO: Nelis Cardoso Colares - Tendo em vista o pedido de fls. 117, determino a intimação da autora para, no prazo de 05 dias, trazer aos autos o numero do CPF da requerida, uma vez que não consta na exordial.

ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0632562-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADO: Açaí Transportes Coletivos Ltda. - INTSSADO: SINETRAN - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Amazonas - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 1184/1186 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0632700-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Stemac S/A - Grupos Geradores - REQUERIDO: Murad Abdel Aziz Eireli - EPP - Defiro o pedido de fls. 159/158 para determinar o desentranhamento da réplica de fls. 145/146, por ser intempestiva, bem como, o desentranhamento dos documentos de fls. 147/150, por não se enquadrarem na possibilidade de juntada durante o processo, pois não documentos novos, consoante a exegese do art. 435, Parágrafo Único, CPC. Além disso, entendo que o processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do

art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0633147-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: José Carlos Bruno Rodrigues - Homologo por sentença a desistência manifestada à fl. 35 para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0634202-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Graça Lina Fernandes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0636562-75.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Felipe Demes Gonçalves Bezerra - Tendo em vista o acordo de fls. 100/103 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0637372-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Walzenir Grangeiro Pinheiro - INTSSADO: Vara Única da Comarca de Boca do Acre/AM - I. Tendo em vista a certidão de fl. 158, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: HOMERO MARIN ALARCON (OAB 283371/SP), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0637633-49.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lorenza Said Monteiro - REQUERIDO: Desconhecidos - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 317/330 e JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas e honorários, ante a hipossuficiência das partes, bem como, em atenção à cláusula sexta do acordo (fl. 325), in verbis: “Como forma de prestigiar a Conciliação, inclusive pela baixa condição financeira das partes, requeremos a isenção do pagamento das custas processuais e honorários advocatícios”. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0638206-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Avelar Remoções e Transportes Industriais Ltda. - ME - Emerson de Sousa Avelar - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 107/110 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0638364-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Guadalupe Moreno Lima - REQUERIDO: Itaú Unibanco Holding S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0639626-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Evanilson Pereira Lima - EXECUTADO: Vivaldo Leitão Limeira dos Anjos - Irene da Silva Santos - I- Intime-se a Autora para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição de fl. 110/112 dos autos. Cumpra-se.

ADV: RICARDO PENHA DE SOUZA (OAB 9415/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424A/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM) - Processo 0639760-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Elenir Margarida dos Anjos - REQUERIDA: Construtora Soma Ltda. - Clayton Bezerra Moura - PERITO: José Militão Rodrigues da Silva - Cel PM R/R - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se o Sr. Perito para que designe dia e hora para realização da perícia de reconstituição do acidente. Após, intimem-se as partes e seus patronos. Cumpra-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0640279-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Villa Lobos - EXECUTADO: João da Silva Dias - Cite-se o Devedor para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este ultimo em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1º) III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, para que ofereça embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0640845-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Amélia Corrêa Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643186-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda. - REQUERIDO: Mendonça e Batista Construção, Fabricação e Montagem Industrial Ltda. - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017 PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM) - Processo 0644040-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Life Ponta Negra -

EXECUTADA: Carmen Alves Firmino de Lima - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644406-08.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Crimiso Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Rossi Norte Empreendimentos S/A - EMBARGADO: Navegação Ana Carolina Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a parte autora não efetuou o pagamento das custas processuais iniciais. Posto isso, determino a intimação do autor para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 10 dias. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644590-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Exxon Pinheiro Sobreira - Remetam-se os autos ao contador para informar a este juízo se a guia de custas de fl. 29 foi devidamente paga. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0645398-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Ana Lira dos Anjos Vieira - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - INTSSADO: Caixa Econômica Federal - Agência 2987 - Raiz - Intime-se o Requerido para se manifestar acerca da proposta de acordo de fl. 148, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0653066-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Adeonor Ferreira Barros - I- Defiro o pedido de fl. 96/97 dos autos. II- Tendo em vista que as custas de consulta eletrônica já foram pagas, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, RENAJUD E INFOJUD, consoante solicitado. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0655347-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Laranjeira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - I- Designo o dia 24 de março de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0658990-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mário José de Oliveira Ricart - REQUERIDO: Francisco Luiz Dantas da Silva - Condomínio Unique - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam conheço do recurso porque tempestivo, mas no mérito, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Francisco Luiz Dantas da Silva contra a sentença de mérito proferida às fls. 459/467 e sentença dos Embargos de fls. 489/492, mantendo-se, destarte, hígidas nos moldes tal como estão lançadas, por seus jurídicos e legais fundamentos Declaro protelatório os presentes embargos e condeno o Embargante a pagar ao embargado, multa processual no equivalente a 2% do valor atualizado da causa, com funamento no art. 1.026, §2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0713894-94.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lúcia Cabral de Souza - Tendo em vista a nova tentativa em efetuar consulta via sistema Bacenjud, este M.M Juízo recebeu a seguinte mensagem “CPF/CNPJ 999.060.593-97 -não existe na base da SRF/UNICAD”, determino a intimação da autora, para atualizar os dados cadastrais da requerida, no prazo de 05 dias.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0717242-23.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Rodrigues Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da petição de fls. 251/254, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0718047-73.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Edilene de Souza Amorim - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adryana Maria Santos Damasceno (OAB 126786/SP)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Álvaro Inácio Martins de Oliveira (OAB 11915/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB 4514/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Antônio Simões Gualberto (OAB 21296/PA)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edna Flores da Silva (OAB 155412/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Felipe Antônio de Carvalho Filho (OAB 6454/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)

Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Hamilton Ribamar Gualberto (OAB 1340/PA)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Homero Marin Alarcon (OAB 283371/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jeam Vital de Brito (OAB 3704/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Cardoso Dutra (OAB 000.426/AM)
José Cardoso Dutra Júnior (OAB 013.641/DF)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Rodrigues Véras (OAB 10362/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Lena Guiomar Cavalcante Frederico Barbosa (OAB 2980/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Lúcio Sampaio de Souza Júnior (OAB 3695/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 205A/AM)
Matheus Bonaccorsi Fernandino (OAB 88005/MG)
Maurício Heitor Rossi de Castro e Silva (OAB 207429/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Ricardo Penha de Souza (OAB 9415/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo de Souza Agrela (OAB 320910/SP)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Simonne Alves Braule Pinto (OAB 3161/AM)
Sociedade de Advogados Moniz de Aragão e Ribeiro Advogados e Consultores Associados (OAB 46998/DF)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vitor Kikuda (OAB 424A/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: SAULO GRANA DE MENEZES (OAB 2408/AM), ADV: ABRAHAM JAYME BENEMOND (OAB 900.284/AM), ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM) - Processo 0019683-53.2010.8.04.0012/01 (012.10.019683-0/00001) - Embargos à Execução - EMBARGANTE: Praxis Engenharia Ltda. - EMBARGADO: Abraham Nissim Benoliel - Vistos, Intime-se o patrono Alonso para se manifestar sobre os novos cálculos da contadoria ou requerer o que entender por direito, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: FERNANDO ANTONIO F. LOPES (OAB 002.766/AM), ADV: CARLOS GERALDO DE ALBUQUERQUE NOGUEIRA (OAB 6867/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: MARIO SOUZA DA SILVA (OAB 1880/AM) - Processo 0048870-09.2010.8.04.0012 (012.10.048870-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Helcio dos Santos Ferreira - Vistos, O pedido de suspensão do leilão restou prejudicado face a inexistência e licitante ao segundo leilão, conforme Auto de fls. 1429. Dessa forma, desse vista as partes sobre o Auto de não Licitantes de fls. 1429. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: RAPHAEL BERNARDES DA SILVEIRA (OAB 209697A/RJ), ADV: RANGEL DA SILVA (OAB 41305/PR), ADV: RANGEL DA SILVA (OAB 213836A/RJ) - Processo 0204835-42.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Meridiano (Fundo de Investimento em Direito Creditoriais) - Vistos, Trata-se de guia de recolhimento de custas n° 001.1034054-88 (baixada), em que o autor efetuou recolhimento para apenas uma consulta em nome de um requerido. Sendo assim, intime-se o autor para complementar as custas referente as pesquisas, considerando que são vários requeridos e o valor de R$ 14,98 é cobrado POR ATO.

ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0206546-53.2010.8.04.0001 (001.10.206546-3) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Alberto Correa Gomes - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outro - Vistos, Expeça-se Precatório com as devidas correções. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM), ADV: ADILSON BETCEL VASCONCELOS (ADVOGADO SUSPENSO - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 6666/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES (OAB 1542/AM), ADV:

JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA MACIEL (OAB 5172/AM) - Processo 0240514-11.2009.8.04.0001 (001.09.240514-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Paulo da Costa Monteiro - REQUERIDO: Elizander Paz de Freitas - Vistos, Considerando a inércia do autor, expeça-se alvará em favor do cartório.

ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: JOAO CELIO MOURA SZLACHTA (OAB 11979/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 19608/RJ), ADV: RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA (OAB 100391/RJ), ADV: MAXIMIANO JOSE GOMES DE PAIVA (OAB 24200/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO DIAS SOBRAL PINTO (OAB 83175/RJ) - Processo 0600715-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria de Lourdes Dutra de Freitas - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0601654-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0604136-10.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0610876-18.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Francisco Reginaldo Costa Melo - EMBARGADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 208/217. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606163-68.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Ana Lúcia Benezar Duarte, por edital, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC. Intime-se o autor para efetuar o recolhimento de custas para expedição de edital.

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0606844-04.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Edna Sampaio de Oliveira EPP e outro - Vistos, Intime-se o Banco sobre a petição de fls.89/90. Após, suspenda o feito, até a decisão dos Embargos que estão em grau de recurso. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM) - Processo 0607561-74.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Silvia Fonseca de Souza - REQUERIDA: Tatiana Suky Oliveira Ribeiro - Vistos, Reporto-me as petição de fls.95. Defiro a oitiva das testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. Intime-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607689-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cley Franco de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0609101-31.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luiz da Silva Ramos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Itaú Bmg Consignado S.a - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC, ficando suspensos na forma do disposto no artigo 98, §3º, do NCPC. Intime-se.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0610054-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: David Novoa Gonzalez - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e DECLARO EXTINTO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, III, “b” do CPC. Considerando o deposito referente ao acordo, expeça-se alvará de levantamento. Após, proceda-se à baixa. Manaus, 21 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0613057-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Abel de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DEFIRO o pedido de perícia grafotécnica realizado pelo requerido, em contestação. Nomeio como perito, o Dr. Hélio do Carmo Magalhães Neto, telefone,(92)984159162/98425-3818,email:peritomagalhaes@hotmail.com cujos honorários arbitro em 2 salário mínimo, conforme disposto nos artigos 6 e 7 da Resolução nº127, de 15 de março de 2011 e art 8º, §2º, da Lei nº 8.620/93. Intime-se o perito para se manifestar sobre a aceitação do encargo, bem como sobre o valor dos respectivos honorários, no prazo de cinco dias (art. 465, §2º do CPC). Após a aceitação. Intime-se o Requerido para depositar em juízo o valor dos honorários da perícia e ambas as partes para indicação de assistente técnico e formulação de quesitos no prazo de 15 (quinze) dias (art. 465, §1º, II do CPC). Após a indicação de dia, hora e local da perícia, intimem-se as partes e os peritos assistentes, se indicados, para acompanharem a realização da perícia. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega

do laudo em juízo (art.422 do CPC), cujo prazo pode ser estendido, a pedido do perito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ VICENTE PEREIRA CARNEIRO (OAB 7283/AM) - Processo 0618184-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Cristina Zurra de Almeida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0618614-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Dilene Melo de Oliveira - REQUERIDO: Banco do Brasil Sa - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTO o cumprimento de sentença e o faço nos termos do Art. 485, VI do CPC. Remetam-se os autos à Contadoria para cálculo das custas finais. Após, INTIME-SE o Requerido para efetuar o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 868A/AM) - Processo 0627007-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da qualidade de segurado - REQUERENTE: PREVINORTE - Fundação de Previdência Complementar - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0627186-94.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Paulo Alexandre de Morais - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0628580-78.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: PAULO ELIAKIM VICENTE DA SILVA - REQUERIDA: FRANCICLEIA PATRICIA DE SOUZA e outro - Considerando declínio do perito anteriormente nomeado para realizar VISTORIA no imóvel objeto da lide, NOMEIO como perito: Paulo Duarte Alecrim: Diretor técnico do INPEAM - Instituto de Perícia da Amazônia, Corretor de Imóveis CRECI-AM/RR nº4.722 com CNAI nº 018976, MBA em perícia e avaliação de aluguéis e incorporações imobiliárias, pelo IPOG, demais qualificação podem ser verificadas no seu curriculum que se encontra arquivado na secretaria desse juízo. Endereço para contato: Rua Salvarador, 120, sl. 1206, bairro Adrianopolis, Manaus/AM, fone: (092) 99514-4747/ (092) 98100-7272. Email: perito.pauloalecrim@hotmail.com/ perito.pauloalecrim@inpeam.com.br INTIME-SE O PERITO para se manifestar sobre a aceitação do encargo, bem como a data para inicio dos trabalhos, no prazo de cinco dias. Após, aceite pelo perito, INTIMEM-SE AS PARTES para tomar ciência do inicio do trabalho. Considerando que a prova pericial fora requisitada por ambas as partes e as mesmas são beneficiarias da justiça gratuita, determina-se as providências necessárias, junto ao TJAM, a fim de autorizar e liberar o pagamento dos honorários, em favor do(a) perito(a) nomeado(a) acima, que ora fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme limites estabelecidos na Resolução n. 127/2011/ CNJ e Portaria 1.233/2012/TJAM. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/ RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0630703-78.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vista ao autor sobre manifestação do requerido em fls. 117/119.

ADV: MARCELA FÁTIMA PASIERPSKI SCHWENDNER (OAB 39887/SC), ADV: DAIANE BAUER (OAB 31273/SC) - Processo 0630704-97.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: CRYSALIS SEMPRE MIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. - R. H. Defiro o pedido de expedição de Mandado de penhora dos bens que guarnecem o estabelecimento comercial da empresa, nos termos do artigo 836 § 1º do CPC. Conste no mandado a redação do paragrafo retro. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0630896-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Karla de Siqueira Cavalcanti Azevedo - De acordo com o art.1º inciso XXIV do provimento de nº 63/02-CGJ. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a devolução do A.R negativo.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0631877-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Leve-castanheiras Residencial Park - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação, para que os autos possam ser remetidos ao CEJUSC.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR) - Processo 0635398-80.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Transportes Bertolini Ltda - REQUERIDO: INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA - Robson M. Fermandes e outro - DENUNCIADO: (litisconsorte) Companhia Mutual de Seguros - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 578/599. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: LUIS PHILIPE PEREIRA DE MOURA (OAB 162807/RJ), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JOÃO NOBRE DE OLIVEIRA (OAB 5996/AM) - Processo 0636717-83.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ANGELUCE FERRAZ SIMÕES - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social e outro - Vistos, Intime-se o autor para tomar conhecimento do oficio de fls. 417/418 e as devidas providencias cabíveis junto a Secretaria da Central de Precatório, tendo em vista que a requisição foi encaminhada, em tempo, conforme verifica-se o protocolo de envio as fls. 413/414 com as devidas correções. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0640692-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Roberval Castro da Silva e outro - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE e outro - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação e documentos de fls. 313/329. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0641014-31.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação

Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Jânio Kleber Reis Bruno - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Face o ônus da sucumbência, condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este último fixo em R$ 200,00, nos termos do art. 85, § 2°, do Código de Processo Civil. Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei nº 911/69, comunique-se ao Detran que a autora está autorizada a proceder à transferência do veículo a terceiros que indicar. Servirá a presente sentença, por cópia impressa, como OFÍCIO, que deverá ser instruído com as cópias necessárias. Oportunamente, arquivem-se os autos. Publique-se e intime-se

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0641969-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Condomínio Geral do Milennium Center - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0642259-09.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Compra e Venda - REQUERENTE: João Rosa Correia - REQUERIDO: Laboratório Pdt Pharma - Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda - Epp - DECIDO. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de expedição de Alvará para concessão do medicamento Fosfoetanolamina sintética pelos motivos expostos acima e nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Defiro pedido de justiça gratuita integral. Deixo de fazer remessa dos autos ao Ministério publico face a ausência de interesse, uma vez que não se trata de nenhuma das hipóteses do art.178 do CPC. Transitada em julgado, certifique-se. Após, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição Intime-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644556-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Sabino Leite de Macedo - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça em razão da profissão do autor e do objeto da lide, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0644557-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime o Autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0647409-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Intime-se ainda o requerido novamente para juntar o contrato assinado pelo autor. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0647830-92.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro da Glória Pereira - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0652448-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Airton da Silva Albuquerque - REQUERIDO: Clinica de Ultra Som de Olhos Ltda. (Clinica de Olhos Dr. David Tayah) e outro - Intimem-se as partes a comparecerem á perícia que foi antecipada pela perita, por motivo de viagem para o dia 29.08.2019 as 11:00 horas , no consultório situado na Av. Efigênio Sales nº 2240 Bloco B sala 212 Bairro Aleixo Condomínio Mundi.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0655037-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Vistos, Defiro a citação por edital, mediante pagamento, conforme portaria 116/2017-PTJ. Intime-se o Autor para recolher os valores referente a expedição do edital, no montante de R$ 17,14 (Dezessete reais e quatorze centavos), através de guia extraída do sit do TJAM, com identificação do processo. com a devida comprovação nos autos.

ADV: SUELLEN KLÍSSIA SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 12057/AM) - Processo 0655392-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Waniery Almeida dos Santos - Vistos, Analisando os autos verifico que o Autor emendou a inicial nas fls.64/70, contudo não esclareceu o que deseja emendar. Dessa forma, intime-se o Autor para esclarecer a petição de fls.64/70. Intime-se ainda para se manifestar sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

Abraham Jayme Benemond (OAB 900.284/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adilson Betcel Vasconcelos (ADVOGADO SUSPENSO - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 6666/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Alberto Dias Sobral Pinto (OAB 83175/RJ)
Carlos Alberto Rodrigues (OAB 1542/AM)
Carlos Geraldo de Albuquerque Nogueira (OAB 6867/AM)
Carlos Martins de Oliveira (OAB 19608/RJ)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Daiane Bauer (OAB 31273/SC)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)

Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fernando Antonio F. Lopes (OAB 002.766/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joao Celio Moura Szlachta (OAB 11979/AM)
João Nobre de Oliveira (OAB 5996/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM)
José Vicente Pereira Carneiro (OAB 7283/AM)
Júlio César de Oliveira Maciel (OAB 5172/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Philipe Pereira de Moura (OAB 162807/RJ)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcela Fátima Pasierpski Schwendner (OAB 39887/SC)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mario Souza da Silva (OAB 1880/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maximiano Jose Gomes de Paiva (OAB 24200/RJ)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rangel da Silva (OAB 213836A/RJ)
Rangel da Silva (OAB 41305/PR)
Raphael Bernardes da Silveira (OAB 209697A/RJ)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Ayres Martins de Oliveira (OAB 100391/RJ)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Saulo Grana de Menezes (OAB 2408/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silvana Maria lúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Suellen Klíssia Santos de Oliveira (OAB 12057/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wallace Eller Miranda (OAB 868A/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0264/2019

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM) - Processo 0612376-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - De ordem, fica intimada a parte Requerente para manifestar-se sobre o documento juntado às fls.97, no prazo de 05 (cinco) dias.

Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1694E/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0204569-21.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0707912-02.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Ecológica Comércio de Ferramentas e Serviços de Paisagismo Ltda. - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Ecológica Comércio de Ferramentas e Serviços de Paisagismo Ltda., nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Embargos À Execução/PROC em face de Banco Bradesco S/A, igualmente qualificado nos autos. Pelo que se infere dos autos, a parte Ecológica Comércio de Ferramentas e Serviços de Paisagismo Ltda. deixou de se manifestar acerca do prosseguimento do feito não cumprindo com a diligência a si imposta, quedando-se inerte. Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Ecológica Comércio de Ferramentas e Serviços de Paisagismo Ltda. em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1694E/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0204569-21.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0707912-02.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Ecológica Comércio de Ferramentas e Serviços de Paisagismo Ltda. - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 77, concedo o prazo de 5 (cinco) dias. Em não havendo manifestação o processo será extinto sem resolução do mérito.Após, voltem-me os autos

conclusos para . Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0227259-20.2008.8.04.0001 (001.08.227259-0) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - EXEQUENTE: Julides Garcia Teixeira - EXECUTADO: Ela - Empresa Lider de Assessoria Ltda - Defiro o pedido de fls. 283/284 para determinar a dilação dos presentes autos pelo prazo requerido de 10 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: THIAGO MACEDO CLAYTON (OAB 4804/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM) - Processo 0236891-02.2010.8.04.0001 (001.10.236891-1) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivone Lima dos Santos - REQUERIDO: Hospital São Lucas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 785/787, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0241789-24.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.266/271, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO FROTA MARQUES (OAB 6444/AM), ADV: JACYRA PEREIRA DA COSTA (OAB 5048/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM) - Processo 0244688-63.2009.8.04.0001 (001.09.244688-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Barrozo - REQUERIDO: Amazon Explorers Manaus Ltda - Analisando detidamente os autos, verifica-se que razão assiste a parte Amazon Explorers Manaus Ltda., a qual, às fls. 171/172, apresentou manifestação arguindo vício de ato ordinatório emitido pela secretaria, lastreada em certidão equivocada emitida pela contadoria, após a baixa dos autos. Observa-se que após prolação de sentença de procedência do pedido inicial, fora interposto Recurso de Apelação pela Requerida Amazon Explorers Manaus Ltda. julgado provido, reformando a Sentença prolatada por este Juízo, julgando improcedente o pedido inicial do Apelado/Requerente Antônio Barrozo, e invertido o ônus da sucumbência, observado o disposto na Lei 1.060/50 por ser o Apelado/Requerente Antônio Barrozo, beneficiário da justiça gratuita, com certidão de transito em julgado lavrada em 23 de setembro de 2013, fls. 141/147 e fls. 151 do processo. Constata-se que recebidos os autos por este Juízo, fora emitido ato ordinatório pela secretaria, datado de 20 de março de 2014, intimando-se as partes para manifestarem nos autos em 05 dias, fls. 156. Decorrido prazo sem manifestação das partes, a secretaria procedeu a baixa do processo em certidão datada de 08 de maio de 2014, fls. 165. Desconhece-se o motivo pelo qual, posteriormente, em 11 de fevereiro de 2019, às fls. 166, a Contadoria, inadvertidamente, elaborou relatório de custas -GRJ, indicando o valor total a recolher de R$ 1.562,88, e, às fls. 167, emitiu certidão equivocada, indicando custas judiciais pendentes de pagamento pelo Apelante/Requerido reportando-se a sentença reformada por Acórdão transitado em julgado. Nota-se ainda, que, lastreada no relatório de custas -GRJ e certidão erroneamente exarados pelo contador judicial, a secretaria da 1ª UPJ, equivocadamente, emitiu ato ordinatório às fls. 168, intimando a parte interessada para recolhimento das custas pendentes, no prazo de 15 dias, sob pena de emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias. A parte Amazon Explorers Manaus Ltda. então manifestou-se nos autos às fls. 171/172, arguindo vicio do ato ordinatório de fls. 168, arrimado em falsa premissa, ante equivoco da emissão da certidão de fls. 167, por ausência de atenção ao cenário processual, fazendo juntada aos autos da integralidade do Acórdão do Recurso de Apelação julgado provido interposto pela parte. Vindo-me conclusos, foi proferido despacho destinado à secretaria para prestação de informações sobre eventual equívoco da emissão do ato ordinatório de fls. 168, considerando a impugnação de fls. 171/172. Às fls. 183 foi emitida certidão relatando a sequência de atos processuais praticados no processo, imputando a responsabilidade para análise do vício arguido pela parte à assessoria deste Juízo, ante a atribuição da secretaria pelo cumprimento de grande volume de decisões proferidas por quatro magistrados, que integram a 1ª UPJ. Desse modo, comprovado o trânsito em julgado do Acórdão, o qual julgou provido o Recurso de Apelação interposto por Amazon Explorers Manaus Ltda. e erro na emissão de atos processuais para pagamento de custas processuais destinada a parte vencedora da ação após a baixa do processo, datada de 08 de maio de 2014, fls. 165, acolho o pedido da parte Amazon Explorers Manaus Ltda., chamo o processo a ordem para tornar sem efeito o relatório de custas -GRJ de fls. 166; certidão de fls. 167; ato ordinatório de fls. 168; certidão de fls. 183, esta por tratar-se de ato inócuo, e julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ALCIDES MARTINS DE OLIVEIRA NETO (OAB 7306/AM) - Processo 0247510-54.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Denny Holanda da Silva e outro - EXECUTADA: Mac Cyrela Equador Empreendimentos Imobiliários Ltda - Trata-se de divergência das partes nesta fase de cumprimento definitivo de sentença em relação ao valor atualizado da condenação. Visando por fim à controvérsia das partes, passo à análise do feito. Preliminarmente, colaciono os dispositivos condenatórios, conforme fls. 153, 192 e 243. SENTENÇA - “Ante o anteriormente exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do Requerente para o fim de condenar a Requerida a restituir as quantias pagas pelo Requerente, acrescida de indenização no montante equivalente a 40% das quantias pagas, assim como a assunção pela Requerida das despesas e impostos descritos nos itens “a” a “l”, cujo valores deverão ser corrigidos pelo indice do INCC-FGV, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, a contar de setembro de 2009, e multa moratória de 2% sbore o valor total apurado do débito. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização a título de dano material -alugueis pagos pelo Requerente- e dano moral.” “Condeno a Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor total da condenação.” EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - “Desta feita, sobre as quantias pagas pelo Requerente, deverão ser aplicados correção monetária pelo índice do INCC-FGV, desde cada desembolso, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a contar de setembro de 2009, e multa moratória de 2% sobre o valor total do débito apurado. A cláusula penal aplicada em favor do consumidor deverá ser calculada no percentual de 40% sobre os valores atualizados das quantias pagas pelos Requerentes.” E, por fim, a parte dispositiva do acórdão de fls. 238-243. Dito isso, devem os autos serem encaminhados à Contadoria, onde deverão observar as orientações abaixo. A parte Requerida fora condenada à restituição das quantias pagas pelos Requerentes, observar valor e data de pagamento nas planilhas de fls. 306, devendo cada parcela ser corrigida da data de cada desembolso e aplicado juros de 1% ao mês a contar de setembro de 2009. A verba retro deve ser atualizada até a data do pagamento tempestivo e espontâneo da condenação, qual seja, 09/10/2018, que resultará num montante X. Sobre o montante X deve ser apurada a multa moratória de 2%. Sobre o montante X deve ser apurada a cláusula penal de 40%. Os danos morais de R$ 10.000,00 devem ser corrigidos da data do arbitramento (01/06/2015) e aplicados juros de 1% a contar do evento danoso (01/09/2009), atualização até a data do pagamento espontâneo (09/10/2018). Sobre o montante apurado dos danos materiais, multa moratória, cláusula penal e danos morais, deve-se aplicar 15% referente aos honorários de sucumbência. Deve ser calculada ainda as custas sobre o valor da ação. Remetam-se os

autos à Contadoria vinculada ao juízo. Apresentados os cálculos pela Contadoria, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre o que entenderem de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0600348-56.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Geoplano Edificacoes LTDA e outro - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602500-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ROBSON DA SILVA TEIXEIRA - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado , RENAJUD, INFOJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM), ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0602500-77.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ROBSON DA SILVA TEIXEIRA - Compulsando os presentes autos, observa-se que houve bloqueio de valores em conta bancária da parte executada (fls. 175/176). A parte executada apresentou impugnação às fls. 169-174, aduzindo que a dívida já fora paga, bem como que a conta objeto do ato é salarial, requerendo, assim, o desbloqueio dos valores. O juízo determinou a intimação da parte exequente para se manifestar sobre a impugnação mas o mesmo apenas solicitou a transferência dos valores bloqueados e realização de consulta de bens nos sistemas conveniados. Diante disso, sendo comprovado que os valores bloqueados via BACENJUD são provenientes de verbas salariais (fls. 111/112 e 174) e levando em consideração a ausência de impugnação da parte exequente, determino o desbloqueio da conta bancária do executado, nos termos do art. 833, IV do CPC. No mais, cumpra-se o despacho de fls. 182. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0602827-56.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: SIMITRANS FRIGORÍFCO E COMÉRCIO DE FRIOS LTDA - Comparece aos autos a parte Requerente pleiteando a Citação por Edital da parte Requerida . Esclarece-se que a Citação por Edital somente deve ser realizada após se esgotarem as diligências cabíveis para a localização do destinatário do ato citatório, inclusive àquelas que se impõem ao Juízo (art. 256, §3º do CPC). Corroborando a tese, os julgados a seguir: APELAÇÃO CÍVEL. CITAÇÃO POR EDITAL. MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS NÃO FORAM ESGOTADOS. NULIDADE DO ATO. DESCONSTITUIÇÃO DA SENTENÇA. REMESSA DOS AUTOS À ORIGEM PARA REFAZIMENTO DO ATO CITATÓRIO. DERAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70069701977 RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Data de Julgamento: 01/09/2016, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 05/09/2016) AGRAVO DE INSTRUMENTO. USUCAPIÃO. NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. Ocorrência. Não esgotamento das vias de praxe para localização pessoal dos réus. Citação por edital que é medida excepcional cabível somente depois de esgotados todos os meios de localização. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS. Providência desnecessária. Assegurada a devolução de prazo para apresentação de contestação, bem como o direito à produção de provas. Medida suficiente para garantir a ampla defesa aos agravantes. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22190601920158260000 SP 2219060-19.2015.8.26.0000, Relator: Rosangela Telles, Data de Julgamento: 01/03/2016, 2ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/03/2016). Desse modo, verificando que não houve esgotamento das diligências para localização de endereço válido para citação, indefiro o pedido de Citação por Edital e determino que seja expedido mandado para o endereço constante na consulta junto Bacenjud de fls. 158/159. Isto posto, intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento das custas pertinentes as novas consultas eletrônicas a serem realizadas, devendo recolher a Guia de Recolhimento Judicial e juntar aos autos a sua comprovação, no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com a Portaria nº 116/2017 da Presidência do Tribunal de Justiça. Após, comprovado o efetivo pagamento, proceda-se com a expedição do mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0603074-66.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Leunildo dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Maria dos Santos Torres - Conforme certidão de fls. 263, embora tenha sido efetuada a juntada de comprovante de pagamento da parcela nº 19 do acordo (fls. 260), não consta como transferido à CEF para fins de satisfação da obrigação. Assim, analisando detidamente a numeração do boleto às fls. 259 e o comprovante de pagamento às fls. 260, verifica-se que possuem números de identificação diferentes, logo, não está comprovado o pagamento da referida verba. Isto posto, intime-se a parte executada para, no prazo de 10 (dez) dias, justificar o não pagamento da parcela nº 19, bem como regularizar o ato, sob pena de execução forçada e apuração da responsabilidade. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM) - Processo 0603805-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADA: AAA Reis Import Comércio de Equipamentos e Informática Ltda - Loja Hitech) - Condomínio Amazonas, nos autos devidamente qualificado e representada, ajuizou Execução de Título Extrajudicial/PROC em face de AAA Reis Import Comércio de Equipamentos e Informática Ltda - Loja Hitech), igualmente qualificado nos autos. Intimada a parte Condomínio Amazonas deixou de se manifestar acerca do prosseguimento do feito Em assim sendo, percebo o desinteresse da parte Condomínio Amazonas em dar prosseguimento ao presente processo, no prazo previamente estipulado, razão pela qual julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604628-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.116/119, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM),

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605799-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria de Fatima Souza da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606122-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de fls. 166 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 10 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0606738-71.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Wander Lúcio Cardoso Fernandes e outro - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante a necessidade da produção de prova pericial, nomeio como perito Legista, o Sr. HÉLDER ALAGIAS, devendo ser notificado via ofício a ser encaminhado ao IML, que deverá ser notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se aceita o encargo, indicar o valor de seus honorários, fazer juntada de currículo atualizado com comprovada especialização e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, nos termos do art. 465, §2º do CPC. Nomeio ainda como perito médico, na área de Medicina Legal e Perícia Médica, o(a) Sr(a). Mário Rubens Macedo Viana, com telefone (92) 99902-1074 (fls. 385), que deverá ser intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se aceita o encargo, indicar o valor de seus honorários, fazer juntada de currículo atualizado com comprovada especialização e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, nos termos do art. 465, §2º do CPC. Manifestando-se o perito sobre as informações retro, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e/ou apresentação de quesitos, nos termos do art. 465, §1º do CPC. Após, efetivado o aceite pelo perito nomeado e indicados os honorários, intime-se a parte Requerida para depositar, em juízo, o valor dos honorários cobrados, no prazo de 5 (cinco) dias. Deve-se comprovar o depósito dos honorários periciais, mediante juntada aos autos da guia de depósito acompanhada do respectivo comprovante de pagamento. Efetuado o depósito, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia nos 20 (vinte) dias subsequentes. Assinalo o prazo de 30 (trinta) dias, contados das intimações, para a entrega do laudo em Juízo. Havendo indicação de assistentes técnicos, pelas partes, os mesmos deverão oferecer seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias (art. 477, §1º do CPC) e, após, a intimação das partes da apresentação do laudo, deverão ser os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÍRIO DANTAS DA NOBREGA (OAB 10025/PB), ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM) - Processo 0606747-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Link Celulares e Desenvolvimento de Negócios Ltda. - EXECUTADA: Eriane Sabrina Neves Soares e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo as partes executadas para que se manifestem acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls.229/231, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: TIAGO PIRES DE ABREU (OAB 12726/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0610356-87.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Raimundo Alves de Lima - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado deferido em fls. 215 , no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612015-97.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.79/82, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0612045-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM) - Processo 0612107-75.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Gracilene Martins da Silva - Defiro o pedido de expedição de novo mandado de reintegração de posse, entretanto, deve a parte Requerente e/ou seu advogado acompanhar a diligência junto ao oficial de justiça designado para o ato, visando dar maior efetividade à medida. Assim que designado o oficial de justiça para o ato, notifique-se o advogado da parte Requerente para adotar as medidas cabíveis. Acaso o meirinho verifique que haverá resistência ao cumprimento, autorizo desde já a requisição de força policial. No mais, cumpra-se a decisão de fls. 34-36. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0612526-37.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: ALDAIRA DE ARAUJO SILVA - EXECUTADO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a parte Executada para que se manifeste acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls.213, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LAISA MAIA DE OLIVEIRA (OAB 14144/AM), ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0613783-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Michaell da Silva Santos e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.95 e 96, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0615391-62.2017.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: América Construções e Empreendimentos - REQUERIDO: Poliana Lima de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-

PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617061-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.59/62, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM) - Processo 0617504-57.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: JOSE FRANCISCO PÉSQUEIRA LESSA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.240/ 250, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM), ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619121-86.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: ALLAN CRUZ DE BRITO e outro - EXECUTADA: Construtora Capital Rossi - SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.426/431, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619365-73.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.157/167, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0620421-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIA YU WATANABE (OAB 152046/SP), ADV: CELSO MEIRA JÚNIOR (OAB 8635/SC) - Processo 0621123-24.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0600335-86.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Competência - EXEQUENTE: Universal Fitness da Amazônia Ltda - EXECUTADO: Amazon Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 173/176, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM) - Processo 0621993-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Nilson Coronin - Consoante se observa às fls 416/417, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Por oportuno, requereram a suspensão do processo até o devido cumprimento. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 924, inc. II, III, " do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Expeça-se alvará em favor da executada. Proceda-se à baixa.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622580-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nelma Nascimento Cóvas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: CAROLINA MIZUMUKAI (OAB 264422/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0623960-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.99 e 100, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM) - Processo 0624044-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.66/68 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA), ADV: BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (OAB 18292/PA), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM) - Processo 0625469-81.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: José Antônio Vasconcelos da Costa e outros - Intime-se o advogado peticionante às fls. 81 para adequar os dados de sua manifestação, pois o mesmo é apenas representante de José Antônio Vasconcelos da Costa, conforme procuração às fls. 82, mas informa os dados de conta bancária pertencente à Antônio Luiz da Silva. Isto posto, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para retificação e adequação, sob pena de arquivamento. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0626325-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - O Requerente Banco Itaucard S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC em face de Helio Pereira da Silva, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls.61/62. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa.

P. R. I. C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628061-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.79/82, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0629891-02.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: Araras Alimentos Ltda (premiatto) e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerida(s) para que se manifeste(m) acerca da manifestação do autor de fls. 284/290, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM) - Processo 0630047-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Cleto Pereira Frazão Filho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls.139/154, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0630827-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nestor Castro da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Consoante se observa às fls. 206/208, as partes entabularam acordo, sendo a dívida negociada. Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquivem-se os autos e, proceda-se à baixa independente do trânsito em julgado

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0631317-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM) - Processo 0632224-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: MARLENE DE OLIVEIRA ALMEIDA - FERRAGENS OLIVEIRA e outro - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD, INFOJUD , após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM) - Processo 0632728-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Adriano Bezerra Agra - ME e outro - Defiro o pedido de fls. 228/229 para determinar a dilação dos presentes autos pelo prazo requerido de 20 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0634590-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0635509-59.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Eletro Tech Comercio e Serviços de Materiais Eletricos Ltda - Inicialmente, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a planilha do valor devido, outrossim, informe o valor bloqueado, Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0637641-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641503-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca do bloqueio negativo realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.145 e 146, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM) - Processo 0641604-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Araras Alimentos Ltda e outros - Trata-se de cumprimento de sentença homologatória de acordo. Compulsando ao autos, observa-se que a parte exequente aduz, em suma, que a parte executada vem descumprindo reiteradamente o acordo outrora homologado pelo juízo. A parte executada aduz, em suma, que a parte exequente dificultou o pagamento das parcelas do acordo. Decido. Conforme fixado na cláusula 3.1 do acordo, os boletos seriam enviados pela exequente à executada via e-mail "neifallcao@bol.com.br", cabendo à parte executada a comunicação ao exequente em caso de não recebimento e solicitação de regularização ao endereço "caixadecobranca@sonaesierra.com". Em que pese a parte executada tenha feito a juntada de e-mail informando a terceiros vinculados à exequente de que os boletos não foram enviados (fls. 182), deve ser ressaltado que a comunicação em caso de não recebimento de boletos, conforme acordo homologado pelo juízo, seria pelo endereço "caixadecobranca@sonaesierra.com",

o que não fora realizado. Ademais, presumem-se enviados os boletos em data posterior ao executado, conforme documento de fls. 205, estando com anexos, logo, não se desincumbiu a parte executada de demonstrar fato impeditivo do direito do exequente, pois não observou a cláusula 3.1 do acordo. Observo que todos os depósitos realizados em juízo (fls. 183, 184/185, 187/188, 194, 195 e 231/232) foram intempestivos em relação ao cronograma fixado no acordo, bem como houve depósito de valor a menor em relação ao pactuado, ficando caracterizado outro descumprimento do acordo. Observa-se ainda que os valores fixado no acordo eram de verbas devidas até aquela data, onde caberia ao executado continuar pagando os aluguéis e encargos contratuais vincendos, o que não fora realizado, tendo inclusive o exequente aberto nova ação, sob o nº 0629891-02.2018.8.04.0001, onde demonstra nova mora em relação ao período posterior ao acordo. Ante o exposto, percebe-se que a parte executada, além de descumprir os termos do contrato original pactuado (fls. 117-128), vem descumprindo o acordo pactuado em juízo. Nesse contexto, vislumbro a presença dos requisitos necessários para a concessão da liminar de despejo, nos termos da cláusula 5.2 do acordo homologado, já que o direito do exequente/locador, já devidamente evidenciado nos autos, não pode ser postergado para outro momento processual, diante da inviabilidade da permanência prolongada da executada/inquilina no imóvel, sob pena de suportar prejuízos irreparáveis ou de difícil reparação, visto que os aluguéis e demais encargos locatícios não vêm sendo pagos, enquanto, em contrapartida, a dívida contraída pela empresa locatária além de ser substancial, é crescente. Por tais razões, determino a expedição do competente mandado de desocupação voluntária do imóvel no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de despejo compulsório. Cientifique-se os sublocatários e ocupantes e eventuais fiadores se indicados. Decorrido o prazo para desocupação voluntária, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito e dar regular prosseguimento do feito. Expeça-se mandado, após o devido recolhimento das custas necessárias à efetivação da medida. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641928-61.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls.106 e 107, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0644811-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB 1161A/AM) - Processo 0645380-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Maria de Oliveira Sirotheau - REQUERIDO: Porto Veículos Ltda. - Renault do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO BASTOS FELIPPE (OAB 150590/SP) - Processo 0646222-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Viena Gráfica e Editora Ltda. - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD,, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizada a consulta, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO (OAB 552A/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0709436-34.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - EXEQUENTE: Josiane Damasceno Reis - EXECUTADO: Kristen Roriz de Carvalho - Intime-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 292, requerendo o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB 1161A/AM)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB 7306/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna Caroline Barbosa Pedrosa (OAB 18292/PA)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Mizumukai (OAB 264422/SP)
Celso Meira Júnior (OAB 8635/SC)
CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 1694E/AM)
Cláudia Yu Watanabe (OAB 152046/SP)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fabrício Frota Marques (OAB 6444/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Írio Dantas da Nobrega (OAB 10025/PB)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)

Jacyra Pereira da Costa (OAB 5048/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kristen Roriz de Carvalho (OAB 552A/AM)
Laisa Maia de Oliveira (OAB 14144/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Bastos Felippe (OAB 150590/SP)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Macedo Clayton (OAB 4804/AM)
Tiago Pires de Abreu (OAB 12726/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA (OAB 50932/RJ), ADV: DANIEL MASSENA FERREIRA (OAB 388405/SP), ADV: FLÁVIA DE PAIVA BRANDI (OAB 9300/AM), ADV: FRANCISCO TÚLLIO DA SILVA MARINHO (OAB A901/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS (OAB 5985/AM), ADV: MARIO SALLES PEREIRA DE LUCENA (OAB 137630/RJ) - Processo 0631723-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jorge Alberto Castro Cabral dos Anjos - Maristela Conde Rodrigues Cabral dos Anjos - REQUERIDO: Abreutur Viagens e Turismo Ltda - LITSPASSIV: Gol Linhas Aéreas S/A - Ante o anteriormente exposto, Julgo Procedente o pedido do Requerente para o fim de condenar as Requeridas, solidariamente, a título de danos materiais a restituírem o Requerente a totalidade dos valores dispendidos, cujo saldo perfaz a quantia de R$ 20.856,35, corrigida monetariamente a partir da data do efetivo prejuízo acrescido de juros legais a contar da citação; e a título de danos morais a quantia de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) atualizada nesta data, acrescida de correção monetária e juros de mora a partir da publicação desta Sentença. Condeno ainda as Requeridas,solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação,. Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Apresentada Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 1º do CPC. Interposta Apelação Adesiva, intime-se o Apelante para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias, art. 1.010, § 2º do CPC. Intimadas as partes nos termos do §§ 1º e 2º, após, proceda a Remessa do Recurso ao Tribunal, art. 1.010, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

Alberto Daudt de Oliveira (OAB 50932/RJ)
Daniel Massena Ferreira (OAB 388405/SP)
Flávia de Paiva Brandi (OAB 9300/AM)
Francisco Túllio da Silva Marinho (OAB A901/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB 5985/AM)
Mario Salles Pereira de Lucena (OAB 137630/RJ)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0212478-90.2008.8.04.0001 (001.08.212478-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0220200-10.2010.8.04.0001 (001.10.220200-2) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Condomínio do Edificio Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: Tropical Hotelaria Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/

MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0241070-42.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, na fase de cumprimento de sentença. requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DOUGLLAS D'OURO CARVALHO (OAB 2953/TO) - Processo 0260922-23.2009.8.04.0001 (001.09.260922-9) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: ASSOCIACAO ADVENTISTA NORTE BRASILEIRA DE PREVENCAO E ASSISTENCIA A SAUDE - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0349095-91.2007.8.04.0001 (001.07.349095-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ayub Mussa Neto - Ante o teor da certidão retro, intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento em 05 dias. Transcorrido o prazo de 05 dias sem manifestação, autorizada a suspensão da execução, independentemente de nova conclusão, pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0601329-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Andreia Caetano do Nascimento e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0603610-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611730-07.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DOUGLAS BANDEIRA DE MELO AKEL THOMAZ (OAB 12218AM), ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ANA CAROLINA LOUREIRO DE ASSIS (OAB 12206/AM) - Processo 0612456-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rivaldo Bandeira de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, na ação movida por Rivaldo Bandeira de Melo contra Manaus Ambiental S/A, rejeitos as preliminares e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC), para: 1) condenar a concessionária ré a restituir ao autor as diferenças entre os valores cobrados nas faturas e o consumo efetivamente medido, sem aplicação de multiplicação da tarifa mínima pelo número de salas do edifício. A restituição deve ser apurada em liquidação pelo procedimento comum (artigos 509, II, CPC), considerando o limite do período prescrito (faturas anteriores a 23/04/2007), incidindo sobre o valor da condenação juros de mora, a partir da citação (art. 405, CC), e correção monetária a contar da data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), data de pagamento em excesso de cada fatura, nos termos da fundamentação. 2) condenar a ré a pagar ao autor indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC). 3) condenar a ré, deferindo a tutela antecipa, a juntar aos autos, antes do início da fase de liquidação, as faturas de consumo de água do autor com vencimento entre 23/04/2007 e 23/09/2009, sob pena de, em caso de descumprimento, a liquidação da condenação referente a este período ser feita com base na média de consumo dos últimos 12 (doze) meses. Configurada a sucumbência recíproca (art. 86, CPC), visto que foi julgado improcedente o pedido do autor de indenização de honorários contratuais, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em razão disto: (a) condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários do patrono do autor, os quais fixo em 10% (dez por cento), com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC, ambos sobre o valor da condenação, a ser apurado na liquidação; (b) condeno o autor a pagar os honorários do advogado da ré, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o pedido indenizatório julgado improcedente (art. 85, § 2º, CPC). Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida à parte autora, fica suspensa a exigibilidade desse valor, nos termos do art. 98, § 3º do CPC; (c) descabe a compensação em relação aos honorários impostos nessa decisão, uma vez que não se trata de crédito e débito recíprocos das partes, mas sim crédito autônomo dos advogados, decorrente da sucumbência. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal na internet - http://www.tjam.jus.br -, acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico: http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado; 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0616283-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Michel Anderson Menezes Leite - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, Intimo a parte Requerente interessada, para que tome ciência da petição Manifestação/Comprovação de Pagamento de Pág.(s) (342/344) retro..., documentos às Pág.(s) (345/347) e se manifeste, caso queira.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB

5273/AM) - Processo 0619435-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J. Rivelino Moreira - Me - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DENYS FALABELO JAIME (OAB 8235/AM) - Processo 0620335-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Extinção - REQUERENTE: Sidomar Ferreira de Oliveira - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA ANTECIPADA para determinar à parte ré que se abstenha de praticar atos inerentes à cobrança das parcelas vincendas, tais como protestos, inscrições em cadastros restritivos, até ulterior decisão deste juízo. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC, fixo multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada cobrança realizada após a intimação desta decisão, até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Caso o descumprimento consista em inscrição em cadastro de devedores, após a intimação da parte ré desta decisão, fixo multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada dia de permanência da inscrição, até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 14/10/2019 Hora 09:30, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: PANMALLA CARNEIRO MOREIRA BACELLAR (OAB 9480/MA), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0620529-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luci Jane da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Assunção Promotora Eireli/R Silva Assessoria e Serviços Ltda - Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico a existência de nítida relação de consumo (art. 2º do CDC). Portanto, em razão da hipossuficiência da parte autora, é caso de inversão do ônus da prova, que constitui garantia de defesa do consumidor (art. 6º, VIII, Lei n. 8.078/90). Destarte, concedo às partes o prazo de 10 (dez) dias para especificação das provas pretendidas, observada a inversão do ônus da prova.

ADV: ALFREDO GOMES DE SOUZA JUNIOR (OAB 64862/MG), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0622681-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta - REQUERIDO: Companhia Thermas do Rio Quente - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem eventuais propostas de acordo e especifiquem se há provas que pretendem ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Em caso de inércia dos litigantes, procederei ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0623921-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: R.R.L. - REQUERIDO: V.F.C.F.I. - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625299-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628352-98.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória de fls.218/219.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628735-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0629162-39.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Saint Laurent - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDA KAROLINE GAIA OLIVEIRA (OAB 9450/AM), ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM), ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM), ADV: ELICE CARINA CALDAS (OAB 9448/AM), ADV: JORGE DE SOUSA OLIVEIRA (OAB 9455A/AM) - Processo 0631813-83.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Nilton Vieira Costa - REQUERIDO: Margarida Janeth da Silva Neta - Ante o exposto, rejeito a preliminar suscitada, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na ação movida por Nilton Vieira Costa, em face de Margarida Janeth da Silva Neta, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra. Rejeito o pedido de retenção por benfeitorias, ante a ausência de demonstração das melhorias realizadas pela ré na coisa, sem prejuízo de sua liquidação. Repilo, ainda, a indenização por danos morais pretendida, justo por não restar comprado prejuízo algum ou, ainda, relevante abalo aos direitos da personalidade da requerida. Após o trânsito em julgado, expeça-se o competente mandado de reintegração de posse em favor do requerente. Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 5.000,00, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Intimem-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0636990-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE:

Dione Silva de Oliveira - REQUERIDO: Novo Mundo - Processo pendente de perícia grafotécnica. Afirma a requerente não ter o requerido apresentado documento original a ser periciado. Contudo, verifica-se à fls. 166, Termo de Adesão a Contrato, no qual consta uma assinatura.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0637764-92.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: TORNEADORA MANAUS - REQUERIDO: BANCO HSBC BANK BRASIL S.A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0638594-53.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Fernando Hugo Giffoni de Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, Tutela antecipada deferida à fls. 63/64 e publicada no Portal eletrônico fls. 65/66. À fls. 76, publicada no Portal a data de audiência de conciliação que seria realizada no CEJUSC. No referido ato, o requerido não compareceu, termos à fls 83/84. À fls. 158/159, manifestação do requerido pugnando pelo chamamento à ordem do feito e devolução de prazo, sob a alegação de nulidade dos atos, vez que não foi regularmente citado, mas tão somente intimado conforme fls. 81/82. À fls. 160/162, manifestação do autor se insurgindo contra o pedido anterior e informando o descumprimento por parte do banco da medida deferida. À fls. 172/173, nova petição do requerido , dessa vez pugnando pela suspensão do feito diante de decisão exarada pela Desdora Nélia Caminha, em autos de Pedido de Uniformização da Jurisprudência. Sobre tal petição manifestou-se o requerente à fls. 174/175. Vieram-me os autos conclusos. Pois bem, duas situações a ser analisadas. Ocorrência de revelia e necessidade de suspensão do feito. Em que pese a insurgência da parte requerida alegando não ter sido regularmente citada, não lhe assiste razão no pleito, pois em simples consulta ao site do Tribunal de Justiça , evidencia-se estar o requerido cadastrado no Portal Eletrônico, o que permite que intimações/citações sejam executadas por esse meio, o qual tem a mesma validade que a citação pessoal. Portal Eletrônico é utilizado a fim de facilitar e dar celeridade aos processos em que figuram grandes demandados e foi adotado pelo Banco requerido no ano de 2016. Sendo assim, perfeitamente válida a citação de fls. 65/66, publicada também no diário à fls. 69. Indefiro a devolução de prazo pretendida. Nesse sentido, enfito que a ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa., motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual sou pelo julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Quanto ao pedido de suspensão, a decisão exarada no Autos de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000199-73.2018.8.04.9000, atinge tão somente as causas em tramitação nos Juizados Especiais Cíveis, não se aplicando as causas que correm na Justiça Comum. Assim, indefiro o pedido de suspensão. Após a fluência do prazo recursal, in albis, voltem-me os autos conclusos para senten

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO (OAB 19357/PE), ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0639471-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Alejandro Molina Valeiko e outro - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 181/192, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0640859-91.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Rodrigues Garcia - REQUERIDO: Televisao A Crítica Ltda (Tv A Crítica Canal 4) Programa Cidade Alerta - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.95/99 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0641349-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glacy dos Santos Esteves - Pelo exposto, defiro a tutela antecipada, e determino DETERMINO ainda que a parte ré se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica em razão da dívida discutida nos autos, bem como retire o nome da parte autora no cadastro de inadimplentes em relação às faturas ora contestadas, até o deslinde da presente demanda. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC fixo multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), para cada dia de permanência da inscrição, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, bem como determino a inversão do ônus da prova em favor da autora. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 14 de outubro de 2019, às 9 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: ISAAC COSTA LAZARO FILHO (OAB 18663/CE), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0642812-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Gilcele Rocha da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls. 65/82, e se manifeste, caso queira.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0643353-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Clarice Almeida Maciel - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem eventuais propostas de acordo e especifiquem se há provas que pretendem ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Em caso de inércia dos litigantes, procederei ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0644345-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, visto que são 02 (dois) requeridos, dessa forma faltando recolher as custas de 01 (um) requedido no valor de (R$20,00 + R$1,50) conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias. Ainda sobre o envio das cartas, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço do requerido JONATHAN COSTA FERREIRA, no prazo legal de 05 (cinco) dias, visto que a cidade citada na exordial diverge do CEP informado.

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0644513-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nazaré Kátia Ramos Gonçalves - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: DOUGLAS BARBOSA DE LIMA (OAB 14511AM) - Processo 0644567-18.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Edimar Teodoro de Souza - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM) - Processo 0646384-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Alques Comércio Representação Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANILO MACEDO OLIVEIRA SILVA (OAB 45028/BA), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0646610-59.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Salute Serviços Hospitalares Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Processo pendente de análise quanto ao pagamento das custas processuais. Verifico que há comprovante de depósito em favor do Tribunal de Justiça no valor de R$ 1.367,12 (fls. 214), apontado pelo requerente como primeira parcela das custas processuais. Há fls. 248, determinou-se que a Contadoria certificasse acerca desse recolhimento como custas do processo em curso. Até o momento tal diligência não foi cumprida. Assim, determino que no prazo de cinco dias o faça, vez que precisamos dar correto andamento ao feito. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0655707-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Gleice Mara Costa de Souza - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: ASTRID MARIA CABRAL MAUÉS (OAB 13458/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0656514-06.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0216584-90.2011.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Bem de Família - REQUERENTE: Ghislaine Maria Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Musique Nuit Serviços de Festas e Eventos Ltda - Epp - Paulo Sérgio R. de Oliveira e outro - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0700242-44.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Acquatrat do Nordeste Ltda - ME - REQUERIDO: Transportes Bertolini Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alfredo Gomes de Souza Junior (OAB 64862/MG)
Amanda Karoline Gaia Oliveira (OAB 9450/AM)
Ana Carolina Loureiro de Assis (OAB 12206/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Astrid Maria Cabral Maués (OAB 13458/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Camila Barbosa Rosas (OAB 4406/AM)
Carlos Antônio Harten Filho (OAB 19357/PE)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Danilo Macedo Oliveira Silva (OAB 45028/BA)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Denys Falabelo Jaime (OAB 8235/AM)
Douglas Bandeira de Melo Akel Thomaz (OAB 12218AM)
Douglas Barbosa de Lima (OAB 14511AM)
Dougllas D'Ouro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elice Carina Caldas (OAB 9448/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isaac Costa Lazaro Filho (OAB 18663/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)

Jorge de Sousa Oliveira (OAB 9455A/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Panmalla Carneiro Moreira Bacellar (OAB 9480/MA)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Silvana Maria lúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: ELCIO CUNHA TOLENTINO DA COSTA (OAB 56432/RJ), ADV: MIGUEL TEIXEIRA SOARES (OAB 22675/RJ), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0205387-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fátima Bassal da Costa - REQUERIDA: Associacao dos Servidores Civis do Brasil - ASCB e outros - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente ação, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para condenar as Rés, solidariamente, a pagarem à Autora o montante de R$ 30.000,00, a título de indenização por dano extrapatrimonial, sobre o qual deve incidir juros moratórios, segundo a taxa SELIC, limitados a 1% ao mês, a contar da última citação, ocorrida em 12/12/2006 (fl. 172), até a data desta decisão, tempo em que deverá passar a incidir correção monetária, segundo a taxa SELIC, nos termos dos arts. 405 e 406, do CC, da Súmula n.º 362, do STJ e do art. 12, parágrafo único, IV, da Portaria 1.855/2016 do TJAM. Oportunamente, defiro à Autora os benefícios da justiça gratuita, por entender preenchidos os requisitos do art. 98 do CPC. Diante da sucumbência recíproca, conforme art. 86, do CPC, as custas processuais devem ser divididas pelas partes e os honorários advocatícios, conforme os arts. 85, §14 e 86, do CPC, devem ser pagos por cada parte ao advogado da parte contrária no percentual de 10% sobre o valor da condenação, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art.85, § 16, do CPC. Assevero ainda que diante do disposto no art. 98, §§ 2º e 3º, do CPC, tendo em vista a sucumbência parcial da Autora e sendo ela beneficiária da justiça gratuita, restará suspensa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, a exigibilidade do crédito referente à verba honorária e às custas processuais as quais foi condenada. Neste mesmo período a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM), ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM) - Processo 0245820-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Waldir Rodrigues da Silva Filho - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Vistos, etc Ratifico os termos da decisão interlocutória exarada em fls.744/746, compreendo-a por preclusa, à vista de que inocorreu insurreição quanto a seus termos por meio de agravo de instrumento. Doutro giro e em observância aos termos da certidão de fls.812 pela 3a. Contadoria do Fórum, decido que se realize ao deslinde do presente cumprimento definitivo de sentença, perícia judicial, que deverá ater-se aos parâmetros já fixados pelo juízo através da decisão interlocutória de fls.744/746, o que faço de ofício nos termos do art.95 do CPC. Nomeio para tal encargo o perito judicial Dr. Herick Sarkis Romeiro, economista, registro nº1.155 junto ao Corecon-AM, Perito Judicial Econômico-Financeiro-Contábil, com currículo junto à Secretaria desta 4ª UPJ e cujos honorários os quais fixo em R$2.000,00 (dois mil reais) deverão rateados pelas partes. No que pertine ao Exequente registro que o montante de R$1.000,00 deve ser custeado na forma do disposto na Portaria n.º 1.233/2012 (PTJ-TJAM) e na Resolução n.º 127/2011 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, vez que o Exequente é beneficiário da gratuidade de justiça. Quanto ao Executado, determino ultime o depósito de R$1.000,00 (mil reais) em prazo de 30 (trinta) dias. Notifique-se o perito judicial através do endereço eletrônico hericksarkis@yahoo.com.br, telefones: 984388119, 981446348, 988038871 e 992371651, para que no prazo de 05 (cinco) dias informe sobre se aceita o encargo. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial.Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos, indicar assistentes técnicos e querendo; arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias.Acostada aos autos a prova pericial, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo comum de 15 (quinze) dias. Providências legais.Int.Not. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA (OAB 7395/AM), ADV: TATIANNY ALECRIM PINTO (OAB 8488/AM) - Processo 0606615-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DULCE S. DA SILVA - ME - REQUERIDO: CONDOMINIO RESIDENCIAL VIVENDAS DA CIDADE na pessoa do representante legal - Vistos, Em análise a manifestação de fls. 317/332 e; considerando que o débito trabalhista tem natureza alimentar, defiro o bloqueio do montante de R$10.617,82 (dez mil, seiscentos e dezessete reais e oitenta e dois centavos) e de R$20.593,60 (vinte mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos); respectivamente, com depósito de tais valores nas Contas dos Juízos da 19ª Vara do Trabalho de Manaus e 5ª Vara do Trabalho de Manaus, o que faço com fulcro no art. 67 do CPC que assim dispõe “aos órgãos do Poder Judiciário, estadual ou federal, especializado ou comum, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive aos tribunais superiores, incumbe o dever de recíproca cooperação, por meio de seus magistrados e servidores”. Ademais, determino que o valor

remanescente que perfaz o importe de R$13.788,58 (treze mil reais, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) seja objeto de execução no presente processo. Ante o exposto, intimem-se as partes para requerer o que entenderem por direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM), ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM) - Processo 0606984-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Emerson Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Ronaldo Cunha Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607632-13.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0609937-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Pessoa - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0611686-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Luzenil dos Santos Mota - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Em razão de que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0611923-56.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Dmc Comércio e Manutenção de Produtos Hospitalares Ltda Epp - REQUERIDO: Mrp Excelso Serviços e Construções Ltda - Vistos, Conforme se depreende da sentença de fls. 112/113, o encargo do Executado se consubstancia em pagar o débito totalizado no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com incidência de juros moratórios a partir da primeira apresentação do cheque, conforme a taxa SELIC, bem assim correção monetária que deverá incindir a partir da data de emissão do cheque, aplicando-se o indexador INPC até o início da data dos juros de mora e a partir de então, porquanto coincidentes juros moratórios e correção monetária, o montante deverá ser atualizado pela taxa SELIC, exclusivamente. A Exequente acosta aos autos cálculo que não perfaz com os termos da condenação. Isso porque incide juros e correção monetária a partir da data de emissão do cheque, 30/10/2015, contrariando, portanto, os termos da condenação. Diante disso, determino que intime a Exequente, a fim de que adequar o demonstrativo de débito, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, nos termos do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0612314-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM) - Processo 0613717-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Delcides Siqueira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Em razão de que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM) - Processo 0614005-26.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Neila Maria Ferreira da Silva - Ante o exposto, diante da ausência de interesse de agir do Banco Autor, extingo o presente feito sem resolução do feito, nos termos do art. 485, VI c/c art. 354, ambos do CPC. Considerando que o Autor deu causa à extinção, condeno-o ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios sucumbenciais em 10% sobre o valor da causa, a correr juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, §2° e § 16, do Código de Processo Civil. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS (OAB 28240/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0614682-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kleuton Lopes de Matos e outro - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0615521-86.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Everaldo Oliveira Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0623622-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua,

número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0626485-41.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0212036-56.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Benfeitorias - REQUERENTE: Ideluzia de Oliveira Bezerra e outro - REQUERIDO: Marcos Roberto de Lima Souza e outro - Vistos, etc Intimem-se os Executados, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promovam o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelos Exequentes, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso os Executados efetuem o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor dos Exequentes. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intimem-se os Exequentes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intimem-se os Exequentes para que apresentem no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolham em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intimem-se os Executados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome dos Executados, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome dos devedores. Após, intimem-se os Exequentes para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intimem-se pessoalmente os Exequentes, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifestem sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0627224-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condominio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627975-93.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0630323-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jose Nascimento da Silva - Vistos, Inicialmente, afasto a preliminar de ausência de apresentação da cédula de crédito original, uma vez que conforme se observa em fls. 17/21 o contrato entabulado entre as partes se traduz em contrato de financiamento e não em cédula de crédito bancário, a afastar a aplicação da Lei 10.931/04. Ademais, compreendo a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do CPC. Por derradeiro, defiro o pedido de justiça gratuita ao Requerido, nos termos do art. 98, §1°, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me conclusos à sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0631190-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - INTPELANTE: Paula Angela Maria Antony Dantas - INTPELADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Nos termos do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, diante da sucumbência da Autora e tendo em vista ser ela beneficiária da justiça gratuita, condeno-a ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0632275-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em detida análise dos autos, verifico que o Réu quedou-se inerte após devidamente citado, conforme se vê em fls. 51, bem assim certificado em fls. 52. Assim, declaro sua revelia, na forma do artigo 344 do CPC, aplicando-se a ele os efeitos da presunção de veracidade das alegações formuladas pelo Autor. Ante a ausência de requerimento de prova, na forma do artigo 349 do CPC, decido pelo julgamento antecipado da lide, conforme o disposto no artigo 355, II, do CPC. Intime-se o Autor sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM) - Processo 0635909-78.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO MENEZES DA ROCHA - Vistos, Em análise aos autos, observo que o Exequente insiste em acrescer ao valor da indenização referente à argila retirada do imóvel honorários de sucumbência e honorários de cumprimento de sentença, sendo essa última verba cobrada apenas acaso descumprido pelos Executados o pagamento voluntário da obrigação no prazo de 15 dias, ex vi do art. 523, §1º do CPC. Registro ainda que o Exequente pleitea 2 (duas) vezes pelo pagamento de honorários advocatícios: sendo a primeira inserida no valor da indenização acima mencionada e a segunda

apresentada em fl. 366, a qual incide juros a partir de 24/11/2014, contrariando, portanto, os termos da condenação que estabelece o termo inicial a partir do trânsito em julgado da sentença. Ademais, verifico incorreções no cálculo da indenização por danos morais. Isso porque o Exequente incide correção monetária de março/2017 a maio/2018, diferentemente do que houve por ocorrer condenação, na medida em que a correção deve incidir somente a partir da data da sentença. Diante disso, determino, derradeiramente, que intime o Exequente, a fim de que adeque o demonstrativo de débito, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, nos termos do art. 801 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: GÉORGIDA FABIANA MOREIRA DE ALENCAR COSTA (OAB 287B/RR), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0636210-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: João Marcos Andrade Moreira e outro - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: BEATRIZ MERHEJE TREVISAN (OAB 151035/SP), ADV: PAULO MERHEJE TREVISAN (OAB 170382/SP), ADV: RENATA MARIA BAPTISTA (OAB 128686/RJ) - Processo 0639654-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Lgp Maxx Ltda - Vistos, etc Defiro os requerimentos formulados pelo Exequente em fls.266/267, o primeiro com providências pela Secretaria da 4a. UPJ. No mais, determino ao Exequente que junte aos autos em 15 (quinze) dias, planilha atualizada do débito exequendo, a fim de que ocorra nova consulta ao sistema BacenJud nas contas dos Executados. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0640065-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: Yara Fonseca de Albuquerque Soares - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0640807-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Jose Candido de Souza - Diante das razões aqui expendidas, indefiro o pedido de assistência litisconsorcial de fls. 91/106. Ademais, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Portanto, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do CPC. Oportunamente, defiro a gratuidade de justiça ao Requerido, nos termos do art. 98, §1°, do CPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me conclusos à sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO RODRIGUEZ FERNANDEZ (OAB 155897/SP) - Processo 0642979-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Lázaro Guerra Soares - Ante o exposto, julgo liminarmente improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Deixo de condenar o Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em virtude da concessão da gratuidade de justiça que ora se lhe deferiu. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0643936-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0212393-65.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Denis Sena das Chagas - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0644196-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Maria das Dores Gomes Braga. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 30/31) e sumariamente demonstrado o inadimplemento da Requerida (fl. 5), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se a Ré para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se a Ré para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso a Ré não logre ser citada, intime-se o Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse da Requerida, intime-se o Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644288-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Banco Bradesco S/A em face de Joice Liadne Nonato Braga. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra quanto a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em contrato de seguro com força executiva atribuída pelo art. 27 do Decreto-Lei 73/66, bem como pelo art. 5° do Decreto-Lei 61.589/67 (fls. 8/12) e demonstrativo de débito atualizado (fls. 20). Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que seja citada a Executada. Diante da comprovação do pagamento, cite-se a Executada nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez

por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0644363-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Ribeiro da Castro - Vistos, etc. Cuidam os presentes autos de ação previdenciária de restabelecimento de auxílio-doença com pedido de conversão em aposentadoria por invalidez formulada por Raimundo Ribeiro da Castro em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Com a exordial foram juntados os documentos às fls. 23/71. Estão conclusos. Verifico que a inicial preenche os requisitos legais insculpidos nos art. 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art.98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016, que disciplina acerca dos procedimentos iniciais em processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório DPVAT. À Secretaria da 4.ª UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644384-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Alice Sousa de Alcântara (Mãe) X Wirlley Domingos Alcatara Santos - Vistos, etc. Verifico que se impõe emendar a exordial, pois que em havendo no polo ativo da demanda menor relativamente incapaz, que pode praticar atos da vida civil desde que assistido por seus pais ou por tutor, na forma da lei, ex vi do art. 71 do CPC, deve ele assinar procuração, em que deve constar também a assinatura do assistente. Nesse contexto, suspendo o processo e determino seja intimado o Requerente a fim de que sane o vício, no prazo de 15 (quinze) dias, pena de extinção do feito, ex vi do art. 76, § 1.º, I, do CPC. Inocorrendo o cumprimento da presente determinação, façam-se os autos conclusos à sentença extintiva. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644626-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Josinez Ramos Maricaua - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de cobrança de diferença de seguro obrigatório formulada por Josinez Ramos Maricaua em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, em que requer o pagamento da complementação da indenização referente ao seguro obrigatório, na forma da Lei 6.194/74. Com a inicial, documentos de fls. 16/35. É o relatório. Decido. Verifico que a inicial preenche os requisitos essenciais do artigos 319 e 320 do NCPC. No que tange ao requerimento de gratuidade de justiça, constato que o Autor preenche os requisitos legais para sua obtenção, razão por que tenho por deferi-la e o faço com fulcro no art. 98, § 1º, do NCPC. Por derradeiro, em cumprimento ao disposto na Portaria n.º 2183/2016 - PTJ, de 28 de novembro de 2016, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de 30 de novembro de 2016 e que disciplina os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro obrigatório, determino sejam encaminhados os presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). À Secretaria da 4a. UPJ para providências. Int.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM) - Processo 0646220-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Daniely Barroso Franco, - Vistos. Analisando os autos, verifico que embora tenha ocorrido a intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial, não houve por ocorrer a citação do Instituto Nacional de Seguridade Social INSS, ora Requerido, a fim de que apresente contestação. Em assim sendo, considerando que já há nos autos laudo pericial, determino seja citada a autarquia Requerida, para que apresente contestação ou proposta de acordo, nos termos do art. 1°, II, da Recomendação Conjunta no. 1, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0649145-58.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Posse - REQUERENTE: Pericles Torres Nakamine e outro - REQUERIDA: Vivian Souza Amaro e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BEATRIZ MERHEJE TREVISAN (OAB 151035/SP)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB 28240/PE)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elcio Cunha Tolentino da Costa (OAB 56432/RJ)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Rodriguez Fernandez (OAB 155897/SP)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Géorgida Fabiana Moreira de Alencar Costa (OAB 287B/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miguel Teixeira Soares (OAB 22675/RJ)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Patrícia da Silva (OAB 7395/AM)
PAULO MERHEJE TREVISAN (OAB 170382/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Renata Maria Baptista (OAB 128686/RJ)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Tatianny Alecrim Pinto (OAB 8488/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0207959-04.2010.8.04.0001 (001.10.207959-6) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Elite Administração de Serviços LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM), ADV: KATIA LANUSA WIEZZER (OAB 34983/PR) - Processo 0239500-74.2018.8.04.0001 (processo principal 0604564-31.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodopauli Transportes Ltda - REQUERIDO: Logservice Soluções Logisticas Ltda ME - R.H. Considerando que a Executada possui advogado devidamente constituído (fls. 83 - processo principal n. 0604564-31.2013.8.04.0001), DEFIRO a petita de fls. 29. INTIME-SE a EXECUTADA, na pessoa do seu patrono, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pelo EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Parte Autora beneficiária da gratuidade judiciária. P.I.C.

ADV: THAYSE MOREIRA SANTIAGO DE SOUZA (OAB 9595/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RODRIGO BENAYON SERUDO (OAB 1880E/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0243591-13.2018.8.04.0001 (processo principal 0638965-22.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JAIRO DE SOUSA TORRES - EXECUTADO: Esepo Empreendimentos Imobiliários LTDA - Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA iniciado por JAIRO DE SOUSA TORRES em face de ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. A EXECUTADA, devidamente intimada - fls. 8/9, apresentou IMPUGNAÇÃO a fls. 10/14, com pedido de efeito suspensivo, por entender que há excesso na execução pleiteada, resultando uma diferença de R$2.065,81; entretanto, não juntou o comprovante de depósito judicial para a garantia do juízo. Diante disso, RECEBO a IMPUGNAÇÃO ao CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, contudo sem atribuir-lhe efeito suspensivo, pois não cumprido in totum os requisitos exigidos pelo art. 525, §6º, do CPC, pelo que DETERMINO o BLOQUEIO do VALOR considerado INCONTROVERSO - R$ 33.930,65 - nas contas da EXECUTADA, via sistema BACENJUD. Seguindo a análise, notória é a divergência entre os valores discriminados nos cálculos do EXEQUENTE a fls. 4/5 em relação ao apresentado pela EXECUTADA a fls. 14. Assim, em caso de dúvida acerca dos cálculos apresentados pelas partes, cabe ao Juiz valer-se do contador judicial para solucionar o impasse, conforme estabelece o art. 524, § 2º, do CPC. Dessa forma, REMETAM-SE os autos à CONTADORIA para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da divergência de valores. Exequente é beneficiário da gratuidade de justiça - fls. 46 dos autos principais. P. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600580-05.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE o EXEQUENTE para, no PRAZO de 5 (cinco) DIAS, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Renajud/Bacenjud/Infojud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de arquivamento do processo. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud, bem como à consulta de veículos e ou bens via Renajud e Infojud. À Secretaria para proceder à evolução de classe para cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0600971-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - INTIME-SE a EXECUTADA, na pessoa do seu patrono, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pelo EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. P.I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0603019-81.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços

que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NEILA APARECIDA DUARTE CORÁ (OAB 8635/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604305-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jesumara Binda Ferreira - REQUERIDO: Rio Madeira Incorporadora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0604426-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eveline Martha Seffair Salles - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE SENTENÇA pela executada MANAUS AMBIENTAL S/A que, a fls. 139/142, compareceu aos autos para COMPROVAR o PAGAMENTO da CONDENAÇÃO - no valor de R$ 6.190,25, pugnando pela extinção da obrigação. A fls. 147, petita da EXEQUENTE requerendo a expedição de ALVARÁ ELETRÔNICO para levantamento do valor depositado. Pois bem, evidencia-se que SATISFEITA está a OBRIGAÇÃO por parte da DEVEDORA e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, EXTINGO o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 526, §3º do CPC, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. EXPEÇA-SE ALVARÁ ELETRÔNICO, devidamente atualizado, em favor da EXEQUENTE. Após, ARQUIVEM-SE os autos, observando-se as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605851-92.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0606078-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora de Bebidas Ltda. - INTIME-SE a EXECUTADA, na pessoa do seu patrono, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pelo EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. P.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0607168-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607940-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0611421-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jones Eduardo Barbosa Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - DECIDO. Pois bem, evidencia-se que satisfeita está a obrigação por parte do devedor e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, EXTINGO o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513 do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Expeça-se o pertinente ALVARÁ JUDICIAL ELETRÔNICO em favor do EXEQUENTE, conforme petita de fls. 191. Arquivem-se os autos, sendo observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 808A/PE), ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0616201-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gestão de Negócios - IMPETRANTE: José Expedito de Paiva Júnior - IMPETRADO: Amil - Assistência Médica e Odontológica - Diante disso, tendo em vista a realização da “Semana Nacional de Conciliação”, designo a audiência extraordinária para o dia 04/11/2019 às 11:00hs, na sede deste Juízo (sala 2). I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617184-07.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fl. 128/129, tendo em vista que trata-se de diligência da parte autora, pois não cabe ao judiciário, ab initio, o ônus de diligenciar em busca de informações acerca da parte requerida. Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617617-69.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Jeffersson Masulo Bruce - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante disso, e tendo em vista a realização da “Semana Nacional de Conciliação”, designo a audiência extraordinária para o dia 04/11/2019 às 12h30, na sede deste Juízo, (sala 2). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM), ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM) - Processo 0617756-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Claudia Alves Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas

das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO - Processo 0619573-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Alberto Dantas de Vaconcelos e outro - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621545-28.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622523-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rômulo César Pontes Pimentel - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 11h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: ISAAC COSTA LAZARO FILHO (OAB 18663/CE), ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS NAZARÉ (OAB 8890/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0622642-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nayara da Silva Guimarães - REQUERIDO: Hospital/maternidade Adrianópolis e outro - R.H. Diante dos requerimentos de produção de PROVA PERICIAL formulados pelas Requeridas, e analisando o que mais dos autos consta, verifica-se que a CONTROVÉRSIA exige DILAÇÃO PROBATÓRIA, pelo que DETERMINO seja expedido OFÍCIO ao CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA para, no prazo de 10 (dez), encaminhar RELAÇÃO de MÉDICOS ESPECIALISTAS em PEDIATRIA, para fins de NOMEAÇÃO para o exercício do encargo de PERITO JUDICIAL. Proceda as REQUERIDAS ao recolhimento das custas destinadas à expedição do ofício, no prazo de 05 (cinco) dias, juntando aos autos o respectivo comprovante. Após, com a comprovação do recolhimento, EXPEÇA-SE o pertinente OFÍCIO. I.C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0623761-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cecília Cristina Barbosa Bezerra - Gratuidade Judiciária deferida a fl. 49. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 12h00, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0623967-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Toyolex Autos S.a - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM) - Processo 0625238-20.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Kamila Maria Pena Cerqueira e outro - R.H. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04/11/2019 às 13:00h, a realizar-se na sede deste Juízo (sala 02). Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado”, conforme artigo 334, parágrafo 8º, do referido Código. Defiro o pedido de gratuidade da justiça às Requerentes, consoante informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Citem-se os Requeridos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA ROCCO DE OLIVEIRA (OAB 230465/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0627817-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - INTIME-SE o Autor para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, promover o recolhimento relativo à primeira parcela das custas iniciais, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV). I.C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0628989-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: João Arruda da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0629040-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Raimundo Rodrigues - À SECRETARIA para INFORMAR acerca do AVISO RECEBIMENTO, colando aos autos, o respectivo comprovante da CITAÇÃO. Após voltem CONCLUSOS. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0629208-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Deise Diogo Gomes Maciel e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a

parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM), ADV: FELIPE LOPES PAULO (OAB 13796/AM) - Processo 0629634-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Eduarda de Souza Vasconcelos Silva e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir nova carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0629697-36.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Iolanda Queiroz Mesquita - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R.H. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em face da executada MANAUS AMBIENTAL S/A que, a fls. 105/107, compareceu aos autos para COMPROVAR o PAGAMENTO da CONDENAÇÃO - no valor de R$ 5.383,12, pugnando pela extinção da obrigação. A fls. 147, petita da EXEQUENTE requerendo a expedição de ALVARÁ ELETRÔNICO para levantamento do valor depositado. Pois bem, evidencia-se que SATISFEITA está a OBRIGAÇÃO por parte da DEVEDORA e necessário se faz a declaração da extinção do processo por sentença. Isto posto, EXTINGO o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 526, §3º do CPC, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. EXPEÇA-SE ALVARÁ ELETRÔNICO, devidamente atualizado, em favor da EXEQUENTE. Após, ARQUIVEM-SE os autos, observando-se as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0629735-77.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alyne Lima de Lima e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632358-51.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: KAMYLA SABINO DOS SANTOS (OAB 6673/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 642/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0632448-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J S Equipamentos Médicos e Hospitalares EIRELI - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - NÃO INFORM: Showa do Brasil Ltda - Moto Honda da Amazônia Ltda - Associacao dos Magistrados do Amazonas - Amazon - SESC - SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO / MANAUS - Associacao dos Servidores do Inpa e outros - R.H. Comparece a EXECUTADA - UNIMED MANAUS, a fls. 1047/1050, para informar que ainda existe valor pendente de levantamento, na ordem de R$ 54.520,14, referente ao EXCESSO DE EXECUÇÃO, pelo que requer a expedição de ALVARÁ para levantamento da quantia. Diante disso, proceda a SECRETARIA-UPJ à consulta de eventuais valores porventura existentes na conta judicial vinculada a este feito, juntando o respectivo extrato. Acaso seja necessária a expedição de OFÍCIO à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, fica autorizada desde já, devendo referida instituição financeira prestar as INFORMAÇÕES no PRAZO de 10 (dez) DIAS. Após, voltem os autos CONCLUSOS. I.C.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0633114-94.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0635192-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alex Lacerda Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 11565/CE) - Processo 0638386-98.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Big Trading e Empreendimentos Ltda - Big Amigão - Em exame, a admissibilidade da AÇÃO MONITÓRIA. Preenchidos os PRESSUPOSTOS e REQUISITOS elencados aos arts. 700 e 701 do CPC e diante da EVIDÊNCIA DO DIREITO do(a) AUTOR(A), CITE-SE para, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS, a parte REQUERIDA efetuar o PAGAMENTO da dívida descrita na INICIAL ou OPOR EMBARGOS, sob pena de constituir-se o MANDADO MONITÓRIO em MANDADO EXECUTIVO. Anote-se que, ocorrendo o PAGAMENTO no referido PRAZO, a parte REQUERIDA ficará isenta do pagamento de custas processuais, em consonância com o disposto no artigo 701, §1º do CPC. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO da REQUERENTE para, no PRAZO de 05 (cinco) DIAS, proceder ao RECOLHIMENTO PRÉVIO das CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob pena de extinção. P.I.C. Márcio Rothier Pinheiro Torres JUIZ DE DIREITO

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0638811-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Albecir dos Santos Alfaia - Dessa maneira, julgo extinto o presente nos termos do art. 485, IV, c/c 290 do NCPC. E mais, determino a baixa no SAJ e no setor de Distribuição.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0639455-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Jadson Bentes - Certifico, para os devidos fins, que o advogado Dr. Alexandre Moraes da Silva - OAB/AM 8.644 não possui habilitação nos presentes autos. De ordem, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOÃO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 12058/

PE), ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0641236-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Adalberto Antônio Pires Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0641693-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Ltda Me - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM) - Processo 0642156-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zeyna Gorayeb Sucupira - REQUERIDO: Submarino Viagens Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0643991-25.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Walmir - DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar a presente demanda em favor do MM. Juízo da 4ª VARA DE FAMILIA E SUCESSÕES, devendo os autos serem REDISTRIBUÍDOS.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0643991-25.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Walmir - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 12:00hs, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Expeça-se a carta de citação. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0644061-81.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644282-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Manuel Alves de Araujo - Verificando a hipossuficiência econômica do Autor e ciente das custas incidentes sobre o feito, DEFIRO A GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Em sede de admissibilidade prévia da ação, estando a INICIAL em termos, à luz do art. 334 do CPC, designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 10h30, a ocorrer na sede deste juízo (sala 2). Caso a parte requerida não possua cadastro para fins de citação eletrônica, expeça-se o expediente necessário. Deverão as PARTES serem ADVERTIDAS sobre os preceitos contidos no § 8º de referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta ATENTATÓRIA à DIGNIDADE da JUSTIÇA e respectiva COMINAÇÃO. CITE(M)-SE. INTIME(M)-SE. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0644409-60.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0636805-87.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Thais Fonseca Amorim - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0644612-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Osvaldo Martins da Costa - Ao CEJUSC-Cível para designação de perícia e, se o caso, realização da Audiência de Conciliação. Nos termos do art. 1º, II, Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, postergo a citação para apresentação de resposta momento posterior à juntada do laudo pericial. Defiro o benefício da Justiça Gratuita pleiteado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: JAKELINE OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 8446/TO), ADV: SÉRGIO RICARDO MOTA CRUZ (OAB 3495/AM) - Processo 0648659-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Eduardo Adriano Cotta - REQUERIDO: Nissan do Brasil Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM) - Processo 0651213-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raphael Lobo Silva - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Barão da Villa - R.H. Designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 05/11/2019 às 13h00, a realizar-se na sede deste Juízo (sala 02). Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado”, conforme artigo 334, parágrafo 8º, do referido Código. Defiro o pedido de gratuidade da justiça às Requerentes, consoante informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Citem-se os Requeridos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0655719-97.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0660656-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Transby Shop Comércio de Confecções Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ REGO DA SILVA (OAB 5955/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0717476-05.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: APOLO MEIRELLES CABRINHA e outro - REQUERIDO: JAILSON DA SILVA SOUZA e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Rego da Silva (OAB 5955/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 642/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 808A/PE)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Felipe Lopes Paulo (OAB 13796/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hugo Fernandes Levy Neto
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isaac Costa Lazaro Filho (OAB 18663/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jakeline Oliveira Pinheiro (OAB 8446/TO)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Vita Fragoso de Medeiros (OAB 12058/PE)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Antônio dos Santos Nazaré (OAB 8890/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Rocco de Oliveira (OAB 230465/SP)
Kamyla Sabino dos Santos (OAB 6673/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Katia Lanusa Wiezzer (OAB 34983/PR)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Eduardo Pessoa Pinto (OAB 11565/CE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Neila Aparecida Duarte Corá (OAB 8635/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Benayon Serudo (OAB 1880E/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sérgio Ricardo Mota Cruz (OAB 3495/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Thayse Moreira Santiago de Souza (OAB 9595/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0600125-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habitação - REQUERENTE: SATYRO AFRÂNIO BRASIL BARBOSA - Considerando o trânsito em julgado da sentença de fls. 190-192, conforme certidão de fl. 280, com fulcro no art. 16, §2º do Decreto Lei nº 58/37, expeça-se a Carta de Adjudicação da unidade imobiliária n. 103, do Condomínio Opera Prima Rezidenciale, edifício torre "La Triviatta", matrícula nº 10.010 em favor do Exequente SATYRO AFRÂNIO BRASIL BARBOSA. À Secretaria para os expedientes necessários, consoante art. 877, §§ 1º e 2º do CPC. Cumpra-se.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0601066-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda às diligências necessárias para efetuar a citação das partes requeridas. Intime-se.

ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP) - Processo 0602171-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Flytour Agência de Viagens e Turismo Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0602524-76.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Ale Navegação e Comércio Ltda. - EXECUTADO: E. D. da Silva Transporte-me - DEFIRO o pedido de consulta, via ERIDFT, dos bens de propriedade da parte executada, E. D. DA SILVA TRANSPORTE-ME, CNPJ 10.401.292/0001-28. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0605693-32.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do cumprimento integral do acordo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: ANTONIO ELCIO CAVICCHIOLI (OAB 103305/SP), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0605854-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Enderson Oliveira de Menezes - REQUERIDO: Ancora Chumbadores Ltda. - Diante de decisão de fls. 200-203 do agravo de instrumento concedendo efeito suspensivo ao julgado de fl. 191, defiro a produção da prova testemunhal requerida pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 16/04/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608490-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Brasil de Lima - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0609936-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, proceda ao pagamento das diligências do Oficial de Justiça, nos termos da Portaria 01/2015, da Central de Mandados, disponibilzada no DJE de 06-07-2015, sob pena de indeferimento da ação. FRISE-SE que a expedição do mandado em questão fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Intime-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610011-24.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NATASHA YUKIE HARA DE OLIVEIRA (OAB 7302/AM), ADV: DANIELE DE JESUS SILVA BRANCO (OAB 268894/SP), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA RIBEIRO (OAB 272494/SP), ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM) - Processo 0612561-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: LUCIANO ROBERTO LOPES - REQUERIDO: AKTA MOTORS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULO LTDA - LITSPASSIV: KIA REZENDE VEÍCULOS - KIA MOTORS BRASIL S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais de fl. 293, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0612723-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: CARPERESSITA DA SILVA OLIVEIRA - Aguarde-se o julgamento dos Embargos à Execução (Processo nº 0618714-75.2017.8.04.0001).

ADV: KARON MICHEL DAS CHAGAS RIBEIRO (OAB 12340/AM) - Processo 0612965-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Reginaldo Regis Menezes Fernandes - Marlucia de Araujo Monteiro - EXECUTADO: José Ricardo Gomes de Oliveira - Aguarde-se o julgamento dos Embargos à Execução (processo nº 0636934-87.2018.8.04.00001).

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0613985-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614153-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614722-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Larissa Cibely Oliveira Smith - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. Expeça-se novo Mandado de Intimação para Oyama Cezar Rocha Magalhães para o endereço indicado às fls. 130-131, para que preste os esclarecimentos conforme decisão de fl. 121. II. Intime-se a Parte Requerida para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616622-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, PEDRO PAULO PAZ DE ARAUJO, sob o CNPJ de Nº 03.548.322/0002-49. INDEFIRO o pedido de consulta via SIEL, vez que este sistema é utilizado para consulta dos dados biométricos das pessoas físicas cadastradas no cadastro nacional de eleitores. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617152-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0617742-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0618001-37.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Victor Hugo Barroso do Nascimento - REQUERIDO: MGV Fitness Atividades Condicionamento Físico Ltda e outros - Defiro o pedido de produção de prova pericial contábil, requerida pela Demandante à fl. 392. Nomeio o Dr. Manoel Paes Marialva, Contador, CRC/AM 009220/O-2, com currículo arquivado na Secretaria desta UPJ, para atuar como perito no feito. Intime-se o aludido profissional para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0618755-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: V A de Souza Cargas-me - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0619940-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Francisco das Chagas Coelho Lima - Ante o exposto, pelas judiciosas razões acima expendidas, ACOLHO PARCIALMENTE A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, prosseguindo a execução quanto às parcelas não pagas nos meses de novembro e dezembro de 2015, fevereiro a maio de 2016, bem como a diferença do valor das parcelas pagas a menor em junho a julho de 2016, fevereiro de 2017. Prossiga o Exequente, requerendo o que for de direito, apresentando o demonstrativo discriminado e atualizado do débito, nos moldes acima mencionados, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITO BRITO (OAB 50918/PR) - Processo 0620117-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Claudete Salgado da Silva - REQUERIDO: Rondônia Tranportes Ltda. - Eucatur - Empresa União Cascavel de Trasnporte e Turismo Ltda. - Para realização de perícia requerida pela parte Ré às fls. 225-226, nomeio a Dra. ROSE MARY DINIZ SANTIM. Médica oftalmologista, telefones: 92 3584-1816/ 92 98212-0057, cadastrada no painel de peritos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0628391-66.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.A. (BASA) - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte Executada, JOÃO RODRIGO DEL DUCCA CUNHA, CPF 032.621.806-88. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628554-41.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 10/12, 01/13 a 11/16, 01/17, 02//17, 08/17, 10/17 a 10/18, 12/18 a 02/19, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências

de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP) - Processo 0629675-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Costeira Transportes e Serviços Ltda. - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 22 de agosto de 2019.

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: PÔLLY WEUDSON FERNANDES DE SOUZA (OAB 1588/RR), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA (OAB 39390/PR), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP) - Processo 0630000-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - EXECUTADO: I G INDUSTRIA DE EMBALAGENS PLASTICAS LTDA e outros - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas, CONHEÇO dos Embargos de Declaração, porque presentes os requisitos, mas, no mérito, ACOLHO-OS por entender existir omissão, integrando a decisão de fls. 331/334 com os fundamentos delineados acima, por conseguinte, INDEFIRO o pedido de arbitramento de honorários pela rejeição de impugnação ao cumprimento de sentença com fundamento na súmula 519 do STJ, INDEFIRO a aplicação de multa e honorários sobre o valor remanescente do cumprimento de sentença. Bem como, pelo exposto, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 811 e DETERMINO a remessa dos autos para o Setor da Contadoria com o fim de apurar o valor total do débito de honorários de advogado fixados nos seguintes termos: i) 10% (dez por cento) sobre o valor das cédulas de crédito nº 033-15/7039-4, nº 033-16/7013-5 e nº 033-14/0041-3, observado o pagamento efetuado à fl. 109 dos autos nº 0208602-78.2018.8.04.0001; ii) posteriormente, 15% (quinze por cento) sobre o valor que representa 10% (dez por cento) sobre o valor dos títulos excluídos da ação execução (cédulas de crédito nº 033-15/7039-4, nº 033-16/7013-5 e nº 033-14/0041-3, aplicando multa e honorários do artigo 523, §1º, do CPC, em razão do não pagamento no prazo legal (certidão à fl. 829), e observando o depósito de fl. 822. No que concerne ao pedido de fls. 496/498, DEFIRO o pedido de penhora on line efetuado pelo Exequente Banco da Amazônia S/A, entretanto, para a realização da penhora deverá a parte Exequente apresentar planilha atualizada do débito, indicar o CPF/CNPJ da parte executada e promover o recolhimento das custas relativas à consulta ao BACENJUD, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Deixo para apreciar o pedido de expedição de alvará (fls. 824/828) após a apuração do valor correto da execução. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: DANIELA ZINI BOZARDI (OAB 101077/RS), ADV: BIANCA TRENTIN (OAB 45553/RS), ADV: MORGANA CRISTINA TONDIN (OAB 66000/RS), ADV: KARINE DE BACCO GEREMIA (OAB 92961/RS) - Processo 0630851-60.2015.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: VULCABRÁS AZALÉIA - CE, CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A e outros - REQUERIDO: Mega Sport Ltda - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: SIMONE APARECIDA GOUVEIA SCARELLI (OAB 150849/RJ) - Processo 0632293-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Civilcorp Incorporações Ltda. - REQUERIDA: Taís Gonçalves de Sossa - Designo audiência de conciliação para o dia 14/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 41273/PR), ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0632395-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARCELO EVANGELISTA DA SILVA e outros - REQUERIDO: LOURENÇO & MARQUES LTDA - EPP (C V TRANSPORTE) e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM) - Processo 0632594-76.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - EXECUTADO: Alan Leite Braga - Ana Bernadete Santiago Braga - TERCEIRA: Ana Lucia Silva Belem - Intime-se o Exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 320-322, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632722-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0633792-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Orimar Pinto de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) -

Processo 0633921-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Invalidez Permanente - REQUERENTE: Luis Rafael Sifontes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634499-82.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0634820-15.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0603157-14.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: B M J Comercial e Serviços Ltda - Gilson das Neves Martins - Iza Cabral Martins - Aguarde-se o julgamento dos Embargos à Execução (Processo nº 0603157-14.2018.8.04.0001).

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0634919-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, HEBTA ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.659.218/0001-52; JEAN CARLA ANDRADE SANTOS, inscrita no CPF-MF sob o nº 214.827.052-49; e REINALDO HAYDEN SANTOS, inscrito no CPF-MF sob o nº 272.949.602-59.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: RAQUEL MEDEIROS DA SILVA EMILIANO (OAB 365952/SP) - Processo 0636332-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maurício Fernandes de Souza - Ana Rosa Moura Sousa Fernandes - REQUERIDO: Nv Indústria Comércio e Construção Ltda - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Oficie-se ao juízo da 9ª Vara Cível de Manaus para que preste informações sobre a aprovação do plano de recuperação judicial da parte Executada bem como acerca da atual situação do Processo nº 0603350-29.2018.8.04.0001.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: MARCELO AUGUSTO DO AMARAL SÊMEN (OAB 3425/AM) - Processo 0636787-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - EXECUTADO: Alfa Comércio e Representações Ltda. - DEFIRO o pedido de penhora, via sistema RENAJUD, do veículo de placa NOM 3062 de propriedade da parte requerida, ALFA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ 34.560.532/0001-03. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0639476-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Alrineia Belo da Silva - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - Defiro o pedido de produção de prova pericial no aparelho celular, requerida pela Demandante às fls. 87-88. Nomeio o Sr. Amarildo Almeida de Lima, Engenheiro Elétrico, CREA/ 7835-D, e-mail: amarildolima@hotmail.com; telefone: 92 99989-9169, para atuar como perito no feito. Em virtude da parte autora ser beneficiária da gratuidade da justiça, o pagamento dos honorários de perito será efetuado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, conforme art. 1º da Resolução 127/2011 do CNJ e Portaria 1.233/2012-DVESXPED/TJ-AM. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0639811-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0642738-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, VALDEMIR BENTO PEREIRA, sob o CPF de Nº 153.309.902-20 e VANESSA PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - EPP, sob o CNPJ de Nº 22.122.382/0001-69. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALEXANDRE DE OLIVEIRA NETTO (OAB 6274/AM), ADV: JOSIANE DO COUTO SPADA (OAB 3805/AC), ADV: DANIELLA SILVA FREITAS (OAB 11084/AM), ADV: ALESSANDRA DE OLIVEIRA NETTO (OAB 5176/AM) - Processo 0643219-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ana Paula Borges de Lima - REQUERIDO: Unimed Rio Branco - Cooperativa de Trabalho Médico - Defiro o pedido de produção de prova pericial, requerida pela Demandada às fls. 461-462. Nomeio o Dr. MARCOS VINICIUS DE LIMA JAIME, médico, telefone: 92 99110 9833, cadastrado no painel de peritos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas, para atuar como perito no feito. Intime-se o Sr. Perito para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG)

- Processo 0643755-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Cite-se a Requerida por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0643756-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0646005-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, CIAN INFANTIL COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DE BELEZA LTDA, sob o CNPJ de Nº 12.354.694/0001-44 e JACQUELINE SOUZA DA SILVA, sob o CPF de Nº 946.865.482-68.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0646246-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Andrei Jose Dolzany Andrade, - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, DECLINO da Competência da Justiça Estadual para julgamento do presente feito em prol da Justiça Federal. Antes, porém, determino a intimação da Requerida para recolhimento dos honorários periciais, o qual fica desde já autorizado o levantamento. Redistribua-se à Justiça Federal via distribuição. Registre-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0648773-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - INDEFIRO, por hora, o pedido de fl. 82 dos autos, visto que para efetivação da consulta via sistemas conveniados a este juízo, é necessário o fornecimento dos CPF's dos herdeiros do executado. Desta feita, INTIME-SE a parte exequente para que forneça os CPF's das pessoas discriminadas na referida folha, para cumprimento do pedido em questão. Intime-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0650416-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Rocha de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, julgo TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, em razão da ausência de requisito essencial para a caracterização da responsabilidade civil, qual seja, ato ilícito. Custas e honorários pela parte demandante, ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (art. 85, §2º, do CPC), suspensa e exigibilidade pelo benefício da gratuidade da justiça (art. 98, §3º, do CPC). P.R.I.C.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0650857-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcio Ney Viana Benathar - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC c/c o artigo 86 da Lei 8213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, DETERMINO o pagamento do auxílio-acidente, tomando-se como termo a quo para pagamento das prestações 20.07.2018, por conseguinte, determino a implantação do benefício imediatamente após o trânsito em julgado desta sentença. Quanto às prestações vencidas e às eventuais diferenças, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo os parâmetros do art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação dada pela Lei 11.960/09. Condeno a parte Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 20, parágrafos 3º e 4º, do CPC c/c súmula 111 do STJ. Determino a remessa destes autos ao E. Tribunal de Justiça a fim de realizar o reexame necessário (art. 496, § 3º, I, do CPC). P.R.I.C.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0651004-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - EXECUTADO: V H M Melo Epp (Loja Eco Lavagem) - Prossiga o Autor no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE

BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0652560-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0653448-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - PROSSIGA o Autor no feito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, entenda o que de direito, tendo em vista que não houve manifestação deste quanto ao ato ordinatório de fl. 91 dos autos. Intime-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: DIEGO BERNARDO (OAB 306430/SP) - Processo 0654434-69.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615895-68.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Cdl Centro de Distribuição e Log Ltda - REQUERIDO: Br Multimodal Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0657359-38.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Empresa Brasileira de Distribuição Ltda. - INDEFIRO o pedido de fls. 53/54 dos autos. EXPEÇA-SE ofício ao Juízo da comarca de Iranduba para que forneça atual situação do processo de recuperação judicial, de Nº 0600663-43.2018.8.04.0110. À Secretaria para as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0657859-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Bernadylson de Oliveira Barros - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do que prediz o art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, em razão da ausência de redução ou perda da capacidade laboral, requisito imprescindível para a concessão do benefício pleiteado. Isento de custas e verbas de sucumbência por força do que dispõe o parágrafo único do art. 129 da Lei 8.213/91. P.R.I.C.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM), ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM) - Processo 0659957-62.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Geferson da Silva Santos - REQUERIDA: Giselle da Silva Oliviera - Diante da solicitação do Sr. Oficial de Justiça à fl. 151, autorizo o uso de força policial para cumprimento da ordem de despejo proferida na sentença de fls. 119/120. À Secretaria para os expedientes necessários.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0719932-25.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alessandra de Oliveira Netto (OAB 5176/AM)
Alexandre de Oliveira Netto (OAB 6274/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antonio Elcio Cavicchioli (OAB 103305/SP)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Trentin (OAB 45553/RS)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
cláudia de santana (OAB 41273/PR)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Daniela Zini Bozardi (OAB 101077/RS)
Daniele de Jesus Silva Branco (OAB 268894/SP)
Daniella Silva Freitas (OAB 11084/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Diego Bernardo (OAB 306430/SP)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Josiane do Couto Spada (OAB 3805/AC)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Karine de Bacco Geremia (OAB 92961/RS)
Karon Michel das Chagas Ribeiro (OAB 12340/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)

Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
MARÇAL MARCELLINO DA SILA NETO (OAB 5865/PA)
Marcelo Augusto do Amaral Sêmen (OAB 3425/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
MARCOS ANTONIO NUNES DA SILVA (OAB 39390/PR)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Morgana Cristina Tondin (OAB 66000/RS)
Natasha Yukie Hara de Oliveira (OAB 7302/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pôlly Weudson Fernandes de Souza (OAB 1588/RR)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Raquel Medeiros da Silva Emiliano (OAB 365952/SP)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Rodrigo da Silva Ribeiro (OAB 272494/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Aparecida Gouveia Scarelli (OAB 150849/RJ)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Talvani Franco Leito Brito (OAB 50918/PR)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: JOAO BENTES PACHECO FILHO (OAB 001.540/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0043030-18.2010.8.04.0012 (012.10.043030-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Telecomunicacoes do Amazonas S.a. - REQUERIDO: Jose Cruz da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0099060-19.2004.8.04.0001 (001.04.099060-6) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - defiro o pedido de consulta pelo sistema INFOJUD acerca da relação de bens da parte passiva. Antes do seu cumprimento, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ). Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, devendo o resultado ser juntado aos autos como documento sigiloso, em atenção ao disposto no art. 773, parágrafo único, do CPC. Com a resposta dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM) - Processo 0202855-21.2016.8.04.0001 (processo principal 0623524-64.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL ADRIANÓPOLIS - EXECUTADO: Triângulo - Administração e Participação Ltda - Proceda-se a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a pretensão do patrono destituído (fls. 233/236). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: CRISTINA HELENA DE OLIVEIRA VILA (OAB 10841/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA (OAB 6533/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0203339-36.2016.8.04.0001 (processo principal 0241952-38.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Imissão - EXEQUENTE: Primeira Classe Medicamentos e Informática Ltda - EXECUTADO: Enio de Lima Costa e outro - defiro o aludido pedido e determino à Secretaria que expeça o respectivo ofício ao Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas para fim de destacar militar para acompanhar a oficiala de justiça designada no cumprimento da medida. Ademais, oficie-se à Central de Mandados para comunicar à oficiala quanto à ordem, a fim de cumprir as diligências necessárias, observando-se as formalidades legais. Quanto ao pleito de fls. 97/103, indefiro-o, mantendo-se os termos da decisão de fl. 67, por seus próprios fundamentos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: ELAINE PEIXOTO MATTOS (OAB 4531/AM), ADV: MARIA CREUZA COSTA DE SEIXAS (OAB 3186/AM), ADV: FRANCISCA LÍGIA LEITE DE FREITAS (OAB 2826/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0203522-41.2015.8.04.0001 (processo principal 0321817-18.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Josemar de Araujo Gomes - Intime-se o Exequente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0206272-60.2008.8.04.0001 (001.08.206272-3) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Manuela Freire Rodrigues - Tendo em vista o lapso temporal desde a expedição do ofício de fl. 665, determino à Secretaria solicitar informações ao Juízo Deprecado quanto ao cumprimento da carta precatória, para fins de inquirição de testemunha. Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: PAULO CESAR DOS REIS SALES (OAB A106/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0206861-13.2012.8.04.0001/02 (apensado ao processo 0206861-13.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO MANAUS SHOPPING CENTER - EXECUTADA: Sociedade de Televisao Manauara Ltda -

Tendo em vista a alegação de crédito da executada relativo ao montante levantado no outro cumprimento de sentença, aguarde-se as diligências determinadas nos autos n°0206861-12.2012.8.04.0001/01 para dirimir a questão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: WILSON EUSTÓGIO CORRÊA (OAB 200388/SP), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: OZENE FARIAS DA SILVA (OAB 9335/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ALEXANDRE GIMENES (OAB 181085/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0208089-52.2014.8.04.0001 (processo principal 0310268-11.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Cornestone Brasil Incorporação Imobiliária Ltda - EXECUTADA: Maria Rejane Guimaraes Pinheiro - Proceda-se a intimação das partes para requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo manifestação tempestiva, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os presentes autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0229656-81.2010.8.04.0001 (001.10.229656-2) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Rubens Dário Gonçalves Ribeiro - Tendo em vista a petição e planilha encartada às fls. 319/323, intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC. Apresentada manifestação do requerido, dê-se vista ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pleitear o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES (OAB 14609/AM) - Processo 0234601-14.2010.8.04.0001 (001.10.234601-2) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: M H Exportação de Madeiras Ltda - Manaus Wood - indefiro o pedido de fls. 211/213 e proceda-se à consulta aos sistemas ainda não diligenciados BACENJUD/ RENAJUD, conforme despacho de fl. 165. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder o recolhimento das custas da diligência do oficial de justiça ou das despesas da carta precatória eventualmente incidentes, conforme o caso, sob as penas da lei; e, após a comprovação, expeça-se o respectivo expediente. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte exequente intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMILTON FARIAS SANTOS (OAB 16877/PA), ADV: DILERMANO DE SOUZA BENTES (OAB 16396/PA), ADV: FELIPE RAMOS CARVALHO (OAB 324729/SP) - Processo 0237630-91.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: H.R.V.R. - REQUERIDO: E.B. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIUS MARCELLUS LACERDA (OAB 5207/PB), ADV: CICERO PEREIRA DE LACERDA NETO (OAB 15401/PB), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: CICERO PEREIRA DE LACERDA NETO (OAB 15401/PB) - Processo 0249840-14.2017.8.04.0001 (processo principal 0215480-58.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Liminar - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Ferreira Moura - REQUERIDO: Unimed Campina Grande Cooperativa de Trabalho Medico Ltda - Aguarde-se o desfecho do Agravo de Instrumento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MALBA TÂNIA OLIVEIRA GATO (OAB 6409/AM), ADV: TATIANA PEREIRA DA CRUZ DE MOURA (OAB 148218/RJ), ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: DIEGO ESPINHEIRA DE MELO BAPTISTA (OAB 690A/AM), ADV: ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA (OAB 1619/AM) - Processo 0250310-26.2009.8.04.0001 (001.09.250310-2) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edinete Silveira Feitoza - REQUERIDA: ASCB - Associação dos Servidores Civis do Brasil - AMIL Previdência Privada - Defiro a inversão do ônus da prova, vez que se trata de relação de consumo e a requerente é a parte hipossuficiente no caso concreto, em atenção ao disposto no art. 6º, VIII, do CDC. Proceda-se a intimação dos litigantes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0254434-81.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: JOSÉ CLÁUDIO ALVES RODRIGUES RAMOS (OAB 8729/AM), ADV: FRANCISCA NUBIA DA CUNHA GARCIA (OAB 5221/AM), ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0265147-18.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Maria da Conceição Lima da Cunha - REQUERIDO: Águas do Amazonas - Retornando resposta positiva, expeça-se alvará em favor da requerente para levantamento da quantia depositada acrescida de eventuais atualizações. Após a expedição do alvará, deverá a autora comprovar nos autos o montante total levantado (principal + atualizações) no prazo de 05 (cinco) dias. Não havendo manifestação no prazo acima aludido, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal solicitando informações quanto ao valor total levantado pela autora. Com as informações, devolvam-se os autos à Contadoria para que elabore memória de cálculo quanto à condenação com o abatimento do valor total levantado. Apresentado o cálculo, dê-se vista às partes para manifestação em 15 (quinze) dias. Após, voltem-se os autos conclusos para análise da impugnação ao cumprimento de sentença que versa inclusive quanto às astrientes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO PEREIRA DA SILVA (OAB 003.724/AM), ADV: ALLANI PRISCILA ARAÚJO CARDOSO DA SILVA (OAB 4537/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB 9446/BA), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0321558-23.2007.8.04.0001 (001.07.321558-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda de Souza Silva - REQUERIDO: Braga Veículos Ltyda - Indiana Seguros S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados pela parte ré às fls. 322/331 , no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG),

ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0347258-98.2007.8.04.0001 (001.07.347258-2) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Banco do Brasil S.A - Expeça-se ofício ao Juízo Deprecado (Comarca de Belém/PA) para que informe o resultado da carta precatória expedida às fls. 183, tendo em vista que as peças encaminhadas a este Juízo (fls. 194/215) estão ilegíveis. Após a juntada da referida documentação, dê-se vista ao Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARTA ISABEL MONTEIRO DE SOUZA (OAB 5966/AM), ADV: INGRID KELLY G. COSTA (OAB 7081/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: VICENTE JOSÉ DA SILVA (OAB 6239/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: MARTA ISABEL MONTEIRO DE SOUZA (OAB 5966/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0353190-67.2007.8.04.0001 (001.07.353190-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca das Chagas Queiros Rodrigues - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - não merece prosperar a impugnação ao bloqueio, que além de intempestiva (certidão, fl. 520), não se subsume a nenhuma das hipótese legais que autorizam o desbloqueio de valores. Assim, determino a transferência do valor constrito, às fls. 514/516, para conta judicial deste juízo vinculada ao presente feito e, após consulta pela Secretaria, expeça-se o respectivo alvará judicial, na forma requerida às fls. 524 para levantamento da referida importância. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: HERALDO ANTONIO CORREA JUNIOR (OAB 13798/AM) - Processo 0600108-96.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640694-10.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Aquarela Construções Ltda EPP e outros - Aguarde-se o recebimento dos Embargos à Execução (processo n.º 0640694-10.2019.8.04.0001) quanto aos seus efeitos sobre a demanda executiva. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IRAN BAYMA DE MELO (OAB 2463/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0600487-03.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Cavalo de Aço Transportes e Locação de Equip Ltda ME e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo os Requeridos para que se manifestem acerca dos documentos apresentados pela parte adversa de fls. 226/227, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM) - Processo 0601815-02.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Pinto da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante disso, determino a intimação da requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos as faturas recalculadas do período questionado nessa demanda, observando a determinação de cômputo de água e esgoto referente a apenas 01 (uma) unidade de consumo. Apresentada a documentação, dê-se vista ao requerente para manifestação. À Secretaria para que proceda a consulta do saldo do depósito noticiado nos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0601932-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Roberto Costa Júnior - REQUERIDO: Banco Bradesco Seguros S/A - Intimem-se as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602453-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602811-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Vandernildo Aragão de Araújo - REQUERIDO: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A - Banrisul - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0603018-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Claudia Maia Silva Ayub e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte requerente não foi intimada do Despacho de fls. 198, tendo em vista que não consta nos autos a Certidão de Publicação do Despacho supra. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls.198, cujo teor segue abaixo: “Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação das requerentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendarem a petição inicial no sentido de informar a ação que pretendem propor quanto ao pedido principal, vez que a petição juntada aos autos apenas menciona como título o “aditamento da inicial” sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se”. Manaus, 22 de agosto de 2019. Gianandréa Silva de Aguiar Matrícula: M68780

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM), ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM) - Processo 0603018-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Claudia Maia Silva Ayub e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603845-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria do Socorro Gomes Carvalho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido da requerente de produção de prova pericial para fins de avaliação quanto ao consumo na unidade objeto do litígio, vez que necessário para o deslinde da causa. Por conseguinte, nomeio, como perito o senhor

Delfino Pereira de Souza Filho, engenheiro elétrico, o qual consta no banco de peritos judiciais deste Poder e, após ser intimado para realização da perícia, deverá cumprir escrupulosamente o encargo que lhe é acometido independentemente de compromisso, devendo o respectivo laudo ser entregue no prazo de 10 (dez) dias, contados do início da diligência. Fixo os honorários do perito em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais serão adiantados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas na forma da Portaria n° 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM, vez que o requerente é beneficiário da justiça gratuita. Proceda-se a intimação do perito para ciência de sua nomeação e para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar documento relativo ao registro profissional bem como informar a data de instalação da perícia. Em seguida, intimem-se as partes da data a ser indicada. Apresentado o laudo, dê-se vista aos litigantes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Com a entrega do laudo, não havendo irresignação quanto a este decisum, adote-se as providências elencadas na Portaria n° 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM para pagamento dos honorários periciais. Após a produção da prova pericial e escoado o prazo de manifestação acima assinalado, façam-se os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0604324-71.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Indefiro o pedido de suspensão (fl. 146), vez que não se enquadra nas hipóteses do art. 313 do novo CPC. Noutro giro, em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a requerente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da notícia de furto do veículo (fl. 63) e de eventual perda superveniente do interesse processual, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605700-24.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0204946-79.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - EXECUTADA: Lufrankiia Saraiva Paz - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NEILA DO ROSÁRIO MONTEIRO DA SILVA (OAB 11841/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0605797-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Luiz Dias da Luz - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA LOBATO (OAB 724A/AM), ADV: DIOGO CERQUEIRA LINS (OAB 7821/AL) - Processo 0606066-34.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: INDÚSTRIA DE COMPOENTES NEO LIFE DA AMAZONIA - EXECUTADO: TECMASTER SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA - À Secretaria para que proceda a consulta do saldo relativo ao depósito efetuado pelo executado (fl. 84) e ao relativo ao montante penhorado e transferido via BACENJUD (fls. 103/104). Após, dê-se vista às partes para manifestação e apresentação de cálculos atualizados no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0606386-84.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Comércio Lopes Araújo - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Determino a intimação do requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos cópia da decisão do Juízo da recuperação judicial mencionada em sua impugnação. Apresentada a documentação, dê-se vista à parte contrária para manifestação em igual prazo. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0606921-08.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Adonay Sabba Castro Benezar - Trata-se de Ação de Manutenção de Posse com Pedido de Tutela. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Da análise dos autos vislumbro que o autor Adonay Sabba Castro Benezar, apesar de ser menor de idade quando da propositura da ação, já alcançou a maioridade civil, razão pela qual, com base no disposto no art. 321 do CPC, intimo a referida parte para que, no prazo de 15 dias, regularize a sua representação, sob as penas da lei. Ato contínuo, regularizada a representação do primeiro requerente, dê-se vista ao Ministério Público considerando que a demanda envolve interesse de menor de idade (Agnes Sabba Castro). Após, retornem os autos conclusos para deliberação. À Secretaria para as diligências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM) - Processo 0607424-34.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Auto Posto Uniao LTDA - defiro o pedido de intimação da executada para fins de indicação de bens a penhora, conforme art. 652, § 3º do CPC. Expeça-se o respectivo edital, no prazo de 20 (vinte) dias, adotando-se as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM) - Processo 0607672-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: SENSO ENGENHARIA E COMERCIO LTDA - REQUERIDO: Vidrorios Industria e Comercio LTDA - Tendo em vista o pedido de cumprimento de sentença dos honorários advocatícios de sucumbência (fls. 299/306) e no intuito de não haver conflito com o cumprimento de sentença já em curso, determino que a advogada PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA autue seu petitório em autos apartados, observando-se as formalidades legais. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GENILCE SIQUEIRA VIANA (OAB 8467/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: RICARDO ALAN MONTEIRO BATISTA (OAB 8084/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0609586-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: RONALDO PANTOJA BENICIO - REQUERIDO: FERNANDO ARAUJO DOS SANTOS MENDES - ODONTOMED SAÚDE LTDA e outro - Por conseguinte, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o determinado no despacho de fl. 177 dos autos, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM) - Processo 0609713-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Lima da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - defiro o pedido de fl. 220. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, determino a expedição de ofício ao Banco Caixa Econômica, agência 3205, para determinar a realização da transferência dos respectivos valores, vinculados ao presente feito, para conta indicada pela requerente às fls. 220. Cumpridas todas diligências acima, e inexistindo irresignação das partes, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0610185-04.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pneus Forte Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item F, recolha as custas referentes à emissão do edital e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0610710-49.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Sebastião Alfrenon Santos Sampaio e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - I.n.s.s, e outro - Considerando a ausência de apresentação de cálculos por parte do requerente, beneficiário da gratuidade da justiça (despacho, fl. 46), intime-se o INSS, na pessoa de seu representante judicial, para, em procedimento de execução invertida, juntar ao presente feito os cálculos, ou impugnar a execução, conforme redação do artigo 535 do CPC, no prazo de 30 dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611232-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Tereza de Almeida Menezes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 129/130, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: SANDRO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 4830/AM), ADV: PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE) - Processo 0611633-17.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: 3E Engenharia em Eficiência Energética Ltda e outros - EXECUTADA: Autoserviço Processamento de Dados Ltda - Determino a intimação do impugnante para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o recolhimento das custas relativas à impugnação ao cumprimento de sentença, sob pena de não conhecimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM) - Processo 0611682-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: T M Caldas Imobiliária ME - Visão Imobiliária - Tendo em vista que foi concedido benefício da gratuidade da justiça à exequente, conforme despacho de fl. 51, determino à Secretaria o cumprimento da decisão de fl. 108 quanto à expedição de mandado de penhora, avaliação e intimação. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612005-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELISÂNGELA MARTINS DE ALENCAR (OAB 6948/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0612175-35.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ailbenildo Figueiredo Loureiro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca de petição e documentos juntados pela requerida às fls. 202/216 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRIO BAIMA DE ALMEIDA (OAB 1189/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: NÁDIA CRUZ DE ALMEIDA (OAB 7909/AM) - Processo 0612581-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: DANILE MARIA ANUARIO MADURO - REQUERIDO: MULTIPLAS RESINAS DA AMAZONIA LTDA EPP e outros - Tendo em vista o trânsito em julgado do acórdão em remessa necessária que converteu o auxílio-doença em auxílio-acidente, resta prejudicado o prosseguimento do pedido de execução provisória para restabelecimento de auxílio-doença, razão pela qual chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fl. 245 dos autos. Diante disso, determino a intimação da requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento definitivo do título executivo judicial. Não havendo manifestação tempestiva, arquivem-se os autos, dando-se baixa no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613226-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandro Ripardo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MÁIRA ANDRADE MARTINS (OAB 7421/AM), ADV: MARIA JOSÉ RODRIGUES MENESCAL DE VASCONCELLOS (OAB 3109/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0613408-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados

às fls. 423/428, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: MÁRIO CÉLIO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 4346/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: RAFAELA DA SILVA GOMES (OAB 8946/AM) - Processo 0614261-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Civilcorp Incorporações - EXECUTADA: Andressa da Silva Cunha e outro - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 9:15 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0614933-16.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 09:30 horas, na sede deste Juízo. Por oportuno, defiro a gratuidade da justiça à Requerida (fls. 133/134), em razão de sua hipossuficiência econômica. Expeça-se o respectivo mandado de intimação à Requerida para ciência quanto à data designada para audiência acima aludida, tendo em vista a petição da Defensoria Pública de fl. 157, sem ônus à parte ré. Intimem-se, observando-se as prerrogativas da Defensoria Pública do Estado. Cumpra-se.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0615447-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cond. Res. Nossa Senhora de Fatima - REQUERIDO: Condomínio Empresarial Adrianópolis - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615618-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que a requerida não tem patrono constituído nos autos, aguarde-se o cumprimento da carta de intimação, expedida às fls. 144, para que a ré se manifeste sobre o bloqueio judicial de valores (fls. 140/141). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS), ADV: MARIA ELISA MAGALHÃES MARCOLIN (OAB 96862/RS), ADV: CAROLINE FERNANDA STÜRMER (OAB 110823/RS), ADV: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA (OAB 310300/SP), ADV: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (OAB 335279/SP) - Processo 0615831-97.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SIEL Administradora e Corretora de Seguros LTDA. - REQUERIDO: VIVO S.A. - Tendo em vista que os honorários de sucumbência são direito autônomo dos patronos e que a requerente propõe utilizar o valor depositado para fins de quitação do débito com os patronos do requerido (fls. 310/313), determino a intimação do advogado do requerente para, em nome próprio, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se anui com o proposto pela parte autora. Em caso de concordância expressa, dê-se vista aos advogados do requerido, ora exequentes, para, no prazo de 15 (quinze) dias manifestarem-se sobre a proposta apresentada. À Secretaria para que proceda a consulta do saldo atualizado do depósito noticiado nos autos. Após adotadas todas as diligência acima determinadas, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSE RICARDO VALIO (OAB 120174/SP), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0616648-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Francinete Martins Simões e outros - REQUERIDO: Clinica Laboratorial e Biológica Ltda - CLINILAB - LITSPASSIV: LABORATORIO PROF. DR. NELSON BRANCCAIO - Intimem-se os Requerentes, por seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos o termo de compromisso do inventariante, procuração e substabelecimento dos novos patronos do espólio, sob as penas da lei. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0616660-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Natan Pontes de Souza - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição e documentos juntados às fls. 125/126, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0617017-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA ÂNGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0617029-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ananda Juliana Ferreira Ramos - Tendo em vista a proximidade da data de audiência designada e a inexistência de comprovação de prejuízo às partes, mantenho a data de 04/09/2019 para realização do ato. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: VANESSA PIZARRO RAPP (OAB A-569AM), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0617098-07.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0605639-08.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Incorporação Imobiliária - REQUERENTE: Mônica Aguiar dos Reis - REQUERIDA: Obelisco Construção Civil Ltda e outros - LISTPASSIV: Janne Sales Gomes - intime-se a parte executada por carta, com aviso de recebimento, em razão de não ter procurador constituído nos autos, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pela exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, determino à Secretaria consultar o saldo da importância depositada; em caso positivo, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a

parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Em relação às movimentações bancárias (BACENCCS/SIMBA), tais informações são protegidas por sigilo, não havendo motivo para a quebra de tal sigilo em razão de débito, mormente diante da possibilidade de adoção de outras medidas para constrição de bens. Além disso, este Juízo não possui acesso ao sistema de movimentações bancárias noticiado pela exequente, pelo que indefiro o pedido formulado nesse sentido. De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0617598-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Ana Cláudia Lopes Menezes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0619091-46.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro, em parte, o pedido de fl. XX. Proceda-se à pesquisa aos sistemas INFOJUD/BACENJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Antes do seu cumprimento, intime-se o requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (INFOJUD/BACENJUD/RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0621669-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Residencial Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para extinguir o feito com resolução do mérito, nos termos do art.487, I, do CPC. Como corolário próprio da sucumbência, condeno o requerente a pagar as custas processuais e os honorários do advogado das requeridas, os quais fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa em atenção ao disposto no art. 85, § 2º, do CPC, Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0623055-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Intime-se a Requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o anexo mencionado no documento de fl. 86. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0624403-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Flex Tapajós - Tendo em vista as informações de fl. 77, determino o apensamento do embargos à execução (Processo n. 0640666-42.2019.8.04.0001) ao presente feito, bem como aguarde-se o recebimento deste quanto aos seus efeitos sobre a demanda executiva. Cumpra-se.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0625006-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDA: Valbia Maria da Silva Repolho - Diante disso, determino a intimação da requerida para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625282-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Votorantim - Bv Financeira S/A - defiro o pleito de fl. 68. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, após o dia 04/09/2019, em cumprimento à decisão de fls. 58/59, observando-se as formalidades legais e intimações das partes para ciência do ato. À Secretaria para anotação do nome dos novos advogados da Requerida (fls. 73/102). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625470-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jalde Barbosa dos Santos - Da análise dos autos verifico que o autor requer em sede de liminar a suspensão da execução do contrato de financiamento firmado com o Banco RCI Brasil S.A (fls. 01/18). Desta feita, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a alteração do polo passivo no sentindo de incluir a instituição bancária financiadora. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0625496-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - defiro o pleito de fl. 152. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, após o dia 04/09/2019, em cumprimento à decisão de fls. 99/100, observando-se as formalidades legais e intimações das partes para ciência do ato. À Secretaria para anotação do nome dos novos advogados da Requerida (fls. 109/111). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626233-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Glecy Neuza de Abreu da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo

para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0626304-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Valdir Duarte Alecrim - Tendo em vista as pendências do SAJ, determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para informar se as custas processuais foram integralmente recolhidas. Em caso negativo, determino à Secretaria intimar o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar o respectivo pagamento, sob as penas da lei. Noutro giro, se efetivamente pagas as custas, em igual prazo, intime-se o requerente se manifestar sobre a petição de fls. 119/121. Intimem-se, observando-se as prerrogativas da Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626417-91.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Euzileide da Silva Rocha - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0626904-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso S/A - Tendo em vista a certidão encartada às fls. 83, intime-se o Exequente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: ALDENIRES SILVA OLIVEIRA DE SOUSA (OAB 8105/AM) - Processo 0626904-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADA: Kellen Araújo de Oliveira - Vista à executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o noticiado na petição e documento de fls. 135/141. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0627161-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - expeça-se mandado de intimação à Requerida para fins de juntar aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, os documentos pertinentes que comprovem que a perda total do veículo objeto da lide decorreu de acidente. Com a juntada da documentação, dê-se vista ao Requerente para pleitear o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627191-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Suedson Diniz dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627696-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de Ação Monitória proposta em virtude de débito oriundo do fornecimento de energia elétrica. Na hipótese de natureza do pedido, o prazo de prescrição é de 10 (dez) anos, nos termos do art. 205 do Código Civil. Da análise dos autos verifico que apesar da propositura da ação datar de julho de 2019, o autor requer o pagamento de faturas vencidas entre janeiro/2009 e junho/2009, embora, nos termos da fundamentação supracitada, seja evidente a sua prescrição. Diante disso, em observância ao disposto no arts. 10 e 321 do CPC, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de retificar o valor da causa e apresentar memória de cálculo atualizada do débito, subtraídos os valores já prescritos, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCIO DOS SANTOS PORTO (OAB 34018/SC), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0627960-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Amaury Guimaraes de Matos - EXECUTADO: Trairi Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. (Tcd Navegação e Transporte) - Tendo em vista o noticiado pelo exequente nas fls. 108/109, determino a devolução dos autos à Contadoria para que certifique se houve o recolhimento integral das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0628173-33.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de Ação Monitória. Da análise da petição inicial, entendo que foram preenchidos os requisitos dos arts. 319, 320 e art. 700, §2°, todos do CPC, estando a exordial instruída com a documentação comprobatória do débito. Diante disso, determino a citação para pagamento da importância reclamada e dos honorários advocatícios, fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 701, caput, do CPC. Fica o requerido advertido de que será constituído o título executivo judicial se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, conforme o §2° do aludido dispositivo legal. Registre-se, ainda, que o requerido ficará isento das custas processuais se ocorrer o pagamento no mesmo prazo. Caso o(s) requerido(s) não possua(m) cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, expeça-se a respectiva carta. De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0629000-44.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - considerando que a tentativa por via postal restou frustrada (fls. 47 e 48), determino a realização do ato citatório por oficial de justiça. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, intime-se o exequente para, no

prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante, sob as penas da lei. No mesmo prazo acima aludido, fica o exequente intimado a informar o endereço atualizado da executada Maria das Graças Cavalcante para regular prosseguimento do feito. Após a comprovação, expeça-se o respectivo mandado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM), ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0629436-37.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: E. C. França Serviços Me - REQUERIDO: Maria do Livramento Lima da Cunha - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 08:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629505-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edi Fabio Martins Meireles - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: ANA LUISA SOUSA FARIA (OAB 7854/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0629524-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Italínea Industria de Móveis Ltda. - REQUERIDO: Vizzualle Comercio de Material Eletrico e Serviços Ltda. - A XIV Semana Nacional de Conciliação será realizada no período de 04 a 08 de novembro de 2019 por determinação do CNJ e observados os termos da Portaria n°96/2019 - CGJ/AM. Pois bem, no presente feito a pretensão autoral versa sobre direitos materiais disponíveis a admitir transação judicial para por fim ao litígio. Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 05/11/2019, às 9:00 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0630133-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bento Campos Andrade - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, cujas provas já constam dos autos, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0630275-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Cite-se para que, no prazo de 03 (três) dias, seja efetuado o pagamento da dívida, devidamente corrigida, cujo valor está indicado na inicial, sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia do principal atualizado, dos juros, das custas processuais antecipadas e dos honorários advocatícios. Fixo, de plano, os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput, CPC). No caso de integral pagamento no prazo acima indicado, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1°, CPC). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Com a comprovação de recolhimento, expeça-se o respectivo mandado, consignando o prazo de 15 (quinze) dias para o executado, querendo, opor-se à execução por meio de embargos. De arremate, na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação.

ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0631004-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Adriele Chagas Soares - REQUERIDO: J. A. Souto Loureiro & Cia Ltda -Laboratórios Reunidos - Trata-se de Ação de Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela proposta por Adriele Chagas Soares em face de J.A. Souto Loureiro Cia Ltda. Este Juízo deferiu a liminar pleiteada (fls. 72/73). Retorna aos autos o requerido para pedir a citação do Dr. William Hiromi Fuzica para integrar o polo passivo da lide (fls. 84/88) e apresentar documentação (fls. 101/138). A autora manifestou-se no sentido da ausência de justificação fática para litisconsórcio passivo (fls. 141/143). É o relatório. Decido. Em relação ao Sr. William Hiromi Fuzita, entendo que não resta configurado o litisconsórcio passivo, na medida em que o referido médico tão somente solicitou a realização de exames a fim de verificar a condição patológica da requerente, não estando esse vinculado aos fatos alegados que embasam a pretensão indenizatória. Nesta esteira, indefiro o pedido de citação de William Hiromi Fuzita como litisconsorte passivo. Ademais, considerando os documentos colacionados aos autos (fls. 101/138), intime-se a requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0631053-71.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 217/218. Proceda-se à pesquisa aos sistemas BACENJUD/INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o requerente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0631467-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Pronatus do Amazonas

Industria e Comercio de Pfc Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - À Secretaria para que proceda a consulta acerca da existência de depósitos relativos ao valor incontroverso do contrato. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631849-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de Ação Monitória. Da análise da petição inicial, entendo que foram preenchidos os requisitos dos arts. 319, 320 e art. 700, §2°, todos do CPC, estando a exordial instruída com a documentação comprobatória do débito. Diante disso, determino a citação para pagamento da importância reclamada e dos honorários advocatícios, fixados em 5% (cinco por cento) do valor da causa no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 701, caput, do CPC. Fica o requerido advertido de que será constituído o título executivo judicial se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, conforme o §2° do aludido dispositivo legal. Registre-se, ainda, que o requerido ficará isento das custas processuais se ocorrer o pagamento no mesmo prazo. Caso o(s) requerido(s) não possua(m) cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, expeça-se a respectiva carta. De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632237-62.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista que o Requerido não está representado por advogado nos autos e a necessidade de intimação pessoal para cumprimento de sentença, determino à Secretaria o cumprimento do despacho de fls. 179/180. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632406-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0633874-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayana de Moura Bonfim - Tendo em vista o disposto no art. 330, § 2°, do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de indicar o incontroverso, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634641-86.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - indefiro o pleito de fl. 126. Diante disso, em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a parte requerente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o endereço da requerida, para fins de citação, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC, sob as penas da lei. No caso de ser informado novo endereço no prazo conferido, e juntado comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n 116/2017-PTJ), expeça-se o respectivo mandado. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia (BACENJUD/RENAJUD), deve a requerente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, juntando-se as despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM) - Processo 0634644-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Administração judicial - REQUERENTE: Sara Magalhães Pimentel - defiro o pleito de fls. 42/43. Remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, conforme decisão de fls. 29/30, observando-se as formalidades legais e intimações das partes para ciência do ato. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0634990-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elis Sabino dos Santos - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0635768-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - A quaestio juris de que tratam os presentes autos é de natureza patrimonial privada, envolvendo direitos materiais disponíveis, a admitir, ex legis, transação judicial, para por fim ao litígio, conforme preceitua o art. 840, Código Civil. Isto posto, com fulcro no art. 842 do CC/2002, homologo por sentença o acordo havido entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, julgo EXTINTO o processo, nos termos do art.924, II, c/c o art. 925 do CPC. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono, em atenção ao disposto no art. 90, § 2°, do CPC, sendo as partes dispensadas das custas remanescentes, conforme o art. 90, § 3º, do aludido Diploma Legal. Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636003-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Alberto Kitzinger de Souza - Tendo em vista o endereçamento da peça de ingresso à uma das Varas da Fazenda Pública Estadual, determino a remessa dos presentes autos ao Juízo competente. À Secretaria para as diligências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0636911-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francisco Fernandes Morais - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Remetam-se os autos à Superior Instância (art. 496, I, do CPC), conforme sentença de fls. 92/97. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637156-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Deborah Rodrigues de Souza - Trata de Ação Previdenciária. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0637635-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que promovam o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0637655-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gilberto da Graça Bandeira - Da análise dos autos verifico que o autor pretende a

declaração da abusividade de juros cobrados pela ré no contrato de empréstimo consignado, bem como a restituição dos valores a maior e a adequação do contrato ao índice indicado na inicial. Desta feita, em observância ao disposto no art. 10 do CPC, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca da inadequação da via eleita, posto que a demanda envolve a revisão de contrato de empréstimo. Nesse sentido, tendo em vista o disposto no art. 330, § 2°, do CPC, determino a intimação do requerente para, no supracitado prazo de 15 (quinze) dias, também emende a petição inicial no sentido de especificar as disposições contratuais que pretende controverter, indicar o incontroverso e colacionar aos autos o contrato objeto do litígio, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RACHEL SIZA TRIBUZY (OAB 6863/AM) - Processo 0637804-06.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edith Siza Tribuzy - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Remetam-se os autos à Contadoria para certificar quanto ao recolhimento das custas relativas à impugnação ao cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0638131-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: MARIA TRINDADE MARQUES DE LIMA - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante disso, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação quanto ao excesso de execução, nos termos acima expostos, mas fixo o débito exequendo remanescente no valor de R$ 1.397,06 (hum mil, trezentos e noventa e sete reais e seis centavos), o qual deverá ser atualizado de acordo com os parâmetros da sentença. Considerando que o pagamento voluntário foi parcial, incide sobre o débito remanescente a multa de 10% (dez por cento) e os honorários da fase de cumprimento de sentença em igual percentual, conforme o art. 523, § 2º, do CPC. Tendo em vista que o valor depositado é incontroverso, defiro o pedido de levantamento, razão pela qual determino à Secretaria a expedição do alvará em favor da requerente e seus patronos para levantamento da quantia depositada acrescida de eventuais atualizações. Caso necessário, fica desde logo a Secretaria autorizada a remeter os autos à Contadoria para elaboração do cálculo de rateio do montante atualizado do depósito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0639066-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Tropical Center - Pleiteia o exequente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do exequente para comprovar a sua hipossuficiência econômica no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Ademais, em observância ao disposto no art. 801 do CPC, determino a intimação do exequente para, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, igualmente emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos a Ata de Assembleia que definiu o valor da taxa condominial relacionada ao débito, vez que a apresentada está ilegível (fls. 33/34), sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0640534-24.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Intime-se a Exequente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição do Curador Especial de fls. 161/162, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0640736-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Francisco Geraldo Monteiro Campelo - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0640981-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Mario Socorro Pinheiro de Fonte - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 19/09/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641358-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em observância ao disposto no art. 321 do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial no sentido de colacionar aos autos contrato com cláusula de alienação fiduciária com a descrição completa do bem indicado na inicial, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE MELO DO NASCIMENTO SENA (OAB 10283/AM) - Processo 0641566-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Doroteia Rodrigues Maciel - Trata de Ação Previdenciária. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE CRISTINE DE CARVALHO CORDEIRO (OAB 10414/AM) - Processo 0642022-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Nonato Gonçalves Lima - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 26/09/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0642545-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Waldemir Kramer Goncalves - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar ao: A) 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protestos de Letras que averbe às margens das matrículas nº 2.527 (livro 3-M), nº 2.516 (livro 3-M) e nº 22.619 (livro 3) a notação de suspensão de alienação e transferência dos imóveis ali registrados, constantes em lotes de terra, até ulterior deliberação deste Juízo; B) 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protestos de Letras que averbe às margens das matrículas nº 5163 (livro 2), nº 19.774 (livro 2) e nº 10.982 (livro 2) a anotação de suspensão de alienação e transferência dos imóveis ali registrados, constantes em lotes de terra, até ulterior deliberação

deste Juízo. À Secretaria para que proceda à expedição dos ofícios aos referidos cartórios, para cumprimento da tutela antecipada. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0643270-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Martins Chaves - Fortes nestes argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que suspenda os descontos efetuados na conta-corrente da autora (Banco Bradesco, Conta: 0012023-5, Agência: 1999), impugnados na presente demanda no prazo improrrogável de 72h (setenta e duas horas), até ulterior deliberação deste juízo, sob pena de pagamento de multa de R$ 1.000,00 (Mil reais) por cada desconto, em caso de descumprimento, limitada a 10 incidências, bem como sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, com fulcro no Art. 536, §1 c/c Art. 537 do Código de Processo Civil, bem como no Art. 84, §3 e §4 do CDC. Defiro a justiça gratuita em favor do autor, por considerar a parte hipossuficiente. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0643480-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franklin Mamede Abdalla - Trata-se de Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente. Da análise dos autos verifico que a tutela foi deferida pelo Juízo plantonista, o qual determinou a realização de procedimento cirúrgico de cateterismo, ultrassom intracoronária e angioplastia com implante de Stents, nos termos das requisições e laudos acostados aos autos (fls. 42/44). A requerida foi citada e intimada para cumprimento da decisão (fls. 49/50). Desta feita, considerando o pedido principal indicado pelo autor e ainda o disposto no art. 303, §1º, I, do CPC, determino a intimação do requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, aditar a inicial nos termo do referido diploma legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: LUCIANO SARTORI FIRMINO (OAB 183420/SP), ADV: MARIANA SILVA MONACHESI (OAB 296861/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0643620-32.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prest Service Mão de Obra Ltda - REQUERIDO: Lg Electronics do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0644079-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Neide Maria Silva Tufi Amim - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644191-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jose Adelma de Sousa - Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório - DPVAT. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica, razão pela qual defiro em parte o pedido de gratuidade da justiça, excetuadas as despesas postais que devem ser arcadas pelo requerente por serem de pequena monta, com fundamento no art. 98, § 5°, do CPC. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0644291-84.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: Jose Horge Paiva de Souza - Recebo os Embargos à Execução sem efeito suspensivo, na medida em que a execução não está garantida, nem há pedido do embargante de atribuição do aludido efeito, pelo que não foram atendidos os requisitos do art. 919, §1°, do CPC. Cite-se o embargado para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa aos termos da presente demanda. À Secretaria para que proceda ao apensamento dos presentes autos aos da Ação de Execução, processo n° 0631464-12.2017.8.04.0001. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0644357-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cristiano de Almeida - Considerando o pedido liminar, designo o dia 22/10/2019, às 09:30 horas, sede deste Juízo, para a realização da audiência de justificação na sede deste Juízo. Intime-se o requerente, por seu patrono, da data designada. Determino a citação dos requeridos para comparecerem ao ato. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0644539-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Soares Ricardo - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que abstenha-se de exigir as parcelas vincendas decorrentes dos contratos de empréstimo de nº 541471486 e nº 581960144, sob pena de multa diária de

R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (dez) dias-multa. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GISELE RABELO GARCIA (OAB 6833/AM) - Processo 0644576-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria das Chagas Oliveira de Menezes - Pleiteia o requerente o benefício da gratuidade da justiça. A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 5º, LXXIV, que a assistência jurídica integral e gratuita seja prestada “aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Por sua vez, o Código de Processo Civil preceitua que a gratuidade judiciária seja concedida àquele que não possua recursos para arcar com as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios; prevendo, ainda, a possibilidade de intimação da parte para comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o benefício pleiteado, consoante os arts. 98 e 99, § 2°, do aludido Diploma Legal. No caso dos autos, a petição inicial e documentos que acompanham não trazem dados suficientes para a análise do pleito em questão. Diante disso, determino a intimação do requerente para comprovar a sua hipossuficiência econômica, bem como, emendar a petição inicial no sentido de colacionar procuração aos autos, a fim de regularizar sua representação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0651879-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Iolanda Sarubi - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Diante disso, sem prejuízo da fase processual em que se encontram os autos - a qual será mantida na hipótese de ser frustrada a tentativa de composição - designo a audiência extraordinária de conciliação para o dia 04/11/2019, às 9:30 horas, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY DAS NEVES LEITE (OAB 266227/SP), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 255381A/SP), ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 66708/RJ), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0705440-28.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: YASUDA SEGUROS S.A. - EXECUTADO: Yasuda Seguros S/a - Tendo em vista que quanto aos depósitos noticiados pelo executado constam somente as guias sem o respectivo comprovante de pagamento ou autenticação bancária (fls.191/192), determino à Secretaria que proceda a consulta acerca de depósitos vinculados ao presente feito e seu saldo atualizado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0713963-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: Aymoré Crédito Financiamentos e Investimentos S/A - REQUERIDO: Raimundo Jorge Fernandes Martins - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Aldenires Silva Oliveira de Sousa (OAB 8105/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alexandre Gimenes (OAB 181085/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Allani Priscila Araújo Cardoso da Silva (OAB 4537/AM)
Amilton Farias Santos (OAB 16877/PA)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Luisa Sousa Faria (OAB 7854/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAIUS MARCELLUS LACERDA (OAB 5207/PB)
Camila Barbosa Rosas (OAB 4406/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Fernanda Stürmer (OAB 110823/RS)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cicero Pereira de Lacerda Neto (OAB 15401/PB)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Cristina Helena de Oliveira Vila (OAB 10841/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Cristine de Carvalho Cordeiro (OAB 10414/AM)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David D’Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)

Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Espinheira de Melo Baptista (OAB 690A/AM)
Dilermano de Souza Bentes (OAB 16396/PA)
Diogo Cerqueira Lins (OAB 7821/AL)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB 335279/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Peixoto Mattos (OAB 4531/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Martins de Alencar (OAB 6948/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Esbroglio de Barros Lima (OAB 310300/SP)
Felipe Ramos Carvalho (OAB 324729/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Francisca Lígia Leite de Freitas (OAB 2826/AM)
Francisca Nubia da Cunha Garcia (OAB 5221/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Genilce Siqueira Viana (OAB 8467/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Gisele Rabelo Garcia (OAB 6833/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Pereira da Silva (OAB 003.724/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Heraldo Antonio Correa Junior (OAB 13798/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Ingrid Kelly G. Costa (OAB 7081/AM)
Iran Bayma de Melo (OAB 2463/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB 9446/BA)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Joao Bentes Pacheco Filho (OAB 001.540/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 255381A/SP)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 66708/RJ)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Cláudio Alves Rodrigues Ramos (OAB 8729/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Jose Ricardo Valio (OAB 120174/SP)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly das Neves Leite (OAB 266227/SP)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane Melo do Nascimento Sena (OAB 10283/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luciano Sartori Firmino (OAB 183420/SP)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira Lobato (OAB 724A/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Máira Andrade Martins (OAB 7421/AM)
Malba Tânia Oliveira Gato (OAB 6409/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcio dos Santos Porto (OAB 34018/SC)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marco Hugo Henriques das Neves (OAB 14609/AM)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Ângela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Creuza Costa de Seixas (OAB 3186/AM)
Maria Elisa Magalhães Marcolin (OAB 96862/RS)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos (OAB 3109/

AM)
Mariana Silva Monachesi (OAB 296861/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Baima de Almeida (OAB 1189/AM)
Mário Célio Oliveira de Souza (OAB 4346/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marta Isabel Monteiro de Souza (OAB 5966/AM)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nádia Cruz de Almeida (OAB 7909/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Neila do Rosário Monteiro da Silva (OAB 11841/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Ozene Farias da Silva (OAB 9335/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Cesar dos Reis Sales (OAB A106/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
PAULO ROBERTO UCHOA DO AMARAL (OAB 6778/CE)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rachel Siza Tribuzy (OAB 6863/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela da Silva Gomes (OAB 8946/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB 8084/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosivaldo Pereira da Silva (OAB 1619/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Sandro Rodrigues de Souza (OAB 4830/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Suelen Guedes Barbosa (OAB 6533/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tatiana Pereira da Cruz de Moura (OAB 148218/RJ)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vanessa Pizarro Rapp (OAB A-569AM)
Vicente José da Silva (OAB 6239/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Eustógio Corrêa (OAB 200388/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0336/2019

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0227879-61.2010.8.04.0001 (001.10.227879-3) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Marize Amazonas Maciel - REQUERIDO: Stanley Jorge dos Santos Sudo - Parte requerida não se manifestou acerca do ato retro. Em razão da mudança de patronos da parte autora, intimo-a para que diga se tem interesse em produzir provas complementares, justificando-lhes a necessidade, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: DANIEL HICLEI OLIVEIRA SANTOS (OAB 6577/AM) - Processo 0603900-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOEL SALES REBOUÇAS - REQUERIDO: LUCIANO FERREIRA DE SOUZA - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0617377-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Nilson dos Santos Pinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0623438-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Drogaria Sale Ltda - Me - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623956-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. P. Cabeleireiros e Comércio de Cosméticos Ltda. - João Paulo Baars de Carvalho - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB

11685/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0627179-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assembléia - REQUERENTE: Arnaldo Taveira de Souza Júnior - REQUERIDO: Condomínio Conjunto dos Jornalistas e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627793-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fátima Duarte Boadana - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que indique a qual diligência se refere o pagamento de fls. 68/69.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0631434-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0635827-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, no prazo de 5 (cinco) dias. Neste mesmo ato, intimo a parte autora para que recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0644223-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0713644-61.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB 6577/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO IDA MARIA COSTA DE ANDRADE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0337/2019

ADV: JEAN WAKIM HANNA WAKIM FILHO (OAB 5181/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB 4680/AM), ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM) - Processo 0028972-10.2010.8.04.0012 (012.10.028972-2) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Nasser Yacub - Eyad Ali Yacub - REQUERIDO: Yahya Mahmmud Issa Manasera - TERCEIRO I: Henrique Nunes Pocu - Mahmoud Khalil Abdel-Hai Hmoud - Mahmoud Mohmmad Ata Mohmmad - INTSSADO: Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus/AM - Assim, saneado o processo e exaurindo o prazo sem a indicação de eventual nulidade a obstaculizar o cumprimento da imissão na posse do autor , dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 929/930. Verifico que o patrono do executado vem de forma reiterada obstaculizando o tramite processual com reiterados recursos e pedidos com pretensão sem justificativa jurídica e destituídas de fundamento de fato ou de direito, causando morosidade processual de forma deliberada, a caracterizar má-fé e contra os princípios de dignidade da justiça, haja vista que o processo foi ajuizado em 2010, na forma do artigo 77, II, combinado com o § 2º, do CPC. Além da sanção ao advogado, a instauração de novo incidente processual a ser apreciado sem fundamento e com julgamento adverso, ensejará a aplicação de multa por litigância de má-fé na forma do artigo 81, do CPC, na proporção de 09 % (nove) por cento do valor dado a causa, além de honorários advocatícios, pelo qual fica o executado desde logo advertido. Proceda-se o cumprimento da ordem judicial de imissão na posse. Cumpra-se.

ADV: LUÍS AUGUSTO MITOSO JÚNIOR (OAB 1585/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 784A/AM), ADV: CECÍLIA VASCONCELOS FILOMENO MOREIRA DE CHAGAS (OAB 4115/RO), ADV: HIRON FERREIRA LIMA (OAB 2304/AM), ADV: DIOGO ASSAD BOECHAT (OAB 11373/ES), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB

126504/SP), ADV: ROSA OLIVEIRA DE PONTES (OAB 4231/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0204772-22.2009.8.04.0001 (001.09.204772-7) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Aldenora Laura de Oliveira - Antônia Correa dos Anjos - Elba Fernandes Medeiros - Hadoniran Barbosa Litaiff - Izaura Guedes Lemos - Jorge Humberto Barreto - Maria Barbosa da Silva - Mário Antonio da Silva Sussmann - Raimunda Pereira da Silva - Ruth Antony Skrobot - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ , intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias. Outrossim, intimo a parte autora para recolher o valor das custas da impugnação, no prazo de 05 dias.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0604467-60.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Lúcia da Conceição D'azevedo - REQUERIDO: Davi Vieira da Silva - Cecília de Lima Bezerra - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º, do artigo 437, do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0606525-31.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Mútuo - REQUERENTE: FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - REQUERIDA: Dina Barbosa da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618533-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ricardino Sebastião Batista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630689-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Cristina Fonseca de Assis - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º, do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0637553-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José César de Souza Pereira - Francisca Israela Lima da Silva - REQUERIDO: Carlos Printes de Santana Neto - Mega Prime Veículos - Banco Pan S/A - R. H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0638557-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - REQUERIDO: J. dos Reis Martins Comércio - Jucimar dos Reis Martins - Bruno dos Reis Martins - J. R. M. Comércio de Artigos de Papelaria e Transportes Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM), ADV: JESSICA DA ROCHA OLIVEIRA (OAB 12247/AM) - Processo 0655960-71.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Martins Júnior Tavares de Oliveira - REQUERIDA: Ariana de Matos - R. H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: WEULER ALVES DE SOUSA (OAB 5263/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0700848-38.2012.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Boulevard Medical Center - REQUERIDA: Glória Yaneth Buitrago Acosta - R. H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: KLEDSON DE MOURA LIMA (OAB 4111/TO), ADV: FABRÍCIO TEIXEIRA NOLETO (OAB 2937/TO), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM), ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: ALAN AUGUSTO DE SOUZA SANTOS (OAB 14742/AM) - Processo 0707725-91.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Alan Augusto de Souza Santos - REQUERIDO: UNITINS - Universidade de Tocantins - INTSSADO: Procuradoria Geral do Estado de Tocantins - Juizo de Direito da Comarca de Palmas - To - Vista ao exequente para se manifestar sobre a impugnação ofertada pela requerida (545/586), no prazo de 15 dias. Intime-se.

Alan Augusto de Souza Santos (OAB 14742/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 4115/RO)
Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB 784A/AM)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Diogo Assad Boechat (OAB 11373/ES)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Fabrício Teixeira Noleto (OAB 2937/TO)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hiron Ferreira Lima (OAB 2304/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jean Wakim Hanna Wakim Filho (OAB 5181/AM)
Jessica da Rocha Oliveira (OAB 12247/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kledson de Moura Lima (OAB 4111/TO)
Luís Augusto Mitoso Júnior (OAB 1585/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Mário Eurico Amaral Pinto (OAB 4680/AM)

Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosa Oliveira de Pontes (OAB 4231/AM)
Weuler Alves de Sousa (OAB 5263/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0321/2019

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: JOÃO MENDES DE ALMEIDA (OAB 1552/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: MARCELO CAMPOS SCHRODER (OAB 2499/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0208238-87.2010.8.04.0001 (001.10.208238-4) - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: André Ricardo do Nascimento Lemos e outro - REQUERIDA: Total Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM) - Processo 0223993-88.2009.8.04.0001 (001.09.223993-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0238653-87.2009.8.04.0001 (001.09.238653-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0239399-86.2008.8.04.0001 (001.08.239399-1) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0240285-85.2008.8.04.0001 (001.08.240285-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0252055-75.2008.8.04.0001 (001.08.252055-1) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fl. 128. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 002.167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELOS (OAB 002.790/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0317362-44.2006.8.04.0001 (001.06.317362-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - REQUERIDA: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - R.H. Defiro o pedido de penhora online através do sistema BACENJUD. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PABLO FERREIRA RANGEL (OAB 518A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0320040-95.2007.8.04.0001 (001.07.320040-0) - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - REQUERIDA: Tim Celular S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0330051-86.2007.8.04.0001 (001.07.330051-0) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Raimundo dos Reis Ribeiro - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido

mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600835-60.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0602596-58.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cláudio Caldas Ferreira da Silva - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0602947-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Fernanda Colares da Silva e outro - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM) - Processo 0604086-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Souza Pardo - REQUERIDO: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604225-96.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604503-73.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604919-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0605517-82.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Luís Nascimento Pereira - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) Requerida(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls. 91, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0607945-47.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reivindicação - REQUERENTE: Maria Neuza Ribeiro de Matos Oliveira - REQUERIDO: José Joaquim Barros de Oliveira - R. H. Intime-se a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC), manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609228-08.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0609257-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Desta feita, a desídia da parte autora além de demonstrar descaso aos comandos judiciais, acarreta a ausência de pressuposto necessário ao desenvolvimento do processo. Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609663-11.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610127-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre a petição de fls. 123 a 126, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: PAULO CESAR GHELLAR FILHO (OAB 11116/AM), ADV: RENATO FERREIRA GONZALES (OAB 11029/AM) - Processo 0611939-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Arlindo Ferreira Gonzales - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição de fls. 237/238 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612629-15.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Wladimir Suano da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora, por seu advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0616523-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Mauro Vieira da Silva - Ante o exposto, acolho os presentes embargos declaratórios opostos, suprindo a omissão apontada incluindo no dispositivo da sentença a seguinte redação: “Os valores devidos deverão ser corrigidos nos moldes estabelecidos na Portaria n.º 1.855/2016-PTJ.”. P.R.I.C.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0616949-35.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0617003-64.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Sidney Marques Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0619276-21.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Aldecy de Araújo Maia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0621148-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisa através do sistema INFOJUD e consulta e penhora online através do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 113/115. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0621697-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Cherla Gama da Silva - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação de BUSCA E APREENSÃO, e autorizo a emissão de novo mandado de Busca e Apreensão no endereço da Sra. Eulizane Santos da Silva, fornecido às fls. 92. Condiciono a expedição do mandado ao recolhimento de custas. Defiro o benefício da gratuidade de justiça. Autorizo a baixa da restrição no cadastro do veículo perante ao Detran-AM, bem como a expedição de ofício ao SERASA e SPC, para retirada de eventual registro em nome da parte Requerida, decorrente da distribuição desta ação. Certificado o trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM) - Processo 0622088-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rosa Maria Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0622502-39.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta e penhora online do

Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fls. 91. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0623227-28.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT, conforme petição de fl. 131. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0625892-46.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Marcelo de Souza Santos - ME e outro - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM) - Processo 0629163-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nelsa Brilhante da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 174. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629323-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 789A/AM), ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 790A/AM), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM) - Processo 0630462-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Kusuo Kitagawa - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Renajud e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632288-73.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor principal. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0632442-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosangela Brandão Ramos Carvalho - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A e outro - Considerando o teor da petição de fls. 421, cite-se a requerida Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me

os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM), ADV: ADRIANE RADELISKI MIRANDA (OAB 13460/MS) - Processo 0636051-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Valquíria Hernandes - EXECUTADO: Leandro Pessi - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0636698-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC/15. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636911-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesses termos, não oferecidos os embargos, constitui-se, ex vi legis, o título executivo judicial. Convertido de pleno direito o mandado inicial em mandado executivo, prossiga-se a ação, na forma prevista no art. 701, §2º do CPC. Expeça-se o novo mandado, agora de execução, intimando a parte executada para pagar a quantia devida em 15 (quinze) dias, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o valor devido (CPC 523). Condeno a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor principal. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637021-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM), ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0637381-12.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0607576-82.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Carlos Henrique Pinto Cardoso e outro - Isto posto, ausentes os requisitos para a concessão da liminar vindicada, nos termos do art. 300, do CPC, indefiro inicialmente o pedido de tutela provisória da presente ação, com fundamento nos arts. 300, § 2º, e 677, do NCPC, sem prejuízo de nova análise no decurso da ação. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0638357-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Singolare - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 230/232. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0638777-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: SAMANTA FIRMO DA ROCHA (OAB 12904/AM) - Processo 0640895-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Allan Kardec Azevedo da Rocha - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 117/118. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0641416-44.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Hellen Grace Affonso Nahmias - R.H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0632130-76.2018.8.04.0001. Apense-se ao referido feito. Após, certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo

0644445-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias) pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0644523-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manuel Roberto Pereira da Silva - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso IV e VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, intime-se o autor para colacionar aos extratos bancários dos ano de 2011 à 2015 e planilha de cálculos dos descontos efetuados pelo Banco Requerido, completando a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CÉLIO FERNANDES DE SOUZA (OAB 12442/AM) - Processo 0644574-10.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Confusão - EMBARGANTE: Triseven Serviços de Construção de Edificios e Forncecimento de Alimentos Eireli - R.H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0610550-24.2017.8.04.0001. Apense-se ao referido feito. Após, certifique a Secretaria acerca da tempestividade dos presentes embargos, e em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0644634-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4590/AM) - Processo 0645069-25.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0618506-33.2013.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0650585-89.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0654429-47.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Desta feita, defiro o pedido de conversão requerido, devendo a Secretaria proceder as anotações necessárias no sistema processual. Remetam-se os autos à contadoria para o cálculo das custas devidas. Após, intime-se o autor para o seu recolhimento. Retifique-se no sistema processual o valor da ação. Cumpridas as determinações retornem-me os autos. Intime-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0707270-29.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Sônia Regina Rodrigues de Brito - R. H. Intime-se a parte requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, pra que se manifeste acerca da petição de fls. 280. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM) - Processo 0710947-67.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença -

Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Evellyn Michiles - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriane Radeliski Miranda (OAB 13460/MS)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4590/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Célio Fernandes de Souza (OAB 12442/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 789A/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Mendes de Almeida (OAB 1552/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcelos (OAB 002.790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 002.167/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 790A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Marcelo Campos Schroder (OAB 2499/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo Ferreira Rangel (OAB 518A/AM)
Paulo Cesar Ghellar Filho (OAB 11116/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato Ferreira Gonzales (OAB 11029/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Samanta Firmo da Rocha (OAB 12904/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0322/2019

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 1490/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0202190-49.2009.8.04.0001 (001.09.202190-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ângela Monteiro Simão - REQUERIDO: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0202475-37.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amiraldo Tavares Garcia - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB

3338/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0209594-20.2010.8.04.0001 (001.10.209594-0) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - REQUERIDO: Edapp Turismo Ltda. - R. H. Intime-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de 05 (cinco) dias, para recolher as custas postais da carta precatória, sob pena de arquivamento do processo. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0219288-47.2009.8.04.0001 (001.09.219288-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A - REQUERIDO: J. C. Bruni Corrêa - Júlio César Bruni Corrêa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM) - Processo 0239467-31.2011.8.04.0001 - Exibição - Tutela Provisória - REQUERENTE: Álvaro Martins - REQUERIDO: José Maria Nobre da Silva - Antônio Alberto Hortêncio Alcântara - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR) - Processo 0249787-14.2009.8.04.0001 (001.09.249787-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas - EXECUTADO: Simone Melo da Silva - ME - Simone Melo da Silva - Raimundo Simão Vieira Filho - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0602382-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Joanita Ferreira de Souza - Cíntia Marília de Souza Rebello - À Secretaria para cumprir o final da sentença, no sentido de retificar o cadastro da parte requerida, para fazer constar o nome de Cíntia Marília de S. Rebello, excluindo o nome de Joanita Ferreira de Souza. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0604318-35.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Marques de Souza - R. H. Considerando a notícia do falecimento da parte requerida às fls. 105, suspendo o feito, nos termos do artigo 313, I, do CPC, para que seja procedida a habilitação do espólio ou eventuais sucessores do de cujus e que apresentem a certidão de óbito, bem como seus documentos pessoais para o prosseguimento do feito, no prazo de 30 (trinta) dias. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0607579-32.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Marilene Sudo Boa Sorte - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609922-06.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Gracenira Andrade dos Anjos - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611251-53.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Sônia Maria Rabelo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0611350-91.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0262247-33.2009.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valdeci Bentes Barboza - REQUERIDA: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Gênesis Mult Marca - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0613454-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lucinene Gama Fragoso - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Instada pessoalmente a promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil, a parte Requerente não o fez, deixando patente o seu desinteresse. Em razão do exposto, determino a extinção e arquivamento deste processo, com fulcro no art. 485, III, do Novo CPC. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0613948-76.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Evaristo Souto Maior Conde Júnior - Suspenso, conforme decisão de fl. 107.

ADV: MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS (OAB 56526/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG) - Processo 0614397-34.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Vauclemar Braga Cordeiro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas

a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0614482-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adolfo Alves dos Santos - REQUERIDO: Lincoln Ferreira Alves - R. H. Considerando que a parte requerida não compareceu na audiência designada nos autos e não justificou a sua ausência, embora tenha sido devidamente citada, conforme fls. 41, entendo pela aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 334, §8, do CPC. Verifico, ainda, que a parte requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou tr anscorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada às fls. 46, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0616965-57.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Nogueira dos Santos - REQUERIDO: S. B. Imóveis Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal Cumpra-se.

ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM) - Processo 0621132-15.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: B. K. Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. - EPP - REQUERIDO: J. T. R. Pontes - Associação Folclórica Boi Bumbá Caprichoso - Por efeito, entendo pelo indeferimento da exordial, uma vez que o autor não cumpriu com a determinação judicial, ocorrendo, portanto, a hipótese ao artigo 321, parágrafo único, do CPC/15. Em razão do exposto, extingo o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 321, parágrafo único, combinado com o art. 485, I, do CPC/15, por indeferimento da inicial. Condeno o requerente ao pagamento das custas e despesas processuais. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0623244-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jorim Pinheiro Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0625752-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Liane Braga do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM) - Processo 0630279-41.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mac Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Alan de Tal - Elioney de Tal - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM) - Processo 0630890-91.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0219132-25.2010.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Osimar Maia da Silva - EMBARGADO: Japurá Pneus Ltda. - Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, nos termos do artigo 478, I, do CPC. Defiro a liminar postulada pela parte embargante. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios que fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com fundamento no artigo 85, §8, do CPC. Não havendo interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado, após dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0630933-28.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - REQUERIDO: Só de Biquini Comércio de Confecções Lltda. - ME - R. H. Considerando a informação de renúncia de mandato à fl. 82, determino que a parte autora regularize sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art.76, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0632532-02.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pool Engenharia, Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - REQUERIDO: KRIA Equipamentos Elétricos Ltda. - R. H. Defiro o pedido de suspensão formulado à fl. 93. Fiquem os autos sobrestados por 15 dias. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM) - Processo 0634093-22.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Antônio Gomes Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em razão da não propositura da ação principal anunciada, outro caminho não resta perfilhar que não seja o de decretar a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma prevista pelo art. 485, IV e VI, combinado com o art. 309 , III, do Código de Processo Civil, ficando, por conseguinte, sem efeito a liminar concedida. Condeno a parte Requerente ao pagamento das custas processuais bem como dos honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor corrigido da causa nos termos da Portaria n. 1.855/2016-PTJ. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0634106-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elizeu Moreira da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos - CEJUSC, para que proceda a designação de audiência de conciliação. Cumpra-se.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0634766-15.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Ranam Industrial e Comercial de Implementos de Transportes Ltda. - REQUERIDO: Desconhecidos - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo sem resolução do mérito condenando a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais. Após, o trânsito e julgado, arquive-se e dê-se baixa. P.R.I.

ADV: ALOÍSIO BARBOSA CALADO NETO (OAB 17231/PB), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM)

- Processo 0635089-54.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Márcia Regina Lima de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VANESSA PONTES DOS SANTOS (OAB 5334/AM), ADV: DIOGO OLIVEIRA NOGUEIRA FRANCO (OAB 7550/AM) - Processo 0636690-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Dênnis Marcelo de Souza Ramos - EXECUTADO: North Manaus Importação e Exportação de Produtos de Informática Ltda. - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0637563-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco de Caninde Gomes Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0638687-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ilídia Bastos de Vasconcelos - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0640819-12.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Antônia Moraes de Pinho - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0640927-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0206623-96.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gisele Caroline da Cruz Mota - REQUERIDO: Francisco Negreiros de Lima - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0206623-96.2009.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (OAB 25254/BA) - Processo 0642313-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0082417-83.2004.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Banco Itaú S/A (Banco Itaubank S/a) - Antingo Bankboston - EMBARGADO: Petrobras Distribuidora S/A - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0082417-83.2004.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0644431-21.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dulce Ferreira do Carmo - REQUERIDO: Elionai do Nascimento Lima Feitosa - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA NUNES MACHADO (OAB 9799/AM) - Processo 0662276-03.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Astrogildo da Silva Lima - REQUERIDO: Bit - Interativo Serviços Tecnológicos Ltda. - Samuel Costa Matos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) -

Processo 0703159-02.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 392, no prazo de 05 (cinco) dias.

Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Aloísio Barbosa Calado Neto (OAB 17231/PB)
Amanda Nunes Machado (OAB 9799/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB 7550/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gerbasi Gomes Dias (OAB 25254/BA)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Antônio de Vasconcellos Dias (OAB 1490/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos Caldas Martins Chagas (OAB 56526/MG)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Vanessa Pontes dos Santos (OAB 5334/AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: CAROLINA RIGO PALMEIRO (OAB 60961/RS), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0204708-60.2019.8.04.0001 (processo principal 0205940-88.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigações - REQUERENTE: GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO TRANSAÇÕES LTDA. - REQUERIDO: Isis Rodrigues de Alecrim-ME - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA (OAB 61172/MG), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM) - Processo 0208007-94.2009.8.04.0001 (001.09.208007-4) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Manoel Sobral - REQUERIDO: Planet Chokolate Comércio de Chocolates e Correlatos Ltda - Intime-se o Autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, informar acerca do andamento da Carta Precatória expedida.

ADV: RODRIGO SOUZA MENDES DE ARAUJO (OAB 207620/SP), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: SIMONE PASCHKE DACCA (OAB 244908/SP), ADV: PEDRO MIRANDA ROQUIM (OAB 173481/SP), ADV: MARCELO GUEDES NUNES (OAB 185797/SP) - Processo 0211566-10.2019.8.04.0001 (processo principal 0636988-92.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Agir Participações LTDA. - EXECUTADO: Orsa International Paper Embalagens da Amazônia Ltda. - De todo o exposto, INDEFIRO a indicação do bem à penhora feito pela Requerida, determinando a sua substituição por depósito em dinheiro, a ser realizado em 15 (quinze) dias, sob pena de inclusão de multa de 10% e honorários de 10% sobre o valor do débito, e prosseguimento forçado da Execução. Intimem-se.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401A/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM) - Processo 0220783-63.2008.8.04.0001 (001.08.220783-7) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Deonir Luiz Soder Tasso - REQUERIDO: ELA - Empresa Líder de Assessoria Ltda. - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: HENRIQUE PAULO AUGUSTO (OAB 77333/SP), ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM), ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1197A/AM) - Processo 0225432-85.2019.8.04.0001 (processo principal 0631590-33.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Henrique Augusto Paulo - REQUERIDO: Gleivison Rodrigues da Silva - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0226011-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0613292-85.2018.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda. - Mantenho a Decisão agravada, por seus próprios fundamentos. Arquive-se o presente Incidente, sem prejuízo de sua reativação no caso de eventual provimento do Recurso interposto.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0226799-52.2016.8.04.0001 (processo principal 0230589-20.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaildo de Oliveira Silva - Por ora, proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado à fl. 49. Custas já pagas.

ADV: FERNANDO BASTOS LEITE (OAB 839A/AM), ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0232072-90.2008.8.04.0001 (001.08.232072-2) - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Simone Cardoso Oliveira - REQUERIDO: Dennes Nascimento Cardoso - Expeça-se novo Mandado de Imissão na Posse, para o mesmo endereço, sem necessidade de recolhimento de novas custas, em razão de não

ter sido efetivada a medida.

ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0237082-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0223023-54.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Estimatório - REQUERENTE: Waldemar Moss Filho - REQUERIDO: Pedro Marcelo Bezerra Pinheiro - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0245754-63.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0621714-49.2018.8.04.0001) (processo principal 0621714-49.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Nilson Soares de Alencar - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0246341-90.2015.8.04.0001 (processo principal 0211089-31.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Vivaldo Júnior Olavo de Souza e outro - EXECUTADO: Francisco Gomes Lemos e outro - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0258980-82.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600752-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Lidiane Perdigão Reis e outro - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud em desfavor do CNPJ indicado,considerando se tratar do mesmo grupo econômico da Executada. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0601671-62.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0631107-37.2014.8.04.0001) - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Associação dos Feirantes da feira Comunitária Residencial Viver Melhor-AFFCRVM e outro - Expeça-se Edital de Citação. Custas pagas.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: ELISSANDRO DE SOUZA PORTELA (OAB 5252/AM) - Processo 0601863-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda - EXECUTADO: Luciene Souza da Silva Construções Me - Expeça-se Mandado de Penhora, Avaliação e Remoção do veículo indicado (Ford Ranger, placa OAD-4006, devendo os bens serem depositados em mãos do Exequente ou de quem este indicar. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601924-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Indefiro, por ora, o pedido de citação por Edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar a Parte Requerida. Diante disto, determino sejam realizadas consultas de endereços nos sistemas judiciais pendentes (Bacenjud, Renajud e Infojud). Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0601961-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda e outros - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: JÉSSICA DAYANE FIGUEIREDO SANTIAGO (OAB 9431/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: LOREN GISELE DE LIMA NICÁCIO PAZOS (OAB 5211/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: YOMAR DESTERRO E SILVA (OAB 234/AM) - Processo 0602342-85.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Rádio e TV do Amazonas Ltda - CONSIGNADO: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602355-50.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Arnaldo Silva Santos - Vista ao Impugnado, em 15 (quinze) dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0603206-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: PATRICIA MENCONCINI ALMEIDA NEVES - REQUERIDO: Lanny da Costa Uchoa Vieira - DENUNCIADO: Seguradora SUL AMÉRICA SEGURI DE VIDA E PREVIÊNCIA - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: ANA KARINE SANTOS POLITANO (OAB 244487/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: SANDRO RIBEIRO (OAB 148019/SP), ADV: LEONARDO LUIZ TAVANO (OAB 173965/SP), ADV: GERMANA MARINHO PEREIRA (OAB 367539/SP), ADV: PATRICIA VARGAS FABRIS (OAB 321729/SP), ADV: FLAVIO PUIG (OAB 177049/SP), ADV: CRISTIAN DUTRA MORAES (OAB 209023/SP) - Processo 0603662-10.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0232716-86.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: T.C.P.A.D. - REQUERIDO: T.C.S.B. - Vista à Autora da Petição de fls. 14849/14854, em 15 (quinze) dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: GUILHERME GIERON FONSECA E SILVA (OAB 357620/SP), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0604106-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho e outro - REQUERIDO: Audi do Brasil Industria e Comercio de Veiculos - Pole Comercio de Veiculos Ltda - Dê-se ciência às partes da data da perícia, a saber,

dia 03 de setembro de 2019 às 14:00h, na sede da Re, conforme indicado à fl. 220. Deverão as partes comparecer preferencialmente acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e providenciar o necessário para que haja o regular andamento dos trabalhos periciais, inclusive disponibilize as peças substituídas

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0605703-18.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Pedro Praxedes de Lima - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0607174-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conta de Participação - REQUERENTE: Armando Altomir Fonseca Bastos - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda. - Intime-se o Perito para se pronunciar acerca das manifestações das Partes às fls. 392/404 e 405/413. Sem prejuízo disto, digam as Partes, em 5 (cinco) dias, se há interesse na via conciliatória.

ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0608274-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia (Pró-menor Dom Bosco) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, de forma a determinar a revisão das faturas dos meses de 01/2019 (R$ 52.876,91) e 02/2019 (R$ 53.666,86) para o valor de R$ 35.761,50 (trinta e cinco mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos). Há de ser devolvido a diferença paga a maior, e sobre a parcela não paga incidirá atualização pela Selic a partir desta data. Fica autorizada a compensação entre o valor a ser restituído e os valores a serem pagos em razão da revisão. Fica confirmada em definitivo a liminar concedida, determinando que a Requerida se abstenha de efetuar o corte do fornecimento de energia elétrica sob o fundamento de inadimplemento das faturas objeto da lide. Diante da sucumbência mínima da Autora, arcará a Requerida com o pagamento das custas aos cofres do TJ/AM e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado. P.I. Cumpra-se.

ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG) - Processo 0608537-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Luiz Claudio Pereira Silva - REQUERIDO: Yoshihiro Hashimoto - Considerando a possível prática de falsificação de documento público praticada pelo patrono do Autor, conforme memorando de 459/491, oficie-se ao Ministério Público e à OAB para tomarem as providências que entenderem cabíveis. Após remetam-se os Autos à Superior Instância, considerando que não cabe a realização de juízo de admissibilidade pelo Juízo de piso.

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM) - Processo 0609008-05.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - EXEQUENTE: Menta e Araujo Comercio de Alimentos LTDA - EXECUTADO: Castelinho Refeições Ltda. - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, com os acréscimos do art. 523 do CPC, conforme valor já atualizado às fls. 136/137 Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0609699-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Marques Pequeno - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610329-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os Autos, verifico que ainda resta pendente a citação da Parte Executada, o que impede, por ora, a suspensão com fulcro no art. 921, III, do CPC. Diante disto, intime-se o Exequente para requerer o que entender de direito para cita a Requerida, no prazo de 10 (dez) dias, informando inclusive se há interesse na citação por Edital, considerando que foram realizadas as consultas em todos os sistemas eletrônicos disponíveis. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA) - Processo 0610468-90.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Alves Maia - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o INSS para, no prazo de 30 (trinta) dias, restabelecer o benefício de auxílio-doença acidentário, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa, considerando que a Sentença determinou que o mesmo deveria ser mantido até a reabilitação do segurado. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0611934-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, e trazer memória atualizada do cálculo.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0613179-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ivanelia Maria Ferreira Duarte - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A e outros - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0613808-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - Cite-se por Edital. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0613872-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Monica do Socorro Rocha de Oliveira - REQUERIDO: Alliança Home Life Ltda e outros - Compulsando os Autos mais detidamente, verifico aparente ilegitimidade da Requerida Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda, única Requerida ainda não citada. Da Inicial, vê-se que a justificativa para inclusão de todas Requeridas no polo passivo foi a existência de grupo econômico, mas a Auto Posto Nogueira Comércio de Derivados de Petróleo Ltda possui como objeto social a comercialização de combustíveis, conforme fl. 26, não ficando evidenciada sua

relação com o contrato que se pretende rescindir. Diante disto, e considerando que legitimidade das Partes é matéria de ordem pública, apreciável a qualquer tempo, intimem-se previamente as Partes para se manifestarem acerca deste ponto, nos termos do art. 10 do CPC, em 5 (cinco) dias.

ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM), ADV: NATALIA KATO (OAB 392686/SP) - Processo 0614156-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Simone Maria Queiroz Teixeira - REQUERIDO: Hospital Bandeirantes e outros - Dê-se ciência às partes da data da perícia, a saber, dia 19/09/2019 às 12:00h, na Av. Castelo Branco, nº 1779, Cachoeirinha, Oncoclin, 2º andar, sala 7, conforme endereço indicado às fls. 486. Deverão as partes comparecer preferencialmente acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e providenciar o necessário para que haja o regular andamento dos trabalhos periciais.

ADV: FRAMAX CHIXARO FRAZÃO DA SILVA (OAB 8142/AM), ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC) - Processo 0614233-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Adriano da Silva Cruz - REQUERIDO: Global Consultoria Imobilidade S/A - Já há depósito nos Autos, realizado na data de 19/01/2016, de forma que após esta data somente podem incidir juros e correção monetária de eventual diferença, não sendo aproveitável o cálculo de fl. 198. Diante disto, diga o Autor, em 15 (quinze) dias, se o depósito quita ou não o débito, apresentando cálculo de eventual diferença devida.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0614326-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - Indefiro, por ora, o pedido de citação por Edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar a Parte Requerida. Diante disto, determino sejam realizadas consultas de endereços nos sistemas judiciais pendentes (Bacenjud e Renajud). Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614613-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cláusula Penal - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta no eRIDTF. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0615382-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Expeça-se Mandado de Penhora, Avaliação e Remoção dos veículos indicados, devendo os bens serem depositados em mãos do Exequente ou de quem este indicar. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0615494-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Thathyany Chrystineide da Costa - REQUERIDO: Net Serviço de Comunicação S/A - Inverto o ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, considerando a verossimilhança das alegações autorais, bem como a estrutura da Requerida e o fato de possuir todos os meios para comprovar a regularidade da contratação. Diante disto, deve ser renovada a oportunidade para a Requerida indicar provas, observando o ônus probatório que lhe foi imposto. Dessarte, intime-se a Parte Requerida para, no prazo preclusivo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretende produzir, em especial se há interesse na perícia grafotécnica. Caso não hajam provas a serem produzidas, julgarei antecipadamente a lide, nos moldes do art. 355, I do CPC. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0615548-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Daiana Hellen Pereira - REQUERIDO: James Dean Nascimento Lima - Expeça-se Alvará dos valores depositados.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0615786-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo S/A - Intime-se a Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o endereço para o qual deverá ser expedido o Mandado de Citação, considerando as peculiaridades de seu pedido, se for o caso o endereço do porto pertinente. Friso, ainda, que é obrigação da interessada procurar diretamente o Oficial de Justiça e fornecer o suporte necessário para perfectibilização do ato citatório, sendo descabida a inserção de contato telefônico no corpo do Mandado, que segue modelos padronizados da serventia judicial.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0615981-39.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a OMNI Banco S/A para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar o Termo de Declaração de Cessão, para fins de comprovar a cessão de crédito, sob pena de extinção do feito, com base no art. 485, IV, do CPC.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616016-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Antonio Carlos Cardoso de Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Recebo o presente Cumprimento de Sentença. Indefiro o pedido de fixação de plano de honorários no Cumprimento de Sentença, em razão de a correta interpretação do termo "precatório" no art. 87, §7º do CPC abranger indistintamente RPVs e precatórios. Neste ponto, friso que não existe qualquer diferença ontológica entre RPV e precatório que justifique distinção na disciplina dos honorários na fase de cumprimento de sentença que enseje um ou outro. Ademais, não faz sentido, considerando o princípio da causalidade, a condenação em honorários no Cumprimento de Sentença contra a fazenda pública, pois, mesmo se tratando de RPV, não pode haver o pagamento de ofício. Frise-se que o RE 420.816/PR trata de situação distinta, pois tal precedente trata especificamente das hipóteses em que de fato pode haver pagamento de ofício com base no art. 128 da Lei nº 8.213/91, relativos a débitos até R$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos). Intime-se o INSS, via Portal Eletrônico, para, querendo, impugnar o Cumprimento de Sentença no que tange à condenação pecuniária, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535 do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616213-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Autor para, se possível, informar o nome da mãe e data de nascimento do Executado, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista que são filtros adicionais que facilitam as chances de pesquisa bem sucedida no Siel-TRE/AM. Após escoado o prazo, com ou sem manifestação, proceda-se à pesquisa no Siel. Custas já pagas.

ADV: HERIVELTO PAIVA (OAB 40212/RS) - Processo 0616271-59.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Paquetá Calçados S/A - Intime-se a Exequente para informar se não há interesse em inserir o nome da Requerida em cadastros negativos antes do arquivamento provisório do feito (art. 921, III do CPC), neste caso bastando apresentar memória de cálculo atualizada e pagamento das custas da providência, cujo valor é módico, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0616853-83.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Florence Garden

Empreendimento Imobiliário Spe Ltda - Proceda-se à consulta de endereços via Infojud da Executada Gislaine da Costa Tolentino. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617408-42.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0618360-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Menciono que o Infoseg não está disponível a este Juízo.

ADV: MÁRCIO BRUNO SOUSA ELIAS (OAB 12533/DF), ADV: EDILAINE NOGUEIRA BRILHANTE (OAB 7246/AM) - Processo 0619195-09.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta (art. 513, §4º do CPC), para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619351-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Perpetua de Souza Pimentel - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ALEXANDRE LESSMANN BUTTAZZI (OAB 168731/RJ) - Processo 0619491-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Digigraf Distribuidora Comércio e Serviços S.a. - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação para o endereço indicado. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0619742-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo LTDA - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0620026-52.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Sílvio José Cintra Maia - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0620211-61.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620381-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivanise de Souza Pinheiro - REQUERIDO: Bonsucesso S.A. - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por IVANISE DE SOUZA PINHEIRO em face de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S.A. resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: 1) Reconhecer e declarar a nulidade da contratação, com retorno das partes ao status quo, devendo a parte Autora restituir ao Réu os valores mutuados, acrescido tão somente de correção monetária desde as datas em que as quantias foram disponibilizadas, e a instituição financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente e com juros a partir da citação, ressalta-se a possibilidade de compensação entre os montantes; 2) Após a compensação, o valor em excesso pago pela Autora deverá ser restituído, em dobro, pelo Réu; 3) Condenar o Réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com juros de mora do primeiro desconto indevido e correção monetária a partir do arbitramento. Ressalta-se que os índices a serem aplicados devem ser aqueles constantes no artigo 12, parágrafo único, da Portaria 1855/2016-PTJ. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados junto ao salário da parte Autora. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente ofício ao órgão pagador. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). P.I. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620396-02.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dou o Executado por intimado. Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: DEBORAH SPEROTTO DA SILVEIRA (OAB 51634/RS), ADV: GUILHERME WELLINGTON PESSOA DE FARIAS (OAB 10183/AM) - Processo 0620433-63.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Osvalci Santos da Silva e outros - REQUERIDO: Gboex Previdencia e Seguro de Pessoas - Do exposto, ACOLHO os Embargos de Declaração, esclarecendo que o remanescente devido é de R$4.610,95 (quatro mil, seiscentos e dez reais, e noventa e cinco centavos), devendo a Requerida efetuar seu pagamento em 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 523, §1º do CPC. Intimem-se.

ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0621264-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631285-10.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Laboratório Nobel Ltda - Epp - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Por ora, defiro a nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621726-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condominio Pernambuco - Antes de determinar a penhora do veículo bloqueado, é prudente realizar as pesquisas individualizadas de suas situações, a fim de verificar a existência de alienação fiduciária ou outros ônus. Destarte, proceda-se à consulta via Renajud. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0622292-80.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0610158-16.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da

Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: HURYGEL BRUNO DE ARAÚJO (OAB 7288/AM) - Processo 0622942-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Angelita da Silva Macedo - REQUERIDO: C. M. da Graca & Cia. Ltda - Concedo a dilação de prazo por 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623753-58.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta de bens via Eridft. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0624023-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rozilda Santos da Costa - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0624839-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Intime-se a Autora, por Carta, para que proceda à regularização de sua representação processual, em 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções do art. 76 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0625583-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mário Boanerges Gimaque Silva - Em tempo, cite-se ainda o INSS para apresentar Contestação e se manifestar do laudo, em 30 (trinta) dias. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0625842-20.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0626995-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Intime-se o Autor, por Carta, para que proceda à regularização de sua representação processual, em 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das sanções do art. 76 do CPC. Cumpra-se.

ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0627269-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Thiago dos Santos Barbosa - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - Por estas razões, DETERMINO que a Ré e a SAMEL PLANO DE SAÚDE LTDA restabeleçam o plano de saúde do Autor, no prazo de 48 horas, até ulterior deliberação ou Sentença, depositando em Juízo o valor correspondente a plano individual, cujo valor deve ser informado pela Ré, dos meses em aberto e os subsequentes. Pena de multa que arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 30 dias. Defiro o ingresso à lide da SAMEL PLANO DE SAÚDE LTDA, devendo ser expedido Mandado de Citação e Intimação da liminar, com urgência, via Plantão da Central de Mandados. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: ADELSON ALVES BORGES JÚNIOR (OAB 9841/AM) - Processo 0628316-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Newton e Brazão Comercio de Audio Ltda - Me - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0628597-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Ofício expedido à fl. 145. Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: JUAN RICARDO DE SOUZA (OAB 201295/RJ), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0628877-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação do Condomínio do Sumaúma Park Shopping- Acsps - REQUERIDO: Tecnitest Eletrica e Ar Condicionado Ltda. e outro - Vista à parte Autora para querendo, apresentar Réplica, em 15 (quinze) dias.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0629194-20.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0257737-06.2011.8.04.0001) - Petição Cível - Imissão na Posse - REQUERENTE: JOÃO EUDES COSTA SÁ - REQUERIDO: Altamir Nunes Gomes - Defiro o pedido de força policial e arrombamento. Espeça-se Ofício ao Comando Geral da Polícia Militar e contate-se o Oficial de Justiça para dar prosseguimento à medida.

ADV: JESSICA SOUZA CANDIDO E SILVA (OAB 4446/AM), ADV: MÁRIO PEIXOTO DA COSTA NETO (OAB 3476/PI), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0629375-45.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616875-78.2018.8.04.0001) - Impugnação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: M. M. Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Caixa Econômica Federal - CEF - À Administradora Judicial para apresentar Parecer, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único da Lei 11.101/05.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0629379-82.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616875-78.2018.8.04.0001) - Impugnação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: M. M. Engenharia Ltda. - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - À Administradora Judicial para apresentar Parecer, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único da Lei 11.101/05.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629710-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jefferson Bezerra Gomes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento

em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0630510-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Macedo de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: JOÃO NOGUEIRA DE MENEZES (OAB 10849/MG), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG) - Processo 0630648-35.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA JOSÉ CANDIDO DA SILVA - REQUERIDO: FLAVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0631183-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0631724-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA: Patricia Lisboa Crispim - Intime-se a Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o valor atualizado do saldo devedor remanescente, devendo considerar inclusive o depósito judicial realizado.

ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM) - Processo 0631986-68.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Geraldo Corrêa Dantas de Araújo - Vistos, Averbo minha suspeição para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do §1º do art. 145 do CPC, in verbis: “Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões”. Ao meu substituto legal.

ADV: KENNIO SOUZA AZEVEDO (OAB 10487/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0632055-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria de Fatima Silva Fernandes - REQUERIDA: Jacqueline de Souza Costa - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632303-42.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: David Alves de Souza - Proceda-se à consulta de bens via Eridft. Custas já recolhidas.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0632357-66.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta de endereços via Siel. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632380-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632832-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alderez Lima Gomes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5

- Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632997-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elbert Bernardes Alves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0633671-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Com relação ao pedido de fl. 66, não foi realizado bloqueio via Renajud nos presentes Autos. No mais, aguarde-se o trânsito em julgado.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634323-98.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cite-se por Edital. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0634736-77.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0640914-76.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Inauê Nakai Rêgo Barros e outro - EMBARGADO: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Quanto ao pedido de fls. 116/117, menciono que a Execução correrá normalmente nos Autos principais. Não havendo outras providências nos presente Embargos, arquivem-se os presentes Autos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635079-44.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Concedo a dilação de prazo por 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0636620-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Auriderson Carvalho Moura e outro - Intime-se o Autor para, se possível, informar o nome da mãe e data de nascimento do Executado, no prazo de 5 (cinco) dias, tendo em vista que são filtros adicionais que facilitam as chances de pesquisa bem sucedida no Siel-TRE/AM. Após escoado o prazo, com ou sem manifestação, proceda-se à pesquisa no Siel. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0636802-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.a. - REQUERIDO: Trairi Comercio de Derivados de Petróleo Ltda e outro - Dê-se contra-vista aos Executados da Petição de fls. 105/119. Prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0637570-58.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0614567-35.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Expeça-se Mandado de Penhora, Avaliação e Remoção dos veículos indicados, devendo os bens serem depositados em mãos do Exequente ou de quem este indicar. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA) - Processo 0637795-15.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Gilberto Pereira Quinderé - REQUERIDO: Banco BMG S/A - LITSPASSIV: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A. - Concedo a dilação de prazo por 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0638506-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0638790-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Lialô Veiculos Comércio e Representação Ltda - Vistos, Defiro o pedido de fls. 30. Proceda-se a alteração no SAJ, com a retirada da tarja de justiça gratuita. Após, deverá o Autor efetuar o pagamento das custas processuais e de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641584-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, por conseguinte, fica sem efeito a liminar. Custas pagas. Proceda-se aos desbloqueios necessários. Arquivem-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0642031-34.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Raimundo Jose Pereira Sobreiro - Vistos, Recebo os embargos para discussão sem atribuir o efeito suspensivo à execução. Apresente a parte

Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação aos presentes embargos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0643135-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0643320-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, Considerando que pago 75% (setenta e cinco por cento) do financiamento, CITE-SE o Requerido para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta, ou realize a purgação da mora em até 5 (cinco) dias, segundo os valores apresentados pelo Banco Credor, na inicial, sob pena de busca e apreensão do bem. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643406-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Heloiza de Oliveira Queiroz - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0643478-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Eunice de Assunção Bello - Ante o exposto, DETERMINO que a Ré autorize e custeie de imediato o retorno da assistência de Internação Domiciliar - Home Care, no prazo de 48 horas, com o procedimento solicitado pelo Médico como era no início do tratamento, incluindo fisioterapia com auxílio de aparelhos, sob pena de multa diária arbitrada em R$ 3.000,00 (três mil reais), limitada a 10 dias, sem prejuízo de novas medidas similares. Intime-se e Cite-se por mandado. Defiro o benefício da justiça gratuita e de prioridade de tramitação. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643793-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Reinaldo Gama Oliveira - Vistos, Verifico que o presente processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0628449-64.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644273-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Verifico que este processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0639078-97.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, pois são relações contratuais diversas. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0644382-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Astúrias - Vistos, Intime-se o Autor para, no prazo de 15 dias, apresentar a documentação contábil que comprove a condição de hipossuficiência e escassez de recursos, podendo também juntar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, que podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), tendo em vista que a Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0644575-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Manoel Batista Feitosa - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita e a prioridade de tramitação pleiteado. Analisando os documentos acostados aos autos, verifica-se que estão ausentes, por ora, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo para concessão da tutela antecipada em caráter antecedente, com fulcro no art. 303, do CPC, considerando que a entrega amigável do bem ocorreu em 30.05.2019. Também não restou comprovada a negativação. Mostra-se prudente a oitiva do demandado acerca dos fatos. Razão pela qual, INDEFIRO a tutela antecipada. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: JEVERSON GONCALVES FRANCA (OAB A904/AM) - Processo 0644577-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Elen Cristina da Silva Constantino Costa - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644588-91.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a

maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0644840-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud e Siel, observando-se ainda as informações listadas à fl. 206 (data de nascimento e nome da mãe). Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. Menciono que o valor recolhido às fls. 196/198 cobre apenas 3 (três) pesquisas, de forma que é necessário o recolhimento total das duas ora deferidas.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM), ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0646155-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Jb Comunicação e Publicidade Ltda - Considerando que na Ação Monitória a parte Requerida já é citada para pagar o débito, e, no caso de não apresentação de Embargos, a Sentença proferida apenas reconhece a conversão em título judicial, não é necessário que a parte seja chamada para pagar novamente, na forma do art. 513, §2º e 523 do CPC. Isto porque as regras do Cumprimento de Sentença se aplicam à monitória apenas no que couber, conforme inteligência do art. 701, §2º do CPC, igualmente sendo inaplicável a multa do art. 523, §1º do CPC. Diante disto, proceda-se desde já ao bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado indicado à fl. 111. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0648883-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Diego Moraes Bittencourt - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de Sao Paulo e outro - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0653076-69.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisca Barros de Oliveira - REQUERIDO: Construtora Capital S/A e outro - Ao Cejusc para pautar Audiência de Conciliação.

ADV: JORGE LUIS BONFIM LEITE FILHO (OAB 309115SP), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0653349-48.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S.a. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, deve ser oportunizado à Requerida efetuar o pagamento do remanescente, não sendo-lhe aplicável, no presente momento, as sanções do art. 523, ficando desde já intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o remanescente. No mais, oficie-se à Caixa Econômica para realizar a transferência dos valores já depositados à conta informada à fl. 176. Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0656257-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Martins Lopes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0659864-02.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Patri Quatro Empreedimentos Imobiliários S/A - REQUERIDO: SAMUEL LEVY DA SILVA CARVALHO e outro - Defiro a Gratuidade de Justiça em favor dos Requeridos/Reconvintes. Intime-se a parte Autora para apresentar Réplica e Contestação à Reconvenção, em 15 (quinze) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0660951-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Bv Log Logistica Ltda - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud. Custas já recolhidas.

ADV: RODRIGO ALVES OMENA (OAB 6840/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0709922-19.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: JOSE DUNCA CHAVES SA - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS) - Processo 0714688-18.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Souza Cruz S.A - Suspenda-se o feito por um mês, sem prejuízo do cumprimento da ordem de fl. 166 de expedição de Ofício à Caixa Econômica.

Adelson Alves Borges Júnior (OAB 9841/AM)
Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Lessmann Buttazzi (OAB 168731/RJ)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Karine Santos Politano (OAB 244487/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Henrique Martins Teixeira (OAB 61172/MG)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Carolina Rigo Palmeiro (OAB 60961/RS)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cristian Dutra Moraes (OAB 209023/SP)
David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)
Deborah Sperotto da Silveira (OAB 51634/RS)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Edilaine Nogueira Brilhante (OAB 7246/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elissandro de Souza Portela (OAB 5252/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401A/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Bastos Leite (OAB 839A/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flavio Puig (OAB 177049/SP)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Framax Chixaro Frazão da Silva (OAB 8142/AM)
Francinei Moreira de Almeida (OAB 2464/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Germana Marinho Pereira (OAB 367539/SP)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1197A/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Gieron Fonseca e Silva (OAB 357620/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Guilherme Wellington Pessoa de Farias (OAB 10183/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique Paulo Augusto (OAB 77333/SP)
Herivelto Paiva (OAB 40212/RS)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Hurygel Bruno de Araújo (OAB 7288/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Dayane Figueiredo Santiago (OAB 9431/AM)
Jessica Souza Candido e Silva (OAB 4446/AM)
Jeverson Goncalves Franca (OAB A904/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Nogueira de Menezes (OAB 10849/MG)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Luis Bonfim Leite Filho (OAB 309115SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juan Ricardo de Souza (OAB 201295/RJ)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kennio Souza Azevedo (OAB 10487/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Luiz Tavano (OAB 173965/SP)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB 5211/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 104784/MG)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo Guedes Nunes (OAB 185797/SP)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Márcio Bruno Sousa Elias (OAB 12533/DF)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Mário Peixoto da Costa Neto (OAB 3476/PI)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Natalia Kato (OAB 392686/SP)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patricia Vargas Fabris (OAB 321729/SP)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Pedro Miranda Roquim (OAB 173481/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Alves Omena (OAB 6840/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Rodrigo Souza Mendes de Araujo (OAB 207620/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)

Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sandro Ribeiro (OAB 148019/SP)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simone Paschke Dacca (OAB 244908/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yomar Desterro e Silva (OAB 234/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE BERNARDES LOBATO (OAB 002.192/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0043800-88.2003.8.04.0001 (001.03.043800-5) - Busca e Apreensão - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: H S B C Bank Brasil S. A - Banco Multiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que informe novo endereço para fins de citação do réu, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDA ROJO PAVÃO (OAB 10574/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: RICARDO MARAVALHAS DE CARVALHO BARROS (OAB 165858/SP), ADV: ALESSANDRA PRISCILA MARIANO PELUCCIO (OAB 280248/SP), ADV: CARLOS ALBERTO FERNANDES (OAB 57203/SP) - Processo 0202363-68.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0242423-20.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: E. H. Pavão Distribuidora - EMBARGADA: American Virginia Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Tabacos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0203160-97.2019.8.04.0001 (processo principal 0204677-21.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Trata-se de Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica proposta por Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. Analisando a inicial e manifestação de fls. 1/8, verifico que a parte Requerente não deu valor à causa, em dissonância ao que prevê o art. 291, do Código de Processo Civil, in verbis, “A toda causa será atribuído valor certo, ainda que não tenha conteúdo econômico imediatamente aferível”. Ademais, verifico que não cadastrou no pólo passivo a empresa Executada, contra a qual requer que seja reconhecida a desconsideração de sua personalidade jurídica. Por fim, também não foi juntado pela Requerente documentos referentes a seus atos constitutivos, documentos que comprovem os sócios da empresa executada e o instrumento de mandato em favor do patrono que assina a exordial. Ante o exposto, intime-se o Autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda a emenda e/ou complete a inicial, nos pontos mencionados, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art.330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil; Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: FERNANDA DOS SANTOS ALEXANDRINO (OAB 7809/AM) - Processo 0207698-29.2016.8.04.0001 (processo principal 0600878-60.2015.8.04.0001) - Exceção de Incompetência - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - EXCEPTO: RAIMUNDO ALEXANDRE DA SILVA MARQUES - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM) - Processo 0207818-14.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Itau S/A - REQUERIDO: FJA GESTAO DE PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0209521-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cliciane Alves de Souza - Vistos. Tendo em vista a manifestação do Instituto Nacional de Seguro Social acerca do demonstrativo atualizado de débito às fls. 227 e a concordância da parte Requente dos cálculos apresentados, conforme fls. 238. Expeça-se o RPV. À Secretaria para as providências. Cumpra-se.

ADV: REBECA SANTOS MAFRA (OAB 7093/AM), ADV: JORGE PIETRO RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 6827/AM), ADV: WELLINGTON GUIMARÃES BENTES (OAB 6828/AM), ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0234675-39.2008.8.04.0001 (001.08.234675-6) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Amilson dos Santos Rodrigues - EXECUTADO: Joel dos Santos Auzier Júnior - Francisco Carlos de Oliveira - Vistos. Trata-se de petitório do Exequente de fls.379/384 por meio do qual requer a penhora do salário do Executado até o percentual de 30% (trinta por cento) para liquidar a dívida sem caráter alimentício. Denota-se dos autos que o Executado foi devidamente intimado e, no entanto, não realizou voluntariamente o pagamento. Outrossim, restaram frustadas todas as tentativas de penhora via sistemas Bacenjud e Renajud. Assim, não sendo localizados outros bens passíveis de penhora, defiro a expedição de ofício ao empregador do Executado, a empresa Intelbras S.A. Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira para que efetue o depósito mensal nos autos, da importância equivalente a 30% dos vencimentos líquidos recebidos pelo executado Francisco Carlos Brasil de Oliveira, CPF445.410.582-00. Quanto ao petitório da terceira interessada, acostada às fls. 372/374, manifestar-me-ei nos autos dos embargos de terceiro de n. 0657608-86.2018.8.04.0001. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0242096-80.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0247385-57.2009.8.04.0001) (001.08.242096-4) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: GDA Imobiliária Ltda - REQUERIDO: L T Comercio e Servicos Ltda - Vistos. Considerando o trânsito em julgado da Sentença e, ainda, ausência de manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos presentes autos,

com as cautelas de praxe, sem prejuízo do seu desarquivamento. Cumpra-se.

ADV: ALDEMIR DOCE DA FONSECA (OAB 113/AM), ADV: CAROLYNNE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 4094/AM) - Processo 0600482-49.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: LISSANE OLIVEIRA FERNANDES - Vistos. Considerando o trânsito em julgado da Sentença e, ainda, ausência de manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe, sem prejuízo do seu desarquivamento. Cumpra-se.

ADV: CASSIO BESSA RODRIGUES (OAB 10843/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0602571-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Elcy Silva de Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Tendo em vista notícia de falecimento da Autora, informado através do petitório de folhas 51/91, pela Ré, determino a suspensão do presente feito, nos termos do art. 313, I e seu § 1º, do Código de Processo Civil. Desta feita, determino a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito. Suspendam-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO DIGIÁCOMO (OAB 14097/SC), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0603132-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Intelbras S/A Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira - REQUERIDO: G F Servicos de Alimentos Ltda Me - Da análise dos autos verifico que até a presente data não há notícia de cumprimento da liminar concedida através da Decisão de folhas 46/48. Desta feita, determino a intimação da parte Ré para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir a ordem judicial contida na susomencionada Decisão, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 30 (trinta) dias-multa. Face juntada do petitório de folhas 183 e documentos de folhas 184/222, determino, ainda, a intimação da Empresa Ré para, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, manifestar-se. Tendo em vista necessidade de realizar audiência de Instrução e Julgamento, a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar Decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/03/2020 às 9h30min. Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que eventualmente pretendam produzir por ocasião da audiência de Instrução e Julgamento, ora designada, justificando sua pertinência. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: FERNANDO NUNES DA FROTA (OAB 1527/AM) - Processo 0605605-62.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXECUTADO: Antonio Alves de Souza - Vistos. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse, ora em fase de cumprimento de sentença, proposta por JEMIMA LIMA DAS NEVES, àsfls.316/317, contra Antonio Alves de Souza, aduzindo que o Executado não cumpriu sua parte no acordo homologado em audiência de conciliação (àsfls.276/277), qual seja o pagamento de ajuda de custo no valor de R$1.000,00, que deveriam ser pagos em 07.03.2017, 07.04.2017, 08.05.2017, 07.06.2017, 07.07.2017 e 07.08.2017. Às fls. 334, consta o demonstrativo do débito produzido pela Contadoria. Devidamente intimado, o Executado apresentou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 337/344), aduzindo que a Exequente não entregou o imóvel na data acordada, motivo pelo qual houve quebra do acordo e requereimento do cumprimento de sentença em 08.03.2017 (fls. 281/286), em 28.03.2017 (fls. 288/291), em 03.04.2017 (fls. 293/295) Alega que a Exequente juntou aos autos o petitório de fls.287 formalizando a entrega das chaves em 18.04.2017, sendo que somente veio a receber as chaves em 20.04.2017 (fls. 309). Ao final, requer: a expedição de liminar de tutela de urgência ou de tutela de evidência; o chamamento do feito à ordem considerando que requereu o cumprimento de sentença logo após o descumprimento do acordo judicial homologado; a improcedência do cumprimento de sentença proposto pela Exequente; a condenação da Exequente no pagamento de multa por litigância de má-fé. Devidamente intimada, a Exequente apresentou manifestação (fls.357/359), informando que é leiga, sem conhecimentos técnicos-jurídicos e que já havia saído de fato do imóvel conforme “Termo de Responsabilidade Mudança” assinado junto à administração do condomínio. Assevera que não está inadimplente com suas obrigações, uma vez que protocolou às fls. 307 documento comprovando sua saída do imóvel, em razão de ser mãe de dois filhos, tendo que buscar outro imóvel para residir. Ao final, requer que a impugnação ao cumprimento de sentença seja rejeitada, que os autos sejam remetidos para a Contadoria para atualização dos cálculos judicias de fls. 334 e a expedição de mandado de cumprimento de sentença. Com a manifestação foram colacionados os documentos de fls.360/373. Vieram-me os autos conclusos. Fundamento e decido. Ab initio, é de rigor que seja colacionado os termos do acordo entabulado entre as partes, às fls. 276/277: O Autor apresentou a seguinte contraproposta: dará a Requerida o prazo de 4 (quatro meses) para desocupar o imóvel, ou seja, 07/03/2017 e a partir da sua saída dará R$ 1.000,00 (mil reais) como ajuda de custo pelo prazo de 6 meses, isto é: 07/03/2017, 07/04/2017, 08/05/2017, 07/06/2017, 07/07/2017 e 07/08/2017. No entanto, se a parte sair antes do prazo determinado, informará aos autos, sendo o Autor intimado para iniciar o pagamento das parcelas. Não havendo o pagamento de alguma das parcelas, o valor será liquidado. A Requerida aceitou a proposta apresentada. A controvérsia dos autos gravita em torno do cumprimento do acordo, tanto por parte da Exequente, quanto pelo Executado. A seu turno, a Exequente juntou aos autos, fls. 301/308, um termo de entrega de chaves datado de 17.04.2017 (fls. 304), faturas de energia elétrica (fls.305/306), um termo de responsabilidade mudança (fls.307) e um petitório informando de entrega das chaves em 06.03.2017 (fls.308). Destarte, verifica-se que a Exequente não se incumbiu de comprovar que a efetiva desocupação do imóvel se deu na data aprazada de 07.03.2017, pois os documentos que foram acostados aos autos foram produzidos unilateralmente, sendo que às fls. 298 a Secretaria certificou que a Exequente veio à Juízo e procedeu a entrega das chaves do apartamento n. 302, Condomínio Gran Prix, somente em 18.04.2017. Portanto, a Exequente não cumpriu, no prazo, com sua obrigação. Em sua impugnação ao cumprimento de sentença, o Executado fundamentou sua defesa na suposta quebra do contrato por parte da Exequente, motivo pelo qual deixou de prestar o pagamento da ajuda de custo na quantia de R$ 1.000,00 a partir da desocupação do imóvel, que deveriam ser realizados nos dias 07 dos meses de março a agosto de 2017. Não obstante, verifico que não houve a fixação de cláusula penal para a hipótese de demora no cumprimento da obrigação de fazer quanto à desocupação voluntária do imóvel. Deste modo, de rigor a rejeição dos pedidos da impugnação ao cumprimento de sentença. Entretanto, este Juízo não pode ficar inerte em relação ao fato de que a Exequente desocupou o imóvel somente a partir de 18.04.2017 e que o Executado se comprometeu a realizar o pagamento da ajuda de custo a partir de sua saída. Sendo assim, são devidos pelo Executado à Exequente a ajuda de custo de R$1.000,00, que deveriam ser pagas nos dias 08/05/2017, 07/06/2017, 07/07/2017 e 07/08/2017 e, ainda, a ajuda de custo proporcional a 20 dias, relativas aos dias 18/04/2017 (data da efetiva desocupação) a 07/05/2017, no valor de R$666,67. Ao lume de todo o exposto, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença proposto por Antônio Alves de Souza. Em ato contínuo, determino que os autos sejam remetidos à Contadoria para atualização, vez que a Exequente é beneficiária da justiça gratuita, devendo o Contador atualizar o valor da primeira parcela em R$666,67, com vencimento em 18/04/2017 e as demais no valor de R$1.000,00, com vencimentos em 08/05/2017, 07/06/2017, 07/07/2017 e 07/08/2017, acrescidos de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Transitada esta em julgado, comprove o Executado, no prazo de5 (cinco) dias, o depósitodovalor calculado pela Contadoria, sob penadeprosseguimento da execução, deferindo desde já, se requerida, a realização de penhora on-line via Bacenjud e consulta ao Renajud, até o valor indicado. Publique-se. Intime-se. Cumpra-

se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605903-49.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Custas recolhias às fls. 39/43. Providências junto ao Sistema Infojud, conforme Despacho de fls. 50. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA DA SILVA PEREIRA (OAB 137019/SP) - Processo 0606314-34.2014.8.04.0001 - Ação Civil Coletiva - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: CONSUMIDORES ASSOCIADOS DO BRASIL - COABRAS - Vistos. Considerando o trânsito em julgado da Sentença e, ainda, ausência de manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe, sem prejuízo do seu desarquivamento. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0607283-10.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento - DESPACHO Vistos. Defiro o pedido de fls. 66. Intime-se a parte requerente para que, no prazo de 20 (vinte) dias, junte aos autos as custas devidas ao Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII - Atos dos auxiliares do juízo, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 06 de Agosto de 2019

ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0607473-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana de Souza Alves - REQUERIDO: Universidade Paulista Unip - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607947-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - DESPACHO Vistos. Defiro o pedido de dilação de prazo, em prazo não superior a 30 dias. Decorrido o prazo, intime-se o Autor para indicar o endereço para citação, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. Manaus, 05 de Agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0608080-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriel Sanganini de Medeiros - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. - Fiat Automóveis Ltda. - Vistos. Tendo em vista que as partes se manifestaram acerca do laudo pericial de fls. 285/314, deixo para apreciar o petitório do perito de fls. 315, para momento posterior a prestação dos esclarecimentos devidos, tal como preconiza o art. 465, §4º, do CPC. Intime-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MILTON CARLOS SILVA E SILVA (OAB 6060/AM), ADV: HAMILTON ALMEIDA SILVA (OAB 12552/AM), ADV: VANESSA SILVA LEITE (OAB 14581/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM) - Processo 0608163-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Maristela Martins e outro - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora e Aliança Incorporadora - Aliança Incorporadora Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0610572-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: R.D. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0610746-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Lanaplast Indústria da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: T Viana Silva - Me - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Reconvinte, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Reconvida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências

de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0611618-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Adauto Lúcio Maués Nazareth e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Tendo em vista o petitório do autor às fls. 172/182, informando que o Requerido não vem cumprindo a decisão de fls. 85/88. À Secretaria para certificar o prazo fixado na Decisão de fls. 85/88, para posterior análise de descumprimento da liminar pela Requerida. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0611782-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0611930-14.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Silva de Araujo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Tendo em vista o pagamento de fls. 151, do valor acordado às fls. 146/147, pela parte requerida, e ainda, manifestação da parte Requerente pugnando pela expedição de alvará, às fls. 153, determino à Secretaria que consulte o saldo da conta vinculada ao feito, e em caso de saldo positivo, defiro a expedição do competente Alvará, em nome do Patrono da requerida. Nada mais sendo requerido, dê-se cumprimento ao dispositivo da parte final da Sentença prolatada às folhas 148. Intimem-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM) - Processo 0612941-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ribeiro Participações Ltda - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: LUÍSA DOS SANTOS TORRES (OAB 13411/AM) - Processo 0613552-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Gilberto Jandes Passos de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0616482-22.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0605342-59.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC relativo a documentação acostada aos autos, tendo em vista que trata-se de Ação de Execução e o título é um contrato bancário de empréstimo consignado em folha de pagamento, portanto, devem ser juntados e indicados todos os contracheques do período contratado, documentos essenciais para análise da presente ação. Ademais, para ser concedido efeito suspensivo na ação de execução deve ser observado o art. 913, §1º CPC. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0616553-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Emília Lemos Marinho de Sousa - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0618834-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edileuza Xavier Seixas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e

ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0618930-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sabrina Coelho Campos - REQUERIDO: Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Tendo em vista notícia da resolução de demandas repetitivas, que resultou na suspensão destes autos, determino a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Reativem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0620371-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sebastião Lopes de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM) - Processo 0620931-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Gustavo Marello - REQUERIDO: Lucas Costa Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0620947-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ana Cristina Souza da Silva-me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a requerente para que se manifeste acerca de certidão do CEJUSC de fl. 66, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0621300-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alessandra Souza dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622957-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Francisco Monteiro Ribeiro - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do

laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0623320-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Drogaria Nossa Senhora de Nazare LTDA - REQUERIDO: CONDOMÍNIO PARQUE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO - Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar memória discriminada do cálculo do débito (atualizada), bem como comprovante das despesas para diligências junto ao BACENJUD, conforme requerido, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 24/01/2017, caso não seja beneficiário da Justiça Gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0623627-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: W. Pereira Navegação Ltda - REQUERIDO: Petroleo Brasileiro S/a. - Petrobras - Vistos. Tendo em vista o Ato Ordinatório de fls. 1205, aguardem as partes o decurso do prazo constante no suso mencionado Ato. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO JOSÉ GARCIA (OAB 134719/SP) - Processo 0624853-77.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Supersonic Logística e Transportes Ltda - Vistos. Defiro o petitório de folhas 107, concedo o prazo de 5 (cinco) dias para que a parte interessada realize o recolhimento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça. Decorrido o prazo, em não havendo o recolhimento dos emolumentos, determino a imediata devolução da Carta Precatória ao Juízo Deprecante, com a devida baixa e arquivamento dos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625580-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adriano da Silva Salles - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0625617-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Angelita Ferreira Marques de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0625830-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Vistos. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente não se manifestou acerca do Ato Ordinatório de folhas 146, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu Patrono, conforme certificado às folhas 147. Desta feita, intime-se a Empresa Requerente, pessoalmente, bem como seu Patrono, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem a resolução do mérito, nos termos do art. 485, § 1º, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626330-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Monica Grijo da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais

e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626576-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Priscila Lemos Soares - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 09/09/2019, a partir das 13:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente ,s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626838-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Rosiane Guimarães Lopes - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627678-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Edvanildo da Silva Garcia - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 10/09/2019, a partir das 16:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na clinica Hap Vida, Rua Alexandre Amorim, 490, Bairro de Aparecida, nesta cidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0627964-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Caa - Fabricação de Premoldados e Argamassa Ltda - Me - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0627969-62.2014.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - DESPACHO Defiro o pedido de dilação de prazo de fls. 103. Após o decurso do prazo, Intime-se o Autor para indicar o novo endereço para citação, sob pena de extinção do feito. Cumpra-se. Manaus, 12 de Março de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ) - Processo 0627996-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MAIKO LIMA GIL e outros - REQUERIDO: Aruanã Transportes Ltda - Companhia Mutual de Seguros - Por proêmio, cabe salientar que a decisão somente pode ser alterada, em regra, através do manuseio do recurso processual cabível (agravo de instrumento ou embargos de declaração). In casu, apesar de apresentar pedido de reconsideração da Decisão de fls. 614/616, os Requerentes não apresentaram circunstâncias supervenientes capazes de gerar alteração do substrato fático do decisum atacado, que indeferiu o pedido de expedição de ofício ao Instituto Médico Legal para habilitação de assistente técnico em favor dos Requerentes. Outrossim, o indeferimento da expedição do ofício se deu em razão de ser ônus da parte realizar sua intimação e pagar seus honorários, pois trata-se de técnico de sua confiança. Ressalto que no referido decisum constou tão somente o conceito de assistente técnico e em nenhum momento houve juízo de valor quanto à habilitação e qualificação técnica do sr. Flávio Soares Medeiros Júnior. Ademais, diferentemente do que os Requerentes, por meio de sua patrona, alegaram, o art. 95, § 3º, do CPC diz respeito ao

pagamento da perícia quando esta for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, não estabelecendo nenhuma regra de pagamento quanto aos assistentes técnicos. Saliento aos Requerentes que não há previsão de pagamento de Assistente Técnico na Portaria n. 1.233/2012, de 22/05/2012, disponibilizada no DJe de 24/05/2012, que em seu art. 1º dispõe: Art. 1.º Estabelecer que, nos processos de natureza cível, quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita, o pagamento de honorários de perito, de tradutor ou de intérprete será efetuado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, o qual destinará parcela de seu orçamento para essa finalidade. Parágrafo único. O pagamento previsto no caput deste artigo será enquadrado em rubrica específi ca, denominada "Serviços Especializados nos processos da Justiça Gratuita", Ação 2329. (grifo nosso) Sobre o tema, colaciono as seguintes jurisprudências: Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVA PERICIAL. DECISÃO QUE NOMEIA PERITO JUDICIAL. DECISÃO QUE DETERMINA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA PARTE. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. NULIDADE. ÔNUS PELO PAGAMENTO PARTE QUE REQUER A PROVA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. 1. A ausência de intimação da parte agravante quanto à nomeação da perita indicada pela parte adversa configura cerceamento de defesa por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ocasionando, via de consequência, a nulidade da decisão. 2. Quando o autor requer produção de prova pericial, ele deve arcar com o ônus da produção, salvo quando beneficiário da Justiça Gratuita, hipótese em que cabe ao Estado a responsabilidade pelo pagamento dos honorários da parte hipossuficiente. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.(TJAM - Agravo de Instrumento n. 4001032-91.2017.8.04.0000 Relator (a): Airton Luís Corrêa Gentil; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2017; Data de registro: 09/10/2017) (grifo nosso) Ementa:AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REMUNERAÇÃO. ASSISTENTE TÉCNICO. De acordo com o preconizado nos artigos 84 e 95, ambos do CPC/2016, a remuneração do assistente técnico é de responsabilidade da parte que o houver indicado, sendo ressarcida, ao final, pelo litigante vencido. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.(Agravo de Instrumento, Nº70076797471,Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Fernando Flores Cabral Junior, Julgado em: 25-04-2018) Ante o exposto, indefiro o pedido de reconsideração da Decisão de fls.614/616 quanto ao indeferimento da expedição de ofício para o IML. Cumpre ressaltar que somente o perito nomeado, na condição de agente auxiliar do Juízo, está sujeito a impedimento e suspeição nos mesmos casos em que o juiz se submete a essas interdições no processo (art. 148, II). O mesmo não ocorre com o assistente técnico, que é considerado apenas elemento de confiança da parte, e por isso não se sujeita a impedimento ou suspeição, tal como previsto no art. 466, § 1º, do CPC. Por fim, reitero a advertência à patrona dos Autores quanto à sua atuação no processo, haja vista que a inobservância das regras processuais vigentes podem ocasionar morosidade, tumulto e prejuízo às partes. Advirto também à patrona que a Assessora é agente auxiliar deste Juízo e, portanto, age tão somente sob ordens desta Magistrada ou do substituto legal, sendo incabível qualquer menção que possa vir a desabonar sua atuação, que por cautela e a pedido não auxiliará mais neste processo. Aguarde-se a realização da perícia designada. Em havendo outras manifestações, voltem-me os autos conclusos. Intime-se o Ministério Público desta decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM) - Processo 0628347-81.2015.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: ZANAIR SOARES VASCONCELOS - REQUERIDA: SUDILANE DA SILVA FREIRE - Vistos. Considerando o trânsito em julgado da Sentença e, ainda, ausência de manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe, sem prejuízo do seu desarquivamento. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0629654-36.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Lourdes Marina Vieira Gonçalves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. Verifica-se dos autos a desnecessidade de produção de novas provas, uma vez que o processo está devidamente instruído. Desta feita, anuncio o julgamento antecipado do mérito, com fulcro no art. 355, I, CPC. Após a fluência in albis do prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para Sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRENO CARDOSO MILAGRES SILVA (OAB 128242MG), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (OAB 72002/MG) - Processo 0633165-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Marca - REQUERENTE: TURNER INTERNATIONAL DO BRASIL LTDA - REQUERIDO: PRINCE BIKE NORTE LTDA e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDUARDO PAOLIELLO (OAB 80702/MG) - Processo 0633533-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.A - Intime-se a parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar memória discriminada do cálculo do débito (atualizada), bem como comprovante das despesas para diligências junto ao BACENJUD, conforme requerido, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 24/01/2017, caso não seja beneficiário da Justiça Gratuita. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM) - Processo 0633949-53.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I.M.F.I.E.D.C.N.P. - Considerando o trânsito em julgado da Sentença e, ainda, ausência de manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe, sem prejuízo do seu desarquivamento. Cumpra-se.

ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM) - Processo 0634013-97.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: JAQUELINE MARTINS DE ANDRADE - EXECUTADO: BANCO FIBRA S/A - Tendo em vista ausência de manifestação do Banco Executado, acerca da Decisão de folhas 176, conforme certificado às folhas 179, determino a intimação da Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se já foi realizada a devida baixa da alienação referente ao contrato objeto da lide. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0636680-22.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos. Defiro o petitório de fls. 73. Intime-se a parte Exequente para acostar aos autos comprovante de pagamento das custas cobradas pela consulta aos sistemas judiciais, ora pleiteados, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Providências junto ao INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, após recolhimento das custas, para fins de localização da parte requerida e do bem alvo da liminar. Após, intime-se a parte requerente para manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta realizada através dos sistemas mencionados, requerendo o quê de direito. À secretaria para proceder com o cadastro dos advogados subscritores da petição de fls. 73 e procuração de fls. 74/81 e substabelecidos de fls. 82/84. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0638130-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Mario Cesar Teixeira Lisboa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0638744-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S.a. - Determinada a emenda à petição inicial, deixou o Banco Autor transcorrer, sem qualquer providência, o prazo que lhe foi assinalado. Desta feita, com fulcro no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I, do mesmo Codex. Custas pelo promovente, isentando-o dos honorários advocatícios ante a ausência de citação. Transitada esta em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0640178-92.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0601788-87.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Luiz Claudio Brito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Intime-se o Requerido, pelo seu respectivo Patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0641404-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Desta feita, revogo a liminar concebida e restituo o veículo, ora objeto da lide, a parte Requerida. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais, se houver. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO GUTERRES AGUIAR FIGUEIREDO FRANCO (OAB 5189/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0642054-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: LF Inox Indústria e Comércio de Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifico a necessidade de realizar audiência de Instrução e Julgamento, a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar Decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Desta feita, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05/12/2019 às 9h30min. Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que eventualmente pretendam produzir por ocasião da audiência de Instrução e Julgamento, ora designada, justificando sua pertinência. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0644434-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lucird Carvalho da Silva - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MAGDA ROSANGELA FRANZIN STECCA (OAB 303/RO) - Processo 0651803-55.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Sebastião José Arantes Junior e outros - Vistos. Observado o cumprimento dos atos diligenciados no despacho de folhas 34, cumpra-se os atos determinados pelo Juízo Deprecante. Após devolva-se a missiva com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0654303-94.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Júlia Emília Maciel da Cunha - REQUERIDA: Daniela Alves da Silva e outro - Vistos. Intime-se o Requerido, pelo seu respectivo patrono, para efetuar o pagamento do débito ou indique bens penhoráveis suficientes para o cumprimento da obrigação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de que lhe sejam penhorados tantos bens quanto bens quanto bastem a fim de que seja satisfeita a execução, bem como acrescida a multa e honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), conforme art. 523, § 1º c/c 513, § 2º, II, do CPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo

0657608-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0234675-39.2008.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Keyla Brasil Itadani - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriano Digiácomo (OAB 14097/SC)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Aldemir Doce da Fonseca (OAB 113/AM)
Alessandra Priscila Mariano Peluccio (OAB 280248/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda rojo pavão (OAB 10574/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Breno Cardoso Milagres Silva (OAB 128242MG)
Bruno Guterres Aguiar Figueiredo Franco (OAB 5189/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Fernandes (OAB 57203/SP)
Carlos Alexandre Bernardes Lobato (OAB 002.192/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carolynne Oliveira dos Santos (OAB 4094/AM)
Cassio Bessa Rodrigues (OAB 10843/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Eduardo Paoliello (OAB 80702/MG)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda dos Santos Alexandrino (OAB 7809/AM)
Fernando José Garcia (OAB 134719/SP)
Fernando Nunes da Frota (OAB 1527/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hamilton Almeida Silva (OAB 12552/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
Jorge Pietro Rodrigues de Araújo (OAB 6827/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luísa dos Santos Torres (OAB 13411/AM)
LUIZ GUSTAVO ROCHA OLIVEIRA ROCHOLI (OAB 72002/MG)
Magda Rosangela Franzin Stecca (OAB 303/RO)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Milton Carlos Silva e Silva (OAB 6060/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Patrícia da Silva Pereira (OAB 137019/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Santos Mafra (OAB 7093/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo Maravalhas de Carvalho Barros (OAB 165858/SP)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Vanessa Silva Leite (OAB 14581/AM)
Wellington Guimarães Bentes (OAB 6828/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0249/2019

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0601983-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Michelle Christine Scheneider Verissimo da Silva - Em conformidade com o art. 4º

da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604112-79.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE) - Processo 0604254-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Milene Souza de Lima e Outros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612784-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612796-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM) - Processo 0613914-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: GABRIEL CESAR BATISTA - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0619331-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Oliveira e Brito Construções Ltda - REQUERIDA: Rosineri dos Santos Brandão - De ordem, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls.120, cujo teor segue abaixo: "(...)Posteriormente, intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento da complementação das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, nos moldes do art 290 do CPC. "

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: RENATA LUISI (OAB A946AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ROBERTA FERRAZ DOS SANTOS (OAB 10607/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0623441-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elisabet Waltrick Gonçalves - REQUERIDO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial (fl. 260) , e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629530-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Francilene Abtibol Lira - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação para condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de auxílio-acidente em favor da autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença acidentário (07/09/2016), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito da segurada (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Considerando a tese firmada pelo STF no RE 870947, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do IPCA-E desde o momento que o pagamento seria devido. As parcelas vencidas devem ser pagas de uma só vez, observado o artigo 100, da CF. CONCEDO a tutela antecipada de implantação imediata do supramencionado benefício de auxílio-acidente. Custas e honorários advocatícios pelo demandado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até esta data, consoante Súmula 111 do STJ, nos moldes do artigo 20, § 3º do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0633466-81.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0634394-32.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lindalva Tavares Ramos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/09/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0640243-19.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Info Store Computadores da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda (Manaura Shopping) - Cuida-se de Ação Renovatória de Locação c/c Revisional de Aluguel, ajuizada por Info Store Computadores

da Amazônia Ltda., já qualificado nos autos, contra Pátio Sertório Shopping Ltda (Manaura Shopping), também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 248/249, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0656042-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aquisição - REQUERENTE: Rizoleide Delmira Lopes - REQUERIDA: Elaine Cristina Lopes Binda e outros - De ordem do MMº Juiz de Direito, Dr. Rogério José da Costa Vieira, DESIGNO o dia 08 de outubro de 2019 às 09:00hs para realização de audiência de instrução e julgamento.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA JÚNIOR (OAB 9004/AM) - Processo 0656042-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aquisição - REQUERENTE: Rizoleide Delmira Lopes - REQUERIDA: Elaine Cristina Lopes Binda e outros - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior (OAB 9004/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Renata Luisi (OAB A946AM)
Roberta Ferraz dos Santos (OAB 10607/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0256/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0602589-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico manifesta diferença entre o valor apresentado às fls. 228 para dar início à fase de cumprimento de sentença e o indicado às fls. 254 para fins de constrição. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente nova planilha discriminada e atualizada do débito, a fim de viabilizar a realização da consulta ao sistema Bacenjud, sob pena de suspensão do processo, na forma do art. 921, III, §1º do CPC. Cumpra-se.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0602683-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ara Corretora de Câmbio e Investimentos Digitais Ltda-me - REQUERIDO: Celio Guimaraes Remigio de Oliveira Júnior e outro - Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do AR negativo de fls. 111, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, CPC. Havendo pedido para consultar os sistemas INFOJUD, RENAJUD, SIEL e BACENJUD acerca das informações de endereço, o requerente deverá pagar imediatamente as custas, mediante boleto bancário a ser emitido pelo site do Tribunal de Justiça, consoante Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: THAISE ABREU DA SILVA (OAB 5734/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: RAFAEL IANSEN CEZAR (OAB 11910/AM) - Processo 0603221-92.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Raimundo Sabino Castelo Branco Maues - TERCEIRO I: Thyago Villa Maues de Melo - THAISE DA SILVA CASTELO BRANCO MAUES - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício juntado nas fls. 412/418, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0603286-19.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - EXEQUENTE: Luzia dos Santos Nemer - EXECUTADO: Banco BMG S/A e outro - Os dados bancários fornecidos pela instituição financeira encontram-se incompletos, o que inviabiliza a emissão de alvará eletrônico de transferência. Assim, concedo-lhe o prazo de 15(quinze) dias para retificação dos dados bancários. Após, expeça-se alvará e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0606979-74.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Domingos Savio Gonçalves Ferreira - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$8.425,48, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos

próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0614396-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Reginaldo Macedo Rocha - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de indenização por danos materiais e morais c/c obrigação de não fazer que Reginaldo Macedo Morais ajuíza em face de Banco BMC S/A. Para tanto, aduz em suas razões ter sido vítima de contrato de empréstimo fraudulento que tem implicado em uma série de descontos indevidos de seu contracheque. Requer sejam cessados tais descontos, o recebimento de indenização por danos morais e a repetição em dobro dos valores descontados. Devidamente citado, o requerido ofereceu contestação a alegar a legalidade da contratação e que agiu no exercício regular do direito. Réplica às fls.98 a 101. Vieram os autos conclusos para sentença. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A vexata quaestio deve ser analisada à luz do Código de Defesa do Consumidor e aos princípios a ele inerentes, eis que a relação contratual que se estabeleceu entre os litigantes é inegavelmente de consumo. Na espécie, malgrado o autor negue veementemente a contratação do aludido empréstimo, sonegou informações quanto ao recebimento de numerário recebido a tal título, o que só veio a ser aclarado por meio da contestação do réu. Pois bem, o banco demonstrou efetivamente que houve contratação por meio de assinatura de contrato de empréstimo (fls.70-77), inclusive juntando os documentos necessários para tanto, como os de identificação do tomador (carteira de identidade e cpf), comprovante de residência e contracheque (fls.78-83). O réu colacionou aos autos a autorização de desconto em folha de pagamento, devidamente assinada pelo autor. Nesse caso, importante mencionar que na relação de consumo, a obrigação de informar é hoje um dos pilares da relação contratual e expressão do princípio da boa fé, direito este que não se restringe ao fornecedor, mas a ambas as partes. Causou ainda estranheza a circunstância de o autor só vir em juízo reclamar dos descontos depois de cinco anos da contratação Verifico assim, um grande descompasso da atitude do autor com os preceitos da boa-fé objetiva e lealdade contratual. Vejo aí verdadeiro abuso de direito, a incidir o instituto do “venire contra factum proprium”, ou seja, a proibição de comportamento contraditório, que ocorre quando há uma demora desleal no exercício de um direito, criando, destarte, para a outra parte uma confiança de que aquele direito não será mais exercido. No caso, o autor ficou anos a fio pagando a parcela do empréstimo. Por tal, estranho que só agora venha a assumir comportamento diametralmente contrário, alegando desconhecer a transação com a qual pactuou tacitamente ao longo de cinco anos. Diante de tais evidências de legalidade da contratação, colijo que a pretensão autoral deva malograr. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, julgo integralmente improcedentes os pedidos contidos na presente ação, diante da constatação da legalidade da contratação. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da gratuidade de justiça deferida nos autos. Torno sem efeito a liminar de fls. 44-45. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0615493-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mucuripe Comercio de Combustiveis Ltda - Vistos, etc. Indefiro de plano o petitório retro, haja vista que analisando o caderno processual, não encontro carta de cobrança ou documento similar que possa ensejar a aplicação da pretendida multa por descumprimento. Impende ressaltar, que a simples juntada de consulta de tela, junto ao sistema da reclamada, não é suficiente para presumir a recalcitrância da Manaus Ambiental, na medida em que o sistema é automatizado, não havendo portanto, elementos que possam apontar, ao menos nesse primeiro momento, o descumprimento da liminar concedida às fls. 59/60. Com efeito, aguarde-se o prazo para que parte reclamada apresente sua contestação. Após, intime-se a parte interessada para que, no prazo da lei, apresente sua réplica. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM) - Processo 0615861-93.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Marcionilia da Silva Tavares - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0616586-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Brf - Brasil Foods S.a - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR/Mandado para o seguinte endereço: Avenida Leopoldo Peres, Nº 672, Educandos, CEP 69070-250, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: NONATO VINÍCIUS DOS SANTOS FRANÇA (OAB 13703/AM) - Processo 0616810-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Nonato Vinícius dos Santos França - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SOUZA CRUZ SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 13259/AM), ADV: PATRICK DE SOUZA CRUZ (OAB 13259/AM) - Processo 0618695-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Keila dos Santos Carbajal - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente

realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique os endereços em que as medidas deverão ser cumpridas, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação das requeridas por meio de mandados, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM) - Processo 0620611-70.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616947-31.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Laurionor Tadeu Barbosa - REQUERIDO: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Mantenham-se os autos suspensos, consoante decisão traslada dos autos de nº0616947-31.2019. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM) - Processo 0621447-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Honda S/A - EXECUTADA: Renata Patricia Batista da Silva - Vistos, etc. Com fulcro no § 2º do art. 829 do CPC/2015, por ser medida menos onerosa, intime-se a executada para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique bens passíveis de penhora. Decorrido o prazo, sem manifestação, proceda-se às consultas de bens junto aos sistemas conveniados (BacenJud, Infojud, Renajud e Eridft). Para tanto, deverá a parte reclamante fazer juntada das custas, no prazo de 05 (cinco) dias, referente aos atos processuais eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17-PTJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0622013-89.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619947-44.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta nas fls. 53/62, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0623735-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, etc. Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide, haja vista que o caso não se amolda ao disposto no artigo 355, I e II do nosso digesto processual civil, na medida em que não se tem conhecimento se a liminar fora efetivamente cumprida. Impende ressaltar ainda, que o prazo para a parte que ex adversa apresente suas contrariedades ou efetue a purgação da mora deve ser respeitado, conforme preleciona o dispositivo legal. Nesse espeque, aguarde-se o cumprimento do mandado de fls. 42. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP) - Processo 0624227-53.2019.8.04.0001 - Cautelar Fiscal - Liminar - AUTORA: Marielza Brito de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, em conformidade com o Art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos Arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a Contestação de Pág.(s) (98/128) e documentos às Pág.(s) (129/191).

ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM) - Processo 0625022-59.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Pagamento - REQUERENTE: Washington Ferreira de Lima - Cuida-se de pedido de restituição de valores decorrentes de custas para cumprimento de diligências do oficial de justiça. O pleito merece acolhimento, uma vez que o despejo compulsório do imóvel não se mostrou necessário, tendo em vista que houve a desocupação voluntária do bem. Assim, impõe-se a restituição dos valores depositados a título de custas do oficial de justiça (R$751,50), conforme indicado na petição de fls.81/83. Entretanto, em que pese o reconhecimento do direito à restituição, o pleito deve ser dirigido ao Tribunal de Justiça, considerando-se que valores das custas foram recolhidas em conta bancária sob a administração do Setor da Conta Única. Por isso, intime-se o autor para adotar as providências subsequentes. Cumpra-se.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF) - Processo 0625675-37.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Leopoldo Joarez Conchy - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, intimo as partes para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 377, cujo teor segue abaixo: "(...)intimem-se as partes para que digam, no prazo de 05(cinco) dias, se concordam com os cálculos elaborados."

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0625756-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: J. E. de Carvalho Martins e Cia Ltda e outros - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0625822-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Púb. Federais Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627042-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Defiro o petitório de fls. 169. Nesse espeque, consulte-se o sistema de informações ao judiciário (INFOJUD), o Sistema de Informação Eleitoral (SIEL), além dos Sistemas BACENJUD e RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte requerida/executada, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Após, intime-se a parte requerente/exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca das referidas consultas, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627491-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar as

executadas restaram-se frustradas. Nesse espeque, a fim de dar prosseguimento à presente ação, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação das executadas nos endereços que ainda não foram diligenciados, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0627601-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0627968-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0629810-87.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630400-93.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação do requerido por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JÚNIOR (OAB 39768/SP), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSON (OAB 897A/AM), ADV: THIAGO XAVIER ALVES (OAB 331632/SP), ADV: RICARDO DA COSTA ALVES (OAB 102800/RJ), ADV: JOÃO BATISTA DE LIMA JUNIOR (OAB 317336/SP), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM) - Processo 0630599-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Lucas Matias da Silva Balbino da Costa e outros - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA e outro - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$11.033,56, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631910-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI (OAB 19353/PE), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG) - Processo 0631973-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução

do dinheiro - REQUERENTE: ITALUX Pneus e Acumuladores Ltda. - REQUERIDO: J. G. Rodrigues Ltda - Garcia Veículos - General Motors do Brasil Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARIA INEZ DA SILVA INÁCIO (OAB 55985/SP) - Processo 0632690-81.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Capstech Brasil Industria e Comercio Ltda - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 29. Nessa esteira, intime-se novamente a requerente para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0633389-48.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - EXECUTADO: MDS Instalações Elétrica Ltda - EPP e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM) - Processo 0633633-98.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0616947-31.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EMBARGADO: Laurionor Tadeu Barbosa - Mantenham-se os autos suspensos, consoante decisão traslada dos autos de nº0616947-31.2019. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0634581-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TASSIA ALFAIA DO LAGO MAIA (OAB 11722/AM) - Processo 0635852-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonia de Jesus Andrade Braga - Vistos, etc. Cuida-se de ação de rescisão contratual c/c devolução de parcelas pagas intentada por Antonia de Jesus Andrade Braga em face de Direcional Engenharia S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a declaração de rescisão do contrato e suspensão das cobranças, bem como abstenção de inclusão do seu nome nos cadastros de proteção ao crédito. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Na hipótese dos autos, encontra-se preenchido o requisito da probabilidade do direito alegado, uma vez que havendo manifestação expressa da autora da intenção de ver rescindido o contrato firmado entre as partes, não há razão para prosseguir com o pagamento das parcelas vincendas, já que independentemente da apuração do montante a ser restituído, isto é, da averiguação de quem deu causa à rescisão contratual, matéria a ser apreciada e decidida quanto do enfrentamento do mérito da demanda, é certo que a rescisão contratual será decretada. Ademais, não se pode sujeitar a contratante aos efeitos da cobrança de parcelas mensais vincendas que expressamente não deseja manter, qualquer que seja a razão para tanto, não se perdendo de vista que é patente o perigo de dano com a interrupção no pagamento das parcelas futuras, pois a contratante estaria sujeita aos efeitos da mora, podendo ser cobrada pelas referidas prestações e ainda ter o seu nome inserido no cadastro de inadimplentes. Nesse sentido, veja-se os seguintes julgados: ACÓRDÃO EMENTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E RESTITUIÇÃO DE PARCELAS PAGAS. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERÇÃO. TUTELA DE URGÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS. RECURSO DESPROVIDO. 1. As condições da ação, dentre elas, a legitimidade para a causa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, ou seja, à luz das afirmações aduzidas na petição inicial. Precedentes do C. STJ. 2. É direito do promissário comprador rescindir o contrato a qualquer tempo, seja por inadimplência ou mera desistência, dispondo o art. 421, do CC, sobre a liberdade de contratar e a autonomia da vontade do direito contratual. 3. O desfazimento do negócio jurídico é uma faculdade dos contratantes, inexistindo motivo para obstar, no caso concreto, a suspensão dos efeitos do contrato e da cobrança das parcelas dele decorrentes. 4. Considerando a presença dos requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, destinada à suspensão dos efeitos do contrato e para que a Agravante se abstenha de incluir o nome dos Agravados nos órgãos de proteção ao crédito, é de se negar provimento ao recurso. (TJ-ES - AI: 00108317120178080048, Relator: SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR, Data de Julgamento: 14/11/2017, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2017). E: TUTELA DE URGÊNCIA. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. Ação de rescisão contratual c.c. restituição de parcelas pagas. Tutela de urgência deferida para determinar a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas e vencidas que estejam em aberto do contrato firmado entre as partes, bem como de se abster de promover a negativação do nome dos autores em cadastros de inadimplentes, sob pena de exclusão judicial, multa e demais sanções. Presentes os requisitos do art. 300 do CPC/2015. Possibilidade do compromissário comprador requerer a rescisão do contrato, ainda que inadimplente, e suspender as parcelas e a negativação do nome dos autores. Súmula nº 1 do TJSP. Decisão agravada mantida. Recurso não provido. (TJ-SP - AI: 22713709420188260000 SP 2271370-94.2018.8.26.0000, Relator: Fernanda Gomes Camacho, Data de Julgamento: 05/04/2019, 5ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/04/2019) Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente à suspensão das cobranças e abstenção de inscrição nos cadastros restritivos de crédito. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a ré suspenda qualquer cobrança relativa ao contrato que se pretende a rescisão, bem como abstenha-se de incluir o nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 até o limite de R$20.000,00 por cada cobrança indevida e/ou permanência nos cadastros de proteção ao crédito. No mais, por conta do Princípio de promoção pelo Estado da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 30 de setembro de 2019, às 9 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 3º andar /Setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à

dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Defiro a gratuidade de justiça. Cite(m)-se preferencialmente por meio eletrônico. Intime(m)-se.

ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: PRISCILLA PICELLI LACERDA (OAB 374826/SP), ADV: MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP), ADV: DANIELA ARICÓ HAUSCH (OAB 234350/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM) - Processo 0636398-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Francionete Porto Andrade - REQUERIDO: Vip Transportes Urbano Ltda - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 678/680, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0636947-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC ou suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC, conforme a fase processual, quais sejam: I- Junte o comprovante de pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Após, à Secretaria que expeça carta de intimação, que deverá ser destinada à executada CLINFIT - Clínica Intensiva de Fisioterapia do Amazonas Ltda, a fim de que esta, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o bloqueio de valores realizado às fls.185/187, conforme art.854, §3º, CPC; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, uma vez que o bloqueio realizado às fls. 185/187 não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0637707-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Felix da Silva - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, conforme cálculo de fls.65, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. A Secretaria que expeça mandado de intimação à requerida-revel. Intime-se a Defensoria Pública. Cumpra-se.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: PAULO LUIZ DA SILVA MATTOS (OAB 7688/SC), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM), ADV: CELIO DALCANALE (OAB 9970/SC) - Processo 0638454-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Neki Confecções Ltda. - EXECUTADO: Sds Restaurante, Comércio do Vestuário e Acessórios Ltda - Me - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KAIRA BANAR PLEUTIN (OAB 18762/MS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0639641-62.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Às fls. 157, onde lê-se “mandado de busca, apreensão e citação”, leia-se “mandado de busca, apreensão e intimação”. Na hipótese desse novo mandado não lograr êxito, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, conforme preceitua o art. 4º do Decreto-lei nº 911/69, uma vez que o processo tramita neste juízo desde novembro de 2017 e até o momento não houve a efetivação da liminar de busca e apreensão deferida às fls.41/42, sob pena de extinção do processo, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, conforme art.485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0641151-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com a consulta ao sistema eletrônico Bacenjud, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar a executada restaram-se infrutíferas. Nesse espeque, a fim de dar prosseguimento à presente ação, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação da executada Global Empreendimentos Imobiliária Ltda, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0642278-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amaro Carreira Lopes - REQUERIDO: JOSÉ FERREIRA DE SOUZA (ZEZÉ) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM) - Processo 0643326-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE:

José Eduardo de Abreu - Cuida-se de ação declaratória c/c divisão de terras particulares intentada por José Eduardo de Abreu em face da Associação dos Proprietários da Quadra 16 no Central Park 4ª Etapa - Parque das Laranjeiras. Vieram os autos conclusos. Perlustrado os autos, denoto que o autor atribuiu à causa o valor de R$ 1.000,00 recolhendo as custas correspondentes a tal importância. Todavia, colhe-se a seguinte disposição inserta no art. 292, IV do CPC: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: IV - na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido. Assim, nos termos do art. 259, VII, do Código de Processo Civil, o valor da causa na ação de demarcação será "a estimativa oficial para lançamento do imposto", ou seja, o valor venal do imóvel, base de cálculo da cobrança do IPTU. De igual modo é o extraído da jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES. AÇÃO DEMARCATÓRIA. INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. Na ação demarcatória, a atribuição do valor da causa deve corresponder ao montante do próprio bem imóvel com base na estimativa oficial para lançamento de imposto (art. 259, VII do CPC/1973). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70077265114, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 09/08/2018). (TJ-RS - AC: 70077265114 RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Data de Julgamento: 09/08/2018, Décima Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/08/2018) Com base nisso, intime-se o autor, para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigindo o valor da causa e recolhendo as custas complementares, conforme autoriza o art. 321, caput e parágrafo único, do CPC, sob pena de indeferimento liminar da petição inicial e extinção do feito, ex vi do art. 485, I do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem resposta do autor, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643556-22.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Compulsando os autos, verifico que as consultas eletrônicas foram devidamente realizadas. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique os endereços em que as medidas deverão ser cumpridas, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação dos requeridos (Willian Gadelha da Costa e Inovare Serviços e Projetos Eireli) por meio de mandados, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0643586-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incorporação Imobiliária - REQUERENTE: Ana Augusta Vasconcelos de Oliveira - Vistos, etc. Cuida-se de ação de procedimento comum ajuizada por Ana Augusta Vasconcelos de Oliveira contra Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda. Vieram-me os autos conclusos. Decido. No sistema do Código de Processo Civil, instrumento da demanda é a petição inicial, em que o autor formula por escrito o pedido, devendo a peça apresentada preencher os requisitos legais. Outrossim, ao ajuizar a demanda, pede o autor ao órgão jurisdicional que tome determinada providência: declare a inexistência ou existência de uma relação jurídica, anule este ou aquele ato jurídico, condene o réu a pagar tal ou qual importância, a praticar ou a deixar de praticar certo ato, etc. O autor, portanto, deve narrar os fatos que baseiam sua pretensão, apontando os respectivos fundamentos jurídicos, deixando claro para o julgador o que pretende. Todavia, da petição protocolada não é possível extrair os fatos que se pretendiam narrar, muito menos a dedução dos pedidos. Assim, não se permite extrair a causa de pedir e os pedidos que dela decorrem logicamente, o que inviabiliza o juízo positivo sobre a peça de ingresso e também o exercício das garantias constitucionais ao contraditório e à ampla defesa. Desse modo, não contendo a petição inicial narrativa para se identificar a causa de pedir e o pedido, possibilitando entender a razão do pleito, impõe-se o reconhecimento da inépcia para extinguir o feito. A teor do exposto, INDEFIRO a petição inicial, nos termos do art. 330, IV c/c 321, parágrafo único, ambos do CPC Sem custas e honorários. Havendo apelação, cite-se o réu para responder ao recurso. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos para a contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0644652-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcos da Silva Ferreira - Vistos, etc. Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT proposta por Marcos da Silva Ferreira contra o Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Os argumentos constantes da exordial e os documentos colacionados aos autos demonstram a hipossuficiência econômica da parte autora, razão pela qual defiro o pedido de gratuidade da justiça total. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Assim, encaminhem-se os autos ao CEJUSC, conforme Portaria nº2183/2016-PTJ. Depositado valor referente aos honorários periciais, a Secretaria fica autorizada a expedir o respectivo alvará ou a transferência para conta indicada pelo expert. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644666-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. Defiro a gratuidade de justiça. Intime-

se. Cumpra-se.

ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0646137-73.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Salin Ribeiro Alves - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: JAMES HENRIQUE LINS SANTOS (OAB 12999AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0650205-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: C.S.C.O. - REQUERIDO: B. - Vistos, etc. Aduz a parte autora na inicial que sofreu constrangimento ao ter vinculado seu nome em uma ação penal em virtude de uma conta aberta na mesma agência na qual mantem relacionamento há anos. Tutela antecipada concedida às fls. 125/126. Devidamente intimada da liminar e citada acerca da presente ação, a requerida apresentou contestação e documentos às fls. 144/168. Réplica às fls.218/236. É o relato. Vieram-me conclusos. Decido. Passo ao saneamento do feito, nos termos do artigo 357 do CPC/2015. O ponto controvertido trata-se de conta fraudulenta aberta em nome da autora. Quanto às preliminares, decido. O interesse de agir encontra-se devidamente caracterizado. O prévio exaurimento da via administrativa não é essencial para o ajuizamento de ação judicial, mas foi devidamente suprido por meio de notificação enviada a instituição financeira. Questões de direito relevantes tangenciam sobre as contas 760.369-P, 0697050-8, 0698017-1 e 0700369-2. A primeira conta, mencionada na ação penal de nº 0228958-31.2017, pertence Andreza Silva do Nascimento. Malgrado a autora ter sido chamada a depor na delegacia, a dúvida persiste se o furto ocorria nessa conta e houve erro por parte da polícia em vincular o nome da autora em conta de terceiros ou se o furto ocorria em outra conta de titularidade da demandante. Quanto às outras contas (0697050-8, 0698017-1 e 0700369-2), há dúvida quanto a abertura por parte da consumidora. Com fulcro na obrigação imposta pelo inciso III do artigo 357 do Código de Processo Civil e na faculdade conferida pelo §1º do artigo 373 do Código de Processo Civil, distribuo o ônus da prova conforme a facilidade de obtenção de prova saneadora das dúvidas ainda pertinentes. Incumbirá à autora a prova de que os furtos ocorreu em conta vinculada ao seu nome, sob pena de presumir-se que a conta na qual ocorreram os furtos pertenciam a terceiros. O requerido deverá colacionar os documentos relacionados a abertura e movimentação das contas mencionadas acima que figuram no nome da senhora Carla Suelen Cunha de Oliveira, sob pena de presumir-se que todas são fraudulentas. Intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem as provas. Havendo juntada de documentos novos, intime-se a parte adversa. No silêncio, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HAROLDO LOPES LACERDA (OAB 962/RO) - Processo 0650892-43.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Parintins Pneus Ltda. - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Parintins Pneus Ltda., em face de Pedro dos Santos Leal Neto, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. A autora lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes aos boletos bancários acompanhados dos comprovantes de requisições de compras de mercadorias e notas fiscais respectivas. Sustenta, igualmente, que os débitos oriundos não foram pagos, sendo imprescindível o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a citação da parte ré para o pagamento do montante, acrescido de juros moratórios e correção monetária. A parte requerida, apesar de citada, deixou transcorrer in albis o prazo para pagamento e oposição de embargos à monitória. Virem-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO De início, reconheço a revelia da parte ré e não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Código de Processo Civil. Ademais, vislumbro ser prescindível a produção de outras provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do NCPC. Não se afigura despiciendo acrescentar que a autora acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da aquisição das mercadorias pelo demandado. Assim, a prova documental se encontra revestida das características de documento hábil a ensejar a ação monitória, por se vislumbrar a certeza do crédito cujo pagamento é pleiteado e corroborado pela evolução da dívida. Ademais, em que pesem as excepcionalidades descritas no rol do art. 345, a inadimplência do devedor se acha demonstrada, em razão da própria pena de confissão ficta, cujo corolário é a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo autor, constatação que auxilia na configuração do indigitado inadimplemento contratual, influenciando, com alguma relevância, o convencimento deste Juízo. Inteligência do art. 374, IV, do CPC. Posto isso, transmutada a prova escrita em título executivo judicial, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. III - DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Parintins Pneus Ltda., em face de Pedro dos Santos Leal Neto, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC, para constituir o título executivo judicial no valor de R$1.561,89 (Mil quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos). Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar do vencimento da obrigação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0654958-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Raimundo Fogaça Zambrano - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade total e permanente da requerente, e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento de aposentadoria por invalidez, equivalente a 100% (cem por cento) do salário de benefício (art.44, Lei 8.213/91), incluindo as parcelas vencidas e excluídas as prescritas, com termo inicial em agosto/2017. Considerando a tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870947 e na Lei nº 11.430/2006 que incluiu o art. 41-A na Lei nº 8.213/91, os juros moratórios a contar da citação deverão seguir o índice de remuneração da caderneta de poupança, conforme artigo 1º-F da Lei 9.494/1997 com a redação dada pela Lei 11.960/2009 e a atualização monetária pelo índice do INPC desde o momento que o pagamento seria devido. Concedo em tutela de urgência a implantação do benefício. Intime-se o gerente da Agência de Atendimento de Demandas Judiciais-APSADJ/AM a fim de que este implante imediatamente o beneficio, sob pena de multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) a cada descumprimento. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” As parcelas vencidas devem ser pagas em uma só vez, observado o artigo 100 da Constituição Federal. Honorários advocatícios pela requerida, estes fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, com exclusão

das prestações vincendas, considerando-se apenas as prestações vencidas até o momento da prolação da sentença (Súmulas nº 111 e 178 do STJ), com isenção de custas processuais. Transitada em julgado, remetam-se os autos à contadoria para baixa nos registros. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal.

ADV: LUIZ MARCEL CHAGAS DA SILVA (OAB 12461/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM) - Processo 0660933-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Ii Etapa - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar o executado restaram-se infrutíferas. Nesse espeque, a fim de dar prosseguimento à presente ação, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a citação do executado nos endereços que ainda não foram diligenciados, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (OAB 19353/PE)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Celio Dalcanale (OAB 9970/SC)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Daniela Aricó Hausch (OAB 234350/SP)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Francisco Antonio Fragata Júnior (OAB 39768/SP)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Lopes Lacerda (OAB 962/RO)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
James Henrique Lins Santos (OAB 12999AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Batista de Lima Junior (OAB 317336/SP)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB 897A/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Kaira Banar Pleutin (OAB 18762/MS)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Marcel Chagas da Silva (OAB 12461/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Inez da Silva Inácio (OAB 55985/SP)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 108943/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nonato Vinícius dos Santos França (OAB 13703/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrick de Souza Cruz (OAB 13259/AM)
Paulo Luiz da Silva Mattos (OAB 7688/SC)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Priscilla Picelli Lacerda (OAB 374826/SP)
Rafael Iansen Cezar (OAB 11910/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo da Costa Alves (OAB 102800/RJ)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Souza Cruz Sociedade Individual de Advocacia (OAB 13259/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tassia Alfaia do Lago Maia (OAB 11722/AM)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thaise Abreu da Silva (OAB 5734/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Xavier Alves (OAB 331632/SP)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0160/2019

ADV: GERALDO DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 12039/AM), ADV: ALBERTO PEDRINI JÚNIOR (OAB 002.313/AM) - Processo 0027370-56.2006.8.04.0001 (001.06.027370-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: José Miguel Ferreira - Expeça-se alvará eletrônico em nome do(s) respectivo(s) credor(es) para levantamento do valor depositado às fls. 556/561, atentando para o domicílio bancário informado à fl. 565. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: JAIME MARQUES BRASIL (OAB 3979/AM), ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM) - Processo 0101076-43.2004.8.04.0001 (apensado ao processo 0101076-43.2004.8.04.0001) (001.04.101076-1) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Antônio Rodrigues da Silva - Maria Farias da Silva - Examinando os autos do processo, verifica-se que o Requisitório de Precatório de fls. 503/504 foi expedido diretamente em nome da inventariante, o que é um equívoco, pois a inventariante não é a titular do crédito, mas tão somente a representante judicial do Espólio do sr. Antônio Rodrigues da Silva. Assim, determino a expedição de novo Requisitório, devendo constar expressamente como credor o "Espólio de Antônio Rodrigues da Silva, representado por sua inventariante, a sra. Maria da Silva Melo". Após, encaminhe-se o novo Requisitório à Coordenadoria da Central de Precatórios para que possa ser juntado aos autos do precatório já em andamento sob o n.º 0004744-89.2019.8.04.0000. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HITZSCHKY JUNIOR (OAB 17561/CE) - Processo 0207737-65.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Maria dos Anjos Lima de Souza - Diante do teor da petição/documentos de fls. 354/358, verifica-se não haver irregularidades no polo ativo da Ação. Remeta-se os autos ao E. Tribunal de Justiça para julgamento da Apelação interposta, com as cautelas de estilo e as homenagens deste Juízo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HÉLIO FRANCISCO SILVA DE MEDEIROS (OAB 6591/AM), ADV: MONALISA GADELHA CORDOVIL (OAB 7154/AM) - Processo 0237003-05.2009.8.04.0001 (001.09.237003-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Léo da Silva Feliciano - Moacir Juliano Pereira Rauen - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0251839-46.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Luiz Walter Moura Carneiro - Juros e correção monetária são tratados no ordenamento jurídico pátrio como matérias de ordem pública, podendo ser apreciados em qualquer tempo e grau de jurisdição, independendo de pedido expresso ou de recurso voluntário da parte, nos termos da súmula 254, STF. Assim, não há óbice para fixação dos consectários legais na fase de execução. Pelo exposto, indefiro o pedido de fl. 749, mantendo íntegros os cálculos de fls. 728/734. Ademais, diante do pedido de fl. 743/746, encaminhe-se novamente os autos à Contadoria Judicial para desmembrar os créditos dos Exequentes e de sua Patrona, incluindo no cálculo de fl. 734 os honorários contratuais (como amortização) pactuados em 20% sobre o montante da condenação. Solicita-se ainda, seja elaborado cálculo em separado para os honorários contratuais. Apresentados os novos cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Finalmente, determino o desentranhamento das peças de fls. 750/753, por serem estranhas ao presente feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0607430-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Welington Monteiro Maquiné e outros - Digam os Requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição de fls. 1573, bem como sobre os documentos anexos. Dada a natureza do pedido, descabida a intervenção do Ministério Público, conforme prescreve a lei processual e os precedentes jurisprudenciais (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Decorrido o prazo estabelecido sem requerimentos para a produção de outras provas e diante da presença de elementos suficientes para que este Juízo possa se manifestar sobre o pedido, venham conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0616815-47.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: AGNELO BATISTA DE LIMA JÚNIOR e outros e outros - Assegurou-se à parte Requerente a juntada do laudo contábil e oportunizou-se ao Estado do Amazonas que sobre ele se manifestasse. Dada a natureza do pedido, descabida a intervenção do Ministério Público, conforme prescreve a lei processual e os precedentes jurisprudenciais (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Assim, não havendo outro requerimento de prova nos autos do processo e diante da presença de elementos suficientes para que este Juízo possa se manifestar sobre o pedido, determino que os autos venham conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0617650-35.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Jornada de Trabalho - REQUERENTE: MIRTES VALÉRIA DE OLIVEIRA BEZERRA - Examinando os autos do processo, verifica-se que somente o Estado do Amazonas foi intimado quanto ao teor do ato ordinatório de fl. 179. No entanto, o Ente Estatal foi excluído da lide na sentença de fls. 117/126. Assim, proceda-se ao ajuste do cadastro processual e intime-se a Fundação Hemoam para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a presente execução (Art. 535, caput, CPC). Determino, contudo, que as intimações continuem sendo encaminhadas à Procuradoria do Estado do Amazonas em razão da decisão da Suprema Corte quanto à unicidade da representação judicial dos Estados da Federação (ADI 4449, 5245, e 5262). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0617663-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ana Lucia Chacon Vasquez - Diante do teor da petição de fl. 452, cite-se a Fundação Amazonprev para, no prazo legal, apresentar contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 9812/AM) - Processo 0617816-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: Marisa Lopes Barros - Encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para atualização do crédito executado, nos moldes do que foi determinado na parte final da Decisão de fls. 279/281. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0618658-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: LUZIA MARIA ALVES DE SOUZA - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fl. 251, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: ROSA MARIA GOMES PINTO (OAB 153795RJ) - Processo 0618674-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licenciamento de Veículo - REQUERENTE: Jorge da Silva Pinto - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0620339-47.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-transporte - REQUERENTE: João Vieira da Silva Neto - Às partes para, no prazo de 10 (dez) dias, requererem o que mais for de direito. Decorrido o prazo fixado sem qualquer manifestação, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0622629-06.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Azmy Yusef Hassan Sulainan - De

ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fl. 314, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0624090-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Sem prejuízo do prazo aberto no ato ordinatório de fl. 1354, aguarde-se a regularização da representação processual da Requerente pelos prazos prescritos no art. 112, §1º, e art. 111, parágrafo único, sucessivamente. Em caso de inércia da Requerente, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0632813-55.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: Froriza Castro Martins e outros - Assegurou-se à parte Requerente a juntada do laudo contábil e oportunizou-se ao Estado do Amazonas que sobre ele se manifestasse. Dada a natureza do pedido, descabida a intervenção do Ministério Público, conforme prescreve a lei processual e os precedentes jurisprudenciais (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Assim, não havendo outro requerimento de prova nos autos do processo e diante da presença de elementos suficientes para que este Juízo possa se manifestar sobre o pedido, determino que os autos venham conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0643652-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Justino Oliveira de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito e diante do teor da petição de fl.122, intime-se a sra. Expert para que designe nova data, hora e local para realização da diligência. Intime-se.

ADV: JUAREZ FRAZÃO RODRIGUES JUNIOR (OAB 5851/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0651880-64.2018.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Maria Arminda Castro Mendonça - Deusanira Lima dos Santos e outros - Reitere-se a intimação do Ministério Público para que diga sobre o teor da certidão de fl. 1354, no prazo de 10 (dez) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alberto Pedrini Júnior (OAB 002.313/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 9812/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Geraldo de Souza Nascimento (OAB 12039/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Gustavo Hitzschky Junior (OAB 17561/CE)
Hélio Francisco Silva de Medeiros (OAB 6591/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Jaime Marques Brasil (OAB 3979/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juarez Frazão Rodrigues Junior (OAB 5851/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Monalisa Gadelha Cordovil (OAB 7154/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
ROSA MARIA GOMES PINTO (OAB 153795RJ)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0155/2019

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM), ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0241932-66.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - REQUERENTE: Carla Caroline da Silva Barros - Isto posto, INDEFERE-SE A PETIÇÃO INICIAL, nos termos do parágrafo único do art. 321 c/c art. 330, IV, ambos do Código Processual Civil e, por consequência, EXTINGUE-SE O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, conforme a dicção que se extrai do art.485, inciso I, do CPC. Não interposto o recurso de apelação, intime-se o réu do trânsito em julgado da sentença e, em seguida, arquive-se os autos, em consonância com o § 3º do art. 331, CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CECÍLIA COSTA ORTIZ (OAB 8387/AM) - Processo 0604380-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Guimarães Fernandes Ltda. - DESPACHO Autos nº:0604380-65.2019.8.04.0001 ClasseAção de Cobrança AssuntoPagamento Autor:Guimarães Fernandes Ltda. Réu:Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: KETLEN ANNE PONTES PINA (OAB 4818/AM) - Processo 0610723-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: COMATIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - REQUERIDA: Município de Manaus - SENTENÇA Autos nº:0610723-53.2014.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Assunto:Multas e demais Sanções Autor:COMATIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA Réu:Município de Manaus Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação anulatória ajuizada por COMATIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA em face do Município de Manaus, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora, ser pessoa jurídica de direito privado com atividade econômica no ramo de estacionamentos rotativos e, no exercício de seu objeto social, após procedimento licitatório regular regido pelo pregão presencial nº 100/ADNR/SBEG/2013 celebrou contrato com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO para oferecer a prestação de serviços nos terminais de passageiros 1 e 2 do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes em Manaus-AM. Relata que, na sistemática do procedimento licitatório e do contrato administrativo em vigor, a INFRAERO fixa a tabela de preços do estacionamento, consistindo na determinação dos valores por períodos horários e diários como também de tolerâncias. Informa ainda que, no dia 12/03/2014, foi lavrado contra a autora um Auto de Infração nº 30/2014 através da Ouvidoria do Município de Manaus, com o fundamento no disposto art. 1º e 2º e reincidência ao descumprimento do art. 3º, todos da Lei Municipal n.º 1.752/13, gerando multa de 500 UFM'S equivalente a R$ 39.995,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa e cinco reais). Logo após, a autora protocolou recurso administrativo para que o Auto de Infração supracitado fosse anulado, entretanto, em 31/03/2014, o Município

de Manaus, por meio da Ouvidoria - PROCON MUNICIPAL, emitiu a notificação nº 036/2014, informando o improvimento do recurso, confirmando o recolhimento do valor determinado para a infração. Diante do que fora exposto, requereu a antecipação da tutela para que se determine a suspensão dos efeitos do Auto Infração nº 30/2014 atacado até o julgamento final do feito; em matéria de mérito requer a confirmação da antecipação da tutela para que seja declarada a nulidade do Auto de Infração mencionado. No entanto, se forem rejeitados os argumentos arguidos, requer que sejam aplicados os critérios legais de dosimetria da pena, sobretudo no que concerne à aplicação de atenuantes, reduzindo-se a pena aplicada ao seu patamar mínimo de 101 UFM'S. Junta aos autos contrato social e documentos de fls. 27/156. Às fls. 164/165, decisão interlocutória informando que a análise da liminar requerida fica transferida para avaliação e possibilidade de deferimento após a resposta do requerido. Às fls. 170, petição do autor, informando a interposição de agravo de instrumento. Às fls. 171/195, agravo de instrumento interposto pelo autor, pugnando pela reforma da decisão interlocutória com atribuição de efeito ativo a concessão da tutela antecipada para que a Municipalidade efetue imediatamente os procedimentos concernentes à vedação à lavratura de novas autuações por infração à Lei Municipal n. 1752/2013, inclusive vedando a correspondente cassação do alvará do estacionamento, bem como, a suspensão da exigibilidade do débito decorrente da multa administrativa imposta pelo Auto de Infração n. 30/2014, e reitera no mérito a confirmação da antecipação da tutela para que seja declarada a nulidade do Auto de Infração mencionado e ainda, que sejam aplicados os critérios legais de dosimetria da pena, sobretudo no que concerne à aplicação de atenuantes, reduzindo-se a pena aplicada ao seu patamar mínimo 101 UFM'S. Às fls. 200/222, contestação do Município de Manaus, requerendo que os pedidos formulados pelo autor sejam julgados totalmente improcedentes, com a denegação da antecipação da tutela pleiteada. Às fls. 26-230, este Ministério Público promoveu pela suspensão deste processo, assim como de qualquer outro que tenha como causa de pedir a discussão sobre a constitucionalidade da Lei Municipal n° 1.752/2013, até que a ADI n° 4002571-34.2013.8.04.0000 seja definitivamente julgada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Posteriormente, às fls. 231-249, o autor veio aos autos requerendo o julgamento antecipado da lide, considerando o julgamento procedente da ADI n. 4002571-34.2013.8.04.0000, que declarou a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 1752/2013. Às fls. 291-294, este Parquet promoveu pela intimação do Município a fim de manifestar-se sobre a pretensão e documentos do autor. Às fls. 298, o Município de Manaus manifestou-se no sentido de que a ADI encontra-se com embargos de declaração pendentes de julgamento e, após, pretende interpor recursos cabíveis à espécie. Às fls. 307-314, houve decisão interlocutória, deferindo o pedido de antecipação de tutela, ordenando-se a suspensão dos efeitos do Auto de Infração n° 30/2014 - Procon Manaus, até o julgamento final deste processo. Às fls. 462, despacho determinando a certificação nos autos quanto ao trânsito em julgado da ADI n° 4002571-34.2013.8.04.0000 e, em seguida, vistas ao Parquet. Foi certificado o trânsito em julgado da ADI n° 4002571-34.2013.8.04.0000 em fls. 468-470. Parecer Ministerial às fls. 472/776. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Trata a presente ação de apurar a legalidade do Auto de Infração aplicado à parte autora que teve como base suposto descumprimento da Lei Municipal n° 1.752/2013 e seu Decreto Regulamentador. Ora, como já noticiado nos autos, a ADI n° 4002571-34.2013.8.04.0000, foi julgada procedente pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, sendo assim, qualquer penalidade aplicada pela Municipalidade com base em tal lei, não merece persistir. Nestes termos é a decisão que se transcreve: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 1.752/13. IMPOSIÇÃO DE PROPORCIONALIDADE ENTRE O PREÇO COBRADO PELA DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E O TEMPO DE GUARDA DO BEM. 1) ILEGITIMIDADE DE ASSOCIAÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE CONCENTRADO EM ÂMBITO ESTADUAL. INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 75, §1º, X, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. ALEGAÇÃO IMPROCEDENTE. PRINCÍPIO DA MÁXIMA EFETIVIDADE. 2) INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. EXISTÊNCIA. MATÉRIA DE DIREITO CIVIL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DO ARTIGO 16 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 3) INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. OFENSA AOS ARTIGOS 162, CAPUT, E 164, §1º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ATUAÇÃO REGULATÓRIA DOS ESTADOS FEDERADOS QUE SOMENTE PODE OCORRER PARA REPRIMIR A DOMINAÇÃO DOS MERCADOS, A ELIMINAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E O AUMENTO ARBITRÁRIO DOS LUCROS. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES. 4) PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL RECONHECIDA. (TJAM. ADI n° 4002571-34.2013.8.04.0000. Relator: Paulo Cesar Caminha e Lima; ; Data do julgamento: 29/06/2015.) REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA QUE VISA À NEUTRALIZAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL N. 2.552/2013, QUE REGULAMENTOU A LEI MUNICIPAL N. 1.752/13. CONGELAMENTO DOS PREÇOS DOS ESTACIONAMENTOS. ADI N. 4002571-34. 2013.8.04.0001. INCONSTITUCIONALIDADE POR ARRASTAMENTO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1.Diante da declaração de inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 1.752/13 em sede de controle concentrado, por ocasião da ADI n. 4002571-34.2013.8.04.0001, necessariamente restam esvaziadas a validade e eficácia do respectivo diploma regulador, isto é, do Decreto Municipal n. 2.552/13. Inconstitucionalidade por arrastamento. Precedentes do STF. 2. Sentença confirmada, em harmonia com o parecer do Ministério Público. (TJ-AM - REEX: 06366436320138040001 AM 0636643-63.2013.8.04.0001, Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Data de Julgamento: 20/07/2016, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 27/07/2016). MEDIDA CAUTELAR EM ADI - SITUAÇÃO EXCEPCIONAL - CONCESSÃO DE LIMINAR MONOCRATICAMENTE - LEI MUNICIPAL - APARENTE INTERVENÇÃO NA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTOS PRIVADOS - MATÉRIA DE DIREITO CIVIL - INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL - MEDIDA CAUTELAR CONCEDIDA - REFERENDO. 1. Em casos urgentes e havendo jurisprudência consolidada acerca da matéria, admite-se a concessão de medida cautelar em ADI, liminarmente e por decisão monocrática do relator, desde que ad referendum do Plenário da Corte. Precedentes. 2. A regulamentação da exploração econômica de vagas privadas de estacionamento, por lei municipal, invade a competência legislativa da União para legislar sobre direito civil (art. 22, I da CF/88), o que revela, em linha de princípio, vício de inconstitucionalidade formal nos dispositivos impugnados, bastante para configurar o fumus boni iuris exigido para concessão da medida cautelar requerida. 3. Do mesmo modo, resta demonstrado o periculum in mora, uma vez que as sanções pecuniárias previstas nos dispositivos em análise têm o condão de implicar prejuízos substanciais aos administrados, que se veriam compelidos ao pagamento de multas em caso de descumprimento das normas reputadas inconstitucionais. 4. Medida cautelar concedida referendada. Suspensão dos efeitos dos §§ 3º e 4º do art. 82 da Lei Municipal de Manaus n.º 1.832/2014, acrescidos pela Lei Municipal de Manaus n.º 2.422, de 8 de abril de 2019. (TJ-AM - ADI: 40021815420198040000 AM 4002181-54.2019.8.04.0000, Relator: João Mauro Bessa, Data de Julgamento: 28/05/2019, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 03/06/2019). Desta feita, em decorrência da inconstitucionalidade, não pode a autoridade municipal impor sanções como consequência de seu descumprimento, razão pela qual tem-se por ilegal tal ato administrativo, sendo direito líquido e certo do imperante não ser sancionado pelo descumprimento de lei inconstitucional. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente para declarar a nulidade do Auto de Infração nº 30/2014. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Concede-se aos autores os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, condena-se a parte autora ré ao pagamento, dos honorários advocatícios, ao patrono da parte autora, fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 85, §8.°, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. Sentença não sujeita ao

reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 30 de julho de 2018. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: DANIELLE BATISTA DA SILVA (OAB 9832/AM), ADV: MARIA NAZARETH PENHA VASQUES MOTA (OAB 2798/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: CARLOS ANTONIO DE CARVALHO MOTA JUNIOR (OAB 4618/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM) - Processo 0610726-71.2015.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERIDO: Alderico dos Santos Sousa Filho - Rosana Pontes do Nascimento Ferreira - SENTENÇA Autos nº:0610726-71.2015.8.04.0001 ClasseAção Civil de Improbidade Administrativa Assunto:Violação aos Princípios Administrativos Autor(a):Ministério Público do Estado do Amazonas Réu(s):Alderico dos Santos Sousa Filho e Rosana Pontes do Nascimento Ferreira Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face do Alderico dos Santos Sousa Filho e Rosana Pontes do Nascimento Ferreira, tendo as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que tomou conhecimento de que o servidor público identificado como Alderico dos Santos Sousa Filho exercia cargos inacumuláveis na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA e no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJ/AM Diante da denúncia recebida, instaurou inquérito civil n. 2847/2014-79ªPRODEPPP, para apurar possível acumulação indevida de cargos públicos. No curso da investigação, foi informado de que o réu foi nomeado em caráter efetivo para o cargo de Assistente de Agente de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, no ano de 2005, com expediente diário de 07:30 às 13:30, sendo o nível de escolaridade exigido para esse cargo o nível médio. Ademais, assumiu suas suas funções em 13/09/2007, conforme Ato nº 1.352/2007 de 31/07/2007, junto ao TJAM, ao tomar posse do cargo de Auxiliar de Manutenção. Ao verificar o acumulo ilegal de cargos, o réu foi instado a comparecer à sede desse Órgão no dia 04 de março de 2015, tendo, assim tomado ciência da irregularidade, bem como a tomar as providencias legais para fazer cessar o acúmulo ilegal. No entanto, sustenta que o réu jamais compareceu à sede do Ministério Público, motivo pelo qual foi ajuizada a presente ação. Ademais, constatou que o citado réu não cumpria integralmente a sua jornada de trabalho junto ao Município de Manaus, em virtude da incompatibilidade de horários. Outrossim, incluiu no polo passivo a servidora Rosana Pontes do Nascimento Ferreira, posto que esta era a chefe imediata do servidor, junto à SEMSA, sendo a responsável por assinar as folhas de frequência do servidor, sem atestar qualquer anormalidade. Por tais razões, ajuizou a presente demanda, imputando ao réu Alderico dos Santos Souza Filho a condutas descritas nos artigos 9º, caput e art. 11, caput e inciso I da Lei n.º 8.429/92, e à ré Rosana Pontes do Nascimento Ferreira aquelas dipostas nos artigos 10, XII e art. 11, caput e II da Lei n.º 8.429/92. Juntou documentos às fls. 14/330. Devidamente notificados, os réus apresentaram suas defesas prévias às fls. 344/352 e 416/426. A ré Rosana Pontes argumentou que no período descrito pelo autor, sequer havia assumido o cargo de gestora, tendo apenas enviado a documentação requerida pelo Ministério Público (fichas de presença do servidor) assinado pela mesma, por ter se tornado a responsável pelo setor no momento da requisição. Assim, pugnou pela sua exclusão da lide. Juntou documentos às fls. 353/383. O réu Alderico dos Santos, por sua vez, sustentou que ao assumir o cargo junto ao TJAM, teve a sua jornada de trabalho alterada junto ao Município, passando a laborar 14h30, às 18h30, compensado às horas sobejadas nas campanhas de vacinação e outros afins. Assim, não havia a incompatibilidade de horários. Ademais, sustenta que ao tomar conhecimento da imputação que lhe estava sendo feita pelo autor, solicitou sua exoneração da SEMSA em 06.03.2015, ou seja, dois dias após a advertência, optando em permanecer no TJAM. Outrossim, sustentou que houveram vários períodos em que era escalado para realizar campanhas de vacinação fora da UBS em que estava lotado, não havendo a necessidade de ir até a mesma para assinar a folha de ponto. Por fim, pondera que jamais agiu com o intuito de causar qualquer prejuízo à Fazenda Pública. Juntou documentos às fls. 428/431. Decisão interlocutória de fls. 432/435 rejeitou a presente ação em face da ré Rosana Pontes do Nascimento Ferreira, porém a recebeu em face do segundo réu. Contestação apresentada pelo réu Alderico dos Santos, às fls. 438/453. Réplica às fls. 463/465. É o relatório. II.- Fundamenta-se. A causa comporta o julgamento antecipado nos termos do art. 355, I, do CPC. O cerne da presente demanda cinge-se em analisar se houve a acumulação ilegal de cargos públicos alega da inicial, bem como se tal ilegalidade se consiste em uma improbidade. Sobre a acumulação de cargos públicos, a Constituição Federal possui dispositivo de onde se verifica que é vedado aos servidores públicos acumularem mais de um cargo público. No entanto, há exceções à regra, havendo, assim, a possibilidade de de acumulação de (i) dois cargos de professor; (ii) um cargo de professor com outro técnico ou científico; (iii) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, tudo nos termos do art. 37, XVI, da CF. Portanto, há a possibilidade de acumulação de apenas 2 cargos públicos, dentre aqueles explicitados na Constituição Federal. No caso dos autos, constata-se que o réu acumulou 2 cargos públicos, não sendo estes relativos à qualquer hipótese das exceções previstas na Constituição. Portanto, resta evidenciada a ilegalidade do acúmulo. No entanto, registra-se que, nos termos da jurisprudência pátria, improbidade não é sinônimo de ilegalidade, havendo a necessidade de se comprovar que a conduta do servidor, além de ilegal, foi pautada na má-fé, na desonestidade, na imoralidade. Além disso, tratando-se de lesão ao erário, exige-se para a condenação ao ressarcimento a prova do efetivo prejuízo. Confira-se, a propósito, a jurisprudência mencionada: IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE DOLO. Apela a ré da sentença que julgou procedente em parte o pedido para condená-la ao pagamento de multa civil, à suspensão dos direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público, pelo mesmo prazo de três anos, em razão de ter acumulado três cargos públicos de médica. Já de longa data, a jurisprudência do e. Superior Tribunal de Justiça fixou-se no sentido de que a improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente, razão pela qual não se confunde com a simples ilegalidade. Diferenciação que se faz necessária, porquanto todo ato de improbidade pressupõe uma ilegalidade, mas a recíproca não é verdadeira. Inexistência de danos ao erário, porquanto restou documentalmente demonstrando o efetivo cumprimento da prestação laboral no período em que perdurou o acúmulo indevido dos cargos. No caso concreto, não estando presente o elemento subjetivo necessário à caracterização da conduta da servidora como improbidade administrativa, não se pode condená-la às penas da Lei nº 8429/92. Recurso provido, nos termos do voto do desembargador relator. (TJ-RJ - APL: 00006620520098190014, Relator: Des(a). RICARDO RODRIGUES CARDOZO, Data de Julgamento: 16/07/2019, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS. MERA IRREGULARIDADE. Afasta-se a pretensão de aplicação das sanções da Lei nº. 8.429/1992 quando não restar comprovada a existência de prejuízo ao erário, o enriquecimento ilícito e nem a má-fé na conduta da servidora/ré que cumulou dois cargos públicos, mormente diante da efetiva prestação a contendo do serviço público em horários distintos, do valor irrisório da contraprestação, bem como da correção da irregularidade antes mesmo da notificação nos autos da ação de improbidade. APELAÇÕES CÍVEIS CONHECIDAS E DESPROVIDAS. (TJ-GO - AC: 03456074120088090103, Relator: DES. JEOVA SARDINHA DE MORAES, Data de Julgamento: 13/09/2016, 6A CAMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2115 de 21/09/2016) Com efeito, pelas provas constantes nos autos, observa-se que o servidor, em pese ter acumulado 2 cargos ilegalmente, não deixou de comparecer ao serviço em qualquer deles, tendo trabalhado efetivamente nos dois cargos. Em verdade, não houve a abertura de qualquer processo administrativo disciplinar para apurar supostas faltas ou atrasos do servidor durante os anos de 2008 a 2010, em qualquer dos órgãos em que trabalhou, existindo apenas processo junto ao TJAM para apurar a

acumulação ilegal de cargos. Este, por sua vez, foi julgado, sem que fosse aplicada ao réu a penalidade de demissão, entendendo a Corregedoria do Tribunal que o servidor, ao tomar conhecimento da irregularidade, prontamente pediu exoneração de um dos cargos, o que afastaria a necessidade de aplicação da citada penalidade. É bem verdade que nas frequências do servidor relativas ao ano de 2014 e 2015, se verificam várias faltas, porém, todas foram documentadas, havendo o dever da Administração Municipal realizar os devidos descontos em seu contracheque. No entanto, tal situação não demonstra a improbidade descrita na inicial. Como dito anteriormente, não se olvida de que houve o acúmulo ilegal de cargos, praticado pelo servidor Alderico dos Santos Sousa Filho. Contudo, pelo que conta nos autos, não foi demonstrada a presença da irrefutável má-fé da conduta do servidor, evidenciando-se a inexistência de improbidade, mas exclusivamente de ilegalidade. Outrossim, também não se verificou qualquer prejuízo ao erário, porquanto no período em que servidor veio a faltar, deveria este, como regra, ser devidamente descontado em contracheque, posto que ciente estava a Administração Municipal sobre o fato. Se não houve tal desconto, deve ser apurada a conduta daquele que, observando as ausências do servidor, relatadas por seu superior, deixou que promover os devidos descontos. Ademais, também não há provas de que as faltas decorreram da incompatibilidade de horários, uma vez que um cargo era exercido pelo período matutino e o outro no período vespertino. Desse modo, improcede a alegações do autor de que houve prejuízo ao erário, ou mesmo improbidade na conduta do servidor, mormente por não se constatar a presença do dolo, da má-fe ou de conduta imoral por parte do réu, constatando-se apenas a ilegalidade da conduta, motivo pelo qual impossível o acolhimento do pedido de condenação por ato de improbidade. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a presente ação nos termos da fundamentação. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e emolumentos, nos termos do art. 18, da Lei n. 7.347/85. Sentença sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM) - Processo 0611613-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Adrijone Miranda de Campos - SENTENÇA Autos nº:0611613-55.2015.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível Assunto:Direito de Imagem Autor:Adrijone Miranda de Campos Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 191/192, foram inicialmente distribuídos em data de 22/04/2015, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 29.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 09/11/2015, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação de indenização por danos morais, estéticos e materiais ajuizada por Adrijone Miranda de Campos em face do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que estava em cumprimento de pena no mês de junho/2014 no presídio estadual IPAT, que em data de 26/06/2014, o autor estava numa das celas do Instituto Penal Antônio Trindade, onde por volta das 22h30min encontravam-se 6 (seis) apenados, quatro dos quais reuniram-se para praticar violência sexual (atentado violento ao pudor) contra um 5º. A vítima foi amarrada, violentada e o autor a despeito de ter presenciado tudo isso, nada pode fazer, visto que qualquer tentativa de socorro sua, poderia reverter a situação desfavoravelmente a si, ou seja, de mero espectador poderia passar a ser coadjuvante com a vítima e ser agredido e violentado. No dia seguinte, 27/06/2014, a vítima foi fazer queixa ao “xerife” da cadeia, o qual de pronto reuniu os cinco apenados da cela, além da vítima, a fim de interpela-los acerca de quem teria praticado a violência sexual, inadmitida pelo Código Criminal vigente nos presídios para o caso da vítima, já que não era criminoso sexual. Os cinco apenados remanescentes foram interpelados e, em razão da lei do silêncio, o autor teve que permanecer calado, juntamente a exemplo dos agressores. Em seguida, começaram a ser espancados os cinco, por grupos de 30 presos para cada um e, após, interrogados, permaneceu o silêncio. Em face da permanência silêncio, o “xerife” solicitou autorização do comando da facção dominante dos presídios, a fim de que pudessem começar a torturar, e eventualmente matar os cinco apenados, acaso perdurasse o silêncio. Aduz o autor que iniciaram as torturas, depois dependuraram-no de cabeça pra baixo, agrediram novamente, com pauladas, chutes e socos e até que enfim, lhe cortaram primeiro o dedo mínimo da mão esquerda, depois o anelar e o por fim o médio. Quando a facção se preparava para finalizar o trabalho, a Polícia de Choque foi acionada e ameaçou entrar no presídio, quando acordaram em pôr fim às torturas e o recuo da tropa. Cessada as torturas, o autor foi encaminhado ao Hospital João Lúcio Pereira Machado. Juntou documentos às fls. 17/37. Citado, o réu apresentou contestação às fls. 44/57, tendo alegado como preliminares de mérito ilegitimidade passiva ad causam. No mérito, argumentou sobre a natureza subjetiva da responsabilidade civil do Estado em caso de omissão, ausência de requisitos necessários ao surgimento do dever de indenizar do Estado, inexistência de culpa do Estado, ausência de falha na atuação dos agentes estatais, hipótese de ato praticado por terceiros, inexistência de dano moral, por fim, pugnou pela extinção da ação sem resolução de mérito ou a improcedência do pedido autoral. Parecer Ministerial às fls. 183/185, tendo o Parquet informado não haver interesse público na causa, que justificasse a sua intervenção. O feito comporta julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355 do Código de Processo Civil. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Da indenização por danos morais e estético A responsabilidade civil do Estado em razão de pessoa presa e sob a sua custódia é objetiva, devendo o ente estatal zelar pela sua integridade física, conforme dispõe o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, mantendo para isso, vigilância constante e eficiente. Decerto, ao proceder ao encarceramento dos detentos, fica o Estado responsável pela integridade física dessas pessoas. Nesse sentido é a jurisprudência: EMENTA: AÇÃO INDENIZATÓRIA - MORTE DE DETENTO EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL - SUICÍDIO POR ENFORCAMENTO - DIREITO À INCOLUMIDADE - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º, XLIX, DA CF/1988 - RESPONSABILIDADE CIVIL ESTADO - CULPA IN VIGILANDO - DANOS MORAIS - FIXAÇÃO - CRITÉRIOS - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA - SENTENÇA MANTIDA. 1. O Estado é responsável pela integridade física de detento sob sua custódia em Estabelecimento Prisional, incumbindo aos seus Agentes a vigilância e a adoção de medidas preventivas eficazes. (...) (TJ-MG - AC: 10878120006365002 MG, Relator: Elias Camilo, Data de Julgamento: 14/03/2019, Data de Publicação: 26/03/2019). A indenização tem por fim minorar a dor e o sofrimento suportado pelo autor, visando, ainda, punir o agente, pela prática do ato ilícito. Quanto ao quantum fixado na indenização por danos morais, está solidamente estabelecida na doutrina que a quantificação do valor da indenização deve ser confiada ao prudente arbítrio do Juiz e, neste sentido a jurisprudência tem sido enfática em proclamar que: O arbitramento do dano moral é apreciado ao inteiro arbítrio do juiz que, não obstante, em cada caso, deve atender a repercussão econômica dele, a dor experimentada pela vitima e ao grau de dolo ou culpa do ofensor. Em suma, a verba indenizatória não pode levar em conta apenas o potencial econômico do réu demandado, deve cotejar também a repercussão da indenização sobre a situação social e patrimonial do ofendido para que se atenda à orientação do STJ: (...) satisfação

na justa medida do abalo sofrido sem enriquecimento sem causa (RT 675/100). No presente caso, ocorre a presunção de que houve omissão culposa por parte do Estado, na pessoa de seus agentes; assim, a pessoa que sofreu o dano não necessita provar a "culpa administrativa", cabendo ao Estado, para se eximir da responsabilidade, comprovar que houve alguma causa excludente, que aqui, mesmo sendo objetiva a responsabilidade, é admissível em todas as suas formas, uma vez que se trata da modalidade risco administrativo. Por tudo que fora acostado nos autos, observa-se, assim, que foi devidamente demonstrado o dano e o nexo causai advindo de conduta comissiva do Estado, em detrimento da integridade física de um de seus custodiados. Do pedido de lucros cessantes e pensão O autor pleiteia o pagamento de lucros cessantes ou uma pensão mensal no valor de R$ 834,39 até o limite de 70 anos de idade, a ser paga de uma só vez, a contar do evento danoso. Sustenta o autor que, a ré deve arcar com os valores que o este deixou de ganhar por não poder trabalhar como servente, atividade que exercia antes da prisão e que voltaria a exercer assim que fosse solto. No entanto, o autor deixou de comprovar que exercia função de servente de pedreiro, o que dificulta ainda mais a comprovação de que este sofreria cessação de lucros, quando do seu término de cumprimento de pena, bem como não demonstrada sua incapacidade laboral. Nesse sentido, incabível o acolhimento do pedido de pensionamento, a título de indenização por danos materiais/lucros cessantes, se não comprovada a alegada incapacidade laboral do autor. Nessa senda, é a jurisprudência: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. LESÃO FÍSICA A DETENTO NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO, FIXADA EM R$ 20.000,00. RAZOABILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial fundado na alínea a do art. 105, III da Constituição Federal, no qual o ESTADO DE MINAS GERAIS se insurge contra acórdão do TJMG, assim ementado: APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - LESÃO FÍSICA A DETENTO NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL - EXPLOSÃO DE BOMBA DE EFEITO MORAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO ESTADO - NÃO CONFIGURAÇÃO DE HIPÓTESE DE EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE - DANOS MORAIS - MINORAÇÃO - POSSIBILIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE LABORAL - PENSIONAMENTO VITALÍCIO INDEFERIDO - ART. 1o.-F DA LEI 9.494/97, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/09 - APLICABILIDADE - APELO PRINCIPAL PARCIALMENTE PROVIDO - APELO ADESIVO DESPROVIDO.1) A responsabilidade civil do Estado em razão de pessoa presa e sob a sua custódia é objetiva, devendo o ente estatal zelar pela sua integridade física, conforme dispõe o art. 5o., XLIX, da Constituição Federal, mantendo para isso, vigilância constante e eficiente. 2) O risco de rebelião em estabelecimento prisional é uma constante, e de tal forma deve ser considerado, de modo que o Estado se previna com a prévia adoção dos meios necessários para a contenção desse tipo de ocorrência, em um cenário de uso justificado da força, com respeito à integridade física dos custodiados. 3) A indenização por danos morais tem por fim minorar a dor e o sofrimento suportado pelo autor, visando, ainda, punir o agente, pela prática do ato ilícito. 4) Aplica- se o art. 1o.-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/09, uma vez que a declaração de inconstitucionalidade do art. 5o. desta lei aplica-se à fase executiva administrativa dos julgados (precatórios). 5) Incabível o acolhimento do pedido de pensionamento vitalício, a título de indenização por danos materiais, se não comprovada a alegada incapacidade laborai do autor. 6) Apelo principal parcialmente provido e apelo adesivo desprovido (fls. 294). 2. Em seu Apelo Nobre (fls. 282/290), sustenta o recorrente violação dos arts. 884 e 944 do CC, ao argumento de que o montante fixado a título de danos morais é excessivo (R$ 20.000,00). 3. Sobreveio juízo negativo de admissibilidade (fls. 324/325), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 328/332). 4. É o relato do essencial. 5. A irresignação não merece prosperar. 6. Com efeito, não exige reparos o acórdão recorrido no que se refere à revisão do valor fixado a título de danos morais. Acerca da questão, assentou a Corte de origem ao reduzir a verba fixada na sentença: Observa-se, assim: que foi devidamente demonstrado o dano e o nexo causai advindo de conduta comissiva do Estado, em detrimento da integridade física de um de seus custodiados. A seu turno, não logrou o réu comprovar a configuração de qualquer hipótese de excludente de responsabilidade. (...) (STJ - AREsp: 1065288 MG 2017/0049333-4, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Publicação: DJ 27/03/2017). EMENTA: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRESO AGREDIDO. TRAUMATISMO CRANIANO. OMISSÃO DO ESTADO NA CUSTÓDIA DO CIDADÃO. DEVER DE CUMPRIMENTO DA PENA DE FORMA HUMANIZADA. FATO E NEXO CAUSAIS COMPROVADOS. QUANTUM MINORADO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. - A r. Sentença analisou bem a demanda, vislumbrando o evento danoso ocasionado pela desídia do Estado em custodiar seus presos de maneira adequada, restando comprovado o nexo causal e as lesões sofridas pelo requerente (traumatismo craniano); - O Supremo Tribunal Federal entende que a pena do preso deve ser cumprida de maneira humanizada de sorte que o Estado responde objetivamente pela integridade de seus presos diante do poder de custódia (RE 841.526); - o Superior Tribunal de Justiça entende da mesma forma, considerando que o Estado responde objetivamente pela integridade física de detento em estabelecimento prisional, pois é seu dever prestar vigilância e segurança aos presos sob sua custódia, entendendo como razoável o quantum de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais. (AgInt no AREsp 1053739/PE). Além disso, pela análise dos processo constantes em nome do autor, verificou-se as seguintes condenações criminais, concluindo-se que o autor deve permanecer cumprindo sua pena, pelo menos até 2027, senão vejamos: Ação Penal - Autos n. 0224015-39.2015.8.04.0001 Execução - Autos n.: 0224015-39.2015.8.04.0001 Ação: 0623508-42.2017.8.04.0001 Execução: Autos nº: 0623508-42.2017.8.04.0001 Ação: Autos nº: 0200971-88.2015.8.04.0001 Execução: Autos nº: 0200971-88.2015.8.04.0001 Inquérito: AUTOS nº: 0203341-74.2014.8.04.0001 Ação: Processo n°:0200283-63.2014.8.04.0001 (em andamento) Ação: Processo nº. 0251498-15.2013.8.04.0001 Execução: Processo nº. 0251498-15.2013.8.04.0001 Ação: Autos nº: 0202635-68.2013.8.04.0020 Execução: Autos nº: 0202635-68.2013.8.04.0020 Ação: Autos nº: 0219544-43.2016.8.04.0001 (em fase recursal): Execução: Processo nº: 0243391-11.2015.8.04.0001 (em andamento): Analisando a vasta lista de processos, verifica-se que existe um de nº 0219544-43.2016.8.04.0001, em fase recursal, em que o autor possui condenação de 11 anos e 8 meses de reclusão. Logo, poderá cumprir pena pelo menos até 2030, quando possuirá 41 anos. Nesse cenário, restou bastante comprometida a verificação do alegado lucro cessante, já que não comprovada a incapacidade para laborar, não comprovada a sua atividade laborativa, como servente de pedreiro (profissão alegada), bem como diante da clara reincidência em cometer delitos, o que impede sobremaneira a sua reinserção no mercado de trabalho. III.- Decide-se Confirma-se a rejeição da preliminar levantada pelo réu, conforme fundamentado previamente. Na sequência, quanto ao mérito: Diante de todo o exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais, no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e indenização por danos estéticos no montante de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Quanto aos danos morais, estes deverão ser atualizados pelos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, cujo termo inicial é data do evento danoso (súmula 54 do STJ) e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento (súmula 362, STJ) - (extracontratual). Concede-se à parte autora os benefícios da justiça gratuita. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, diante da sucumbência recíproca (tendo em vista que não foi concedida a totalidade dos valores pugnados na inicial), e equivalente, condena-se a parte autora e a ré ao pagamento,

respectivamente, de 80% e 20% dos honorários advocatícios, ao patrono da parte adversa, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico, nos termos do artigo 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM), ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM) - Processo 0613068-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Martirene Alves da Silva - DESPACHO Autos nº:0613068-84.2017.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoContrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 Autor:Martirene Alves da Silva Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0616150-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Humberto de Vasconcelos Silva e outro - DESPACHO Autos nº:0616150-89.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoObrigação de Fazer / Não Fazer Autor:Humberto de Vasconcelos Silva e Jose Lindolfo Reis de Araújo Réu:Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM) - Processo 0620340-71.2013.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Estado do Amazonas - SENTENÇA Autos nº:0620340-71.2013.8.04.0001 ClassePetição Cível Assunto:Acidente de Trânsito Autor:Estado do Amazonas Réu:ANTONIO MARCOS MATOS RIBEIRO Vistos etc. I.- Relata-se. Antes de iniciar o relatório, cumpre ressaltar que os autos presentemente decididos, consoante provimento de correição de fls. 54/55, foram inicialmente distribuídos em data de 07/08/2013, para o Juízo da 4a. Vara da Fazenda Estadual, extinta por força da LC n.198/2018, motivo pelo qual os mesmos autos foram redistribuídos para esta 4a. Vara da Fazenda Pública em data de 29.08.2018. Registra-se, ainda, que os autos se encontravam sem movimentação desde 15/03/2018, antes de serem recebidos pelo presente juízo. Trata-se de ação de ressarcimento de danos materiais ajuizada por Estado do Amazonas em face do ANTONIO MARCOS MATOS RIBEIRO, tendo ambas as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que depreende-se do Relatório n.º 003/2012/DCC/CCPA/SEC (cópia anexa), que no dia 19 de janeiro de 2013, por volta das 05h33 da madrugada, oveículo da marca Chevrolet, modelo S-10 cabine dupla, cor preta, placa JXU 6179, dirigida pelo Sr. Antônio Marcos Matos Ribeiro, acima identificado, se envolveu em um acidente próximo à rotária do Centro Cultural causando prejuízos materiais ao Erário. Segundo informações, o veiculo em questão vinha no sentido Centro/ Distrito e ao se aproximar da rotatória do Centro Cultural Lisbomassa, o condutor teria perdido o controle do veículo, colidindo com a área de proteção do CCPA. Com o impacto os cabeamentos de aço de “03 mourões” de concreto foram rompidos e “03 mourões” foram derrubados. A equipe de segurança do espaço imediatamente foi ao local do acidente e, o Líder de plantão na madrugada, Sr. Edson - fez a abordagem ao condutor que estava aparentemente embriagado, se evadindo do local da batida, parando somente quando acionando o apoio da PM, que passava pelo local. O condutor apresentou seus documentos pessoais e informou o número de telefone para contato. No dia 21 de janeiro de 2013, a Gerente Administrativa do CCPA entrou em contato com o proprietário do veículo para acordar o pagamento do prejuízo causado ao patrimônio público, contudo, a tentativa de composição amigável restou frustrada e até a presente data o condutor não mais compareceu. Desse modo, restando infrutíferas as tentativas amigáveis, o ente público recorre ao judiciário para obter o ressarcimento do prejuízo causado. Juntou documentos às fls. 07/23. Réu devidamente citado às fls. 34, mas deixou de apresentar contestação. Parecer Ministerial às fls. 43/49, tendo o Parquet informado não haver interesse público na causa, que justificasse a sua intervenção. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Para que seja caracterizada a responsabilidade civil por ato ilícito se faz necessária a presença do dano, da conduta e do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, conforme dispõe o artigo 927 do Código Civil. Nesse contexto, importa destacar o que preconizam os artigos 186 e 927 do Código Civil de 2002: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art.927. Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Tratando-se de ação de ressarcimento por danos materiais movida por ente público em desfavor de particular, a responsabilidade civil é subjetiva, redundando como imprescindível a prova de dolo ou culpa deste, de modo que, restando comprovada a responsabilidade pelo prejuízo ao Poder Público, a imposição do dever de indenizar é medida que se impõe. Nesse sentido, é a jurisprudência: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL, PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR DANOS MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. BEM PATRIMONIAL PÚBLICO. PREJUÍZO AO ERÁRIO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. VERIFICAÇÃO DE PRESSUPOSTOS. DEVER DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Para que seja caracterizada a responsabilidade civil por ato ilícito se faz necessária a presença do dano, da conduta e do nexo de causalidade entre a conduta e o dano, conforme dispõe o artigo 927 do Código Civil. 2.Tratando-se de ação de ressarcimento

por danos materiais movida por ente público em desfavor de particular, a responsabilidade civil é subjetiva, redundando como imprescindível a prova de dolo ou culpa deste, de modo que, restando comprovada a responsabilidade pelo prejuízo ao Poder Público, a imposição do dever de indenizar é medida que se impõe. 3. Demonstrado nos autos que o primeiro réu colidiu com veículo oficial após desobedecer ordem de parada e empreender em fuga, ocasionando o acidente automobilístico, deve ser responsabilizado pelos danos materiais originados. 4. Apelação conhecida e provida. (TJ-DF 20160110006370 DF 0000133-60.2016.8.07.0018, Relator: SIMONE LUCINDO, Data de Julgamento: 13/12/2017, 1ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/01/2018 . Pág.: 277-291). Da análise da documentação acostada, não há dúvida de que o réu ocasionou prejuízo ao erário, claramente confirmado pelo seu comparecimento espontâneo no juízo e sua manifestação pela tentativa de conciliação (fl. 34), mas frustrada pelo seu não comparecimento no dia e hora marcada. Dessa forma, fica nítida que a condenação do réu ao pagamento dos prejuízos sofridos pela CCPA de propriedade do Estado do Amazonas é apenas decorrência lógica do conjunto probatório pautado em laudos técnicos, que comprovam sua culpa, em virtude de conduta negligente e imprudente. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE a presente ação para condenar o réu a ressarcir o montante de R$ 1.062,00 (mil e sessenta e dois reais) acrescidos de correção monetária, juros de mora desde o evento danoso. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso , do Código de Processo Civil. Ausência do pagamento de custas por ser o réu a Fazenda Pública e o autor beneficiário da justiça gratuita. Por fim, condena-se a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico, nos termos do art. 85, §3.°, I, do Código de Processo Civil, devendo ser observado os preceitos do §14, do códex processual. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 0,5% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: MARCELO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 7023/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM) - Processo 0634674-71.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERENTE: E.A. - REQUERIDO: R.P.P. e outros - DESPACHO Autos nº:0634674-71.2017.8.04.0001 Classe:Ação Civil de Improbidade Administrativa Autor:Estado do Amazonas Réu:Sidney Robertson Oliveira de Paula, Francimar Barbosa Sampaio, RODRIGO PRADO PORTILHO, Paulo Roberto Cruz dos Santos e Silverio Lopes da Rocha Vistos etc. Defere-se o pedido formulado pelo Estado do Amazonas na petição de fls. 417/418. Ademais, à secretaria para proceder com as diligencias abaixo. Em relação ao requerido Silvério Lopes da Rocha: expeça-se novo mandado de citação, devendo o mesmo ser cumprido inclusive por hora certa. Em relação ao requerido Paulo Roberto Cruz dos Santos: expeça-se novo mandado de citação, no endereço Rua 1° de Dezembro, São Lucas, CEP 69087-540, Manaus-AM, devendo o mesmo ser cumprido inclusive por hora certa. Sendo o mandado infrutífero, à secretaria para que proceda a consulta no sistema INFOJUD a fim de encontrar endereço diverso do já informado nos autos. Após, intime-se o Estado do Amazonas para requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0635992-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ariomar Tavares de Souza - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0635992-21.2019.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoIndenização por Dano Material Autor: Ariomar Tavares de Souza Réu: Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulado com pedido de tutela antecipada com pedido de antecipação de tutela com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Ariomar Tavares de Souza em face de Estado do Amazonas. Aduz o demandante que é servido público efetivo na Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, desde 2010 e afirma que o réu não está realizando as progressões devidas pela Lei 3.510/2010 - Lei que instituiu o plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores. Diante da situação acima narrada, o demandante pugnou pela concessão de medida antecipatória que determine a realização dos enquadramentos, progressões e promoções devidas, com os dévios efeitos pecuniários retroativos ao quinquênio anterior a propositura da ação. Juntou documentos às fls. 20/54. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. O autor pugnou em sua exordial que fosse concedida tutela antecipada do mérito que determinasse ao Estado do Amazonas a realizar "enquadramento, progressões e promoções devidas pela Lei 3.510/2010 e Decreto n. 967/2014, com os devidos efeitos pecuniários. No entanto, tal pedido não pode ser acolhido. Explica-se: Nas causas em que a Fazenda Pública é ré, existem limitações impostas pela lei no que tange ao deferimento de tutelas de urgência, sendo uma destas hipóteses as ações em que se pretende "a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ", como no caso em tela, uma vez que o autor almeja, verdadeiramente o aumento de sua remuneração, de forma antecipada. Sobre o tema, dita o art. 7°, da Lei n° 12.016/09: Art. 7o Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações; II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito; III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica. § 1o Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. § 3o Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença. § 4o Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento. § 5o As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei no 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Observa-se, portanto, que é vedada a concessão de medida antecipatória que tenha por objeto qualquer espécie de pagamento, nos moldes do art. 7°, §2°, da Lei n° 12.016/02. Outrossim, apesar da legislação apontada tratar de procedimento específico, qual seja, o Mandado de Segurança, existe mandamento expresso no §5°, do art. 7°, da referida lei, informando que tais dispositivos são aplicados em quaisquer casos relativos à concessão de medida antecipatória contra a Fazenda Pública. O mesmo se encontra disposto no art. 1°, da Lei n. 8.437/92, que disciplina a concessão de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública. Veja-se: Art. 1° Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal. Essa também é a interpretação da jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE LIMINAR CONTRA A

FAZENDA PÚBLICA QUE TENHA POR OBJETO O PAGAMENTO DE NUMERÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 7º, em seu § 2º, da Lei 12.016/2009, prescreve a não concessão de medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. 2. Nesse diapasão, consta também a previsão vazada no § 5º do art. 7º, da referida Lei (MS) que estende as vedações relacionadas com a concessão de liminares à tutela antecipada a que referem os arts. 273 e 461 do CPC. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-PA - AI: 201430041529 PA, Relator: JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO, Data de Julgamento: 23/06/2014, 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Data de Publicação: 26/06/2014) Dessa forma, verifica-se no presente caso a impossibilidade de deferimento do pedido de antecipação de tutela, tendo em vista ser uma das hipóteses em que existe vedação legal para a concessão da medida antecipatória. III.- Decide-se. Diante do exposto, indefere-se o pedido de antecipação de tutela requerida pela autora. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadimitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se o réu para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, concede-se à parte demandante os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0636329-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ricardo Guerra Lopes - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0636329-10.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Assunto:Indenização por Dano Material Autor: Ricardo Guerra Lopes Réu: Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer cumulado com pedido de tutela antecipada com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Ricardo Guerra Lopes em face de Estado do Amazonas. Aduz o demandante que é servido público efetivo na Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, desde 2010 e afirma que o réu não está realizando as progressões devidas pela Lei 3.510/2010 - Lei que instituiu o plano de cargos, carreiras e remuneração dos servidores. Diante da situação acima narrada, o demandante pugnou pela concessão de medida antecipatória que determine a realização dos enquadramentos, progressões e promoções devidas, com os dévios efeitos pecuniários retroativos ao quinquênio anterior a propositura da ação. Juntou documentos às fls. 20/54. É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. O autor pugnou em sua exordial que fosse concedida tutela antecipada do mérito que determinasse ao Estado do Amazonas a realizar "enquadramento, progressões e promoções devidas pela Lei 3.510/2010 e Decreto n. 967/2014, com os devidos efeitos pecuniários. No entanto, tal pedido não pode ser acolhido. Explica-se: Nas causas em que a Fazenda Pública é ré, existem limitações impostas pela lei no que tange ao deferimento de tutelas de urgência, sendo uma destas hipóteses as ações em que se pretende "a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ", como no caso em tela, uma vez que o autor almeja, verdadeiramente o aumento de sua remuneração, de forma antecipada. Sobre o tema, dita o art. 7°, da Lei n° 12.016/09: Art. 7o Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: I - que se notifique o coator do conteúdo da petição inicial, enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações; II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito; III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica. § 1o Da decisão do juiz de primeiro grau que conceder ou denegar a liminar caberá agravo de instrumento, observado o disposto na Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. § 3o Os efeitos da medida liminar, salvo se revogada ou cassada, persistirão até a prolação da sentença. § 4o Deferida a medida liminar, o processo terá prioridade para julgamento. § 5o As vedações relacionadas com a concessão de liminares previstas neste artigo se estendem à tutela antecipada a que se referem os arts. 273 e 461 da Lei no 5.869, de 11 janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. Observa-se, portanto, que é vedada a concessão de medida antecipatória que tenha por objeto qualquer espécie de pagamento, nos moldes do art. 7°, §2°, da Lei n° 12.016/02. Outrossim, apesar da legislação apontada tratar de procedimento específico, qual seja, o Mandado de Segurança, existe mandamento expresso no §5°, do art. 7°, da referida lei, informando que tais dispositivos são aplicados em quaisquer casos relativos à concessão de medida antecipatória contra a Fazenda Pública. O mesmo se encontra disposto no art. 1°, da Lei n. 8.437/92, que disciplina a concessão de antecipação de tutela em face da Fazenda Pública. Veja-se: Art. 1° Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal. Essa também é a interpretação da jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE LIMINAR CONTRA A FAZENDA PÚBLICA QUE TENHA POR OBJETO O PAGAMENTO DE NUMERÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O art. 7º, em seu § 2º, da Lei 12.016/2009, prescreve a não concessão de medida liminar que tenha por objeto a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. 2. Nesse diapasão, consta também a previsão vazada no § 5º do art. 7º, da referida Lei (MS) que estende as vedações relacionadas com a concessão de liminares à tutela antecipada a que referem os arts. 273 e 461 do CPC. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-PA - AI: 201430041529 PA, Relator: JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO, Data de Julgamento: 23/06/2014, 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Data de Publicação: 26/06/2014) Dessa forma, verifica-se no presente caso a impossibilidade de deferimento do pedido de antecipação de tutela, tendo em vista ser uma das hipóteses em que existe vedação legal para a concessão da medida antecipatória. III.- Decide-se. Diante do exposto, indefere-se o pedido de antecipação de tutela requerida pela autora. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadimitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se o réu para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em

conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, concede-se à parte demandante os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0641186-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eronildo Braga Bezerra - DESPACHO Autos nº:0641186-36.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor:Eronildo Braga Bezerra Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Defere-se o pedido formulado na petição de fls. 723. Ademais, intime-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestar expressamente quanto a possível perda do objeto da pretensão principal, sob pena de extinção Manaus, 26 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM) - Processo 0651677-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes Mota - DESPACHO Autos nº:0651677-05.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor:Antonio Carlos Gomes Mota Réu:Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON e Estado do Amazonas Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos em razão da petição às fls. 83/102, requerendo habilitação dos herdeiros do de cujus, para lhe sucederem a presente ação, nos termos do art. 687 do Código de Processo Civil. Desta feita, determina-se a suspensão do processo, a fim de que se dê início à habilitação dos herdeiros, conforme art. 689 do CPC, e determina-se a citação dos réus, para se pronunciarem no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se. Manaus, 16 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: MICHELE DE SOUZA CLEMENTE (OAB 162607/MG) - Processo 0657373-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Gislaine Lilamaine da Silva Martins - DESPACHO Autos nº:0657373-22.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoNomeação Autora:Gislaine Lilamaine da Silva Martins Réu:Estado do Amazonas Vistos etc. Da análise dos autos, constata-se que as partes são legítimas e presentes se acham as demais condições da ação. Ainda, verifica-se a inexistência de irregularidades a sanar ou nulidades a declarar. Por consequência, o processo se acha em ordem, razão pela qual declara-se o mesmo saneado para que produza seus legais efeitos. Noutro giro, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando detalhadamente a necessidade e a pertinência para a decisão do feito, sob pena de preclusão, esclarecendo, no mesmo prazo, se pretendem o julgamento imediato do pedido. Registra-se que o protesto genérico pela produção de todas as provas não substitui a obrigação das partes de indicar, de forma específica e justificada, aquelas com as quais pretendem demonstrar os fatos alegados, nos termos dos artigos 319, inciso VI, e 336, do Código de Processo Civil. Assim, ficam as partes advertidas, desde já, que o silêncio ou a apresentação de requerimentos genéricos serão interpretados como concordância com o julgamento antecipado do processo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 25 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Ana Cecília Costa Ortiz (OAB 8387/AM)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Carlos Antonio de Carvalho Mota Junior (OAB 4618/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Danielle Batista da Silva (OAB 9832/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Ketlen Anne Pontes Pina (OAB 4818/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Marcelo Ferreira da Costa Filho (OAB 7023/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Nazareth Penha Vasques Mota (OAB 2798/AM)
Michele de Souza Clemente (OAB 162607/MG)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0150/2019

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0061196-98.2010.8.04.0012 (012.10.061196-9) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERIDO: Marco Antonio de Freitas Ferreira e outros - Desse modo, pelos fatos e fundamentos expostos, ACOLHO PARCIALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença interposta pela Estado do Amazonas, devendo os autos serem encaminhados à contadoria para atualização correta do quantum devido, observados os parâmetros abaixo: Base de cálculo: valor da causa, R$57.590,60; Índice de correção monetária: IPCA-E; Termo inicial da correção monetária: 28/12/2001; Percentual de honorários: 10%; Índice de juros de mora: percentual estabelecido para a caderneta de poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97; Termo inicial dos juros de mora: 21/02/2019. CONDENO o Exequente no pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados em R$500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 85, §8º do CPC. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de abril de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: LARISSA RETTO DUTRA (OAB 5143/AM), ADV: FRANCISCA NUBIA DA CUNHA GARCIA (OAB 5221/AM) - Processo 0258341-98.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Carlos Cavalcante Rodrigues Filho - REQUERIDO: TRANSMANAUS - Transportes São José Ltda. e outros - Considerando a inércia da executada quanto ao pagamento do crédito, proceda-se ao bacenjud. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0608296-10.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Elisângela Sena Ferreira - Dê-se vista ao Estado para que se manifeste quanto à petição à fl. 86. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0615023-53.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janaina Karla Saraiva Pereira - Sendo assim, pelos fatos e fundamentos expostos, ACOLHO INTEGRALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença interposto pela Município de Manaus, HOMOLOGANDO como valor devido a quantia de R$ 16.188,18 (dezesseis mil, cento e oitenta e oito reais e dezoito centavos), consoante os argumentos elencados pelo Executado às fls. 173-175 (planilhas de cálculo + 15% de honorários advocatícios). Condeno a Exequente ao pagamento de honorários de advogado os quais arbitro em R$800 (oitocentos reais) com fulcro no art. 85, §8º, cuja exigibilidade fica suspensa por ser beneficiária da gratuidade de justiça. Encaminhe-se o processo à contadoria para a atualização dos cálculos. Manaus, 20 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0620992-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARCIA DANIELLA DE SOUZA DOS SANTOS - A ferramenta para atualização de débitos judiciais utilizada pelo Exequente (fl. 386) não contempla os índices aplicáveis à Fazenda Pública, estando os cálculos dissonantes dos termos fixados na sentença. Desta forma, encaminhem-se os autos à contadoria judicial para atualização do débito, observando-se os parâmetros fixados na sentença, fl. 311. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0625325-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Leuda Carneiro de Souza - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 21 de agosto de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: PABLO HERTZ BRUZZONE LEAL (OAB 159485/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: MARCUS RENATO SOUZA CARIBE (OAB 49247/BA), ADV: MARIANA PIMENTEL PERES (OAB 178341/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: MARCELO SENA SANTOS (OAB 30007/BA), ADV: LEANDRO HENRIQUE MOSELLO LIMA (OAB 103952/MG) - Processo 0633500-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi e outro - DENUNCIADO: Rede Conecta Serviços de Rede S.A. - Digam as partes acerca da proposta de honorários periciais (fl. 304). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0635676-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Maria Margareth Formiga Dantas e outros - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Cleide Lima Braga, Graça Pinto da Rocha, Iracema Silva Reis, Maria Anete Queiroz de Moraes e Maria Margareth Formiga Dantas, às fls. 342/350. Intimo o Requerido, Município de Manaus, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0635916-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Gláucia Leite de Sousa e outros - DESPACHO Em virtude dos efeitos infringentes, perseguidos nos Embargos de Declaração, digam os Embargados no prazo de 5 dias na forma do art. 1023, §2° do CPC. Após, conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0636513-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Anete Rodrigues Dantas e outros - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Anete Rodrigues Dantas, Marcia Regina de Almeida Portela, Rosandra Cavalcante dos Santos e Waldemarina Carvalho da Silva, às fls. 409/417. Intimo o Requerido, Município de Manaus, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 21 de agosto de 2019.

Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Francisca Nubia da Cunha Garcia (OAB 5221/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Larissa Retto Dutra (OAB 5143/AM)
Leandro Henrique Mosello Lima (OAB 103952/MG)
MARCELO SENA SANTOS (OAB 30007/BA)
Marcus Renato Souza Caribe (OAB 49247/BA)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Mariana Pimentel Peres (OAB 178341/RJ)
Pablo Hertz Bruzzone Leal (OAB 159485/RJ)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0095/2019

ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM) - Processo 0214213-90.2010.8.04.0001 (001.10.214213-1) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: José dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Manoel Martins da Silva - Luiz Santiago de Almeida - CONFINTE: Motel D'Star e outros - Intimem-se as partes, por meio de seus advogados, para que se manifestem quanto ao laudo apresentado a fls. 794/807 , no prazo de dez dias. Cumpra-se.

Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0094/2019

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP), ADV: ORLY CORREIA DE SANTANA (OAB 246127/SP) - Processo 0214213-90.2010.8.04.0001 (001.10.214213-1) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: José dos Santos Nascimento - CONFINTE: Motel D'Star - Videolar-Innova S/A e outros - Intimem-se as partes, por meio de seus advogados, para que se manifestem quanto ao laudo apresentado a fls. 794/807 , no prazo de dez dias.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0215113-92.2018.8.04.0001 - Dúvida - Registro de Imóveis - REQUERENTE: Cartório do 6º Ofício do Registro de Imóveis de Manaus/AM - SUSCITANTE: Danilo Aguiar Bezerra e outro - Decisão. Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial, julgo DEFERIDA a dúvida, devendo o Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis abster-se de registrar os documentos apresentados, conforme art. 108 do Código Civil e art. 221 da Lei de Registros Públicos.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0601099-38.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: G.P.N. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0608268-42.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Lauro Bento da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM) - Processo 0609540-08.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Wave Brasil Telecom Ltda - Trata-se de reiteração de pedido de tutela de evidência e, alternativamente de tutela provisória de urgência manejado por Dinâmica Distribuidora Ltda em face de Wave Telecom Ltda, alegando, em breve síntese, que adquiriu em 14/11/2017 o imóvel matriculado sob o nº 2.998, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Capital e que, ao fazer um levantamento topográfico do referido imóvel para verificação de suas confrontações, constatou que sua área está sendo ocupada de forma irregular pela empresa Wave Brasil Telecom Ltda. Aduz, ainda, que a tutela de evidência deve ser deferida ante o alto grau de verossimilhança das alegações autorais e do manifesto intuito protelatório da parte Requerida, e caso o Juízo não se convença do intuito protelatório do Requerido dever ser deferida Tutela Provisória de Urgência, posto que verossimilhantes as alegações autorais e o perigo na demora do provimento jurisdicional, tendo em vista a contínua dilapidação e modificação estrutural do bem objeto da lide. Às fls. 50/53, este Juízo denegou a tutela provisória de urgência. Às fls. 103 e ss., consta Agravo de Instrumento interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, o qual deferiu parcialmente o pedido de antecipação de tutela para determinar tão somente o imediato bloqueio da matrícula nº 18849, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Manaus, até ulterior deliberação.Passo a decidir. A medida acautelatória requerida pela parte exige a análise da presença do requisito genérico previsto no caput do art. 309 do CPC/15 e de um dos requisitos legais previsos nos incisos do art. 311 do CPC/15, sendo alegado pelo autor da demanda a presença do requisito específico no iniciso I - manifesto propósito protelatório da parte. Não assiste razão ao autor, uma vez que não exsurgem dos autos elementos que demonstrem condutas protelatórias do requerido, que apresentou contestação-reconvenção no prazo legal, não criando qualquer óbice à regular tramitação processual. Na mesma esteira de indeferimento segue o pedido de concessão de tutela provisória de urgência, que já foi indeferida por decisão motivada deste juízo de fls. 50/53, considerando que da qual foi interposto agravo de instrumento e reformada em parte, apenas para determinar o bloqueio da matrícula do imóvel. Desde lá não houve qualquer alteração processual que autorize a concessão da tutela provisória cujo pedido se renova. Isto posto, considerando o não preenchimento dos requisitos necessários, indefiro as tutelas provisórias requeridas pela parte autora. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir em audiência. Cumpra-se a promoção ministerial de fls. 340/341. Expeça-se o necessário para cabal cumprimento desta decisão.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0621625-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimunda Lucas de Almeida - Demanda anulatória de escritura de compra e venda de imóvel e de instrumento de procuração. Concedo à requerente os benefícios da gratuidade de justiça. Vista dos autos ao Ministério Público. Após, retornem-me em conclusão.

ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: DÉBORA DIANA LOPES NERIS (OAB 10251/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM) - Processo 0625306-67.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Menilde Araújo Magalhães - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0626538-17.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Maria de Nazaré Oliveira da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: GABRIELA LINS TORRES (OAB 8060/AM), ADV: FRANCISMARY DA SILVA ANDRADE (OAB 11089/AM) - Processo 0626890-43.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0700451-76.2012.8.04.0001) - Usucapião - Usucapião Extraordinária - REQUERENTE: Raimunda de Fátima Silva Soares - REQUERIDO: Antonio Paulo Pessoa Lourenço da Silva - TERCEIRA: Procuradoria da União No Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Município de Manaus e outros - Verifico a coexistência, neste Juízo, de duas demandas iguais possuindo as mesmas partes, versando sobre o mesmo objeto e com idêntica causa de pedir (autos processuais nº 0700451-76.2012). Ressalto que nos autos processuais nº 0700451-76.2012 já possui acórdão mantendo a sentença deste Juízo. Ademais, naqueles autos constam inclusive homologação de acordo de honorários advocatícios, motivo pelo qual DETERMINO o arquivamento dos presentes autos.

ADV: VIVIAN MARIA DE SENA CUNHA E LIMA (OAB 9253/AM), ADV: JOAQUIM FELIPE GUIMARÃES GOMES (OAB 12299/AM), ADV: JOSÉ SONILSON DA SILVA MAUÉS (OAB 11209/AM) - Processo 0628485-09.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Maria de Jesus Freitas de Matos Ribeiro - João Paulo de Matos Ribeiro - Atenda-se à promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: YURI CHRYSTINE PINTO SIQUEIRA ROLO (OAB 9279/AM) - Processo 0632915-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elio Borghezan e outro - REQUERIDO: JOÃO PATRICIO DE AZEVEDO - INTSSADO: IBEPAR PARTIÇIPAÇÕES LTDA. - TERCEIRA: Raimunda Gomes Corrêa e outro - A Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, MM. Juíza de Direito, respondendo cumulativamente, pela Vara de Registros Públicos e Usucapião da Comarca de Manaus, conforme Portaria n° 1762/2019-PTJ, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ CITAR, pelo presente edital, JOÃO PATRICIO DE AZEVEDO e SEUS HERDEIROS e/ou SUCESSORES, atualmente, com endereço em local incerto e não sabido, para, querendo, manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV do CPC). Em 16 de agosto de 2019. Eu, Jorge Glauber Lira Barros, Diretor de Secretaria, o confiro e subscrevo.

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: CAMILA DA SILVA MELO (OAB 10293/AM), ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM) - Processo 0635858-33.2015.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Eliana Costa da Silva - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM) - Processo 0638104-60.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Edleuza Raulim dos Santos - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: CLEA DE MORAES CANTANHEDE (OAB 10041/AM) - Processo 0641572-03.2017.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Adrian Fernanda Bezerra Rodrigues - Alice Flávia

Bezerra Rodrigues - Maria Goreth Bezerra Rodrigues - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0642537-44.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Dalglish de Deus Corrêa - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 16/09/2019 às 10:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0643109-97.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: Vanessa Azevedo de Sá - Diante do exposto, defiro o pedido formulado na inicial, determinando a retificação no assentamento de casamento de Matrícula 004481 01 55 2018 2 00078 182 0020335 17, do Cartório do 5.° Ofício do Registro Civil da Capital, passando a constar o nome de VANESSA AZEVEDO DE SÁ SANTORO. Dispensável aguardar-se o trânsito em julgado, eis que não há, na espécie, interesse recursal. Determino que a presente sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Sem custas, na forma do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. P.R.I.

ADV: ALEXANDRA SÁ SIMOES (OAB 12970/AM) - Processo 0650221-20.2018.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - REGISTROS PÚBLICOS - REQUERENTE: Daniela Martins Sá - Vistos etc... Retificação de assento de nascimento formulado pela parte requerente com o objetivo de corrigir o próprio nome e o de seu genitor, pois constou no livro como “Daniela Martins Sá e Daniel Monterio e Sá”, quando o correto seria “Daniela Martins e Sá e Daniel Monteiro e Sá”. Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, para que no assento de nascimento lavrado às fls. 195, do livro A-242, sob o termo nº 5595 pelo cartório do 4º ofício de registro civil de pessoas naturais de Manaus/AM passe a constar o nome da requerente e de seu genitor como “Daniela Martins e Sá e Daniel Monteiro e Sá”. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0661361-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: H.M.G. - Atenda-se a promoção retro imediatamente, de logo fixando à parte, uma vez incumbindo-lhe alguma diligência, o prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR), ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0700145-44.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: Espólio de Maria Fernandes de Carvalho, representado por Elias F. Carvalho - REQUERIDO: Vieiralves Imobiliária Ltda. e outro - TERCEIRO I: Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras e outros - Intime-se o executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o pagamento do débito insculpido na planilha de fls. 8.279, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor em execução, bem como honorários advocatícios em igual percentual, tal a dicção do art. 523, § 1º, da Lei Adjetiva Civil, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput , o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Cumpra-se.

Alexandra Sá Simoes (OAB 12970/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Camila da Silva Melo (OAB 10293/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Clea de Moraes Cantanhede (OAB 10041/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
David D’Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Débora Diana Lopes Neris (OAB 10251/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Francismary da Silva Andrade (OAB 11089/AM)
Gabriela Lins Torres (OAB 8060/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Joaquim Felipe Guimarães Gomes (OAB 12299/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Sonilson da Silva Maués (OAB 11209/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
ORLY CORREIA DE SANTANA (OAB 246127/SP)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
PEDRO SOBRINHO COELHO (OAB 598/RR)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Vivian Maria de Sena Cunha e Lima (OAB 9253/AM)
Yuri Chrystine Pinto Siqueira Rolo (OAB 9279/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0363/2019

ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: MARCUS DA COSTA TRIBUZI (OAB 12408/AM) - Processo 0211215-42.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Felipe Mota Nascimento - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0211215-42.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 10584/AM - Neila Maria Dantas Azrak, 12408/AM - Marcus da

Costa Tribuzi, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 10/09/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0211215-42.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Felipe Mota Nascimento, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0226706-89.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: DIEGO GERALDO SANTOS DA SILVA e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0226706-89.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, 3042/AM - Antônio Frazão Amaral, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/09/2019 às 09:00h, concernente ao Processo nº 0226706-89.2016.8.04.0001, onde figura como Réu DIEGO GERALDO SANTOS DA SILVA, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0620346-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Evandro Lucas Muniz da Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0620346-68.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4475/AM - Janaína Santos Fernandes, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 11/09/2019 às 10:00h, concernente ao Processo nº 0620346-68.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Evandro Lucas Muniz da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0621970-26.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Bruno dos Santos Gomes e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0621970-26.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) dos Réus, o(a) Dr (a). 6083/AM - Marcelo Oliveira Lopes, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0621970-26.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Italo dos Santos Gomes, João Douglas Santos da Silva e Bruno dos Santos Gomes, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0624351-41.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: LEANDRO DA SILVA E SILVA e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0624351-41.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 9559/AM - Otávio Dias Pedrosa Filho, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 26/09/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0624351-41.2016.8.04.0001, onde figura como Réu LEANDRO DA SILVA E SILVA, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcus da Costa Tribuzi (OAB 12408/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0236140-39.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: NAASON HENRIQUE MUNIZ DE SOUZA e outro - De ordem da Dra. Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal, a audiência de Instrução e Julgamento fora antecipada para o dia 16 de setembro de 2019, 12:00h, em razão da readequação da pauta de audiência. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se. Do que para constar, Eu, Aldeir Mendonça dos Santos, Diretor de Secretaria, digitei o presente termo. Manaus-AM, 23 de agosto de 2019 Aldeir Mendonça dos Santos Diretor de Secretaria.

ADV: ZULDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 8833/AM), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0625427-95.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - VÍTIMAFATO: A Sociedade - INDICIADO: Jonh Lucas Santos Coelho - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 26/08/2019 às 09:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do

réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: VITORIA LUIZA DA SILVA SIZA (OAB 12920/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0628526-73.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Jeferson Nascimento Silva - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da ausência da Juíza de Direito titular deste Juízo que, por motivos de saúde, necessitou de atendimento médico, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 04/02/2020, às 10:30h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0638979-30.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Tiago Pereira da Silva - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 30/09/2019 às 11:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0639966-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Wilson Santos de Andrade - Karen Cristini de Araújo Souza - INDEFIRO o pedido de liberdade provisória, e por conseguinte acolho o parecer de lavra ministerial, para manter a prisão preventiva do acusado Wilson Santos de Andrade, subsistindo os requisitos que a autorizam, de acordo com motivação jurígena acima delineada.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0639966-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Wilson Santos de Andrade - Karen Cristini de Araújo Souza - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 15/10/2019 às 12:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
José Carlos Herculino dos Santos (OAB 9945/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Vitoria Luiza da Silva Siza (OAB 12920/AM)
Zuldimar Pereira de Oliveira (OAB 8833/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0200063-83.2015.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Hermes Rodrigues Pinto Júnior - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado HERMES RODRIGUES PINTO JÚNIOR, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0200559-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Francisco Fábio Sarmento da Cruz - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado FRANCISCO FABIO SARMENTO DA CRUZ, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0204671-30.2015.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação de Coisa Achada - DENUNCIADA: Edineuza Silva da Cunha - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado EDINEUZA SILVA DA CUNHA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0211552-94.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Felipe Estevão de Souza Benício - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado FELIPE ESTEVÃO DE SOUZA BENÍCIO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0220366-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Grave - RÉU: Fabrício Oliveira de Matos - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado FABRÍCIO OLIVEIRA DE MATOS, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0229475-70.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - RÉ: Aldair Moraes de Figueiredo - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado ALDAIR MORAES DE FIGUEIREDO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0235287-93.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Huandreson Leite da Silva - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado HUANDRESON

LEITE DA SILVA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0235593-96.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Abandono de incapaz - INDICIADA: Thaynana Matos de Castro - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado THAYNANA MATOS CASTRO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0235797-14.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Kemio Vieira de Oliveira - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado KEMIO VIEIRA DE OLIVEIRA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0236493-45.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Francisco das Chagas Chaves Lobo Filho - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado FRANCISCO DAS CHAGAS CHAVES LOBO FILHO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0247759-92.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Aldo Soares Sales - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado ALDO SOARES SALES, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0248428-87.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADA: Marina Leal Lima e outro - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital da acusada MARINA LEAL LIMA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0251030-17.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Vanderson Williams Rodrigues Jordão - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado WILLIAMS RODRIGUES JORDÃO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0601449-78.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Falsa identidade - AUTORFATO: Rozaldo Barrozo da Silva - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado ROZALDO BARROZO DA SILVA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0606148-03.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - AUTORAFATO: Gleicinara Moreira de Souza - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado GLEICINARA MOREIRA DE SOUZA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0608753-42.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Furto - INDICIADO: Joacir dos Santos Rodrigues - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado JOACIR DOS SANTOS RODRIGUES, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0610955-26.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉ: Kelly Cristina Silva Chagas e outro - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital da acusada KELLY CRISTINA SILVA CHAGAS, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0612108-71.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - AUTORAFATO: Jessica Thyelem de Freitas Pimentel - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado JESSICA THYELEM DE FREITAS PIMENTEL, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0612509-93.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Armênio Melo Cruz e outros - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado ARMÊNIO MELO CRUZ, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0616984-92.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: David dos Santos Ribeiro - Jailson Cardoso Linhares e outros - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital dos acusados JAILSON CARDOSO LINHARES E DAVID DOS SANTOS RIBEIRO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0619557-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - RÉU: Pedro Henrique Ferreira da Silva - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado PEDRO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) -

Processo 0623219-41.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Orlando Silva de Souza - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado ORLANDO SILVA DE SOUZA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

ADV: DÉBORAH DA FONSECA BARREIROS (OAB 5210/AM) - Processo 0623775-14.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Josue Dias Sagawa - A MMa. Juíza titular da 7a Vara Criminal da Comarca de Manaus, Dra. Careen Aguiar Fernandes, acolhendo parecer ministerial, determinou a Citação por Edital do acusado JOSUÉ DIAS SAGAWA, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 361 do CPP, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias, contando a partir do comparecimento pessoal do acusado ou defensor/advogado constituído.

Déborah da Fonseca Barreiros (OAB 5210/AM)

Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)

Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM), ADV: KELITA MARIA LITAIFF E COSTA (OAB 683/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0235642-69.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉ: K.M.M.L. - Audiência designada para o dia 16.09.2019, às 08:15.

ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: PAULO ROCHA DE ALMEIDA (OAB 9671/AM) - Processo 0238915-27.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: J.O.B. - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido. Intime-se o profissional subscritor da peça a fim de cumprir o que determina o seu Estatuto, enquanto não liberado da incumbência (10 dias após a notificação).

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: STÊNIO HOLANDA ALVES (OAB 4254/AM), ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: LOURENA CRISTINA LIMA AFONSO (OAB 6957/AM), ADV: ARMANDO DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 638/AM), ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM), ADV: JÉSSICA LAÍS RONDON PIRANGY (OAB 10452/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM), ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM) - Processo 0246643-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de “Lavagem” ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores - RÉU: ROBERTO GIL LIMA DE MELO - SILFARNE CASTRO DO NASCIMENTO - HELLINGTON MOURA FERREIRA - Laudelino Almeida “Luisinho “ e outros - Intime-se a defesa de Hellington Moura Ferreira e Roberto Gil Lima de Melo para ratificar suas alegações finais. Intime-se a defesa de Sirfane Castro de Melo, Joni Martins Macedo e de Laudelino Almeida para apresentar as alegações finais.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ILSON VIEIRA RUIZ (OAB 12739/AM) - Processo 0264602-16.2009.8.04.0001 (001.09.264602-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: Alder Ronaldo da Silva Maciel - Audiência designada para o dia 16.09.2019, às 11:00.

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM), ADV: KAMYLA ATAÍDE PINHEIRO (OAB 14129/AM) - Processo 0621487-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Michael Douglas Sulterio Carvalho - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0622868-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Igor Pereira da Cunha - Renan dos Reis Gama e outro - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0625428-80.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo Majorado - RÉ: Jaqueline da Silva Pereira - Leonardo Trindade da Cruz - Samuel Santos Araújo - Intime-se a defesa para apresentar os memoriais.

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: GEYSE POLLYANNA MARCAL AZEVEDO (OAB 13140/AM), ADV: DIANA CAROLINA GALLEGOS ARMAS (OAB 13874/AM), ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM) - Processo 0625731-94.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: G.V.S. - W.O.B. e outro - Audiência designada para o dia 18/09/2019, às 09:15h.

ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0629230-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: A.N.F. - Intime-se a defesa do réu Alexsandro Nobre Ferreira para apresentar os memoriais.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: HÉRCULES PRESTES BRANDÃO (OAB 9507/AM) - Processo 0629592-88.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Davi Samias de Castro - Pedro Paulo Barbosa Lopes - Rudinele Ferreira Sales - Audiência designada para o dia 12/09/2019, às 10:00h.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0635086-31.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Bruno Cesar Pinheiro dos Santos - Audiência designada para o dia 12/09/2019, às 10:30h.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0638337-57.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Leomackson da Mota Oliveira - Audiência designada para o dia 12/09/2019, às 11:00h.

Armando de Oliveira Freitas (OAB 638/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Diana Carolina Gallegos Armas (OAB 13874/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Geyse Pollyanna Marcal Azevedo (OAB 13140/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hércules Prestes Brandão (OAB 9507/AM)
Ilson Vieira Ruiz (OAB 12739/AM)
Jéssica Laís Rondon Pirangy (OAB 10452/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Kamyla Ataíde Pinheiro (OAB 14129/AM)
Kelita Maria Litaiff e Costa (OAB 683/AM)
Lourena Cristina Lima Afonso (OAB 6957/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Paulo Rocha de Almeida (OAB 9671/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Stênio Holanda Alves (OAB 4254/AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0837/2019

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0201907-27.2013.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Leandro Carvalho da Costa - Designo o dia 11/09/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM) - Processo 0206159-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: SANDRA MARIA OLIVEIRA DE ARAUJO e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 04/03/2020, às 09:30h, na Sala padrão.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0247129-36.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Paulo Roberto Barros de Araujo - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Paulo Roberto Barros de Araujo, na qualidade de representante deste, para tomar conhecimento do teor do laudo pericial da arma de fogo apreendida, juntado aos autos às fls. 280/282.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: NADLA CRISTINA LOPES FERNANDES (OAB 3256/AM) - Processo 0248042-52.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - RÉU: Tiago Oliveira Alvarenga e outro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 02/03/2020, às 10:15h, na Sala padrão.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0248088-17.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Valdson Claudio Rufino de Oliveira e outro - Designo o dia 26/08/2019, às 08:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0253780-60.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Rodrigo de Souza e Souza - Designo o dia 26/08/2019, às 10:30h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: JOANA MOURA DA SILVA (OAB 13202/AM) - Processo 0606061-07.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - RÉU: José Antonio Teixeira da Silva Junior - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência foi redesignada para o dia 02/03/2020, às 10:45h, na Sala padrão.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: NAYANDRA KRAMER LEITE (OAB 12858/AM), ADV: THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0626048-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: J.R.S. - E.G. - J.C.M. - R.A.S. - R.B.S. - D.P.S. e outros - Ante o exposto, CONHEÇO os Embargos de Declaração de fls. 749/753, REJEITANDO-OS em razão de não haver omissão, contradição, obscuridade ou erro material passível de retificação, mantendo a Decisão embargada na íntegra (fls. 734/742).

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: PAULO HUMBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 10033/AM) - Processo 0638081-17.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: David Batista de Moura - Josinaldo Frazão Paes e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 23/09/2019, às 09:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: THAIZE GENEROSO DE OLIVEIRA (OAB 14313/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM) - Processo 0639679-06.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Anderson Sanches Caldas - Joabe de Oliveira Farias - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 16/09/2019, às 10:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
Joana Moura da Silva (OAB 13202/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Nadla Cristina Lopes Fernandes (OAB 3256/AM)
Nayandra Kramer Leite (OAB 12858/AM)
Paulo Humberto Carvalho de Oliveira (OAB 10033/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thaize Generoso de Oliveira (OAB 14313/AM)
THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0835/2019

ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM), ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0658005-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Daniel Nunes de Lima e outro - Diante de todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Daniel Nunes de Lima nas sanções penais do artigo art. 157, §2º, II, §2º-A, I, do Código Penal Brasileiro e ABSOLVO Diego Avelino de Lima do crime do artigo 157, §2º, II,§2º-A, I, do Código Penal, nos termos do artigo 386, V, do Código de Processo Penal, e CONDENANDO-O pelo crime do artigo 307, do Código Penal Brasileiro.

Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0836/2019

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0230429-53.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Juliano da Silva Duarte - Com efeito, inobstante a imputação que pesa contra o acusado, em consonância com o parecer ministerial, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA do réu JULIANO DA SILVA DUARTE e aplico-lhe as medidas cautelares abaixo discriminadas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal:

Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0838/2019

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM), ADV: ROGER MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 2909/AM) - Processo 0230666-29.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Dilverson Levy de Souza - Ante o exposto, em face da ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal e com o fito de evitar o dispêndio de tempo com um processo que não produziria efeitos, aplico a prescrição virtual para DECLARAR EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime atribuído ao acusado DILVERSON LEVY DE SOUZA, nos termos do artigo 107, IV, c/c artigo 110, §1º, e artigo 109, III, c/c art. 115, todos do Código Penal e do artigo 61 do Código de Processo Penal. Publicada em audiência. Transitada em julgado em audiência. Arquivem-seos autos, com ascautelasde estilo. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, o qual foi devidamente assinado por todos. JUÍZA DE DIREITO PROMOTOR DE JUSTIÇA DEFENSOR PÚBLICO

Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Roger Moreira de Queiroz (OAB 2909/AM)

10ª VARA CRIMINAL

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0226135-94.2011.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **FRANCISCO MAGALHÃES NOGUEIRA**, brasileiro, natural de Benjamim Constant/AM, nascido em 16/10/1989, filho de Francisco Nogueira Sampaio e Cleide Maranhese Cardoso, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Canário, Nº 229, bairro Cidade de Deus, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 155, §4º, Inciso I, do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **21/10/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0007015-25.2006.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **WILLIAN FERNANDES MARQUES**, brasileiro, natural de Manaus/AM, nascido em 21/02/1987, filho de Carlos Ribeiro Marques e Maria Izeuda Fernandes Marques, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Guanabara, nº 69, bairro Santa Luiza, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, §2º, I e II e §3º c/c art.14, II ambos do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **23/10/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23/08/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0225438-39.2012.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **LANDERSON RODRIGUES BENTES,** brasileiro, natural de Santarém/PA, filho de Pedro Orivaldo dos Santos Bentes e Eulália Rodrigues da Rocha, nascido em 17/06/1987, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua 01, n.° 285, bairro Mundo Novo, Manaus-Am, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. , 157, §2°, I e II e III e Art. 288, parágrafo único do Código Penal Brasileiro e Art 244-B, ECA. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **22/08/2019 às 09:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0628/2019

ADV: ALLAN YUNES DA ROCHA (OAB 12748/AM) - Processo 0202454-95.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Eder Ramos Palheta e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 12748/AM - Allan Yunes da Rocha, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Allan Yunes da Rocha (OAB 12748/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0629/2019

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0263286-31.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Leandro Constantino da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 7271/AM - Luiz Felipe da Luz de Queiroz, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0630/2019

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0249889-70.2008.8.04.0001 (001.08.249889-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Julio Felipe da Silva e outros - Às fls. 334, Certidão de Óbito do indiciado em epígrafe. Por esta razão, acompanho o Parecer Ministerial de fls. 336/337 para DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE de Julio Felipe da Silva, na forma do artigo 107, I, do CPB, e, consequentemente, determino o arquivamento da presente representação, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0632/2019

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: FABIANA RIBEIRO FLORÊNCIO MOTA (OAB 3447/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0642661-61.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Reinaldo Gomes Viana - Por todo o exposto e, com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal (CPP), JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER REINALDO GOMES VIANA do delito que lhe foi imputado. Custas isentas, na forma do art. 804 do CPP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiana Ribeiro Florêncio Mota (OAB 3447/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0365/2019

ADV: RENATO DE PAULA LINS (OAB 4280/AC), ADV: SALES MARTINS LEAL (OAB 13560/AM), ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0211549-42.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: J.R.M. - Romulo Brasil da Costa - Fábio dos Santos Taveira - Eduardo Sousa Ferreira - Laerte Maciel Lopes Júnior - MOISÉS ALVES DE SOUZA - Jones dos Remedios Martins e outros - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 23/10/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0617208-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes de Tortura - INDICIADO: Cidi Marcos Valente Ferreira - Luiz David Castilho da Silva - Patrick Cordovil Brandão - Richarde Roberto dos Santos Boeno - Douglas Pereira Prisco - Processo n°0617208-30.2018.8.04.0001 Réu: Cidi Marcos Valente Ferreira, Douglas Pereira Prisco, Luiz David Castilho da Silva, Patrick Cordovil Brandão e Richarde Roberto dos Santos Boeno Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 17/10/2019 às 10:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 22 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0617208-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes de Tortura - INDICIADO: Cidi Marcos Valente Ferreira - Luiz David Castilho da Silva - Patrick Cordovil Brandão - Richarde Roberto dos Santos Boeno - Douglas Pereira Prisco - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0617208-30.2018.8.04.0001 Réu: Cidi Marcos Valente Ferreira, Douglas Pereira Prisco, Luiz David Castilho da Silva, Patrick Cordovil Brandão e Richarde Roberto dos Santos Boeno Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 17/10/2019 às

11:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 22 de agosto de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Renato de Paula Lins (OAB 4280/AC)
Sales Martins Leal (OAB 13560/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: Mateus Guedes Rios
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra
EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0208167-75.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra JEANESON ALMEIDA DA SILVA, Brasileiro(a), RG 2544416-6, pai Cornélio Batista da Silva, mãe Antônia Cícera Torres de Almeida, Nascido/Nascida 27/02/1992, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99311-0976/99437-3658 (esposa Greice), com endereço à Rua Serra do Apuí (Ant. Tirandentes), Nº 52, prox. ao C.E.Y.A-Centro Educacional YasminAghatta, Gilberto Mestrinho, Manaus – AM, JANIO CAVALCANTE GONÇALVES, Brasileiro(a), Casado, Vendedor, RG 2063879-5/AM, CPF 948.334.272-49, pai não declarado, mãe Maria Cleonildes Cavalcante Gonçalves, Nascido/Nascida 21/03/1987, natural de Maues - AM, com endereço à Rua Birimbal Baiano, 01, Zumbi I, CEP 69000-000, Manaus - AM e CLEUNILSON DE BRITO RAMOS, (Alcunha: Pelado), Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1217608-7/AM, CPF 566.026.692-49, mãe Cleia de Brito Ramos, Nascido/Nascida 11/04/1975, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99264-7282/99437-3658 (irmã Greice), com endereço à Rua Serra do Apuí (Ant. Tirandentes), Nº 52, prox. ao C.E.Y.A-Centro Educacional YasminAghatta, Grande Vitoria, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR OS ACUSADOS para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia 19/09/2019 às 08:30h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi. Celso Souza de Paula Juiz de Direito.

Autos nº:0254684-51.2010.8.04.0001. Acusado: Davi Sales Bandeira. DECISÃO. Vistos, etc. Trata-se de pedido de relaxamento da Prisão Preventiva protocolado pela Defesa do acusado Davi Sales Bandeira, fl. 267. Em Parecer às fls. 269/270, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido. Relatado, DECIDO. Em análise percuciente aos autos, verifica-se que este Juízo apreciou, recentemente, uma Petição semelhante, a qual foi, em consonância com o Ministério Público, indeferida, conforme fundamentação constante da Decisão de fls. 247/249. Desta feita, considerando que não houve qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, em consonância com o Parquet e embasado nos fundamentos da Decisão de fls. 247/249 dos autos digitais, INDEFIRO novamente o pedido da Defesa do acusado DAVI SALES BANDEIRA, já qualificado nos autos. De outro giro, cumpra-se, na íntegra, a Deliberação em Audiência de Instrução constante do Termo de fl. 267, dando-se o devido prosseguimento ao feito. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Intime-se e Cumpra-se.

ATO ORDINATÓRIO – DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO

Processo n°0633247-39.2017.8.04.0001 Réu: Francisco Carlos Santos de Souza, Israel Santos Araújo, MARCELO FEITOZA PINHEIRO e Moisés Loiola de Souza Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 29/10/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. magnoÉ que me cumpre certificar.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0361/2019

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB 073.974/RJ), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM) - Processo 0002494-90.1995.8.04.0011 (011.95.002494-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Cristino Lisboa Pires - Recebi hoje. Expeça-se o competente mandado de prisão, apos cumprido, seja expedida Guia de Recolhimento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0005835-71.2006.8.04.0001 (001.06.005835-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Elias Souza dos Santos - Desta feita, abra-se vista ao Ministério Público para manifestar-se acerca da desistência da oitiva da testemunha arroladas ou promover o que achar de direito.

ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM) - Processo 0006706-38.2005.8.04.0001 (001.05.006706-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: Josias Rodrigues Ribeiro - Desta feita, abra-se vista ao Ministério Público para manifestar-se acerca da desistência da oitiva das testemunhas arroladas ou promover o que achar de direito.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0019339-47.2006.8.04.0001 (001.06.019339-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Robson Vieira da Silva - Autos de nº0019339-47.2006.8.04.0001 Acusado: Robson Vieira da Silva DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Expeça-se o competente Mandado de Prisão em desfavor

do réu, e apos seu cumprimento, expeça-se a competente Guia de Recolhimento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: MÁRCIO ANDRÉ LOPES CAVALCANTE (OAB 4768/AM) - Processo 0026055-27.2005.8.04.0001 (001.05.026055-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Oelzimar Santos Junior - Autos de nº0026055-27.2005.8.04.0001 Acusado: Oelzimar Santos Junior DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor do réu, e, apos seu cumprimento, expeça-se a competente Guia de Recolhimento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0035902-87.2004.8.04.0001 (001.04.035902-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Kennedy Ferreira Gomes - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça à Audiência de Instrução e Julgamento ma 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 30/08/2019 às 12:30h''

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0046163-77.2005.8.04.0001 (001.05.046163-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: Leandro Castro Maquine - Rodson Lima Freitas - Sentença do Juri

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0052299-90.2005.8.04.0001 (001.05.052299-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Moisés Fernandes - Sentença CONDENANDO o acusado Moisés Fernandes à pena de 13 (treze) anos e 6 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, no regime fechado. Após a publicação da sentença o nobre representante do Ministério Público se manifestou renunciando ao prazo recursal e O Sr. Defensor Público interpôs recurso de apelação, protestando pela apresentação das razões recursais em Superior Instância, na forma do art. 600, §4°, do CPP. O MM. Juiz recebeu o recurso interposto no efeito devolutivo

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0201011-57.2008.8.04.0020 (020.08.201011-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Lesão Corporal - AUTORFATO: Michel Raley Almeida Gomes - DESPACHO Recebi hoje. Analisando os autos, antes de decidir, determino vista ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto à possibilidade da ocorrência da Prescrição da Pretensão Punitiva do Estado. Após a manifestação, remetam-me os autos conclusos. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 03 de julho de 2019.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM), ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0203879-21.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADA: Marjorie Kate Ane Justino Paixão - RÉU: Ediney Moraes Bastos - DENUNCIADO: Erivan Cordovil Pereira - Marcio da Silva Oliveira - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO OS ACUSADOS, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, nos seguintes termos: MARJORIE KATE ANE JUSTINO PAIXÃO e EDINEY MORAES BASTOS, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), e Art. 211, c/c Art. 69, "Caput", c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal. MÁRCIO DA SILVA OLIVEIRA, como incurso nas sanções do Art. 211, c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal. Intimem-se os acusados, ora Pronunciados, desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Por fim, quanto ao acusado ERIVAN CORDOVIL PEREIRA, considerando não ter sido localizado para a realização de sua Citação pessoal, fls. 347/350, aliado ao fato de, quando da realização da Citação Editalícia, não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, fls. 378 e 381, determino a manutenção do Decreto Preventivo e da suspensão do curso processual e do prazo prescricional, conforme Decisão de fl. 450. Na mesma toada, determino que a Secretaria da Vara certifique nos autos quanto à resposta ao Ofício de fl. 577. Caso seja necessário, reitere-o. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: ALDIZIO DE SOUZA CARVALHO (OAB 1611/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0208167-75.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: C.B.R. - DENUNCIADO: J.A.S. - J.C.G. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA) - Processo 0209180-07.2019.8.04.0001 (processo principal 0212268-58.2016.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Simples - APELANTE: Felipe Azevedo dos Santos - Desta forma, ante a inobservância dos pressupostos recursais, que, no caso, é a previsão legal, não recebo o recurso em sentido estrito de fls. 167/180. P.I.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0212240-95.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: Paulo dos Santos Ferreira - Autos de nº0212240-95.2013.8.04.0001 Acusado: Paulo dos Santos Ferreira DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor do réu. Apos seu cumprimento, expeça-se a Competente Guia de Recolhimento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0213347-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Adriano de Souza - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado ADRIANO DE SOUZA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, considerando, também, o fato de a fase de Instrução Processual ter sido encerrada e o acusado, Pronunciado, não havendo se falar em excesso de prazo, conforme Súmulas 21 e 52, ambas do STJ, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional

onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intime-se o acusado, ora Pronunciado, desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: RENAN RIBEIRO NASCIMENTO (OAB 10191/AM), ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0215258-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Antonio Gleimison Montenegro de Lima - Arlesson dos Santos Souza - DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIMEM-SE o réu, inclusive por edital. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Juntem-se folha de antecedentes atualizada. Providências via Secretaria da Vara.

ADV: RENAN RIBEIRO NASCIMENTO (OAB 10191/AM) - Processo 0215258-27.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Antonio Gleimison Montenegro de Lima e outro - ata

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM) - Processo 0216250-56.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Deivid Tavares Reis - TERMINADA A VOTAÇÃO, retornando todos ao plenário, foi determinado pelo MM. Juiz que ficassem todos de pé, determinando que fosse o acusado conduzido até sua presença e prolatou a sentença ABSOLVENDO os acusados Jonhe Anderson Costa da Silva e Deivid Tavares Reis. Após a publicação da sentença o nobre representante do Ministério Público e da Defesa se manifestaram renunciando ao prazo recursal. Desta forma, o MM. Juiz Presidente declarou o Trânsito em Julgado da Sentença.

ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0216250-56.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Deivid Tavares Reis - Sentença do Juri

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0216250-56.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Deivid Tavares Reis - TERMINADA A VOTAÇÃO, retornando todos ao plenário, foi determinado pelo MM. Juiz que ficassem todos de pé, determinando que fosse o acusado conduzido até sua presença e prolatou a sentença ABSOLVENDO os acusados Jonhe Anderson Costa da Silva e Deivid Tavares Reis. Após a publicação da sentença o nobre representante do Ministério Público e da Defesa se manifestaram renunciando ao prazo recursal. Desta forma, o MM. Juiz Presidente declarou o Trânsito em Julgado da Sentença.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0220443-12.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Vanderlan Rodrigues da Silva - Welisson Borges Parente - Júlio César Teles Batista - Revogação de liberdade

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0225083-58.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: MAURÍCIO CARLOS CORREA MARINHO - ACUSADO: RONALDE DA SILVA ARAUJO - INDICIADO: Railande Leidemerg Silva Araujo - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados MAURÍCIO CARLOS CORREA MARINHO e RONALDE DA SILVA ARAÚJO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, incisos I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, e considerando, também, que a fase de instrução processual encontra-se encerrada e o acusado, Pronunciado, não havendo se falar em excesso de prazo, tendo em vista o teor das Súmulas 21 e 52, ambas do STJ, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, RONALDE DA SILVA ARAÚJO, a fim de garantir a Ordem Pública e de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o comportamento furtivo do acusado, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados, ora Pronunciados, desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. De outro giro, quanto ao codenunciado RAILANDE LEIDEMERG SILVA ARAÚJO, já qualificado nos autos, considerando não ter sido localizado para a realização de sua Citação pessoal, embora este Juízo tenha empregado todos os esforços possíveis, como pode se ver nas Certidões do Oficial de Justiça de fls. 78/79 e 100/112, permanecendo em local incerto e não sabido. Ademais, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 113, contudo o mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular. Desta feita, determino a manutenção do Decreto Preventivo, fls. 60/61, bem como da suspensão do curso processual e do prazo prescricional, fls. 127/128, e determino, também, o desmembramento do processo em relação ao denunciado RAILANDE LEIDEMERG SILVA ARAÚJO. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227365-35.2015.8.04.0001 - Ação Penal

de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Danilo Fernandes da Luz - RÉ: NILEIDE MACHADO DOS ANJOS - DESPACHO Recebi hoje. Antes de decidir, determino que a secretaria da Vara certifique se a Defesa da acusada NILEIDE MACHADO DOS ANJOS foi devidamente intimada para apresentar os Memoriais Escritos. Em caso negativo, intime-a, a fim de apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, a acima aludida Peça Processual. Caso a Defesa tenha sido devidamente intimada, contudo não tenha apresentado as Alegações Finais, nomeio a DPE para que o faça, evitando-se, assim nulidades/irregularidades processuais, em atenção ao princípio Constitucional da ampla defesa. Após, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 27 de junho de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0232661-82.2008.8.04.0001 (001.08.232661-5) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADO: João Ferreira de Lima - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do que segue, determino a expedição de MANDADO DE INTIMAÇÃO à testemunha Antonio Ferreira de Lima, afim de que compareça em audiência designada para o DIA 02/09/2019 ÀS 10H15M, saindo desde já ciente o réu presente. Ademais, quanto a testemunha policial civil, fora oficiado a DELEGACIA GERAL, solicitando a presença do mesmo, e este não compareceu desta feita, determino que expeça-se OFICIO A DELEGACIA GERAL, afim de requisitar novamente a presença do mesmo em audiência designada, e ainda justificar ausência da testemunha na presente audiência, com a imediata urgência, para que no prazo de 30 (trinta) dias, DECORRIDO o prazo sem manifestação, aplico multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), ao referido policial civil, visando coibir o "CONTEMPT OF COURT", solicitando que seja encaminhado seu Cadastro de Pessoa Física-CPF, para que a multa seja inscrita em divida ativa. CUMPRA-SE

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0238653-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: M.C.M. - DEFIRO a oitiva das testemunhas requeridas pelas partes. CONSIDERO o feito preparado para a realização do Julgamento perante o Conselho de Sentença. DESIGNE-SE data para a realização da Sessão Plenária. INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes. INTIME-SE o réu, inclusive por edital, requisitando-se réu preso. PROMOVAM-SE as demais diligências necessárias. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0238653-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: M.C.M. - Sentença do Juri

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0238653-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: M.C.M. - TERMINADA A VOTAÇÃO, retornando todos ao plenário, foi determinado pelo MM. Juiz que ficassem todos de pé, determinando que fosse o acusado conduzido até sua presença e prolatou a sentença CONDENANDO o acusado Márcio Cavalcante Meireles à pena de 19 (DEZENOVE) ANOS E 3 (TRÊS) MESES de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, no regime fechado. Após a publicação da sentença o nobre representante do Ministério Público se manifestou renunciando ao prazo recursal e a Sra. Defensora Pública se manifestou solicitando remessa dos autos a fila da defensoria para analise. Desta forma.

ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0238826-67.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - DIREITO PENAL - ACUSADO: A.M.S. e outros - Por todas as razões expostas, em consonância com o Parquet, REVOGO a Prisão Preventiva do acusado ALDEMIR MESQUITA DA SILVA, já qualificados nos autos, com fundamento no art. 316 do Código de Processo Penal Brasileiro, determinando a imediata liberdade do requerente, se por outro motivo não estiver preso, mediante a expedição do competente Alvará de Soltura, substituindo a custódia cautelar pelas seguintes condições previstas no art. 319 do CPP: 1- comparecimento trimestral em Juízo, para informar e justificar atividades; 2- proibição de acesso ou frequência a bocas de fumo e locais relacionados ao consumo de entorpecentes e afins, para evitar o risco de novas infrações; 3- proibição de ausentar-se da Comarca sem a devida autorização deste Juízo; 4- recolhimento domiciliar no período noturno compreendido entre as 23:00 e 05:00 horas, resguardado o período laboral; 5- proibição da prática de qualquer tipo de infração penal; e 6- não manter contato com as testemunhas arroladas neste Processo bem como os familiares da vítima, resguardando a distância de 300 (trezentos) metros. Ademais, sob pena de cassação da presente benesse, o acusado deverá cumprir, também, por analogia, as obrigações constantes dos Arts. 327 e 328, ambos do CPP, apresentar neste Juízo o comprovante de endereço atualizado, o quanto antes, e participar do Projeto Reeducar. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por consequência, o acusado voltará a ser preso por força de nova decretação de Prisão Preventiva, nos moldes do art. 312 c/c art. 316, ambos do CPP. Expeça-se o competente Alvará de Soltura. Após expedição dos Alvarás e a assinatura do compromisso legal, seja posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. De outro giro, cumpra-se na íntegra, a Deliberação constante do Termo de Encerramento de Audiência de Instrução de fl. 276/278. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 01 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0239903-43.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: Hilton Pereira Pedrosa - Desta feita, determino a devolução da presente Carta Precatória ao Juízo Deprecante, com as homenagens de estilo. Providências via Secretaria da Vara.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM) - Processo 0245593-68.2009.8.04.0001 (001.09.245593-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edmundo Brito da Costa - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do apresentado, DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO NA PRESENTE AUDIÊNCIA, razão pela qual, ABRO PRAZO ao Ministério Publico, para que apresente suas ALEGAÇÕES FINAIS, por memoriais escritos. APÓS INTIME-SE A DEFESA. CUMPRA-SE.

ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM) - Processo 0248627-85.2008.8.04.0001 (001.08.248627-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Roony Santos de Souza - Recebi hoje. Expeça-se o competente mandado de prisão, e, apos seu cumprimento, expeça-se a competente Guia de Recolhimento. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019 George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0254684-51.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Davi Sales Bandeira - FICAM INTIMADOS ATRAVÉS DESTE os patronos do acusado Davi Sales Bandeira para comparecer no dia 21/10/19 para Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0304479-65.2006.8.04.0001 (001.06.304479-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Geremias Ribeiro da Silva - Alessandro Araujo de Moraes - Jhonatas Bentes dos Santos - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal. Quanto ao coacusado ALESSANDRO ARAÚJO DE MORAES, já qualificado nos autos, considerando a falta de indícios suficientes de autoria delitiva ou de participação, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte IMPRONUNCIO-O, com fulcro no Art. 414 do CPP. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva

e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, e considerando, também, o fato de a Instrução Processual encontrar-se encerrada e o réu, Pronunciado, não havendo se falar em excesso de prazo, conforme Súmulas 21 e 52, ambas do STJ, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, JHONATAS BENTES DOS SANTOS, a fim de garantir a Ordem Pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o comportamento furtivo do acusado, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0603754-17.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Leila Jeronimo Assunção - DESPACHO Recebi hoje. Considerando a juntada dos Laudos Periciais de fls. 365/371, 373/380, 381/388, 389/402, 403/409 e 410/418, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação e apresentação dos Memoriais Escritos, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Decisão de fl. 300. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 27 de junho de 2019.

ADV: IRENILDI MACHADO CARDOSO DA SILVA (OAB 13933/AM) - Processo 0614367-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jowilliam Mota de Lima - Desta feita, considerando que não houve fato novo ou qualquer modificação nas circunstâncias fáticas e/ou processuais dos autos capaz de alterar o posicionamento deste Juízo, INDEFIRO o pedido da Defesa do referido acusado JOWILLIAM MOTA DE LIMA, já qualificado nos autos. Dê-se ciência às partes desta Decisão. De outro giro, considerando que a fase de Instrução processual encontra-se devidamente encerrada, aguarde-se a apresentação dos Memoriais Escritos pelas partes. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616684-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Roberto de Almeida Cruz Neto - Autos de nº0616684-96.2019.8.04.0001 Acusado: Roberto de Almeida Cruz Neto DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Em vista aos autos, considerando o devido cumprimento da presente Carta Precatória, fls. 60/65, determino a devolução ao Juízo Deprecante, com as homenagens de estilo. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0617679-12.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: R.N.C. - DECISÃO Vistos estes autos. A Delegada de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela Decretação da Prisão Preventiva do indiciado Rafael do Nascimento Cardoso, conforme fls. 79/86. Vieram-me os autos conclusos. Segue a Decisão. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, o suposto crime imputado ao indiciado atende à última exigência normativa supra-citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares, dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos. Os autos de Inquérito Policial demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado ao indiciado ocorreu e que ele seja possivelmente o autor dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito ao periculum libertatis, observo que por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, há a presença sólida dos indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva. Deste modo, compreendo existirem motivos suficientes para, nesta ocasião, decretar a medida forte, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta do indiciado, revelando que, em liberdade, oferecerá risco à ordem pública. Deste modo, sendo grave o crime imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal. Há a necessidade de impor cárcere preventivo contra o indiciado acima mencionado, com o intuito de se garantir a ordem pública, haja vista a potencial periculosidade demonstrada pelo agente, revelada pela gravidade concreta do crime em tese praticado. Verifica-se in casu, ao menos nesta fase sumária, que a austeridade do crime e as circunstâncias do fato, consubstanciados pelo modus operandi empregado na conduta do indiciado, justifica a decretação do constrito preventivo, com o intuito de se preservar a ordem pública contra possíveis reiterações de condutas desta natureza. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: "o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social." (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: "DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação de sua prisão preventiva. 2. Os autos não foram instruídos com a cópia do decreto prisional do paciente ou da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, inviabilizando, dessa maneira, o confronto entre o ato atacado e os argumentos apresentados na inicial do writ. 3. Nesse sentido, "A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus quando os autos não foram instruídos com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal" (HC 91.755/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 23.11.2007). Precedentes. 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em

razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não conhecido. " (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.) Desta feita, necessária é a aplicação da custódia cautelar em face do indiciado, para garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, considerando o modus operandi empregado na conduta delitiva, o comportamento furtivo do indiciado e por estarem presentes a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria. Assim, nota-se a presença dos indícios suficientes de autoria, considerando o depoimento das testemunhas na fase Inquisitorial, em especial a testemunha confidencial, e da prova da materialidade delitiva, tendo em vista o Laudo de Exame Necroscópico constante dos autos. Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do indiciado RAFAEL DO NASCIMENTO CARDOSO, já qualificado nos autos, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, objetivando assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública, devendo ser recolhido à Cadeia Pública, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Preventiva e comunique-se, com urgência, a Autoridade Policial, para o efetivo cumprimento. Por fim, acautelo-me para analisar a Promoção de fl. 114 após o cumprimento do Mandado de Prisão Preventiva. Considerando a presente Decisão, julgo prejudicada a Petição de fls. 92/107. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 02 de julho de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618872-96.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Rodrigo Mouzinho Nunes - Autos nº:0618872-96.2018.8.04.0001 Acusado: Rodrigo Mouzinho Nunes DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão do Oficial de Justiça de fl. 80, a qual informa que o denunciado não mais reside naquele endereço, determino que a Secretaria da Vara, a fim de esgotar todos os meios disponíveis, expeça Carta Precatória de Citação, a ser cumprida pelo Juízo Deprecado, no prazo de 30 (trinta) dias, no endereço declinado pelo Ministério Público na Exordial, fls. 54/57, qual seja, Rua Pedro Carlos de Oliveira, nº 2119, Conjunto Parque 10, Oriximaná/PA. Após o cumprimento da Carta Precatória, remetam-me os autos conclusos novamente. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0625358-63.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - RÉ: F.L.C. e outros - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, considerando o teor da Petição de fls. 297/302. Após a manifestação, remetam-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0629342-55.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: B.O.S. - DECISÃO Vistos etc. Recebi hoje. A Delegada de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela decretação da Prisão Temporária do indiciado Breno de Oliveira Serrão, consoante fls. 1/70. Em Parecer de fls. 72/73, o Ministério Público opinou pelo deferimento da Representação. Relatado. Decido. Quanto à Representação por Prisão Temporária face ao referido indiciado, tal medida cautelar que aboliu a prisão para averiguação, que antes da CF/1988 era uma medida exclusiva da Autoridade Policial. De fato a Carta Magna referida estabeleceu que toda Prisão deverá ser decretada por Autoridade Judiciária. Desta forma, a medida requerida se sujeita ao crivo Judicial, assim como no caso da Preventiva. A divergência entre ambas se dá no fato de que para se decretar a Prisão Preventiva é necessária a presença de indícios de autoria e da prova material. Para a prisão temporária, tais requisitos não se fazem necessários. Tal ocorre em virtude da medida normalmente ser requerida quando ainda se está na fase inicial de investigações policial. Mais ainda quando as investigações se apresentam carentes da medida para poderem evoluírem e chegarem a um termo conclusivo. No caso em pauta, a medida se faz necessária, principalmente com intuito de se realizar uma exata qualificação, bem como indiciamento, aliado a existência de eminentes razões de autoria ou participação do indiciado no crime, sendo necessário tais elucidações para o deslinde do procedimento investigatório. Tal se evidencia pelas provas carreadas aos autos, os quais demonstram maior necessidade de esclarecimento dos fatos. Na lição de Guilherme de Souza Nucci, acerca da prisão temporária, podemos colocar: Inaugura-se a fase da prisão temporária, cuja meta é assegurara a produtividade e a eficácia da investigação criminal... Não são indispensáveis para a decretação da temporária a prova certa da materialidade do crime, nem indícios suficientes de autoria. Tais requisitos espelham bases para a denúncia ou queixa ou, ainda, para a prisão preventiva. Substituindo a prisão para averiguação, a temporária destina-se, muitas vezes, a permitir a colheita de provas da materialidade da infração penal e doa elementos básicos de autoria. Eis porque se trata de um mal necessário. Embora de curta duração, e nem sempre decretada em função de motivos sólidos, pelo menos se trata de media cautelar preventiva de liberdade controlada pelo Judiciário. (Prisão e Liberdade - Ed. RT, 2ª ed., 2012, p. 61 e 62). Deste modo, julgo que a liberdade dos suspeitos Representados deve ser tolhida legalmente pela medida ora requerida. Isto posto, por tudo mais dos autos consta e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a PRISÃO TEMPORÁRIA do representado BRENO DE OLIVEIRA SERRÃO, nos moldes da Representação, na forma dos artigos 1º e 2º da Lei 7960/89 c/c o artigo 2º, §4º da lei 8072/90, no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Expeça-se o competente Mandado de Prisão Temporária e oficie-se, urgente, a Autoridade Policial representante para se proceder ao devido cumprimento. Após a conclusão das investigações, sejam os autos remetidos a este Juízo, acompanhado de relatório detalhado das diligências realizadas. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0629908-04.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Luciano da Silva Barbosa - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0630312-55.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Simples - REPTANTE: P.C.E.A. - RÉU: W.R.S.V.M. e outro - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP, para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0630312-55.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Simples - RÉU: W.R.S.V.M. - M.F.L.J.V.M. - DECISÃO Vistos estes autos. O Delegado de Polícia Civil do Estado do Amazonas Representou pela Decretação da Prisão Preventiva dos indiciados Marcelo Frederico Laborda Júnior e Williams Rebelo da Silva, conforme fls. 1/5. O Ministério Público Estadual manifestou-se favorável à Representação, consoante fls. 39/41. Vieram-me os autos conclusos. Segue a Decisão. É cediço que para subsistência do constrito cautelar, necessária se faz a presença requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, os quais deverão ser demonstrados através de elementos reais e concretos, corroborado com apuração de um delito com pena privativa de liberdade máxima abstrata, superior a 4 (quatro) anos de reclusão, consoante artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal. No caso em concreto, o suposto crime imputado aos indiciados atende à última exigência normativa supra-citada. Outro passo, o novel texto do artigo 282 do Código Processo Penal, alterado pela Lei 12.403/11, em seus incisos I e II, revela também a imprescindibilidade de se aplicar o binômio "necessidade e adequação" em qualquer das medidas cautelares,

dentre elas a prisão preventiva. Portanto, somente para aplicação da lei penal, investigação ou instrução criminal e, nos casos previstos, para evitar a prática de infrações penais (ordem pública), à luz do que vai do art. 312 do CPP, caberão as medidas cautelares, devendo tais requisitos estarem adequados à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do agente. In casu, verifico a subsistência de tais pressupostos. Senão vejamos: Os autos demonstram a presença de justa causa, isto é, razoavelmente, pode-se considerar que o crime imputado aos indiciados ocorreu e que eles sejam possivelmente os autores dessa infração penal. Assim, presente está o fumus comissi delicti. No que diz respeito ao periculum libertatis, observo que por meio dos elementos probatórios até aqui colhidos, há a presença sólida dos indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva. Deste modo, compreendo existirem motivos suficientes para, nesta ocasião, decretar a medida forte, tendo em vista a periculosidade concreta da conduta do indiciado, revelando que, em liberdade, oferecerão risco à ordem pública e à aplicação da Lei Penal. Deste modo, sendo grave o crime imputado, não há de se falar em ausência dos requisitos do 312 do Código de Processo Penal. Ademais, consoante se constata nos autos, uma vez ocorrido o suposto delito, os indiciados evadiram-se para local incerto e não sabido, inviabilizando a aplicação da Lei Penal. De fato, se os indiciados evadiram-se do distrito da culpa, é porque têm a clara intenção de atrapalhar a instrução do feito e evitar o acerto de contas com a Justiça. Em caso similar, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUGA DO RÉU DO DISTRITO DA CULPA APÓS A PRÁTICA DO DELITO. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA. RÉU PERMANECE FORAGIDO. CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. 1. Não há falar em revogação da prisão preventiva por excesso de prazo se o paciente permanece foragido. 2. A custódia cautelar encontra-se devidamente fundamentada para a garantia da aplicação da lei penal, na medida em que, com a fuga do ora Paciente do distrito da culpa, transparece nítida sua intenção de se furtar à persecução criminal do Estado. Precedentes desta Corte. 3. Ordem denegada. (HC 143.039/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/08/2011). HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. PRONÚNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO NÃO DECLARADA. RÉU FORAGIDO. 1. É dever do réu informar ao juízo eventual mudança de endereço. 2. No caso, a prisão preventiva foi satisfatoriamente motivada na conveniência da instrução criminal e na garantia da aplicação da lei penal. 3. A mudança de endereço, sem a prévia comunicação ao juízo, como na espécie, revela a intenção do réu de furtar-se à aplicação da lei penal e justifica o decreto de prisão preventiva. Ademais, conquanto haja alegação de ter o paciente voltado a morar na comarca de São Paulo, não se comprovou a residência fixa, tampouco o trabalho lícito, situação a indicar que a pessoa não possui vínculos sólidos com o distrito da culpa. 4. Ordem denegada. (HC 129.139/SP, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 23/05/2011) Nessa esteira, é o posicionamento jurisprudencial desta Corte Estadual: EMENTA: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO. PERICULOSIDADE DO AGENTE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI DA CONDUTA DELITIVA E PELO MOTIVO VIL DO CRIME. MAUS ANTECEDENTES. PERMANÊNCIA EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO DURANTE ANOS. MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão. 2. Tendo o acusado permanecido foragido por alguns anos, é necessário que se mantenha a sua prisão preventiva para fins de assegurar a aplicação da lei penal. 3. O agente possui periculosidade elevada, pois conforme narrado na exordial acusatória, ele causou a morte de um rapaz mediante golpes de faca, simplesmente por ser a vítima homossexual. Além disso, possui anterior condenação por crime de roubo, o que demonstra sua personalidade voltada à prática de crimes violentos. Manutenção da segregação cautelar para garantir a ordem pública. (...) 5. Ordem de Habeas Corpus denegada. (Habeas Corpus n.º 2011.005116-6, Relatora Desa. Carla Maria Santos dos Reis, Primeira Câmara Criminal, julgado 10/10/2011) * * * * De outro giro, observo a necessidade de impor cárcere preventivo contra o indiciado acima mencionado, também, com o intuito de se garantir a ordem pública, haja vista a potencial periculosidade demonstrada pelos agentes, revelada pela gravidade concreta do crime em tese praticado. Verifica-se in casu, ao menos nesta fase sumária, que a austeridade do crime e as circunstâncias do fato, consubstanciados pelo modus operandi empregado na conduta dos indiciados, justificam a decretação do constrito preventivo, com o intuito de se preservar a ordem pública contra possíveis reiterações de condutas desta natureza. Nessa esteira, ressalta-se o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça de que: “o modus operandi, os motivos, a repercussão social, dentre outras circunstâncias, em crime grave (na espécie, inclusive, hediondo), são indicativos, como garantia da ordem pública, da necessidade de segregação cautelar , dada a afronta a regras elementares de bom convívio social.” (RHC 15.016/SC, 5.ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 09/02/2004.). Em consonância, eis o precedente julgado do Supremo Tribunal Federal: “DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE DO WRIT. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Possível constrangimento ilegal sofrido pelo paciente devido à ausência dos requisitos autorizadores para a decretação de sua prisão preventiva. 2. Os autos não foram instruídos com a cópia do decreto prisional do paciente ou da decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória, inviabilizando, dessa maneira, o confronto entre o ato atacado e os argumentos apresentados na inicial do writ. 3. Nesse sentido, “A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o conhecimento de habeas corpus quando os autos não foram instruídos com as peças necessárias à confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal” (HC 91.755/MG, rel. Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe 23.11.2007). Precedentes. 4. Conforme o acórdão ora impugnado, verifico que a constrição cautelar do paciente, ao que me parece, foi suficientemente fundamentada, já que, diante do conjunto probatório dos autos da ação penal, a manutenção da custódia cautelar se justifica para a garantia da ordem pública e para o asseguramento da aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. 5. A decretação da prisão cautelar, na realidade, se baseou em fatos concretos observados pelo Juiz de Direito na instrução processual, notadamente a periculosidade do paciente, não só em razão da gravidade do crime perpetrado, mas também pelo modus operandi da empreitada criminosa. 6. A circunstância de o paciente ser primário, ter bons antecedentes, trabalho e residência fixa, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312 do CPP (HC 83.148/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 02.09.2005). 7. Habeas corpus não conhecido. “ (STF, HC 98.331/SP, 2.ª Turma, Rel. Min. ELLEN GRACIE, DJe de 11/12/2009.) Desta feita, necessária é a aplicação da custódia cautelar em face dos indiciados, para garantir a ordem pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, por estarem presentes a prova da materialidade e os indícios suficientes de autoria. Isto posto, por tudo mais que dos autos consta, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos indiciados MARCELO FREDERICO LABORDA JÚNIOR e WILLIAMS REBELO DA SILVA, já qualificados nos autos, com fundamento nos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, objetivando assegurar a aplicação da lei penal e garantir a ordem pública, devendo ser recolhidos à Cadeia Pública, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Expeçam-se os competentes Mandados de Prisão Preventiva e comunique-se, com urgência, a Autoridade Policial, para o efetivo cumprimento de ambos. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados de ambos os indiciados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-

se. Manaus, 26 de julho de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631478-25.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Feminicídio - AUTORFATO: Raimundo Nonato Lima da Costa - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631481-77.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Simples - INVESTIGAD: W.R.S. - J.P.F. - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0631497-31.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Feminicídio - AUTORFATO: Cristiano da Silva Soares - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0632535-78.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: A Esclarecer - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0632818-04.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Fato Atípico - AUTORFATO: À Esclarecer - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para manifestação. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM) - Processo 0645621-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: R.L.B. - DESPACHO Recebi hoje. Abra-se vistas ao MP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ALAN DIEGO COELHO DOS REIS (OAB 14490/AM) - Processo 0649027-82.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - RÉU: Reis Diomar Porto Linhares - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste quanto à Petição de fls. 81/84, no prazo de 05 (cinco) dias. De outro giro, determino que a Secretaria da Vara expeça Mandado de Citação pessoal do denunciado, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça, nos endereços declinados nas fls. 32 e 87. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM) - Processo 0649420-07.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: R.B.S. - Por todas as razões expostas, em consonância com o Parquet, REVOGO a Prisão Preventiva do acusado ROBSON BERNARDO DE SOUZA, já qualificado nos autos, com fundamento no art. 316 do Código de Processo Penal Brasileiro, determinando a imediata liberdade do requerente, se por outro motivo não estiver preso, mediante a expedição do competente Alvará de Soltura, substituindo a custódia cautelar pelas seguintes condições previstas no art. 319 do CPP: 1- comparecimento trimestral em Juízo, para informar e justificar atividades; 2- proibição de acesso ou frequência a bocas de fumo e locais relacionados ao consumo de entorpecentes e afins, para evitar o risco de novas infrações; 3- proibição de ausentar-se da Comarca sem a devida autorização deste Juízo; 4- recolhimento domiciliar no período noturno compreendido entre as 23:00 e 05:00 horas, resguardado o período laboral; 5- proibição da prática de qualquer tipo de infração penal; 6- não manter contato com as testemunhas do fato bem como com a vítima ou os seus familiares, resguardando a distância de 300 (trezentos) metros; e 7- USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA. Caso não haja a disponibilidade de tornozeleiras eletrônicas, determino que o réu seja posto em liberdade de pronto, sendo aplicado o referido equipamento assim que possível. Ademais, sob pena de cassação da presente benesse, o acusado deverá cumprir, também, por analogia, as obrigações constantes dos arts. 327 e 328, ambos do CPP, apresentar neste Juízo o comprovante de endereço atualizado, o quanto antes, e participar do Projeto Reeducar. Advirta-se, por oportuno, que o descumprimento das obrigações acima relacionadas acarretará a revogação da medida e, por consequência, o acusado voltará a ser presos por força de nova decretação de Prisão Preventiva, nos moldes do art. 312 c/c art. 316, ambos do CPP. Expeça-se o competente Alvará de Soltura. Após expedição do Alvará e a assinatura do compromisso legal, seja posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Juntem-se os antecedentes criminais do indiciado. Por fim, dê-se nova vista dos autos ao MP, considerando a juntada das fls. 53/79. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 05 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB 073.974/RJ)
Alan Diego Coelho dos Reis (OAB 14490/AM)
Aldizio de Souza Carvalho (OAB 1611/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Irenildi Machado Cardoso da Silva (OAB 13933/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Márcio André Lopes Cavalcante (OAB 4768/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Renan Ribeiro Nascimento (OAB 10191/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: JONES BATISTA (OAB 5040/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0006954-72.2003.8.04.0001 (001.03.006954-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Hudson Ferreira da Silva - Ex positis, em consonância com o Parquet, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado HUDSON FERREIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV,

primeira figura, c/c Art. 109, I, e Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa dos autos perante o SAJ, arquivando-os em seguida, observadas as cautelas de praxe. Dê-se ciência às partes e ao denunciado desta Decisão. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0040107-96.2003.8.04.0001 (001.03.040107-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Dyeimisson Rios Sobrinho - Ex positis, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado DYEIMISSON RIOS SOBRINHO, já qualificado nos autos, pela prescrição da pretensão punitiva, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, inciso IV, primeira figura, c/c Art. 109, inciso I, e Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, proceda-se à baixa dos autos perante o SAJ, arquivando-os em seguida, observadas as cautelas de praxe. Dê-se ciência às partes e ao denunciado desta Decisão. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DR. LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COELHO (OAB 1975), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTÔNIO EDERVAL DE LIMA (OAB 001.780/AM) - Processo 0041049-31.2003.8.04.0001 (001.03.041049-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Natanael Silva Ferreira - Antônio Laercio Lima de Azevedo - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Diante do pedido feito pela DEFESA Às fls. 200/201, há possibilidade da ocorrência de PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA, razão pela qual, determino VISTA AO MINISTÉRIO PUBLICO, para manifestar-se acerca. CUMPRA-SE.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0090331-04.2004.8.04.0001 (001.04.090331-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Adevaldo Dias Araújo - Evaldo Dias Araújo e outro - Autos nº:0090331-04.2004.8.04.0001 Acusado: Evaldo Dias Araújo e Adevaldo Dias Araújo DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado ADEVALDO DIAS ARAÚJO para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fls. 70/71, a qual informa que o denunciado não mais reside no endereço. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 90, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, consoante fl. 105. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado ADEVALDO DIAS ARAÚJO, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. DETERMINO, também, o desmembramento do presente feito em relação ao acima aludido denunciado. De outro giro, quanto ao codenunciado EVALDO DIAS ARAÚJO, nomeio a DPE para atuar em sua Defesa e para apresentar a Resposta à Acusação, considerando o teor das fls. 103/104. Em seguida, paute-se data para a realização da Audiência de Instrução. Expeça-se o necessário. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0095145-59.2004.8.04.0001 (001.04.095145-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: João de Abreu Praia - DESPACHO Recebi hoje. Em virtude da certidão disponibilizado pela Diretora de Secretaria deste cartório, Oficie-se o Cartório 12º Oficio de Registros Civis de Manaus, para que este envie, no prazo de 05 (cinco) dias, certidão de óbito no nome do acusado João de Abreu Praia. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de julho de 2019

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM), ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM), ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0211194-42.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Ronaldo Vieira Aranha - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: ENCERRADA A INSTRUÇÃO, ABRO prazo que o advogado junte nos autos documento com foto da testemunha Abamel Santos Silva, e ainda dispenso a oitiva das testemunhas ausentes. De outro giro, a respeito do pedido feito pela Defesa, DEFIRO em sua integra, devendo o acusado comparecer somente quando intimado por este Juízo. Após a juntada do documento pela Defesa, ABRO PRAZO ao Ministério Público para que apresentasse ALEGAÇÕES FINAIS, em forma de memoriais. APÓS INTIME-SE a Defesa, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0217852-04.2019.8.04.0001 (processo principal 0609753-14.2018.8.04.0001) - Embargos do Acusado - Homicídio Qualificado - AUTOR: Bruno Moreira Gomes - DESPACHO Recebi hoje. Dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM), ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM) - Processo 0218253-71.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Jose Jarbas Ramos de Oliveira Junior - AUTORFATO: Marcos Adriano Marques Paiva - Jeanderson de Souza e Souza e outro - Desta feita, considerando a presença dos requisitos e fundamentos para a manutenção da Medida Forte, aliado ao fato de restarem presentes os indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade delitiva, INDEFIRO o pedido da Defesa dos acusados MARCOS ADRIANO MARQUES PAIVA e JEANDERSON DE SOUZA E SOUZA, já qualificados nos autos, até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. De outro giro, quanto à Petição de fls. 503/504, nota-se, quando da análise do teor do depoimento da testemunha Susy Hevellyn Souza Pinheiro, fls. 457/459, que ela não soube declinar informação alguma quanto aos fatos apurados neste Processo. Ademais, a Defesa, em sede de Audiência de Instrução, fls. 457/459, apresentou a Resposta à Acusação, na forma oral, em relação aos acusados Marcos Adriano Marques Paiva e Jeanderson de Souza e Souza, não havendo de se falar em prejuízo para a Defesa, sendo indispensável quando se fala em nulidade de ato processual, considerando o teor do Art. 563 do CPP. Segue Decisão nesse sentido: PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NULIDADE DO PROCESSO. AUSENCIA DE DEGRAVAÇAO DOS DEPOIMENTOS. PREJUÍZO NAO DEMONSTRADO. EXCLUSAO DAS QUALIFICADORAS. SENTENÇA DE PRONUNCIA. 1) A mera alegação da ausência de um ato processual desacompanhada da demonstração do efetivo prejuízo, não é suficiente para se reconhecer e declarar a nulidade do processo, conforme exegese do art. 563 do Código de Processo Penal. 2) Para que haja sentença de pronuncia é bastante que se estabeleça convencimento acerca da existência do crime e indícios de sua autoria, não se exigindo certeza, indispensável apenas para a condenação. 3) Havendo notícias nos autos de que o crime teria sido cometido mediante recompensa e durante a madrugada quando as vítimas estavam dormindo, tais questões também devem ser resolvidas pelo Conselho de Sentença. 4) Recurso não provido. (TJ-AP - RECSENSES: 155924820088030001 AP, Relator: Desembargador EDINARDO SOUZA, Data de Julgamento: 09/08/2011, CÂMARA ÚNICA, Data de Publicação: no DJE N.º 156 de Quarta, 24 de Agosto de 2011). Desta feita, considerando a ausência de prejuízo para as partes, INDEFIRO a Petição de fls. 503/504. Por fim, determino vista dos autos à Defesa do acusado José Jarbas Ramos de Oliveira Júnior para a presentação da Resposta à Acusação, no prazo legal. Após, paute-se data para a realização da Audiência de Instrução, nos moldes do Art. 411 e §§ do CPP. Expeça-se o necessário. Juntem-se os antecedentes criminais atualizados. Atualize-se o histórico de partes. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0218846-18.2008.8.04.0001 (001.08.218846-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime

Tentado - RÉU: Marlucio Vale da Silva - Autos nº:0218846-18.2008.8.04.0001 Acusado: Marlúcio Vale da Silva DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fl. 156, a qual informa que o denunciado mudou-se daquele endereço, não sabendo de seu paradeiro. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 158, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, consoante fl. 159. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado MARLÚCIO VALE DA SILVA, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0219933-38.2010.8.04.0001 (001.10.219933-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Severino Cardoso Abdias - RÉU: Orenilson Freitas Conceição - Regilson Pereira de Souza - Josivam Silva e Silva - Isto posto, de ofício, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado JOSIVAM SILVA E SILVA, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Intime-se o representante do Ministério Publico desta Decisão. Após, proceda-se à devida baixa na distribuição e no SAJ em relação ao acima mencionado acusado, observadas as cautelas de praxe. De outro giro, quanto aos demais acusados e tendo em vista a juntada da Certidão de óbito da vítima, fl. 200, única no rol de acusação, dê-se vista dos autos ao MP para manifestação. Por fim, cumpra-se o teor conclusivo da Deliberação constante do Termo de fls. 187/188. Diligências necessárias via Secretaria da Vara. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0220463-03.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Brendo dos Santos - Autos nº:0220463-03.2014.8.04.0001 Acusado: Brendo dos Santos DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fls. 99 e 102. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 104, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, consoante fl. 107. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado BRENDO DOS SANTOS, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão, devendo constar a completa qualificação do denunciado. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227109-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: V.R.L.K. - DESPACHO Recebi hoje. Considerando a conclusão do incidente de integridade mental, conforme autos dependentes, dê-se vista dos autos ao MP para manifestação, assinalando o prazo de 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 09 de julho de 2019.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0228349-48.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: José Francisco da Silva Júnior - O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Determino a secretaria que faça as pesquisas nos sistemas infoseg, Insojud e Siel, caso o endereço continue o mesmo, abra vista ao Ministério Público, para requerer o que entender de direito, caso o endereço da testemunha tenha alguma alteração, proceda com novas intimações. Após comparecimento, PAUTA-SE AUDIÊNCIA de instrução e julgamento.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0231745-14.2009.8.04.0001 (001.09.231745-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Antonio Coelho de Souza e outro - RÉU: Sérgio Souza Batista e outro - DENUNCIADO: Francisco de Souza Silva e outro - O MMº JUIZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Analisando os autos verifiquei que o acusado foi devidamente intimado fls.452, contudo não compareceu em Juízo na presente data sem justificação. Assim, considerando que a realização do interrogatório judicial é um direito do acusado e não um dever, declaro sua ausência processual e determino o prosseguimento do feito, com base no art.367 CPP. Assim, determino vista dos autos ao MP para apresentação de alegações finais no prazo de 5 dias, após vista para a Defesa.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0238992-31.2018.8.04.0001 (processo principal 0200022-30.2016.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Homicídio Simples - EXCEPTO: Euler Fabrício dos Santos Brasil - DESPACHO Chamo o feito à ordem, para DETERMINAR à Secretaria da Vara no sentido de lançar a Decisão de fl. 63 nos autos principais sob n° 020022-30.2016, em ato seguinte arquivar os presente processo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0243057-06.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Glicerio Vieira Barbosa - Autos nº:0243057-06.2017.8.04.0001 Denunciado: Glicerio Vieira Barbosa DECISÃO Vistos etc. Analisando os autos, constata-se que não foi possível a localização do denunciado para a realização de sua Citação Pessoal, conforme Certidão do Oficial de Justiça de fls. 43/44. Por esse motivo, este Juízo determinou a Citação Editalícia, fl. 45, contudo o acima mencionado denunciado não compareceu a Juízo nem constituiu Advogado particular, consoante fl. 48. Desta feita, considerando todo o exposto e tendo em vista que o denunciado evadiu-se do distrito da culpa, estando em local incerto e não sabido, demonstrando clara intenção de não se ver alcançado pela Justiça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do denunciado GLICERIO VIEIRA BARBOSA, já qualificado nos autos, com fulcro nos Arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, para assegurar a aplicação da Lei Penal e por conveniência da Instrução Criminal. Expeça-se o competente Mandado de Prisão. Oficie-se à Policia Federal para que inclua o nome do denunciado no SINPI, objetivando a sua localização e prisão. De outro giro, DETERMINO a suspensão do curso processual e do prazo prescricional, nos moldes do Art. 366 do CPP. Dê-se ciência ao MP desta Decisão. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0244907-08.2011.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes contra a vida - RÉU: Dyon Wheny Andrade Pereira e outro - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0244907-08.2011.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0244907-08.2011.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado ABRAÃO CARIPUNA SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, RG 241753-1, pai Pedro Santos de Assis, mãe Maria Ozenira Caripuna, Nascido/Nascida 08/06/1993, com endereço à Rua São Macário, 136, Parque São Pedro, Tarumã, Manaus - AM, a fim de tornar pública a Sentença de fls. 141, a

seguir resumida em transcrição "Isto posto, em consonância com o Ministério Público, fl. 140, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ABRAÃO CARIPUNA SANTOS, já qualificado nos autos, em razão de sua morte, nos termos do Art. 107, inciso I, do Código Penal Brasileiro", e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 08 de julho de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0304479-65.2006.8.04.0001 (001.06.304479-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Geremias Ribeiro da Silva - Alessandro Araujo de Moraes - Jhonatas Bentes dos Santos - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0304479-65.2006.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0304479-65.2006.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, pai Carlos Maia da Silva, mãe Ivanete Ribeiro da Silva, Nascido/Nascida 01/12/1985, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Paraiso, 19, Mauazinho, CEP 69000-000, Manaus - AM; JHONATAS BENTES DOS SANTOS, Brasileiro(a), Solteiro, Motorista, RG 16782526/SSP-AM, pai Claudenor Dias dos Santos, mãe Candida Ruth Pimental Benites, Nascido/Nascida 03/06/1986, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Unidade Prisional do Puraquequara, Manaus - AM. Endereço: Rua 18 Quadra 14, 12, Conjunto Industrial, Distrito Federal, CEP 69000-000, Manaus - AM, tendo, os acusados sido pronunciados, o MM. Juiz mandou expedir o presente Edital, PARA TORNAR PÚBLICA a DECISÃO a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções do Art. 121, §2°, IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), c/c Art. 14, inciso II, c/c Art. 29, "Caput", todos do Código Penal. Quanto ao coacusado ALESSANDRO ARAÚJO DE MORAES, já qualificado nos autos, considerando a falta de indícios suficientes de autoria delitiva ou de participação, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte IMPRONUNCIO-O, com fulcro no Art. 414 do CPP. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, e considerando, também, o fato de a Instrução Processual encontrar-se encerrada e o réu, Pronunciado, não havendo se falar em excesso de prazo, conforme Súmulas 21 e 52, ambas do STJ, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, JHONATAS BENTES DOS SANTOS, a fim de garantir a Ordem Pública e para assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa e o comportamento furtivo do acusado, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus JHONATAS BENTES DOS SANTOS e GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se." que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,10 de julho de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: LAÍS ARAÚJO DE FARIA (OAB 9037/AM) - Processo 0629693-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento - AUTOR: Lourdes Carolina de Sousa Nascimento Ferreira - Carlos Eduardo Souza de Souza - RÉU: Estado do Amazonas - Isto posto, pelos argumentos acima despendidos, em consonância com o entendimento do Parquet, DEFIRO o pedido formulado pela Requerente LOURDES CAROLINA DE SOUSA NASCIMENTO, já qualificada nos autos, e DETERMINO que seja expedido o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO, haja vista os riscos à vida da gestante, bem como o prognóstico do feto. Expeça-se o necessário. Após a ciência das partes, proceda-se ao arquivamento dos presentes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAÍS ARAÚJO DE FARIA (OAB 9037/AM) - Processo 0629693-28.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento - AUTOR: Lourdes Carolina de Sousa Nascimento Ferreira - Carlos Eduardo Souza de Souza - RÉU: Estado do Amazonas - Isto posto, pelos argumentos acima despendidos, em consonância com o entendimento do Parquet, DEFIRO o pedido formulado pela Requerente LOURDES CAROLINA DE SOUSA NASCIMENTO, já qualificada nos autos, e DETERMINO que seja expedido o ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERRUPÇÃO DA GESTAÇÃO, haja vista os riscos à vida da gestante, bem como o prognóstico do feto. Expeça-se o necessário. Após a ciência das partes, proceda-se ao arquivamento dos presentes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de julho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DÁRIA NUNES BINDÁ (OAB 3672/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0645621-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: R.L.B. - DESPACHO Recebi hoje. Abra-se vistas ao MP. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se.

Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Antônio Ederval de Lima (OAB 001.780/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Dária Nunes Bindá (OAB 3672/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Dr. Luis Eduardo dos Santos Valois Coelho (OAB 1975)
Eduardo da Silva Queiroz (OAB 13301/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Jones Batista (OAB 5040/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Laís Araújo de Faria (OAB 9037/AM)
Marcia Braga da Silva (OAB 13508/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0366/2019

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM), ADV: EMERSON ZOIM DA SILVA (OAB 1920E/AM) - Processo 0238570-71.2009.8.04.0001 (001.09.238570-3) - Ação Penal de Competência

do Júri - INDICIADO: Rene Guimarães Rodrigues e outros - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compaeça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 02/09/2019 às 11:30''

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: RODRIGO DE SOUZA ALBUQUERQUE (OAB 14792/AM) - Processo 0613049-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Jander Mendes Franco (falecido) - RÉU: Bruno Gomes da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado BRUNO GOMES DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, II (motivo fútil), do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA do acusado ora Pronunciado, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Ademais, considerando que a Instrução Processual encontra-se encerrada e o acusado, Pronunciado, não há falar em excesso de prazo. Nesse sentido, seguem as Súmulas 52 e 21, ambas do STJ: SÚMULA 52Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo. SÚMULA 21Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução. Intime-se o acusado desta Decisão, entregando-lhe cópia. Em caso negativo, intime-o por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Por fim, quanto à Petição de fls. 306/308, no tocante ao pedido de restituição de bem apreendido, aguarde-se o Parecer Ministerial. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA) - Processo 0633247-39.2017.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - RÉU: F.C.S.S. - M.L.S. - I.S.A. - M.F.P. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o patrono do acusado para que compaeça à Audiência de Instrução e Julgamento na 1ª Vara do Tribunal do Júri, pautada para o dia 29/10/2019 às 09:00''

Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Emerson Zoim da Silva (OAB 1920E/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Rodrigo de Souza Albuquerque (OAB 14792/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0367/2019

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0254684-51.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Davi Sales Bandeira - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0216/2019

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0231858-16.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Qualificado - RÉU: Maick Delgado Leite - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0231858-16.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Maick Delgado Leite, por infração Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime \<\< Informação indisponível \>\> todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dr. Janaína Santos Fernandes, OAB 4475/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 09/09/2019 às 08:45h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0236373-46.2009.8.04.0001 (001.09.236373-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Laerte Maciel Lopes Júnior - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0236373-46.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Laerte Maciel Lopes Júnior, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Efigênia Generoso de AraújoJosemar Berçot RodriguesJoão Evangelista Generoso de Araújo, OAB 4507/AM, 4508/AM, 5935/AM e 12394/AM, a fim de APRESENTAR OU

RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0609874-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: H.M.S.A. e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO - SENTENÇA DE PRONÚNCIA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0609874-42.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Hilton Mario Souza Albuquerque, por infração Art. 121 § 2º, II, IV, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. James Cavalcante Dirane, OAB/AM 12145, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita " Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados HILTON MÁRIO SOUZA ALBUQUERQUE E MARCELO GODINHO RODRIGUES, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, incisos I (mediante paga) e IV (recurso que torne impossível a defesa do ofendido) c/c art. 29, todos do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do, ora pronunciado, Hilton Mário Souza Albuquerque, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019." No prazo legal e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento da mesma, bem como não alegue a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 22 de agosto de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0609874-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: M.P.E.A.P.G. - RÉU: H.M.S.A. e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DA SENTENÇA De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0609874-42.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcelo Godinho Rodrigues, por infração Art. 121 § 2º, I, IV, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, § 1º e Art. 420, inciso II, ambos do Código de Processo Penal e Art. 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Alberto Simonetti Cabral Neto, José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral, Leonardo Lemos de Assis e Ricardo da Cunha Costa, OAB/AM 2599, OAB/AM 3725, OAB/AM 6497 e OAB/AM 5737, A FIM DE QUE TOME CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, a seguir transcrita " JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados HILTON MÁRIO SOUZA ALBUQUERQUE E MARCELO GODINHO RODRIGUES, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2º, incisos I (mediante paga) e IV (recurso que torne impossível a defesa do ofendido) c/c art. 29, todos do Código Penal Brasileiro. Por derradeiro, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do, ora pronunciado, Hilton Mário Souza Albuquerque, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente os pronunciados, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 01 de agosto de 2019." No prazo legal e para que, no futuro, o mesmos não aleguem desconhecimento da mesma, bem como não alegue-se a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM) - Processo 0612571-70.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: E.C.S. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0612571-70.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Eleilson Carvalho da Silva, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Flávio Oliveira Sposina, OAB 11374/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 13/09/2019 às 10:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0640605-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Henrique Alves de Oliveira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0640605-21.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Henrique Alves de Oliveira, por infração Art. 121 § 2º, I (duas vezes) do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Fabíola da Silva GuimarãesOtávio Dias Pedrosa Filho, OAB 8422/AM e 9559/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 11/09/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)

EDITAL- INTIMAÇÃO

De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0007902-48.2002.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Marcelo Rocha da Silva e Adriano Geraldo Cálper Melo, por infração Art. 121 § 2º, II, IV c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria n 01/2014, a MMª Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Marcelo Rocha da Silva e Adriano Geraldo Cálper Melo, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO designada para o dia 26/08/2019 às 08:00h, no AUDITÓRIO DO PLENÁRIO DO JÚRI, neste juízo, localizado na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de agosto de 2019. Eu, Alessandra Silva de Lima, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0600031-19.2019.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu HARLISON DE SOUZA CARDOSO, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1814717-8, pai ARLINDO CARDOSO DA SILVA, mãe MARIZA CATIVO DE SOUZA, Nascido 23/08/1985, natural de Manaus - AM. Local de prisão: Casa de Detenção de Manaus, Manaus - AM. Endereço: RUA DRA ROSILENE, 08, ZUMBI I, CEP 69000-000, Manaus – AM , por infração no Art. 121 §2º, I, IV, VI c/c Art. 14, II ambos do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco – CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico # Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL - INTIMAÇÃO

De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

Processo nº 0237901-71.2016.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu MARINETE DA COSTA ALVES, Brasileiro(a), RG 1750236-5-4SSP/AM, CPF 743.942.902-87, mãe Janete da Costa Alves, Nascido/Nascida 08/04/1979, natural de Manaus - AM, Rua Tapajós, 28-E, e ou 37, Centro, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração no Art. 211 do(a) CP, do Código Penal Brasileiro, e como referido réu não foi encontrado mandou o MM. Juiz expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, para dentro do PRAZO DE 15 (quinze) DIAS, pelo qual ficará o acusado CITADO, para responder à acusação, por escrito, através de advogado, no PRAZO DE 10 (dez) DIAS, onde deverá apresentar sua RESPOSTA ESCRITA À ACUSAÇÃO nesta 2ª Vara do Tribunal do Júri Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, na forma do Art. 406 e parágrafos, do Código de Processo Penal, podendo no prazo acima mencionado arrolar testemunhas cuja citação valerá para todos os efeitos e termos do processo até final julgamento. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico – Caderno Judiciário e afixado na porta principal da 2ª Vara do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a) o digitei, e eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0231860-93.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Kaio Wuellington Cardoso dos Santos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0231860-93.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Kaio Wuellington Cardoso dos Santos, por infração Art. 121 § 2º, I, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Kaio Wuellington Cardoso dos Santos, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 27/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0264306-23.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: Warllyson Carvalho de Freitas - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0264306-23.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Warllyson Carvalho de Freitas, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 14 “caput”, II todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Warllyson Carvalho de Freitas, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 27/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0253672-60.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Gabriel Macedo Tananta - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direitoda 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0253672-60.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Gabriel Macedo Tananta, por infração Art. 121 § 3º c/c Art. 155 “caput” c/c Art. 69 “caput” todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Gabriel Macedo Tananta, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 13/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue

desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 19 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0213485-10.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Devany Gontijo Gomes - ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO Manaus/AM, 20 de agosto de 2019. Processo: 0213485-10.2014.8.04.0001 De ordem da MM. Juíza Dra. Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, faço vistas dos autos à Defensoria Pública Estadual, na qualidade de representante da parte interessada, para ciência da Sessão de Julgamento para o dia 18/09/2019 às 08:00h. Atenciosamente,

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0213485-10.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Devany Gontijo Gomes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0213485-10.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Devany Gontijo Gomes, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Devany Gontijo Gomes, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 18/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 20 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0263571-24.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: David de Medeiros Barros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0263571-24.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra David de Medeiros Barros, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado David de Medeiros Barros, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 23/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0092046-81.2004.8.04.0001 (001.04.092046-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Violência Doméstica Contra a Mulher - DENUNCIADO: Raimundo Nonato Ferreira da Paz - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0092046-81.2004.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Raimundo Nonato Ferreira da Paz, por infração Art. 121 § 2º, I do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Raimundo Nonato Ferreira da Paz, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 25/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 21 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0203330-85.2014.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: E.A.S. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direitoda 2ª Vara do Tribunal do Júri da

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0203330-85.2014.8.04.0020, que a Justiça Pública move contra ELIELSON ARAUJO DE SOUSA, por infração Art. 121 § 2º, I, IV c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado ELIELSON ARAUJO DE SOUSA, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 25/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa G. Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM) - Processo 0236407-21.2009.8.04.0001 (001.09.236407-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Emerson dos Santos Correa - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236407-21.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Emerson dos Santos Correa, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 14 “caput”, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Emerson dos Santos Correa, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 26/09/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste Juízo e Cartório, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 23 de agosto de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0234289-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: D.S.P. e outro - REPTADO: G.G.A. - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) GEOMISON DE LIRA ARANTE não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0212248-62.2019.8.04.0001 (processo principal 0220776-61.2014.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Simples - APELANTE: ORLANDISON VIEIRA VIANA - Recebidos e vistos. Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0215870-57.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: JACKSON MINGUIM SENA - FALECIDO - O Ministério Público desistiu das testemunhas de acusação Rômulo Ramos de Almeida e a confidencial de fls. 228. (p. 472 e 479) Pendente apenas o interrogatório do réu FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS. O réu Francisco Machado consta da listagem de presos. Consta ainda dos autos a certidão de óbito do réu Pedro Antonio Nascimento Júnior (p. 389) Isto posto, passo a deliberar: Ordeno à secretaria a designação de data para o interrogatório do réu FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS; Intimação do Ministério Público para posicionar-se acerca da certidão de óbito do acusado Pedro Antônio Nascimento Júnior. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0221832-32.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Mateus Gonçalves da Silva - ACUSADA: Gilmara Cunha Carlos - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR a acusada Gilmara Cunha Carlos, mãe Judith Cunha do Vale, nascida em 01/01/1975, Rua Rio Madeira,N° 402, Quadra 5, BLOCO 23,Santa Etelvina nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 05/11/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0221832-32.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 22 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0225079-45.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: F.F.B.R. - Diante do estado dos autos, determino a condução coercitiva da testemunha Maria Aparecida Braga Rocha, uma vez que, intimada, não compareceu em cartório, devendo-se expedir a ordem coercitiva para o dia 28/08/2019, às 11:00 horas. No mesmo ato, determino a expedição de mandado de intimação para a testemunha Odair Luiz dos Santos, com o mesmo teor do ato de fls. 21. Cumpra-se

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0225266-53.2019.8.04.0001 (processo principal 0627696-78.2017.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Crime Tentado - APELANTE: Vitor Hugo Caranha da Silva - Recebidos e vistos. Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RAPHAEL ASAFE COSTA LIMA (OAB 14348/AM) - Processo 0227381-86.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Nilton Gomes da Silva Junior - O acusado NILTON GOMES DA SILVA JÚNIOR foi pronunciado no art. 121, caput, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal, porque no dia 04/07/2015, por volta de 22h, efetuou um golpe de faca na vítima Valnei Bitencourt do Nascimento, não lhe causando a morte por circunstâncias alheias à vontade do agente, uma vez que recebeu eficaz socorro médico. Nesta data, submetido a julgamento: O Ministério Público do Estado requereu a condenação na tentativa de homicídio, nos termos da pronúncia. A Defesa Técnica, por sua vez, sustentou a tese de absolvição por legítima defesa. O Conselho de Sentença, por maioria de votos declarados, acatou a tese do Ministério Público e condenou o acusado nos termos da denúncia. Posto isso e observando a decisão do CONSELHO DE SENTENÇA, condena-se NILTON GOMES DA SILVA JÚNIOR, já qualificado, nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Passo a fixar a pena, sistema trifásico (art. 68 do CP). Na primeira fase, as circunstâncias judiciais (art. 59) são as seguintes: sua culpabilidade é normal à espécie, tendo em vista que desferiu apenas um golpe de faca na vítima, registra antecedentes criminais (conforme certidão de f. 31-2) e os motivos não foram suficientemente esclarecidos a ponto de sere cotejados. As circunstâncias do crime são inerentes à prática delitiva. Não há nos autos elementos suficientemente aptos a valorar sua conduta social e personalidade. O comportamento da vítima não contribuiu para a eclosão do evento criminoso. Diante dessas circunstâncias judiciais, fixa-se a pena-base em 9 (nove) anos de reclusão. Trata-se de réu reincidente, conforme

certidão de f. 31-2, razão pela qual agravo a pena em 1 (um) ano de reclusão. Na terceira fase, deve ser considerada a regra do art. 14, parágrafo único, do CP, razão pela qual decoto a pena na metade, considerando o iter criminis percorrido bem como o grau de lesão corporal provocado na vítima (natureza grave). Portanto, fica condenado, em definitivo, à pena de 5 (cinco) anos de reclusão. Tendo em vista que trata-se de reincidente, o regime inicial do cumprimento de pena será o fechado, art. 33, §2º, alínea "a" e §3º, ambos do Estatuto Repressor. Condeno-o ao pagamento das custas, cuja exigibilidade fica suspensa na forma do art. 98, §3º, do CPC. Destaco que o acusado foi beneficiado com cautelares diversas da prisão (decisão às f. 186-8), mas as descumpriu e continua descumprindo, o que já vem ocorrendo há mais de dois anos, valendo frisar que não compareceu nenhuma vez em juízo para justificar suas atividades, indicativo certo de que pretende furtar-se da aplicação da lei penal. Dessa forma, decreto a sua prisão preventiva com fundamento nos artigos 312 e 313, I, ambos do CPP, para fins de aplicação da lei penal. Assim, expeça-se mandado de prisão. Declaro a perda do instrumento do crime o qual deverá ser encaminhado para destruição. Com o trânsito em julgado da sentença: a) façam-se as comunicações necessárias (TRE, Polícia Federal, etc); b) providencie-se a G.R. "Definitiva;" c) registre-se; e d) arquive-se. Sentença publicada em Plenário, saindo as partes intimadas, devendo o acusado ser intimado pessoalmente. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227596-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Máximo Timoteo da Silva - Recebidos e vistos. A Defensoria Pública instada a se manifestar, requereu o reconhecimento da prescrição do crime de constrangimento ilegal capitulado no art. 146, §1º do CPB. Os autos estão em fase de alegações finais. Há decisão nos autos ordenando a abertura de vista às partes para oferecimento de alegações finais. Assim, ordeno vista dos autos à acusação para oferecimento de suas derradeiras alegações finais, no prazo legal; decorrido o referido prazo, dê-se vista à Defensoria Pública para o oferecimento de suas alegações finais, também no prazo legal. Vencido o prazo, tornem os autos conclusos para deliberação judicial. No que concerne ao reconhecimento de prescrição arguida pela defesa, postergo a apreciação da matéria por ocasião do ato sentencial, de modo a concentrar num único momento as deliberações judicias, sobretudo quando tenham natureza de preliminar. Ademais, constando dos autos a arguição de prescrição, certamente oportunizar-se-á à acusação, quando de suas alegações finais, posicionar-se sobre a referida matéria, em respeito à dialeticidade processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIZANETE NASCIMENTO DA CUNHA (OAB 13439/AM), ADV: MARIA LUCIANE COÊLHO ITUASSÚ DA SILVA (OAB 12456/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM) - Processo 0228696-52.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Rodrigo Martins Rubem e outros - Após a instrução em plenário e a realização dos debates entre MP e defesa, foi procedida a votação em homenagem aos princípios constitucionais da soberania dos veredictos e do sigilo das votações. Os jurados, por maioria de votos, resolveram acatar a tese da defesa para absolver o réu Rodrigo Martins Rubens, pela prática do crime de homicídio. E ainda, os jurados, por maioria de votos, resolveram acatar a tese da acusação para condenar o réu Rodrigo Martins Rubens, pela prática do crime conexo do art. 180, caput, do CP, onde figura como vítima Glícia de Oliveira Nogueira. Ademais, os jurados, por maioria de votos, resolveram acatar a tese da acusação para condenar o réu Amarildo Pereira dos Santos, pela prática do crime de homicídio, nos termos do art. 121, §2º, inciso IV (dissimulação), do CP, praticado contra a vítima David Campos da Silva. Assim, de acordo com a soberania dos vereditos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA DENÚNCIA e CONDENO O RÉU AMARILDO PEREIRA DOS SANTOS pela prática dO crime de HOMICÍDIO QUALIFICADO, nos termos do art. 121, §2º, inciso IV (dissimulação), CP, contra a vítima David Campos da Silva. E RODRIGO MARTINS RUBENS pela prática do crime conexo do art. 180, caput, do CP, onde figura como vítima Glícia de Oliveira Nogueira. E, de acordo com o veredicto do Conselho de Sentença que JULGOU IMPROCEDENTE o pedido inicial do MINISTÉRIO PÚBLICO RECONHEÇO, DECLARO a ABSOLVIÇÃO do acusado RODRIGO MARTINS RUBENS, qualificado nos autos, nos termos do artigo 386, inciso IV, V ou VII, do Código de Processo Penal, da prática do crime previsto no artigo 121, §2º, inciso IV (dissimulação), CP, praticado contra a vítima David Campos da Silva.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0231597-51.2019.8.04.0001 (processo principal 0648033-54.2018.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Feminicídio - APELANTE: Zosimar da Silva Teixeira - Recebidos e vistos. Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0231791-51.2019.8.04.0001 (processo principal 0630466-44.2017.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Deyvid Franklin Ramos Muniz - Recebidos e vistos. Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM) - Processo 0231860-88.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Katilane Morais Vieira - RÉU: Helio Veras Castro - ASSISTENTE SIMP: Edneia Mesquita Morais - Esta secretaria INTIMA o Ministério Público e a defesa, para conhecimento da juntada de mídia de fls. retro.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM) - Processo 0234141-56.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO:

D.P.S. - Assim, de acordo com a soberania dos vereditos, julgo improcedente o pedido constate na denúncia e absolvo o réu David Pedro da Silva, e o faço com amparo no art. 386, III do CPP. Determino a revogação da prisão preventiva, bem como imediato recolhimento do Mandado de Prisão expedido em desfavor do réu às Fls.486 dos presentes autos. Dou a presente por publicada em plenário ficando as partes, desde já intimadas.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM) - Processo 0234289-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: D.S.P. e outro - REPTADO: G.G.A. - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) GEOMISON DE LIRA ARANTE não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0235072-83.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0620919-77.2017.8.04.0001) - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Márcio Freitas de Mesquita - AUTORFATO: A Escalrecer - Adoto integralmente os sólidos fundamentos constantes da promoção Ministerial de fls. 41, os quais passam a integrar esta decisão. Pelo exposto, defere-se o requerimento de fls. 41. À secretaria para apensar aos autos nº. 0620919-77.2017 e, em seguida, arquivá-los. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0240514-98.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: E.S.F. e outro - Considerando a certidão de fls. 450 retro, esta secretaria, com base no item VI do recebimento da denúncia, abre vista à Defensoria Pública para REPRESENTAR o acusado Denis Cordeiro da Silva e apresentar sua RESPOSTA ESCRITA. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0241435-86.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0246607-43.2016.8.04.0001) - Inquérito Policial - Crimes Militares - VÍTIMAFATO: Alex Júlio Roque de Melo e outros - AUTORFATO: Luiz da Silva Ramos e outros - Recebidos e vistos. Adoto integralmente os sólidos fundamentos constantes da promoção Ministerial de fls. 855, os quais passam a integrar esta decisão. Pelo exposto, defere-se o requerimento de fls. 855. À secretaria para proceder ao apensamento destes autos aos autos nº. 0246607-43.2016. Após, proceda-se ao arquivamento e baixa, sem prejuízo de sua visualização pelas partes. Cumpra-se.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: AVANILSON ALVES ARAUJO (OAB 30945/PR), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM) - Processo 0246607-43.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: ARLETE MARTINS ROQUE e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 30945/PR - Avanilson Alves Araujo 30945/PR - Avanilson Alves Araujo 30945/PR - Avanilson Alves Araujo 30945/PR - Avanilson Alves Araujo 7613/AM - Diego Marcelo Padilha Gonçalves 339/AM - Felix Valois Coelho Junior 7613/AM - Diego Marcelo Padilha Gonçalves 7557/AM - Josemar Berçot Rodrigues Júnior 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 9435/AM - Emerson Paxá Pinto Oliveira 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 4103/AM - Martha Mafra Gonzales 7613/AM - Diego Marcelo Padilha Gonçalves 7557/AM - Josemar Berçot Rodrigues Júnior , devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para tomarem conhecimento do apensamento dos autos nº. 0241435-86.2017 (os quais tratam do inquérito policial militar e não estão em segredo de justiça) a este processo-crime em epígrafe, de modo a oportunizar o conhecimento das partes.

ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0252758-93.2014.8.04.0001 - Ação Penal de

Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Jefferson Cancio de Oliveira - A examinar os autos, verifica-se que a Instância superior entendeu pela competência deste juízo do Tribunal do Júri, nos termos do acórdão de fls. 186/191. Retornado os autos a este juízo, para o seu devido processamento, o procedimento deve seguir o seu desfecho. Pois bem. A instrução criminal fora encerrada. O Ministério Público, ao ser instando, apenas limitou-se a requerer a declinação da competência. (p. 159/160) Não consta dos autos o oferecimento de alegações finais das partes. Isto posto, ordeno vista às partes para o oferecimento de alegações finais, obedecida a ordem e o prazo legal. Decorrido o prazo da acusação, à secretaria para providenciar a intimação da defesa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604704-55.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.E.H.S. - INVESTIGAD: H.L.T. - REPRESENTA: D.E.H.S. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo

decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0605192-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: R.B.S. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Ronei Braz de Souza, pai mario Darcy Ribeiro de Souza, mãe Maria Rosinei Pereira Braz, nascido(a) em 29/05/1995, na Rua Tv 11, Lago Azul, N° 105, Zona Rural nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 04/11/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0605192-78.2017.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 22 de agosto de 2019. Eu Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606054-78.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Claudison Mendes Abensur - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0606070-32.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Rafael Lopes Rufino - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0608496-51.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: E.B.S. e outro - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 09:45h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do

Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0609172-62.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Não Identificada - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0609751-10.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Elpídio Rego dos Santos - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0610009-20.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Italo Ruan Lima dos Reis e outros - AUTORFATO: Enilson Albuquerque Pedrosa e outros - Recebidos e vistos. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar o incidente que resultou na morte de Mauricio Pereira Alfaia, Matheus Henrique Santos da Costa, Eliton Almeida da Silva, Haley Joel Rodrigues Machado, Daniel Ramos Coelho, Leonidas Benicio da Silva e Italo Ruan Lima dos Reis, fato ocorrido em 01/02/2019, na Av. Arquiteto José Henrique, próximo ao Complexo de Exame e Direção Veicular, bairro Colônia Terra Nova, nesta comarca. O representante ministerial, pugnou pelo arquivamento do feito, com fundamento no art. 23, III, CPB. É o sucinto relatório. Decido Correta e bem lançada a promoção formulada pelo membro do Parquet a qual discorre sobre o estrito cumprimento do dever legal (fls. 254/256), cuja fundamentação adota-se para, em consequência determinar o arquivamento do feito, pelo reconhecimento do art. 23, III, do Código Penal brasileiro.. Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM) - Processo 0612616-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0603031-61.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Ronaldo Rego Fonseca - AUTORFATO: Adriano dos Santos Oliveira e outros - Recebidos e vistos. Há dois procedimentos criminais instaurados para tratar do mesmo fato delituoso. Em ambos há notícia de crime ocorrido em data de 24/01/2018, por volta das 21h30, na Avenida Dom Pedro, via pública, bairro Dom Pedro I, nesta capital. Figuram como indiciados Adriano dos Santos Oliveira, Jandeilson Moura dos Santos e Railson Hudson Rodrigues de Lima e vítima Ronaldo Rego Fonseca. Para evitar a tramitação simultânea de processos, a apuração dos fatos criminosos narrados e a responsabilidade criminal concentra-se-ão nos autos principais, de modo a permitir às partes a exata dialeticidade processual. Doravante, chamar-se-ão os autos nº. 0603031-61.2018.8.04.0001 de principais e os presentes autos nº. 0612616-40.2018.8.04.0001 de secundários. Isto posto, ORDENO: O apensamento dos autos secundários nos autos principais e o imediato arquivamento; Proceder a juntada do inquérito policial nº. 038/2018-DEHS/AM nos autos principais. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0614604-96.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.A.T.S. e outros - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Lucas Couto Bezerra, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado DANIEL ALMEIDA PERES, Brasileiro, RG 2472498-0-SSP-AM, CPF 040.120.922-94, pai DELMO PEREIRA PERES, mãe TATIANA ALMEIDA DA SILVA, Nascido 28/03/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA GAIVOTA, próx. ao 14º DIP, 127, telefone nº (92) 99133-0482, TANCREDO NEVES, CEP 69087-084, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 12/09/2019 às 09:30h, nos autos do processo-crime nº. 0614604-96.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 21 de agosto de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0614604-96.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: A.A.T.S. e outros - Recebidos e vistos. Fora juntado aos autos petição noticiando a RENÚNCIA de PODERES outrora outorgados, sem a COMPROVAÇÃO da CIÊNCIA do ACUSADO Adriano Augusto Teixeira da Silva. Percebe-se o não atendimento às formalidades da lei. Diante de tal constatação, intime-se novamente os advogados ANDERSON FREITAS DE SOUZA, OAB/AM 13.972 e KLISMAN DA SILVA MULLER, OAB/AM 11.080 ora renunciantes para juntarem, no prazo de 05 (cinco) dias, comprovação da ciência do réu acerca da renúncia do mandato outorgado de fls. 142. Insta esclarecer que o não atendimento à referida formalidade poderá ensejar a configuração de desídia e abandono do processo, o que autorizará a aplicação da multa processual prevista no art. 265 do CPP. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0614711-77.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - REPTANTE: D.A.D.E.E.H.S.D. - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Ato contínuo, revogo a prisão temporária das investigadas “Gabriela Santana” e “Amiguinha”, uma vez que os requisitos previstos na lei nº 7.960/89 não se fazem mais presentes.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618236-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D. - De ordem do Magistrado Lucas Couto Bezerra, Juiz de Direito, Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de CITAR o acusado Caio Henrique dos Santos Cruz, RG 3342360-1, Nascido em 01/03/1997, Natural de Manaus,Pai Erivelton da Silva Cruz,Mãe Kelly Nascimento Dos Santos, Rua Tio Sam, 172, Cidade Nova 1 nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, tão logo tome conhecimento do presente edital, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito a Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, 2º andar, setor 04 - São Francisco, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, no horário das 08:00 h às 14:00 h, com o fim de ser cientificado da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público, nos autos do processo nº. 0618236-96.2019.8.04.0001, a qual lhe imputa o crime capitulado no art. Art. 121 § 2º, I, III, IV c/c Art. 29 “caput” e Art. 211 todos do(a) CP, do Código Penal. O prazo de 10 (dez) dias para responder à acusação por escrito constar-se-á a partir do comparecimento

do acusado ou do defensor constituído, ou mesmo da ciência pessoal, nos termos do art. 406, caput e §1º do CPP. Fica o(a)(s) acusado(a)(s) intimado(a) a requerer a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. Cópia da DENÚNCIA ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e da apresentação da resposta escrita, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri. A citação valerá para todos os atos e termos do processo, até o final julgamento. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 22 de agosto de 2019. Eu Daniel Oliveira Alves, assistente Judiciário , Digitei .

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618236-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D. - A(s) resposta(s) do(s) ré(u)(s) WEVERTON FREITAS DA SILVA não arguiu(ram) preliminares (incompetência do Juízo; litispendência; suspeição ou impedimento; ilegitimidade de parte ou coisa julgada) nem alegações que interessem a sua defesa. Além disso, não fora(m) oferecido(s) documentos e justificações, consoante oportuniza o art. 406, §3º CPP. Expeça(m)-se mandado(s) de notificação à(s) Testemunha(s) de acusação para comparecimento em juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, de modo a tomar ciência da data da audiência pessoalmente mediante termo nos autos;utilizar-se-á no(s) mandado(s) o(s)endereço(s) constante(s) da certidão de consulta de endereços. Adotar-se-ão as seguintes diretrizes: Caso a testemunha compareça em juízo, fica a secretaria autorizada a notificá-la da audiência a ser designada, bem como as demais testemunhas que comparecerem em juízo e o(s) acusado(s); 2. Caso a testemunha seja notificada, mas não compareça em juízo para ser intimada da audiência, fica a secretaria autorizada a designar data e expedir mandado de condução coercitiva à testemunha faltante, procedendo-se às demais intimações necessárias; 3. Caso a(s) vítima(s)/testemunha(s) de acusação não seja(m) notificada(s), conforme certidão do oficial de justiça, intime-se o Ministério Público para providenciar, por sua iniciativa, caso assim queira, a apresentação da(s) testemunha(s) na audiência a ser oportunamente designada. Fica facultado, ainda, ao Ministério Público, indicar endereço(s) diverso(s) do(s) outrora utilizado(s), a ser objetivamente apontado nos autos (rua, nº. e bairro), com 30 (trinta) dias de antecedência da audiência agendada, de modo a permitir a adoção, em tempo hábil, das providências cartorárias, sob pena de preclusão. 3. No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXVI e XXVII do recebimento da denúncia, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. 4. No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição e solicitar a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar os acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. 5. Como medida preventiva, haja vista a matéria tratada na ação penal, faça constar dos mandado de notificação à(s) testemunha(s) de acusação que, diante de eventuais coações, intimidações e ameaças que venham suportar, em razão da condição de testemunha, fica facultado dirigir-se ao PROVITA (programa de Proteção à vítimas e testemunhas) ou mesmo diretamente ao Promotor que atua na ação penal e noticiar as ameaças, de modo a que providencie o seu imediato encaminhamento ao Provita. 6. Os arquivos audiovisuais podem ser acessados pelo advogado habilitado nos autos e, caso se trate de arquivo gravado fora do SAJ, o seu acesso ocorre mediante simples requerimento à secretaria, por meio de dispositivo móvel, pen drive ou similar, a ser providenciado pelo advogado, inclusive para fins da fase de alegações finais. À Secretaria para as demais providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618661-26.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Paulo Ricardo Marinho Cardoso V. “paulinho” e outro - RÉU: Diego da Silva Litaiff e outros - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em

processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o

advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - Cadastre-se o nome da vítima sobrevivente ORLEANE RODRIGUES PASSOS junto ao SAJPG. XXIX - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618661-26.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Paulo Ricardo Marinho Cardoso V. “paulinho” e outro - RÉU: Diego da Silva Litaiff e outros - Ante o exposto, em consonância com a PROMOÇÃO do Ministério Público, por força do art. 312 do CPP, DECRETO AS PRISÕES PREVENTIVAS dos nacionais abaixo nomeados. 1. David Ferreira da Silva. V “gaucho/gauchinho”, Michel Patrick Nascimento de Souza V. “michelzinho” e Diego da Silva Litaiff V “dieguinho”; Expeçam-se Mandados de Prisão em desfavor dos acusados, por meio do Banco Nacional de Mandado de Prisão do Conselho Nacional de Justiça. Acaso existente, encaminhe-se, via malote digital ou outro recurso cabível, cópia desta decisão às varas em que o(s) acusado(s) responda(m) a processo-crime, para fins de conhecimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0618711-52.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio - VÍTIMAFATO: Anderson da Silva Pinto - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0619681-52.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Ramon do Vale Oliveira - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0620919-77.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.P.C.T.D.I.P. - INVESTIGAD: E.N.S. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providencia a intimação da Defensoria Pública, com atuação neste juízo, para tomar conhecimento do apensamento dos autos nº. 0235072-83.2017 (não estão em segredo de justiça) a estes autos de processo-crime.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0637201-25.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira - Moacir Batista Costa Junior e outros - Ao examinar a denúncia formulada, verifica-se da narrativa que fora nomeada vítima diversa da que figura no inquérito policial. Pelo que se percebe, fora inserido o nome da autoridade policial. Isto posto, ordeno vista ao Ministério Público para oportunizar a correção do equívoco no prazo de 5 dias. Após, tornem os autos conclusos para deliberação acerca do seu recebimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0641644-53.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Clebson Batista de Souza - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0646582-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: D.E.H.S. - RÉU: Richarlilson Barbosa Ribeiro e outros - Consta dos autos a notícia da prisão do investigado JOSÉ LOBO RODRIGUES na cidade de São Luís/MA. (p. 752/756) O referido nacional fora preso em razão de ordem de prisão preventiva decretada por este juízo (p. 214/217), por força de requerimento formulado pelo Parquet (p. 208/210) Ocorre que não há denúncia formulada pelo Parquet em face do referido investigado José Lobo Rodrigues. Diante de tal fato, por razões de cautela, entendo conveniente que o Ministério Público tome conhecimento da prisão do indiciado e formule a pretensão que entenda cabível, eis que o titular da ação penal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0651005-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: F.M.Q. - À Secretaria para as demais providências.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0652590-84.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Riccardo Negreiros Prado - AUTORFATO: Eliomar Bento da Silva e outro - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do

cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no

prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0659887-45.2018.8.04.0001 - Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico - Homicídio Qualificado - REQUERENTE: D. - Em consulta ao sistema SAJ, verifica-se que há o processo nº 0660058-02.2018, distribuído a 1ª Vara do Tribunal do Júri, tratando dos mesmos fatos apurados nestes autos de interceptação telefônica, vale dizer: o homicídio de Arlete Pinheiro de Araújo e Alexsandro Mateus Araujo de Lima, cujo fato ocorrera em 04 de dezembro de 2018. A consulta realizada também indicou que a 1ª Vara do Tribunal do Júri fora quem primeiro conhecera dos fatos, uma vez que a distribuição dos autos nº. 0660058-02.2018 se dera antes da protocolização da representação de interceptação telefônica, ora em epígrafe. Diante do exposto, ordeno a redistribuição dos autos a 1ª Vara do Tribunal do Júri para que componha os autos principais nº. 0660058-02.2018, onde processa-se a responsabilidade penal pelo fato criminoso noticiado. Cumpra-se.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0662225-89.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Amaury Eugenio Nonato - Recebidos e vistos. Trata-se de Pedido de Relaxamento de Prisão por Excesso de Prazo formulado por Amaury Eugenio Nonato, por meio da Defensoria Pública, alegando constrangimento ilegal diante do lapso temporal excessivo, sem a conclusão da instrução processual, bem como a revogação da prisão pela ausência dos requisitos da custódia cautelar. O Representante do Ministério Público manifestou-se nos autos. É o breve relatório. DECIDO. A alegação de excesso de prazo não pode ser sustentada de forma isolada, isso porque, no processo penal, a soma aritmética dos prazos indicados para a consecução da instrução criminal serve apenas como parâmetro geral. A razoável duração do processo não se confunde com o direito ao processo rápido. Eventual excesso de prazo deve ser analisado de acordo com as peculiaridades do caso concreto, em observância aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade. Há de se valorar na presente ação penal, que a tramitação de feito está regular, uma vez que o réu fora recentemente citado e os mandados para designação de audiência já foram expedidos. A denúncia fora recebida em 13 de julho de 2019. Portanto, há pouco mais de 01 mês. Isso demonstra que o procedimento está seguindo de forma regular e célere, sem percalços. Em que pese o tempo de prisão do acusado, cuja contagem é somada desde a fase do inquérito, os requisitos da custódia cautelar ainda subsistem e justificam o tempo de prisão do acusado Amaury Eugênio Nonato, sobretudo pela gravidade em concreto do crime e o modus operandi. A contratio sensu do mencionado pela defesa, entendo estarem perfeitamente delineados os requisitos do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, que justificam a necessidade da manutenção da segregação cautelar. O fumus comissi delicti caracteriza-se na presença dos fortes indícios de autoria e materialidade a pesar contra o réu, devidamente exposto na peça acusatória a qual se reporta. O periculum libertatis, por sua vez, alude aos requisitos previstos no art. 312 do CPP, tendo o decreto preventivo sido motivo na garantia da ordem pública e para a segura aplicação da lei penal. Constam dos autos que o Requerente praticou conduta que subverte a ordem pública, desprezando os ditames impostas pela bem estar social e pela lei. Os fatos narrados denotam o eleva grau de violência e intolerância na prática delitiva, agindo de modo a ceifar uma vida. Nestes termos, a manutenção da segregação cautelar torna-se necessária diante da exigência de uma resposta estatal e eficaz para o combate de crimes que trazem consequências danosas às famílias e a sociedade. Irreprochável a decisão de Tribunais pátrios a respeito: (...) II- In casu, encontra-se presente o requisito da garantia da ordem pública, em face da periculosidade do agente verificada pelo modus operandi. A medida tem escopo de prevenir a reprodução de fatos criminosos e de acautelar o meio social. III- A notícia de que o paciente vem despertando temor nas testemunhas presenciais, demonstra, também, a necessidade da segregação para a garantia da instrução criminal. IV- Não é demais lembrar que a primariedade, residência fixa e profissão definida, por si sós, não autorizam a concessão da liberdade provisória, momento quando a necessidade da segregação se sobrepõe. V- Constrangimento ilegal não conhecido. Ordem denegada, à unanimidade de votos. (TJ-PE - HC: 3265501 PE , Relator: Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, Data de Julgamento: 18/03/2014, 4ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 24/03/2014) (grifo nosso) A decisão que decretou a prisão preventiva não viola o principio da presunção de não culpabilidade, pois está devidamente fundamentada (art. 5.º, LXI, da Constituição Federal), estando concretamente demonstrada a existência de crime e persistentes as hipóteses que justificam a necessidade da prisão cautelar (art. 312 do Código de Processo Penal), não existindo qualquer ilegalidade ou abuso, quanto à constrição à liberdade imposta, haja vista que o curso do processo está proporcional à complexidade do caso concreto. Diante do exposto, INDEFIRO os pedidos de RELAXAMENTO DE PRISÃO E REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA formulados pelo acusado AMAURY EUGENIO NONATO. Intime-se. Cumpra-se.

Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Avanilson Alves Araujo (OAB 30945/PR)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Elizanete Nascimento da Cunha (OAB 13439/AM)

Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Kátia Cléa Barbosa de Vasconcelos (OAB 5634/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Luciane Coêlho Ituassú da Silva (OAB 12456/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raphael Asafe Costa Lima (OAB 14348/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0201790-20.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Denilson Santos Santiago - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Denilson Santos Santiago a partir de 07/09/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0203071-74.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Gerlane da Cunha Lira - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto, a partir de 27/08/2019, em favor de Gerlane da Cunha Lira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações

das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0204235-16.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Edson Rodrigues Lima - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Edson Rodrigues Lima, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0207650-70.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Rafael Henrique Canuto de Oliveira - Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido de remição e DECLARO REMIDA a pena do sentenciado Rafael Henrique Canuto de Oliveira em 184 dias.

ADV: ADEL DOS SANTOS EL GHAOUI (OAB 4838/AM) - Processo 0214086-11.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Sidney Pimentel Araujo - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Sidney Pimentel Araujo, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão

da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0216065-18.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: E.S.C. - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Ekison Souza da Cunha a partir de 04/09/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0216407-87.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Nivaldo Tananta Rocha - Intime-se a defesa constituída para manifestação acerca do atestado de pena a cumprir de fls. 201/203, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0218205-44.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Crimes contra a Dignidade Sexual - APENADO: V.A.A. - Defiro o pedido de acesso aos autos dos advogados constantes da procuração de fls. 318. Cumpra-se.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0218323-25.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: A.T.S. - Intime-se o patrono de fls. 130/131 para que, no prazo de 5 (cinco), apresente manifestação sobre o atestado de pena a cumprir. Cumpra-se.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0225468-35.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jamilson Souza Brito - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Jamilson Souza Brito, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível

para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0225514-53.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0241472-50.2016.8.04.0001) - Execução Provisória - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Anderson Silva Morais - Vieram conclusos, com pedido de unificação das penas às fls. 42/43, ocorre que, este caderno processual foi apensado aos autos da execução mais antiga n. 0241472-50.2016, nesse às fls. 93/95, consta o Atestado de Pena à Cumprir considerando a soma das penas aplicadas ao reeducando Anderson Silva Morais. À secretaria para providenciar a baixa do presente caderno no SAJ/PG5, com as medidas judiciais de praxe. Cumpra-se.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0227781-66.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Alex Batista da Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Alex Batista da Silva, até configurados os requisitos para novo benefício.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0233387-17.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Paulo Ricardo de Abreu de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Paulo Ricardo de Abreu de Oliveira.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0234631-15.2011.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Wirllen Soares Ramos - Vieram conclusos os presentes autos, com a juntada da certidão carcerária e disciplinar, referente ao reeducando Wirlen Soares Ramos. Verifico que o petitório fls.343, indica pedido de remição, assim, constato nos documentos de fls. 358 e 361, acostados nos presentes autos, que o reeducando não realizou atividade laboral, assim como não participou de atividade educacional dentro da unidade prisional. Assim sendo, diante da não comprovação de atividade laboral e educacional, INDEFIRO o pedido de remição requerido pelo reeducando WIRLEN SOARES RAMOS. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa. Após, aguarde-se novo incidente.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0236999-55.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: MARLISON SILVA DE OLIVEIRA - verifico que não foi atendido o requisito objetivo-temporal para a concessão do benefício, razão pela qual INDEFIRO A PROGRESSÃO DE REGIME, acolhendo o preciso parecer ministerial, devendo o apenado permanecer no regime em que se encontra até o adimplemento do lapso temporal necessário, ocasião em que deverá demonstrar, ainda, bom comportamento disciplinar.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0238049-19.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Igor Sena Gonçalves - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido da Defensoria Pública de extinção da punibilidade, uma vez que, como sobredito, o apenado sequer iniciou o cumprimento da pena executada nestes autos. Outrossim, e pelo mesmo fundamento, chamo o feito à ordem e JULGO improcedente o incidente de regressão de fls. 86/87, determinando a imediata remoção do apenado à Casa do Albergado, ante a notícia de liberdade provisória nos autos 0001267-94.2014 - fls. 98/106. Por oportuno, à secretaria para que desapense a Carta Precatória às fls. 98/106 e envie ao setor de distribuição, para remessa a uma das Varas Criminais da Capital, uma vez que esta Vara de Execução não possui competência para fiscalizar medidas cautelares alternativas à prisão. À SEAP para imediato cumprimento desta decisão. Oficie-se ao Juízo de Direito da Comarca de Itacoatiara/AM para ciência desta decisão. Serve a presente decisão como ofício.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0243875-55.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: David José da Silva Souza - Diante de todo o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DA DEFESA DE David José da Silva Souza.

ADV: YURI BENTES GUIMARÃES (OAB 10778/AM) - Processo 0251153-44.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Aldelan da Silva Rodrigues - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Aldelan da Silva Rodrigues.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0254558-59.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Max Dias da Costa - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: ANDERSON ÍTALO FREITAS DE SOUZA (OAB 13972/AM) - Processo 0266154-45.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Benedito Quintas Froes Júnior - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Benedito Quintas Froes Júnior.

Adel dos Santos El Ghaoui (OAB 4838/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Anderson Ítalo Freitas de Souza (OAB 13972/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Yuri Bentes Guimarães (OAB 10778/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0301/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0228073-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - VÍTIMAFATO: Deusiane da Silva Pinheiro - AUTOR: Júlio Henrique da Silva Gama - ACUSADO: Elson Santos de Brito - Jairo Oliveira Gomes - Narcizio Guimarães Neto e outro - Volvam os autos à assistência do Ministério Público, para que esclareça sobre a testemunha denominada apenas como Tenente Araújo, ou fomente providências para a sua identificação, no prazo de 5 (cinco) dias. Oficie-se ao Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas, para que seja apresentada a ficha cadastral das testemunhas Alberto Vinhoth Amaral e José Océlio de Souza Amaral, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se. Manaus-AM, 22 de agosto de 2019. Dr. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0235501-60.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - INDICIADO: Clovis Barbosa Launé - Wilson Vieira Calado - Ivens Roberto de Souza Nunes - José Thiago Coelho da Silva - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade

dos acusados, Clóvis Barbosa Launé, 3º sargento, Wilson Vieira Calado, Invens Roberto de Souza Nunes, cabos, e José Thiago Coelho da Silva, soldado, todos da Polícia Militar do Estado do Amazonas, em relação aos crimes tipificados nos artigos 222, "caput", e 226, "caput", ambos do Código Penal Militar, o que faço com base no artigo 123, inciso IV, combinado com o artigo 125, incisos VI e VII, do mesmo Código, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. P.R.I. Comunique-se. Manaus-AM, 22 de agosto de 2019. Dr. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0634787-30.2014.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - IMPETRANTE: LUIS CLAUDIO GONCALVES SOUZA - Logo, nada mais resta a este Juízo senão homologar os cálculos apresentados pela Contadoria (fls. 556/561), como efetivamente faço, à concordância das partes, determinando a expedição de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para a expedição de precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal, de acordo com o artigo 535, § 3º, I, do Código de Processo Civil. P. R. I Manaus-AM, 22 de agosto de 2019. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito do Juízo Militar

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0234824-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Charles Xavier de Amorim - Inquirição - Audiência Data: 25/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0178/2019

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0210349-97.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: H.D.S.L. - CERTIDÃO Processo n°:0210349-97.2017.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a Audiência p/ coleta de material genético deixou de ser realizada, em razão da ausência do requerido. Não expedição da intimação necessária. Curador Especial ciente. Presente a requerente e seu advogado. O advogado requer, considerando que há indícios claros de que o requerido tem esquivado-se de responder a presente ação, assim como, ocultando-se, pondera-se ao Juízo pela aplicação dos efeitos da Súmula 301, do STJ, evitando-se o andamento ad eterno do presente feito. De ordem do MM. Juiz, remeto os referidos autos ao Ministério Público para manifestação. Em, 22 de agosto de 2019.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: VANESSA DA SILVA MATIAS RIBEIRO (OAB 14061/AM) - Processo 0211029-14.2019.8.04.0001 (processo principal 0007016-44.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Huan Henrique Portugal Pinheiro - Adna Benedita Portugal Pinheiro - REQUERIDO: Lauro Domingos Santos de Carvalho - intime-se o credor para se manifestar no prazo legal.

ADV: RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM), ADV: JOSÉ AMUD EUFRÁSIO (OAB 7425/AM) - Processo 0242622-32.2017.8.04.0001 (processo principal 0603110-74.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Ane Karoline Farias de Matos - REQUERIDO: J.Q.S. - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0601631-46.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625302-40.2013.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXECUTADO: E.E.R.F. - Diante disso e configurada a efetiva necessidade, tem-se por decretada a prisão do devedor, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fundamento nos arts. 5º, LXVII, da Constituição Federal, e art. 528, § 3º, do Código de Processo Civil. Expeça-se o mandado. Intime-se o Exequente para esclarecer se tem interesse na certidão de protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517 do CPC. Intimem-se.

ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0601786-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.C.M. - CERTIDÃO Processo n°:0601786-15.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 24/03/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 20 de agosto de 2019.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 10822/AM), ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0602316-19.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: G.W.Z. e outros - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0603871-08.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: Valcilene da Silva Souza - REQUERIDO: Erison de Amorim Dias - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte para recolher custas de expedição do mandado de penhora, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0605262-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.I.M.M. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: ÉRICA BIANCO FERREIRA (OAB 4554/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0605368-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.S.F. - Certifico para os devidos fins que recebi via protocolo um pen drive conforme o documento de fs. 139. O referido é verdade. Dou fé. De ordem intimo a parte autora para disponibilizar mais uma contraprova no prazo de 10 (dez)dias.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM) - Processo 0606816-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: Kaique Américo da Silva e Silva e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a contestação tempestiva.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0607688-80.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Ronaldo de Oliveira Marinho - Alessandro de Oliveira Marinho - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0608262-35.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.C.C. - M.A.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a contestação tempestiva.

ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0608472-86.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Família - REQUERENTE: C.G.F. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citado, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0610183-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ANGELITO EVANGELISTA QUEIROZ (OAB 2966/AM) - Processo 0611592-40.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.M. - REQUERIDO: E.M.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a contestação tempestiva.

ADV: THELMA SAIDT ROBUSTELLI (OAB 5021/AM) - Processo 0617836-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: J.A.M. e outro - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: WILSON CAMPOS RIBEIRO (OAB 6848/AM) - Processo 0618146-88.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Raimundo Monteiro Rodrigues Junior - REQUERIDA: Janice Maria Escher - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre as hipóteses previstas nos Arts. 337 e 338 do NCPC presente na contestação.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0619905-24.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Rodrigo Pereira dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte para recolher custas judiciais. Decorridos 30 (trinta) dias sem atendimento, promover a conclusão com certidão a respeito nos autos.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0620579-07.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.M. - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0626867-63.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: W.M.A. - REQUERIDO: I.L.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP: 69.079-260, no dia 11/10/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0626984-20.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fato Atípico - REQUERENTE: R.S.B. - REQUERIDO: J.A.S.O. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre a contestação interposta tempestivamente.

ADV: ADRIMAR FREITAS DE SIQUEIRA (OAB 8243/AM), ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0630350-38.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.R.B.C. - A.J.B.C. - REQUERIDO: A.E.C. - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM) - Processo 0630694-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Luzenilde Fernandes de Lima - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0631805-67.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Suellen Regina da Silva Caliri - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM) - Processo 0633188-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.S.R.D.J. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 22/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0633301-73.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: B.G.S. - REQUERENTE: R.T.G. - ATO ORDINATÓRIO De ordem, encaminho os autos ao Ministério Público, para que adote as providências que julgar necessárias.

ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0633406-45.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.K.S.S.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 22 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados,

informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM), ADV: KARLA JAMILY OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 7876/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0636803-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: I.S.P. - REQUERIDA: D.C.V.C.P. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração/substabelecimento com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: KARLA JAMILY OLIVEIRA DE CARVALHO (OAB 7876/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM), ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0636803-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: I.S.P. - REQUERIDA: D.C.V.C.P. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0636803-15.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: I.S.P. - REQUERIDA: D.C.V.C.P. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0637645-58.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.S.N. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 22/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedido neste ato o mandado de citação devido.

ADV: ARIANE BIANCA SANTOS TORRES (OAB 13065/AM) - Processo 0637969-48.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: B.A.R. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 22 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM) - Processo 0638044-87.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: A.A.P. - De ordem do MM. Juiz de Direito, em substituição conforme Portaria nº 1637/2019-PTJ, da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Curatela, no prazo de dez dias.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0639206-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.P. - ALIMENTAND: E.G.B.P.C. - CERTIDÃO Processo n°:0639206-20.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 11/12/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 22 de agosto de 2019.

ADV: YARA CRISTINA BARBOSA FERREIRA (OAB 9813/AM) - Processo 0640662-05.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Yara Cristina Barbosa Ferreira - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 31/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0641776-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.D.V. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 22/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FRANCISCO SOARES CALHEIROS (OAB 12562/AM) - Processo 0642037-41.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.R.T. - C.R.R. - CERTIDÃO Processo n°:0642037-41.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 21/01/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 22 de agosto de 2019.

ADV: MICHEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 12036/AM) - Processo 0644051-95.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: Fabricia Simas dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora quanto ao cumprimento dos requisitos da petição inicial previstos no artigo 319 do Novo CPC indicando o Cadastro de Pessoas Físicas. Prazo: quinze dias.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0644325-59.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.P. - ALIMENTAND: V.H.P.G. - H.H.P.G. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da

1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação da parte autora quanto ao cumprimento dos requisitos da petição inicial previstos no artigo 319 do Novo CPC indicando o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e endereço eletrônico do réu

ADV: JANDERLI CAVALCANTE COSTA (OAB 12550/AM), ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM) - Processo 0645650-06.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTANT: F.C.N. - CERTIDÃO Processo n°:0645650-06.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência deixou de ser realizada, em razão da ausência do requerido. Mandado negativo, fls. 71. Fica desde já pautada nova data para Conciliação, dia 22/10/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 22 de agosto de 2019.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0650241-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.G.J. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0660210-50.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.M.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sobre as hipóteses previstas nos Arts. 337 e 338 do NCPC presente na contestação tempestiva.

ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM), ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM) - Processo 0705032-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXECUTADO: Raimundo Odenir Mesquita Barreto - abre-se vista à parte exequente para manifestação no prazo legal.

Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
ANDERSON CORDEIRO MOTA (OAB 11305/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Angelito Evangelista Queiroz (OAB 2966/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Ariane Bianca Santos Torres (OAB 13065/AM)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Érica Bianco Ferreira (OAB 4554/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Francisco Soares Calheiros (OAB 12562/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Janderli Cavalcante Costa (OAB 12550/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Amud Eufrásio (OAB 7425/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Karla Jamily Oliveira de Carvalho (OAB 7876/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Laura Cid Vieira Belem (OAB 11987/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Michel Rodrigues dos Santos (OAB 12036/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 10822/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Thelma Saidt Robustelli (OAB 5021/AM)
Vanessa da Silva Matias Ribeiro (OAB 14061/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Wilson Campos Ribeiro (OAB 6848/AM)
Yara Cristina Barbosa Ferreira (OAB 9813/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0092/2019

ADV: ELIANA GOMES SILVA DE PAULA (OAB 4341/AM), ADV: FERNANDO RICARDO FERNANDES COELHO (OAB 2218/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: ÁUREA HELENA QUERINO (OAB 10337/AM) - Processo 0208176-13.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: T.M.M. - F.D.L. - EXECUTADO: A.M.J. - C.A.A.M. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 464 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ROSALVO FRAZÃO (OAB 672/AM), ADV: IVANILDO VIEIRA DE MELLO (OAB 113459/RJ) - Processo 0211002-02.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: B.M.J.S. - EXECUTADO: C.H.J.D.S. - SENTENÇA Trata-se de Execução de Alimentos. As partes transacionaram acordo parcelando o valor dos alimentos em débito, objeto dessa execução, consoante folhas 67/68. Assim, considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, com fulcro no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. No mais, na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a execução para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. Intimem-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: DEISE SUELY SALES DE OLIVEIRA (OAB 12967/AM) - Processo 0230611-34.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68

- Revisão - REQUERENTE: C.P. - REQUERIDA: C.L.L. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0231637-33.2019.8.04.0001 (processo principal 0244914-34.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: Giulliano e Giuliana Feijó da Silva - Kelze da Silva Feijó - Luiz Guedes da Silva - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, esclarecer o presente cumprimento, uma vez que já há um cumprimento em andamento nos autos principais, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0232428-02.2019.8.04.0001 (processo principal 0701379-27.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Dissolução - REQUERENTE: RAIMUNDA DAS GRAÇAS MOTA DA SILVA - REQUERIDO: Francisco das Chagas de Lima Nogueira - Compulsando os autos, observo que a parte protocolou petição intermediária como processo autônomo. Sendo assim, determino àa secretaria promoveu o translado da peça ao processo principal, conforme certidão de folha 03. Assim, dê-se baixa no SAJ (Sistema de Automação da Justiça) e arquive-se o presente caderno processual. Cumpra-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0235775-14.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: J.C.B.C. e outros - EXECUTADO: J.F.C. - É expresso no Código de Processo Civil, o artigo 485º , § 1º, que, diante da inércia da parte autora/exequente, necessária sua intimação pessoal antes da extinção do feito sem julgamento do feito. Portanto, indefiro o pedido reincidente do executado de extinção do feito em razão da inércia da exequente, uma vez que a mesma manifestou-se às folhas 355. No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito, retificar o polo passivo uma vez que os filhos alcançaram a maior idade e requerer o quê entender de direito para o prosseguimento da demanda executória. Após, torne os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0239205-18.2010.8.04.0001 (001.10.239205-7) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.Y.M.R. - A.M.R. - REQUERIDO: J.M.R. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 518/519. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre execução de alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se e dê-se baixa. Manaus, 16 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM), ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM) - Processo 0243249-36.2017.8.04.0001 (processo principal 0633817-30.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - REQUERENTE: JONATHAN LOPES COLARES - GABRIEL LOPES COLARES - LUCIANA DOS SANTOS LOPES - REQUERIDO: JONATHAS ALEX DOS SANTOS COLARES - Cumpra-se despacho de folha 59 no endereço informado pelo petitório de folha 65. Saliento que o despacho deve ser cumprido por Oficial de Justiça que, respeitando os requisitos legais, deverá citar por hora certa, caso haja necessidade.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0244914-34.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: K.S.F. - G.G.F.S. - REQUERIDO: L.G.S. - Trata-se de cumprimento do título constante às folhas 30/31. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.582 do NCPC. Diante disso, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa aos meses de maio, junho, julho, assim como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e §§ do NCPC. Do resultado do mandado, intime-se a parte exequente para manifestação, seguindo-se vista ao Ministério Público, se for o caso de intervenção. Intime-se e Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LAERCIO TIMOTEO DA SILVA (OAB 001.303/AM), ADV: RODRIGO CAMPOS DO ROSÁRIO (OAB 13727/AM) - Processo 0307842-60.2006.8.04.0001 (001.06.307842-3) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Ayla Rafaella Moda Barbosa - REQUERIDO: Luiz Gonzaga Barbosa Junior - Intime-se o executado para pagar o débito descrito às folhas 109 no prazo de três dias. Transcorrido o prazo, certifique-se e intime-se a parte exequente para se manifestar em dez dias. Por fim, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0601267-74.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: C.S.T. - EXECUTADO: Cristiano Tenazor - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito e requerer o quê entender de direito para o prosseguimento do feito. Após, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0608713-60.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.R. - REQUERIDA: A.S.O. - Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, réplica à contestação juntada aos autos. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0611176-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MARIA JOSÉ PEREIRA DE SOUZA - REQUERIDO: Marcio Bruno Pereira de Souza - Marcelo Ferreira de Souza e outros - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0612508-74.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.A.S. - REQUERIDO: P.A.N. - Em 22 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo de fls. 40.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0615520-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M.N. - REQUERIDO: G.M.N. - S.M.N. - Defiro o pedido de folhas 31-34. Suspenda-se o feito pelo prazo pleiteado e, após, intime-se a parte autora para, em dez dias, cumprir a determinação de folha 23.

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM) - Processo 0615580-69.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: V.D.N. - EXECUTADO: R.A.N.J. - No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.582 do NCPC. Diante disso, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03(três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo relativa aos meses expostos na planilha de folhas 32-33, assim como as que se venceram no curso do processo, nos termos do art. 528 e §§ do NCPC. Do resultado do mandado, intime-se a parte exequente para manifestação, seguindo-se vista ao Ministério Público, se for o caso de intervenção. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0617808-51.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: M.V.A.S. - T.S.A.L. - J.G.B. - REQUERIDA: Y.B.S.L. - Primeiro, saliento desde já que, como informado em inúmeros processos em trâmite neste juízo, este Poder não possui convênios com instituições de ensino de superior a fim de que se viabilize a realização de estudo psicossocial por elas. Cientifique-se o Ministério Público. No mais, oficie-se conforme promoção de folha antecedente.

ADV: MARCOS DOS SANTOS CARNEIRO MONTEIRO (OAB 12846/AM) - Processo 0617833-30.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.B.A.J. - REQUERIDA: D.S.M. - Diante da manifestação de folha 35, cumpra-se novamente o despacho de folha 19.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: WELLINGTON AUGUSTO DE PAULA E SOUSA (OAB 4534/AM) - Processo 0617976-53.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: A.M.F.O. - REQUERIDO: S.G.N. - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, b, do NCPC. Providencie-se o necessário para cumprimento. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo. Cumpra-se "

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: MARCELO NOBRE DE SOUZA (OAB 7089/AM), ADV: PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 1923/AM) - Processo 0618214-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.S.L. - REQUERIDA: A.S.B.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte Autora, através do seu patrono constituído, para que se manifeste a cerca da Contestação de fls. 42/45, dentro do prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: NIVALDO LUIZ PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 13833/AM) - Processo 0618341-73.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Guarda - REQUERENTE: Martinha Martins Montalvão - Wenderson Martins Montalvao - Ruth Aline Saunier Santos - REQUERIDO: Não Há Requerido - DESPACHO Acolho na integra a promoção ministerial de folhas 34/35 e, em consonância com este, entendo que não há nos autos fatos que indiquem o periculum in mora e a necessidade imediata da mudança de guarda das menores. Dando prosseguimento à marcha processual e considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Caso não haja manifestação ou sendo ela negativa, permaneça-se aguardando a realização do estudo. Caso haja manifestação positiva, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. À secretária para tomar as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0618635-62.2018.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: I.B.P. - REQUERIDO: A.R.D.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0620073-89.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.F.V. - F.O.V. - Intime-se a parte F.D.O.D.V. e J.M.F.D.V., pessoalmente por Carta AR, para, no prazo de 10 (dez) dias, informarem se ainda há questões pendentes na presente demanda. Transcorrido o prazo em branco ou sendo negativa a resposta, arquive-se e dê-se baixa na demanda, uma vez que se encontra devidamente julgada.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0622799-70.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: T.J.B.S. - REQUERIDA: G.B.A. - F.W.B.A. - Cumpra-se o inteiro teor da decisão de folha 31.

ADV: ROZILENO FERREIRA CAVALCANTE (OAB 12991/AM) - Processo 0622893-81.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fato Atípico - REQUERENTE: S.S.F. - REQUERIDO: S.C.R. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: GABRIEL YUNES DA ROCHA (OAB 9623/AM) - Processo 0623072-49.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.G.O.L. - REQUERIDA: K.S.V.S. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0624814-12.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seção Cível - REQUERENTE: R.S.P.Z. - REQUERIDO: H.D.M.L. - Trata-se de cumprimento do título acostado às folhas 68, procedendo-se à execução pelos ritos de prisão e expropriação previstos no Código de Processo Civil. No tocante aos meses de maio, junho e julho de 2019 e às parcelas que vencerem no curso da presente execução, intime-se o Executado, pessoalmente, através de Mandado, para, no prazo 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetua-lo, assim como as que se venceram no curso do processo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, e ser decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses. Noutro giro, quanto às parcelas relativas aos meses de março e abril de 2019, intime-se o executado, nos termos dos art. 523 e seguintes, do NCPC, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, advertindo-o que não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os

atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses não compreendidos pelo § 3º do art. 528 do CPC. Cumpra-se.

ADV: SILVIA CORREA DE AQUINO (OAB 279781/SP), ADV: RONAN AUGUSTO BRAVO LELIS (OAB 298953/SP), ADV: ANA CRISTINA SERIQUE DOS SANTOS (OAB 11008/AM) - Processo 0624966-60.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: S.S.T.T. e outro - REQUERIDA: Y.T.T. - ALIMENTANT: E.S.T. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Saliento que, em razão da ausência de convênio deste Poder com tradutor juramentado, qualquer documento anexado em língua estrangeira deve ser apresentado junto à sua tradução a ser realizada pelo tradutor indicado nos autos, às expensas da parte que produziu a prova. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0625199-23.2019.8.04.0001 - Guarda - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: D.S.O.S. - REQUERIDO: J.A.S.S. - DESPACHO Intimem-se as partes no prazo de 10 (dez) dias, para juntarem aos autos os documentos dos bens descritos em fls. 46. Após, encaminhem-se os autos para fila de sentença homologatória. Cumpra-se Manaus, 12 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0625588-47.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: VICTOR HUGO SOARES LOPES - REQUERIDA: ISABELA ANDRADE DA SILVA - HUGO DIEGO CARDOSO LOPES - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0626171-27.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.S.V. - REQUERIDA: G.S.C.V. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0628229-66.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.C.C. - REQUERIDO: A.G.C.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0628753-97.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.A.S. - REQUERIDA: A.A.S. - Fica a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA para o dia 02/09/2019 às 10:30h- com duração aproximada de 2(duas) horas,a realizar-se no Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos das Varas de Família CEJUSC-FAMÍLIA, Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus -AM - CEP:69.079-260, sendo realizado contato telefônico com o requerente o qual saiu ciente da nova data. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FABIOLA REIS DOS REIS (OAB 12103/AM), ADV: MARLON SOARES COSTA (OAB 3763/AM), ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0629453-78.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.G.S. - REQUERIDO: G.R.G. - Instrução e Julgamento Data: 10/10/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão

ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM) - Processo 0629760-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Leudyano Adeodato Venâncio - Ayme Carvalho de Souza - REQUERIDO: Jurisdição Voluntária - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0631389-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.V.S.M. - REQUERIDO: K.R.B. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre a certidão de folha 66 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: JOSE ARAÚJO FEITOSA (OAB 5856/AM) - Processo 0631952-30.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.A.F. - REQUERIDA: M.C.R.M. - Intime-se por meio de Oficial de Justiça para cumprimento do despacho de folha 20.

ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0632108-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: G.D.S. - REQUERIDA: V.M.V.M. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: IVAN LANZA CORDEIRO DE SOUZA (OAB 4615/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE FURUKAWA MAIA (OAB 8426/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM), ADV: CAIO CESAR NASCIMENTO NOGUEIRA (OAB 32165/DF), ADV: BRUNO PEREIRA DE MACEDO (OAB 39685/DF) - Processo 0632861-09.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.D.M. - REQUERIDA: A.L.C.P. - Dispositivo Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhe provimento, para incluir no dispositivo da r. Sentença o seguinte parágrafo: ''Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% sobre o valor dado à causa, na forma do artigo 85, §2º, do Código de Processo Civil''. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM) - Processo 0634657-64.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: H.C.C. - REQUERIDO: N.R.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA

- Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 11/09/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/ Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedida neste ato a carta convite conforme solicitado pala patrona da parte Requerente, tomando ciência neste ato da data designada, que compromete-se em entregar a carta convite da parte Requerida.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0635786-46.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.C.S.N. - G.S.N. e outro - EXECUTADO: A.N. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0637490-89.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.C.M.L. - REQUERIDO: F.N.L. - Decretada a revelia nos autos, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se ainda deseja produzir provas ou se deseja o julgamento antecipado da lide. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MÍRIAN DE MIRANDA TRINDADE (OAB 5300/AM), ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/ AM), ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: TATIANA DE FREITAS LOPES (OAB 11732/AM) - Processo 0638197-91.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - EXEQUENTE: P.B.G.O. - EXECUTADO: A.D.O. - Realize-se pesquisa nos sistemas Bacenjud, Infojud e Renajud a fim de encontrar ativos financeiros e bens em nome do executado. Após, dê-se vista a parte exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM), ADV: JOÃO PAULO MARQUEZ ROMANO (OAB 7332/AM) - Processo 0638836-12.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.F.H. - REQUERIDO: R.M. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/ AM) - Processo 0639656-60.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.C. - M.S.M.R. - REQUERIDA: A.P.R.C. - M.G.T.C. - Trata-se de Ação de Guarda.. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Em razão da existência de interesse de incapaz, intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: IVAN COUTINHO VIEIRA (OAB 14320/AM) - Processo 0640268-95.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: H.N.C. - ALIMENTANT: O.S.G. - DESPACHO Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Paute-se audiência de conciliação. Cite-se a parte requerida com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da audiência (art. 334, caput, do NCPC). Paute-se audiência de mediação e conciliação. Na audiência de conciliação será oportunizado as partes a realização do exame de DNA, a recusa do suposto pai indica presunção de paternidade (art. 232, do CC e Súmula 301, do STJ). Caso não haja acordo ou reconhecimento voluntário, da data da audiência, fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para o requerido ofertar contestação, consoante previsto no art. 335, CPC. Após, abre-se igual prazo para apresentação de réplica pela parte autora. Sendo realizado o exame, com o retorno do resultado, paute-se audiência de abertura. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Cumpra-se. Expeça-se o necessário, de ordem. Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0640364-13.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.A.B. - REQUERIDA: A.P.R.A. - Defiro a justiça gratuita, cumpra-se despacho de folha 11.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0641007-39.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.B.A.B. - REQUERIDO: M.C.C.B.M. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, compareceu o patrono da parte requerente, Dr. Melquisedec Freitas Pantoja OAB/AM nº 10.412, não comparecendo a parte requerida, não tendo sido devidamente citada/intimada, conforme mandado negativo de folhas 187. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 03/10/2019 às 10:30h - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no novo endereço informado na manifestação do autor de fls.188/189, já atualizado no cadastro processual.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/ AM), ADV: DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM) - Processo 0641477-02.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Fixação - REQUERENTE: Alice dos Santos Bernardino - Eloiza Pereira dos Santos - REQUERIDO: Alex de Castro Bernardino - Trata-se de Homologação de Transação Extrajudicial. Em virtude da desistência do acordo, intime-se a parte A. D. C. B., pessoalmente por Carta AR, para se manifestar acerca do petitório de fls. 10. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELLYPE ROQUE DE QUEIROZ (OAB 12625/AM) - Processo 0641991-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.M.S. - REQUERIDA: L.F.S. - Trata-se de Ação de Exoneração de Alimentos que segue o rito disposto na Lei Especial 5.478/68. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência de mediação e conciliação. Considerando a extensa pauta de audiências desta Vara e visando dar maior celeridade ao feito, paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação. Faça constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0642324-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Hilton dos Santos Sousa - REQUERIDO: Louise Figueiredo Pascarelli Rebouças - João Pedro Figueiredo Pascarelli Rebouças e outro - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de regularizar o polo passivo desta demanda, devendo o requerido menor de idade ser devidamente representado

legalmente, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: HERBERT BRUNO MAGALHÃES ASSIS (OAB 10348/AM) - Processo 0642597-80.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0641959-47.2019.8.04.0001) - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.M.D.G. - REQUERIDO: A.T.D.G. - A.G.A.M. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se ainda há questões pendentes na presente demanda. Cumpra-se

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0643176-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: V.B.S. - REQUERIDO: L.V.S.S. - Compulsando-se os autos, verifico que a atual obrigação alimentícia não beneficia somente o requerido mas também quanto a filha da autora M. S. D. S, confome fls. 16. Tendo visto isso, intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de regularizar o polo passivo desta demanda a fim de incluir M. S. D. S. como requerida, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, nos termos do art. 320, II, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0643399-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: A.B.B. - ALIMENTANT: A.P.B. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o contracheque do Requerido, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM) - Processo 0643483-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Conversão - REQUERENTE: E.L.T. - REQUERIDO: F.A.A. - DESPACHO Considerando a hipótese de litispendência, intime-se a parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, para se manifestar acerca do processo de n°0634650-43.2017.8.04.0001. Cumpra-se Manaus, 22 de agosto de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM) - Processo 0643485-49.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Elena Luiza Thein - EXEQUENTE: Maria Luiza Thein Antunes - Maria Flor Thein Antunes Andrade - EXECUTADO: Filipe Antunes Andrade - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a planilha dos débitos sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Observa-se que no cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia, prevista no rito do art. 528 do NCPC, o executado será intimado para, em 03 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ser protestado o pronunciamento judicial na forma do §1º, do art. 528 do NCPC, bem como ser lhe decretada a prisão, pelo prazo de 01(um) a 03(três) meses, destacando que o débito alimentar que autoriza a referida prisão civil é a que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução, bem com as que se vencerem no curso do processo, consoante §7º, do art.528 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0643513-17.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.S.F. - REQUERIDO: L.S.F.F. - A.S.F. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a petição devidamente assinada por todos os Requerentes, procuração assinada por todos os Requerentes, declarações de hipossuficiência e comprovante de residência no nome dos Requerentes, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0643982-97.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: M.E.B.S. - EXECUTADO: M.M.O. - Cumpra-se despacho de folha 32 no endereço informado pelo petitório de folha 58.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0644046-73.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Andre Luiz Costa Rodrigues - REQUERIDO: Rutenio France Costa Rodrigues - Tereza Cristine da Costa - Rutiane Macedo Rodrigues e outros - Tendo em vista que no dia 13/07/2017 foi publicada a Lei Complementar 178 (que alterou o art. 154 da Lei Complementar 17, modificando o rol de competências das Varas de Família), este juízo não tem competência para as ações que envolvam sucessões causa mortis e seus incidentes, petição de herança e testamentos ordinários. Assim, em cumprimento ao disposto acima e ao art. 43 do CPC, DETERMINO a redistribuição do presente processo para a Vara de Órfãos e Sucessões da Capital. DILIGENCIE-SE E CUMPRA-SE, com as cautelas de estilo e com a presteza requerida na inicial.

ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM) - Processo 0644253-72.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.E.R. - ALIMENTAND: S.C.R. - ALIMENTANT: D.C. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar o contracheque do Requerido, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0653140-79.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.C.M. - REQUERIDO: R.E.O.B. - Expeça-se mandado para que seja realizada a citação da parte requerida por meio de Oficial de Justiça, no endereço de folhas 76-77, para que apresente contestação no prazo de quinze dias e dando-lhe ciência dos alimentos provisórios arbitrados à folha 51. Cumpra-se.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0653839-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.P. - REQUERIDA: J.V.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Ante a informação do SIEL(fls. 85) e dando continuidade ao Despacho de fls. 83, Intime-se a parte autora, por seu patrono, para cumprir com o disposto no segundo parágrafo do referido despacho”.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0654657-22.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDA: R.M.C.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0661362-36.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.C.P.S. - REQUERIDO: R.S.S. - Diante do petitório de folha 34, expeça-se nova carta para citar a parte requerida para oferecer contestação, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 335 do CPC. Cumpra-se.

Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Adriana Mírian de Miranda Trindade (OAB 5300/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Ana Cristina Serique dos Santos (OAB 11008/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Áurea Helena Querino (OAB 10337/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Pereira de Macedo (OAB 39685/DF)
CAIO CESAR NASCIMENTO NOGUEIRA (OAB 32165/DF)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Henrique Furukawa Maia (OAB 8426/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)

Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
DANIELLE MENEZES COELHO (OAB 11856/AM)
Deise Suely Sales de Oliveira (OAB 12967/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliana Gomes Silva de Paula (OAB 4341/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fabiola Reis dos Reis (OAB 12103/AM)
Fernando Ricardo Fernandes Coelho (OAB 2218/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Yunes da Rocha (OAB 9623/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Herbert Bruno Magalhães Assis (OAB 10348/AM)
Ivan Coutinho Vieira (OAB 14320/AM)
Ivan Lanza Cordeiro de Souza (OAB 4615/AM)
Ivanildo Vieira de Mello (OAB 113459/RJ)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Paulo Marquez Romano (OAB 7332/AM)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
Jose Araújo Feitosa (OAB 5856/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Laercio Timoteo da Silva (OAB 001.303/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Fellype Roque de Queiroz (OAB 12625/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcelo Nobre de Souza (OAB 7089/AM)
Marcos dos Santos Carneiro Monteiro (OAB 12846/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marlon Soares Costa (OAB 3763/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nivaldo Luiz Pereira da Silva Júnior (OAB 13833/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro Augusto Oliveira da Silva (OAB 1923/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rodrigo Campos do Rosário (OAB 13727/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Ronan Augusto Bravo Lelis (OAB 298953/SP)
Rosalvo Frazão (OAB 672/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rozileno Ferreira Cavalcante (OAB 12991/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Silvia Correa de Aquino (OAB 279781/SP)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tatiana de Freitas Lopes (OAB 11732/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)
Wellington Augusto de Paula e Sousa (OAB 4534/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0205798-06.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: P.E.D.A. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0206698-86.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: J.M.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211109-75.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.H.M. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211324-51.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: D.P.O. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os

requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211685-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: R.S.A. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0215554-10.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXEQUENTE: A.A.R.S. - Execução de alimentos com pagamento da dívida. Extinção, com fundamento no art. 924, II do Código de Processo Civil. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0217905-82.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: L.S.C. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0219040-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: F.M.M.R.S. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0236792-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.P. - Procedimento Comum Cível Partes qualificadas nos autos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência de instrução - oitiva do autor. O relatório, no essencial. Ponderada a situação, não se tem por razoável o acolhimento do pedido, diante da situação informada nos autos. Conquanto a requerida não tenha comparecido ao processo para, eventualmente, contestar o pedido, se fosse o caso, não há provas que favoreçam o acolhimento da pretensão. No caso presente o autor não fez prova alguma da união estável e tão pouco da propriedade, ou seja, do imóvel que deseja partilhar, não colacionando qualquer documento neste sentido. Ainda que a requerida não tenha comparecido ao processo, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do direito - art. 373, do Código de Processo Civil. O reconhecimento da pretensão da parte autora depende de um mínimo razoável de prova, de modo a permitir a verossimilhança das alegações. Na disciplina do art. 371 do Código de Processo Civil, " O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento." Diante do disso, insuficientes as provas, tem-se por rejeitado o pedido, nos termos do art. 487, I , do Código de Processo Civil. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0237746-34.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: R.R.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31/10/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias. CERTIFICO que o requerente compareceu à vara e foi intimado pessoalmente no balcão, saindo ciente da data e horário da audiência.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0246168-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: C.A.O.P. - Divórcio direto litigioso. Partes identificadas acima, qualificadas nos autos. Citação, sem resposta. Revelia decretada. Julgamento antecipado anunciado. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. Situação de fato informada na inicial comporta julgamento antecipado ao teor do que disciplina o artigo 355, II do CPC. A(o) ré(u), embora citada(o), não se fez presente, para eventual contestação. Atendidos, assim, os requisitos formais e substâncias, deve o pedido ser acolhido, nos termos constantes da inicial. Diante dessas considerações, tem-se por decretado o divórcio nos termos e condições da inicial, para todos os efeitos legais. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0618533-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDA: K.S.B. - Requerimento de homologação de acordo. Pagamento parcelado concernente a meação em processo de dissolução de união estável. Requerentes qualificados. Documentação pertinente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0621793-62.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.B.B. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: RAFAELA ANDRADE MARINHO FARIAS (OAB 139790/RJ), ADV: JOSÉ CARLOS RIBEIRO ALVES (OAB 141454/RJ), ADV: RODRIGO PAPAZIAN (OAB 133550/RJ) - Processo 0639490-62.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDO: Y.C.A. e outro - Vistos etc... Investigação de paternidade. Partes qualificadas nos autos. Citação dos requeridos. Audiência de reconhecimento voluntário frustrada. Contestação dos requeridos. Manifestação da autora. Exclusão da paternidade de Yan Costa de Andrade - DNA negativo.

Confirmação da paternidade de Arthur Chelles Salles Ribeiro - DNA positivo. Averbação da paternidade no registro de nascimento, voluntariamente. Requerimento de arbitramento de alimentos. O relatório, no essencial. Trata-se, na espécie, de ação de investigação de paternidade cumulada com retificação do registro civil, proposta por Sophya Lopes de Lima, neste ato representada por sua genitora Gessyka Lopes de Lima, contra Yan Costa de Andrade e Arthur Chelles Salles Ribeiro. Citados e intimados para audiência de conciliação, para eventual reconhecimento voluntário ou a coleta de material genético, os requeridos não compareceram. Em contestação, entretanto, o primeiro requerido apresentou laudo de exame de DNA com resultado negativo; o segundo requerido pugnou pela realização do exame. Realizado o exame, houve a confirmação da paternidade com relação a Arthur Chelles Salles Ribeiro, com a informação de averbação voluntária no registro de nascimento da autora - nova certidão de nascimento nos autos, pág. 110. O pedido, nos termos da inicial, prende-se ao direito da criança, assegurado pelo princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, de conhecer a sua origem genética/biológica e desfrutar de sua identidade. No caso, o exame de DNA confirmou a paternidade do segundo requerido que, inclusive, providenciou a averbação; desnecessária a produção de outras provas. Diante disso, firme no exame de DNA e reconhecimento da paternidade pelo segundo requerido, com averbação voluntária, tem-se por acolhido o pedido quanto a este e rejeitado quanto ao primeiro, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Quanto ao requerimento de alimentos, tem-se por inadequado neste processo, uma vez que não foi pedido na inicial, nem foi objeto de discussão. A autora, entretanto, poderá demandar o requerido pai em ação própria. Sem custas, deferida a gratuidade. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0644418-56.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERIDO: L.R.M.S. - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado, haja vista que a parte mudou de endereço sem informar a este Juízo ou o declinou incorretamente nos autos, o que a torna válida, nos termos do art. 274, parágrafo único c/c art. 106, II, § 1º do CPC. Extinção, com fundamento no artigo 485, III do CPC. Custas suspensas por força do artigo 12 da Lei n. 1.060/1950. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0661718-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDO: V.S.A.P.V. e outro - Processo parado há mais de 30 (trinta) dias, sem providência da parte interessada. Intimação sem resultado. Extinção, com fundamento no artigo 485, III, do CPC. Sem custas. Intime-se. Transitando em julgado, providenciem-se baixa e arquivamento.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
José Carlos Ribeiro Alves (OAB 141454/RJ)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Rafaela Andrade Marinho Farias (OAB 139790/RJ)
Rodrigo Papazian (OAB 133550/RJ)
Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVELYN REBELO DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0041210-75.2002.8.04.0001 (001.02.041210-0) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXECUTADO: VALDO DA SILVA PEREIRA - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0041210-75.2002.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de VALDO DA SILVA PEREIRA, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0200322-21.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: A.A.G. - REQUERIDO: A.M.G. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0200322-21.2018.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Airlison de Moraes Guimarães, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0201216-60.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: A.S.C.C. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0201216-60.2019.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de APARECIDA DO SOCORRO COSTA CAVALCANTE, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) NILZA DE OLIVEIRA COSTA CAVALCANTE. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 17 de julho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0203100-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - CURATELADA: Lady Dayana Primavera de Oliveira - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0203100-27.2019.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Lady Dayana Primavera de Oliveira, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Paulo do Nascimento de Oliveira. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial.

DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 17 de julho de 2019.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: IVAN LIMA DA SILVA (OAB 3847/AM), ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM) - Processo 0211364-43.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: M.E.B.M. - EXECUTADO: J.A.M.M. - Considerando que o presente acordo atende o interesse das partes, tendo, por sua vez, o Ministério Público se manifestado favoravelmente, HOMOLOGO, na forma do art. 487, III, b , do Código de Processo Civil, o acordo ora formalizado, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Dou a sentença por publicada em audiência e os presentes por intimados. Após a expedição dos atos necessários, arquivem-se.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0226274-70.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: CASSIANO CORREA DE OLIVEIRA - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0226274-70.2016.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de CASSIANO CORREA DE OLIVEIRA, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0227168-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXECUTADO: C.C.A. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0227168-12.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de CÉLIO DA CONCEIÇÃO ALENCAR, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0228063-46.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERENTE: L.G.S.C. - REQUERIDO: L.C.C. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0228063-46.2012.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Leandro Carvalho Costa, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0228238-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: S.P.N. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0228238-30.2018.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Samuel Pereira do Nascimento, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231854-23.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADO: J.C.R.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0231854-23.2012.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Jean Carlos Rodrigues da Silva, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0235157-35.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDO: R.P.C. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0235157-35.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Rebeca Praia Cavalcante, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Otilia Maria Praia Cavalcante. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 17 de julho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0239086-86.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: A.L.X. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0239086-86.2012.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias,

destinado à INTIMAÇÃO de Anderson Lima Xavier, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0240671-66.2018.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.C.B. - REQUERIDA: A.P.C. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Remoção, Modificação e Dispensa de Tutor Ou Curador nº 0240671-66.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de ADELIA PEREIRA DA COSTA, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) MARLY PEREIRA DA COSTA BARROS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 02 de julho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0241175-72.2018.8.04.0001 - Interdição - Seção Cível - REQUERIDO: F.C.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0241175-72.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de FABIANO CARVALHO DOS SANTOS, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) MATILDE CARVALHO DOS SANTOS. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 19 de junho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0242994-78.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: A.L.F.C. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0242994-78.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de André Luiz Ferreira Costa, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0244120-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDO: I.G.S.F. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0244120-66.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de IDEVAL GOMES DA SILVA FILHO, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0244227-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: W.P.X. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0244227-47.2016.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Washington Pereira Xavier, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0244699-77.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: L.S.G. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0244699-77.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de LILIANE DA SILVA GOMES, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) MARIA JUCICLENE CAETANO DA SILVA. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 17 de julho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0245598-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: C.S.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0245598-12.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Célio Soares de Souza, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos

de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0246403-28.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: F.A.B. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0246403-28.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Francisco de Andrade Bruce, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Raimunda Geraldina Macena Bruce. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 19 de junho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0247787-26.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDO: I.M.S.B. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0247787-26.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de ILER MARCELO DE SOUZA BRANDÃO, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) INDRA MARA DE SOUZA BRANDÃO. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 17 de julho de 2019.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0257080-64.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERIDO: F.D.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0257080-64.2011.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de FÁBIO DOVAL DA SILVA, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Honorários fixados em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0343520-05.2007.8.04.0001 (001.07.343520-2) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERIDO: T.M.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0343520-05.2007.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Telmo Mendonça de Souza, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 7016/AM) - Processo 0602402-87.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Juciene Cruz da Costa - EXECUTADO: Ely Costa - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se Ely Costa por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, conforme o procedimento adotado.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: ELLEN CRISTINE ALVES DE MELO (OAB 7016/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0602402-87.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Juciene Cruz da Costa - EXECUTADO: Ely Costa - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0602402-87.2018.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Ely Costa, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0603352-96.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: C.E.P.M. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0603352-96.2018.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Carlos Eduardo Pereira de Macêdo, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0604228-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERIDO: F.S.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação

de Cumprimento de Sentença nº 0604228-90.2014.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de FRANQUISMAR SIMÕES DOS SANTOS, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0625952-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: Marcio Julio Pereira Maia - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0625952-48.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Marcio Julio Pereira Maia, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0631433-55.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: J.N.S. - REQUERIDO: J.S.P. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0631433-55.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Joab de Souza Patu, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Jociane das Neves de Souza. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de junho de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0634289-65.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: I.S.D. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0634289-65.2013.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de IVAN SOUZA DIAS, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0635887-49.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: A.S.C. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Cumprimento de Sentença nº 0635887-49.2016.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Afranio Silva Cavalcante, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0638567-70.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: M.B.P. - EXECUTADO: L.O.S.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Execução de Alimentos Infância e Juventude nº 0638567-70.2017.8.04.0001, encontrando-se o(a) réu(ré), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à INTIMAÇÃO de Luiz Otavio Silva Santos, para, no prazo de 3 (três) dias, pagar o débito alimentício relativo às 3 (três) parcelas anteriores ao ajuizamento da ação e o que se vencer no curso do processo, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob as penas da lei. Quanto ao restante da dívida - anterior a 03 (três) meses do requerimento de cumprimento, intime-se para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora. Não efetuado o pagamento no prazo estabelecido, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no mesmo percentual. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0651178-21.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: J.R.S. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0651178-21.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Josete Rodrigues da Silva, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Israel Andrade da Silva. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de

sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de junho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0652642-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDO: E.E.Q.O. - Considerando que o presente acordo atende o interesse das partes, HOMOLOGO, na forma do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil, o acordo ora formalizado, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas. Dou a sentença por publicada em audiência e os presentes por intimados. Após a expedição dos atos necessários, arquivem-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0659835-49.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: M.F.S. - EDITAL DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO: O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0659835-49.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Maria de Fátima Soares, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Francisca Soares dos Santos. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 18 de junho de 2019.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0659837-19.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERIDA: G.M.S. - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo, tramitaram os autos da Interdição nº 0659837-19.2018.8.04.0001, nos quais foi proferida sentença de INTERDIÇÃO de Guiomar Martins dos Santos, pessoa com deficiência, sendo-lhe nomeado(a) CURADOR(A) o(a) senhor(a) Maria do Socorro Martins dos Santos. A curatela é por tempo indeterminado, tendo por finalidade a assistência do(a) interditando(a), devendo o(a) curador (a), zelar pelo bem estar físico e psíquico do curatelado, prestar alimentos necessários, defender seus interesses, cuidar de sua educação e desenvolvimento, administrar seu patrimônio da forma mais adequada, podendo praticar todos os atos necessários à administração dos negócios e bens do curatelado, exceto os que dependem de poderes especiais, subordinados ao controle judicial. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, aos 19 de junho de 2019.

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Ellen Cristine Alves de Melo (OAB 7016/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Ivan Lima da Silva (OAB 3847/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EVELYN REBELO DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0233186-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERIDA: F.X.L.A. e outros - O(A) Doutor(a) Dídimo Santana Barros Filho, MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara de Família (Euza Maria) da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo, se processa a ação de Procedimento Comum Cível nº 0233186-15.2018.8.04.0001, onde é (são) Requerente(s) MARIA DO ROSÁRIO DE MATOS CORRÊA e Requerido(s) FLORENCE XAVIER DE LIMA AGUIDO, encontrando-se este(a)(s), atualmente, em lugar desconhecido ou incerto. Desta forma, expediu-se o presente edital, com prazo de 20 (vinte) dias, destinado à CITAÇÃO do(a)(s) Sr(a)(s). FLORENCE XAVIER DE LIMA AGUIDO, para integrar a relação processual, podendo, devidamente representado(a)(s) por advogado ou defensor público, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da publicação deste edital no Diário da Justiça Eletrônico, sob pena de revelia. Em caso de revelia, será nomeado curador especial.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0625566-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: F.C.S. - Vista ao Ministério Público.

Sem Patrono (OAB /AM)

6ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA AUXILIADORA SANTANA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0000971-24.2005.8.04.0001 (001.05.000971-1) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Karoliny Barroso de Souza - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 83), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: KARINA DE FARIAS SERRA (OAB 9605/AM) - Processo 0004812-27.2005.8.04.0001 (001.05.004812-1) - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: Gabriel Souza de Araújo - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação da parte executada, nos moldes do mandado de fls. 75. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0028921-08.2005.8.04.0001 (001.05.028921-8) - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Rita de Cassia da Silva Aguiar - 1. Diante da petição retro (fls. 22/23), INTIME-SE o patrono da parte autora para comparecer à Secretaria deste Juízo, para o fim de retirar o pretendido "termo de curatela" de fls. 20, com o carimbo da 6ª Vara de Família. 2. Outrossim, no que concerne ao pedido do item 2, de fls. 22, a averbação da sentença, junto ao Cartório de Registro Civil, deve ser promovida pela própria parte interessada. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0048377-41.2005.8.04.0001 (001.05.048377-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Janaina de Souza Pereira - REQUERIDO: Marcos Moreira do Nascimento - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será

extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0048377-41.2005.8.04.0001 (001.05.048377-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: Janaina de Souza Pereira - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0048377-41.2005.8.04.0001 Ação:Cumprimento de Sentença/PROC Requerente:Advogado:Janaina de Souza Pereira Beatriz Botinelly Cunha e Silva RequeridoMarcos Moreira do Nascimento O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, JANAINA DE SOUZA PEREIRA, titular do RG n.º 15398013-1 e do CPF sob o n.º 660.846.952-72, residente e domiciliado(a) na Rua 122, 3, Q/d 222 NI 11, Cidade Nova - CEP 69096-530, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Cumprimento de Sentença/PROC n.º 0048377-41.2005.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0200081-18.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.P.L. - EXECUTADO: L.P.S. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Execução de Alimentos, proposta por I. P. da S., menor representada por sua genitora a Srª C. P. L., em face de L. P. da S., todos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 74, foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 77. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 75), para prosseguimento na lide, Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo, conforme fls. 80. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0200851-40.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.C.M. - Diante da juntada d certidão de fls. 56, e manifestação retro, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0203809-67.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: L.B.C. - ATENDA-SE o requerimento retro. INTIMEM-SE a parte patrocinada pela Defensoria Pública, pessoalmente, tendo em vista que o ato processual depende de providências ou informações que somente a parte realizar ou prestar a este Juízo, conforme Art. 186, § 2º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALBERTO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 3974/AM), ADV: CHRISLINE PATRÍCIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 1152A/AM) - Processo 0204892-21.2016.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.F.S. - REQUERIDO: A.G.S. - A.F.S. - I.J.C.G. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Depoimento da parte Autora e da avó paterna para o processo em epígrafe, a ser realizada em 03/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR AVÓ PATERNA.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0205575-87.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: L.S.L.J.S.L. - PELO EXPOSTO, com fundamento no que dispõe o art. 321, par. ún. e art. 330, inc. IV ambos do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo sem resolução de mérito (CPC, 485, I).

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0205762-61.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.S.S. e outro - 1. Em razão da juntada de fls. 54/73, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM), ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0207311-14.2016.8.04.0001 (processo principal 0632631-35.2015.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Marcela Bastos Saraiva Zacra - REQUERIDO: José Almir Saraiva Ermelindo - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0208567-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.M.A. - REQUERIDO: M.C.A.A. - Att. Patrono, favor informar novo endereço do Requerido.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM) - Processo 0209529-49.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: E.F.S.P.M.I. e outros - ATENDA-SE o requerimento retro, INTIME-SE a parte requerida na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0209855-04.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.C.S.G.C.S. - 1. Diante a certidão de fls. 46, INTIME-SE o(a) Defensor (a) da parte exequente, via portal e-SAJ, pra manifestação pertinente. 2. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0210637-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.R.C.B.P. - 1. Diante da certidão de fls. 36, INTIME-SE o(a) Defensor (a) da parte exequente, via portal e-SAJ, para manifestação pertinente. 2. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0211469-25.2010.8.04.0001 (001.10.211469-3) - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: Isaac Saul Crisostomo Farache - Diante do resultado retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM) - Processo 0211547-43.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: B.E.S.F. - 1. Ante o requerimento de fls. 40-41, PROCEDAM-SE as retificações no cadastramento da parte, junto ao SAJ/PG-5. 2. Outrossim, sobre a busca de endereço realizada (fls. 42), diga a parte interessada,

no prazo de 05 (cinco) dias. 3. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos.

ADV: KENIA CAVALHEIRO (OAB 79137/RS), ADV: LUANA HUNDERTMARCK MINATO (OAB 81993/RS), ADV: NATÁLIE LEAL NORNBERG (OAB 80892/RS) - Processo 0212012-47.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: J.J.V. e outro - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (J. J. V. e L. D. A. S.), na forma e local ali indicados, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0213510-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: J.A.M.A. - REQUERIDA: G.C.S. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 10:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDA.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0216107-86.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: D.T.P. - PELO EXPOSTO, com fundamento no que dispõe o art. 321, par. ún. e art. 330, inc. IV ambos do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo sem resolução de mérito (CPC, 485, I).

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0218773-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: W.R.P. - REQUERIDA: E.C.S. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL c/c ALIMENTOS E GUARDA DE UMA FILHA EM COMUM, que foi proposta por W. R. de P., em face de E. C da S., ambos devidamente identificados e qualificados nos autos. Neste ato processual, realizado perante este Juízo e os respectivos patronos, as partes estão requerendo a homologação do acordo supra, atinente ao reconhecimento e dissolução da união estável que tiveram, assim como quanto à guarda, alimentos e regulamentação de visitas em relação a única filha que tiveram em sua relação. Concedida a palavra ao Ministério Público, na mesma ocasião, seu representante declarou ser favorável ao que pretendem os ex-companheiros sob foco, tudo segundo prescreve o artigo 178, inciso II, do mesmo código. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Analisando o caderno processual, cujos termos do acordo entabulado pelas partes estão acima muito bem especificados, verifica-se que os acordantes têm legitimidade e possuem interesse de agir, na medida em que a intervenção judicial que pretendem consiste em formalidade necessária à eficácia do pactuado, inclusive perante terceiros e, principalmente, no que diz respeito à única filha que eles tiveram em sua relação de mais de 13 (treze) anos de duração, a menor L. M. S. P., a qual continuará sob a guarda de fato de sua mãe e morando com ela e sua irmã/ unilateral mais velha. Ademais, friso que tal pretensão é juridicamente possível na medida em que restaram preservados os interesses e os direitos indisponíveis da citada menor, chamada L. M. S. P., que comporta fiscalização pelo Poder Público em virtude de sua natureza e relevância, ficando a possível partilha de bens para outro processo e momento posterior. A propósito, esse tipo de jurisdição (agora voluntária) consiste em atividade judiciária de administração pública de interesses privados, na qual se confere assistência protetiva a uma relação jurídica unilateral mediante a homologação judicial, através da qual se aprova e autoriza o ato. Por derradeiro, assinalo que houve a indispensável/obrigatória intervenção do Ministério Público, que opinou pela homologação do acordo em todos os seus termos, cujos elementos de prova constam dos autos. Ante o exposto, presentes as condições da ação e cumpridas as formalidades legais atinentes à espécie; HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO CONSTANTE DESTA AUDIÊNCIA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos; DECLARO QUE AS PARTES MANTIVERAM UMA UNIÃO ESTÁVEL COM 13 ANOS DE DURAÇÃO (entre O INÍCIO DE 2005 ATÉ JANEIRO DE 2018), ocasião de sua dissolução; DECRETO A GUARDA COMPARTILHADA DE L. M. S. P., em favor de seus genitores; E JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, em audiência. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: RAFAEL ANTONIO DE ARAUJO BARBOSA (OAB 13634/AM), ADV: FRANCINILBERSON BELTRÃO AYRES (OAB 7956/AM) - Processo 0219708-37.2018.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: F.S.C. - REQUERIDA: F.A.S.S. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, promove pela intimação das partes para adoção das providências que considerarem pertinentes. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0219961-06.2010.8.04.0001 (001.10.219961-3) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: Bianor Xavier Esquerdo - REQUERIDA: Priscila de Macedo Lucas - Ante o requerimento retro, INTIME-SE a parte requerida, por oficial de justiça, para manifestação pertinente. Após, à conclusão. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA CUNHA (OAB 12251/AM) - Processo 0221214-19.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.A.M. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Cumprimento de Sentença, que foi formalizada por P. D. A. D., menor representada por sua genitora, a Srª D. A. M., em face de P. B. D. N., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 03/13. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 62, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 63. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 64, conforme certidão fls. 65 e 67, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 19 de outubro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 45/48, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0223250-97.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.D.S.M. - EXECUTADA: L.S.S. - 1. Diante da petição retro de fls 52/61, INTIME-SE a parte exequente, por meio de sua Defensora Pública e, por carta com AR, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0224459-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.S.O. - INDEFIRO de pedido retro, tendo em vista que o feito trata-se de cumprimento de sentença. Outrossim, REITERO o despacho de fls. 44, que determina a intimação da parte exequente para manifestação pertinente a juntada de fls. 41 e 43. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 1295A/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0225037-35.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: L.M.O. - REQUERIDO: D.M.F. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente a juntada às fls. 47-51 e seguintes.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0225337-94.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: S.A.C.S.M.I. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos, que foi formalizada por S. A. C. da S., menor representado por sua genitora, a Srª. G. C. de C., em face de S. C. F. Da S., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 03/09. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 101, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 102. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 103, conforme certidão de fls. 105/106, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 07 de julho de 2017, conforme juntada de petição de fls. 68, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: DÉBORA TAPAJÓS ANDRADE (OAB 8964/AM) - Processo 0226195-38.2009.8.04.0001 (001.09.226195-8) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.S.S. - CUMPRA-SE o despacho de fls. 87, integralmente.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0226835-26.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: I.S.A.D. - REQUERIDO: A.B.P. - DESPACHO INICIAL: 1. A exequente I. S. A. B., neste ato representada por sua genitora, Sra. D. A. D., formulou requerimento de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS em face de A.B. P., tendo a mesma optado pelos procedimentos previstos nos arts. 523 e 528 do Código de Processo Civil, conforme demonstrativo de débito contido na petição e documentos de fls. 20-30. 2. Pois bem, uma vez presentes os requisitos autorizadores e por força da tutela provisória concedida nos autos de IRDR nº 4002002-57.2018.8.04.0000, pelo Desdor. Relator Aristóteles Lima Thury; DEFIRO O PROCESSAMENTO CONJUNTO - E NOS MESMOS AUTOS - DAS PARCELAS ATUAIS E ANTIGAS, cindindo os procedimentos do rito da prisão e da expropriação de bens, devendo a secretaria deste juízo reativar os presentes autos e retificar o cadastro de partes e representantes no SAJ/PG-5. 3. Nos termos do art. 98 do Código de Processo Civil, CONCEDO à parte autora os suscitados benefícios da assistência judiciária gratuita. 4. PROCEDIMENTO DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS 4. 1. INTIME-SE a parte devedora, por carta com aviso de recebimento (art. 513, § 4º do CPC), para que cumpra a sentença e efetue o pagamento dos valores liquidados pela parte credora (fls. 25), no prazo de 15 (quinze) dias, acrescidos de custas, se houver, sob pena de penhora de bens. 4. 2. DÊ-SE-LHE, também, ciência de que decorrido o prazo de 15 dias para pagar, terá outros 15 dias para impugnar a execução, na forma do art. 525, também do CPC. 4. 3. Não sendo efetuado o pagamento no prazo do "subitem 4.1.", INTIME-SE a parte credora, por sua defensora pública, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não o fez (CPC, art. 524, VII). 5. PROCEDIMENTO DA PRISÃO 5. 1. INTIME-SE a parte executada, pessoalmente, por mandado judicial, para no prazo de 3(três) dias, efetuar o pagamento das parcelas referentes aos meses de ABRIL, MAIO E JUNHO/2019, no valor de R$ 313,77, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto (CPC, art. 528, § 1º) e de prisão civil (CPC, art. 528, § 3º). 5. 2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, INTIME-SE a parte exequente, por sua defensora pública, para manifestação, seguindo-se VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção. 6. À Secretaria para as providencias necessárias, com a urgência que a lide reclama e com a máxima atenção à cisão dos procedimentos, CERTIFICANDO-SE sempre que for necessário. 7. Int. CUMPRA-SE, observando-se as prerrogativas legais dos membros da Defensoria Pública, a saber: prazo em dobro e intimação pelo portal e-SAJ.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0228399-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: FABIO GONÇALVES MARQUES - Diante da certidão de fls. 43, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0228521-53.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - DissoluçãoMaria Rosas Magno Huerta - DEFIRO o processamento do cumprimento de sentença de fls. 18-19 e seguintes; PROCEDAM-SE no SAJ/PG-5: a) a evolução da classe processual para "Cumprimento de Sentença"; b) as retificações necessárias em relação as partes e seus representantes e, c; a reativação dos presentes autos. Após, INTIME-SE o executado R. T. H., por mandado judicial, para dar cumprimento a sentença de fls. 15-17, ou provar que o fez, no prazo de 15 (quinze) dias; CONSIGNE no mandado que o descumprimento da obrigação de fazer no prazo estipulado poderá: a) gerar aplicação de multa

diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), limitada ao prazo de 30 dias; b) ser tomada outras providências para assegurar a tutela específica ou o resultado prático equivalente, podendo, inclusive, serem aplicadas cumulativamente; c) incidir o executado nas penas de litigância de má-fe; d) responder o executado por crime de desobediência (art. 536, §§ 1º ao 4º do NCPC) ; Caso persista o inadimplemento, APLIQUE-SE "in continenti" o disposto no art. 525 do mesmo Código, no que couber.

ADV: MÁRCIA FABÍOLLA HOLANDA FERREIRA (OAB 9338/AM) - Processo 0229075-51.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0629405-17.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDA: CLEIMARA RUFINO DE SOUZA - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro (fls. 61/62). Antes de qualquer deliberação, INTIME-SE a parte requerente, por meio de seu defensor e por carta com AR, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JONAS ENGEL AZEVEDO (OAB 109461/RS) - Processo 0230497-61.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: E.P.B.S. e outros - REQUERIDO: F.A.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Depoimento Pessoal do Requerido e a Inquirição das Testemunhas para o processo em epígrafe, a ser realizada em 04/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR REQUERIDO E TESTEMUNHAS.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231233-16.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERENTE: N.F.S. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231357-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: V.P.O. - INTIME-SE a parte credora, pelo procurador, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% (dez por cento) e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá ndicar bens para serem penhorados, se ainda não do fez (Art. 524, VII do NCPC)

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0231570-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: A.A.S.R.A.S.A.A.S.M.M. - FACULTO à parte exequente instruir corretamente o requerimento de fls. 55 às disposições contidas na nova lei de ritos, juntando demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma do art. 524, do CPC, observando que trata-se de 02 (dois) ritos, o da prisão e o da expropriação de bens.

ADV: DANIELE ZANELATO (OAB 338130/SP) - Processo 0231646-92.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: S.P.S. - REQUERIDO: R.F.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Depoimento das Testemunhas para o processo em epígrafe, a ser realizada em 05/12/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. CITAR/INTIMAR TESTEMUNHAS.

ADV: WASHINGTON COLARES DA SILVA (OAB 3244/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0234434-94.2010.8.04.0001 (001.10.234434-6) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: B.S.V.T. - Em exame ao corpo processual, verifico que a parte exequente não aceitou a proposta de parcelamento do executado e, requereu, ao final da última audiência (fls. 275/276), o prosseguimento da presente execução. Desde já, em razão da natureza alimentar do crédito, bem como porque esse processo se arrasta há mais de 06 (seis) anos, sem que as partes cheguem a um consenso; nos termos do que dispõe o art. 139, IV, do Código de Processo Civil e as demais normas da matéria, PASSO A DELIBERAR DA SEGUINTE MANEIRA: 1. Antes de qualquer outra manifestação, devolvo os autos à Secretaria, para que seja certificado o eventual transcurso de prazo para oferecimento de impugnação por parte do executado, tudo em observância aos termos do mandado de fls. 372 e audiência de fls. 375/376. 2. Após, considerando que o despacho de fls. 219, não foi INTEGRALMENTE cumprido; REITERO OS ITENS 6 A 8 DO DITO DESPACHO DE FLS. 2019, nos seguintes moldes: (2.1) INTIME-SE a parte credora, pelo procurador, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não o fez (CPC, 524, VII); (2.2) Em seguida, EXPEÇA-SE mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (CPC, 523, § 3º, c/c 513 e 831 e ss.); (2.3) Do resultado do mandado de penhora e avaliação, INTIME-SE a parte exequente para manifestação. Caso reste negativa a diligência e a parte não se manifeste pelo prosseguimento, aguarde-se em arquivo provisório. 3. Intimem-se e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a urgência que a lide reclama.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0234487-94.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: T.S.S. - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. Int.CUMPRA-SE.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM) - Processo 0236081-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REPTANTE: C.S.V. - EXECUTADO: R.A.S. - PROCEDA-SE o apensamento desta ação ao processo mencionado na primeira folha da inicial (0224714-30.2015.8.04.0001). Em seguida, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0238303-65.2010.8.04.0001 (001.10.238303-1) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: M.A.B. - REQUERIDO: R.A.O.B. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 257), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0238534-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: F.C.M.R. - Antes de deliberar sobre o requerimento de fls. 81-84; ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. INTIME-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0239033-95.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: J.A.P.T. - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, o mais breve que for possível, cientes as partes de que não obtida a autocomposição o processo retomará o procedimento previsto em lei. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso concreto reclama.

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM),

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0239456-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - EXEQUENTE: J.M.H. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 136), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0239915-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: E.L.D.N. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação da parte executada requerido na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0242810-59.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.B.C. e outro - INDEFIRO o pedido de intimação da parte executada, via edital, por não se enquadrar nos requisitos previstos no art. 256 do Novo Código de Processo Civil. 2. Ademais, CONSIGNO que compete ao autor informar o endereço do réu, ou solicitar ao juízo de direito diligências para a obtenção do mesmo (art. 319, § 1º do NCPC). 3. Assim, INTIME-SE o patrono do (a) exequente, para as providências que entender necessárias, no prazo de 5 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: GÉRSON MENEZES EVANGELISTA (OAB 5268/AM), ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM) - Processo 0244015-31.2013.8.04.0001 (processo principal 0205849-66.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - União Estável ou Concubinato - EXEQUENTE: Terezinha Benedita Rocha dos Santos - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0244366-33.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: I.F.L.P. - ATENDA-SE o requerimento retro. INTIMEM-SE a parte patrocinada pela Defensoria Pública, pessoalmente, tendo em vista que o ato processual depende de providências ou informações que somente a parte realizar ou prestar a este Juízo, conforme Art. 186, § 2º do NCPC. Int. CUMPRA-SE.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: PAULA THAÍS GADELHA DOS SANTOS (OAB 11973/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0246388-98.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0702477-47.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: A.L.S.V. e outros - 1. Antes de qualquer deliberação, ATENDA-SE a manifestação ministerial retro (fls. 178), através de Ofício à 7ª Vara de Família, para informações sobre o andamento, ou eventual conclusão, do processo de número 0601475-97.2013.8.04.0001. 2. À Secretaria para as providências necessárias. CUMPRA-SE, com a urgência que o caso reclama.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: JAMESON DAMASCENO PINHEIRO DE MENEZES (OAB 3339/AM), ADV: ELANIL VANDA MIRANDA DOS SANTOS (OAB 6652/AM) - Processo 0251045-15.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: J.M.R. - REQUERIDA: A.I.M.C. - 1. Considerando a natureza da causa, bem como as peculiaridades do caso e, levando em conta que, apesar de ter ajuizado a presente Oferta de Alimentos, o autor não promoveu nenhum ato capaz de dar efetividade ao cumprimento da obrigação alimentar a que se propôs assumir, e tampouco oferecido réplica à contestação, não tendo, por conseguinte, refutado, nem impugnado as alegações da alimentanda e os documentos acostados à peça contestatória, além de não ter comparecido à Audiência de Instrução e Julgamento, inobstante ter sido devidamente intimado por três vezes da designação do referido ato, sem qualquer justificativa ou manifestação de sua parte ou de seu advogado, negligenciando assim os interesses de sua filha menor, nascida em 10/12/2012, atualmente com 06 (seis) anos de idade,cuja infante não pode prescindir da contribuição pecuniária do seu genitor para prover as despesas com o seu sustento e a sua educação, além de demonstrar nítido desprestigio a este Juízo e à Justiça, FIXO Alimentos Provisórios em favor da menor alimentanda no valor equivalente a 03 (três) salários mínimos vigentes, conforme requerido na contestação,cujo montante deverá ser pago mensalmente pelo alimentante, a partir do mês em curso, mediante depósito bancário em conta a ser informada pela parte requerida, no prazo de 05 (cinco) dias, ao tempo em quê, diante da desnecessidade da produção de novas provas em audiência, DEFIRO pedido da requerida constante da constestação de fls. 45/50, acompanhada dos documentos de fls. 51/96, no sentido de julgar antecipadamente a lide, DETERMINANDO a intimação das partes para oferecerem suas Alegações Finais, por Memoriais, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, a partir da data desta audiência, devendo ser apresentadas primeiramente pelo autor, e depois pela requerida. 3. Memoriais nos autos, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público. 4. INTIMEM-SE as partes desta decisão, ressaltando que a requerida, por sua genitora e advogada, já foi devidamente intimada nesta audiência, e que o autor deverá ser intimado desta decisão, por seu patrono, com a ressalva de que a requerida é beneficiaria da justiça gratuita. 5. FIXO o prazo de 05 (cinco) dias, a partir desta audiência, para juntada de substabelecimento pela patrona da requerida. 6. CUMPRA-SE com a urgência que a demanda reclama."

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0254339-51.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: R.P.R. e outros - Diante do resultado retro, INTIME-SE a parte autora, por seu (sua) patrono(a), para manifestação solicitando providências que entender necessário ao prosseguimento do feito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE SANTOS (OAB 5154AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: LUIZ DOMINGOS ZAHLUTH LINS (OAB 3596/AM) - Processo 0318309-64.2007.8.04.0001 (001.07.318309-2) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Nasla Mousse e outros - REQUERIDO: Rita da Cunha Mousse e outros - 01. Tendo em vista que o processo está sentenciado às fls. 466, transitadoe m julgado em 06.06/2017, após as providências que ainda se mostrem necessárias, mantenha-se a efetiva baixa e o posterior ARQUIVAMENTO dos autos. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM) - Processo 0342871-40.2007.8.04.0001 (001.07.342871-0) - Alimentos - Provisionais - Revisão - REQUERENTE: O.R.B. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo 0364804-69.2007.8.04.0001 (001.07.364804-4) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.W.R.S.J. - REQUERIDA: C.S.C.P. - Tendo em vista o Relatório de Cálculo de fls. 164, INTIME-SE o patrono do Autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceder ao pagamento das custas, sob pena de execução. CUMPRA-SE.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM) - Processo 0600172-09.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.M.V. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Petição Cível, que foi intentada por R. M. V., em face de H. P. S., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora

achou por bem em ingressar com a petição de fls. 401. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 401 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0600980-48.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: N.R.S.S. - REQUERIDO: R.J.B. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0601173-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: E.P.N.G. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 928), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0601319-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.R.S.V. - 1. PAUTE-SE audiência de instrução e julgamento. 2. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0602024-97.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.R.S.G. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0603778-50.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0239983-22.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERIDO: M.R.B. - A apresentação de demonstrativo atualizado do débito é ônus da parte exequente, nos termos do que dispõe o art. 524, do NCPC. INTIME-SE, pois, a parte exequente, por seu procurador, para que venha em termos.

ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM) - Processo 0604005-35.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDA: Deise Neves Cordovil - MM. Juiza de Direito passou a proferir a seguinte SENTENÇA: Vistos, Narram os autos sobre uma Ação de Guarda, contemplando Alimentos e Direito de Companhia e Convivência, que foi formulada por M. G. F., em face de D. N. C., ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular, envolvendo o menor E. M. N. F. Por ocasião da presente audiência de conciliação, as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 05 (cinco) itens, primando pelo melhor interesse do único filho advindo da união estável, havida entre os genitores. O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por entender que restaram preservados os interesses do menor, que teve o Direito aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor, bem como preservada a convivência familiar. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram verdadeiramente preservados os interesses do infante, à luz dos Principios da Proteção Integral bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Com efeito, “havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado”, uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, “transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, “b” do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Processo nº 0604005-35.2017.8.04.0001 Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes, ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, após expedição dos atos necessários, quais sejam, Oficio ao Empregador do Alimentante (vide item 1) e Termo de Guarda Compartilhada do menor E. M. N. F. em favor de seus genitores (vide item 02), CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: TATYANE PRAIA EVANGELISTA (OAB 13374/AM) - Processo 0604203-04.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: I.F.S.B. - A.S.B. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente.

ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0604287-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.R.S.J. - Vistos, Narram os autos sobre uma Ação revisional de Alimentos, proposta por D.R.DA.S.J, em face de V.H. M. DA S. devidamente representado por sua genitora Srª A.M.M, ambos devidamente identificados e qualificados na vestibular. Aconteceu que, durante a presente Audiência de Instrução e Julgamento, as partes resolveram pôr fim ao litígio, formulando o acordo supra, num total de 03 (três) itens. Processo nº 0604287-39.2018.8.04.0001 Classe: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 O Ministério Público emitiu parecer na própria audiência, opinando pela homologação do acordo, por restarem preservados os interesses do menor, que teve o Direito aos Alimentos assegurados ao encargo do genitor. RELATEI O ESSENCIAL. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, assinalo que as partes, mediante concessões mútuas, lograram êxito em resolver os conflitos que ensejaram a propositura da ação, que os dois têm legitimidade para o pedido conjunto de homologação judicial da conciliação devidamente formalizada e, ainda, que assiste inteira razão ao Ministério Público, em sua explanação acima consignada, especialmente porque restaram verdadeiramente preservados os interesses do menor V.H.M.DA.S , uma criança com 07 (sete) anos de idade, que teve os direitos assegurados à luz dos Principios da Proteção Integral do Menor e da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. Com efeito, “havendo transação, a atividade do juiz estará cingida à esfera mínima da verificação da existência dos requisitos formais ficando, após essa etapa, vinculado”, uma vez que, conforme ensinamento de Humberto Theodoro Júnior, “transação é o negócio jurídico bilateral realizado entre as partes para prevenir ou terminar litígio mediante concessões mútuas (Código Civil 2002, art. 840), ou seja, estamos falando sobre o reconhecimento do pedido, numa forma de autocomposição da lide, que dispensa o pronunciamento judicial sobre o mérito da causa. Em face do exposto, na forma do art 487, III, “b” do CPC, cumpridas as formalidades legais HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, a TRANSAÇÃO REDUZIDA NESTE TERMO; ao tempo em JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas, nos termos do que dispõe o artigo 98 do NCPC, ficando

dispensado o prazo recursal. Sentença publicada em audiência, cientes os presentes ao ato; DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE. Oportunamente, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0604411-27.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: G.L.R.M. e outro - EXECUTADO: R.C.M. - Face o requerimento retro, OFICIE-SE ao Delegado-Geral da Polinter, para que informe a este Juízo sobre o cumprimento do mandado de prisão de fls. 103. Outrossim, INTIME-SE o(a) exequente, para dizer se os alimentos estão sendo pagos conforme arbitrado por este Juízo. CUMPRA-SE.

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0604736-94.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: E.R.S. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0604951-70.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: M.F.B.A.A. - REQUERIDO: I.L.A.R. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: DENIVAL FALCAO DA HORA JUNIOR (OAB 13791/AM), ADV: VALDIR ALVES DE VASCONCELOS JUNIOR (OAB 13500/AM) - Processo 0604980-23.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.A.M.S. - REQUERIDO: L.G.B. - Diante do que disseram os litigantes no termo retro, principalmente a parte requerente, DETERMINO a digitalização e consequente juntada de dois documentos mencionados pela Sra. J. A. DE M. S., e que são oriundos da Central de plantão Criminal e do 1º DIP. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0605717-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Wendell Gabriel Souza dos Santos Repres. Reginaldo Souza dos Santos - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM), ADV: THYARA DA SILVA ALMEIDA (OAB 13372/AM) - Processo 0605923-11.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: K.R.N.S.L. - EXECUTADO: I.S.L. - 1. INTIME-SE a parte exequente, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 52), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: LUDMILA BEZERRA BATISTA TEIXEIRA (OAB 8250/AM) - Processo 0605963-90.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.A.C.N. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0605993-62.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: M.P.C. - REQUERENTE: A.O.P.C. - PAUTE-SE data para audiência de tentativa de conciliação entre os litigantes, o mais breve que for possível, cientes as partes de que não obtida a autocomposição o processo retomará o procedimento previsto em lei. Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, obedecidas as regras legais e com a presteza que o caso concreto reclama.

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM) - Processo 0607319-52.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.C.O. - Diante da manifestação de fls. 51, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para juntar aos autos a identificação de documentos e endereço da Irlanda da parte requerida para a citação por carta rogatória, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0608142-02.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: S.M.M.S. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação requerendo o necessário ao prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0608342-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.Q.P. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0608342-96.2019.8.04.0001 Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC Requerente:Advogado:André Queiroz Pestana Carlos Alberto Rodrigues de Souza OAB/AM 6164 RequeridoDanielle da Silva Soprano O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, ANDRÉ QUEIROZ PESTANA, titular do RG n.º 1158669-9 e do CPF sob o n.º 572.020.282-04, residente e domiciliado na Rua Brasil, 280, C-4, Coroado - CEP 69080-350, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC n.º 0608342-96.2019.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0608900-44.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0718241-73.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.O.M. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM) - Processo 0609145-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: V.C.O. - REQUERIDO: R.S.P. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas

referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ROSELOANE SOUZA DA COSTA (OAB 11287/AM), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0609279-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.M.C.V. - REQUERIDA: E.M.D. - : Diogo David de Aguiar - 1. CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias para a parte requerida, querendo, apresentar contestação.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0609382-89.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - ALIMENTAND: M.H.G.F. - REQUERIDO: R.M.O. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: ALICE MONTEIRO CHÍXARO (OAB 8992/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0610204-39.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.R.M.L. - REQUERIDA: G.F.O.L. - Pois bem, nesta demanda de Divórcio em que os acordantes pretendem a conversão para consensual como homologação de autocomposição parcial e prosseguimento quanto aos pontos que remanescem controvertidos. O acordo formalizado no termo de fls. 52/54, embora não tenha sido cabal, apresenta-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família naquilo que foi acordado. Quanto a intervenção do ministério Público, foi observada a regra o art. 178, II do Código de Processo Civil. Assim, satisfeitas as exigências legais, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO O ACORDO PARCIAL DE FLS. 52/54, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, a Partilha de Bens; DECRETO, por sentença, o divórcio de J. R. M. de L. e G. F. de O. L., a qual voltará a usar o nome de solteira, G. F. de O.); E, finalmente, RESOLVO PARCIALMENTE O MÉRITO DO PROCESSO, devendo a Secretaria diligenciara respeito. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se o mandado de averbação ao Cartório de Registro Civil, inclusive no que tange ao nome conjugal. Pelo prosseguimento, passo a proferir decisão de saneamento e organização do processo (CPC, art. 357). 1. Diante da petição de fls. 85, INTIME-SE a patrona da parte autora, para manifestação pertinente no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0610429-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: J.A.S.O. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC; 3. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público; Int. CUMPRA-SE.

ADV: EGBERTO WANDERLEY CORRÊA FRAZÃO (OAB 4647/AM) - Processo 0610746-23.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602990-70.2013.8.04.0001) - Guarda - Fixação - REQUERENTE: W.M.S. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 53, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (I. de P. do N. S.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610844-42.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.O.Q. - Vistos, Tratam os autos acerca de uma Guarda, que foi intentada por F. O. de Q., em face de N. P. de S., na qual ambos os polos foram identificados e qualificados desde o princípio. Ocorreu que, após as certas deliberações judiciais exaradas no feito, a parte autora achou por bem em ingressar com a petição de fls. 57. Concedida vista ao Ministério Público, seu representante exarou o r. parecer de fls. 59, quando declarou ser favorável à extinção do feito. É O RELATÓRIO. SEGUE DECISÃO. Pois bem, a partir da narrativa supra e do mais que consta dos autos, observa-se que a parte demandante, por ocasião da juntada da mencionada peça de fls. 57 e antes de qualquer outra providência no que tange ao polo passivo, requer a desistência do feito. Isto posto, fundamentado no artigo 485, inciso VIII, do Novo Estatuto Processual Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito. Sem custas, por força do artigo 98, caput, §§ 2º e 3º do Novo Código de Processo Civil. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, PROVIDENCIE-SE a baixa e o posterior arquivamento do processo.

ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0611032-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.F.M. - EDITAL INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 20 DIAS Autos nº:0611032-35.2018.8.04.0001 Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC Requerente:Advogado:Haroldo Froes Monteiro Fabionellito Santos de Almeida OAB/AM 7930 RequeridoAlice Batista de Jatay O Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, MM. Juiz de Direito Titular da 6.ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, no exercício de suas atribuições constitucionais, FAZ INTIMAR, pelo presente edital, HAROLDO FROES MONTEIRO, titular do RG n.º 303890 SSP/AM e do CPF sob o n.º 100.094.262-72, residente e domiciliado(a) na Rua Warrem Bemmis, 236, Parque Dez - CEP 69000-000, Manaus-AM, atualmente por não promover e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, para os termos da ação de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68/PROC n.º 0611032-35.2018.8.04.0001, na qual figura como requerente, devendo manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do eventual interesse do prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento.(NCPC - 485, III). Manaus, 16 de agosto de 2019. Eu, Maria Auxiliadora Santana de Oliveira, o digitei e encaminho para a assinatura do Juiz.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM) - Processo 0611605-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Joaquim Negrão Alves - REQUERIDA: Fabiane Coelho dos Santos - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM), ADV: MÁRIO OLIVEIRA ROBUSTELLI (OAB 8267/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: THELMA SAIDT ROBUSTELLI (OAB 5021/AM) - Processo 0611643-90.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: E.S.F. - REQUERIDO: A.M.F. - ATENDA-SE o requerimento de fls. 257-259, ou seja, com a efetiva intimação da parte executada na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0611695-86.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: R.M.N. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 109 e 111), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME

imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ANNE GUIOMAR SANTOS RIBEIRO DA SILVA (OAB 4741/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: SANDRA MARIA FONTES SALGADO (OAB 6917/AM), ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0612657-80.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0211797-81.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: D.V.S. - EXECUTADO: A.S.F. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Execução de Alimentos, que foi formalizada por D. V. da S., menor, representado por sua genitora a Srª S. R. V., em face de A. da S. F., todos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 04/11. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 92, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 93. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 94, conforme certidão de fls. 96/97, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 29 de abril de 2016, conforme juntada de petição de fls. 77, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0612809-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: J.P.F.S.M.I. - REQUERIDO: F.C.S. - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento do despacho de fls. 90-90, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0612853-11.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.M.R. - REQUERIDA: V.L.B. - 1. Diante da mais recente decisão prolatada pela Terceira Câmara Cível do E. Tribunal de Justiça do Amazonas (fls. 356/360), no sentido de SUSPENDER OS EFEITOS DA SENTENÇA PROFERIDA NESTES AUTOS DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS ÀS FLS. 308/309, bem como por tudo o mais que consta do processo; DETERMINO A IMEDIATA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO AO DIRETOR DO DEPARTAMENTO PESSOAL DA COOPERATIVA DOS ANESTESIOLOGISTAS DO AMAZONAS - COOPANEST, PARA QUE ESTE PROCEDA A REATIVAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA EM APREÇO, EXCLUSIVAMENTE, EM FAVOR DE V. L. B., no valor equivalente a 15% dos vencimentos líquidos (excluindo os descontos obrigatórios) da folha de pagamento do Sr. N. M. R., titular do RG 503803 SSP/AM e do CPF 136.868.602-87, o qual deverá tomar as providências pertinentes/necessárias. 2.Outrossim, pelas mesmas razões, INTIME-SE o requerente/exequente, para o fim de restabelecer o plano de saúde da requerida/executada, ATÉ DECISÃO POSTERIOR/FINAL. 3. Intimem-se e CUMPRA-SE, com a urgência que o caso reclama.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0612860-66.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: L.A.M. - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0612977-91.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: J.F.S. - Diante da juntada retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUZIA ANDRADE MENDES (OAB 9378/AM) - Processo 0613046-26.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Mayra da Silva Gonçalves - 1. DEFIRO o processamento do cumprimento de sentença de alimentos (fls. 68-77) a ser processado pelo rito do art. 523 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. 2. CONCEDO à parte exequente os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC. 3. Assim, INTIME-SE a parte devedora, por meio de carta com aviso de recebimento (NCPC, 513, § 4º), para que efetue o pagamento dos valores liquidados pela parte credora (fls. 94) , no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver, sob pena de penhora de bens. 4. Dê-se-lhe, também, ciência de que decorrido o prazo de 15 dias para pagar, terá outros 15 dias para impugnar a execução, na forma do art. 525, do CPC. 5. Não sendo efetuado o pagamento no primeiro prazo de 15 dias, INTIME-SE a parte credora, pelo procurador, para que atualize a conta, nela incluindo multa de 10% e honorários de advogado no mesmo percentual, ciente de que também poderá indicar bens para serem penhorados, se ainda não o fez (CPC, 524, VII). 7. No caso de a parte executada oferecer impugnação, INTIME-SE a parte exequente para manifestação, seguindo-se VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória (CPC, 178, II). Int. CUMPRA-SE.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0613100-21.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Oferta - REQUERENTE: W.F.R. - REQUERIDA: E.C.S.R. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO CUMULADO COM PENSÃO ALIMENTÍCIA, que foi formulada por W. F. R., em face de E. C. da S. R., ambos devidamente identificados e qualificados desde o princípio. Sendo que, acompanhando a inicial (fls. 01/06), foram apresentados os documentos de fls. 07/21. Citada, a parte requerida ofereceu contestação (fls. 39/41) e, por sua vez, a parte requerente apresentou réplica (fls. 67/71). Aconteceu que em suas respectivas defesas supracitadas, tanto o requerente quanto a requerida, manifestaram a vontade livre e consciente de se divorciar, remanescendo o litígio apenas em relação a pensão alimentícia e o direito de visitas. EM SUMA, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, analisando o presente requerimento de divórcio consensual, denoto que foram atendidos todos os requisitos para o deferimento do pedido. Ou seja, as petições entabuladas pelos patronos dos litigantes, ajuizadas nos termos do citado artigo 731 do Estatuto Processual Civil, apresentam-se com regularidade formal, além de evidenciar que estão suficientemente resguardados os interesses da família em lume (CCB, art. 1.574, par. ún.). Portanto, satisfeitas as exigências legais, tendo havido manifestação perante o juízo da 6ª Vara de Família - da vontade livre e consciente de se divorciarem - esse requerimento há de ser julgado deferido; bem como, notadamente, pela NORMA DA AUTONOMIA DE VONTADE, a qual é disciplinada no caput e no parágrafo 4º, do multicitado código; e, finalmente, pelo fato de que - sem dúvida - restaram preservados o melhor interesse e a proteção integral das filhas em comum, notadamente, da menor (C. B. da S. R.), A QUAL FICARÁ SOB A GUARDA (E RESPONSABILIDADE) COMPARTILHADA DE SEUS

GENITORES, mantendo-se a residência materna como referência; ENTENDO QUE é PLENAMENTE PLAUSÍVEL E PERTINENTE O PROVIMENTO AQUI BUSCADO. Mesmo porque, na regra do art. 226, § 6º, da Constituição Federal, o divórcio é modo voluntário de extinção do casamento válido (CC, 1.571, § 1º), pelo que deve ser decretado diante da regular manifestação de vontade do antigo casal, independentemente de qualquer outra formalidade. DISPOSITIVO DA DECISÃO. POSTO ISSO, com fundamento no que dispõe o art. 226, § 6º, da Constituição Federal e na forma do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, DECRETO, por sentença, o divórcio de W. F. R. e E. C. da S. R., a qual continuará a usar o nome de casada; E A GUARDA COMPARTILHADA DA FILHA MENOR (C. B. da S. R.) EM FAVOR DOS SUPLICANTES; E, assim, RESOLVO PARCIALMENTE O MÉRITO DO PROCESSO, sem prejuízo do prosseguimento do feito com relação ao ponto de dissenso, ou seja, os alimentos e o direito de visitas. Isento de custas nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98, §§ 2º e 3º do NCPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE O MANDADO DE AVERBAÇÃO, ao Cartório de Registro Civil, observando que a divorcianda continuará a usar o nome de casada. Pelo prosseguimento, passo a proferir decisão de saneamento e organização do processo (CPC, art. 357): Diante do requerimento feito no item 3, às fls. 71, com fundamento no art. 139, inciso V, do CPC, PAUTA-SE data para realização de Audiência de Mediação e Conciliação, a ser realizada no CARTÓRIO, com a máxima brevidade. DÊ-SE ciência ao Ministério Público. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0614153-37.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.R.F. - REQUERIDO: M.J.V.F. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: ROSELMA COELHO SANTANA (OAB 6602/AM) - Processo 0614253-94.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: E.S.S. - Isto posto, nos termos do artigo 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil e da legislação da matéria, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA O ACORDO DE FLS. 236/238, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos e JULGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força do art. 98, caput ,do CPC c/c a Lei nº 1.060/60. P. R. I. Cumpra-se. Transitando em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: VERA LÚCIA DE MAGALHÃES BRASIL (OAB 12033/AM), ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0614803-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.B.C.S. - REQUERIDA: L.C.M.D.S. - Vistos, Trata-se de uma Ação de Guarda Unilateral e Regulamentação de Visita c/c Pedido de Tutela de Urgência, que foi proposta por D. B. C. de S., em face de L. C. M. da. S. todos devidamente identificados e qualificados desde a inicial. Ocorreu que as partes resolveram por fim ao litígio, em duas oportunidades, a primeira em audiência de conciliação (fls. 91/93); e, a segunda, juntado a petição de fls. 117 e documentos de fls. 118/119, o qual submetem à homologação deste juízo. Instado a se manifestar, o Ministério Público, por seu digno representante, exarou o r. parecer de fls. 123, quando pugnou pela homologação judicial sob foco. É O RELATÓRIO. DECIDO. A partir da narrativa dos autos, denota-se que os acordantes resolveram chegar num consenso suficiente para que a lide venha a ser finalizada, assim como a regularidade de tal pretensão e, também, a legitimidade dos três interessados, segundo restou especificado às fls. 91/93 e 117/119. Ademais, em consonância com a Promotoria de Justiça e como ponto principal desta sentença, ressalto que a referida conciliação preserva os interesses de todos os envolvidos, em especial os do menor D. B. da S. S., um menino de 08 (oito) anos de idade. Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 91/93 e 117/119, com o qual concordou expressamente o Ministério Público, o que faço com amparo no artigo 487, inc. III, "b" do NCPC; ficando - assim - resolvido o mérito do processo. P. R. I. Cumpra-se. Sem Custas, por força da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC. Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda, seguindo-se da baixa e arquivamento.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0615040-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Renata Navarra Torres - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0615175-04.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.G.L. - REQUERIDA: A.S.P. - Vistos, Narram os autos sobre um pedido de GUARDA UNILATERAL COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, que foi formulada pelo Sr. M. C. G. L, em face de A. S. P., ambos devidamente identificados e qualificados no feito. Acompanhando a peça inicial, foram juntados os documentos de fls. 14/140, entre os quais a Certidão de Nascimento da menor H. S. P. L., datada de 07 de junho de 2012, conforme fls. 20. Às fls. 145/147, o representante do Ministério Público manifestou-se favorável ao deferimento da tutela de urgência incidental aqui buscada. Por sua vez, o MM. Juízo da 2ª Vara de Família, por cautela, deferiu parcialmente o pedido, no sentido de estabelecer, tão somente, as regras de convivência do genitor/requerente, segundo fls. 155/156. Inconformado, o requerente interpôs Agravo de Instrumento, sendo reformada a decisão anterior, para conceder a guarda unilateral para o próprio genitor, às fls. 205/211 e 433/445. Em razão da alteração da competência da 2ª Vara de Família, foram os autos redistribuídos para esta 6ª Vara de Família, ocasião em que as partes, durante Audiência de Conciliação e Mediação, formalizaram um acordo, quanto a guarda e o direito de visitas. Às fls. 269/270, foi elaborada sentença homologatória, sendo que foram protocolados embargos de declaração com efeito infringente pela parte requerida. Após manifestação do embargado/requerente, às fls. 301/305, consta nas fls. 310/312, ofício das Câmaras Reunidas, sobre o Conflito de Competência de n° 40044686-86.2017.8.04.0000, na qual a suscitante é a própria embargante/requerida; e, os suscitados, o MM. Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e este Juízo da 6ª Vara de Família. Instado a se pronunciar, este Juízo, em reiteradas ocasiões, conforme se vê às fls. 375, 392 e 397, determinou o aguardo do julgamento do referido Conflito de Competência, para posterior remessa dos autos para o Juízo competente. Então, verifica-se que em 19/06/2019, foi acostado aos autos, a decisão do E. Tribunal de Justiça, no sentido de não conhecer do dito conflito de competência, fls. 401/409. E, finalmente, às fls. 426/427, a MM. 1ª Vara de Família, por meio de ofício nº 436/2019 - MCMF, informou sobre a existência de outra ação, distribuída por primeiro naquele Juízo, envolvendo as mesmas partes e o mesmo objeto que esta, suscitando, assim, a competência para conhecer e julgar o presente processo, em razão da conexão e prevenção. Relatei o mais relevante. DECIDO. 1. Ao tempo em que torno sem efeito os documentos de fls. 313/315 e 380/385, eis que lançados equivocadamente nesse processo; verifico da análise detida do caderno processual, bem como dos dados constantes no SAJ/PG-5 que, conforme foi certificado pela Sra. Diretora de Secretaria deste Juízo da 6ª Vara de Família (fls. 447/448), entre outros aspectos da lide, a efetiva

existência de um outro processo tramitando na 1ª Vara de Família, sob o nº 0615037-37.2017.8.04.0001 - Regulamentação de Visita, que teve sua petição inicial protocolada no dia 03/05/2017 às 4:47 horas. 2. Nesta hipótese, consultando o referido sistema de automação, denoto que, realmente, a referida ação de nº 0615037-37.2017.8.04.0001, envolve os mesmos litigantes e causa de pedir, sendo que a mesma, em comparação com a demanda em apreço, foi mesmo distribuída primeiro. 3. Dessa maneira, sem dúvida, ocorre o que prevê o artigo 43, da nossa Lei de Ritos, pela qual "determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem competência absoluta". (grifei e sublinhei) 4. No mesmo norte, o artigo 59 do Código de 2015 prevê que: "o registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo". (idem) 5. Pois bem, nos presentes autos, no qual figuram como requerentes M. C. G. L. e como requerida a Sra. A. S. P., a distribuição foi feita em 03/05/2017 às 16:44h, enquanto que o feito multicitado de nº 0615037-37.2017.8.04.0001, foi distribuído para o Juízo de Direito da 1ª Vara de Família, também em 03/05/2017, sendo que às 4:47 horas, o que o torna prevento, consoante recente alteração imposta pelos artigos 43 e 59, ambos do CPC. 6. Isto posto, com base nos artigos 43 e 59 do Estatuto Processual Civil, DETERMINO QUE SEJAM OS AUTOS DA PRESENTE AÇÃO REMETIDOS AO MM. JUIZ DA 1ª VARA DE FAMÍLIA, considerada a sua prevenção na controvérsia em lume. Int. CUMPRA-SE, com as cautelas de praxe.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0615512-61.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0001101-77.2006.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: F.D.N.M. e outros - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 170), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO (OAB 931/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: SÉRGIO MOURA DA SILVA (OAB 7565/RO) - Processo 0615559-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: I.C.C.V. - Sobre a busca de endereço realizada (fls. 116), diga a parte interessada, no prazo de 05 (cinco) dias. Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, VOLTEM-ME imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM) - Processo 0615643-94.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Y.S.P. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0615688-40.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0205815-18.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: R.F.M. - Vistos, Tratam os presentes autos sobre uma Ação de Execução de Alimentos, proposta por E. F. R., menor representado(a) por sua genitora a Srª R. F. M., em face de E. dos S. R., todos devidamente identificados e qualificados na inicial. Compulsando o caderno processual, verifico que, às fls. 11 foi determinada a intimação dos autores para que se manifestassem acerca do seu interesse no feito, diligência que foi realizada e resultou na certidão de fls. 118. Outrossim, este juízo já havia determinado que se intimasse a parte Requerente, via advogado (fls. 112), para prosseguimento na lide, aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo, conforme fls. 119. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Pois bem, analisando os autos, denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, transcrevo ementa do julgado da Apelação Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - AC 10188100088627001 MG. Data de publicação: 10/10/2014: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ABANDONO DE CAUSA. Extingue-se a ação quando a parte, por não promover os atos e diligências que lhe competir, abandonar a causa por mais de trinta dias e não suprir a falta em quarenta e oito horas, embora intimada para tanto. Ante o exposto, fundamentado no artigo 485, III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo. Sem custas, haja vista o que prevê a Lei 1.060/50. P.R.I.Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM) - Processo 0616041-41.2019.8.04.0001 - Interdição - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Harley Tavares de Freitas - Shayene Tavares Neuda - ATENDA-SE o item 3 do despacho retro (fls. 39), intimando a parte requerente para juntar aos autos o Laudo Médico da pessoa interditanda, que respondam aos quesitos dos incisos I a IV, do parágrafo 1º, do artigo 2º da Lei 13.146/2015. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0616079-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.M.F. - K.V.M.F.M. - G.V.M.F.M. - REQUERIDO: E.C.F. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes às fls. 62/64, REITERO o despacho de fls. 66, no sentido de CONCEDER nova vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0616493-51.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: L.D.C.S. - Vistos, Versam os autos sobre uma AÇÃO DE EXONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR, que foi proposta por L. V. de S., em face de L. V. de S. F, L. C. V. de S., L. V. de S., representados pela Sra. L. D. C. de S., onde todos os litigantes estão devidamente qualificados na inicial. Concedida vista ao Ministério Público, seu representante exarou o parecer de fls. 81 e 90, manifestando a necessidade de reunião dos feitos no Juízo prevendo (1ª Vara de Família da Comarca de Manaus), haja vista que naquele Juízo, tramita a Ação de Modificação de Guarda noticiada na exordial. Às fls. 83/85, a parte autora reiterou o pedido liminar de exoneração de pensão, visto que os menores encontram-se sob a guarda do genitor/requerente, desde 23/04/2019, após decisão liminar proferida, justamente, pela MM. 1ª Vara de Família. Relatei o mais relevante. DECIDO. Esmiuçando o processo, denoto que o pedido trata de uma Ação de Exoneração com Pedido de Tutela de Urgência, no qual constatou-se a ocorrência da continência com a ação nº 0609359-70.2019.8.04.0001, em trâmite na 1ª Vara de Família, haja vista identidade quanto às partes e à causa de pedir, onde o pedido desta, por ser mais amplo, abrange o da outra, sendo que àquela está em estágio mais avançado de processamento, segundo informação de fls. 76/78. Ante o exposto, em perfeita consonância com o r. parecer de fls. 81 e 90, tem-se que a presente Ação de Exoneração em lume deveria ter sido distribuída por dependência àquela de nº 0609359-70.2019.8.04.0001 , em virtude da dita prevenção de outro Juízo de Direito; razão porque DETERMINO A SUA REDISTRIBUIÇÃO À 1ª VARA DE FAMÍLIA, nos termos do art. 56 58 do Novo Código de Processo Civil. Int. e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as as cautelas de praxe.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: JOYCE MARQUES DE ALMEIDA (OAB 13087/AM) - Processo 0616522-38.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: I.I.T.O. - Ante a manifestação ministerial de fls. 99, CERTIFIQUE-SE acerca do cumprimento do despacho de fls. 77. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO SÉRGIO XAVIER VENTILARI (OAB 2290/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM) - Processo 0616769-19.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.C.N. - REQUERIDO: C.A.L.S. - Diante da juntada de oficio retro, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ELIZABETH CAVALIERI CAMPOS (OAB 7228/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) -

Processo 0617041-18.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: V.M.V.M. - EXECUTADO: G.D.S. - Diante do teor da certidão retro, bem como do lapso temporal transcorrido entre a expedição do mandado e data de hoje, INTIME-SE a parte exequente para dizer se ainda há interesse no cumprimento da medida coercitiva convertendo para o cumprimento para o rito da expropriação de bens, nesta hipótese não será possível a decretação civil do executado. INTIME-SE, ainda para que seja juntado o demonstrativo, atualizado, do débito alimentar. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0617258-27.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.A.S. - 1. Atenda-se o requerimento retro. 2. PAUTE-SE audiência de Conciliação com as partes. 3. INTIMEM-SE as partes, seus patronos e o Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: THIAGO MEDEIROS (OAB 11250/AM), ADV: SAMUEL ALVES RESENDE (OAB 11838/AM) - Processo 0617361-97.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: B.C.P.M. e outro - REQUERENTE: S.C.P. - Diante da manifestação ministerial retro, INTIME-SE a parte requerente, por meio de seu patrono, para que venha em termos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0618171-72.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Livia Abdon da Costa - REPTANTE: Gabriela Osorio Abdon - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALFRÂNIA BALBINO DE OLIVEIRA (OAB 9319/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0618278-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.M.M.M. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 3. Persistindo a inércia, INTIME-SE o(a) autor(a) pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC; 4. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público; Int. CUMPRA-SE.

ADV: FERNANDO ALVES POMPEU (OAB 12220/AM), ADV: CAROLINE MONDEGO MARTINS FERREIRRA (OAB 10663/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0618665-97.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.C.C.V. - ASSISTIDO: M.C.S.M. e outro - REQUERIDO: R.F.S. - Diante da certidão de fls. 87, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM) - Processo 0619164-86.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0257881-72.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Oferta - REQUERENTE: K.C.G. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: SILMARA SANTANA ROSA ROSSI (OAB 327916/SP) - Processo 0620386-21.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Miguel Radzinsky - Tendo em vista que o processo está sentenciado às fls. 57-58, transitado em julgado em 30/10/2018, após as providências que ainda se mostrem necessárias, mantenha-se a efetiva baixa e o posterior ARQUIVAMENTO dos autos. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0620475-73.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.J.C.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da requerida (E. de O. N.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0620753-16.2015.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.B.S. - REQUERIDA: A.E.C. - 1. Não sendo o caso de nenhuma das providências preliminares previstas no artigo 347 do Novo Código de Processo Civil, DETERMINO o prosseguimento do feito, iniciando-se a fase de produção de provas. 2. DEFIRO a produção de prova oral, testemunhal, documental e pericial. 3. PAUTE-SE data para audiência de instrução e julgamento, sendo que o rol de testemunhas deverá ser depositado no prazo de 15 (quinze) dias na forma do art. 450 do NCPC, limitada ao número de três. 4. INTIMEM-SE as partes, por seus patronos de que a intimação das testemunhas deverá ocorrer na forma prevista no art. 455, § 1º da Nova Lei de Ritos. 5. À secretaria para as devidas intimações, inclusive para as oitivas pessoais, sob pena de confesso (idem, art. 385, § 1º). 6. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, na forma do art. 183, § 1º do NCPC, se for o caso de intervenção obrigatória. Intimem-se e CUMPRA-SE.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0621372-38.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.L.M. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Divórcio Litigioso, que foi formalizada por N. L. M., em face de A. C. A. de S., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 16/28. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 54, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 55. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 56, conforme certidão de fls. 57 e 60, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 05 de outubro de 2018, conforme termo de audiência de fls. 42/43, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: ANA LÚCIA SOEIRO SOARES (OAB CANCELADA) (OAB 6250/AM), ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/

AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM) - Processo 0622005-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: I.J.O.S. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. **), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0622201-19.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDO: A.K.M.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 27/05/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: EDUARDO DA SILVA QUEIROZ (OAB 13301/AM), ADV: MATHEUS LIMA DINIZ (OAB 13747/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0622201-19.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.C.S. - REQUERIDO: A.K.M.S. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 10/12/2019 às 11:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM) - Processo 0622324-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.S.S. - Diante das informações retro, REITERO o despacho de fls. 16, integralmente. CUMPRA-SE.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0622352-53.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: E.D.L. e outro - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DANYEL ALENCAR GARAVITO (OAB 5576/AM) - Processo 0622554-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: V.L.S.O. - Ante a juntada de certidão retro, RENOVEM-SE as diligências junto ao juízo deprecado, desta vez por qualquer meio eletrônico (telefone, fax, e-mail, malote digital), solicitando informações sobre o eventual cumprimento da carta precatória de fls. 264. CUMPRA-SE.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0623649-32.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JULIANA OLIVEIRA DE LIRA - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação requerendo o que achar de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: LILIAN ANTONIA FERREIRA DE AQUINO (OAB 10336/AM), ADV: RAFAEL DE QUEIROZ GERVAZONI (OAB 10331/AM) - Processo 0624175-33.2014.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: R.A.B. - REQUERIDO: C.P.P. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 135), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. Diligências necessárias. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0624596-18.2017.8.04.0001 - Tutela Infância e Juventude - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Sandoval Pinheiro de Amorim Neto - REQUERIDA: Janete Freire de Amorim e outros - Vistos, Cuida-se de uma AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA, onde as pessoas envolvidas, quais sejam o autor S. P. DE A. N. e os requeridos J. F. DE A., P. S. F. DE A. e J. S. M. DE A. N., sendo este último representado por sua genitora, dona L. S. F., encontram-se regularmente identificadas e qualificadas desde o princípio. Compulsando o caderno processual, denoto que as partes litigaram ainda nos autos do feito de número 020332239.2012.8.04.0001, o qual foi objeto de acordo e, também, de um pleito conjunto para a sua extinção, justamente, pela motivação citada. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, observo que o(s) objeto(s) da presente ação foi/foram matéria(s) abrangida(s) pelo que foi resolvido no curso da ação acima mencionada, motivo pelo qual falta mesmo, neste momento, o interesse no prosseguimento da presente causa pela perda do objeto, ou seja, deprrende-se plenamente plausível e pertinente o arquivamento buscado às fls. 119 e 130. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, da nossa Lei de Ritos. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Oportunamente, PROCEDA-SE a sua efetiva BAIXA e o posterior ARQUIVAMENTO do feito, com as providências de estilo.

ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0624700-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: O.S.P.J. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 08 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a),

que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM) - Processo 0624719-45.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: V.L.M. - Ante o exposto, nos termos dos artigos 321, parágrafo único, c/c art. 485, I , todos da nossa Nova Lei de Ritos, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito.

ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM), ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0625034-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.L.M. - E.E.M.S.M. - Antes de apreciar o acordo parcial formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0625405-42.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0600780-75.2015.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.H.M.B. - Face a juntada do requerimento retro, OFICIE-SE ao Delegado-Geral da Polinter, para que informe a este Juízo sobre o cumprimento do mandado de prisão de fls. 101-102. CUMPRA-SE.

ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0625463-50.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: MARIA LIDUINA DE FARIAS - 1. Tendo em vista a natureza do litígio, não incidem os efeitos da revelia (CPC, 345, II), de modo que a parte deve comprovar o alegado. 2. INTIME-SE a parte autora, por seu patrono (via DJE) para especificar as provas que pretenda produzir ou ratificar as que tiver indicado, no prazo de 05 (cinco) dias (CPC, art. 348).

ADV: MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM) - Processo 0625705-72.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Guarda - REQUERIDO: C.A.A.N. - Antes de deliberar sobre o requerimento de fls. 427-432; ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 24143/BA), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: KAREM LÚCIA CORRÊA DA SILVA RATTMANN (OAB 704A/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM), ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM), ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: CLAUDINE B. KLENKE (OAB 4099/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0625930-53.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Casamento - REQUERENTE: K.S.B. - REQUERIDO: D.H.L.A. - 1. Tendo em vista que nesta Ação de Divórcio a parte autora, através da peça de fls. 130/131, requer a desistência da ação e, consequentemente, a extinção, sem julgamento do mérito; INTIME-SE a parte ré, D. H. L. A., através de patrono(a) e via ECT, para manifestação sobre o disposto às fls. 130/131. 2.Para tanto FIXO um prazo de 05(cinco) dias, sob pena da efetiva extinção da demanda (NCPC, art. 485, VIII) 3.Finalizado tal prazo, com ou sem resposta, voltem-me imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE.

ADV: BRUNO SOUZA DA SILVA (OAB 8447/AM), ADV: GABRIELLA MONTEIRO MACHADO (OAB 4839/AM) - Processo 0626166-44.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0717434-53.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: B.D.R. - REQUERIDO: E.S.R. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes às fls. 135/138, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0626168-14.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0717434-53.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.F.D.A. - 1. Ante certidão de fls. 101, INTIME-SE o(a) Defensor (a) da parte exequente, via portal e-SAJ, para manifestação pertinente. 2. Diligencie-se e CUMPRA-SE. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM) - Processo 0626722-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: L.A.A.S. - Vistos, Desde logo, analisando os presentes autos relacionados à uma AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS, que foi proposta pelo cidadão L. A. DE A. S., em face de J. DE V. S., menor representada por sua genitora D. V. DE V., com o escopo de reduzir a pensão paga à alimentada para um importe equivalente a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, sob o argumento de que houve mudança em sua situação financeira, uma vez que está desempregado. Neste caso, logo no despacho inicial, foi deferido o pleito de Justiça Gratuita ao demandante e, em seguida, concedida vista ao Ministério Público, diligência que resultou na juntada do pronunciamento de fls. 33/34. EM SUMA, É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Pois bem, atento para as alegações do Requerente e aos elementos de prova por ele trazidos, às fls. (fls. 11/28), entre eles o "TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO" e a Carteira de Trabalho de fls. 27/28; restando demonstrado que houve mesmo uma - certa - alteração da situação econômica da parte autora/alimentante; e, também, a partir das peculiaridades e circunstâncias do caso concreto; ENTENDO QUE - EM PARTE - ASSISTE RAZÃO À PATRONA DO SUPLICANTE e, por conseguinte, ao Dr. Promotor de Justiça; o que faço com base, exatamente, na probabilidade do direito invocado pelo industriário (desempregado), Sr. L. A. DE A. S., e, ainda, pelo perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (CPC, art. 300, "caput"). Ante o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE, por sua própria fundamentação, A R. MANIFESTAÇÃO MINISTERIAL RETRO; a fim de reduzir a pensão que o autor, L. A. DE A. S., paga à requerida J. DE V. S. (menor representada por sua genitora, dona D. V. DE V.), do equivalente a 17% (dezessete por cento) dos rendimentos do alimentante para o importe de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO SALÁRIO MÍNIMO (ou melhor para o montante de R$250,00 arredondados), a partir do próximo mês de setembro e até posterior deliberação ou o julgamento final da lide, devendo a mãe da alimentada indicar/confirmar a conta de depósito do novo valor. Finalmente, PAUTE-SE DATA (o mais breve que for possível) PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO, devendo a Secretaria intimar os litigantes, seus(suas) patronos(as) e a Curadoria de Família. À propósito, ressalte-se que a ausência da parte requerida importará em confissão e revelia, e a da parte autora em arquivamento do pedido (Lei nº 5.478/68, art. 7o). Diligencie-se, INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que a demanda reclama.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0627045-46.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.O.R.M. - REQUERIDA: R.V.L. - Nos termos do art. 319, § 1º, do CPC, procedam-se buscas do endereço da parte requerida, no(s) sistema(s) (SIEL/INFOJUD/RENAJUD/BACENJUD), intimando a parte autora para manifestação com o resultado. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do despacho inicial.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0627326-70.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: G.C.S. - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 153), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo

a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: CRISTIANE CARVALHO DA SILVA (OAB 13486/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0627337-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.P.M. - REQUERIDO: E.G.A. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência REDESIGNADA Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 12/12/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: CARLOS CÉSAR ANDRADE NEGREIROS (OAB 7890/AM), ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0627603-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: R.M.M. - REQUERIDO: M.C.C. - PELO EXPOSTO, com fundamento no que dispõe o art. 321, par. ún. e art. 330, inc. IV ambos do CPC, indefiro a inicial e julgo extinto o processo sem resolução de mérito (CPC, 485, I).

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0627661-21.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.V.O.S.M. - MM. Juiz proferiu o seguinte despacho: 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao feito, praticando os atos que lhe competir, ou seja: informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (NCPC, 485, III); 3. Persistindo a inércia, INTIME-SE a autora pessoalmente, por mandado, e para a mesma finalidade, num prazo de 5 (cinco) dias (idem, 485, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do disposto no art. 274, parágrafo único, também, do NCPC; 4. Não havendo manifestação, sendo caso de intervenção obrigatória, ABRA-SE VISTA ao Ministério Público; Int. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM) - Processo 0627839-67.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627825-83.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDA: Kátia Regina Figueiredo - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0627944-15.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: V.M.G. e outro - EXECUTADO: A.F.M.C. - MM. Juiz de Direito proferiu o seguinte despacho: 1. CONCEDO prazo comum de 10 (dez) dias para a referida juntada das tabelas dos valores atualizados. 2.Finalizado tal prazo, VOLTEM-ME os autos conclusos para deliberação. 3.Cientes os presentes, em audiência. CUMPRA-SE.

ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: RAIMUNDO LÁZARO MARTINS DA SILVA (OAB 10640/AM) - Processo 0628088-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.K.S.C. - REQUERIDO: C.B.S. - 01. Tendo em vista que o processo está sentenciado às fls. 118-119, após as providências que ainda se mostrem necessárias, PROCEDA-SE a efetiva baixa e o posterior ARQUIVAMENTO dos autos. 02. Consigno, ainda, que o encargo de prestar alimentos decorre do poder familiar e são devidos desde a data da sentença, independente de informações posteriores, inclusive porque esse pagamento pode ser depositado em Juízo ou pago diretamente à genitora do menor, mediante recibo, não sendo desculpa para eventual/futura alegação de descumprimento. DILIGENCIE-SE e CUMPRA-SE.

ADV: HELLEN FIGUEIREDO RODRIGUES ZUMAETA (OAB 3782/AM) - Processo 0628298-98.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: T.F.M. - Tratando-se de ação de Guarda, NÃO incidem os efeitos da revelia, de modo que os fatos alegados devem ser comprovados (CPC, art. 345, II). Assim, INTIME-SE a parte autora (T. F. M.), por seu patrono, para que especifique es provas que ainda pretenda produzir e/ou ratificar as que tiver indicado (idem, art. 348) Outrossim, CONSIGNO que com o advento da nova lei processual civil, o réu revel poderá produzir provas, contrapostas às alegações do autor, desde que se faça representar nos autos a tempo de praticar os atos processuais indispensáveis a essa produção (art. 349). Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC), ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0628330-11.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: T.Q.S.C. - Diante da entrada em vigor da Lei nº 13.105/2015 que instituiu o Novo Código de Processo Civil Brasileiro, DETERMINO a intimação da parte autora, por seu patrono, para emendar o requerimento de fls. 21-30 às disposições contidas nos incisos do art. 524 do novo ordenamento jurídico. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento (NCPC, 321, parágrafo único). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0628746-42.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ASSISTENTE: J.L.F. - ALIMENTAND: M.H.F.W. - ALIMENTANT: M.M.W. - Vistos, 1. Tratam os autos acerca de uma AÇÃO DE REVISIONAL DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, que foi proposta pelo menor (M. H. F. W.), neste ato representado por sua genitora, a Sra. J. L. F., em face de M. M. W., onde ambos os lados estão identificados e qualificados desde o princípio. 2. Sendo que, acompanhando e corroborando a narrativa da peça vestibular, afora as demais petições intermediárias e, notadamente, pelo teor do termo de audiência de fls. 185; ressalto que foi juntado o Laudo Médico de fls. 191, demonstrando que a criança sob foco é portadora de bronquite asmática e rinite alérgica e, por tanto, necessita de maiores cuidados com a sua saúde e tratamento médico especializado. 3. Isto posto, considerando-se as circunstâncias do caso concreto e, assim, evidenciada a necessidade da tutela jurisdicional em tela, ACOLHO na íntegra, por seus próprios fundamentos, o r. parecer Ministerial de fls. 188/189; E, CONCEDO PARCIALMENTE, inaudita altera pars, O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, constante da inicial - inclusive pelo fato de que tal deferimento poderá ser revogado ou modificado a qualquer tempo, conforme parágrafo 4º também do artigo 273 do CPC - PARA AUMENTAR OS ALIMENTOS PRESTADOS PELO REQUERIDO ao seu filho menor (M. H. F. W.), no valor equivalente a 20% (VINTE POR CENTO) DOS SEUS VENCIMENTOS LÍQUIDOS , incluídas as férias, o terço constitucional, também o 13° salário, deduzindo-se da base de cálculo, apenas as parcelas descontadas compulsoriamente, a exemplo da contribuição previdenciária e do imposto de renda, o que faço considerando o que conta a respeito da situação da parte alimentante e da parte alimentada. 4. Os alimentos deverão ser descontados em folha de pagamento e repassados à parte alimentada, até o dia 07 (sete) de cada mês, por meio de depósito, na conta poupança de nº 60008498-6, agência 4584, do Banco

Santander, em nome da representante do menor, Sra. JOSIANE LIMA FERREIRA, CPF n° 945.440.342-74. 5. OFICIE-SE ao empregador (cujo nome e endereço consta às fls. 12) para que desconte a pensão em folha de pagamento, na forma do art. 529 e seus parágrafos, do CPC, sob pena de responder pelo crime de desobediência, 6. INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que a ação reclama. 7. No mais, AGUARDE-SE a realização da audiência redesignada para o dia 09/12/2019 às 9:00 horas.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0628746-42.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ASSISTENTE: J.L.F. - ALIMENTAND: M.H.F.W. - ALIMENTANT: M.M.W. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Instrução e Julgamento para o processo em epígrafe, a ser realizada em 09/12/2019 às 09:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0629038-56.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: M.K.C.N. - DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 227. Prazo: 60 (sessenta) dias. Transcorrido o prazo ou havendo manifestação da parte interessada, VOLTEM - ME os autos concluso. CUMPRA-SE.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0629141-73.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: SUZETE ALMEIDA FARIAS - CERTIFIQUE-SE a respeito do integral cumprimento da decisão Interlocutória de fls. 107, “item 06”, devendo a secretaria providenciar o que for necessário à sua efetivação, observando-se o disposto no art. 228, II, § 2º do NCPC. CUMPRA-SE, sem tardança.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0629141-73.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: SUZETE ALMEIDA FARIAS - Do resultado, intime-se a parte autora para manifestação, inclusive para especificar provas

ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0629767-24.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERIDO: R.V.L. - Atenda-se o requerimento retro, DILIGENCIE-SE para a realização das consultas, via sistemas RENAJUD E BACENJUD, em nome da parte executada, certificando o resultado. Int. CUMPRA-SE.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM) - Processo 0630105-90.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: G.P.N. - 1. Diante a petição de fls. 41, PROCEDAM-SE as retificações no cadastramento junto ao SAJ/PG-5; 2. ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ROSÂNGELA BENTES CAMPOS (OAB 1956/AM) - Processo 0630652-96.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Rosângela Bentes Campos - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0630775-94.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.P.S. - DEFIRO, ainda, os suscitados benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC. ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM) - Processo 0631248-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: R.J.R. - EXECUTADO: C.L.G.R. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 10:00h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: VINÍCIUS MARTINS DE MEIRA (OAB 4269/AM) - Processo 0631617-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.S.R. - REQUERIDA: R.M.R.A. - DÊ-SE VISTA ao autor sobre a contestação e os documentos juntados de fls. 84-241 para, querendo apresentar a respectiva réplica. Após à conclusão.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0631947-71.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.C.S. - 1. ATENDA-SE o requerimento de fls. 10, PROCEDAM-SE buscas do endereço da parte requerida, nos sistemas (SIEL, INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD), intimando a parte autora para manifestação com o resultado. 2. Sobrevindo pedido de citação mediante apontamento de endereço certo e determinado, defiro desde já, observados os termos do despacho inicial. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM) - Processo 0632261-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: T.A.V. - Vistos, 1. DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC; DOS ALIMENTOS PROVISÓRIOS 2. Outrossim, considerando os argumentos da vestibular e a Certidão de Nascimento às fls. 13 fundamentado no artigo 4º da Lei nº 5.478/68 e demais dispositivos da espécie, FIXO alimentos provisórios, em favor de M. V. A. V., num valor correspondente a 20% (vinte por cento) do salário líquido, excluindo os descontos obrigatórios, incluindo férias, 1/3 constitucional sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário, o que faço à míngua de maiores elementos de prova a respeito da capacidade financeira da parte alimentante e das necessidades da parte alimentada, que deverão ser pagos mediante recibo ou deposito em conta bancária, conforme requerido (fls. 03), a primeira parcela dez dias após a citação e as demais a cada 30 dias. DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO 3. PAUTE-SE audiência para tentativa de conciliação prévia e, se necessário, implementação de práticas restaurativas com vistas à abordagem do conflito interpessoal subjacente da família. DELIBERAÇÕES PROCEDIMENTAIS 4. Com a designação de data para o ato de conciliação por referido órgão, diligencie-se a citação da parte requerida e intimação da parte autora para comparecimento, constando expressamente dos expedientes o seguinte: 4.1) o não comparecimento da parte autora ensejará o arquivamento do pedido (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.2) o não comparecimento da parte requerida, desde que devidamente citada com antecedência mínima de 10 dias, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (Lei 5.478/68, art. 7º); 4.3) comparecendo ambas as partes e havendo conciliação, será tomada por termo, retornando os autos a este juízo para a respectiva homologação; 4.4) comparecendo ambas as partes mas frustrada a conciliação, o feito seguirá curso perante este juízo; 4.5) se a parte requerida não comparecer por não ter sido citada, deverá ser designada nova data de audiência, renovando-se as diligências. EXPEDIÇÃO DOS ATOS 5. Determino que a serventia, ao expedir os atos de citação/intimação para comparecimento consigne em destaque que a audiência de conciliação será realizada na sede do Juízo da 6ª Vara de Família. 6. DÊ-SE ciência e INTIME-SE o Ministério Público, via portal e-SAJ. Int. CUMPRA-SE.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0632313-13.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Amanda Sandy Paes Ramos - Jordan dos Santos Ramos - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Ratificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 27/09/2019 às 11:45h. Ficam desde já os patronos intimados

para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO LIMA PINHEIRO (OAB 1605/AM) - Processo 0632584-90.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: W.S.C.S.S. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte exequente, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0633031-78.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.M.S. - Diante da certidão de 56, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias, pena de extinção. (NCPC, art. 485, VIII). Int. CUMPRA-SE.

ADV: FRANCIMEY CARDOSO ODA DA SILVA (OAB 13214/AM) - Processo 0633429-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: F.A.P. - L.F.A.P. - M.S.P.B. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0633981-19.2019.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: C.F.P. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0634398-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: P.V.O. - J.S.M.F. - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, devendo ser pautada a audiência ali sugerida, para a data mais próxima possível. À Secretaria para as providências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0634398-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Busca e Apreensão de Menores - REQUERENTE: P.V.O. - J.S.M.F. - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Justificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 09/09/2019 às 11:30h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. PARTES CIENTES POR MEIO DOS PATRONOS.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0634547-07.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Oferta - EXEQUENTE: A.L.V. - REQUERENTE: E.M.L. - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: DOUGLAS REIS DA SILVA (OAB 10368/AM) - Processo 0634867-52.2018.8.04.0001 - Sobrepartilha - Dissolução - REQUERENTE: E.S.B. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM) - Processo 0635261-30.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.S.R. - REQUERIDO: C.R.P. - MM. Juiz de Direito foi então proferida a seguinte SENTENÇA: "Vistos, Narram os presentes autos sobre uma Ação de Divórcio Litigioso c/ c Partilha de Bens, contemplando Guarda, Direito de Companhia e Convivência, proposta por V. S. R. em face de C. R. P. sendo que os dois estão identificados e qualificados desde o princípio. Convém mencionar que as partes celebraram acordo parcial, conforme termo de fls. 38/39, tendo sido homologado conforme decisum de fls. 104/106, prosseguindo-se em relação à Partilha de Bens e à Guarda da menor E. R. P., uma criança de 05 (cinco) anos de idade. Processo nº 0635261-30.2016. 8. 04.0001 Divórcio Litigioso Por ocasião da presente audiência, as partes celebraram acordo num total de 05 (cinco) itens. O ilustre Membro do Ministério Público, em audiência, mostrou-se favorável à homologação do acordo, por terem sido, verdadeiramente, preservados os interesses da filha menor E. R. P., assegurando-lhe os direitos insculpidos pelos Principios da Proteção Integral do Menor, bem como da Prioridade Absoluta aos Direitos da Criança e do Adolescente. É O RELATÓRIO SUCINTO. FUNDAMENTO E DECIDO. A partir da narrativa dos autos, denota-se que os acordantes resolveram chegar num consenso suficiente para que a lide venha a ser finalizada, assim como a regularidade de tal pretensão e, também, a legitimidade dos interessados. Ademais, em consonância com a Promotoria de Justiça e como ponto principal desta sentença, ressalto que a referida conciliação preserva os interesses de todos os envolvidos, em especial os da menor E. R. P. , uma menina de 05 (cinco) anos de idade. Isto posto, HOMOLOGO NA ÍNTEGRA, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo CELEBRADO entre as partes, com o qual anuiu o Ministério Público, o que faço com amparo no artigo 487, inciso III, "b" do NCPC; ficando - assim - resolvido o mérito do processo. Sentença Publicada em audiência. Cientes partes e patronos presentes em audiência. Sem Custas, por força da Lei nº 1.060/50 c/c art. 98 do NCPC, ficando dispensado o prazo recursal, a requerimento das partes (item 5). Oportunamente, após a expedição do ato necessário, qual seja, Termo de Guarda Unilateral da menor E. R. P. em favor da genitora (vide item 3) , CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado, procedidas as comunicações de estilo e cumpridas as formalidades legais, BAIXE-SE e ARQUIVE-SE.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0635641-48.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.C.T.S. e outro - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE DIVÓRCIO, com fundamento maior no artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal e em determinados artigos do CCB, a qual recebo (inclusive em razão da procuração e do Boletim de Ocorrência Policial de fls. 06/08) e que foi formulada pela cônjuge virago, Sra. A. C. T. DA S., contra o requerido G. A. DA R. J., onde as duas pessoas envolvidas foram devidamente identificadas e qualificadas na inicial. No caso concreto, afora o pretendido divórcio antecipado, verifica-se que a demandante pretende também a divisão do patrimônio que alega ter constituído ao longo de seu casamento com o réu. Finalmente, porquanto conforme adução do segundo parágrafo da vestibular, entendo imperioso destacar que os litigantes não tiveram filhos, o que torna desnecessária qualquer intervenção do Ministério Público. EM SUMA, É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Desde logo, tendo em vista que estamos tratando de uma espécie de pedido - liminar e principal - de divórcio fulcrado na Carta Magna, juntamente com algumas normas do Código Civil Brasileiro, que foram trazidas pela patrona da suplicante; ressalto a alteração imposta pela Emenda Constitucional número 66 de meados de 2010, quanto à supressão do requisito da prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou da comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, ou seja, em relação à efetiva possibilidade da dissolução - imediata e sem nenhuma outra discussão - do casamento civil pelo divórcio. 8.Pois bem, afora o citado boletim policial da folha 06 e os documentos médicos e pessoais da divorcianda, entre eles a "CERTIDÃO DE CASAMENTO" de fls. 12; devo acrescentar as circunstâncias de que, (8.3.) baseado no artigo 1.048, I, do Estatuto processual Civil, a autora devido aos

problemas de saúde apontados e demonstrados no processo, às fls. 21/33, requereu (certa) prioridade na tramitação da presente ação; e, principalmente, pelo fato de que a demanda não envolve os interesses de pessoa menor e/ou incapaz; denota-se plenamente plausível e pertinente a procedência do pleito em tela, ainda mais porquanto a lide será resolvida, em sua controvérsia primordial e sem a necessidade seguimento no que se refere à buscada partilha de bens das partes (nesse particular com o possível deferimento do parcelamento das custas processuais em 06 vezes, na forma do art. 98, §6º, também, do CPC). 9.Ante todo o exposto, ACOLHO ESSA PRETENSÃO LIMINAR ESPECÍFICA (constante da letra "b)" da folha 8); DECRETO O DIVÓRCIO DO AUTOR A. V. DO C. R. N. E DA CÔNJUGE REQUERIDA, a qual voltará a utilizar seu nome de solteira (M. G. DA C. G.), segundo juntada de fls. 11/20; E, por conseguinte, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO - PARCIAL - DE MÉRITO (C. P. C., art. 487, I). 10.Outrossim, considerando o segundo pleito da exordial e, logicamente, sem prejuízo do eventual acordo entre as partes, (10.1.) DETERMINO O PROSSEGUIMENTO DA DEMANDA E, destarte, (10.2.) A REGULAR CITAÇÃO DO POLO PASSIVO, para resposta no prazo legal, devendo a Sra. Diretora de Secretaria diligenciar a respeito. 11.P. R. INTIME(M)-SE e CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e com a urgência que a lide reclama. 12.Sem custas e honorários, posto que o divórcio se enquadra na categoria dos denominados processos necessários, resolvendo-se os encargos segundo o princípio do interesse, o qual no caso é do autor. 13.Após o trânsito em julgado, EXPEÇA-SE o competente Mandado de Averbação. 14.Oportunamente, PROCEDAM-SE a baixa e o arquivamento dos autos.

ADV: FRANCYELEM STÉFANY DE ARAÚJO GUIMARÃES (OAB 12166/AM) - Processo 0635861-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.S. - 1.Ao tempo em que RECEBO A EMENDA RETRO, nos termos da Lei nº 1.060/50 c/c o artigo 98 do Código de Processo Civil, DEFIRO os suscitados benefícios da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela de urgência, DÊ-SE vista ao Ministério Público, devendo os autos voltarem conclusos logo em seguida. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a ação reclama.

ADV: TALLITA LINDOSO SILVA (OAB 13266/AM) - Processo 0636278-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: J.C.L.J. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no "item 1" serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM), ADV: ALESSANDRA CONTIERO, ADV: LUCCIANA MAURA FREITAS QUEIROZ (OAB 8433/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0636445-55.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: DIEGO XIMENDES DA SILVA - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0637113-21.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: M.M.L. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: HELENA ARIEL SOUSA COUTINHO (OAB 10521/AM) - Processo 0637444-37.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Alimentos - REQUERENTE: Julio Cesar dos Santos - Diante da certidão retro, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora, para manifestação pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM) - Processo 0638036-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.F.B.A.A. - REQUERIDO: I.L.A.R. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0638401-38.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.M.F.S. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva intimação do requerido na forma e local ali indicados. Oportunamente, voltem conclusos. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: JACINTO SOARES DA ROCHA (OAB 4281/AM) - Processo 0640429-08.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Raimundo Guimaraes Pinheiro da Silva - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fls.17 do MM. Juiz de Direito Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 18/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: PEDRO HENRIQUE DE SOUSA ARCANJO (OAB 15389/PI), ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0641409-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADO: I.O.B. - Ante a juntada de fls. 206-207, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0641696-83.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.S.C. - Certifico que até a presente data não foi paga as custas referentes à expedição de carta ou mandado de citação à parte Requerida, conforme já certificado às fls.41/42, 45, 50/53, inviabilizando o agendamento e a realização de audiência de conciliação/mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC-Família, desta forma, devolvo os autos à fila "Recebidos-CEJUSC" da Vara de origem, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: OLÍVIA MOREIRA PEREIRA (OAB 12032/AM) - Processo 0641786-23.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.R.G. - ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0642030-49.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Prestação de Alimentos - REQUERENTE: L.H.F.L. - REQUERIDO: R.G.S. - Certifico nesses autos que, por força da determinação do Ofício Circular n.º 024/2019 da Corregedoria Geral de Justiça e por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, titular desta 6ª Vara de Família, bem

como considerando a realização da XIV SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO, de 04 a 08 de novembro de 2019, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que foi DESIGNADO O DIA 07/11/2019 às 09:30h, para audiência de TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO. Outrossim, ficam desde já os patronos intimados a comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento n.º 199/2012, da Corregedoria Geral de Justiça, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. CITAR/INTIMAR REQUERIDO.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0642539-77.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Nayandra Damares da Silva Jardim - Antônio Carlos Amazonas de Oliveira Junior - ATENDA-SE a manifestação ministerial retro, INTIMANDO-SE o(a) requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, na forma sugerida pelo representante ministerial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, sob pena de indeferimento da mesma. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0643272-43.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Silenice Martins Menezes - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. CUMPRA-SE.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0643535-46.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.T.S.G. - Diante da juntada de certidão de fls. 76, e manifestação retro, ABRA-SE vista ao representante ministerial para intervir no feito, nos termos do art. 178, II, do CPC. Intime-se, via portal e-SAJ.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0643655-21.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Maria José Flores dos Santos Ruis - 1.Nos termos da Lei nº 1.060/50, consubstanciada pelo artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, DEFIRO o suscitado benefício da Justiça Gratuita. 2.Outrossim, face o pedido de tutela antecipada, DÊ-SE vista ao Ministério Público. Int. CUMPRA-SE.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0644517-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - ALIMENTANT: I.M.S. - Atenda-se o requerimento retro, OFICIE-SE nos termos e para os fins requeridos, dando ciência à parte do resultado. Int. CUMPRA-SE.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM) - Processo 0648654-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Marlizete de Almeida - DÊ-SE vista à parte contrária para a devida manifestação, devendo os autos voltarem conclusos, logo em seguida.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0650654-24.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.P.C. - Vistos, Cuidam os autos acerca de uma Ação de Divórcio Litigioso, que foi formalizada por L. P. C., em face de A. M. de V., ambos identificados e qualificados desde o princípio, tudo segundo argumentos da exordial. Ocorreu que, acompanhando a peça citada, foram anexados os documentos de fls. 13/40. Aconteceu que, segundo narrativa da lide, intimada para pronunciamento a mencionada parte demandante deixou transcorrer em branco o prazo que foi concedido por este juízo. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Desde logo, observa-se que, no curso do processo, a parte autora foi intimada para dar andamento ao feito, nos termos do despacho de fls. 62, não tendo suprido a falta apontada pelo juízo, como se pode verificar na certidão de fls. 63. Em seguida, foi efetivada a intimação editalícia de fls. 64, conforme certidão de fls. 65 e 68, sem qualquer manifestação por parte da autora. Pois bem, analisando o caderno processual e, portanto, considerando todas as diligências e providências que nele foram tomadas, porquanto o feito encontra-se paralisado há mais de 30 (trinta) dias; e, mais ainda, pelos importantes fatos de que a última participação do polo ativo ocorreu em 01 de outubro de 2018, conforme juntada de petição de fls. 01/08, e que, depois dessa data, foi efetuada a intimação da parte autora para possível pronunciamento e esta nada providenciou, segundo informado oficiais constantes dos autos. denoto que restaram esgotados todos os meios de encontrarmos o polo ativo e/ou o patrono para efetiva continuidade do feito, caracterizando-se, assim, o abandono da causa. Nesse sentido, trago à colação os ensinamentos de Humberto Theodoro Junior: Diante do sistema de impulso oficial do processo (art. 2º), o juiz não está jungido a aguardar a provocação do interessado para extinguir a relação processual abandonada pela parte. Verificada a paralização por culpa dos litigantes, de ofício será determinada a intimação pessoal da parte (ou partes), na forma recomendada pelo § 1º do art. 485. E, não sanada a falta, decretará a extinção, mesmo sem postulação do interessado ou do Ministério Público. Isto posto, mesmo porque resta inviabilizado o julgamento da lide sem a diligência que à parte autora cumpria realizar, nos termos do art. 485, III e § 1º, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, devendo a Secretaria diligenciar a respeito. Sem custas e honorários, por força da Lei nº 1.060/50 c/c o art. 98, "caput", do CPC/2015. DÊ-SE ciência ao Ministério Público, sendo o caso de intervenção obrigatória. P. R. I. CUMPRA-SE. Oportunamente, PROCEDA-SE a baixa e o posterior arquivamento dos autos.

ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0652303-24.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.L.C. - REQUERIDO: K.S. - Não obstante a juntada de fls. 72, INTIME-SE a parte autora, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente a Promoção Ministerial retro, solicitando providências que entender necessário ao prosseguimento do feito. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0653035-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: R.N.S.D. - 1. Frustrada a intimação pessoal da parte autora, determino sua intimação por edital, na plataforma de editais do CNJ, para praticar os atos que lhe competir, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). Prazo do edital: 20 (vinte) dias. 2. Não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, caso tenha oferecido contestação, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 3. Após, façam-se com vista ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 4. À Secretaria para as diligências necessárias. Int. CUMPRA-SE.

ADV: ELDILEIA SENA DE OLIVEIRA (OAB 12339/AM), ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0653637-93.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.O.S. - REQUERIDO: R.C.C. - 1. Em razão da juntada de fls. 45/46, INTIME-SE o(a) patrono(a) da parte autora para, querendo, apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Após, com ou sem manifestação, VOLTEM-ME conclusos. CUMPRA-SE.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0654405-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Jurema Morais do Nascimento - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 56), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça

será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM), ADV: CALUÃ FRÓES DE AZEVEDO (OAB 13395/AM) - Processo 0658275-72.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0655127-53.2018.8.04.0001) - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: R.S.R. - REQUERIDO: D.S.N. - Vistos, Trata-se de uma AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO D EUNIÃO ESTÁVEL C/C GUARDA E ALIMENTOS, onde as pessoas envolvidas, quais sejam a autora R. DE S. R., mãe e representante legal da menor H. R. S., e o requerido/genitor D. S. N., encontram-se regularmente identificados e qualificados desde o princípio. Analisando o caderno processual, denoto que as partes litigaram ainda nos autos do feito em apenso, o qual foi objeto de acordo na manhã de hoje (dia 22/08/2019) e, também, de renúncia mútua ao prazo recursal. EM SÍNTESE, É O RELATÓRIO. DECIDO. Pois bem, observo que o(s) objeto(s) da presente ação foi/foram matéria(s) abrangida(s) pelo que foi resolvido no curso da ação acima mencionada, motivo pelo qual falta, neste momento, o interesse no prosseguimento da presente causa pela perda do objeto. Isto posto, ao tempo em que torno sem efeito o despacho retro, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, da nossa Nova Lei de Ritos. Sem custas, por força da Lei 1.060/50. P. R. I. Cumpra-se. Oportunamente, PROCEDA-SE a sua efetiva BAIXA e o posterior ARQUIVAMENTO do feito, com as providências de estilo.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0659378-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Clodoaldo Albuquerque Guimarães - REQUERIDA: Jeovenia Campos Palheta - CERTIFICO que nesta data foi pautada audiência de Ratificação para o processo em epígrafe, a ser realizada em 20/09/2019 às 12:00h. Ficam desde já os patronos intimados para comparecerem juntamente com seus constituintes na data aprazada, conforme Provimento editado pela Corregedoria Geral de Justiça sob o nº 199/2012, que dispõe sobre a intimação das partes e advogados constituídos, exclusivamente, via publicação dos atos no Órgão Oficial da Capital. É o que me cumpre certificar. INTIMAR REQUERIDA.

ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0661232-46.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: F.O.M. - REQUERIDA: S.S.A. - ATENDA-SE o requerimento retro, ou seja, com a efetiva citação da parte requerida (S. dos S. A.), na forma e local ali indicados, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (CPC art. 344). Á secretaria para expedição de novo mandado de citação CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais e as cautelas de praxe.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0702564-03.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADO: J.A.S.J. - Antes de apreciar o acordo formulado pelas partes, DÊ-SE vista ao Ministério Público, na forma do artigo 698 do Novo Código de Processo Civil. Int. CUMPRA-SE, via portal e-SAJ.

ADV: ROOSEVELT DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 5480/AM) - Processo 0712443-34.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Ferreira da Silva e outros - 1. INTIME-SE a parte autora, por seu procurador, para dar regular andamento ao processo, praticando os atos que lhe competir (em atenção ao despacho de fls. 210), sob pena de extinção sem julgamento de mérito (CPC, 485, III). 2. Persistindo a inércia, INTIME-SE pessoalmente, por mandado, para a mesma finalidade, para manifestação em 5 dias (CPC, 485, III, § 1º), atentando-se à validade das intimações realizadas na forma do art. 274, parágrafo único, do CPC. 3. Não havendo manifestação, INTIME-SE a parte requerida, caso tenha contestado, para os fins art. 485, § 6º, do CPC, ciente de que na ausência de manifestação e/ou de suprimento da falta que impede o prosseguimento, o processo será extinto por abandono. 4. Após, façam-se com VISTA ao Ministério Público, sendo caso de intervenção obrigatória. 5. Outrossim, CONSIGNO que o pagamento das custas dos oficiais de justiça será feito conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º do Provimento 250/2015 da CGJ/AM.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0713927-84.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: GABRIEL JUDÁ DA SILVA RABELO e outro - INTIME-SE a parte exequente, por seu (sua) patrono(a), para manifestação pertinente, requerendo o que entender necessário.

ADV: MARIA DIONE BENTES DINIZ (OAB 6107/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0718612-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: M.S.A. - REQUERIDO: J.O.V. - 1. Diante da certidão retro, bem como pelo fato do processo encontrar-se parado há mais de 30 (trinta) dias, sem qualquer manifestação da parte interessada, INTIME-SE a parte autora, via Mandado Judicial, para promover os atos e diligências que entender necessárias, em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, nos termos do artigo 485, III e § 1º, do Novo Código de Processo Civil. 2. Consigno que as custas referentes ao cumprimento do mandado determinado no “item 1” serão cobradas conforme estabelecido no artigo 2.º, parágrafo 2.º, do Provimento n.º 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça. CUMPRA-SE.

Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alberto da Silva Oliveira (OAB 3974/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Alessandra Contiero
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexson Brito de Souza (OAB 10702/AM)
Alfrânia Balbino de Oliveira (OAB 9319/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
Alice Monteiro Chíxaro (OAB 8992/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Lúcia Soeiro Soares (OAB CANCELADA) (OAB 6250/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Anne Guiomar Santos Ribeiro da Silva (OAB 4741/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Souza da Silva (OAB 8447/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Caluã Fróes de Azevedo (OAB 13395/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)

Carlos César Andrade Negreiros (OAB 7890/AM)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (OAB 12251/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Caroline Mondego Martins Ferreirra (OAB 10663/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Chrisline Patrícia Pantoja Williams (OAB 1152A/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
CLAUDINE B. KLENKE (OAB 4099/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Carvalho da Silva (OAB 13486/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniele Zanelato (OAB 338130/SP)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Danyel Alencar Garavito (OAB 5576/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
DÉBORA TAPAJÓS ANDRADE (OAB 8964/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Denival Falcao da Hora Junior (OAB 13791/AM)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Reis da Silva (OAB 10368/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo da Silva Queiroz (OAB 13301/AM)
Egberto Wanderley Corrêa Frazão (OAB 4647/AM)
Elanil Vanda Miranda dos Santos (OAB 6652/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eldileia Sena de Oliveira (OAB 12339/AM)
Elizabeth Cavalieri Campos (OAB 7228/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Alves Pompeu (OAB 12220/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francimey Cardoso Oda da Silva (OAB 13214/AM)
FRANCINILBERSON BELTRÃO AYRES (OAB 7956/AM)
Francisco Antônio Lima Pinheiro (OAB 1605/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Francyelem Stéfany de Araújo Guimarães (OAB 12166/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gabriella Monteiro Machado (OAB 4839/AM)
Gérson Menezes Evangelista (OAB 5268/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helena Ariel Sousa Coutinho (OAB 10521/AM)
Hellen Figueiredo Rodrigues Zumaeta (OAB 3782/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jacinto Soares da Rocha (OAB 4281/AM)
JAMESON DAMASCENO PINHEIRO DE MENEZES (OAB 3339/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jonas Engel Azevedo (OAB 109461/RS)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Amarilis Castello Branco (OAB 931/AM)
JOSE CARLOS MELO DA SILVA JUNIOR (OAB 8266/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
Joyce Marques de Almeida (OAB 13087/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karem Lúcia Corrêa da Silva Rattmann (OAB 704A/AM)
Karina de Farias Serra (OAB 9605/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
kenia Cavalheiro (OAB 79137/RS)
Lais Mota de Souza Costa (OAB 8503/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Lilian Antonia Ferreira de Aquino (OAB 10336/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luana Hundertmarck Minato (OAB 81993/RS)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucciana Maura Freitas Queiroz (OAB 8433/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Ludmila Bezerra Batista Teixeira (OAB 8250/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Domingos Zahluth Lins (OAB 3596/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luzia Andrade Mendes (OAB 9378/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)

Márcia Fabíolla Holanda Ferreira (OAB 9338/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Maria Dione Bentes Diniz (OAB 6107/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Mário Oliveira Robustelli (OAB 8267/AM)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
MARY JANE BRANDÃO DE ALMEIDA (OAB 10265/AM)
Matheus Lima Diniz (OAB 13747/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Natálie Leal Nornberg (OAB 80892/RS)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Olívia Moreira Pereira (OAB 12032/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paula Thaís Gadelha dos Santos (OAB 11973/AM)
Paulo Sérgio Xavier Ventilari (OAB 2290/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Pedro Henrique de Sousa Arcanjo (OAB 15389/PI)
Rafael Antonio de Araujo Barbosa (OAB 13634/AM)
Rafael de Queiroz Gervazoni (OAB 10331/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raimundo Lázaro Martins da Silva (OAB 10640/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Roosevelt de Oliveira Fernandes (OAB 5480/AM)
Rosângela Bentes Campos (OAB 1956/AM)
Roselma Coelho Santana (OAB 6602/AM)
Roseloane Souza da Costa (OAB 11287/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Samuel Alves Resende (OAB 11838/AM)
Sandra Maria Fontes Salgado (OAB 6917/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Moura da Silva (OAB 7565/RO)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 24143/BA)
Silmara Santana Rosa Rossi (OAB 327916/SP)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Syrslane Ferreira Navegante Santos (OAB 5154AM)
Tallita Lindoso Silva (OAB 13266/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatyane Praia Evangelista (OAB 13374/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thelma Saidt Robustelli (OAB 5021/AM)
Thiago Medeiros (OAB 11250/AM)
Thyara da Silva Almeida (OAB 13372/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM)
Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB 13500/AM)
Vera Lúcia de Magalhães Brasil (OAB 12033/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vinícius Martins de Meira (OAB 4269/AM)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Washington Colares da Silva (OAB 3244/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 1295A/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0626461-13.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.S.O. - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por EDICIUDA DA SILVA OLIVEIRA e NERLEI OLIVEIRA FIGUEIRA em audiência de fls. 53/55 e 73/75, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeçam-se os comunicados necessários. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido/Custas pagas. P.R.I.

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0644447-72.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Maria de Jesus Gomes Santos - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se voltará a utilizar o nome de solteira ou permanecerá usando o de casada. Suprida a irregularidade apontada, voltem-me os autos conclusos para a fila de sentença homologatória. Cumpra-se, com urgência.

Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO CLEONICE FERNANDES DE MENEZES TRIGUEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRUNO MARCELO CONTE SANCHES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0071/2019

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM) -

Processo 0200706-23.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: M. - Certifico para os devidos fins que, às fls.61 foi juntada certidão, informando que a diligência do Sr. Oficial de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB A633AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0220536-77.2011.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.A. - REQUERIDA: S.M.G.M. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, em consonância com o parecer ministerial, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO do Autor, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, devendo o Sr. CELSO ARAKAKI continuar prestando alimentos a sua filha S.M.A, nos mesmos moldes atuais. Condeno o Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios da requerida, na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 20, § 3º, do C.P.C.. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM) - Processo 0222065-05.2009.8.04.0001 (001.09.222065-8) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.G.L.M. - Compulsando os autos, constatei que nos presentes autos não houve determinação prévia quanto à realização de estudo psicossocial do caso, razão pela qual, torno sem efeito o despacho de fls. 222, bem como os despachos subsequentes que cobraram do Setor de Psicologia e Assistência Social Forense a conclusão do laudo. Ademais, impende salientar que no processo n.º 0250950-29.2009, foi proferida sentença, que abrangeu as matérias discutidas nos presentes autos, sendo determinado, inclusive, a sua juntada no presente processo, cujo decisum foi objeto de apelação, estando aqueles autos em grau de recurso, razão pela qual este feito perdeu o seu objeto. Destarte, à Secretaria, para providenciar a digitalização da sentença proferida nos autos do processo n.º 0250950-29.2009. Após, dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos, deferindo-se, neste momento a gratuidade da Justiça para ambas as partes, para fins de arquivamento, uma vez que eventuais custas processuais, caso devidas, deverão ser cobradas no processo n.º 0250950-29.2009, após a sua conclusão. Cumpra-se, com urgência.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM) - Processo 0262439-29.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: A.P.P. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com supedâneo nos Artigos 19, inciso I e 487, inciso I, do NCPC, c/c o art. 226, §3º da CR/88 e art. 1.723 do CC, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre AUGUSTO PRINTES PEREIRA e a de cujus, CARMEM CAVALCANTE DOS SANTOS DA SILVA, cuja convivência perdurou de 1986 até 2010.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0265546-47.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Salvador Figueiredo - REQUERIDA: Maria Irani Candida de Oliveira - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Em caso de manifestação positiva no sentido de prosseguimento do feito, fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-seos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Família CEJUSC/Família. Em caso de autocomposição, determino que se faça os autos conclusos para sentença homologatória. Em caso de não autocomposição ou frustrada a realização de audiência de conciliação/mediação, faça os autos conclusos para novas deliberações.

ADV: MARIA CREUZA COSTA DE SEIXAS (OAB 3186/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0355511-75.2007.8.04.0001 (001.07.355511-9) - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - LITSATIVA: S.A.N.P. - REQUERIDA: E.S.M. - N.S.M.B. e outro - À luz do princípio da dignidade da pessoa humana, JULGO PROCEDENTE o pedido de homologação do acordo de fls. 45, para declarar a paternidade de MARCUS VALERIUS PINTO PINHEIRO em relação à NARJARA MACAMBIRA DE ALMEIDA, nos termos do art. 487, inciso III, b, do C.P.C., c/c o art. 1.609, IV c/c art. 1.616 do C.C., primeira figura. RETIFIQUE-SE o Registro Civil de Nascimento número 15898, LIVRO 58A, FLS. 298 do registro civil do termo e comarca de Rio Branco-AC, para que: 1. Passe a interessada se chamar NARJARA MACAMBIRA PINHEIRO DE MACEDO; 2. Retifique-se a filiação para incluir o nome de MARCUS VALERIUS PINTO PINHEIRO e excluir o nome de LAUCIMAR SOUSA DE ALMEIDA; 3. Inclua-se o nome dos seus avós paternos: SURAIDE AUXILIADORA NUNES PINTO e JOSÉ MARUÍLIO PINHEIRO DE MACEDO. Intime-se os interessados para juntada de certidão de nascimento atualizada, com finalidade de expedição de mandado de averbação, em razão de não restar completamente nítido o documento de fls. 4.

ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM), ADV: NELSON BARBOSA DA SILVA (OAB 6609/AM), ADV: FRANCISCO LIMA MATOS (OAB 1126/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0601475-97.2013.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.V.S.F. - Ante o exposto e em consonância parcial com o r. parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para conceder a guarda dos menores A.L.S.V e A.S.V., ao seu pai, ARLINDO VIDAL DA SILVA FILHO,com base no art. 227 da Constituição Federal c/c os arts. 1.584, 1.630 e 1.634, inciso I e II do Código Civil, exonerando do autos dos alimentos fixados nos autos de n. 0702477-47.2012.8.04.0001. Defiro o pedido relativo à regulamentação ao direito de visita, determinando que a requerida poderá visitar e ter os seus filhos em sua companhia durante os fins de semana. Expeça-se competente Termo de Guarda em favor do(a) Sr(a). Arlindo Vidal da Silva Filho que deverá prestar compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, responsabilizando-se pela guarda, educação e sustento dos menores, protegendo-os e assistindo-os, provendo, assim, tudo o que for necessário para o desenvolvimento físico, moral e psicológico de seus filhos. Custas já pagas. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0602964-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: A.B.C. - REQUERIDO: G.C.A. - N.R.A. - V.R.A. - W.R.A. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com supedâneo nos Artigos 19, inciso I e 487, inciso I, do NCPC, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre ARIZOMAR BENIGNO DE CASTRO e o de cujus, EMERSON CARDOSO DE ALBUQUERQUE, cuja convivência perdurou de 2005 até a data do óbito deste último em 2012. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO

PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0603382-97.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.S. - REQUERIDO: A.M.D. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 48, que deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0603890-53.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: M.M.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Em caso de manifestação positiva, fixo prazo de 15 dias úteis para a últimas alegações e retorne os autos conclusos para sentença. Em caso de manifestação negativa, retornem os autos para sentença extintiva de mérito. P.R.I.

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0605242-75.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.P.P. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a decisão interlocutória de fls. 77, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM), ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0605260-62.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.L.B. - REQUERIDA: R.M.S.B. - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a ação, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para ratificar o divórcio do casal na forma do pedido (fls. 31/35), com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal, c/c o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77, bem como determinar a partilha igualitária entre as partes no que toca ao imóvel situado no Conjunto Habitacional Bem Viver Total Ville - Harmonia. Relativamente ao pedido contraposto, em virtude do exposto acima, pela ausência de conjunto probatório, JULGO IMPROCEDENTE A RECONVENÇÃO o que faço escudado nos arts. 487, inciso I, do NCPC Condeno a Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais). P.R. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação.

ADV: LUCIANA DA SILVA COUTO (OAB 5339/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM), ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB 1115A/AM) - Processo 0606413-28.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.C.S.S. - REQUERIDA: A.R.G.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 48-49, que deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0606969-30.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.C.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0608417-43.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.C.C. e outro - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o douto parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, para conceder a guarda da menor A.S.S., nascida em 02/05/2005, aos seus avós paternos ROSINEIDE DA CUNHA CABRAL e JOSÉ LEÃO CABRAL, com base no art. 227 da Constituição Federal c/c o art. 28, § 2º e 33, caput e parágrafos do Estatuto da Criança e do Adolescente . Expeça-se Termo de Guarda em favor dos Srs. ROSINEIDE DA CUNHA CABRAL e JOSÉ LEÃO CABRAL, que deverão prestar compromisso de bem e fielmente cumprirem o encargo, responsabilizando-se pela guarda, educação e sustento da menor, protegendo-a e assistindo-a, provendo, assim, tudo o que for necessário para o desenvolvimento físico, moral e psicológico da neta. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0608586-25.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: W.A. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 34, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0609848-49.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: TADEU CARIM DA SILVA - Isto posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados pelo requerente, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para exonerar TADEU CARIM DA SILVA do pagamento de alimentos em favor de THAMES FRANKLIN CARIN DA SILVA.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0610024-28.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: F.L.B. - Certifico para os devidos fins que não foi juntada aos autos a certidão de nascimento do interditando. Motivo pelo qual esta secretaria fica impossibilitada de expedir o Mandado de Inscrição de Sentença, razão pela qual, de ordem da MM(a) Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0610024-28.2015.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: F.L.B. - Em cumprimento à sentença de fls. 128-130, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0610618-71.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: E.B.N.J. - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, III do NCPC, determinando o arquivamento do processo, com a devida baixa na distribuição. Custas processuais pelo requerente, cuja exigibilidade fica suspensa em razão de a parte ser assistida pela Defensoria Pública. Transitada em julgado esta sentença, proceda-se à baixa no SAJ e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0611714-53.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: C.G.S. - REQUERIDO: A.S.R. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 97-99, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0613286-15.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Francisco das Chagas da Costa - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 66-68, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: GIOVANNI TAVARES RODRIGUES (OAB 9473/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM) - Processo 0613368-80.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: D.C.F. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para ratificar o divórcio do casal na forma do pedido (fls. 101/106), com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77, bem como determinar a partilha igualitária entre as partes no ao imóvel situado na Rua Fazendinha, Alfredo Nascimento. Isso porque o distrato de fls. 66/67 não poderia ter sido realizado sem o consentimento da Autora. Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação.

ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM) - Processo 0613697-87.2019.8.04.0001 - Interdição - Subsídios - REQUERENTE: Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 22-23, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM) - Processo 0614270-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.L.S. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 63, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM) - Processo 0614497-23.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.P.F. - REQUERIDO: E.O.F. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 186-187, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: VALDECI SANTANA FONSECA (OAB 10758/AM), ADV: NÁDIA SUZANO LÔBO (OAB 9765/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0616819-11.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.D. - REQUERIDA: F.C.M.C. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 33, que deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0617498-16.2016.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: M.B.S. - REQUERIDO: C.T.B.A. - Ante o exposto e em consonância parcial com o r. parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para homologar a guarda compartilhada de MILENA SILVA DO AMARAL entre as partes, nos termos de fls. 73/79, com base no art. 227 da Constituição Federal c/c os arts. 1.584, 1.630 e 1.634, inciso I e II do Código Civil, além de estipular as outras obrigações, pelo Réu, nos termos acima, em benefício de MILENA SILVA DO AMARAL, eis que MARCOS VINICIUS SILVA DO AMARAL está com 19 anos de idade na data de hoje, havendo, portanto, perda parcial de objeto no que tange à guarda de MARCOS VINICIUS SILVA DO AMARAL. Expeça-se competente Termo de Guarda em favor do(a) Sr(a). MICHELLE BARBOSA DA SILVA que deverá prestar compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, responsabilizando-se pela guarda, educação e sustento da filha, protegendo-a e assistindo-a, provendo, assim, tudo o que for necessário para o desenvolvimento físico, moral e psicológico da menor. Custas já pagas. Transitada em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARCO AURÉLIO DUARTE DE LIMA (OAB 7235/AM) - Processo 0617542-69.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: R.C.C. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, com supedâneo nos Artigos 19, inciso I, c/c 487, inciso I, ambos do NCPC, e art. 226, §3º da CR/88 e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre RITA DE CASSIA COSTA e o de cujus, JOÃO CAMILO DA SILVA, cuja convivência perdurou de 1982 até a data do óbito deste último em 2014. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ANA RAFAELA DUTRA BRAGA (OAB 9599/AM) - Processo 0618338-60.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: MADALENA MARIA DO PERPETUO SOCORRO CALDAS DE SOUZA - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I

ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM) - Processo 0618479-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: Marcia Roberta Falcao de - Certifico para os devidos fins que as partes não informaram a conta bancária para depósito da pensão alimentícia, o qual é necessário para expedição de ofício, razão pela qual não é possível expedir o mesmo. É o que me cumpre certificar. Diante disso, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar dados de conta bancária para depósito.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/

AM) - Processo 0619573-96.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.L. - REQUERIDO: M.J.C.O. - Ante o exposto, fundamentado nos artigos 1.723, caput e 1.725 do Código Civil Brasileiro, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido, reconhecendo a união estável na forma requerida, para todos os efeitos legais, ao tempo em que DECLARO a sua dissolução, com a consequente confirmação de alimentos e guarda do menor J.M.L.O, nascido em 30/03/2003, hoje, com 16 anos de idade, portanto, nos termos acima expostos. Relativamente à guarda do filho do casal, em harmonia com o Ministério Público, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto na contestação, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para fixá-la na modalidade COMPARTILHADA, tendo a residência da autora como de referência. Quanto à partilha do patrimônio comum do casal, de outra banca, caberá a cada um dos cônjuges 50% (cinquenta por cento) dos bens, adquiridos durante o casamento, nos termos do disposto no art. 1.660, inciso I, do Código Civil, a serem apurados em liquidação de sentença. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da Justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0620977-12.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.F.D.R. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, nos termos do art. 300, caput, e §2º do C.P.C., para DETERMINAR A SUSPENSÃO do pagamento da pensão alimentícia, arbitrada no percentual de 08% (oito por cento) dos vencimentos brutos, devida pelo requerente, Sr. Luiz Felipe Dias da Rosa, às suas filhas Gabriela Migliorin da Rosa e Larissa Migliorin da Rosa, MANTENDO-SE, tão somente, o desconto da pensão alimentícia no percentual de 32% (trinta e dois por cento) dos vencimentos do requerente, devidos ao alimentando Lucas Migliorin da Rosa, nascido em 06/10/2000, nos termos do acordo de fls. 15/21, cujo montante deverá continuar a ser descontado mensalmente da folha de pagamento do autor e depositado conforme já vem sendo efetuado. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 05, encaminhando-se cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, remetendo-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC. Citem-se as requeridas. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta das requeridas, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou dos réus à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço das requeridas não serem localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: OYAMA CEZAR ROCHA MAGALHÃES (OAB 1970/AM) - Processo 0621232-67.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: C.P.C. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0621403-63.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Liminar - ALIMENTAND: N.C.A. - ALIMENTANT: C.B.A. - Assim sendo, por sentença, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, reconheço a perda do interesse processual. Em consequência,INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL eJULGO EXTINTO o processo em tela sem resolução de mérito, na forma do art. 485, I e VI, c/c art. 17 e 330, inciso III, todos do NCPC. Sem custas, deferida a gratuidade da Justiça. P.R. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0622048-25.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: G.A.C. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar acerca da petição de fls. 120, tendo em vista que o número de processo indicado é diverso do número dos presentes autos. Transcorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0622490-88.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.P.S.G. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, em consonância com o Ministério Público, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do art.487, I do C.P.C., devendo o Autor continuar prestando alimentos a seu filho L.P.PF.G., nos mesmos moldes atuais. Institui-se, no entanto, nos termos do parecer de fls. 152/154, que o pagamento do valor fica condicionado à comprovação dos gastos por parte da representante legal do requerido, sendo que o valor residual que não for utilizado com despesas EXCLUSIVAS do menor deverá ser aplicado, pela genitora, em caderneta de poupança, em nome do filho, cuja movimentação só poderá ser feita mediante autorização judicial. Condeno o Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios da requerida, na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 20, § 3º, do C.P.C.. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0624225-25.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bem de Família - REQUERENTE: M.L.A. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso III do C.P.C. Isento de custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM) - Processo 0626298-33.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.L.B. - Ao compulsar os autos verifica-se que existe processo com mesmo objeto para alcançar o divórcio entre as partes com pedido mais abrangente de número 0627174-85.2016 que está em fase de sentença. Por isso, deixe-se os presentes autos sobrestados até que àquele seja sentenciado para evitar decisões conflitantes, quando deverá ser concluso para sentença. Cautelas de praxe.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM) - Processo 0627334-08.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fato Atípico - REQUERENTE: C.L. - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pelo requerente, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre o Sr. Cláudio Lima e a de cujus, Sra. Maria de Fátima Fernandes da Silva, no período compreendido entre 1968 e 06/05/2019. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM) - Processo 0627353-14.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: P.T.R.S. - CERTIFICO que, recebi os autos na presente data, e em cumprimento à decisão retro da MM. Juíza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 04 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência". Sendo expedida neste ato a carta de intimação devida uma vez que a Requerida já foi citada às fls.28.

ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: ALICE CATARINA MORAES (OAB 91899/RJ) - Processo 0627518-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.P.S. - REQUERIDO: M.F.P. - Intimem-se as partes, por meio de seus respectivos advogados, para se manifestar sobre a resposta da SHUAB, requerendo o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TOKUTI YANO (OAB 9206/AM), ADV: PAULA SAMANTA CABRAL MARQUES DE LIMA (OAB 9929/AM) - Processo 0627824-35.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.L.B. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 122-123, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM) - Processo 0628894-19.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.F.R. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 48, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: MILTON PONGITORY DE MENEZES NETO (OAB 10582/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM) - Processo 0629193-93.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Hamilton Ramos Pinheiro e outro - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 42, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão/empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: TÁVILLA DA MATA VIEIRA (OAB 13431/AM), ADV: CRISTIANE CARVALHO DA SILVA (OAB 13486/AM) - Processo 0629221-27.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.C.S. - ALIMENTAND: P.D.C.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 238-240, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0629274-47.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: RAIMUNDO LEAL DOS SANTOS - Certifico para os devidos fins que a parte requerente não informou os dados bancários de sua titularidade para depósito dos alimentos definitivos, sendo necessário e a razão pela qual não é possível expedir o ofício ao empregador. É o que me cumpre certificar. Diante disso, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família e Sucessões, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar os dados bancários de sua titularidade.

ADV: MARINEZ DA SILVA ARAÚJO (OAB 8377/AM), ADV: MORGANA LÍGIA BATISTA CARVALHO (OAB 2456/RO) - Processo 0629483-84.2013.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.S.A. - REQUERIDA: E.S.S.O. e outro - Em cumprimento à sentença de fls. 382/384, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte) interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0629730-89.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: C.B.R.S. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a sentença de fls. 32-33, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA SOCORRO DE SOUSA PEREIRA (OAB 6616/AM), ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM) - Processo 0630754-60.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Maria das Gracas Albuquerque da Silva - REQUERIDO: MANUEL LINHARES FERREIRA DA SILVA - Ante o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o parecer ministerial, tendo as partes ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da Autora, decretando o Divórcio de MANUEL LINHARES FERREIRA DA SILVA, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação, fidelidade recíprocas e regime de bens do casamento, mantendo-se inalteradas as cláusulas do acordo de fls. 6, ao tempo em que, INDEFIRO os pedidos formulados pelo requerido. Transitada em julgado, expeçam-se Mandado de Averbação, para os fins do art. 100, da Lei 6.015, de 31/12/73, a ser cumprido pelo Oficial respectivo. Sem custas. P.R.I.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0630832-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: C.R.O. - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento a decisão de fls. 35-37, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado na empresa competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM) - Processo 0631146-92.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.L.L.G. - Em cumprimento à sentença de fls. 63-64, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM) - Processo 0633541-33.2013.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.F.S.S. - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, para decretar o divórcio do casal na forma do pedido, com fundamento no parágrafo 6 do artigo 226 da Constituição Federal,

combinado com o parágrafo segundo do artigo 1.580 do Código Civil e o art. 40 da Lei 6.515/77. Torno os alimentos provisórios de fls. 23 em definitivos, inclusive os devidos ao filho maior de idade, eis que não contestados. A guarda do filho menor permanece com a Autora, sem prejuízo de visitas do Réu, previamente avisadas. Condeno o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$350,00 (Trezentos e cinquenta reais). Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação. PRI.

ADV: EDILVANE VIANA DA SILVA (OAB 13579/AM) - Processo 0634430-74.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.S.P. - ALIMENTAND: A.H.P.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM) - Processo 0634476-63.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: R.K.B.O. - Em 21 de agosto de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do AR negativo retro.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: SÉRGIO EMERSON CORDEIRO RABELO (OAB 9240/AM), ADV: GETÚLIO RIBEIRO SARMENTO (OAB 6354/AM) - Processo 0634811-58.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.C.S. - REQUERIDO: R.L.Q. - R.C.Q.G. - R.L.Q. - L.F.L.Q. - R.L.Q. - R.Q.O. - R.Q.N. - M.R.Q.R. - R.L.Q. - J.A.L.Q. - G.V.L.Q. - M.A.L.Q. - F.M.Q. - F.M.Q. - F.M.Q. - Ante o exposto, e mais do que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido, com supedâneo nos Artigos 19, inciso I e 487, inciso I, do NCPC , c/c o art. 226, §3º da CR/88 e art. 1.723 do CC, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre FRANCISCA CRUZ DOS SANTOS e o de cujus, ALMIR DANTAS DE QUEIROZ, cuja convivência perdurou de 1984 até a data do óbito deste último em 2014. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: SANDRO VIDAL MENDONÇA GUIMARÃES (OAB 11914/AM) - Processo 0634951-19.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.Q.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP: 69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0635457-92.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Tulyanne Pedrita Rezende Pinto - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 19-20, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: SÉRGIO RODRIGO RUSSO VIEIRA (OAB 808A/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0637447-89.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.V.D.C. - REQUERIDO: J.P.S.C. - Defiro os pedidos de fls. 201/203, determinando, por conseguinte, a realização de pesquisa junto ao BACENJUD, a fim de localizar ativos financeiros em nome requerido, para posterior indisponibilidade de 50% (cinquenta por cento) do total eventualmente localizado, ao tempo em que, determino a realização de consulta junto ao RENAJUD, a fim de localizar bens móveis em nome do referido senhor, bem como consulta junto a INFOJUD, no escopo de obter as 05 (cinco) últimas DIRPF em nome do réu. Por fim, expeçam-se Ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis desta Comarca, a fim de localizar eventuais bens imóveis em nome do requerido. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0637468-36.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.R.M. - Ante a certidão de fls. 78, DECRETO A REVELIA do requerido WANDER JOSÉ CAMPOS MARQUES, com fulcro no art. 344 do NCPC. Nomeio a Dra. Beatriz Cunha e Silva, Curadora Especial, nos termos do art. 72, inciso II, do NCPC para apresentar contestação. Intime-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0637870-15.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.M.O. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 25 de setembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0638048-27.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.S.S. - Certifico para os devidos fins que, às fls. 24, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM), ADV: VÍTOR MARTINS NOÉ (OAB 3035/RO), ADV: ROSECLEIDE MARTINS NOE (OAB 793/RO), ADV: RAQUEL DA SILVA BATISTA (OAB 6547/RO), ADV: VINÍCIUS MARTINS NOÉ (OAB 6667/RO) - Processo 0638163-53.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: T.R.S.S. - Acato pedido de fls. 88, fixe-se data para audiência de Instrução e Julgamento. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDRÉA REGINA TORRES LOBÃO (OAB 10103/AM) - Processo 0638732-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial

Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: H.A.P. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 21 de outubro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 12 ou 26/09/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM), ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0639731-02.2019.8.04.0001 - Interdição - Suspensão do pátrio poder, tutela ou curatela - REQUERENTE: V.M.S. - Em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 18-19, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Provisória. É o que me cumpre certificar.

ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM), ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0640725-98.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: S.M.C. - REQUERIDA: A.C.S.O. e outro - Certifico para os devidos fins que, às fls. 104, foi juntada certidão, informando que a diligência do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça restou negativa, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a). Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: RONALDO GONCALVES DOS SANTOS (OAB 140336/SP), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM), ADV: ROSÂNGELA GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 160761/SP), ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: VANESSA LOUREIRO DE VALENTIN CELESTE (OAB 143793/SP) - Processo 0641419-38.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: E.T.S.A. - Tendo as partes intimadas para apresentar seus pontos para estudo psicossocial, determino que seja feito tal estudo, devendo as partes aguardarem sua realização. Cabe esclarecer que existe grande demanda de processos desta natureza e vários processos os quais encontram-se na fila aguardando a sua vez para elaboração pela equipe multidisciplinar. Após a juntada do laudo/estudo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0641446-50.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.A.M.M. - Em cumprimento à sentença de fls. 59-60, de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Guarda Definitiva Unilateral. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0641967-24.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.O.S. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, em consonância com o r. parecer ministerial, presentes os pressupostos do periculum in mora e do fumus boni iuris, não hesito em conceder a medida requerida, com supedâneo no art. 300, c/c art. 303 do CPC, determinando a BUSCA E APREENSÃO do menor B.J. de S.F., nascido em 26/12/2018, inaudita altera pars, tendo em vista que a citação do requerido poderia comprometer a eficácia da medida. Expeça-se o competente mandado, em cujo cumprimento deverão ser observadas as formalidades legais, ressaltando que os Oficiais de Justiça deverão fazer-se acompanhar de duas testemunhas que, juntamente com eles, deverão assinar o auto circunstanciado, entregando o menor B.J. de S.F., nascido em 26/12/2018, à sua genitora, Sra. Monik Oliveira de Souza. Desde já requisito o auxílio de força policial, para garantir o cumprimento da liminar, ora concedida. Intime-se o requerido, notificando-o para abster-se de praticar qualquer ato capaz de impedir ou dificultar o cumprimento desta decisão, sob pena de incorrer nas sanções do crime de desobediência, sem prejuízo da suspensão ou perda das prerrogativas inerentes ao poder familiar, no caso de continuar impedindo o filho de conviver com a genitora, cujas condutas poderão configurar as hipóteses previstas no art. 1.584, §4º e 1.637 do Código Civil ou alienação parental, nos termos do art. 2º e 6º da Lei nº 12.318/2010, sujeitando-se às respectivas sanções, além da cominação de multa diária, a qual arbitro no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), ao limite de 30 (trinta) dias. Executada a medida, cite-se e intime-se o réu para a audiência de conciliação na forma doart. 334 do CPC, com a ressalva de que, não havendo autocomposição, o prazo para contestação será contado na forma doart. 335 do CPC. Enfatizo que o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias. Não realizado o aditamento da inicial, o processo será extinto sem resolução do mérito. Intimem-se. Notifique-se o Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0641976-83.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.N.L.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro da MM. Juíza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP: 69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: EDNARA OLIVEIRA BEZERRA (OAB 14714/AM) - Processo 0642365-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.A.S.A.J. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(a) de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM) - Processo 0642568-35.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: N.P.L. - Recebido os autos no estado em que se encontra, nos termos da portaria n. 1.073-PTJ, de 03 de maio de 2019. Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à intimação por mandado. Transcorrido o prazo, não havendo manifestação, intime-se a parte requerida, por seu advogado e por carta com AR, para no prazo de 05 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Decorrido o prazo, não havendo manifestação da parte requerente, dê-se vista ao Ministério Público. Em caso de manifestação positiva no sentido de prosseguimento do feito, intime-se as partes para atualização de informações cadastrais das partes requerentes e requeridas, e fixe-se data para audiência preliminar de conciliação, remetendo-seos autos ao Centro

Judiciário de Solução de Conflitos Família CEJUSC/Família. Em caso de autocomposição, determino que se faça os autos conclusos para sentença homologatória. Em caso de não autocomposição ou frustrada a realização de audiência de conciliação/mediação, faça os autos conclusos para novas deliberações.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0642892-20.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: A.C.B.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho de fls.24 da MM. Juiza de Direito Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2(duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 21/10/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0643663-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.I.S.T. - REQUERIDA: A.A.O. e outro - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, acolho a promoção ministerial de fls. 59/60, expeça-se ofício para o Comando da Polícia Militar para que ara que informe se a indenização por morte a que faz jus os herdeiros do falecido FREDSON JOSÉ CUNHA DE OLIVEIRA já foi paga. Caso negativo, reserve o quinhão hereditário do Requerente, até resolução final do presente feito, e informe a esse Juízo o valor da indenização. Fixe-se nova data para realização de audiência na qual será colhido o material necessário ao exame de DNA, intimando-se as partes e notificando-se o Ministério Público. Impende salientar que as custas da perícia deverão ser pagas nos termos do acordo em audiência de fls. 32/33. Por fim, os requeridos deverão ser intimados para participar da audiência por mandado, fazendo constar o teor dos seguintes artigos: Art. 231 do CCB. “Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa”. Artigo 232 do CCB. “A recusa à perícia médica ordenada pelo Juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame”. Artigo 2.º-A da Lei 8.560/92. “Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético-DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (Incluído pela Lei n.º 12.004, de 2009). Intimem-se. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0643663-37.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.I.S.T. - REQUERIDA: A.A.O. e outro - Certifico para os devidos fins, e de ordem da MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, nos termos da Portaria n.º 2.072/2016, o ofício retro, expedido em cumprimento ao despacho de fls. 69-70, deverá ser impresso pela parte interessada e protocolado no órgão competente, após o que, deverá o respectivo ser juntado aos autos, mediante petição, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de controle. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM) - Processo 0645562-02.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.T.C. - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidade legais, tendo a requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da requerente, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Elisângela Teles Cidade e Bruno Vieira Cidade, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Elisângela Teles da Silva. Incumbirá à própria requerente providenciar o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecer munido com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: HELOÍSE TRAVASSOS SALIGNAC DE CARVALHO (OAB 12402/AM) - Processo 0647227-19.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Tereza Ferreira da Silva - REQUERIDA: Maria Raimunda de Nazareth Rola - Certifico para os devidos fins que, a parte requerente não juntou aos autos a Certidão de Nascimento da interditanda. Por esse motivo, esta secretaria está impossibilitada de cumprir o determinado na sentença de fls.85/88, no que tange a expedição do Mandado de Inscrição de Sentença, de ordem da MM Juíza de Direito da 7.ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime(m)-se a(s) parte(s) interessada(s), por seu advogado e por carta com AR, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: HELOÍSE TRAVASSOS SALIGNAC DE CARVALHO (OAB 12402/AM) - Processo 0647227-19.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Tereza Ferreira da Silva - REQUERIDA: Maria Raimunda de Nazareth Rola - Em cumprimento à sentença de fls. 85-88, de ordem da MMª Juíza de Direito da 7ª Vara de Família, Dra. Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte interessada para comparecer na Secretaria da 7ª Vara de Família, no prazo de 05 (cinco) dias, para assinar o Termo de Curatela Definitiva. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA NERY (OAB 12843/AM) - Processo 0648335-83.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: M.M.M. - S.R.S.M. - Em tempo, defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM) - Processo 0654619-10.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.S.V. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, tendo o requerente ratificado o firme propósito de divorciar-se, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, decretando o Divórcio Direto Litigioso de Gil da Silva Vieira e Ivanete da Costa Vieira, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em consequência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda permanecerá usando o seu nome de casada, a saber, Ivanete da Costa Vieira. Incumbirá ao próprio requerente providenciar o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecer munido com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Sem custas, em face do deferimento da gratuidade da justiça. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0659937-71.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.C. - REQUERIDA: A.M.L.C. - Certifico para os devidos fins que a parte requerida apresentou contestação, razão pela qual, de ordem do(a) MM(a) Juiz(a) de Direito da 7.ª Vara de Família, Dr(a). Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para apresentar réplica, no prazo de 15 (quinze) dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/

AM) - Processo 0660187-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Jacilene Coelho de Souza - Sopesado o exposto, e mais do que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado pela requerente, com supedâneo nos arts. 19, inciso I do C.P.C, c/c o art. 226, §3º da Constituição Federal e art. 1.723 do Código Civil, para RECONHECER e DECLARAR a existência e a extinção da união estável entre a Sra. Jacilene Coelho de Sousa e o de cujus, Sr. Rodrigo Elizeu Figueira de Siqueira, no período compreendido entre 1984 e 12/11/2018, data do falecimento de seu companheiro. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em Julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM) - Processo 0704563-88.2012.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: N.S.V. - Ante o exposto, atendendo-se ao bem maior em discussão, qual seja, o bem-estar do menor, acompanhando recomendação dos relatórios social e psicológico, bem como, o parecer do órgão ministerial, JULGO PROCEDENTE EM PARTE, e determino que a guarda da menor seja exercida de forma compartilhada pelo avó materno, pela mãe e pelo pai, se estabelecendo como referência a residência do avô materno, bem como, para que haja viagem a ser realizada por este menor, que seja exigida a autorização avoenga, materna e paterna. Ademais, tendo em vista que é direito do menor a convivência com os familiares, bem como, a inexistência de prova de perigo da convivência do menor com estes, a convivência do menor será exercida de forma livre, devendo ocorrer a comunicação respeitosa entre os responsáveis, com finalidade de proporcionar a convivência saudável com o menor. Os interessados exercem a mútua responsabilidade do exercício das responsabilidades relacionadas ao menor e devem participar conjuntamente do processo de criação, educação e desenvolvimento, devendo compartilhar de decisões relevantes, tais como a escolha de instituição de ensino em que deva ser matriculado, efetuando a verificação do desempenho escolar, participando de eventos e reuniões escolares. Sem custas e honorários, ante ao deferimento da Gratuidade de justiça . Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Alice Catarina Moraes (OAB 91899/RJ)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Ana Rafaela Dutra Braga (OAB 9599/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Regina Torres Lobão (OAB 10103/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cristiane Carvalho da Silva (OAB 13486/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edilvane Viana da Silva (OAB 13579/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Ednara Oliveira Bezerra (OAB 14714/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Francisco Lima Matos (OAB 1126/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Getúlio Ribeiro Sarmento (OAB 6354/AM)
Giovanni Tavares Rodrigues (OAB 9473/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Heloíse Travassos Salignac de Carvalho (OAB 12402/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (OAB 5200/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Leandro Menezes dos Santos (OAB 1115A/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Luciana da Silva Couto (OAB 5339/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB A633AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marco Aurélio Duarte de Lima (OAB 7235/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Creuza Costa de Seixas (OAB 3186/AM)
Maria da Conceição Teixeira Nery (OAB 12843/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Maria Socorro de Sousa Pereira (OAB 6616/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marinez da Silva Araújo (OAB 8377/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Milton Pongitory de Menezes Neto (OAB 10582/AM)
MORGANA LÍGIA BATISTA CARVALHO (OAB 2456/RO)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nádia Suzano Lôbo (OAB 9765/AM)
Nelson Barbosa da Silva (OAB 6609/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)

Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Oyama Cezar Rocha Magalhães (OAB 1970/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Samanta Cabral Marques de Lima (OAB 9929/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Raquel da Silva Batista (OAB 6547/RO)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Ronaldo Goncalves dos Santos (OAB 140336/SP)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
ROSÂNGELA GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 160761/SP)
Rosecleide Martins Noe (OAB 793/RO)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sandro Vidal Mendonça Guimarães (OAB 11914/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérgio Emerson Cordeiro Rabelo (OAB 9240/AM)
Sérgio Rodrigo Russo Vieira (OAB 808A/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Távilla da Mata Vieira (OAB 13431/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Tokuti Yano (OAB 9206/AM)
Valdeci Santana Fonseca (OAB 10758/AM)
Vanessa Loureiro de Valentin Celeste (OAB 143793/SP)
Vinícius Martins Noé (OAB 6667/RO)
Vítor Martins Noé (OAB 3035/RO)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0100/2019

ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM), ADV: ANTÔNIA MARÍLIA MARQUES DE FRANÇA (OAB 33119/CE) - Processo 0600424-17.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0875298-57.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Associacao de Educacao Latu Sensu do Brasil - AELSEB - R.Hoje. Recebo o Recurso de Apelação, sob a égide do art. 1.012, do Código de Processo Civil de 2015. Intime-se a parte Apelada para, no prazo legal, responder, na forma do art. 1.010, §1° do CPC/2015. Após, cumprida a exigência retro, proceda-se a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas com as homenagens de estilo, em atenção as disposições do § 3°, do art. 1.010 daquele Diploma Processual Civil. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0601982-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: B e B Locações de Veículos e Serviços Marítimos Ltda. ME - Decisão R. Hoje. Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM) - Processo 0618617-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Borges Louzada - R.Hoje. Tendo em vista o caráter infringente dos Embargos de Declaração opostos, determino a intimação da parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do recurso manejado, a teor do preceituado art. 1.023, § 2° do novel Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito Portaria nº 1.602/2019-PTJ

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626176-54.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luana Gomes de Souza - Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTO a presente Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0626284-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDA FARIAS DE SOUZA e outro - R.Hoje. Tendo em vista o caráter infringente dos Embargos de Declaração opostos, determino a intimação da parte Requerida para, no prazo legal, manifestar-se acerca do recurso manejado, a teor do que preceitua o art. 1.023, § 2° do novel Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 17 de agosto de 2018. Dra. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM) - Processo 0626284-49.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDA FARIAS DE SOUZA e outro - DECISÃO Trata-se, no caso, de Embargos de Declaração, objetivando que seja sanado a omissão ou contradição encartado na Sentença que julgou parcialmente procedente o pedido formulado na inicial, somente determinou que o ente municipal procedesse com a baixa do protesto em nome da Requerente, além de não acolher o pleito de indenização por danos morais. Sustenta a Embargante que, não obstante o entendimento deste Juízo, houve omissão ou contradição na sentença, onde nas páginas 121/124 o Juízo não acolheu o pedido, todavia não analisou o mérito, apenas informou que seria incompetente para julgar o feito. Diante disto, a Embargante questiona sobre os pontos omissos e/ou contraditórios: 1. A utilização da Lei Complementar nº 58/2007, ao qual o Juízo utilizou para informar a competência exclusiva de matéria tributária. Observa o Embargante que essa Lei complementar foi alterada pela Lei Complementar nº 178/2017 que ao tratar da competência da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal, informa na alínea b, do inciso II do artigo 153 que "Compete ao Juiz da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal processar e julgar por distribuição as ações que tenham por objeto matéria tributária, nas quais sejam interessados o Município e suas autarquias". Neste primeiro ponto, o Embargante demonstra que basta que as ações tenham por objeto uma matéria tributária, para que seja apreciado a matéria por esta Vara Especializada, não havendo por tanto a competência EXCLUSIVA sobre matéria tributária, informando desta forma a contradição entre o texto legal e a decisão proferida. Ainda neste ponto, o Embargante apresenta alguns precedentes do Tribunal de Justiça do Amazonas no qual evidencia que a Vara Especializada da Dívida Ativa é competente para julgar eventual dano moral que seja correlato as questões tributárias. 2. A contradição entre o dispositivo e a fundamentação no qual o Juízo declina da competência para julgar o dano moral, todavia não remete os autos ao juízo competente conforme artigo 64, § 3º do

Código de Processo Civil. Após declinar da competência de julgar, o Juízo não acolheu o pedido indenizatório. O que causou estranheza ao Embargante foi que apesar de o Juízo declarar ser incompetente para julgar a matéria o mesmo proferiu o não acolhimento do pedido indenizatório, desta forma se contradizendo. Diante do exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso de embargos de declaração, com efeito infringente, para condenar o Município de Manaus nos danos morais pleiteados. Requer ainda a majoração dos honorários sucumbenciais em caso de procedência da ação. Não obstante, caso se entenda ser a Vara Especializada em Dívida Ativa Municipal carecedora de competência para julgar o pedido de danos morais, requer seja os presentes autos remetidos para uma das varas da fazenda pública municipal, nos termos do §3º do art. 64 do CPC. Por conta do caráter infringente do Embargos de Declaração opostos pela Embargante, foi intimado a Municipalidade para que manifesta-se no prazo legal, todavia esta se manteve silente. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Reza o art. 1.022, da Lei Adjetiva Civil: "Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material." (Grifei) A par disso, ao perlustrar o bojo processual, verificou-se que este Juízo efetivamente incorreu em contradição ao informar que NÃO ACOLHEU DE INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS, quando na verdade não houve o exame da matéria, ante a incompetência para julgá-la. Assim, não houve o acolhimento ou não acolhimento dos danos morais, mas o NÃO JULGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DOS DANOS MORAIS, desta forma o texto do dispositivo da sentença passa a conter a seguinte redação: "Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado para determinar que o Ente Municipal proceda com a baixa do protesto, protocolo nº 295852, realizado em nome e CPF da Autora perante o 5º Ofício de Protesto de Letras, deixo de julgar o pleito de indenização por danos morais pelas razões já delineadas acima." Quanto a competência desta Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal para julgar danos morais, não houve a omissão ou ainda a contradição alegada visto que, com base no princípio da Legalidade, a Administração Pública só deve fazer aquilo que está devidamente positivado. Diante disto verificamos que de acordo com o artigo 9º, II, b da Lei Complementar nº 178, de 13 de julho de 2017 (que alterou dispositivos da Lei Complementar nº 17 de 1997), ao Juiz da Vara Especializada em Dívida Ativa Municipal, compete processar e julgar por distribuição as ações que tenham por objeto matéria tributária, nos quais sejam interessados o Município e suas autarquias. Ao aprofundar o tema, podemos analisar que, ao julgar matéria que verse sobre danos morais, isto é, matéria que verse acerca de violação a um dos direitos da personalidade previstos no artigo 11 do Código Civil, direito ao nome, à imagem, a privacidade, à honra, à boa fama, à dignidade, dentre outros, não estaríamos julgando uma matéria acessória, mas sim, uma matéria principal por conta da magnitude do tema. Observa-se ainda que o pleito de indenização a título de danos morais está intimamente ligado à matéria cível, portanto não cabe à Vara da Dívida Ativa Municipal julgar sobre o referido pedido. Além disso, o artigo 152-A da Lei Complementar nº 17 de 1997 é explícito ao excluir das competências das Varas de Fazenda Pública Municipal, dentre as matérias cíveis, o julgamento de conteúdo tributário, corroborando ainda mais para o fato de que aquelas Varas de Fazenda abrangem todas as demais matérias de cunho cível (exceto tributos). Senão vejamos: "Art. 152-A. Ao Juiz da Vara da Fazenda Pública Municipal compete processar e julgar por distribuição: I - em matéria cível: a) as ações em que o Município e suas respectivas entidades autárquicas e fundacionais forem interessadas, como autores, réus, assistentes ou opoentes, excetuadas falências e ações que versem sobre matéria tributária;" Desta forma, caso a Vara Especializada em Dívida Ativa Municipal julgasse o dano moral, poderia desvirtuar a especialização que lhe foi conferida, isto é, processar e julgar o que está descrito nas alíneas do Artigo 153, I da Lei Complementar nº 17/1997. Noutra linha, verificamos que o Embargante solicita que caso este juízo seja carecedor de competência para julgar o pedido de danos morais, requer que seja os presentes autos remetidos para uma das Varas da Fazenda Pública Municipal, nos termos do §3º do artigo 64 do Código de Processo Civil. Não obstante, caso esta Vara Especializada em Dívida Ativa Municipal remetesse os autos para a Vara da Fazenda Pública Municipal, competente em julgar danos morais, feriria o artigo 505 do Código Processual Civil onde, em sua inteligência, informa que nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas relativas à mesma lide, isto é, não haverá duas sentenças no mesmo processo. Vejamos uma jurisprudência de um processo do TJ-RJ. APELÇÃO. DUAS SENTENÇAS NO MESMO PROCESSO. Nulidade. Sentença declarada inexistente, com determinação de publicação da primeira sentença e abertura de prazo para interposição de recurso. Recurso prejudicado. (TJ-RJ - APL: 00179979020008190066, Relator: Des(a). CARLOS EDUARDO DA ROSA DA FONSECA PASSOS, Data de julgamento: 27/07/2019, DÉCIMA OITAVA CÂMARA CÍVEL) Dito isto, acolho em parte os Embargos de Declaração opostos, reconhecendo a obscuridade da sentença quanto ao termo "não acolhimento" dos danos morais, conforme já supra analisado, passando a constar "deixo de julgar" os danos morais. No parágrafo transcrito abaixo, retirado da sentença (páginas 121 - 124), onde se lê "não acolhendo o pleito...", leia-se "não julgando o pleito..." "Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado para determinar que o Ente Municipal proceda com a baixa do protesto, protocolo nº 295852, realizado em nome e CPF da Autora perante o 5º Ofício de Protesto de Letras, deixo de julgar o pleito de indenização por danos morais pelas razões já delineadas acima." No mais, mantenho a sentença tal qual lançada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0630579-66.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0828784-46.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Fernanda de Lima Teixeira - Vistos etc... Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal c/c Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela Antecipada oposta por Fernanda de Lima Teixeira, já devidamente qualificada, em face do Município de Manaus. A Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula nº 2089733 localizado na Rua Vasco Vasques, nº 9, Qd F, Lt, Shangrila IV, Parque 10 - Parque 10 - CEP: 69.093-000. Manaus-AM. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal não é de sua propriedade e não tem nenhum vínculo com o mesmo, e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU dos exercícios 2007 e 2008, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal e posterior ajuizamento da Ação de Execução Fiscal nº 0828784-46.2012.8.04.0001, causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação da Requerida ao pagamento de indenização. Por meio da Decisão Interlocutória de fl. 23, o Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal acautelou-se na concessão da liminar requerida pela Autora. Na mesma Decisão deferiu o pedido de Justiça Gratuita pleiteado. Devidamente citado, o Ente Municipal manifesta-se às fls. 47/55 por meio de Contestação e documentos, nos quais informa que o levantamento feito por meio do processo administrativo nº 2017.02287.02369.0.000305 constatou que, de fato, houve o cadastramento indevido em nome da Autora, motivo pelo qual procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733, mediante identificação do seu real proprietário. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados, haja vista a ausência de má-fé do Ente Municipal e as providências quanto a retificação cadastral em questão. As partes foram intimadas (fl. 97) para manifestarem a pretensão de produzirem novas provas nos autos. A Requerida, no petitório de fls. 105, informa que não pretende produzir novas provas. O prazo decorreu sem manifestação da Requerente. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Ao analisar a matéria vindicada na causa ora em observância, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pela Autora em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente ajuizou Ação de Execução Fiscal referente a débito oriundo de responsabilidade

tributária indevidamente atribuída. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que a presente Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termo, não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise da discussão concernente a indenização. No mais, consta nos autos a informação de que o Município de Manaus procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733 após o reconhecimento de erro perpetrado administrativamente pela SEMEF que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de IPTU vinculados ao imóvel em questão. Por todo o exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTA a Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0632766-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Adilson Maciel Dantas - R.Hoje. Defiro o valor atribuído à causa, atribuído pela parte Autora, consoante petitório retro. No entanto, não se verificou que tenha a Requerente comprovado a hipossuficiência alegada, como fora instada por meio do decisum de fls. Retro. Assim, determino a intimação da mesma para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder o recolhimento das custas processuais, considerando o valor da causa retificado. À Secretaria para as providências necessárias. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0640633-91.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: NADIR MOREIRA DE ALMEIDA - Decisão R. Hoje. Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0640867-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Neila Correia dos Santos - Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTO a presente Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO SALOMÃO PORTES (OAB 226559/SP) - Processo 0814978-12.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERIDO: Magnum Industria da Amazonia S/A - DECISÃO Trata-se de Embargos de Declaração movidos pelo Município de Manaus com a finalidade de reformar Sentença de pgs. 57/58, pelos fatos a seguir expostos. A Sentença supracitada se deu devido à Sentença do Mandado de Segurança nº 0221625-43.2008.8.04.0001 impetrado pelo Executado na Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias, a qual declarou ser indevida a cobrança do Auto de Infração nº 00002078002128, por declarar que o cadastro exigido pelo Ente Municipal seria de competência de órgão Estadual. Assim, determinou, dentre outras coisas, que o Município se abstivesse de aplicar sanções administrativas Tendo em vista a Sentença do Mandado de Segurança, este juízo julgou a Execução Fiscal extinta sem resolução de mérito e condenou o Município a pagar honorários advocatórios sucumbenciais no valor de 20% da causa. O Município adentrou com Embargos de Declaração afirmando que este juízo deixou de considerar que, no momento da propositura da Ação de Execução Fiscal, a Executada estava passível de sofrer tributação, pois a Sentença do Mandado de Segurança só transitou em julgado em 15 de fevereiro de 2013, ou seja, após a propositura da Execução Fiscal que se deu em 09 de outubro de 2010. Deste modo, o Município requer que os Embargos sejam acolhidos e providos de forma que seja reformada a Sentença para anular a condenação em honorários imposta ao Município. Veio aos autos, nas pgs. 68/70, veio o Embargado manifestar-se solicitando providências para julgar o presente Embargo, pois, com o efeito suspensivo, o processo não transitou em julgado, o que o impede de obter a Certidão Negativa de Débitos. É o breve relatório. Passo a decidir. Sabe-se que Embargos de Declaração é uma espécie recursal onde uma das partes pede esclarecimento acerca de determinada decisão. De acordo com o Código de Processo Civil, os Embargos Declaratórios são cabíveis em determinadas situações: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. [] (destaquei) No presente caso, o Município de Manaus não explicitou em quais possibilidades estão enquadrados os presentes Embargos, nos quais vislumbra que a condenação em honorários sucumbenciais seja anulada. Logo, entendo que o Embargante está se valendo da possibilidade de Omissão ou Erro Material. A motivação para que a condenação seja anulada se baseia na legitimidade da Execução Fiscal ao tempo que fora proposta. De acordo com o Município, ao tempo da propositura da ação, a Embargada era Contribuinte em situação de inadimplência e a dívida era legal, o que legitimava a Municipalidade a adentrar com ação de Execução Fiscal e, portanto, quem deu causa ao feito fora a Executada. Tal argumentação não deve proceder, pois mesmo que ao tempo da propositura da Execução Fiscal a parte estivesse enquadrada como Contribuinte, tal fato se originou de uma dívida indevida, onde o Município incorreu em bitributação, conforme o decidido na Sentença da Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias. Assim, ao ser decidido na Sentença da exímia vara que a competência para conceder a licença ambiental era do Estado, o Auto de Infração emitido pelo Município fora indevidamente lançado e, consequentemente, a Execução Fiscal baseou-se em erro. Desse modo, faz-se necessário discorrer sobre o princípio da boa-fé, o qual foi consagrado na norma processual pelo Código de Processo Civil de 2016, no seu art. 5º: "Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. " Tal princípio subdivide-se em boa-fé subjetiva, referente às intenções psicológicas do indivíduo, e boa-fé objetiva, que vincula todas as partes devido ao fato de ser um conceito de ordem pública. A boa-fé objetiva, por sua vez, desdobra-se em três expressões: venire contra factum proprium, supressio, surrectio e o tu quoque. Para a presente Decisão, faz-se oportuno discorrer sobre este último desdobramento, significando que não é permitido ao violador da norma se beneficiar do seu próprio erro. Sendo assim, não se pode exigir que a outra parte assuma as consequências decorrentes da violação normativa por parte do Município de Manaus. Ora, a certidão de dívida ativa era nula na origem, desde o seu lançamento. Assim, com base no princípio da boa-fé objetiva e seu desdobramento acima citado, o Município de Manaus, ao cometer o ato equivocado de lançar o Auto de Infração e posteriormente executá-lo, não pode se beneficiar das consequências de tal cobrança indevida, exigindo honorários sucumbenciais da parte contrária. Ainda, com base no princípio da causalidade, quem fez nascer a Execução Fiscal foi o Município

ao cobrar indevidamente o Auto de Infração e, portanto, não pode evadir-se de pagar os honorários de sucumbência para o patrono da Embargada. Logo, não é cabível que anule a condenação em honorários sucumbenciais. Deste modo, decido por REJEITAR os presentes Embargos de Declaração, mantendo a Sentença das páginas 57/58 em seu inteiro teor. Ademais, DETERMINO que o Exequente emita a Certidão Negativa de Débitos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Marco A P Costa Juiz de Direito Portaria nº 1.602/2019 - PTJ

Antônia Marília Marques de França (OAB 33119/CE)
Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Claudia Teixeira Brasil (OAB 7400/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Fábio Salomão Portes (OAB 226559/SP)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)

1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª V.E.C.U.T.E.

JUIZ(A) DE DIREITO JEAN CARLOS PIMENTEL DOS SANTOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTO IGOR SÁ E SOUZA DE WANDERLEY

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0037/2019

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0202175-36.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Billy Joe Silva Macedo - Anderson dos Santos Pinhão - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 138, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM), ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0205855-34.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0202702-90.2013.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - INDICIADO: L.S.S.V.L. - R.S.S.J.D. - AUTORFATO: T.F.S.V.A. - P.M.S.X.V.P. - F.L.N.B. - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Francisco Lenon Nunes de Brito, Lucas da Silva Souza (Vulgo Lukinha), Paulo Mauricio de Souza Xavier (Vulgo 'Paulinho), Robert Souza dos Santos Junior (Doidinho) e Thiago Fernandes Soriano (Vulgo Alemão), como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06. Bem como CONDENAR Lucas da Silva Souza (Vulgo Lukinha), como incurso nas penas do art. 14 da Lei 10.826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Lucas da Silva Souza (Vulgo Lukinha): Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 2 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Lucas da Silva Souza em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 02 (dois) anos de reclusão e 200 (duzentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 14 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 10 (dez) anos e 1400 (mil e quatrocentos) dias-multa. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 3 anos e 6 meses, fica condenado definitivamente à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "b", do Código de Penal, deverá ser o SEMIABERTO. 2. Quanto ao acusado Francisco Lenon Nunes de Brito: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e

atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Francisco Lenon Nunes de Brito em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 8 (oito) anos e 1200 (mil e duzentos) dias-multa. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 2 anos, fica condenado definitivamente à pena de 6 anos de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "b", do Código de Penal, deverá ser o SEMIABERTO. 3. Quanto ao acusado Paulo Mauricio de Souza Xavier: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Paulo Mauricio de Souza Xavier em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 8 (oito) anos e 1200 (mil e duzentos) dias-multa. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 3 anos , fica condenado definitivamente à pena de 5 anos de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "b", do Código de Penal, deverá ser o SEMIABERTO. 4. Quanto ao acusado Robert Souza dos Santos Junior: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Robert Souza dos Santos Junior em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 8 (oito) anos e 1200 (mil e duzentos) dias-multa. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 3 anos e 6 meses, fica condenado definitivamente à pena de 4 anos e 6 meses de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "b", do Código de Penal, deverá ser o SEMIABERTO. 5. Quanto ao acusado Thiago Fernandes Soriano: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e

atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da vida dedicada ao crime. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes a serem valoradas, vez que já foram consideradas anteriormente. Não há atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Thiago Fernandes Soriano em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 8 (oito) anos e 1200 (mil e duzentos) dias-multa. Com fundamento no art. 387, §2º do Código de Processo Penal, comprovada a existência de prisão provisória do sentenciado por 1 ano e 6 meses, fica condenado definitivamente à pena de 6 anos e 6 meses de reclusão, passando esta sanção a ser considerada para fins de determinação do regime inicial de cumprimento de pena, o qual, com fundamento no art. 33, §2º, "b", do Código de Penal, deverá ser o SEMIABERTO. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados Francisco Lenon Nunes de Brito, Lucas da Silva Souza (Vulgo Lukinha), Paulo Mauricio de Souza Xavier (Vulgo 'Paulinho) e Robert Souza dos Santos Junior (Doidinho) encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. De outro giro, tendo em vista que o acusado Thiago Fernandes Soriano (Vulgo Alemão) encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 11/16, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM) - Processo 0205855-34.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0202702-90.2013.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins - INDICIADO: L.S.S.V.L. - R.S.S.J.D. - AUTORFATO: T.F.S.V.A. - P.M.S.X.V.P. - F.L.N.B. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0205855-34.2013.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Fabionellito Santos de Almeida OAB 7930/AM Valéria Ferreira Rabello OAB 6287/AM Diego Américo Costa Silva OAB 5819/AM Antônio Coimbra Filho OAB 3252/AM e Emerson Siqueira Pereira OAB 10338/AM, advogados de LUCAS DA SILVA SOUZA (VULGO LUKINHA), RG 2540731-7, com endereço à Rua e Beco 18, 02, Conj. Hileia, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, ROBERT SOUZA DOS SANTOS JUNIOR (DOIDINHO), com endereço à Rua Boa Esperança, 87, Beco São Francisaco, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM e THIAGO FERNANDES SORIANO (VULGO ALEMÃO). Local de prisão: Não especificado - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua 27, Qd 02, 20, São Jose II, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenados como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 863/876, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 20 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: FURTADO & SOUZA ADVOCACIA (OAB 5798/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0206894-95.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0224978-47.2015.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: J.H.B.A. - B.F.B. - K.S.F. e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Bruno Farias Batista, Jorge Hilton Barker de Assunção e kamilla de Santana Ferreira, como incursos nas penas dos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 12 da Lei 10.826/03, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal, bem como CONDENAR Bruno Farias Batista e Kamilla de Santana Ferreira como incursos nas penas do artigo 16 da Lei 10.826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Bruno Farias Batista: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade ; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em

razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação para o tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Bruno Farias Batista em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 11 (onze) anos e 1500 (mil e quinhentos) dias-multa. 2. Quanto à ré Kamilla de Santana Ferreira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade ; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação para o tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. c) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Kamilla de Santana Ferreira em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 11 (onze) anos e 1500 (mil e quinhentos) dias-multa. 3. Quanto à ré Jorge Hilton Barker de Assunção: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade ; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da associação para o tráfico. b) Para o delito do art. 35 da Lei 11.343/2006 (associação para o tráfico) Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva à Ré Jorge Hilton Barker de Assunção em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 35 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 08 (oito) anos e 1200 (mil e duzentos) dias-multa. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-

se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM), ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM), ADV: FURTADO & SOUZA ADVOCACIA (OAB 5798/AM) - Processo 0206894-95.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0224978-47.2015.8.04.0001) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: J.H.B.A. - B.F.B. - K.S.F. e outro - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0206894-95.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr. Josemar Berçot Rodrigues OAB 5935/AM Josemar Berçot Rodrigues Júnior OAB 7557/AM Sidney José Vieira de Souza OAB 5798/AM Sâmia Brena Furtado Monteiro OAB 11988/AM Francisco Felipe Leal Pereira OAB 9923/AM Waldemir Moraes Torres OAB 11126/AM Camila Guimarães de Lima OAB 13098/AM Danielle da Costa Pinheiro OAB 7710/AM e Furtado Souza Advocacia OAB 5798/AM, advogados de BRUNO FARIAS BATISTA, RG 2004701-0, com endereço à Rua Nova Esperança, 353, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM e KAMILLA DE SANTANA FERREIRA, RG 20949405, com endereço à Rua Nova Esperança, 353, Japiim, CEP 69078-370, Manaus - AM, condenados como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 1524/1533, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 22 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0214554-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Valdecir de Oliveira Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0214554-04.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Érica Cândida Costa OAB 12473/AM e Kal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AM, advogado(a) de Valdecir de Oliveira Santos, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0220473-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Sigilo Telefônico - INDICIADO: Franck Rocha Pinheiro - Mirian Rocha Pinheiro - Jocicleto dos Santos Silva - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Franck Rocha Pinheiro, Jocicleto dos Santos Silva e Mirian Rocha Pinheiro, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Jocicleto dos Santos Silva: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0201368-84.2014. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ter confessado (art. 65, III, “d”, CP). Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Jocicleto dos Santos Silva em 05 (cinco) anos de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “a”, e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Franck Rocha Pinheiro: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de

aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Franck Rocha Pinheiro em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Mirian Rocha Pinheiro: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Mirian Rocha Pinheiro em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Jocicleto dos Santos Silva. Considerando que o Réu não preenche os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Franck Rocha Pinheiro e Mirian Rocha Pinheiro. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0220473-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Sigilo Telefônico - INDICIADO: Franck Rocha Pinheiro - Mirian Rocha Pinheiro - Jocicleto dos Santos Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0220473-76.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Harrington Praia Marques OAB 3199/AM e Érica Cândida Costa OAB 12473/AM, advogados de MIRIAN ROCHA PINHEIRO, RG 2481112-2SSP/AM, com endereço à Rua Prestes Filho, 36, prox E M Raimunda Eneida, Novo Israel, JOCICLETO DOS SANTOS SILVA, RG 2117012-6/AM, com endereço à Rua Prestes Filho, 36, Colonia Santo Antonio, CEP 69000-000, Manaus - AM e FRANCK ROCHA PINHEIRO, RG 2074461-7/AM, com endereço à Rua Prestes Filho, 36/208, Col. Santo Antonio, Novo Israel, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenados como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 314/322, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 22 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0220728-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: W.L.A.

- Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Wesley Lima de Azevedo, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Wesley Lima de Azevedo em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 22, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0220728-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: W.L.A. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0220728-34.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Elbe Renan de Oliveira da Silva OAB 9883/AMPaula Aline Assunção Cruz OAB 12718/AM e Valéria Ferreira Rabello OAB 6287/AM, advogados de WESLEY LIMA DE AZEVEDO, RG 26167689, com endereço à Rua Carauari, 1208, Redenção, CEP 69047-430, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 216/222, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 21 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0221526-92.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Carlos Adriano Lima de Lima - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Carlos Adriano Lima de Lima, Dr.(a) Fabiano Cortez de Negreiros OAB 9281/AMJoão Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM e Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/09/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: LUIZ GONZAGA SOUZA LIMA NETO (OAB 11160/AM), ADV: LUKE PACHECO DA SILVA (OAB 10158/AM), ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0222148-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Jackson Gonzaga Simões - Arle da Silva Doce - FAZ SABER a todos

que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0222148-11.2015.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. João Carlos Pinto de Araújo OAB 3787/AM Stephanie Grazielle de Souza Albertino OAB 10099/AM Cirlane Figueredo Albertino OAB 8085/AM Luke Pacheco da Silva OAB 10158/AM Janderson Fernandes Ribeiro OAB 7750/AM Luiz Gonzaga Souza Lima Neto OAB 11160/AM Efigênia Generoso de Araújo OAB 4508/AM Anizio Antonio Silva de Castro Paes OAB 9777/AM e Delian Pereira dos Santos OAB 11743/AM, advogados de JACKSON GONZAGA SIMÕES, RG 27198464/AM, com endereço à Rua Manaus 2000, SNº, Prox. ao Studio 5, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM e ARLE DA SILVA DOCE, com endereço à Rua Bom Jesus, 4, Japiim, CEP 69000-000, Manaus - AM, para, no prazo da lei, apresentar CONTRARRAZÕES de Apelação, nos autos virtuais. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM), 19 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SUYANNE SOARES LOIOLA (OAB 9050/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0224806-47.2011.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Keibe Holanda de Castro - Alexon Jander Sales Martins - Willames Jose da Silva - José Aldair do Amaral - Ítalo Jordão Silva de Sá e outro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0224806-47.2011.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Denunciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, JOSÉ ALDAIR DO AMARAL, Brasileiro(a), mãe Hilda Rocha Amaral, Nascido/Nascida em 27/11/1981, com endereço à Rua D. Pedro II, 2569, São Cristovão, CEP 76804-027, Porto Velho - RO, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0225028-15.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Hebert Bastos Andrade - Sidomar Gonçalves da Silva - Alexson Jander Sales Martins - Alan de Souza Castimário - Adonias Júnior Cardoso Filho - Keibe Holanda de Castro - Willames José da Silva - José Aldair do Amaral - André da Silva Cota - Carlos Alberto da Silva Moura - Ana Carla de Oliveira Teixeira - Márcio Alexandre Leal de Lima e outro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0225028-15.2011.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, ALEXSON JANDER SALES MARTINS, (Alcunha: "GORDINHO"), Brasileiro(a), pai Antônio dos Santos Martins, mãe Maria Lourdes Sales, Nascido/Nascida em 14/04/1978, natural de Porto Velho - RO, com endereço à residente na Rua Santa Rita, 6486, bairro Aeroclube, Porto Velho - ROKEIBE HOLANDA DE CASTRO, Brasileiro(a), pai Hermogenes Ferreira de Castro, mãe Maria Holanda da Silva, Nascido/Nascida em 25/10/1978, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua das Rosas, 5342, Conj. Belvedere, Planalto, CEP 69000-000, Manaus - AMWILLAMES JOSÉ DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, RG 4052491404, pai Jose Antonio Filho, mãe Elizabete Maria da Silva, Nascido/Nascida em 14/07/1982, com endereço à Rua Santa Rita, 6486, Aeroclube, Porto Velho - RO e JOSÉ ALDAIR DO AMARAL, Brasileiro(a), mãe Hilda Rocha Amaral, Nascido/Nascida em 27/11/1981, natural de Porto Velho - RO, com endereço à Rua D. Pedro II, 2569, São Cristovão, Zumbi, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0225028-15.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Hebert Bastos Andrade - Sidomar Gonçalves da Silva - Alexson Jander Sales Martins - Alan de Souza Castimário - Adonias Júnior Cardoso Filho - Keibe Holanda de Castro - Willames José da Silva - José Aldair do Amaral - André da Silva Cota - Carlos Alberto da Silva Moura - Ana Carla de Oliveira Teixeira - Márcio Alexandre Leal de Lima e outro - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0225028-15.2011.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, CARLOS ALBERTO DA SILVA MOURA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, pai Mário da Silva Moura, mãe Maria Raimunda da SIlva Moura, Nascido/Nascida em 05/10/1980, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Morada do Sol, S/N, Iranduba - AMANA CARLA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, Brasileiro(a), RG 1463902-5SSP/AM, CPF 659.643.652-72, pai João Alves Teixeira, mãe Idalva de Oliveira Teixeira, Nascido/Nascida em 19/09/1974, natural de Tefe - AM, com endereço à Rua Ipiranga, 102, Raiz, CEP 69000-000, Manaus - AM e MÁRCIO ALEXANDRE LEAL DE LIMA, Brasileiro(a), RG 138053-8, CPF 862.619.322-04, pai Evanildo Leal de Lima, mãe Elizabeth bezerra dos Santos,, Nascido/Nascida em 25/11/1979, com endereço à residente na Rua Ipiranga,, 502-A, Raiz, CEP 69082-210, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0225401-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo

Lopes Vidinha - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Rodrigo Lopes Vidinha, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. (Súmula 231 do STJ). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Rodrigo Lopes Vidinha em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável ao acusado, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 14, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: VANDERLENE SOARES BARROSO (OAB 10599/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0225401-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Lopes Vidinha - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0225401-70.2016.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Vanderlene Soares Barroso OAB 10599/AM e Lucimar Vidinha Gomes OAB 9318/AM, advogados de RODRIGO LOPES VIDINHA, RG 2319771-4AM, com endereço à Rua Brasil, 629, Compensa 2, CEP 69030-020, Manaus - AM, condenado como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 183/188, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 21 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM) - Processo 0226112-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ricardo Almeida da Silva - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Ricardo Almeida da Silva, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06 c/c art. 16 da Lei 10.826/03, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 672,92 g para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência específica (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0210668-12.2010.8.04.0001. O Réu não

preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. b) Para o delito do art. 16 da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Ricardo Almeida da Silva em 07 (sete) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16 da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 10 (dez) anos e 1000 (mil) dias-multa. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e da concessão do direito de recorrer em liberdade. Tendo em vista que o réu não preenche os requisitos do artigo 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de substituir as penas privativas de liberdade. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 13/16, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0227418-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manuel José dos Santos Neto - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 25/09/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM) - Processo 0232516-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: SERGIO MATOS SIQUEIRA - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 284, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: KARLENO JOSÉ PEREIRA (OAB 9059/AM), ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0233649-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: RAIDENILSON DOS SANTOS MENDES - INDICIADA: TAINARA SILVA DE SOUZA - Determino a notificação do sentenciado RAIDENILSON DOS SANTOS MENDES para comparecer a esta vara especializada, no prazo de 15 dias, para que de forma espontânea possa dar cumprimento ao regime imposto na sentença, sob pena de ser expedido mandado de prisão em desfavor do réu. Por esta decisão tomo por base a portaria 271/2018-PTJ, art.1º, inciso IV deste Egrégio Tribunal de Justiça que determina: "Art.1º...é dever da vara criminal onde proferida sentença penal condenatória transitada em julgado com aplicação de pena privativa de liberdade: IV - expedir mandado de prisão, caso o Condenado à pena privativa de liberdade ainda não esteja recolhido em nenhuma unidade prisional." À secretaria para providências.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM) - Processo 0236886-77.2010.8.04.0001 (001.10.236886-5) - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas - INDICIADO: Angelo Henrique Farias Moreira - Anderson da Silva Batista - Paulo Rodolfo Pimentel Moreira - Ismael Tobar Bernardo - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Anderson da Silva Batista, Angelo Henrique Farias Moreira e Ismael Tobar Bernardo, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06 e artigo 16, parágrafo único, IV, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Ismael Tobar Bernardo: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude da quantidade de droga apreendida. b) Para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Ismael Tobar Bernardo em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses e

633 (seiscentos e trinta e três) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Anderson da Silva Batista: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes (Súmula 231 STJ). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude da quantidade de droga apreendida. b) Para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Anderson da Silva Batista em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses e 633 (seiscentos e trinta e três) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. 3. Quanto ao réu Angelo Henrique Farias Moreira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes (Súmula 231 STJ). Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude da quantidade de droga apreendida. b) Para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Angelo Henrique Farias Moreira em 03 (três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, e 333 (trezentos e trinta e três) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 06 (seis) anos e 04 (quatro) meses e 633 (seiscentos e trinta e três) dias-multa, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "b", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que os acusados encontram-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que os sentenciados já encontram-se em liberdade. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 29/31, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0243637-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Giorgio Linconl de Alexandre Linhares e outro - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. A secretaria para que designe o dia para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(a), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM), ADV: SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM), ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT) - Processo 0250859-94.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e

Condutas Afins - DENUNCIADA: Francijane Rodrigues Chagas - INDICIADO: Ronivaldo Rocha de Lima - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Francijane Rodrigues Chagas e Ronivaldo Rocha de Lima, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Ronivaldo Rocha de Lima: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Ronivaldo Rocha de Lima em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. 2. Quanto ao réu Francijane Rodrigues Chagas: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Não há causas de aumento de pena. Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 2/3 (dois terços), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Francijane Rodrigues Chagas em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, e 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 01 (um) ano e 08 (oito) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que os Réus encontram-se soltos. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 06, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0252067-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Nazareno Reis Rodrigues - Weder Ruan Castro de Barros e outro - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido

condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Nazareno Reis Rodrigues, Ruan Carlos Andrade de Oliveira e Weder Ruan Castro de Barros, como incursos nas penas dos artigos 33 da Lei 11.343/06, e ABSOLVÊ-LOS das penas impostas pelo artigo 35 da Lei 11.343/06, com fundamento no artigo 386, VII do Código de Processo Penal; bem como CONDENAR Nazareno Reis Rodrigues e Ruan Carlos Andrade de Oliveira às penas do artigo 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/03. Posto isso, passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. 1. Quanto ao acusado Nazareno Reis Rodrigues: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2567,17 g para a droga COCAÍNA e 656,11 para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em razão da quantidade de droga apreendida. b) Para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Nazareno Reis Rodrigues em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, e 466 (quatrocentos e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “b”, e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 07 (sete) anos e 08 (oito) meses e 766 (setecentos e sessenta e seis) dias-multa. 2. Quanto ao acusado Ruan Carlos Andrade de Oliveira: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2567,17 g para a droga COCAÍNA e 656,11 para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em razão da quantidade de droga apreendida. b) Para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003 Fixo a pena base do presente delito no mínimo, qual seja, 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa. Sem agravantes e atenuantes. Sem causas de aumento ou diminuição de pena. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Ruan Carlos Andrade de Oliveira em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão, e 466 (quatrocentos e sessenta e seis) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06; e 3 (três) anos de reclusão e 300 (trezentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 16, parágrafo único, IV, da Lei 10.826/2003, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME SEMIABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea “b”, e § 3º, do Código Penal. Em sendo aplicada a regra disciplinada pelo art. 69 do Código Penal (concurso material), fica o réu condenado, definitivamente, à pena de 07 (sete) anos e 08 (oito) meses e 766 (setecentos e sessenta e seis) dias-multa. 3. Quanto ao réu Weder Ruan Castro de Barros: Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, a valorar a quantidade e a natureza da droga apreendida, ou seja, 2567,17 g para a droga COCAÍNA e 656,11 para a droga MACONHA, o que compromete a sua culpabilidade; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, e em razão de as circunstâncias judiciais do acusado serem as mesmas para todos os delitos por ele praticados, tenho que estas autorizam a fixação da pena da seguinte forma: a) Para o delito do art. 33 da Lei 11.343/2006 (tráfico de drogas) Tenho que os elementos analisados anteriormente autorizam a fixação da pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e 600 (seiscentos) dias-multa. Sem agravantes. Atenuo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa por ser o Réu menor de 21 (vinte e um) anos na data do fato (art. 65, I, CP). Aumento a pena de 1/6 (um sexto) em razão da atividade ilícita do Réu envolver adolescente (art. 40, VI, Lei 11.343/06). Reconheço o preenchimento dos requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, aplicando-a na fração de 1/3 (um terço), em virtude das circunstâncias judiciais favoráveis e da primariedade do réu. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao réu Weder Ruan Castro de Barros em 03 (três) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e 388 (trezentos e oitenta e oito) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, para o delito do art. 33 da Lei 11.343/06, devendo a pena

SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME ABERTO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "c", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito aos réus Nazareno Reis Rodrigues e Ruan CarlosAndrade de Oliveira. Considerando que os Réus não preenchem os requisitos do art. 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de converter as penas privativas de liberdade em restritivas de direito. De outro giro, tendo em vista que o acusado Ruan CarlosAndrade de Oliveira encontra-se em liberdade por este processo, bem como pelo fato de que não estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, concedo-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Desnecessária a expedição de alvará de soltura, vez que o sentenciado já encontra-se em liberdade. Tendo em vista que o acusado Nazareno Reis Rodrigues encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito ao réu Weder Ruan Castro de Barros. Considerando as circunstâncias judiciais favoráveis e se tratar de acusado primário e de bons antecedentes, bem assim a Resolução a norma acima citada não se coaduna com a ordem constitucional, em especial ao princípio da proporcionalidade e da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI da Lei Maior. No caso em tela, a sanção privativa de liberdade mostra-se exagerada e desproporcional para a baixa ofensividade demonstrada pelo acusado no curso da empreitada criminosa, caracterizando uma punibilidade exorbitante ao fato criminoso, razão pela qual decido pela substituição na forma abaixo exposta e em consonância com o art. 43 e seguintes do Código Penal. Por oportuno, deve ser frisado que o E. Supremo Tribunal Federal, no Habeas Corpus n. 97256 impetrado pela Defensoria Pública da União, reconheceu a inconstitucionalidade do art. 44 da Lei de Drogas, tendo o Relator do caso, Exmo. Ministro Ayres Brito aduzido que a referida vedação impede a possibilidade do magistrado optar pela pena mais adequada ao caso e ao infrator, sendo mácula ao princípio da individualização da pena. Destarte, os elementos dos autos evidenciam que a referida substituição é socialmente recomendável aos acusados, razão pela qual, com fundamento da novel jurisprudência do STF, acato incidenter tantum a inconstitucionalidade dos arts. 33, §4º e 40 da Lei de Drogas para converter a pena privativa de liberdade em duas restritivas de direitos, de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas e limitação de fim de semana, na forma dos arts. 44, § 2º c/c 46 e 48 do CP, pelo período de 03 (três) anos e 10 (dez) meses, a ser executada na forma e em estabelecimento(s) indicado(s) pela Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas VEMEPA. Tendo em vista a substituição da pena privativa de liberdade e por se tratar de réu primário e de bons antecedentes, concedo o direito de recorrer em liberdade, consoante o disposto no art. 59 da Lei 11.343/2006. Desnecessária a expedição de Alvará de Soltura visto que o Réu encontra-se solto. Da incineração das substâncias apreendidas: Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com os Réus e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bens e valores: Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 05, em favor da União. Das custas processuais: Condeno os Réus, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome dos Réus no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP/VEMEPA; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. Encaminhe-se as armas de fogo e munições apreendidas ao Comando do Exército, na forma do artigo 25 da Lei nº 10.826/2003. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: CRISTIANO GONÇALVES PIRES (OAB 10755/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0252067-79.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Nazareno Reis Rodrigues - Ruan Carlos Andrade de Oliveira - Weder Ruan Castro de Barros - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0252067-79.2014.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Antônio Augusto Brito Feijó Júnior OAB 8408/AM Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AM Francisco Souza de Melo OAB 7808/AM Kal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AM Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AM Geysa Caroline de Souza Machado OAB 6149/AM Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza OAB 3219/AM Cristiano Gonçalves Pires OAB 10755/AM e Rebeca Beatriz Silva Sousa OAB 12219/AM, advogados de NAZARENO REIS RODRIGUES, RG 17759056. Local de prisão: Não especificado - CEP 69000-000, Manaus - AM. Endereço: Rua 08-B, S/N, Alfredo Nascimento, CEP 69000-000, Manaus - AM e WEDER RUAN CASTRO DE BARROS, RG 29634261, com endereço à Rua Dom Milson, 02, Fazendinha, CEP 69000-000, Manaus - AM, condenados como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 594/604, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 22 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0600568-83.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gerlon Lopes da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Gerlon Lopes da Silva, Dr.(a) Marleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/09/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0603611-91.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTORFATO: David Costa Carvalho - Hernandes Loureiro Chaves - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0603611-91.2018.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Autor do Fato, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a)

pelo Ministério Público, HERNANDES LOUREIRO CHAVES, Brasileiro(a), com endereço à Rua 8, 34, Alfredo Nascimento, CEP 69000-000, Manaus - AM e DAVID COSTA CARVALHO, Brasileiro(a), com endereço à Rua das Graças, 29, Quadra 12, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0604205-63.2018.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORAFATO: Karoliny Aparecida Rosa Ramos - Diante do exposto e nos termos do art. 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Karoliny Aparecida Rosa Ramos. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos outros bens, decreto o perdimento em favor da União. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Autor do fato no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0605357-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Leonardo Abreu Rodrigues - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Leonardo Abreu Rodrigues, Dr.(a) Fernando Almeida dos Santos OAB 2060/AMDavid Almeida dos Santos OAB 2153/AMDeiwes Almeida dos Santos OAB 6355/AM e Camilla Fernanda Tufi Almeida OAB 7024/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/09/2019 às 09:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0608301-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Ytallo Gleyco Nonato Ferreira - Thalia Rocha Lagoa - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 201/204, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0609130-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Lincon Lavor Chaves - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0609130-18.2016.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, LINCON LAVOR CHAVES, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, pai Cardovan de Lima Chaves, mãe Marta Cristina Costa Lavor, Nascido/Nascida em 30/08/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua São Pedro, Bloco 7, APT 304, Prosamin, Morro da Liberade, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso nos termos da Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, INTIMADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, constituir novo advogado e apresentar suas alegações finais, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: MAMEDE GEBER PAULO (OAB 11861/AM), ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0609901-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: L.M.S. - Thiago Reis dos Santos - Gabriel Coutinho de Souza - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 268, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM), ADV: ANNE CARLA ALVES CABRAL (OAB 12059/AM) - Processo 0610167-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Claudenor Cavalcante Batista - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Claudenor Cavalcante Batista, Dr.(a) Anne Carla Alves Cabral OAB 12059/AM e James Cavalcante Dirane OAB 12145/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/09/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADALBERTO TEIXEIRA BITTAR (OAB 5275/AM), ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0612267-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Mauro de Pinho Queiroz - Cícero Laércio de Oliveira Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0612267-03.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do Dr. Adalberto Teixeira Bittar OAB 5275/AM e Raimundo Miguel Trindade dos Santos OAB 11263/AM, advogados de CÍCERO LAÉRCIO DE OLIVEIRA SANTOS, RG 20626380SSP/AM, com endereço à Rua Arthur Reis, S/N, Santo Antonio, CEP 69000-000, Manaus - AM e MAURO DE PINHO QUEIROZ, RG 18209769SSP/AM, com endereço à Av. Oscar Borel, 1416, Altos, Compensa II, CEP 69035-210, Manaus - AM, condenados como incurso no art. 33 da Lei nº 11.343/06, da Sentença prolatada nos autos supramencionados de fls. 244/251, para, querendo, recorra no prazo de 05 (cinco) dias. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 16 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Freitas Moraes, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi,

conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: MÁRCIO ANDRÉ DE OLIVEIRA SILVA (OAB 5562/AM), ADV: ALMÉRIO AUGUSTO CABRAL DOS ANJOS DE CASTRO E COSTA (OAB 5171/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0613524-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Aurelio Miguel dos Santos Mendes - Victor Hugo Souza Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Victor Hugo Souza Santos e Aurelio Miguel dos Santos Mendes, Dr.(a) Ana Rita de Souza Nascimento OAB 10121/AM e Antonela Martins dos Santos OAB 9781/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/09/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: KELENE BATALHA PASSOS (OAB 6933/AM) - Processo 0614071-32.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Posse de Drogas para Consumo Pessoal - AUTORFATO: Kleber Soares de Oliveira - Diante do exposto e nos termos do art. 107, inciso IV, primeira figura, do Código Penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Kleber Soares de Oliveira. Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Com relação aos outros bens, decreto o perdimento em favor da União. Após o trânsito em julgado, cumprida as formalidades legais, arquivem-se os presentes autos, com a devida baixa do nome do Autor do fato no Sistema de Automação do Judiciário. Custas pelo Estado. P.R.I.C.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM), ADV: MEISE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS (OAB 11246/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM) - Processo 0614215-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Carolina Oliveira dos Santos - Carlos Bezerra de Souza - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 523 e 534, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado os apelantes por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0616508-20.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Bruno de Oliveira Martins - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0616508-20.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, BRUNO DE OLIVEIRA MARTINS, Brasileiro(a), Convivente, Desempregado, RG 6918134, mãe Socorro de Oliveira Martins, Nascido/Nascida em 01/04/1992, com endereço à Av. dos Curuais, 1234, Nossa Senhora de Fátima, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0618422-22.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Israel Manoel Mar Leal - Wesley Alencar Dias - Os denunciados Wesley Alencar Dias e Israel Manoel Mar Leal não foi encontrados conforme certidão juntada nos autos. Destarte, com fundamento no art. 55 da Lei 11.343/06 c/c o art. 361 do CPP, NOTIFIQUE-SE POR EDITAL os Denunciados Wesley Alencar Dias e Israel Manoel Mar Leal para apresentarem defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Após, conclusão.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0618422-22.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Israel Manoel Mar Leal - Wesley Alencar Dias - O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Jean Carlos Pimentel dos Santos, Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc... Proc. nº : 0618422-22.2019.8.04.0001 FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) Indiciado, adiante identificado(a), que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairro Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi denunciado(a) pelo Ministério Público, WESLEY ALENCAR DIAS, Brasileiro(a), Convivente, Chapeiro, RG 2523285-1-SSP/AM, pai Washington Cardenes Dias, mãe Raquel Oliveira de Alencar, Nascido/Nascida em 03/01/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua São Pedro, Bloco 13, AP 203, Parque Residencial Liberdade, Betania, CEP 69000-000, Manaus - AM e ISRAEL MANOEL MAR LEAL, Brasileiro(a), Solteiro, pai Davi Marcio Silva Leal, mãe Rosiane Dorval Mar, Nascido/Nascida em 06/04/1996, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Parintins, 152, Parque São Pedro, CEP 69000-000, Manaus - AM, como incurso na Lei nº 11.343/06. Pelo que, em razão de se encontrar em lugar incerto e não sabido, fica por meio deste, NOTIFICADO(A), para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia com a assistência de advogado, sob pena de ser nomeado defensor público. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor(a) de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARILEIDE DA SILVA MAIA (OAB 8618/AM) - Processo 0619991-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Jose Marcos da Cruz Reis - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Jose Marcos da Cruz Reis, Dr.(a) Marileide da Silva Maia OAB 8618/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/09/2019 às 08:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM) - Processo 0620583-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Rogério Vieira da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rogério Vieira da Silva, Dr.(a) Jair Ferreira Rodrigues OAB 1275/AM e Luís Carlos Calderaro Souza OAB 1991/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo

Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/09/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM) - Processo 0622242-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marley Favacho Chaves - Vistos, etc. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO A APELAÇÃO de fls. 153, no seu duplo efeito legal, ex vi do art. 593, I, do Código de Processo Penal. Tendo optado o apelante por arrazoar perante à 2ª instância, encaminhe-se imediatamente ao TJAM, para distribuição, nos termos do art. 600, § 4º do mesmo diploma legal. Intimem-se. À secretaria para providências.

ADV: EDILLAINNY RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 14531/AM) - Processo 0625763-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Steve Barros Cavalcante - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Steve Barros Cavalcante, Dr.(a) Edillainny Rodrigues de Araújo OAB 14531/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/09/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0627246-67.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - AUTORFATO: Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0627246-67.2019.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Raynei Caldas Gomes OAB 9675/AM, advogado(a) de ARNALDO MAIK DOS SANTOS MELO DE OLIVEIRA, CPF 02738916260, RG 25387316, com endereço à Rua Carauari, 1210, Redenção, CEP 69000-000, Manaus - AM, para tomar ciência, nesta data, da Decisão proferida nos autos virtuais supramencionados de fls. 43. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus(AM.), 19 de agosto de 2019. Eu, Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM) - Processo 0627372-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fabio Cunha dos Santos - Diante desse quadro e por tudo que consta dos autos, julgo PROCEDENTE o pedido condenatório formulado na ação penal em epígrafe para CONDENAR Fabio Cunha dos Santos, como incurso nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06, razão pela qual passo à dosimetria e aplicação da pena, nos termos do disposto no art. 68 do Código Penal. Em análise à regra fixada pelo art. 59 do CP e 42 da Lei 11.343/06, verifico que este agiu com culpabilidade própria à espécie, não havendo o que se valorar; segundo a prova dos autos o Réu não é detentor de maus antecedentes, segundo a ótica da súmula n. 444 do E. STJ, não sendo possível colher dados acerca de sua conduta social; poucos elementos foram coletados a permitir um juízo de valor quanto a sua personalidade; o motivo do delito é o próprio do tipo, sendo que as circunstâncias se encontram relatadas nos autos, nada havendo que possa merecer destaque; as conseqüências entendo como graves, sendo desnecessário tecer comentários aos danos à saúde pública e, por via oblíqua, dos dissabores que seriam causados às famílias que padecem com os problemas gerados pelo uso de droga por um de seus membros, que em sua maioria são pessoas jovens, as quais dificilmente conseguem escapar da dependência física ou psíquica. a) Para o delito do artigo 33 da Lei 11.343/06: Com base no estudo destes elementos, os quais foram analisados individualmente, atribuindo-se a cada um o seu devido peso, autorizam a fixação da pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Agravo a pena em 01 (um) ano e 100 (cem) dias-multa, em decorrência da reincidência específica (arts. 61, I, do CP), referente a condenação do Réu no processo de nº 0234008-14.2012.8.04.0001. Sem atenuantes. Não há causas de aumento de pena. O Réu não preenche os requisitos da causa de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em razão da reincidência. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, fixo a pena concreta e definitiva ao Réu Fabio Cunha dos Santos em 06 (seis) anos de reclusão, e 600 (seiscentos) dias-multa, sendo cada um fixado no valor equivalente a um trigésimo do salário mínimo, devendo a pena SER CUMPRIDA INICIALMENTE EM REGIME FECHADO, consoante artigo 33, § 2º, alínea "a", e § 3º, do Código Penal. Da não substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e da concessão do direito de recorrer em liberdade. Tendo em vista que o réu não preenche os requisitos do artigo 44 do Código Penal, mormente pela quantidade de pena dosimetrada, deixo de substituir as penas privativas de liberdade. De outro giro, tendo em vista que o acusado encontra-se preso por este processo, bem como pelo fato de que estão presentes as circunstâncias do artigo 312 do Código de Processo Penal, nego-lhe o direito de recorrer em liberdade por este processo. Da incineração da(s) substância(s) apreendida(s): Considerando que em nenhum momento durante a instrução criminal foi ventilada qualquer controvérsia acerca da natureza ou quantidade da substância entorpecente apreendida com o Réu e que por ocasião da confecção do laudo definitivo foi reservada uma quantidade mínima para uma eventual contraprova, oficie-se à autoridade competente para que proceda à incineração da droga. Do perdimento de bem(ns) e/ou valor(es): Em obediência ao disposto no art. 63 da Lei 11.343/2006, DECRETO O PERDIMENTO dos objetos e da importância monetária apreendidos, descritos no auto de fls. 12, em favor da União. Das custas processuais: Condeno o Réu, ainda, ao pagamento das custas processuais. Das providências após o trânsito em julgado: Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do Réu, com sua devida identificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do disposto nos art. 71, § 2º, do Código Eleitoral, c/c o art. 15, inciso III, da Constituição Federal; Remetam-se cópias das principais peças destes autos à VEP; Aplique-se a detração no que couber; À Secretaria para as devidas anotações junto ao SAJ. P.R.I.C.

ADV: WILLIAM BRUNO TOYODA HITOTUZI (OAB 7506/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2260/AM) - Processo 0627916-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo Costa da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rodrigo Costa da Silva, Dr.(a) Epitácio da Silva Almeida OAB 2260/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/09/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: WILLIAM BRUNO TOYODA HITOTUZI (OAB 7506/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2260/AM) - Processo 0627916-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rodrigo

Costa da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Rodrigo Costa da Silva, Dr.(a) Epitácio da Silva Almeida OAB 2260/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/09/2019 às 10:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 19 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANTONIO MANSOUR BULBOL NETO (OAB 14611/AM), ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: JOHANN STEPHEN DE OLIVEIRA MELO (OAB 12675/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM), ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM) - Processo 0628476-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INVESTIGAD: B.J.S. - RÉU: V.H.N.S. - I.R.S. - J.S.R. - B.E.S. - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0628476-18.2017.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Christine Monteiro Augusto Souza OAB 5087/AM e Shyrley Castelo Branco Monteiro OAB 2030/AM, advogado(a) de Ismale Reis de Sena, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM) - Processo 0629470-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Urçulina Gomes da Silva - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Urçulina Gomes da Silva, Dr.(a) Vanessa Inglyd Azevedo Guimas OAB 10800/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/09/2019 às 08:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 16 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: MARCOS LEVI DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 14731/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0632079-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcio Cesar de Almeida - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Marcio Cesar de Almeida, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0633315-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Alexandre Oliveira Santos - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Alexandre Oliveira Santos, Dr.(a) Fábio Gouvêa de Sá OAB 3801/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/09/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0634694-91.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Mateus Nunes dos Santos e outros - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Mateus Nunes dos Santos, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: THIAGO DE OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 10578/AM), ADV: THEYLA ROLIM CAVALCANTE (OAB 10763/AM) - Processo 0635290-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Leonara Hevelim Rodrigues Oliveira - DOUGLAS CORREA DE SOUZA - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. A secretaria para que designe o dia para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: BELMIRO GONÇALVES VIANEZ NETO (OAB 6846/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0636796-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: ALESSON DOS SANTOS SANTANA - ERNANDES DOS SANTOS SOARES - DIEGO BARBOSA BRAGA - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) DIEGO BARBOSA BRAGA, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AMBelmiro Gonçalves Vianez Neto OAB 6846/AMJennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira OAB 8383/AMKal-El Bessa Nascimento Salem OAB 6389/AMMaria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio OAB 6541/AMCamila Bertolini de Paiva OAB 8223/AMRaphael Coelho da Silva OAB 7998/AM e Marcos Dino da Rocha Marinho OAB 9346/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 16/09/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: ESCALONE MANRARIN DE SOUZA PINHEIRO (OAB 13277/AM) - Processo 0637752-05.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Renata Mendonça dos Santos - NOTIFIQUE-SE a Denunciada Renata Mendonça dos Santos para apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias (art. 55, caput, da Lei 11.343/2006). Na hipótese de escoamento do prazo sem que haja manifestação, observado os termos do art. 5º, §3º, da Lei n.º 11.419/06, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado, a fim representar o acusado e praticar todos os atos processuais pertinentes. Após, promova-se a conclusão dos autos. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo

0637779-85.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Gênesis Aguiar de Moraes - RÉU: Marlisson da Silva Rodriguês - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Gênesis Aguiar de Moraes, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0639673-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hugo Batista da Silva Junior - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 17/09/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0639673-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hugo Batista da Silva Junior - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Hugo Batista da Silva Junior, Dr.(a) Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga OAB 7258/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/09/2019 às 12:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0640300-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Carlos Marreira da Cruz Júnior - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 19/09/2019 às 11:30h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0640300-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luiz Carlos Marreira da Cruz Júnior - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Luiz Carlos Marreira da Cruz Júnior, Dr.(a) Cíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 19/09/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0640837-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Junail Sobrinho Martins - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Junail Sobrinho Martins, Dr.(a) Cíntia Albuquerque Brito OAB 5596/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/09/2019 às 11:30h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0640868-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Eduardo de Oliveira Godinho - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Eduardo de Oliveira Godinho, Dr.(a) Rafael Panza França Garcia OAB 8425/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/09/2019 às 11:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0641393-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Zidimar Costa de Souza Junior - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/09/2019 às 13:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0641434-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jackson Pereira Maquine - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 23/09/2019 às 12:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0641434-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jackson Pereira Maquine - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Jackson Pereira Maquine, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0641989-82.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ricardo Fabricio Travassos Santos - Assim, por estarem presentes os pressupostos que autorizam a decretação da prisão preventiva, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA de Ricardo Fabricio Travassos Santos, nos termos do art. 312 do CPP, em consonância com o parecer ministerial. Providências de praxe. Intime-se.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0642016-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio Batista Dias - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Antônio Batista Dias, Dr.(a) Maria Goreth Terças de Oliveira OAB 3735/AM e Danielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18/09/2019 às 09:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: LÍDIA NAYARA ELIS RABELO DE OLIVEIRA (OAB 13156/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: LUÍS CARLOS CALDERARO SOUZA (OAB 1991/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0642612-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Manuel Lima da Rocha - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(a) advogado(a) do(a) ré(u) Manuel Lima da Rocha, Dr.(a) Maria Goreth Terças de Oliveira OAB 3735/AMDanielle Queiroz Ribeiro OAB 9296/AM e Luís Carlos Calderaro Souza OAB 1991/AM, que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 17/09/2019 às 13:00h. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 20 de agosto de 2019. Eu, Patricia Abbyygayl Gllenda dos Santos Lima, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento nº 004/1994-CGJ.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0643486-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luis Henrique da Silva Dantas - Diego Wesley da Silva Brito Maciel - Sarah Margarido Costa - FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que nesta 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes, instalada na Rua Paraíba, s/n.º, bairo Aleixo - Fórum Min. Henoch Reis, 2º andar, setor 4, tramita o processo 0643486-05.2017.8.04.0001, no qual ordenou-se a INTIMAÇÃO do(a) Dr.(a) Luana Lima Caresto OAB 6235/AM e Flavícia Dias de Souza OAB 6950/AM, advogado(a) de Diego Wesley da Silva Brito Maciel e Luis Henrique da Silva Dantas, denunciado(a) como incurso(a) no(s) art.(s) 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar MEMORIAIS no processo em epígrafe, conforme art. 403, §3º, do Código de Processo Penal. E para que não alegue no futuro, desconhecimento, foi determinado, passado e publicado o presente EDITAL, para os efeitos legais. Manaus, 22 de agosto de 2019. Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, digitei; e eu Roberto Igor Sá e Souza de Wanderley, Diretor de Secretaria, subscrevi, conforme Provimento n.º 004/1994-CGJ.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0652338-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Renato Felix da Silva - Dessa forma, presentes os requisitos do artigo 41 e inexistindo qualquer das circunstâncias do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos propostos. DESIGNO o dia 24/09/2019 às 13:00h para a realização da audiência de instrução e julgamento. Providencie-se a Defesa a apresentação da(s) testemunha(s) arrolada(s), na data da audiência de instrução e julgamento.

Adalberto Teixeira Bittar (OAB 5275/AM)
Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Almério Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa (OAB 5171/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Anne Carla Alves Cabral (OAB 12059/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antonio Mansour Bulbol Neto (OAB 14611/AM)
ARTHUR SANT'ANNA FERREIRA MACEDO (OAB 9054/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Belmiro Gonçalves Vianez Neto (OAB 6846/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiano Gonçalves Pires (OAB 10755/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edillainny Rodrigues de Araújo (OAB 14531/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2260/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Escalone Manrarin de Souza Pinheiro (OAB 13277/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Furtado & Souza Advocacia (OAB 5798/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Johann Stephen de Oliveira Melo (OAB 12675/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karleno José Pereira (OAB 9059/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Kelene Batalha Passos (OAB 6933/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Lídia Nayara Elis Rabelo de Oliveira (OAB 13156/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luís Carlos Calderaro Souza (OAB 1991/AM)
Luiz Gonzaga Souza Lima Neto (OAB 11160/AM)
Luke Pacheco da Silva (OAB 10158/AM)
Mamede Geber Paulo (OAB 11861/AM)
Márcio André de Oliveira Silva (OAB 5562/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Levi de Oliveira de Lima (OAB 14731/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Marileide da Silva Maia (OAB 8618/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Meise Cristina Marques dos Santos (OAB 11246/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)

Patricia Raquel Bezerra Delgado (OAB 6859/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
SILVIA LUIZA BARROSO (OAB 6110/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)
Suyanne Soares Loiola (OAB 9050/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Theyla Rolim Cavalcante (OAB 10763/AM)
Thiago de Oliveira dos Santos (OAB 10578/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vanderlene Soares Barroso (OAB 10599/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
William Bruno Toyoda Hitotuzi (OAB 7506/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0238355-51.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Bruno dos Santos Silva - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR De ordem da MM. Juíza Rosália Guimarães Sarmento, titular da 2ª vara especializada em crimes de uso e tráfico de entorpecentes, da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, FAZ-SE PUBLICAR O PRESENTE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, a todos quanto o presente virem ou dele conhecimento tiverem, em especial aos advogados do acusado, para que tomem ciência da ABERTURA DO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, a contar da publicação deste edital, para que seja apresentada DEFESA PRELIMINAR DE SEU OUTORGANTE, nos autos do processo em epígrafe.

Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: VICTOR GABRIEL FERNANDES MONTEIRO (OAB 9420/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0223103-76.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alexandre Amancio da Silva - Deive Aranha Virginio - Cristianne Araújo Guimarães - Diana Cristine Marinho de Souza e outro - R.Hoje. Conforme se verifica no histórico de partes destes autos, o nome do réu já se encontra baixado, embora o processo continue em andamento quanto aos demais réus. Ademais, por meio de consulta dos autos n.º 0210175-88.2017, é possível extrair informação a respeito do desmembramento, conforme documentos acostados nos autos. Pelo exposto, nada a prover quanto ao pedido de fls. 779. Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: ARY SERGIO DA MOTTA (OAB A82/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0223112-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Outras fraudes - ACUSADO: A.F.S. - I.F.S.V.L. e outros - RÉU: A.R.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 04/09/2019 às 10:15h.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM) - Processo 0606432-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Diogo de Castro Moraes - Nilson França Gonçalves e outro - Ante o exposto, REVOGO a prisão preventiva do Requerente DIOGO DE CASTRO MORAES, com fulcro no art. 316 do Código de Processo Penal, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão insertas no art. 319, incisos I, IV e IX, do Código de Processo Penal, devendo comparecer mensalmente em Juízo para informar e justificar suas atividades, estando proibido de ausentar-se desta Comarca, e devendo submeter-se à monitoração eletrônica. Deverá comparecer, ainda, às palestras do PROJETO REEDUCAR, sendo advertido de que o descumprimento injustificado de tais medidas acarretará nova prisão. Caso haja indisponibilidade de equipamento de monitoração, fica postergada a medida cautelar de monitoramento eletrônico, devendo esta decisão ser cumprida de imediato. Nessa hipótese, tão logo haja disponibilidade de tornozeleira eletrônica, deverá o réu comparecer à SEAP para colocação. Intimem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0634686-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Prisão em flagrante - INDICIADO: Sirlan Moraes dos Santos e outro - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 04/09/2019, às 10:45h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM) - Processo 0641162-71.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: F.M.F. - R. Hoje. Ante a denúncia oferecida pelo Ministério Público, notifique-se o denunciado, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Intime-se a Defesa (fls. 36), via publicação no DJ-e, para que apresente defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Exaurido o prazo do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/06 in albis, certifique-se e intime-se o acusado para constituir advogado ou informar eventual impossibilidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Vencido o prazo sem apresentação de defesa prévia, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Defensor

Público designado para atuar nesta vara, para apresentar defesa prévia e atuar no processo em favor do denunciado, na forma do § 3º do artigo 55 da Lei n. 11.343/06. Após, conclusão. I.

ary sergio da motta (OAB A82/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)
Victor Gabriel Fernandes Monteiro (OAB 9420/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0230312-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Glaucio Nogueira das Neves Junior - Certifico para os devidos fins, que em virtude de reorganização da pauta de Audiências deste Cartório, a audiência do processo em epígrafe foi redesignada para o dia 04/09/2019 às 11:15h. É o que me cumpre certificar.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0635048-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Saymon Maia da Silva - David Soares Mafra - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A DENÚNCIA, para CONDENAR Saymon Maia da Silva e David Soares Mafra às penas do art. 33 da Lei 11.343/2006; e ABSOLVER Saymon Maia da Silva e David Soares Mafra da prática da infração penal descrita no Art. 35, caput, da da Lei nº 11.343/2006

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM) - Processo 0655494-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Alessandro Augusto de Oliveira Alencar Junior - 1 - Que seja redesignada esta audiência em continuação para o dia 04/09/2019, às 13:45.

Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0128/2019

ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0201688-66.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: E.S.M. - Desta feita, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na denúncia, para CONDENAR o réu, ELIDO DOS SANTOS MARTINS, devidamente qualificado nos autos, como incurso nas sanções previstas nos Arts. 217-A, §1º, c/c Art. 71, ambos do Código Penal, contra a vítima Vitória Rodrigues da Silva; e Art. 213, §1º, c/c Art. 14, II, ambos do Código Penal, contra a vítima Talita Santiago da Cruz, em concurso material, como acima fundamentado, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0625214-89.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: P.A.C.S. - Desta feita, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, para condenar o réu, PAULO ADRIANO CASTRO DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos, como incurso na sanção prevista pelo Art. 217-A, caput, do Código Penal, tudo como acima fundamentado, razão pela qual passo a dosar a respectiva pena a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo Art. 68, caput, do mesmo códex. Fixo a verba reparatória do dano moral, no valor mínimo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a ser revestido em favor da vítima, incidindo juros moratórios, desde a data do evento danoso, tudo em perfeita consonância com Art. 387, IV, do Código de Processo Penal, pelas razões acima declinadas.

Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0129/2019

ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: IRANDY RODRIGUES DA CRUZ (OAB 3294/AM) - Processo 0500581-89.2008.8.04.0001 (001.08.500581-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: I.P.R. - Dê-se vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0637385-78.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Estupro de vulnerável - RÉU: A.J.C.V. - J.B.C.S. - À vista do exposto, é clara a necessidade da prorrogação da custódia cautelar dos investigados, ANTONIO JOSELITO COUTINHO VIANA E JOÃO BATISTA DA COSTA E SILVA, pelo que DEFIRO o pedido em apreço, com fundamento no art. 2º c/c art. 1º, I e III, "f" e "g" da Lei 7.960/89 c/c art. 2º e 4º da Lei 8072/90, ficando assim, a prisão temporária prorrogada por igual período, diante da hediondez do crime.

Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Irandy Rodrigues da Cruz (OAB 3294/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0168/2019

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0208836-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: F.C.C. - L.L.C. - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO os Réus FREDSON CABRAL DA COSTA E LÍCIA LEMOS DA COSTA das acusações contra si imputadas, ante a cabal inexistência do fato delituoso, à luz do artigo 386, I, Código de Processo Penal.

ADV: LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/

AM) - Processo 0247378-21.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de Vulnerável - REPTADO: C.M.O. - Pelo exposto, REVOGO as medidas protetivas deferidas às fls. 13/14, julgando extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI do CPC/2015. Após o decurso do prazo legal sem interposição de recurso, determino o arquivamento e baixa dos autos.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM) - Processo 0260442-69.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: A.N.L. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU,Anderson Negreiros Leao - NÃO NOTIFICADO para comparecer à audiência designada para 23/09/2019 às 10:15h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça de fls. 126 e a carta de aviso de recebimento de fls.129 (quem recebeu negou identificar-se) , esta Secretaria para tomar as providências, tendo em vista que o Réu se comprometeu em informar a esta Secretaria qualquer mudança de sua localização, conforme termo de ciência assinado pelo mesmo, segundo fls.: 86. Informo ainda que procedi pesquisa na lista de réu presos e não encontrei seu nome, tentei também entrar em contato por meio dos telefones que consta no cadastro das partes, porém, sem sucesso, conforme certidão de fls.130.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM) - Processo 0640011-07.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.S.P. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM) - Processo 0213000-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.M.C. - Intime-se, pela segunda vez, via Diário de Justiça Eletrônico, o advogado constituído pelo Réu (procuração de fl. 56) para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa e comunicação à OAB/AM pelo abandono injustificado da causa, conforme autoriza o Art. 265 do Código de Processo Penal. Persistindo a inércia do advogado, intime-se o Réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo defensor nos autos, voltando os autos conclusos para decisão. À Secretaria para as providências.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0213529-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: F.L.S. - Intime-se a Defesa constituída (procuração de fl. 79) para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar Reposta à Acusação. Não apresentada a Resposta à Acusação no prazo estipulado, considerando que o Réu foi citado (fl. 97/98), fica desde já nomeada a Defensoria Pública para oferecê-la, no prazo de 20 (vinte) dias.

ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM) - Processo 0258012-47.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: E.C.S. - Deste modo, a fim de resguardar a instrução criminal, DEFIRO o pedido de prorrogação, por no máximo 05 (cinco) dias, do prazo para que a Defesa apresente suas alegações finais. Intime-se a Defesa constituída.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0613072-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: P.J.R.S. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia, para ABSOLVER o(a) Réu(é) das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, Código de Processo Penal.

ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0639006-81.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: R.C.S. - Deste modo, a fim de resguardar a instrução criminal, DEFIRO o pedido de prorrogação, por no máximo 05 (cinco) dias, do prazo para que a Defesa apresente suas alegações finais, começando a contar a partir da retirada de cópia dos registros audiovisuais nesta Secretaria Judicial. À Secretaria para disponibilizar à Defesa, mediante cópia em pen drive, todos os registros audiovisuais existentes nos autos.

Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

JUIZ(A) DE DIREITO ADALBERTO CARIM ANTONIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0215035-45.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Fauna - REQUERIDO: João Rodrigues de Souza - Autos nº:0215035-45.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário SENTENÇA Vistos, Trata-se de Ação Penal - Procedimento Ordinário ajuizada pela 50ª PRODEMAPH - Ministério Público do Estado do Amazonas, em desfavor de João Rodrigues de Souza, visando apurar suposta conduta tipificada no artigo 38 da Lei 9.605/98. O Acusado autor do fato aceitou a proposta de suspensão penal ofertada pelo Parquet estadual, conforme Termo de Audiência de Suspensão Condicional do Processo, às fls. 71/72. Consta às fls. 96/97 a Certidão de Secretaria atestando o integral cumprimento das medidas despenalizadoras oriunda da suspensão condicional do processo. Assim, nos termos do artigo 89, §5º, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Acusado, João Rodrigues de Souza, considerando que este cumpriu integralmente as condições pactuadas na proposta de Suspensão penal homologada, via de consequência, determino o arquivamento do presente Feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 17 de julho de 2019. (Assinatura digital) Dr. Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0233822-49.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Paulo Afonso Mesquita da Rocha - ATO ORDINATÓRIO [Intimação Para Participar de Audiência] Termo Circunstanciado/PROC n°0233822-49.2016.8.04.0001 Indiciante: 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente Indiciado: Paulo Afonso Mesquita da Rocha Nesta data, nos termos da Portaria nº 001/2018-GAB/JUIZ/VEMA/TJAM, de 25/10/2018, publicado às pág. 280/282 no DJE/TJAM, Edição nº 2512, que circulou no dia 28/11/2018, esta Secretaria certifica, que faz a INTIMAÇÃO da Parte Ativa Indiciante, o 49.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente, para participar da Audiência de Preliminar que realizar-se-á no 27 de setembro de 2019, às 11 horas e 1 minuto, nos termos do(a)

Despacho prolatado(a) às pág. 44, em conformidade com a Certidão de Secretaria expedida às pág. 56 nos presentes Autos. É o que cumpre certificar, do que para constar lavro este termo. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei. Eu, Diretora de Secretaria da VEMA, o conferi e assino. Manaus, 21 de agosto de 2019. (Assinatura Digital) Maria Nizaura de Oliveira Cláudio Jaa Diretora de Secretaria

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0236592-15.2016.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: Igor Humberto Souza Cruz - Bar do Melo - ATO ORDINATÓRIO [Intimação Para Participar de Audiência] Termo Circunstanciado/PROC n°0236592-15.2016.8.04.0001 Indiciante: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente Indiciado: Igor Humberto Souza Cruz - Bar do Melo Nesta data, nos termos da Portaria nº 001/2018-GAB/JUIZ/VEMA/TJAM, de 25/10/2018, publicado às pág. 280/282 no DJE/TJAM, Edição nº 2512, que circulou no dia 28/11/2018, esta Secretaria certifica, que faz a INTIMAÇÃO da Parte Ativa Indiciante, o 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente, para participar da Audiência de Preliminar que realizar-se-á no 09 de outubro de 2019, às 9 horas e 31 minutos, nos termos do(a) Decisão prolatado(a) às pág. 106/110, em conformidade com a Certidão de Secretaria expedida às pág. 117 nos presentes Autos. É o que cumpre certificar, do que para constar lavro este termo. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei. Eu, Diretora de Secretaria da VEMA, o conferi e assino. Manaus, 22 de agosto de 2019. (Assinatura Digital) Maria Nizaura de Oliveira Cláudio Jaa Diretora de Secretaria

ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM) - Processo 0313615-52.2007.8.04.0001 (001.07.313615-9) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDO: Edineiza Teixeira de Souza e outros - EDITAL DE CITAÇÃO (Publicação com o prazo de 30 dias) O Excelentíssimo Juiz de Direito Doutor Adalberto Carim Antonio, da Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma Legal, nos termos do Art. 257, incisos I e III; Art. 259, inciso III; e Art. 335, ambos do NCPC. Faz saber a quantos o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por intermédio deste CITA o (a) Sr.(a) Edineiza Teixeira de Souza, que se encontra em lugar incerto não sabido, nos termos exarados na Certidão expedida pelo r. Oficial de Justiça acostada e, em conformidade com a Decisão Interlocutória prolatado à pág. 916 nos presentes Autos, para, querendo, OFERECER CONTESTAÇÃO, por petição, no PRAZO de 15 (QUINZE) DIAS, considerando-se os dias úteis, conforme disposto no Art. 219 do CPC, devendo ainda, comparecer neste Juízo de Direito Ambiental, situado à Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (antiga Rua Paraíba), s/n°, 3° andar, Setor 2, onde tramita a presente ação sob nº 0313615-52.2007.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi o presente EDITAL que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado no mural de deste Juízo de Direito Ambiental na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 19 de agosto de 2019. Eu, Natasha Thais Dahrouge Alecrim, Estagiário(a), E9401, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora conferi e subscrevi. Cite-se, e Publique-se. Manaus, 19 de agosto de 2019 (Assinatura digital) Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria

ADV: FERNANDA TEIXEIRA LEAL (OAB 13204/AM) - Processo 0605326-13.2014.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: JECINEY DA SILVA BRITO e outro - INDICIANTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e outro - INDICIADO: TALES GOES DOS SANTOS - WILMA MIRANDA DA SILVA - INTSSADA: Município de Manaus - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS - Autos nº:0605326-13.2014.8.04.0001 - Termo Circunstanciado SENTENÇA Vistos, Trata-se de Termo Circunstanciado ajuizada pelo Ministério Público Estadual em desfavor de WILMA MIRANDA DA SILVA e TALES GOES DOS SANTOS, visando apurar suposta conduta tipificada no artigo 60 da Lei 9.605/98. O Acusado do fato aceitou a proposta de transação penal ofertada pelo Parquet, conforme termo de audiência às fls. 106/107. Às fls. 131 consta certidão da Sra. Diretora de Secretaria informando o integral cumprimento da obrigação oriunda da transação penal. Às fls. 125/126, consta Informação Técnica n.º 001/2019 da SEMMAS, comprovando a cessação da atividade poluidora. Assim, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95, declaro extinta a punibilidade do Acusado, WILMA MIRANDA DA SILVA e TALES GOES DOS SANTOS, considerando que este cumpriu integralmente as condições pactuadas na proposta de transação penal homologada e não mais existe o objeto que originou a presente demanda, via de consequência, determino o arquivamento do presente feito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. (Assinatura digital)

ADV: ELLEN LARISSA DE OLIVEIRA FROTA (OAB 4310/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG) - Processo 0618753-09.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERIDA: Patricia do Carmo Tavares Ferreira - Fernando César Ferreira - Processo nº 0618753-09.2016.8.04.0001 -Ação Civil Pública Cível DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos,... ASSUMO hoje, Compulsando os autos, VERIFICO o petitório as fls. 154/155, e ainda, a manifestação as fls., 165, que anuíram com os honorários sucumbências. Assim, DEFIRO os pleitos elaborados. INTIMEM-SE as partes. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 02 de agosto de 2019 [assinatura digital] ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0620584-87.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Anderson José E. Nascimento - É a síntese do necessário. JULGO. Com razão o Ministério Público, haja vista que não há nos autos prova da autoria do delito. “Ex positis”, ACOLHO o Parecer Ministerial de fls.16-17 , por suas próprias razões e DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Dessa forma, DECLARO a extinção de punibilidade, do Sr. Anderson José E. Nascimento, nos moldes do art. 61, do CPP e do art. 107, IX, do CP. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 12 de agosto de 2019.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0620747-93.2017.8.04.0015 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - AUTORFATO: Alan Anderson Alves da Silva - Inacio Miranda da Cruz e outro - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência Preliminar) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Adalberto Carim Antonio, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Despacho à(s) pág.(s). 47, datada de 11 de Setembro de 2018, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhor Haroldo Malizia Júnior OAB 13447/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Alan Anderson Alves da Silva e Inacio Miranda da Cruz, para participar da AUDIÊNCIA DE Preliminar, a ser realizada no dia 27 de setembro de 2019, às 10 horas e 51 minutos, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça “Ministro Henoch da Silva Reis”, situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Termo Circunstanciado sob nº 0620747-93.2017.8.04.0015, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 21 de agosto de 2019.

ADV: (SEM PATRONO) (OAB 121212/AM) - Processo 0642828-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉU: Marcos André de Miranda - EDITAL DE CITAÇÃO (Publicação com o prazo de 30 dias) O Excelentíssimo Juiz de Direito Doutor Adalberto Carim Antonio, desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na Forma Legal, Especificamente nos termos do Art. 361, 363 §1º, 364, 365 e §§ do CPP. Faz saber a quantos

o presente Edital vierem ou dele conhecimento tiverem, que por intermédio deste CITA o (a) Sr.(a) Marcos André de Miranda, que se encontra em lugar incerto não sabido, conforme Certidão expedida pelo r. Oficial de Justiça acostada às fls. 46, e de conformidade com o Despacho Judicial prolatado às fls. 55 nos presentes autos, para, querendo, RESPONDER À ACUSAÇÃO, POR ESCRITO, NO PRAZO DE 30 (trinta) dias, NA RESPOSTA, O ACUSADO PODERÁ ARGUIR PRELIMINARES E ALEGAR TUDO O QUE INTERESSE À SUA DEFESA, OFERECER DOCUMENTOS E JUSTIFICAÇÕES, ESPECIFICAR AS PROVAS PRETENDIDAS E ARROLAR TESTEMUNHAS, QUALIFICANDO-AS E REQUERENDO SUA INTIMAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO, nos termos dos artigos. 396 e 396-A do CPP, devendo comparecer neste Juízo de Direito, situado na Rua Paraíba, s/n°, 4° andar, setor 6, onde tramita a presente ação sob nº 0642828-78.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi o presente EDITAL que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado no mural de deste Juízo de Direito Ambiental na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus aos 19 de agosto de 2019. Eu, Natasha Thais Dahrouge Alecrim, E9401, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora conferi e subscrevi. Cite-se e Publique-se. Manaus, 19 de agosto de 2019 (Assinatura digital) Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria

(Sem Patrono) (OAB 121212/AM)
Ellen Larissa de Oliveira Frota (OAB 4310/AM)
Fernanda Teixeira Leal (OAB 13204/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Sem Advogado (OAB Y/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA NIZAURA DE OLIVEIRA CLAUDIO JAÑA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0229/2019

ADV: ALDEISY WAUGHAN (OAB 4703/AM) - Processo 0200137-40.2015.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - DENUNCIADO: Rommel Monteiro Waughan Gouvêa - Assim, considerando que resta comprovada a materialidade e autoria delitiva e que inexiste qualquer causa de excludente de ilicitude, JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada às fls. 34/38 e, consequentemente, CONDENO o réu Rommel Monteiro Waughan Gouvea com incurso nas penas do art. 32, §2º da lei 9.605/98. Passo agora à DOSIMETRIA DA PENA: Na primeira fase, analisando as circunstâncias judiciais do art. 6º da lei 9.605/98, não tenho o que valorar negativamente, fixando a pena-base no mínimo legal, qual seja, três meses de detenção. Na segunda fase, apesar de trata-se de réu confesso, não há o que se atenuar, tendo em vista que a pena-base foi fixada no mínimo legal. Súmula 231 do STJ. Não há agravantes. Na terceira fase, incide a causa de aumento de pena prevista no §2º do art. 32 da legislação ambiental, que fixo-a no quantum intermediário de 1/4 (um quarto), em virtude da desproporcionalidade dos tiros realizados (três munições deflagradas de Rifle cal. 22, atingindo, inclusive, partes da residência do proprietário do animal). Dito isto, fixo a PENA DEFINITIVA em 3 (três) meses e 23 (vinte e três) dias de detenção, a ser cumprida em regime inicialmente aberto, nos termos do art. 33, §2º, "c" do CP. Não obstante o quantum da pena privativa de liberdade aplicada, inviável, no caso em tela, a substituição da pena corporal por restritivas de direitos, posto que ao meu ver, o réu não preenche todos requisitos necessários (art. 7º, II da lei 9.605/98), relativamente quanto à sua culpabilidade. Isso porque, conforme mencionado anteriormente, o fato de, à época, o réu exercer função de policial civil, tinha maiores condições e dever de garantir a segurança pública e reprimir a criminalidade, motivo pelo qual considero que apenas uma medida restritiva de direitos não seria suficiente e necessária para o cumprimento dos efeitos da pena (reprovação e prevenção do crime). Inviável a concessão do sursis da pena, tendo em vista que não preenche os requisitos cumulativos dos arts. 16 da lei 9.605/98 e 77, II do CP. DA PENA DE MULTA Uma vez que a pena de multa deve ser proporcional à pena privativa de liberdade aplicada, fixo-a em 12 (doze) dias-multa, a ser pago no equivalente de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos, consoante art. 49 do Código Penal. P.R.I.C

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0232201-17.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Erly Mariano da Silva - NOTA DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO (Audiência Preliminar) O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Victor André Liuzzi Gomes, Digníssimo(a) Juiz(a) de Direito desta Vara Especializada do Meio Ambiente, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, nos termos prolatado(a) no(a) Decisão Interlocutória à(s) pág.(s). 90/91, datada de 11 de Abril de 2019, e de conformidade com o Art. 1º do Provimento nº 199/2012-CGJ/AM, de 23/05/2012, INTIMA o(a) Advogado(a) Senhores Fabrizzio Gadelha Souza OAB 13057/AM e Marcos Augusto dos Santos Ferreira OAB 11940/AM, Patrono(a) da parte ora denunciado(a) Senhor(a) Erly Mariano da Silva, para participar da AUDIÊNCIA DE Preliminar, a ser realizada no dia 27 de setembro de 2019, às 9 horas e 31 minutos, na sala de audiência deste Juízo de Direito Ambiental, localizada no Fórum de Justiça "Ministro Henoch da Silva Reis", situado na Rua Paraíba, s/n°, Aleixo, 3° andar, Setor 02, CEP:69.055-070, Manaus-Am, onde tramita a Ação Penal - Procedimento Ordinário sob nº 0232201-17.2016.8.04.0001, aforada pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Em virtude do que expedi a presente NOTA que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas através do site (http://www.tjam.jus.br/), e afixado na forma da lei. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, 21 de agosto de 2019. Eu, Eduardo Teixeira Silva, Estagiário(a), E9156, o digitei, e eu, Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria, confiro. Intime-se. Publique-se. Manaus(Am), 21 de agosto de 2019. (assinatura digital) Maria Nizaura de Oliveira Claudio Jaa Diretora de Secretaria

Aldeisy Waughan (OAB 4703/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: SARAH MARQUES BARBOSA (OAB 11217/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0213472-79.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - RÉ: Minalar Águas e Refrigerantes Ltda - Geraldo Ordozgoith da Frota - Dorian Moreira Cavalcante e outros - DESPACHO RECEBO hoje. Vista ao ilustre Promotor de Justiça, titular da 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente do Ministério Público Estadual, para manifestação pertinente sobre a Certidão de Secretaria as pág. 271/272, referente ao cumprimento das medidas alternativas acordadas pelos investigados. Após, façam-se conclusos os presentes feitos. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 21 de agosto de 2019

ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0228653-91.2010.8.04.0001 (001.10.228653-2) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERIDA: Município de Manaus - Autos n.º: 0228653-91.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível DESPACHO RECEBO hoje. DETERMINO a intimação do RECORRIDO, para que apresente as CONTRARRAZÕES no prazo de quinze (15) dias. Após, juntada as contrarrazões, remetam-se os Autos para o r. Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 21 de agosto de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO, PhD Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0624502-02.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Flora - INDICIADO: Jarliso da Costa Braga - DESPACHO Recebo hoje no estado em que se encontra. Acolho a Promoção Ministerial às pág. 18-20. PAUTE-SE audiência preliminar de Transação Penal, a ser realizada na sala de audiência desta Vara Especializada do Meio Ambiente - VEMA. JUNTE-SE as certidões de antecedentes criminais. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. NOTIFIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 22 de agosto de 2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0626153-69.2019.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra a Fauna - INDICIADO: Desconhecido - Assim sendo, ACOLHO o parecer Ministerial às fls. 21/23, por suas próprias razões e DETERMINO O ARQUIVAMENTO destes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. P.R.I.C

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0629285-37.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Da Poluição - INVESTIGAD: Transportes Bertolini Ltda. - Assim sendo, ACOLHO o parecer Ministerial às fls. 84/86 por suas próprias razões e DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. PRIC.

Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
SARAH MARQUES BARBOSA (OAB 11217/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM) - Processo 0212427-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621630-48.2018.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: P.L.S.S. - AUTORFATO: A.B.P. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0212427-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621630-48.2018.8.04.0001) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: P.L.S.S. - DECISÃO: Recebo o Recurso de Apelação interposto pelo requerido da Sentença de fls. 90/91, em todos os seus termos. Vista à requerente, para oferecimento de contrarrazões ao recurso interposto, no prazo legal. Após, remetam-se os autos à Superior Instância deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

ADV: ANDRÉA MAZZARO DE SOUZA (OAB 4509/AM) - Processo 0601197-67.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: C.D.S.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/09/2019, às 10:30h.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0610884-87.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Decorrente de Violência Doméstica - REQUERENTE: C.A.N.R. - REQUERIDO: J.C.L.R. - Isto posto, homologo desistência autoral. Julgo por extinguir o feito por desistência. Revogo decisão concessiva de medidas protetivas (fl. 9). Intimem-se. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se.

ADV: NADLA CRISTINA LOPES FERNANDES (OAB 3256/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: MARCELO DOS SANTOS ERGESSE MACHADO (OAB 167008/SP), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM) - Processo 0620799-63.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: K.R.M.M. - J.R.M.M. - REQUERIDO: B.A.C.S. - SENTENÇA: Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0627280-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - RÉU: P.C.P.S. - DECISÃO: Isso posto, INDEFIRO o 2º pleito de revogação de prisão preventiva, formulado pelo Indiciado (fls. 70/78). Determino extração de cópia de fls. 106/110 e envio, via ofício, à Corregedoria-Geral de Polícia Civil do Amazonas e à Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial (PROCEAP) desta comarca, para adoção de providências que entender cabíveis. Intima-se Representado, por advogado. Reabra-se, com urgência, vista ao MP para exercer "opinio delicti" frente ao IP (115/160).

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0640375-42.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0626686-28.2019.8.04.0001) - Inquérito Policial - Crimes de Tortura - RÉU: F.N.R. - DECISÃO: Isso posto, INDEFIRO pleito de relaxamento de prisão. Intime-se o Indiciado, por advogado. Reabra-se vista ao MP para "opinio delicti" (fl. 223/316).

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0640808-46.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - RÉU: A.S.S. - ATO ORDINATÓRIO: De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/09/2019, às 09:45h.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0642953-75.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Contra a Mulher - RÉU: M.S. - DECISÃO: Expeça-se alvará de soltura. Intime-se desta o MP, Flagranteado por seu Advogado e Vítima (LMP, art. 21). Caso inexista recurso, certifique-se preclusão e arquive-se. Com chegada de IP, faça-se apensamento com este, via SAJ.

ADV: GISELE MEIRELES DE CASTRO ARAÚJO (OAB 11314/AM), ADV: FABIANA DOS SANTOS CEVALHO (OAB 12783/AM) - Processo 0643227-73.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0612370-44.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Homicídio Simples - RÉU: E.S.A. - SENTENÇA: Do exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia para, nos termos do art. 387 do CPP, condenar Everaldo Silva de Arcanjo como incurso nas sanções do art. 129, §9º, do Código Penal, e absolvê-lo do crime do art. 147 do Código Penal.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Andréa Mazzaro de Souza (OAB 4509/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiana dos Santos Cevalho (OAB 12783/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Gisele Meireles de Castro Araújo (OAB 11314/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Marcelo dos Santos Ergesse Machado (OAB 167008/SP)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Nadla Cristina Lopes Fernandes (OAB 3256/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0386/2019

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0601525-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Delcimar Batista Fernandes - Por se tratar de decisão com caráter modificativo, abro vista ao Embargado para, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos, na forma do art. 1.023, § 2º do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM), ADV: JOÃO BOSCO FRANÇA SPENER (OAB 5862/AM) - Processo 0604236-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonice Elias do Nascimento Gonçalves - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, tudo nos termos do art. 51, inc. III da Lei 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0607685-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: A.L.N. - Considerando que o trânsito em julgado da sentença ocorreu em 03/07/2019, torno sem efeito o ofício de pgs. 100/101, comunicando-se a Sefaz, se for o caso. Expeça-se novo ofício. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Caso contrário, voltem-me os autos conclusos.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0612755-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Flavia Lucena Dias de Mendonça e outro - Por se tratar de decisão com caráter modificativo, abro vista ao Embargado para, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os Embargos de Declaração opostos, na forma do art. 1.023, § 2º do CPC. Na oportunidade, tendo em vista petição de fls. 47/50 na qual o Estado do Amazonas manifesta interesse na conciliação poderá apresentar, caso queira, proposta de acordo, com objetivo de por fim à lide. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM), ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0613042-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Ponte e Silva - Ante o exposto, julgo totalmente IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM) - Processo 0615698-79.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Zeyna Gorayeb Sucupira - Considerando a inexistência de comprovação dos pressupostos exigidos para concessão da gratuidade de justiça, determino a intimação da Recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, demonstre os requisitos necessários para a análise do pleito, nos termos do Enunciado/FONAJE n.º 116, in verbis: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro São Paulo/SP). Em caso de impossibilidade de comprovação, fica, desde já, obrigada a Recorrente a recolher o preparo e as custas judiciais, em igual prazo, sob pena de deserção, consoante redação expressa do Enunciado/FONAJE n.º 80, bem como o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015: ENUNCIADO 80 - O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação XII Encontro Maceió-AL). § 1.º do art. 3.º da Resolução 256/2015 CGJ-AM - O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores:(.) §1.º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também, recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 5, da Lei 9.09/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas (grifei). Cumpra-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0618149-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Maria Socorro Oliveira da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0619186-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Frank Mendonça de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0619214-73.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eyderson Prado da Fonseca - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar

às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0619298-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ayslan Christennes Carvalho Marques - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0619345-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Celso Ricardo do Monte Agra - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0619405-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: O.B.C.S. - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0619417-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Geanne Pinto da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0619438-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bruno Patricio de Azevedo Campos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0619454-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cliver Raimundo da Silva - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0619525-64.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Eduardo Henrique de Almeida - Vieram-me os

autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0619530-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Anicanor de Souza Junior - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0619537-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Robert Olsen de Souza Silva - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0619619-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Julio Cesar da Silva Dolzane - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM), ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM) - Processo 0619627-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Sidnilson Martins Holanda Junior - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0619629-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Devan Carlos Araújo de Carvalho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando

ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0619646-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Willis Machado Pimentel - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0619813-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Saul Lopes Colares - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0619832-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Gleison Marreira de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM) - Processo 0619900-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rosa Maria Pinto Aguiar - Assim, nos moldes do art. 357 do CPC, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do julgamento antecipado da lide. Caso contrário, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0619920-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Jendervane Cohen Chagas da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo

e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0620353-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Ademir de Oliveira Lemos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0624470-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rosani Cordeiro da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0633327-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bruno Kaik Costa da Silva - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, a fim de que proceda a correção do valor da causa, de acordo com o art. 319, inciso V, do CPC, adequando a exordial ao rito da Lei n.º 9.099/95, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0637502-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Rosilane Firmino da Costa Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rosilane Firmino da Costa Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: KLISSIA LAYANNE MARREIRA DE LIMA BARROS (OAB 14154/AM) - Processo 0637506-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria José Dantas Coelho - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, a fim de que proceda a correção do valor da causa, de acordo com o art. 319, inciso V, do CPC, adequando a exordial ao rito da Lei n.º 9.099/95, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: KLISSIA LAYANNE MARREIRA DE LIMA BARROS (OAB 14154/AM) - Processo 0637749-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cynara Melo Gato - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, a fim de que proceda a correção do valor da causa, de acordo com o art. 319, inciso V, do CPC, adequando a exordial ao rito da Lei n.º 9.099/95, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: GABRIELLA MONTEIRO MACHADO (OAB 4839/AM) - Processo 0638420-73.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Brena Ariadne Silva Balby - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0638645-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Stephen Miranda de Sena - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0639330-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Leida Pereira Duarte - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo

0639346-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Firmino Pereira de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Firmino Pereira de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639347-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Firmino Pereira de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Firmino Pereira de Oliveira em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639348-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jones Marques Melo Barros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jones Marques Melo Barros em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639349-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jones Marques Melo Barros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jones Marques Melo Barros em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0639350-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Domingos Ferreira de Sousa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José Domingos Ferreira de Sousa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0639354-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Marcio Santos da Silva - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial com fulcro no parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0639568-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimundo Candido Maciel - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Candido Maciel em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0639589-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Sandra Suely Maman da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sandra Suely Maman da Silva em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0639954-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Jonatan Henrique de Oliveira - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial com fulcro no parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0641373-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aramis da Cruz Noronha - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, visto que incabível na espécie (artigo 55, da Lei n. 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0641854-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jordana de Melo Guerreiro - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0642925-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raimundo Marialva Moreira - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0642970-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Raimunda Cordeiro Castro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0643708-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Oseias Maciel do Nascimento - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, visto que incabível na espécie (artigo 55, da Lei n. 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645170-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valdemir Zeferino dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerente para se manifestar sobre a proposta apresentada pelo Requerido, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: VIVIANNE GARRETT LIDORIO (OAB 13609/AM) - Processo 0647213-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ellen Cristina Lima de Melo - Dispositivo. Forte nestas razões JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos elencados na petição inicial para; a) DECLARAR NULA A DECISÃO elencada à fl. 22 dos autos, por ofensa aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa; b) CONDENAR a Requerida a PAGAR, em favor da Requerente, o valor de R$ 1.950,55 (mil, novecentos e cinquentas reais e cinquenta e cinco centavos), com juros e correção monetária a contar do dia do efetivo prejuízo, 12.06.2017 (Súmulas 54 e 43 do STJ). c) CONDENAR a Requerida a PAGAR INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente segundo o IPCA-E, desde a data da presente sentença (Súmula 362, STJ) e fixados os juros moratórios segundo a remuneração da caderneta de poupança segundo o artigo 1-F da lei 9.494/97 (Tema 810 STF). Julgo IMPROCEDENTES os demais pedidos, com base na fundamentação aduzida. Por derradeiro, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e diante de prévia manifestação da Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, mediante requerimento do autor, no qual deve apresentar, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifest no prazo de 30 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 534 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se o Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0655142-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Dilson Venceslau de Souza e Outros - nos moldes do art. 357 do CPC, manifeste-se acerca do julgamento antecipado da lide. Se for o caso, desde já, devem indicar as provas que desejam produzir, explicitando a sua necessidade, o que será analisado. Destarte, inertes, entender-se-á o silêncio como aceitação tácita. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROSEMARY SOUZA DE QUEIROZ (OAB 11054/AM), ADV: TARCIANA MOREIRA ALEXANDRINO (OAB 30673/CE) - Processo 0658985-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: Ralcimar Bezerra de Jesus - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência territorial deste Juizado, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, tudo nos termos do art. 51, inc. III da Lei 9.099/95 e art. 485, inc. IV do CPC. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0659023-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - Vistos. Considerando patente intempestividade, deixo de receber o recurso de folhas antecedentes. Na ocasião, reitero os termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Certifique-se o trânsito em julgado. A Secretaria para as providências de praxe.

Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Gabriella Monteiro Machado (OAB 4839/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco França Spener (OAB 5862/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Klissia Layanne Marreira de Lima Barros (OAB 14154/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Marcia Braga da Silva (OAB 13508/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Rosemary Souza de Queiroz (OAB 11054/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
TARCIANA MOREIRA ALEXANDRINO (OAB 30673/CE)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Vivianne Garrett Lidorio (OAB 13609/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0247/2019

ADV: LARISSA GABRIELA MAIA TANTOS (OAB 6760/AM) - Processo 0202421-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: ATILA NASCIMENTO DE PONTES - REQUERIDO: CITY NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Por essas razões, com fundamento no art. 485, IV, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem resolução de mérito. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: DIONEA CARREIRA BENAION NETA (OAB 13983AM) - Processo 0600479-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Reinaldo Neves Ribeiro - REQUERIDO: Tocandira Carreira Benaion - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso fls.retro e defiro o pedido de Justiça Gratuita. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0600979-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Kelly Cristina Bueno Picanço - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601740-86.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERENTE: JORGE CESAR RIBEIRO DOS PASSOS - EGLE ELEN BARRETO LIMA DOS PASSOS - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CAPITAL ROSSI VENDAS - Ante o expostoe, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por JORGE CESAR RIBEIRO DOS PASSOS e EGLE ELEN BARRETO LIMA DOS PASSOS em face de SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e CAPITAL ROSSI VENDAS, para: - condenar os réus ao pagamento da quantia de R$ 26.194,00 (Vinte e seis mil cento e noventa e quatro reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declaro nula a cláusula décima oitava, alínea "f"com fundamento do art. 51, IV do CDC. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. P.R.I.C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602112-64.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Moreira Nunes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exma Sra Dra Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do demandante, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte demandada para efetuar ao pagamento do valor acordado diretamente na conta fornecida às folhas 120 em razão do equívoco da informação prestada na data da audiência pelo advogado da parte credora.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0603596-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: João Carlos Silva Rocha - Felícia Oliveira Rocha - REQUERIDO: Óticas Norte - Ad Castro da Silva - ME - Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu BANCO ITAUCARD S.A., oportunidade em que torno sem efeito a decisão de fls. 38/40. No mérito, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida ÓTICA NORTE a restituir aos autores R$2.800,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 a cada um dos autores, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 3) REJEITO os pedidos relativos ao litisconsorte excluído da lide. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604011-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eufrozino Gomes de Araújo Oliveira Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos do autor para: 1) DETERMINAR a revisão das faturas com vencimento de novembro de 2018 e dezembro de 2018 para o valor de R$297,24 (duzentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), cada uma, sem ônus de impontualidade, cujas faturas devem ser reenviadas ao demandante para pagamento; 2) condenar a ré a indenizar os danos morais experimentados pela requerente no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC; Julgo improcedente o pedido contraposto. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605605-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiano Silva de Carvalho - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o processo na forma do art. 485, V, do CPC, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0606853-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Lucas Coutinho Azevedo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0607351-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Centro Cultural Channel Ltda - Epp - REQUERIDO: Daniel Holanda Gonçalves - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO a requerida a pagar ao autor R$2.622,96, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios,

amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM) - Processo 0607592-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Saulo Luiz Sales Barbosa - REQUERIDO: Renato Britto Targino - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a pagar ao autor R$3.629,16, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2) REJEITO o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o requerido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607646-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alessandro dos Santos Rocha - REQUERIDO: Mma Máquinas e Equipamentos de Ginastica - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0607840-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Stanley Pinheiro Braga - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Vivo S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: TARIK FERRARI NEGROMONTE (OAB 295463/SP), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0608546-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Jeseanne Bentes Maia - REQUERIDO: Drogaria Onofre Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: CÁSSIO MANAUS DE OLIVEIRA RUIZ (OAB 11760/AM), ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0609460-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cláudio Silva de Albuquerque - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que TORNO SEM EFEITO a decisão de fls. 45/47. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610171-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Laudeci Rosendo de Almeida - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls. antecedentes. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610337-10.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosana Márcia Da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ELDILEIA SENA DE OLIVEIRA (OAB 12339/AM) - Processo 0611399-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Pereira de Mello - Iaci Maria Amaral Cortez - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e etc... Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0611855-35.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Souza Moreira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0612064-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alterney Morais do Carmo - Marcelina de Souza Freire - Maria Doraney de Souza Freire - Thiago de Souza Pacheco - Orleilson Freire da Encarnação - Maralice Rodrigues de Carvalho - Paloma de Carvalho Freire - Manuella de Carvalho Freire - REQUERIDO: Francicley Far Ias de Lima Eireli/farias Tur Viagens - Francicley Farias de Lima - Michelle de Freitas Lima - Ante o exposto, determino a exclusão da lide das autoras PALOMA DE CARVALHO FREIRE e MANUELLA DE CARVALHO FREIRE. No mérito, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial em favor dos demais requerentes, termos em que: 1) CONDENO solidariamente os requeridos a restituirem ao autor o valor de R$2.926,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOsolidariamente os réus a pagar o valor total de R$18.000,00 aos autores, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0612181-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Roberto Ximenes de Saboia - Direcional Engenharia S/A - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto, acolho a preliminar de mérito pelo que determino a exclusão da lide da ré DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. No mérito, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO o réu ROBERTO XIMENES DE SABOIA a pagar ao requerente R$26.409,26 referente a taxas condominiais constituídas no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2016, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC

desde a citação. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0612182-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Roberto Ximenes de Saboia - Direcional Engenharia S/A - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto, acolho a preliminar de mérito pelo que determino a exclusão da lide da ré DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. No mérito, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO o réu ROBERTO XIMENES DE SABOIA a pagar ao requerente R$26.457,20 referente a taxas condominiais constituídas no período de janeiro de 2017 a abril de 2019, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612722-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Valquiria Gomes Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0613298-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Oziel Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) CONDENO o réu a restituir ao autor R$5.000,00, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0614545-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wandresson Rogerio dos Santos Pimenta - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0614633-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roseellen Damsceno de Souza - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar, querendo, as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0614723-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Firmino Marques da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e etc... Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0615179-33.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sebastiao Cezar de Sena Junior - REQUERIDO: Verona Premium Empreendimentos Imobiliários Ltda - Premium Engenharia S/A - Por tais razões, determino a exclusão da lide do réu PREMIUM ENGENHARIA S/A. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, termos em que: 1) CONDENO o réu VERONA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. a indenizar materialmente o requerente - por danos emergentes - no valor de R$21.000,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; 2) CONDENO o réu VERONA PREMIUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. a indenizar o réu por lucros cessantes, pelo que determino à Secretaria que realize a atualização do valor do imóvel adquirido pelos autores, por tratar-se de cálculo aritmético simples, desde a data da efetiva entrega da unidade, devendo incidir sobre o valor atualizado do imóvel 0,5%, cujo percentual apurado representa o valor da condenação em favor do requerente, devendo incidir sobre o valor apurado juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 3) REJEITO o pedido de indenização por dano moral, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615434-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eduardo Gonçalves Aires - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) DECLARO a inexigibilidade do débito de R$89,70 e seus eventuais acréscimos concernente ao plano odontológico "Assistência Odontológica Gold Plus"; e 2) CONDENO o requerido a pagar R$10.000,00 ao autor a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: MÁRCIO LAMONICA BOVINO (OAB 132527/SP) - Processo 0616341-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roger Patrick da Cruz Medeiros - REQUERIDO: Cbsm - Companhia Brasileira de Soluções de Marketing Programa Dotz - Ante o exposto,DECLARO EXTINTOo processo sem conhecimento do mérito, na forma do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0617333-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Márcia Kely Rocha das Chagas - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso

inominado de fls. retro. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617464-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Luiza da Silva Mouzinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 34/36; 2) DETERMINO o cancelamento da matrícula nº 7064314 e declaro a inexigibilidade de seus débitos vinculados ao nome da autora; 3) CONDENO o réu a restituir ao autor R$1.577,50 por repetição de indébito, juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 4)CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM), ADV: LENIZE LIMA SANTANA DE SOUZA (OAB 7368/AM) - Processo 0617622-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Denize de Lima Santana - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Deutsche Lufthansa A.g. - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0618226-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0618452-83.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Cometa Comércio e Serviços Ltda - EXECUTADO: B R Construção e Comércio Ltda - De ordem da Exma Sra Dra Bárbara de Araújo Folhadela, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante da certidão de folhas antecedentes, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, encaminhar os autos para a fila EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, a fim de que seja elaborado um novo mandado para regular distribuição a um meirinho que atua na área onde deverá ser cumprido o contrato.

ADV: KARLA MARIANA DE MELO CHIAVEGATTO (OAB 5890/AM), ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0620503-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivana Duarte Martins - REQUERIDO: Multilaser Industrial S.a. - Lojas Americanas S.A. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, REJEITO as PRELIMINARES arguidas pelos requeridos e, no mérito, CONDENO SOLIDARIAMENTE as requeridas a ressarcir ao autor a quantia de R$1.108,99, sobre a qual deverá incidir juros (1% a.m.) e correção monetária INPC desde a data da compra. CONDENO SOLIDARIAMENTE, por fim, as requeridas ao pagamento de R$8.000,00, a título de indenização por dano moral, com juros (1% a.m.) e correção monetária INPC desde o arbitramento, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0621280-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Ana Natalia Monte - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Ante o exposto,declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARCELA CAMILA F. SILVA SANTIAGO (OAB 5924/AM) - Processo 0621317-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Marcela Camila F. Silva Santiago - REQUERIDO: Nelson Wilians & Advogados Associados - Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0622159-59.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sueuda da Silva Rebelo - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda (Capital Rossi) - Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Ante o exposto, determino a exclusão da lide dos réus Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. No mérito, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A a restituir à autora R$439,66, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do pagamento; e 2)CONDENOo réu CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0622994-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Tayna Teofilo do Nascimento - REQUERIDO: Claro S/A Net - Claro S/A - Vistos. Presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso inominado de fls.retro. Intime-se a parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo legal. Após, remeta-se à Secretaria das Turmas Recursais para distribuição e julgamento.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623597-52.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: C. Meireles da Costa & Cia - REQUERIDA: Sasha Xavier Barbosa - Paute-se audiência de conciliação na data de Data e Hora da Audiência Selecionada \<\< Informação indisponível \>\> , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção

(art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623602-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Olendina da Silva Oliveira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos, referentes a CESTA BÁSICA EXPRESSO, da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 12/02/2020 às 09:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0623634-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nicole Nobre Antunes - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que providencie a regularização da velocidade de internet, conforme fora contratado, no prazo de 7 dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 12/02/2020 às 10:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623707-51.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDO: José Geraldo dos Santos Vieira - Paute-se audiência de conciliação na data de 12/02/2020 às 11:45h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0623736-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valcilene Dias Januario - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 200,00 (duzentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 13/02/2020 às 08:45h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0623755-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria de Souza Ferreira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Ato contínuo, determino a parte requerida que passe a cobrar o valor de R$ 24,99, até decisão ulterior, sob pena de multa no valor de R$ 500,00, até o limite de R$ 5.000,00 por cobrança realizada. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 13/02/2020 às 09:30h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0623768-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Rovan Jezini do Nascimento - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover a inscrição do nome da parte requerente nos cadastros do SPC/SERASA, bem como de protestá-lo em qualquer cartório, sob pena de incorrer em multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000.00 (cinco mil reais). Caso o nome da parte requerente já tenha sido inscrito antes da ciência desta decisão pelo requerido, a multa diária passará a incidir 5 (cinco) dias após a comprovação pela parte autora, nos autos, da inscrição, caso não seja excluída dos cadastros de restrição nesse prazo. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Conciliação para 13/02/2020 às 09:45h, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível), na sede deste Juízo.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623782-90.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDA: Rebeca de Paiva Monteiro - Paute-se audiência de conciliação na data de 13/02/2020 às 10:45h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente, pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0623800-14.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - REQUERIDO: João Victor Leão da Fonseca - Paute-se audiência de conciliação na data de 13/02/2020 às 11:00h , nos termos do art. 53, § 1.º, da Lei 9.099/95, ocasião em que poderá oferecer Embargos à Execução. Expeça-se mandado com ordem de citação, penhora, avaliação, nomeação de depositário, intimação para oferecer embargos e chamamento à audiência de conciliação (art. 53, §§ 1º e 2º, LJE). Quando da citação por oficial, que se dê conhecimento ao Executado que deve pagar a dívida no prazo de 3 dias (artigo 829, CPC), contados do recebimento do mandado citatório, sob pena de penhora, de acordo com o que dita o artigo 829 e seguintes, do Código de Processo Civil. A circunstância do devedor não possuir bens sobre os quais possa recair a penhora deve ser certificada, pormenorizadamente,

pelo meirinho a fim de que o Julgador possa se manifestar sobre eventual suspensão do processo executivo (artigo 921, inciso III, CPC) ou sua extinção (art. 53, §4º, Lei 9.099/95). Não efetuado o pagamento, Inicie-se a execução, promovendo as devidas buscas de bens junto aos Sistemas Bacenjud e Renajud, ex vi do Enunciado 147 do Fonaje e art. 837 do CPC. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0623810-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Silva de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nessa linha, determino que o (a) requerido(a) se abstenha de efetuar descontos da conta bancária/contracheque do autor(a). Fica o(a) requerido(a) sujeito a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), por desconto realizado, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), em caso de descumprimento desta decisão. Tendo em vista a hipossuficiência da parte requerente, inverto o ônus da prova em ser favor, na forma do art. 6.º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação para 13/02/2020 às 10:30h, na sala de conciliação deste cartório. Demais providências pela secretaria. Cite-se e intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0625144-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Julio Sergio Gomes Palheta - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0626487-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dimitri Leandro de Freitas Muniz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e etc... Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO o RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Cumpra-se, sem tardança. Manaus, 22 de agosto de 2019.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB 151204/MG)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Manaus de Oliveira Ruiz (OAB 11760/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dionea Carreira Benaion Neta (OAB 13983AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Eldileia Sena de Oliveira (OAB 12339/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
Karla Mariana de Melo Chiavegatto (OAB 5890/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Gabriela Maia Tantos (OAB 6760/AM)
Lenize Lima Santana de Souza (OAB 7368/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Marcela Camila F. Silva Santiago (OAB 5924/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Márcio Lamonica Bovino (OAB 132527/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarik Ferrari Negromonte (OAB 295463/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON

JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROL LIMA MORENO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: LUCIANA MARTINS DE AMORIM AMARAL (OAB 26571/PE), ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0202110-96.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Losango Promoções de Vendas LTDA. - WG ELETRO S/A (CITY LAR) - Posto isso, JULGOEXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95. Decorrido o prazo recursal, expeça-se, se requerida, a certidão em favor da parte autora, para que possa habilitar seu crédito no Juízo competente. Após o trânsito em julgado, decorrido o prazo de trinta dias, sem manifestação da parte autora, remetam-se os autos ao arquivo, anotando-se no sistema. P. R. I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0202220-27.2018.8.04.0015 - Homologação de Transação Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: WG ELETRO S.A - Posto isso, JULGOEXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95. Decorrido o prazo recursal, expeça-se, se requerida, a certidão em favor da parte autora, para que possa habilitar seu crédito no Juízo competente. Após o trânsito em julgado, decorrido o prazo de trinta dias, sem manifestação da parte autora, remetam-se os autos ao arquivo, anotando-se no sistema. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0202428-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em trinta dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2016 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0204243-77.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Maria Auxiliadora Queiroz de Assis - EXECUTADO: OTTICA DI CASA - A. Dinelli Desideri - Me (Óticas Carol) - De ordem, diante da comprovação de pagamento, expeço o Alvará eletrônico em favor da parte autora e encaminho os autos para a fila de encerrados.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0204322-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino, novamente, a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2016 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ) - Processo 0204325-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA e outros - R. H. Considerando a manifestação da parte Reclamada, determino a exclusão do valor relativo ao prejuízo material, determinando tão somente o cálculo do valor atualizado do dano moral da data da fixação até a data do efetivo pagamento, o qual deverá ser liberado em favor da autora. Quanto ao saldo remanescente relativo ao dano material este deverá ser devolvido a ré L.G, mediante o fornecimento de seus dados bancários, ou alternativamente de seus advogados com os devidos poderes para tal levantamento. Cumpridas as determinações, arquivem-se os autos com a devida baixa no sistema processual. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0204722-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0204787-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 161/162, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2017 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0205899-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Magazine Luiza S/A e outros - R. H. Considerando que os Alvarás já foram expedidos e levantados, pela parte requerida MAGAZINE LUIZA, não havendo valores na conta judicial para serem levantados, conforme se verifica nos extratos de fls. 183/184, indefiro o pedido formulado e determino que os autos retornem ao arquivo. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ NAZARENO DA SILVA (OAB 3052OA), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0206415-89.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Valdeci Felix de Sousa - EXECUTADO: WG ELETRO S.A - RN COMERCIO VAREJISTA LTDA - Posto isso, JULGOEXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95. Decorrido o prazo recursal, expeça-se, se requerida, a certidão em favor da parte autora, para que possa habilitar seu crédito no Juízo competente. Após o trânsito em julgado, decorrido o prazo de trinta dias, sem manifestação da parte autora, remetam-se os autos ao arquivo, anotando-se no sistema. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0208219-92.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em que pese as intimações anteriores, a requerida não comprovou o cumprimento integral da sentença. Assim, determino, mais uma vez a retirada do termo de parcelamento dos itens serviços e juros por atraso, pois o atraso foi causado por ato ilícito da requerida e portanto não pode esta dele ter benefícios. Determino ainda, que se intime a executada para que satisfaça a obrigação de fazer fixada na sentença, no prazo de dez dias, e comprove nos autos o seu cumprimento, sob

pena de aplicação de nova multa diária, no valor de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), até o limite de 10 (dez) dias, em caso de descumprimento, nos termos do art. 52, V, da Lei n. 9.099/95, bem como que pague, em quinze dias, as multas consignadas nas decisões anteriores (fls.176 e 179), sob pena de penhora . Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0208707-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: WG ELETRO S.A - Posto isso, JULGOEXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei 9099/95. Decorrido o prazo recursal, expeça-se, se requerida, a certidão em favor da parte autora, para que possa habilitar seu crédito no Juízo competente. Após o trânsito em julgado, decorrido o prazo de trinta dias, sem manifestação da parte autora, remetam-se os autos ao arquivo, anotando-se no sistema. P. R. I.

ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0211441-05.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edson Cavalcanti Gomes - R. H. Pretende o requerente o cumprimento de proposta de acordo formulada em audiência realizada perante este Juízo e que NÃO foi aceita pelo requerente, portanto, não houve acordo homologado pelo Juízo, ato processual imprescindível para que haja a execução do julgado. Indefiro o pedido de fls.239/241, determinando o arquivamento dos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0603237-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. xxx, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2013 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605084-36.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Motorola do Brasil Ltda. - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda e outro - De ordem, intimo as partes Executadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605143-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, CONCEDO a Tutela De Urgência pretendida na exordial, determinando, em consequência, que a demandada , promova, caso tenha incluído, em três dias, contados de sua intimação a RETIRADA DO NOME DA PARTE AUTORA, Valdenice Farias de Souza, CPF nº 44474954220, DO SPC, SERASA, BEM COMO DOS CARTÓRIOS DE PROTESTO e/ou de qualquer outra entidade de restrição ao crédito em cujo cadastro tal inscrição tenha sido efetivada com base no objeto do presente litígio, bem como que se abstenha de renovar semelhante conduta até ulterior decisão neste feito, além de se ABSTER DE REALIZAR A SUSPENSÃO do fornecimento de água da unidade consumidora de n. 1281895 , por débito discutido na presente ação, até final julgamento. Tendo em vista que os comandos supra traduzem-se em obrigação de fazer - positiva e negativa, simultaneamente, comino, com espeque no art. 537 do CPC, astreinte no importe de R$ 100,00 (cem reais) diários, até o limite de 30 (trinta) dias, no caso de seu não cumprimento. Finalmente, determino ainda à demandada que faça juntar aos autos, até a audiência de conciliação, instrução e julgamento o histórico de consumo da unidade consumidora a que se refere o pleito inicial, abrangendo três meses anteriores ao período questionado e três meses posteriores ao mesmo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0605143-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão proferida na audiência de fls. 139/140. Colho que a requerente não foi regularmente intimada para a realização da referida audiência, razão pela qual a informação contida no Termo de Audiência de fls. 139/140 não condiz com a realidade dos autos. Desta feita, mantenho a decisão de fls. 86, e determino o remanejamento destes autos para pauta do dia e horário contidos na certidão de fls. 35. Considerando que a autora já esta intimada para a data de audiência ali referida, intime-se tão somente a parte Reclamada. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE DAS CHAGAS SEIXAS (OAB 13921/AM) - Processo 0607712-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Vera Lucia Bastos França - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 89/90, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0608265-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto., revogando-se a decisão liminar de fls. 23/26. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0608278-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - RECLAMADO: Mir Importação e Exportação Ltda. (ramsons) e outro - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0608281-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso

de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609587-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DESPACHO Considerando os documentos acostados aos autos às fls., 149/150 os quais comprovam a impossibilidade de comparecimento do Reclamante à Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, bem como em atenção aos princípios da Celeridade e Economia Processuais, defiro o pedido autoral, para na oportunidade, determinar o prosseguimento do feito, com a designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento. À Secretaria para proceder as comunicações necessárias após ser pautada nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, conforme disponibilidade de Pauta deste Juízo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610952-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 105/106, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0611700-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, intime-se a Requerida para que, caso queira, manifeste-se, no prazo de 15 dias, quanto ao Requerimento de fls. 107/109, tornando sem efeito a determinação judicial de fls. 110/111, na parte que designou a data para prolação da Sentença. Após, retornem os autos conclusos para Sentença, a qual será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0622835-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMADO: Motorola Industrial Ltda - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda e outros - R. H. Considerando a informação da requerente, intimem-se as requeridas Bemol e Motorola para que informem, no prazo improrrogável de dez dias, o local para recebimento do bem objeto da lide, sob pena de arbitramento de multa nos termos do art. 513 do CPC. Cumpra-se.

ADV: DEBORAH BORGES DE OLIVEIRA (OAB 13346/AM) - Processo 0623166-18.2019.8.04.0015 - Homologação da Transação Extrajudicial - Substituição do Produto - REQUERIDO: Digital River do Brasil Importação e Comercio de Produtos de Informatica Ltda - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, declaro a litispendência e, por conseguinte, extingo o processo sem resolução de mérito, o que faço escudado no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se e registre-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0623925-16.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Substituição do Produto - EXECUTADO: Springer Carrier Ltda - R. H. Colho da análise dos autos que as partes, Reclamante e Requerido, confundem-se quanto ao cumprimento do comando judicial da obrigação de fazer. Sendo certo que a sentença determinou tão somente a entrega de aparelho novo, do mesmo modelo ou superior, não havendo qualquer comando para que tal objeto seja instalado pela Requerida, tendo o decisum transitado em julgado nesse sentido. Assim sendo, pouco importa o local de residência do autor, como argumentou a demandada, a obrigação da Requerida consiste na entrega do bem cuja instalação compete ao Requerente. Desta feita, ratifico o despacho de fl.70, determinando a intimação da Reclamada para que no prazo de 15 dias, cumpra integralmente a obrigação de fazer, consistente na entrega de aparelho novo, do mesmo modelo ou superior, ao Requerente, sob pena de multa que arbitro em R$250,00 até o limite de 10 dias multa, em caso de descumprimento. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627377-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Reclamada AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A a: 1. PAGAR à Requerente Perci Souza de Alcantara a importância de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), a título de indenização por danos morais, atualizada pelo INPC/IBGE e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum; 2. PROCEDER, no prazo de vinte dias úteis, a retificação das faturas 02 a 06/2018, da unidade consumidora em nome da Requerente para 166 kWh, correspondente a média dos meses 05 a 07/2019, últimos três meses constantes do histórico de medição acostado à f. 117 cuja forma de faturamento se deu de modo normal; 3. PROCEDER, querendo a autora, ao parcelamento do débito, a partir desse novo cálculo, em 10 parcelas mensais, nos termos do que dispõem os arts. 113, § 1º e 115, § 6º da Resolução 414/2010 da ANEEL, sob pena das medidas previstas no art. 52, V, da Lei n. 9.099/95, dada a natureza obrigacional da condenação, tornando definitiva a tutela de urgência concedida às fls. 35/42. Relativamente ao pedido contraposto apresentado pela Requerida em sede de contestação, tenho por ilegítima a referida empresa para demandar em sede de Juizado Especial, porquanto não enquadrada no art. 8º da Lei 9.099/95, nos termos do Enunciado 05 do Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais - FOAMJE, aprovado em reunião do dia 19 de agosto de 2016, in verbis: "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte"[1]. Nesse sentido, ainda, a doutrina de Cândido Rangel Dinamarco, em sua consagrada obra "Instituições de Direito Processual Civil", Volume III, ed. Malheiros, 6ª edição, p. 822 e o Enunciado 4.2.1 da CEJCA, segundo o qual "Não cabe pedido contraposto no caso de ser o réu pessoa jurídica ou formal; salvo a microempresa ou a empresa de pequeno porte". Com efeito, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO no tocante ao pedido contraposto, o que faço escudado nos arts. 8º e 51, II, da Lei 9.099/95. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, libere-se o respectivo alvará e arquivem-se os autos, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0627431-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMADO: Embracon Administradora de Consórcio Ltda - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)

Caroline das Chagas Seixas (OAB 13921/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Deborah Borges de Oliveira (OAB 13346/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
FERNANDO ROSENTHAL (OAB 146730/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Nazareno da Silva (OAB 3052OA)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luciana Martins de Amorim Amaral (OAB 26571/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608533-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edina Maria de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 23 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200038-94.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0200134-46.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0200220-85.2016.8.04.0092 (processo principal 0600022-17.2015.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 53/65, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FELIPE GUIMARÃES DE SOUZA (OAB 10506/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM) - Processo 0200618-32.2016.8.04.0092 (processo principal 0602756-38.2015.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Eliana Soares Teixeira de Castro - EXECUTADO: Sky Brasil Serviços Ltda - De início, vislumbro que o presente processo se configura como o procedimento executivo dos autos de nº 0602756-38.2015.8.04.0092. Com o fito de otimizar a prestação jurisdicional, decido organizar o feito em apenas um processo, no caso, o processo de nº 0602756-38.2015.8.04.0092, principal e originário. Deste modo, determino o translado de algumas peças processuais ao feito originário, nos seguintes termos: A) após a certidão de trânsito em julgado do processo de nº 0602756-38.2015.8.04.0092 (fls. 93) e antes da manifestação do Réu (fls. 94/96), deve constar as fls. 1/14 do presente processo; B) após o alvará protocolizado de fls. 99 e antes dos “Embargos da Monitória” de fls. 100/104, proceda-se com a transferência das fls. 15/22 do presente processo; C) Após os Embargos à monitória do processo de nº 0602756-38.2015.8.04.0092, proceda-se com a juntada das peças de fls. 23/35. Prosseguindo, determino a intimação da parte Requerente/Embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se a respeito dos Embargos à Execução de fls. 100/104 do processo nº 0602756-38.2015.8.04.0092. Noutro lado, indefiro o requerimento de fls. 25, pois inexiste determinação de retirada do nome do Requerente dos cadastros negativos na sentença de fls. 88/90. Por fim, tratando-se de título executivo judicial, o cumprimento da sentença deve efetuar-se perante o

Juízo que processou a causa (art. 516, II, CPC) e processado nos próprios autos (art. 518, CPC), inexistindo formação de novo processo. Pelo exposto, determino o arquivamento dos presentes autos, para que a execução seja manejada nos autos principais (0602756-38.2015.8.04.0092). À secretaria para realizar a transferência das peças processuais ao processo principal, nos termos da fundamentação, bem como para intimar o Requerente para se manifestar acerca dos Embargos. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0200634-83.2016.8.04.0092 (processo principal 0602473-15.2015.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Ruan Luka Lima de Melo - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - DECISÃO Inicialmente, defiro o pedido de transferência do valor de R$ 2.262,03 (dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e três centavos), pois o montante, cujo alvará fora emitido por este Juízo há mais de dois anos, não foi levantado pela Requerida, devendo a secretaria proceder à transferência dos valores na conta bancária indicada às fls. 210/211. Noutro lado, indefiro o pleito de levantamento do valor de R$ 5.479,42 (cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos), pois não se vislumbra a existência de tal valor como saldo remanescente em favor do Requerido nestes autos. À secretaria para as providências cabíveis. Intime-se e, após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0200649-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CANCELAR a cobrança objeto desta demanda, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; II) CONDENAR a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos e atualizado monetariamente a partir dessa data, acrescidos de juros de 1% ao mês, desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0200676-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200678-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nestas razoes, JULGO IMPROCEDENTE o feito, o que faço com amparo no art. 487, I, do CPC, conforme acima exposto. Revogo os efeitos da decisão de fls. 17. Deixo de analisar o pedido contraposto, visto que a Requerida não possui capacidade postulatória perante os Juizados Especiais, conforme enunciado nº 05 do FOAMJE (Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais): "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte". P.R.I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0200693-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC, pelos fundamentos acima corroborados, apreciando o feito com julgamento do mérito. Revogo a decisão de fls. 79. Nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95, não cabe condenação, em sede de primeiro grau, em pagamento de custas e honorários advocatícios. P.R.I.C.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0200707-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: DISAL CONSORCIO - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus,21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0201044-73.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE OLIVEIRA RIBEIRO - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgad, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: MATEUS SOUZA CUNHA (OAB 10921/AM) - Processo 0202526-27.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lamir da Silva Moura - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 136/147, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0202788-11.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: MASTERCARD BRASIL - CARTÕES DE CRÉDITO e outros - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução, nos termos da fundamentação. Expeça-se alvará em favor do Exequente/Requerente. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P. R. I. Manaus, 18 de dezembro de 2018. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0600090-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Emilia Barreto Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600102-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eduardo Moreira Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM),

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0600343-23.2014.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - RECLAMANTE: NAIR SIGNOR PEIXOTO - RECLAMADO: BANCO DO BRASIL S/A - CERTIFICO, para os devidos fins, que na conta judicial indicada pelo réu à fl. 259 (conta 3205 / 040 / 01516104-0), existe até a presente data, um saldo de R$ 124,20 (cento e vinte e quatro reais e vinte centavos), conforme comprovante de fls. 265/266. Na forma da decisão de fl. 264, o requerido será intimado para apresentar manifestação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0600388-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Élcio Castro de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600445-35.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Ruth Corrêa da Costa - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art.523 do CPC.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0600473-08.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Bancobonsucesso S/A - DECISÃO Vistos etc. Ao analisar os autos, observo que a Exequente demonstrou a existência de desconto após o trânsito em julgado, em violação ao que fora determinado no Acórdão. Deste modo, determino a intimação do Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento de R$ 1.079,12 (mil, setenta e nove reais e doze centavos), sob pena de multa, nos termos do artigo 523 do CPC. Inexistindo pagamento, proceda-se ao bloqueio pelo sistema BacenJud. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0600536-62.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Guilherme da Silva Maciel - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: DANIEL FRANÇA DA SILVA (OAB 24214/DF), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE) - Processo 0600815-48.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Mara Hana Muniz da Silva Santiago - EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0600991-61.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Rodrigo da Silva Iglesias - EXECUTADO: Banco Triangulo S/A - De ordem, intimem-se a parte Execução para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgado, nos termos o art.523 do CPC.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0601014-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hilton Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.68/79, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0601535-37.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Anibal Ângulo Cuelar - REQUERIDA: Bruna Muniz - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0601563-85.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTES os Embargos à Execução opostos por Direcional Engenharia para reconhecer a nulidade de intimação da decisão de fls. 254 e, via de consequência, afastar a multa ali imposta. Determino a expedição de alvará judicial em favor do Requerente/Embargado, no importe de R$ 16.295,80 (dezesseis mil, duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), valor sem a inclusão da multa de liquidação, conforme cálculos de fls. 261. Por derradeiro, determino a retirada da restrição imposta no veículo Fiat Strada Fire Flex, pelo sistema RENAJUD às fls. 266/267. Intime-se o Embargante para informar dados bancários com o objetivo de levantar a diferença entre o valor devido ao Embargado e o depositado em juízo. Intimem-se e, após, arquivem-se os autos. Cumpra-se. P. R. I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0601992-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Eliana Martins Alfaia - RECLAMADO: Telefonica Brasil S/A - Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0602040-06.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thysiana Oliveira dos Reis - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens e Porto Norte Viagens e Turismo e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CNPJ) - ou patrono - para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados a serem restituídos. Manaus, 19 de agosto de 2019. Edson Oliveira Queiroz (TT) Assistente Judiciário

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0602166-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurineide do Nascimento C. - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 106/113, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal.

Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602207-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suzana Pereira Freires - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pelo Recorrente. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602231-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sebastiao Felix de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. C. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0602232-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Salete Rosa de Maria - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. C. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0602675-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Amarildo Ribeiro Golvin - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) DECLARAR nulo o contrato de empréstimo com matrícula nº 1924140001682 , sob a rubrica BMG EMP02 - CÓDIGO: 5898; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 6.874,01 (seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais, um centavo), acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603028-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carmezina de Souza Dias - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0603033-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Julio Medeiros Meireles - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. C. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603038-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adeilson Vieira Barbosa - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. C. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTONIO RICARDO PESSOA DOS SANTOS (OAB 14073/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0603139-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimundo Nonato Belo Soares - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Revogo a decisão de fls. 54. Condeno a Requerente ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 80, II, do CPC cujo valor arbitro em 2% do valor da causa, resultando em R$ 798,40 (setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), (art. 81, caput, do CPC), que deverá ser que deverá ser destinado a parte contrária (art. 96, CPC). P. R. I. Manaus, 19 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0603347-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cinete Silva de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603420-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mariano Baastos de Lemos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603432-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elaine de Lima Pinheiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: 02/02/2019 (R$ 32,74) e 02/03/2019 (R$ 34,72) juntadas com a inicial, conforme acima exposto; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) -

Processo 0603447-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdir da Rocha de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0603548-84.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Cleber dos Santos Araujo - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica V. Sa., Cleber dos Santos Araujo, intimado(a) para indicar dados bancários (Banco, Agência, Conta, Operação, CPF) para confecção de alvará eletrônico, a fim de receber os valores depositados. Manaus, 16 de agosto de 2019. Alfredo Carlos dos Santos Luna Auxiliar Judiciário

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604462-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Keila Soares dos Anjos Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604525-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joelma Rodrigues de Sena - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0604535-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Arevaldo da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0604714-54.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Laudelino Bentes Tavares - REQUERIDO: Banco Agiplan S.a. - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) DETERMINAR o CANCELAMENTO dos descontos, reconhecidamente indevidos, na conta salário do Requerente, expedindo-se ofício ao órgão pagador para suspender o repasse ao agente financeiro com relação à rubrica denominada "AGIPLAN"; II) CONDENAR a Requerida ao pagamento da quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus,22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0604762-81.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAIMUNDA NONATO DA SILVA - De ordem, diante da comprovação de pagamento em favor do Requerente, expeça-se alvará no valor ali indicado (fls. 216/228). Após, será intimada a Requerida AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A para, no prazo de 15 dias, efetuar o pagamento de sua cota-parte na condenação.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0604767-35.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maryjani Magalhaes Nogueira - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0604893-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0605019-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Laurenice de Jesus Pereira Meireles - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605052-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Andreia Marques Correa - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos etc. Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pelo Recorrente. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605072-19.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Paes Barreto Saraiva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605072-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ednaldo Ferreira Viana - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0605522-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Nazaré da Silva Araújo - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - DECISÃO Vistos etc. Defiro o pedido do Autor às fls. 119, no sentido de conceder 5 (cinco) dias para juntada de novas provas. Após, dê-se vista à parte adversa para manifestação no mesmo prazo. Em

seguida, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605538-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Fábio Ruy Oliveira Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Defiro o pedido do Requerente às fls. 74, no sentido de que seja marcada audiência instrutória devido à origem de novos fatos e informações, razão pela qual entendo indispensável a instrução do feito. Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 09/10/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605556-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Manoel Gouveia Lopes Filho - REQUERIDO: Vivo S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação formulada na exordial para: I) DECLARAR inexigível o débito impugnado nos autos; II) DETERMINO que a parte Ré, caso ainda não o tenha feito, retire o nome do(a) Requerente dos registros do SPC/SERASA no prazo de cinco dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). III) CONDENAR o(a)n Reclamado(a) ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Sem honorários, na forma da Lei nº 9.099/95. P. R. I.Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0605984-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Miriam Pereira Ferreira - REQUERIDO: BradesCard S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR o CANCELAMENTO do cartão de crédito nº 4282.67** **** 3010, objeto dos autos, no prazo de 15 (quinze) dias; II) CONDENAR o Requerido no importe de R$ 118,93 (cento e dezoito reais e noventa e três centavos), com juros e correção monetária desde o efetivo prejuízo; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Acolho a preliminar de coisa julgada com relação ao pedido de ressarcimento do seguro "proteção total". Julgo improcedentes os demais pedidos. P. R. I. C. Manaus, 22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606264-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irineia Oliveira de Souza e Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: 22/10/2018 (R$ 32,74); 22/11/2018 (R$ 32,74), 02/12/2018 (R$ 32,74), 02/02/2019 (R$ 32,74) e 02/03/2019 (R$ 34,66), juntadas nos autos; II) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0606611-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorge Eduardo Oliveira Lopes - REQUERIDO: Olx Atividades de Internet Ltda - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) CONDENAR a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos e atualizado monetariamente pelo índice oficial do INPC, a partir dessa data, acrescidos de juros de 1% ao mês a partir da citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 22 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606683-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Pastora Amorim Messias - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. Revogo a decisão de fls. 25 que, ante o julgamento improcedente, não produzirá qualquer efeito, nem mesmo astreintes. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606722-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Edson Silva de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: 04/04/2018 (R$ 32,74); 04/07/2018 (R$ 32,74); 04/09/2018 (R$ 32,74); 04/12/2018 (R$ 32,74); 04/02/2019 (R$ 32,74); 04/03/2019 (R$ 32,74) e 04/04/2019 (R$ 35,90), juntadas nos autos; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 32,74 (trinta e dois reais, setenta e quatro centavos), que em dobro totaliza R$ 65,48 (sessenta e cinco reais, quarenta e oito centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde cada pagamento; III) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 21 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0607068-86.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Jessica de Arruda Oliveira - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: RENATA BAIMA RABELO CAVALCANTE DE SOUZA (OAB 10882/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES

(OAB 7942/AM), ADV: ELIANE COELHO DA SILVA (OAB 8376/AM) - Processo 0607464-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Renata Baima Rabelo Cavalcante de Souza - REQUERIDO: Condomínio Residencial Forest Hill - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608455-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jose Ricardo Ferreira de Jesus - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0608539-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vera Lucia Alves de Souza - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608554-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Helena Guedes Montenegro - De ordem, fica designado o dia 23/09/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608625-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lenilson Mercês dos Santos - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0608761-71.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nely dos Santos Costa - REQUERIDO: BradesCard S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM) - Processo 0608847-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Selma Uchoa de Souza - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0608913-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Azevedo Craveiro - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608944-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco das Chagas Gomes da Silva - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT) - Processo 0609038-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Inácia Oliveira da Silva - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 21 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GEORGIA LUISE LA CAVA DE SOUZA (OAB 210493/RJ) - Processo 0609069-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Produto Impróprio - REQUERENTE: Taina Almeida Canavezzi - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no Bairro Novo Aleixo, conforme documento de fls. 8. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 22 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antonio Ricardo Pessoa dos Santos (OAB 14073/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel França da Silva (OAB 24214/DF)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Eliane Coelho da Silva (OAB 8376/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Guimarães de Souza (OAB 10506/AM)
FERNANDO CAMPOS VARNIERI (OAB 997A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Georgia Luise La Cava de Souza (OAB 210493/RJ)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)

José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mateus Souza Cunha (OAB 10921/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Renata Baima Rabelo Cavalcante de Souza (OAB 10882/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0148/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0200891-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: TATIANY RIBEIRO PEIXOTO (OAB 134473/MG) - Processo 0600767-94.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Antônio Ribeiro Neto - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0605102-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francinete Martins da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0611823-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Natasha de Melo Renda - Certifico o transcurso do prazo para os embargos à execução. De ordem, encaminho os autos à fila de expedição de alvará em favor do credor sobre o bloqueio único BACENJUD. Após, nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0611967-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marco Antonio da Silva Magalhães - De ordem, considerando ao valor depositado pelo(s) requerido(s), expeça-se alvará e, após, INTIME-SE o credor, no prazo de 15 (quinze) dias, para manifestação quanto ao possível saldo remanescente. No silêncio, arquivem-se os autos, com baixa definitiva.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0612890-30.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: David Lúcio Almeida da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620069-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0622646-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Philippe Nunes de Oliveir - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0625321-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edilene Barbosa Pessoa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 22 de agosto de 2019.

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
José Dênis Moura dos Santos Júnior (OAB 3827/AC)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)

Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Tatiany Ribeiro Peixoto (OAB 134473/MG)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0205516-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Igor Câmara de Araújo - REQUERIDO: Faculdade Martha Falcão Wyden - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602051-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edmilson Fernades Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0602417-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Williams Brasil Figueiredo Cunha - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM) - Processo 0603371-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosemary Oliveira Barbosa - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0604550-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Hercules Antonio Ribeiro Freire - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0605742-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gilson de Lima Maricaua - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 17/12/2019 às 08:30h.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0607873-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inscrição / Registro da Embarcação - REQUERENTE: Wanessa Cavalcante Fecury Soares - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0608111-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jony da Fonseca Silva - REQUERIDO: Cristiane Ferreira de Souza e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 22/11/2019 às 10:30h.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608818-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608980-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0609413-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Oftalnorte Otica Ltda. - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: ERICK RENAM GOMES DE OMENA (OAB 11341/AM) - Processo 0609529-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: Lucio Fabio Pereira da Silva - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica dos valores depositados voluntariamente, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0610097-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: RICHARDSON RAYMOND DUTRA PEIXOTO (OAB 14277/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0610121-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Edgar Magalhaes Costa - REQUERIDO: Makro Atacadista S/a. - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 23/01/2020 às 08:30h.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0610259-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Itaú Unibanco Holding S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611148-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO:

Centro Universitário do Norte - Uninorte - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612220-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0614576-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luciana Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0616113-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariluce Nunes de Oliveira Danta - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 23/09/2019 às 08:30h.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0616208-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Valmir Varela Gomes - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0617179-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sandra Maria de Oliveira Gelfenstein - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIMEM-SE as partes recorridas para, querendo, apresentarem contrarrazões aos Recursos Inominados no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0619297-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ricardo Gonçalves Fernandes - , encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0621999-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: JADSON DA SILVA SANTIAGO (OAB 12942/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0628959-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rosane de Oliveira Texeira - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Erick Renam Gomes de Omena (OAB 11341/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Jadson da Silva Santiago (OAB 12942/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Richardson Raymond Dutra Peixoto (OAB 14277/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL THIAGO RODRIGO DOS SANTOS RESENDE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0202239-96.2019.8.04.0015 (processo principal 0620305-93.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças de Manaus - Am - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: KAREN ROSENDO DE ALMEIDA LEITE (OAB 8599/AM) - Processo 0202247-73.2019.8.04.0015 (processo principal 0614592-06.2019.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Terlane Lima Albuquerque - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos.

As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0202269-34.2019.8.04.0015 (processo principal 0603388-62.2019.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Ruy Nascimento de Souza - Por isso, EXTINGO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Extraiam-se cópias das peças para o processo principal, nele prosseguindo a execução e eventuais embargos. As PARTES DEVEM PETICIONAR NO Nº SAJ DO PROCESSO PRIMITIVO. Ressalte-se que qualquer peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato será desconsiderado, em virtude da fundamentação que ora se apresenta. P.R.I. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei. Baixem-se e arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0206143-95.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Aline Souza Leão Perdiz - Expeça-se Mandado de Penhora e Avaliação para penhora do veículo constrito via renajud, bem como de tantos bens quanto forem necessários à satisfação da dívida. Em havendo penhora positiva em qualquer circunstância, intime-se o executado para que apresente embargos no prazo de 15 dias. Remanescendo infrutífera a execução, expeça-se a competente certidão de dívida ao exequente com a finalidade de inscrição nos serviços de proteção ao crédito, caso haja requerimento nesse sentido. Após o esgotamento das diligência, ao autor para que se manifeste no prazo de 15 dias. Só então venham-me conclusos. P.C.I.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0208338-87.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Domingos Severo de Aviz - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - O status das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa Ré, oportuno colacionar trecho da decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0203711-65.2016, conforme quadro de aviso aos credores disponível em site da empresa: Informamos que o Juízo da 7ª Vara Empresarial, após a homologação do PRJ e a concessão da Recuperação Judicial, determinou a expedição dos seguintes AVISOSaos demais Juízos: Decisão de fls. 282.576/282.583: "Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso,sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.06.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação". Decisão de fls. 289.277/289.284: "Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI0034576-58.2016.8.19.0000, quepermitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença". Decisão de fls. 288.169/288.172: "Diante dos inúmeros requerimentos com vistaa proceder habilitação de créditosingressados diretamente nos autos da R.J., em total dissonância com odespacho procedimento de fls. 199.000/199.001, determino seja publicado AVISO por meio de EDITAL no D.O, informando aos credores nesta condição, que as petições assim protocoladas não serão aceitas e recebidas em hipótese alguma, diante das razões contidas na decisão declinada, cujo teor deverá constar do referido edital." Disponível em: http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/ Portanto, expeça-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0210503-10.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - REQUERENTE: Raimunda de Oliveira Maia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Por estas razões, intime-se novamente o executado, nos termos da decisão de fl. 283, para que pague no prazo de 15 dias o valor de R$ 5.059,72. Restante do rito conforme aquela decisão. P.C.I.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600734-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Alves Cassimiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro os pedidos de fl. 605. Em especial atenção ao "2.1.1.", determino que a parte executada dê cumprimento ao comando feito em sentença no prazo de 30 dias, sob pena de multa de R$ 5.000,00. Indefiro pedido de realização da audiência de conciliação, visto que ultrapassado tal momento processual. P.C.I.

ADV: EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (OAB 335279/SP), ADV: HENRIQUE DE DAVID (OAB 84740/RS) - Processo 0601004-34.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: LFA Agencia de Viagens e Turismo Ltda - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - intimo a parte ré/executada a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: LAURO BRACARENSE FILHO (OAB 69508/MG), ADV: ROSICLER FÁTIMA GLOWACKI (OAB 36926/SC) - Processo 0601461-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Monteiro da Costa - REQUERIDO: Sobral Invicta Sociedade Anônima - intimo a parte ré a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0602124-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kellen Ynara Aragão dos Santos - REQUERIDO: Kênio Tomas Litaiff e outro - Processo extinto por ausência da autora à audiência, conforme fls. 41/42. Arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 5810/AM) - Processo 0602220-59.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paloma Rodrigues Grangeiro - REQUERIDO: Claro S/A - Intime-se a parte embargada para que apresente contrarrazões no prazo de 15 dias. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0602358-89.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Carlos Santos dos Reis - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda. - One Pro Comercio Varejista de Equipamentos de Informatica Ltda - Fl. 166 - Expeça-se alvará judicial eletrônico em relação ao valor depositado a fl. 164/165, tido como incontroverso. Aguarde-se a resposta do bloqueio realizado via BACENJUD, mantendo bloqueado apenas o valor correlato a multa de que trata o art. 523, § 1º do CPC, intimando a parte executada, após, para oferecimento de Embargos à Execução. P.C.I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602998-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Amazon Village - Vista ao autor para que postule o que entender de direito. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM) - Processo 0605307-91.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO PARQUE RESIDENCIAL ITAPURANGA III - EXECUTADO: Augustinho Gomes Venancio - Pedido cujo teor já foi analisado e rejeitado anteriormente (fl. 120). Fundamentos que se mantêm. Não reconsidero a decisão pretérita. Prazo de 10 dias para apresentação de novos bens à penhora. Não havendo, voltem-me conclusos para sentença. P.C.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605539-98.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Concomitantemente, intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor de R$ 5.000,00 no prazo legal, comprovando-o nestes autos. Em não havendo cumprimento/comprovação, bloqueie-se a quantia via BACENJUD. Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias. Oferecidos os Embargos, independentemente do resultado no ato da penhora, certifique-se sua tempestividade e voltem-me conclusos, nos termos do art. 53, caput, L. 9.099/95 c/c art. 525, §6º e 919, CPC/15. De outra sorte, em sendo positivo o bloqueio eletrônico e não havendo irresignação via embargos do devedor, determino sua transferência para uma Conta Judicial junto a Caixa Econômica Federal - CEF, e imediata expedição do pertinente Alvará Judicial, dando-se baixa e arquivando-se o presente feito. Em sendo negativa constrição creditícia, e desde que haja requerimento, defiro a realização de constrição via RENAJUD. Frustradas as diligências retro, dê-se vista a parte exequente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Acaso transcorrido o prazo, sem manifestação, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: IOVANE NUNES PENHA (OAB 3023/AM) - Processo 0607129-47.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Roselane Lins de Andrade - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Intime-se a parte exequente para que apresente planilha de atualização de débitos, de modo a possibilitar a continuidade da execução nos termos da decisão de fl. 296/297. Prazo de 15 dias para apresentação. Após, dê-se novo cumprimento à decisão de fl. 296. P.C.I.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: DIRCEU MARCIO SILVA DE LIMA (OAB 305999/SP), ADV: GERSON DIOGO DA SILVA VIANA (OAB 10684/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0607221-93.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Incorporação Imobiliária - REQUERENTE: NANCY FARIAS FONSECA GÓES MUSSY - REQUERIDO: PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - Ainda que a sentença destes autos só tenha sido prolatada em 2018, certo é que os fatos a que ela se refere são todos anteriores a 2017 (conforme narrativa da inicial). O plano de recuperação judicial da empresa executada foi deferido em meados de 2017. Por esta razão, abrange os créditos oriundos desta lide. Por isso o executado os trata como concursais (fl. 445). Com os créditos do exequente ostentando tal natureza, conclui-se que a presente execução tem sua continuidade vinculada à competência do juízo universal da recuperação da executada. É a competência absoluta a q se refere o executado (fl. 453). Esclareço que não se fecham as portas para que o exequente prossiga nestes autos com a sua execução, mas que o teor das decisões trazidas, até o momento, conduz ao seu encerramento. Veja-se: no caso da recuperação judicial da OI, decisão do Juízo Universal naqueles autos (fls. 289.277/289.284) afastou créditos referentes a fatos geradores posteriores à decretação da RJ de sua incidência, de modo que as execuções que se coadunem a esses termos puderam continuar. Trata-se, este caso, de exemplo da utilização da competência absoluta do Juízo Universal para liberar execuções difusas contra o recuperando. No caso tratado nestes autos, hipótese similar pode ter ocorrido que beneficie o exequente. A realidade é, todavia, que a discussão tratada acerca do Stay Period não socorre às pretensões executórias, de modo que deve-se concluir pela impossibilidade, atualmente, deste Juízo dar prosseguimento à execução. O requisito de viabilidade da execução, no atual estado da recuperação do executado, é decisão acerca de créditos concursais que seja compatível com a pretensão do exequente. Determino a expedição de certidão de crédito, atualizada, para que o exequente tome as providências que bem entender. Execução encerrada até apresentação de decisão do Juízo Universal que conduza à conclusão adversa. P.C.I.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0607812-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Douglas Gomes Gonçalves - Fls. 45 - Redesigne-se a audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. Cite-se a parte ré no endereço fornecido. P.C.I.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM) - Processo 0608520-03.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - REQUERENTE: Nicholas Fabrício Pinto dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0609624-35.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Vista à parte ré para ciência do teor da certidão de fls. 388, bem como dos documentos de fls. 346/348. Após, arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610284-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Hilario Aquino de Oliveira - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0610759-48.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: José Ricardo Gomes de Oliveira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0610803-04.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Paula de Almeida - REQUERIDO: OLIVETTO HOTÉIS LTDA - ME - Segundo o STJ, apesar de o art. 50 do CC/02 não trazer essa peculiaridade, é certo que a aplicação dadesconsideraçãodapersonalidadejurídica deve incidir apenas sobre os bens dos administradores ou sócios que efetivamente contribuíram na prática do abuso ou

fraude na utilização da pessoa jurídica, devendo ser afastada a responsabilidade dos sócios minoritários que não influenciaram na prática do ato. No julgamento do REsp 786.345/SP (3ª Turma, Rel. para o acórdão Min. Ari Pargendler, DJe de 26.11.2008), o STJ entendeu que adesconsideraçãodapersonalidadejurídica no caso de sociedades limitadas somente atinge os sócios-gerentes (não abrangendo quem tem apenas o status de sócio sem poder de administração). Por esta razão, indefiro o pedido de fl. 200. Intime-se o exequente para que postule o que mais entender de direito. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0610961-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Cristina Abreu Campos - Defiro o pedido de inclusão de Banco BMG, conforme pedido de fl. 93/94. À Secretaria para que inclua o réu banco BMG no polo passivo. Qualificação constante à fl. 95. Verifico que o réu BMG trouxe aos autos documentos que comprovam sua relação jurídica com o autor. Verificando que os contracheques autorais não ostentam "ITAÚ BMG", e sim "Banco BMG", é clara a ausência de relação jurídica com o 1º réu. ACOLHO A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DE FL. 98, EXTINGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A AÇÃO CONTRA BANCO ITAÚ BMG, nos termos do art. 485, VI, CPC. À Secretaria para que promova a exclusão do réu Banco Itaú BMG do polo passivo da lide. Por fim, aguarde-se realização da audiência de conciliação a ser designada pela CEJUSC. P.C.I.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0611002-60.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: JOÃO DE SÁ BEZERRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte ré para que tome ciência da certidão de fls. 448, bem como dos documentos de fls. 445/446. Após, baixar e arquivar.

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM) - Processo 0611085-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - Paute-se nova audiência de conciliação. Citem-se os réus por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0611108-51.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Paulo Ferreira Mamede dos Santos - REQUERIDA: Bruna Brasil - Em vista da certidão retro, arquivem-se os presentes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0611317-20.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: M G Silva Monteiro & Cia Ltda (Três Z Móveis Planejados) - Defiro o pedido de f. 110/112, uma vez que é despiciendo, no caso em tela, haver desconsideração da personalidade jurídica da ré, eis que trata-se de micro empresa individual (f.113): AGRAVO DE INSTRUMENTO DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA MICROEMPRESA INDIVIDUAL - AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA sendo a Ré firma individual, não se trata de caso de desconsideração da personalidade jurídica, pois, a rigor, inexiste distinção patrimonial entre ela e a pessoa física da sócia titular RECURSO DO AUTOR NÃO PROVIDO. (TJ-SP - AG: 1810634120128260000 SP 0181063-41.2012.8.26.0000, Relator: Berenice Marcondes Cesar, Data de Julgamento: 16/10/2012, 27ª Câmara de Direito Privado) Assim, execute-se o réu via BACENJUD, tanto empresa quanto empresário responsável. Havendo bloqueio positivo, intime-se o réu para embargos. Em sendo negativo, intime-se o autor para que requeira o que entender de direito no prazo de 10 dias.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0612567-25.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - De Trânsito - REQUERENTE: FRANCISCO CLEBER COELHO DA SILVA - LUCAS CARVALHO DA SILVA - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0612942-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo Amorim Gomes - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0613023-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Severino Antônio da Siva Júnior - Paute-se nova audiência de conciliação, a ser realizada neste JEC. Cite-se a parte ré, via ECT. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613975-46.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Fl. 32 - Tentativa de penhora e avaliação de bens que já restou frustrada anteriormente. Prazo de 10 dias para a parte exequente requerer o que de direito. P.C.I.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0614027-76.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Encontro das Águas - De ordem, intime-se o exequente para que, tendo em vista a certidão de fls. 85, bem como a diligência de fls. 84, postule o que entender de direito no prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0615152-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mao An Wang - REQUERIDO: Antonio Juarez Ferreira de Lima - Redesigne-se a audiência de conciliação. Cite-se a parte ré por oficial de justiça. P.C.I.

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0615594-79.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Regis e Nina Serviços de Ar Condicionado Ltda - Me - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em atenção ao direito material tutelado nestes autos, vivificando o princípio da instrumentalidade e relevando a rasa apresentação formal da peça de fls. 290/292, intime-se a parte exequente para que apresente contrarrazões a essa peça no prazo de 15 dias. Após, voltem-me conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0616409-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Wilson Oliveira de Souza Filho - REQUERIDO: Claro S/A - Redesigne-se a audiência de conciliação. Intimem-se as partes, via DJe. P.C.I.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0616455-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Noronha Monsalve Júnior - REQUERIDO: Toledo Piza Advogados e outro - A condenação foi por danos morais no valor de R$ 5.000,00, a serem pagos por ambos os réus - e não por cada réu. Solidária, portanto. O prazo para pagamento voluntário vencia na data de 01/08/2019, conforme certidão de fl. 94. Houve pagamento parcial no valor de R$ 2.891,67 em 12/07/2019 - dentro do prazo, portanto. Remanescem, contudo, R$ 2.108,33 a serem pagos desde aquela data, a serem atualizados desde a data da sentença. Sobre esses valores incidirá a multa de 10% do art. 523, § 2º, CPC. Solidária que foi a condenação, ambos os executados responderão por esse valor. À Secretaria para que

atualize os valores devindo, aplicando a multa cabível, e desde já efetue o bloqueio bancário determinado à fl. 92. Primeiro bloqueio bancário deve ser feito nas contas do Banco PAN, réu solidário que não compareceu nos autos para pagar sua quota da condenação. Sendo infrutífera tal penhora, logo em seguida e sem necessidade de nova manifestação deste Juízo, deverá ser feita nova penhora bancária junto às contas do réu remanescente. Quanto ao valor já depositado (fl. 96/97), expeça-se o competente alvará eletrônico em nome da parte exequente conforme dados bancários apresentados (fl. 88, "C"). Cumprimento imediato pela Secretaria. P.C.I.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616901-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marly da Fonseca Maciel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Prova da condição médica da parte autora na data da audiência a que faltou. Falta justificada. Defiro o pedido da parte autora para isentá-la do pagamento das Custas Processuais, nos termos parágrafo único do art. 54, caput, L. 9.099/95. Cópia deste provimento deverá ser apresentada junto à inicial quando do ajuizamento de outra ação com o mesmo teor desta. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE ANDREIOV GONCALVES (OAB 12117/AM), ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: LEONARDO SPERB DE PAOLA (OAB 16015/PR) - Processo 0617008-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Maria das Graças Gonçalves - Clinica de Serviços Laboratoriais e Saúde Ocupacional de Atendimento Ao Trabalhador - Clinicat e outro - REQUERIDO: Diagnosticos do Brasil - Db - Medicina Diagnostica Ltda - Centerclin Clínica Médica Laboratorial Ltda. - Me - Defiro o pedido de sucessão nos autos de Maria das Graças por José Ribamar Barbosa, conforme fls. 232/233. À Secretaria para que providencie as alterações junto ao sistema SAJ. Intime-se o réu para que apresente manifestação que entender de direito no prazo de 15 dias. Após, voltem conclusos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0617047-46.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - RECLAMADO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda e outro - Porque a vinculação interna indevida a negócios jurídicos inválidos pode levar, direta ou indiretamente, a prejuízos administrativos do consumidor junto a instituições bancárias, determino ao executado BRADESCO que apresente prova de que o nome da parte autora encontra-se desvinculado das cotas de consórcio apresentadas na fl. 460. Prazo de 20 dias, sob pena de multa de R$ 4.000,00, a ser aplicada tanto em face de prova da manutenção indevida quanto em caso de ausência de manifestação (transcurso in albis do prazo). Transcorrido esse prazo, vista à parte exequente para que apresente manifestação em até 10 dias, postulando o que entender de direito. P.C.I.

ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0618220-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Mendes do Nascimento Maciel - REQUERIDO: Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Claro S/A - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Processo cujo polo passivo contempla as rés VISA, Carrefour e Claro, tendo as duas primeiras celebrado acordo com a parte autora. Condenação solidária ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R$ 4.000,00, além da indenização por dano material no valor de R$ 475,41. O acordo celebrado pelas rés VISA e Carrefour, corresponde ao montante de R$ 3.400,00, conforme documento de fl. 925/926. Nesse sentir, remanesce em prol da ré Claro a obrigação de adimplir o montante de R$ 600,00, correspondente a diferença entre o valor da condenação e o valor do acordo formulado. Nessa esteira, considerando o depósito feito pela ré Claro (fl. 932/933), expeça-se alvará judicial eletrônico em prol da parte autora no montante de R$ 600,00, devolvendo a referida ré o valor que remanescer em conta judicial. Após, satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.C.I.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0619229-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Jeferson da Silva Goes - Fls. 54/59 - Serviço de água do autor foi cortado, de modo que o objeto da liminar concedida foi perdido. O corte foi realizado antes da citação da parte ré. Visando minorar o dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DETERMINO ao réu que promova a religação do fornecimento do serviço de água da parte autora, caso seu corte tenha se dado apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, no prazo de 3 dias, sob pena de multa de R$ 2.000,00, nos termos do art. 77, do CPC. Espeça-se competente mandado de intimação com urgência. P.C.I.

ADV: CASSIA TAMIRIS GOMES FERNANDES (OAB 9306/AM) - Processo 0621469-93.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Vieira Lima - REQUERIDO: BradesCard S/A - Cielo S/A - C&A Modas Ltda. - À parte autora para que comprove os prejuízos materiais sofridos com a migração da numeração de cartões, de modo a proporcionar oportunidade de defesa do réu quanto à alegação de que tais prejuízos tenham sido, de fato, causados pela mescla dos cartões e, por fim, a sua condenação ao pagamento dos danos efetivamente comprovados. Prazo de 15 dias.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: GERSON LUIZ MARTINS DOS SANTOS (OAB 6778/AM) - Processo 0622048-75.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial São Salvador - REQUERIDA: Suellem Cristiane Martins dos Santos e outro - Impugnação de fls. 184/194 apresentada no prazo e nos termos do art. 854, §3º, I, CPC/15. Documento de fl. 196 (contracheque autoral) comprova que a conta bancária do Bradesco, alvo da penhora de fl. 178, é conta voltada para o recebimento de salário. Incide a impenhorabilidade do art. 833, a ser reconhecida liminarmente nos termos do art. 854, § 4º, CPC/15. Defiro o pedido de restituição dos valores, determinando que sejam realizados imediatamente para a conta bancária nº 3509-2 da agência 3739, banco Bradesco, de titularidade da executada (CPF à fl. 184). Intime-se a parte exequente para que apresente manifestação acerca de novo meio de execução. Prazo de 15 dias. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622220-80.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - A fundamentação para a extinção da ação encontra-se na sentença de fl. 30. Nada a prover. Intimem-se. Arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0622323-24.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: L P A de Souza Me- Tubarão Transportes - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - A MM Juíza de Direito, Maria Christina Berardo Rucker, da 2ª Vara Empresarial do TJRJ, nos autos do processo de recuperação judicial 0065376-61.2019.8.19.0001, determinou a suspensão dos processos em que Global GNZ Transportes LTDA. e Auto Viação Vitória Régia LTDA. figurem como partes rés/executadas pelo prazo de 180 dias corridos, nos termos do art. 6 da Lei 11.101/05, em decisão de 13/12/2018. Suspensão que não atinge obrigações de fazer, as quais deverão ser cumpridas, caso fixadas. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até posterior decisão. P.C.I.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0622647-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Selmira Ferreira de Arruda - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622975-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Robson Nunes de Albuquerque - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0623040-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Nancy Santiago de Lima - NOTIFIQUE-SE a parte ré para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0623175-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasseralla - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0623210-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimundinha Reis da Silva - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623303-34.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - Em sede de JEC é obrigatório comparecimento pessoal da parte à audiência de conciliação (art. 9º c/c art. 51, § 1º, L. 9.099). Daí exsurge o entendimento materializado no enunciado 20 do FONAJE:

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0623384-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Oliveira Rocha - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0623398-98.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvana Grijó Gurgel Costa Rêgo - REQUERIDO: Editora Abril S/A - Portanto, expeça-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0623413-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rildo da Costa Santos - Posto isso, determino a imediata remessa dos autos ao setor competente deste Fórum, a fim de que promova a distribuição por sorteio dos presentes autos entre os juízos competentes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0627453-58.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Cassia Tamiris Gomes Fernandes (OAB 9306/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dirceu Marcio Silva de Lima (OAB 305999/SP)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Eduardo Matzenbacher Zarpelon (OAB 335279/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Andreiov Goncalves (OAB 12117/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
GERSON DIOGO DA SILVA VIANA (OAB 10684/AM)
Gerson Luiz Martins dos Santos (OAB 6778/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique de David (OAB 84740/RS)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iovane Nunes Penha (OAB 3023/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Karen Rosendo de Almeida Leite (OAB 8599/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
LAURO BRACARENSE FILHO (OAB 69508/MG)
Leonardo Sperb de Paola (OAB 16015/PR)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)

Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rosicler Fátima Glowacki (OAB 36926/SC)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro Sociedade Individual de Advocacia (OAB 5810/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0199/2019

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 10687/AM) - Processo 0602114-34.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joseila Maria Ferreira da Costa - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ELIAS DE OLIVEIRA NILO (OAB 12630/AM) - Processo 0603531-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marcia Andrea Ribeiro de Souza - INTIMO a PARTE AUTORA para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca proposta de acordo ou de parcelamento feito pela PARTE RÉ.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0608084-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Ville Cote D'azul - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça acerca do mandado não cumprido.

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM) - Processo 0617396-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moises Morais Neto - INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR negativo da carta postal enviada para parte contrária, indicando, assim um novo endereço ou outra forma de citação/intimação legalmente permitida para esse procedimento dos Juizados, sob pena de arquivamento.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0622098-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Wendel Schramm Petrucio - PROCEDO com a REDESIGNAÇÃO da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 28/11/2019 às 08:45h.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0622224-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Franciente de Souza Barbosa - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0623218-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Espanha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 25/11/2019 às 10:15h.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0623374-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kamila Rafaela Magalhães da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 25/11/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0623498-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Rebeca Machado do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 25/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SICY RUSALKA GÓES DE MELO BARRETO (OAB 10373/AM) - Processo 0623533-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adele Schwartz Benzaken - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0623555-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marta Fabricia Passos de Lima Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, tendo em vista que há pedido de tutela, porém não especificado o seu teor, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 25/11/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0623674-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vivaldo da Silva Dias Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos

Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623728-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623733-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Rossi Maciel de Araújo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Cristiane Pinheiro de Oliveira (OAB 10687/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Elias de Oliveira Nilo (OAB 12630/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sicy Rusalka Góes de Melo Barreto (OAB 10373/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0213/2019

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM) - Processo 0201571-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL OPERA DE PARIS - REQUERIDO: Espólio de Walter Ribeiro Santos, Inventariante: Ulisses de Albuquerque Mello Santos - José Abelardo de Albuquerque Mello Santos - LAIANA SAID SANTOS e outros - Trata-se de pedido de suspensão de leilão realizado pelo executado alegando, em síntese, que os cálculos do débito foram apresentados de forma unilateral e que já foi ofertado outro imóvel como garantia da dívida. Da análise dos autos verifico que o imóvel apresentado já foi indefiro por este Juízo por se encontrar em nome de terceiro, bem como por possuir restrição, o que inviabiliza sua penhora, pois não efetiva a liquidação do débito. Ademais, quanto ao valor do débito nada impede que o executado apresente seus cálculos, o que não obstaculiza a execução do leilão, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 309/311. Prossiga-se com o feito. Intime-se as partes para ciência do edital às fls. 312/313. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0202971-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: AGRA SINGOLARE INCORPORADORA LTDA - PDG REALY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTIÇÕES e outro - Portanto, expeça-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Proceda-se a devolução imediata de eventuais quantias constritas via BACENJUD, incontinenti. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0600021-95.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante a certidão de fls. 137, intime-se a ré para, no prazo de 15 dias, realizar o pagamento do saldo remanescente, sob pena de bloqueio. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0600316-72.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: PROBEL CONFORT BY COLOR PARQUE 10 - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0603385-75.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se o requerido para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto a petição de fls. 159/160. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM) - Processo 0603535-56.2017.8.04.0016 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Raimundo Nonato S. Conde e outros - Intime-se, dando ciência, ao advogado da parte executada, da Penhora efetuada ás fls. 323/325.

ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0604509-28.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Raimundo Daniel dos Prazeres Brandão - Intime-se a parte embargada para se manifestar, em 15 dias, dos embargos a execução apresentados nos autos. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS (OAB 28240/PE) - Processo 0606790-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ananias Gomes de Souza - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 262/278, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0606841-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Karen Lúcia Maddy Monteiro Schincariol - De ordem, fica designado o dia 12/09/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP) - Processo 0608158-98.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R.H. Vejo que se trata de pedido de remarcação da audiência, posto que não foi devidamente citada, o que impediu a apresentação de defesa. Segundo os argumentos do banco, somente tomou conhecimento dos presentes autos por meio do sistema de captura de processos, não tendo ocorrido a sua citação, já que não há AR devolvido e nem advogado habilitado nos autos para a publicação eletrônica. Em detida análise, razão não lhe assiste. Isso porque extraiu do sítio eletrônico desta Corte, que o banco embargante registrou seu cadastro para receber

citação/intimação eletrônico na data de 29/05/2017, e a citação fora procedida em data posterior ao cadastramento. Ou seja, na condição de grande demandante, o banco já se cadastrou no sistema de citação e intimações eletrônicas, por meio do Portal Eletrônico e desde então, passou a ser citado/intimado desta forma. Desta forma, não há do que se cogitar em nulidade absoluta por citação irregular, tendo em vista que esta fora procedida eletronicamente e dentro dos parâmetros legais. Ante o exposto, indefiro o pedido.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0608338-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) - Intime-se o requerido para ciência dos documentos juntados às fls. 93/95. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: HENRIQUE BARCELOS BUCHDID (OAB 5913/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0608457-75.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Roberto Freytag Buchdid - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM) - Processo 0608772-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Patrese Anunciação Prado - Intime-se as partes para ciência do edital de fls. 99/100. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0610382-09.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXECUTADO: Direcional Engenharia S/A e outros - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 644,35 (Seiscentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 708,78 (Setecentos e oito reais e setenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0611660-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Naide Ferreira da Costa Rocha - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 279-291ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0612356-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Paulo Sérgio Pantoja Gonçalves - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 79-83ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612422-61.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Faculdade Metropolitanas Unidas - Fmu - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.217,93 (Sete mil, duzentos e dezessete reais e noventa e três centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7.939,72 (Sete mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614105-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 152-158, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0614139-45.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - Indefiro o pedido de fls. 77, eis que não há qualquer valor bloqueado nos autos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM) - Processo 0615142-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Michael de Souza Bentes - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0615469-43.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.043,61 (Cinco mil, quarenta e três reais e sessenta e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.547,97 (Cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0615687-71.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.300,62 (Quatro mil, trezentos reais e sessenta e dois centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.730,68 (Quatro mil, setecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM) - Processo 0616067-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cristiano Francelino Carvalho - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 82-96ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM) - Processo 0616070-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Flavio Coutinho Marques - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0616236-81.2019.8.04.0015 - Cumprimento

de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Lojas Riachuelo S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.330,72 (Cinco mil, trezentos e trinta reais e setenta e dois centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.863,79 (Cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0616446-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janaina Rodrigues Moreno - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 91-108ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617764-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosineide Gonçalves Barros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 258-292ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617784-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 132-144, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: IVAN COUTINHO VIEIRA (OAB 14320/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: TATIANA ADOGLIO MORATELLI (OAB 187167/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0617892-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Adriana da Silva Rufino - REQUERIDO: Fattor Recuperação de Créditos e Gestão de Riscos Ltda e outros - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 338-353ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0618429-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Ante a possibilidade efeito infringente, intime-se a parte embargada para se manifestar, em 05 dias. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM) - Processo 0618976-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonardo Henrique Modesto dos Santos - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619084-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: José Maria Diniz Soares - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619180-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Condominio Residencial Florence Garden em face de Bruno de Araujo Fragoso, para condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 7.543,39 (sete mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e nove centavos) a parte autora, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Manaus, 22 de agosto de 2019

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619199-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bianor da Silva Correa - Indefiro o pedido de SIEL eis que cabe a parte autora fornecer o endereço do réu. Concedo prazo de 10 dias para que apresente nos autos o endereço para a devida citação do requerido. Cumpra-se. Manaus, 22 de agosto de 2019.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0619208-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Florence Garden - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Condominio Residencial Florence Garden em face de Cláudia Maria Sampaio Teixeira, para condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 7.684,11 (sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e onze centavos) a parte autora, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Manaus, 21 de agosto de 2019

ADV: HELIANE NOGUEIRA (OAB 4041/AM) - Processo 0619660-34.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Raimundo Gomes Bezerra - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0621493-58.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Tereza Cristina Porto Pereira - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) - Processo 0621917-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edijesus Cordeiro de Matos - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0622133-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Belem da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0622613-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcelo Souza e Silva - De ordem, fica designado o dia 25/09/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAELA CRISTINE PASSOS PENNAFORT (OAB 5740/AM) - Processo 0622674-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel Cardoso de Albuquerque - De ordem, fica designado o dia 25/09/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) -

Processo 0622692-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Maria Olivia Pereira da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0623063-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana Maria Alves da Silva - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0623143-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jassiane Tapudina de Souza - De ordem, fica designado o dia 30/09/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623155-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Luna - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623212-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonia Eliane Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623240-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Lourdes Alves de Almeida - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623346-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Darci Sales da Costa - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: PATRICK PORTELA DA SILVA (OAB 14219/AM) - Processo 0623368-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvia Gima Perin - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623422-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mario Gomes de Lima - De ordem, fica designado o dia 01/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0623477-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Euler Barreto Carneiro - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0623505-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diana Santana da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0623531-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rodrigo da Frota Mendonça - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623547-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edvaldo Guerreiro Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0623551-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Carlos Jose Ribeiro Lanhellas - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EUDENIS DANTAS PEREIRA FILHO (OAB 11147/AM) - Processo 0623560-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thenysson Furtado de Souza - De ordem, fica designado o dia 02/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0623604-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Olendina da Silva O. - De ordem, fica designado o dia 03/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIEL SERRAO GOMES (OAB 12487/AM) - Processo 0623724-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Assis Santos Soares - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0623779-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Aureni Marques - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0625256-33.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 22 de agosto de 2019.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)

Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
Eduardo José de Souza Lima Fornellos (OAB 28240/PE)
Edvan Araújo de Souza (OAB 14411/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Eudenis Dantas Pereira Filho (OAB 11147/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gabriel Serrao Gomes (OAB 12487/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Heliane Nogueira (OAB 4041/AM)
Henrique Barcelos Buchdid (OAB 5913/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivan Coutinho Vieira (OAB 14320/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Jéssica Naiany Tavares Barros (OAB 9547/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Patrick Portela da Silva (OAB 14219/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Raphaela Cristine Passos Pennafort (OAB 5740/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tatiana Adoglio Moratelli (OAB 187167/SP)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ) - Processo 0612790-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 183/184, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor.: " ... - determinar o desbloqueio do cartão de final 1381 e da conta corrente de titularidade do autor, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida."

Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0164/2019

ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0201708-68.2014.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXECUTADO: PAULO JUNIOR - Recebo o processo no estado em que se encontra. Considerando o inteiro teor do ACÓRDÃO de fls. 107-108, bem como a decisão de fls. 129-130, fica designada AUDIÊNCIA, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 10-10-2019 às 9h00. INTIMEM-SE as partes, na pessoa de seus advogados, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, da audiência ora designada. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601042-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento voluntário do SALDO REMANESCENTE, na quantia de R$ 1.781,74 (mil, setecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos), conforme cálculo processual de fl. 152, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Expeça-se alvará eletrônico em favor do autor do valor já pago, consoante comprovante de pagamento de fl. 148. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601942-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Conciliação Data: 08/10/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 5 Situacão: Pendente

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0605376-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Beatriz Sousa da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0605604-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Cesar Galvão de Alencar - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: LIOZETE DA SILVA SANTOS (OAB 12955/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0605698-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda Pereira do Nascimento - Antonia Sonaria Pereira do Nascimento - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0605703-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Perpetua de Souza Cruz - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605736-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimunda Lopes Alves - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605798-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marlene Alves Pereira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605808-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Davina Fernandes Cavalcante - RECLAMADO: Vivo S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605884-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luady Mendes Cerqueira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO) - Processo 0605891-41.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcilene dos Santos Barbosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para

sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605904-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nadia Cavalcante da Conceição - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: BRUNO RODRIGUES VALENTE (OAB 14115/AM) - Processo 0605994-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Alessandro Rego Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606024-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Sebastião Xavier - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem de Sua Excelência à Juíza de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Raimundo Sebastião Xavier, já devidamente qualificado, registrou demanda que tomou o n.º 0606024-83.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Banco BMG S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 24/09/2019 às 10:30h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 16-97, os descontos impugnados são realizados desde JULHO/2014, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 10:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu."

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0606268-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Rosineide Saldanha de Sousa - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Raimunda Rosineide Saldanha de Sousa, ajuizou o(a) presente - Ação de Inexigibilidade de débito c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 44913106 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam

sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 44913106 de titularidade do(a) Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, além de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 24/09/2019, às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0606305-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Selma Alves Freire - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0606446-92.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ana Cassia Paes Seabra - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. ARQUIVEM-SE os autos sem prévia conclusão. Manaus, 21 de agosto de 2019.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0606567-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniella Cristina da Silva Ribeiro - Conciliação Data: 08/10/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 5 Situacão: Pendente

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0606686-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Francisco Samias da Silva - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 13:45 Local: Conciliação 5 Situacão: Pendente

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0606701-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Paulo Luciano Soares Pinto - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se.

Cumpra-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0606723-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Anderson Bordales de Oliveira - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No in casu, a despeito da ilicitude do apontamento realizado, a situação dos autos possui uma peculiaridade, pois, conforme se verifica no documento de f. 24-25, além das anotações feitas pela requerida junto ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC - há vários outros apontamentos, determinados por pessoas jurídicas diversas e em datas distintas, fato suficiente para obstar a pretensão autoral. Com efeito, a existência de tais apontamentos revela-se capaz de afastar a presunção de ofensa à moral, porquanto já não gozava o autor de bom nome no mercado. Consoante entendimento pacífico deste Juízo, o devedor contumaz não sofre abalo de crédito, eis que já possuía outras dívidas que continuariam a sustentar a sua restrição nos cadastros. Registre-se, por derradeiro, que a(o) Requerente não produziu nenhuma prova capaz de assegurar a ilegitimidade das demais inscrições em seu nome, ou mesmo demonstrar que os débitos se encontram sub judice. De uma forma ou de outra, tal questão deve ser examinada em um juízo de cognição exauriente, após ampla dilação probatória, sob o crivo do contraditório e ampla defesa. Tem-se, portanto, que os documentos carreados aos autos não formam um acervo probatório suficiente - ao menos para este juízo de cognição sumária - para demonstrar a verossimilhança das alegações do autor. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 09:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606732-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Lima de Sales - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606733-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elizabeth da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606734-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Nonato Lima de Sales - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606738-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elvira da Silva Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 23/09/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606740-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luely Carvalho da Costa - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0606752-27.2019.8.04.0020 - Petição Cível - Levantamento de depósito - REQUERENTE: Keila Gonçalves da Silva - Eila Gonçalves da Silva - Do compulsar os autos, CONSTATO que a petição inicial, foi endereçada a uma das Varas Cíveis da Comarca de Manaus, contudo o processo foi distribuído para uma das Varas dos Juizados Especiais Cíveis, razão pela qual, declino a competência para uma das Varas Cíveis do Fórum HENOCH REIS. Remeta-se o processo para o setor de DISTRIBUIÇÃO para ser redistribuído. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606762-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Vanessa Marques Patrício - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Manifestar-se sobre o conflito de endereço declinado às fls. 12 e 19, esclarecendo onde o requerente reside; (X) o comprovante

de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0606776-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Caio Emanuel Duarte Costa - De ordem, fica designado para a Semana Nacional da Conciliação o dia 04/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0606777-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Cartão do número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; (X) o comprovante de residência em nome da empresa Requerente, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: RODRIGO DE OLIVEIRA SIMÕES (OAB 14774/AM) - Processo 0606780-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda-me (Pelo Seu Representante Pericles Miazato) - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ; (X) o comprovante de residência em nome da empresa Requerente, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) a declaração anual de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606782-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Renato Lima da Silva - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606784-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Roberto Bezerra Pedrosa - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606785-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Glorinha Gimaite Marques - De ordem, fica designado para a Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606786-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Francisca Laranjeira Gomes - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606787-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Santana da Silva - De ordem, fica designado para Semana Nacional da Conciliação, o dia 06/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606790-39.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Pereira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606791-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco das Chagas Saraiva dos Santos - De ordem, fica designado para a Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606793-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Pereira de Oliveira - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606794-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Sonia da Paz Mota - De ordem, fica designado para a Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606795-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luzia Goncalves da Costa - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606796-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Maciel Gomes - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606797-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Francisco Pereira - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606798-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel de Souza Pereira - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606820-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Franco de Oliveira - De ordem, fica designado para a Semana Nacional de Conciliação, o dia 04/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606847-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francenilce Lopes da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0606866-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francenilce Lopes da Silva - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0606903-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Daniel Sicsu da Silva - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 06/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606921-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neuzenir Mota Cardoso - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 06/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606923-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neuzenir Mota Cardoso - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 06/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0606942-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandeli de Paula Aureliano da Costa - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0606950-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Paulo Henrique de Souza Pantoja - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSENIL MAXIMO DOS SANTOS (OAB 13970/AM), ADV: TAILON SILAS DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 14907/AM) - Processo 0606955-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abelardo Janio Farias da Silva - o no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Manifestar-se sobre o conflito de endereço indicado às fls. 15, 21 e 22, vez que são endereço conflitantes; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO) e visivel, ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM. M

ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0606959-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anderson de Jesus Lopes Castro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM;

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606964-48.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Cimi da Costa Cordovil - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM) - Processo 0607006-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Trajano José Garcia Monteiro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/20178-TJAM.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607020-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Jorlandia Dias Siqueira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0607045-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jameson Oliveira de Lima - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às

08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LAYLA KELLY LOPES DE SOUZA NARANJO (OAB 14793/AM) - Processo 0607051-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonio Laecio de Queiroz Portela - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607059-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Edna Ferreira da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) Juntar aos autos RG (parte da frente), vez que juntada em duplicidade somente a parte da costa do sobredito documento).

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0607080-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Vera Lucia Silva dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607085-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vania Rosa da Rocha - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/20178-TJAM.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607088-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Antonia Nascimento dos Santos - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM;

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607094-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Claudio Rafael Marques Palheto - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM;

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607103-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Inês Pereira da Silva Cabral - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607118-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Carlos de Castro Alves - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e

o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 17-85, os descontos impugnados são realizados desde SETEMBRO/2013, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autor, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 11:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0607126-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lucimar de Souza Galvão - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607130-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Amaral Horta - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Sandra Amaral Horta, ajuizou o(a) presente - Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de ESTABELECER o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 7353708-0 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua

non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 72 (setenta e duas) horas, a contar do recebimento desta determinação, ESTABELEÇA o fornecimento de água da Matrícula Nº 7353708-0 de titularidade do(a) Requerente, bem como ABSTENHA-SE de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 04/11/2019, às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607138-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arlene Ferreira Clarindo - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 11 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde JANEIRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 10:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: GUILHERME CORREIA EVARISTO (OAB 33791/GO) - Processo 0607139-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Aparecida Fernandes da Costa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607166-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Pinheiro Fonseca - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado,

se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM;

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607179-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Arlene Ferreira Clarindo - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 11 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde JANEIRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (cinco) anos e 8 (oito) meses a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 10:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607208-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruna Tapajós Menezes - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607228-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ane Caroline Medeiros Ferreira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, NOS TERMOS DA resolução nº 12/2017-TJAM.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607235-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Andre Cardoso Castro - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM), ADV: ALESSANDRO NOGUEIRA MONTEIRO (OAB 10554/AM), ADV: MARCOS AUGUSTO DOS SANTOS FERREIRA (OAB 11940/AM) - Processo 0607244-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Antônio Barbosa do

Nascimento - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação, o dia 05/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607265-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Manoel Tomé de Souza - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 15 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde DEZEMBRO/2016, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 2 (dois) anos a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 24/09/2019, às 08:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607279-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Islandia Socorro Lomas da Silva, - Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, converto o julgamento em diligência e determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607281-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Islandia Socorro Lomas da Silva, - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou

satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 16 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde NOVEMBRO/2016, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 2 (dois) anos e 9 (nove) meses a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 23/09/2019, às 11:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0607287-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thaiz Silva da Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso concreto, o(a) Autor(a) insurge-se contra cobranças direcionadas à si, alegando que nunca firmou qualquer contrato com a requerida. Pela análise dos autos, verifico que a discussão gira em torno da origem da dívida. Constato a impossibilidade de a parte autora produzir prova, não tendo como comprovar aquilo que afirma não ter ocorrido, no caso, a alegação de que as dívidas questionadas não foram contraídas pela requerente. Contudo, quanto à inscrição no SERASA, entendo demonstrada de forma suficiente a probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado ao/à Autor(a) a sustação dos efeitos deletérios da anotação restritiva de crédito, dada a sua importância no cotidiano da sociedade moderna. Os elementos de convicção que aparelharam a petição inicial evidenciam suficiente probabilidade do direito alegado ao exercício de cognição sumária de urgência, de tal modo que, uma vez controvertida de modo eficaz a higidez da cobrança manejada contra si, deve ser assegurado à autora a suspensão das cobranças impugnadas nos autos. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 21, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Thaiz Silva da Silva, CPF Nº 03751361260, referente aos CONTRATOS Nº 16087460821 e 56027131981 (f. 21) pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para

o dia 24/09/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607292-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Isaque Cesario de Souza - De ordem, fica designado para Semana Nacional de Conciliação o dia 05/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0607308-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Rosemary Costa Neves - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607385-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jeane Viana Aguiar - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; (X) Carteira de Identidade - RG.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0607405-29.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilton Humberto Pereira Abreu - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da resoluçãO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0607407-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Neiry Janne Gama Matias - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO DE Nº 12/2017-TJAM.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ANNA PAULA GONÇALVES COLARES (OAB 10295/AM) - Processo 0608144-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0613683-17.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Ercília Araújo da Costa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica o Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, manifestar se sobre a penhora on line de fls. 243.

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandro Nogueira Monteiro (OAB 10554/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anna Paula Gonçalves Colares (OAB 10295/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
bruno rodrigues valente (OAB 14115/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Correia Evaristo (OAB 33791/GO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Layla Kelly Lopes de Souza Naranjo (OAB 14793/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)

Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Liozete da Silva Santos (OAB 12955/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcos Augusto dos Santos Ferreira (OAB 11940/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
RODRIGO DE OLIVEIRA SIMÕES (OAB 14774/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosenil Maximo dos Santos (OAB 13970/AM)
Tailon Silas de Oliveira Santos (OAB 14907/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601207-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, recebo o recurso inominado de fls. 148-169 nos efeitos devolutivo e suspensivo,consoante permissivo do art. 43 da Lei nº 9.099/95. Apesar de não ter sido avaliado o pedido de justiça gratuita anteriormente, conforme tem decidido a jurisprudência pátria, nada obsta a solicitação dos benefícios e/ou sua concessão neste momento processual. Assim, diante da declaração de hipossuficiência da parte autora e, não existindo nos autos elementos capazes de afastar a presunção de verdade atribuída à declaração por lei, defiro a gratuidade processual postulada. Sendo assim, recebo o recurso inominado de fls.176-186, nos efeitos suspensivo e devolutivo por vislumbrar a possibilidade de ocorrência de dano irreparável para a parte, com fundamento no dispositivo citado acima. Dessa feita, encaminho os autos à Secretaria para que sejam procedidas as anotações de praxe, bem como para que sejam intimadas as partes para, no prazo de dez dias, querendo, apresentar suas contrarrazões. Intime-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601402-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco do Rosario da Cunha - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0604577-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orley da Silva Lopes - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0604658-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608568-78.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fatos Jurídicos - RECLAMANTE: Gilson Junio Mota Batista - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0157/2019

ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: OMAR ANTÔNIO LIMA SALUM JÚNIOR (OAB 4295/AM), ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600013-92.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FILÍCIO DONÉ LIMA DA SILVA - REQUERIDO: SANTO ILDELFONSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Isso posto, julgo improcedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, condenando a parte embargante ao pagamento das custas processuais, nos termos do art. 55, parágrafo único da Lei n. 9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeça-se o competente Alvará Judicial à parte embargada do valor penhorado via BACENJUD. P.R.I. Fica a parte embargante ciente que após o trânsito em julgado, deverá proceder o recolhimento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do tribunal de Justiça, bem como sua comprovação nos autos no prazo de 15 dias. Transcorrido o prazo sem pagamento da referida custas, proceda-se o protesto via sistema. Após, arquivem-se.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0600405-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Benedita Santos de Oliveira - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 45/47, para que produza seus

jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0601506-70.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: AYANNE RIBEIRO DO NASCIMENTO ME - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo improcedente os demais pedidos. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: EUDEILTON DE SOUZA BEZERRA (OAB 13388/AM) - Processo 0602711-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Terezinha de Sousa Bizerra - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0602820-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elianez Pinto Carneiro - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto, julgo procedentes os presentes embargos à execução, devendo ser restituída ao executado a quantia de R$ 1.233,15 (hum mil, duzentos e trinta e três reais e quinze centavos). Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. Após o trânsito em julgado desta sentença, expeçam-se os respectivos alvarás judiciais em favor da parte exequente no valor de R$ 21.318,32 (vinte e um mil, trezentos e dezoito reais e trinta e dois centavos) e em prol da prol da parte executada de R$ 1.233,15 (hum mil, duzentos e trinta e três reais e quinze centavos) . P.R.I.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0603160-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Caroline Guimarães do Valle - REQUERIDO: Smiles Fidelidade S/A e outro - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0603272-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suellem Moraes Lobato - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: RODRIGO VIEIRA ALVES (OAB 218320/RJ) - Processo 0605509-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Bruno Alexandre Schmitt Vieira - RECLAMADO: Jsc Comércio Eletrônico Eireli - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM) - Processo 0610211-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francejany Maia Cortez - REQUERIDO: Net Serviço de Comunicação S/A - Em atenção a petição de fls. 176/180, verifico que a parte autora justificou sua ausência, razão pela qual fica a nova audiência de conciliação DESIGNADA para o dia 30/09/2019 às 12:00h. Intimem-se.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0613484-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Cond. Residencial Juliana Iii - REQUERIDO: Sófios Construções Ltda. - Enock Luniere Alves Júnior e outros - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar as partes rés Enock Luniere Alves Júnior e Giselle C.S. Afonso, solidariamente, a pagarem o valor de R$ 24.950,11 (vinte e quatro mil, novecentos e cinquenta reais e onze centavos), referente as taxas condominiais pertinentes ao período indicado à fl. 181/184, incidindo juros e correção monetária a partir da última atualização do débito, ou seja, 26.07.2019. Julgo improcedente para as partes rés Sofios Construções Ltda e Davi Arce Flores. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação,

arquivem-se.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0615137-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Renato Borges da Silva - REQUERIDA: Cenira Freire Melo e outro - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617315-03.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO A PARTE EXECUTADA para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda o pagamento das custas no valor da causa, em guia própria disponibilizada no site do Tribunal de Justiça (https://consultasaj.tjam.jus.br/ccpweb/iniciarCalculoDeCustas.do?cdTipoCusta=31flTipoCusta=1cdServicoCalculoCusta=690301), bem como sua comprovação, sob pena de protesto em cartório, conforme determinado em Sentença de fls. retro.

ADV: CLÁUDIA DE FÁTIMA MATTOS DE SOUZA (OAB 6651/AM) - Processo 0619433-44.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jayme Benchaya Filho - Em atenção a petição de fl. 18, verifico que a parte exequente informa que a parte executada não reside mais no endereço indicado na inicial, razão pela qual defiro a citação no novo endereço.

ADV: EDWY ARNAUD BRIDI (OAB 8391/AM) - Processo 0619815-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: J.A.B. - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS PINHEIRO (OAB 9365/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0620517-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Janice Santos da Silva - REQUERIDA: Maria das Gracas Monteiro Waughan - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0621548-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Vila Beneyto e outro - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Certifico para os devidos fins que as partes recorrentes comprovaram o recolhimento das despesas legais, conforme provimento 256 da CGJ/AM, razão pela qual INTIMO a parte recorrida CVC BRASIL para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO DIAS SOBRAL PINTO (OAB 83175/RJ), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM) - Processo 0621687-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose de Moraes Miranda - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0622303-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Ozeias Albuquerque de Souza - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LORENA SANTANA PIMENTEL (OAB 11224/AM) - Processo 0622337-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lorena Santana Pimentel - De ordem, fica designado o dia 12/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB 7327/AM), ADV: VANESSA DE OLIVEIRA LEMOS (OAB 13935/AM) - Processo 0622581-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Elias Cruz Lima Junior - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: RAPHAELA CRISTINE PASSOS PENNAFORT (OAB 5740/AM) - Processo 0622687-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Georgia Soares Pereira Cavalcanti - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0623003-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Maiara Carvalho da Motta - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0623032-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Boa Vista - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0623049-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 2 - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT), ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0623169-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joab Barbosa dos Santos - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0623314-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex de Souza Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0623381-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Ellen Carla Moraes Alencar - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623517-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ivanildo Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0623615-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raul

Bezerra Simplicio - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623650-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbosa Lir - De ordem, fica designado o dia 14/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM) - Processo 0623658-10.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Gustavo Barbosa de Souza França - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623662-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbos - De ordem, fica designado o dia 18/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0623676-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ernandes Matias da Silva - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0623759-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: R.F.M. - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0623838-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Roberto Sousa Picanco Filho - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623867-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Cristiano Raimundo Barbosa Li.. - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623872-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Azenate Vale de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARA VIVIANE DE CASTRO SILVA (OAB 14540/AM) - Processo 0623949-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Balbina Campos de Castro - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE ATTYLA F. DA FONSECA (OAB 1990/AM), ADV: AMANDA PAULA DA FONSECA (OAB 4317/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0627993-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Oliveira de Andrade - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 335/356, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ALINE SARAIVA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9026/AM) - Processo 0629273-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bárbara Beatriz Gonçalves Fontenele - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexandre Attyla F. da Fonseca (OAB 1990/AM)
Aline Saraiva da Silva Oliveira (OAB 9026/AM)
Amanda Paula da Fonseca (OAB 4317/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Alberto Dias Sobral Pinto (OAB 83175/RJ)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB 6651/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edwy Arnaud Bridi (OAB 8391/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eudeilton de Souza Bezerra (OAB 13388/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Jeanne Correa de Oliveira (OAB 7327/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lara Viviane de Castro Silva (OAB 14540/AM)
Lorena Santana Pimentel (OAB 11224/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro (OAB 9365/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Omar Antônio Lima Salum Júnior (OAB 4295/AM)

Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Raphaela Cristine Passos Pennafort (OAB 5740/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Vieira Alves (OAB 218320/RJ)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Vanessa de Oliveira Lemos (OAB 13935/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0133/2019

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0606336-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Gilmar Ferreira da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/06/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0606596-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Arlete de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 13/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 22 de agosto de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)

Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)

Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0179/2019

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0200854-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: JOAO CARLOS PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: Claro S/A - Nos termos da certidão de fls. 187 antecedente, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que “o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)”. Considerando que o requerente foi intimado em 22/08/2018 (fls. 132), o prazo de dez dias em muito já se exauriu, tendo o recorrente protocolado o

recurso em 20/08/2019 - mais de um ano depois de sua intimação, portanto, extemporaneamente. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Arquivem-se, em definitivo. Intimem-se as partes.

ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM) - Processo 0201402-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: André Elias Almeida Soares - REQUERIDO: Cleinaldo de Almeida Costa - Considerando o AR negativo de fls. 37, determino o sobrestamento do provesso pelo prazo de 30 dias. Após, não havendo manifestação do requerente, voltem-me conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0602116-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Tamara Santos de Albuquerque - REQUERIDO: Sky Serviços de Banda Larga Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0603505-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Ponta Negra - Reserva das Águas - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAÚJO (OAB 11776/AM) - Processo 0604276-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Euler Soares de Souza - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0606406-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Grace Keyla Sá da Silva - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0606556-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Felipe Lopes de Lima - REQUERIDO: Vivo S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0606892-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Almir Cabral da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0607178-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .,claudia da Silva Mesquita., - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0607180-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Claudia da Silva Mesquita - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608012-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edilson Barros de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608484-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erisson Cesar Carvalho Dantas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0610005-72.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - EXECUTADO: Francisco Jackson Lira de Araújo - Vistos, etc. Iniciado o processo de execução, com as providências tendentes a satisfação do crédito do credor, verificou-se que o devedor não foi encontrado. Dispõe o § 4º do artigo 53 da Lei nº 9.099/95: Art. 53 (...) § 4º. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Isto posto e sem maiores considerações a respeito, julgo extinto o presente processo. P.R.I Arquivem-se.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0610018-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carmen Maura Araújo Moreira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610615-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Gilberto Pimentel de S. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0610643-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Cassimiro da Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0611388-90.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JUCINEI MIRANDA DA SILVA - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, juntado às fls. 390/396, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GRACILENE DA SILVA SOUZA SIERPINSKI (OAB 10693/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM), ADV: ALEXSON BRITO DE SOUZA (OAB 10702/AM) - Processo 0611741-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gracimar da Silva Souza - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0611772-67.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Joao de Deus Rondepierre Gonçalves de Paula e Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0612978-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cristiana Alves Herculano - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MONICA RODRIGUES VANZIN (OAB 12412/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0614477-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria das Neves M Morais - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Considerando a justificativa apresentada pela autora e estando o processo extinto por sentença, isento-a do pagamento de custas para ajuizamento de nova ação, nos termos do § 2º do art. 51 da Lei nº 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0615108-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nozangela Martins do Amaral - REQUERIDO: Rr Academia de Ginástica Ltda - Companhia Atala - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 86/100, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0617354-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo de Souza Petillo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0617380-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Victor Emanuel Martins Alves - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Quanto à juntada de áudio, fixo o prazo de 5 dias a esse fim, sob pena de preclusão, com ulterior conclusão para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618691-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Gomes Ferreira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618930-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Batista da Silva - REQUERIDO: Barco N/M Estrela de Davi - David Oliveira Fernandes - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0619591-02.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Reserva das Flores - REQUERIDO: Geverson Santos da Silva - CONCLUSÃO: Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, c/c art. 924, II, e art. 925 do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0620090-20.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Oziel Pontes Barbosa - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo

0621237-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Alexandre Cesar de Souza Gomes - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CLYNIO MAURÍCIO SAUNIER CAVALCANTI (OAB 4217/AM) - Processo 0621528-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Carla Silvia Oliveira de Carvalho - RECLAMADO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621851-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexsandra Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0621898-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: R.M.L. - REQUERIDO: B. - B.V.P. - De ordem, fica designado o dia 04/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0622226-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Darcley da Silva Santana - REQUERIDO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0622551-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Lúcio Gomes Nogueira - REQUERIDO: Quero Educação Serviços de Internet Ltda (querobolsa.com.br) - Centro Universitário do Norte - Uninorte - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Lúcio Gomes Nogueira, CPF nº 51376652234 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0622640-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Claudeney Barbosa da Silva - RECLAMADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622930-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Nilson Pinheiro Tavares, - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622947-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: .Rudnei de Oliveira Nascim - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622963-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Roberto Carlos Nunes Basto. - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: DÉCIO XAVIER BRANT (OAB 8965/AM) - Processo 0623053-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Décio xavier Brant - REQUERIDO: Fabiana Queiroz de Oliveira (CLIMAUTO) - Josélio Praia Gomes - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0623069-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Juliana Iii, Etapa 2 - REQUERIDO: Espólio de Anderson Pereira Dutra - Ana Lúcia Dutra Braga - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0623077-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Juliana I - REQUERIDO: Carlos Alberto Cunha Zacarias - Cinthia Regina de Soza Façanha - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:15h para a realização

de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0623082-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Doroteia Martins e Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Olga Soares Malaquias - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido ofício à parteré, para o fim de que restabeleça o serviço de abastecimento de água, na residência da parte autora Maria Doroteia Martins e Silva, matrícula n.1726021 no prazo de 2 (dois) dias, a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: MAX TORQUATO FONTES VARELA (OAB 334416/SP) - Processo 0623090-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - RECLAMANTE: Maria Gerciane Tavares da Costa - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INÁCIA MARIA CALDAS TRINDADE PUGA FERREIRA (OAB 6656/AM) - Processo 0623113-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Dewil Emílio Campos Ribeiro - REQUERIDO: Anhanguera Educacional Participações S/A - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYSSON ANTÔNIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6310/AM) - Processo 0623121-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Monica Campos de Freitas - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 28, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Monica Campos de Freitas, CPF nº 72907550225 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0623213-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Karen Borges Albuquerque - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 09/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 18, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Karen Borges Albuquerque, CPF nº 03379189294 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0623342-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Américo Valente Cavalcante Júnior - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro parcialmente os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Américo Valente Cavalcante Júnior, CPF nº 937.510.792-20 nos Órgãos de restrição ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0623386-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Cristovao Jose dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de suspender o serviço de abastecimento de água na residência do Requerente Cristovao Jose dos Santos, CPF nº 23600349287, matrícula nº1279009 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623485-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Gean Moraes da Silva - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. DECISÃO: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro o pedido de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às fls. 22/23, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora Gean Moraes da Silva, CPF nº 97439681215 pela parte ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência.

ADV: MARIA DE NAZARÉ DE ALMEIDA FROTA (OAB 511/AM) - Processo 0623534-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Columbia Engenharia Ltda - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0623628-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aila Maria Constantino Martins - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Requerido em face da decisão interlocutória de fls. 449. Rejeito liminarmente os embargos em comento, uma vez que estes só tem cabimento em face de sentença ou acórdão, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.099/95: Art. 48. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil. Esclareço ao requerido que a deserção decorreu devido à ausência de comprovação do recolhimento do preparo em momento oportuno, o que somente foi feito por ocasião da interposição dos embargos. Em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, não restando demonstrado no momento oportuno o recolhimento integral do preparo mantenho a deserção do recurso inominado interposto pelo réu às fls. 430/447, nos termos do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099/95. Intimem-se.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM) - Processo 0623715-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Bianca Alves Borges - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões,

remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625654-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edinilza Silva da Silva Dourado - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0626964-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edivar Gomes Mumbassa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0627325-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Waldemir Kramer Goncalves - REQUERIDO: ATR Transportadora - Vistos, etc. Iniciado o processo de execução, com as providências tendentes a satisfação do crédito do credor, verificou-se que o devedor não foi encontrado. Dispõe o § 4º do artigo 53 da Lei nº 9.099/95: Art. 53 (...) § 4º. Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Isto posto e sem maiores considerações a respeito, julgo extinto o presente processo. P.R.I Arquivem-se.

Alexson Brito de Souza (OAB 10702/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Alysson Antônio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6310/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Clynio Maurício Saunier Cavalcanti (OAB 4217/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Décio xavier Brant (OAB 8965/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Gracilene da Silva Souza Sierpinski (OAB 10693/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Inácia Maria Caldas Trindade Puga Ferreira (OAB 6656/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Nazaré de Almeida Frota (OAB 511/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Max Torquato Fontes Varela (OAB 334416/SP)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Monica Rodrigues Vanzin (OAB 12412/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Sara Rafaella Jorge Araújo (OAB 11776/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0180/2019

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0201921-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Adriana Narcizo Oliveira da Rocha - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM) - Processo 0203967-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cremilda Ferreira Silvino da Costa - REQUERIDO: Luciana Moura de Abreu - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE os pedidos da inicial para CONDENAR a Ré ao pagamento do dano material no valor R$ 454,01 (quatrocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do evento danoso (09/06/18).

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0602305-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.A - Cleymar Medeiros Ramos - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE a presente demanda, condenando o Réu Alphaville Urbanismo S.A ao pagamento de R$ 5.290,81 (cinco mil, duzentos e noventa reais e oitenta e um centavos), referente às taxas condominiais de fls. 2, bem como daquelas comprovadamente vencidas no curso do processo, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) e correção monetária oficial a contar da última atualização do

débito (06/02/18). DETERMINO a exclusão do polo passivo do Sr. Cleymar Medeiros Ramos, conforme solicitação do condomínio do Autor.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0602737-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elizabeth Silva Caldas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) Determinar à Secretária, que emita ofício à SEMAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autor a título , sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior; b) DETERMINAR ao Réu que se abstenha de negativar o nome da Autora por débito referente ao contrato objeto da presente demanda; c) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 1.586,12 (mil quinhentos e oitenta e seis centavos e doze centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: JOSELITO DÓREA LIMEIRA JÚNIOR (OAB 37892/BA), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0603408-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Kerlison de Souza Silva - REQUERIDO: Deutsche Lufthansa A.g. - Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, proferindo sentença com resolução do mérito ex vi do art. 487, I, do CPC.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603792-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jane Leal Brito - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DETERMINAR ao Réu a revisão das faturas de fls. 17/25 para o valor de R$ 53,78 (cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança realizada fora destes parâmetros; b) CONDENAR o Réu à repetição de indébito no valor de R$ 146,06 (cento e quarenta e seis reais e seis centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604017-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Calebe Vital Barroso Dias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES o pedido da inicial e o fato nos seguintes termos: a) DETERMINAR ao Requerido que envie um novo cartão ao requerente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa única no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ÉRIKA PATRÍCIA DE LUCENA SILVA (OAB 5640/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0604681-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria Laurinda Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR a inexistência de relação jurídica entre as partes, tanto referente ao empréstimo consignado, como ao de cartão de crédito consignado; DETERMINANDO à Secretária o envio de ofício à SEAD para baixa dos referidos descontos, sem prejuízo de restituição pelo Réu de valores descontados posteriormente; b) CONDENAR o Réu à repetição de indébito no valor de R$ 34.105,14 (trinta e quatro mil, cento e cinco reais e quatorze centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0606125-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ronieri Ribeiro de Freitas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigível a fatura com vencimento em 03 de abril de 2019, cabendo ao Réu revisá-la para excluir a cobrança de multa e indenização por conserto, permanecendo somente o faturamento do consumo; b) DETERMINAR que seja atribuído a fatura de fevereiro/2019 o valor referente a 10 metros cúbicos; c) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 43.

ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0606199-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Helany dos Santos Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM LHE ADENTRAR NO EXAME DE MÉRITO, reverberando a incompetência desse Juízo para o processo e julgamento deste feito por verter matéria complexa, conforme tratei anteriormente. Faço-o segundo o preceituado no artigo 51, II da Lei 9.099/1995.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO DO NASCIMENTO NUNES (OAB 8751/AM), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0607003-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Mirte Ferreira Goncaves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 485, VI do CPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608000-43.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Nascimeto da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: MARIO ULYSSES DA SILVA RIKER (OAB 10171/AM) - Processo 0608441-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria

Jose Oliveira de Souza - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF) - Processo 0609502-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flávio Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM) - Processo 0609607-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Ambréia Chaves Maia - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0609812-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Arinaldo Souza Santos - REQUERIDO: Abm - Brasil Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil, - Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. DETERMINO a exclusão do polo passiva da demanda da empresa AMB - Brasil Associação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: SABRINA BERNADETE CAVALCANTE DA SILVA (OAB 12593/AM) - Processo 0610356-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Giese Cristina Correa Franco - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DECLARAR inexistente o débito de fls. 18, bem como de qualquer outro decorrente do contrato objeto desta demanda; b) CONDENAR o Réu à repetição de indébito no valor de R$ 738,56 (setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do prejuízo (28/12/18); b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar do evento danoso (01/08/14) e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 35.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610364-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDA: Cláudia Fátima do Nascimento - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 2.561,27 (dois mil, quinhentos e sessenta e um reais e vinte e sete centavos), referente às taxas condominiais da tabela de fls. 12, bem como das taxas condominiais comprovadamente vencidas no decorrer do processo, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização (23/04/2019).

ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610391-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDA: Máurea do Perpétuo Socorro da Costa Ralph - Direcional Engenharia S/A - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando os Réus solidariamente ao pagamento do valor de R$ 6.551,92 (seis mil, quinhentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), referente às taxas condominiais da tabela de fls. 22, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização (23/04/19), sendo R$ 3.327,94 (três mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) referentes as taxas de 2014 para a DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, e R$ 3.223,98 (três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos), referentes as taxas posteriores ao termo de entrega da chave para MAUREA DO P. SOCORRO.

ADV: PAULO ALVES DA SILVA NETO (OAB 12368/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610935-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Abelardo Silva de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0611315-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Libia Prado Ximenes - REQUERIDO: Abm - Brasil Associação Beneficente Mutua Assistencial do Brasil - Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. DETERMINO a exclusão do polo passiva da demanda da empresa AMB - Brasil Associação.

ADV: VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0611810-94.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cristiane Rodrigues Cezario - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) DETERMINAR à Secretária o envio de ofício SEAD para que cesse os descontos realizados pelo Réu no contracheque da Autora a título de "BMG Cartão"; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0612658-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joed Silva de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DETERMINAR ao Réu que até a instalação de hidrômetro no imóvel do Autor emita faturas com faturamento mínimo do consumo (10 m³), sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança indevida; b) DETERMINAR ao Réu que atribua as faturas de setembro/2017 a maio/2018 e seguintes vencidas no decorrer do processo o valor referente ao mínimo do consumo (10 m³), devendo o valor total do débito ser dividido em tantas parcelas quanto forem as faturas cobradas indevidamente a serem incluídas em faturas futuras, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada cobrança fora deste parâmetro; c) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 452,54 (quatrocentos e cinquenta

e dois reais e cinquenta e quatro centavos), a título de repetição de indébito, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; d) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento.

ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM), ADV: MARIA SOCORRO DE SOUSA PEREIRA (OAB 6616/AM) - Processo 0613185-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ilair Cristina Carvalho de Assunção - REQUERIDO: A.m. da S Rodrigues & Cia Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0613353-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katiana Silva Nogueira Reis - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda, no que respeita à indenização pelo dano moral, para condenar o Réu ao pagamento de verba indenizatória que fixo em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), incidindo-se correção monetária oficial e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do arbitramento, conforme apregoa a Súmula 362, do Superior Tribunal de Justiça.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0614375-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDA: Suzane Oliveira da Silva - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de cobrança, condenando o Réu ao pagamento do valor de R$ 6.052,84 (seis mil e cinquenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), referente às taxas condominiais da tabela de fls. 12, bem como das taxas condominiais comprovadamente vencidas no decorrer do processo, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da última atualização (24/05/2019).

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0614486-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonardo Mesquita da Silva Viana - REQUERIDO: Centro Universitário do Norte - Uninorte - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0615738-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lotário Karnopp - Raimunda Mesquita Karnopp - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR inexigível a fatura com vencimento em 24 de maio de 2019, cabendo ao Réu revisá-la para excluir a cobrança de multa e indenização por conserto, permanecendo somente o faturamento do consumo; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls.18.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0615776-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria de Holanda Barroncas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE o pedido, proferindo sentença com resolução do mérito ex vi do art. 487, I, do CPC.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0616419-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Ivan Veras do Nascimento - REQUERIDO: Cond. Residencial Parque dos Rios Iv - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0616935-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Guilherme Martins Simões da Silva - Aida Ruiz Martins - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e o fato nos seguintes termos: a) CONDENAR a ré ao pagamento do valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), a título de danos materiais, incindindo-se juros moratórios a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do desembolso, qual seja, 29 de janeiro de 2018; b) CONDENAR a ré ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a cada autor, incidindo-se juros de mora a contar da data da citação e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento, à inteligência da Súmula 362, do STJ. Isenção de custas e honorários advocatícios à inteligência do que dita o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0616940-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Rocineide Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 1266A/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0617604-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: José Rosildo de Souza Oliveira - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0617664-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jucileide Nascimento de Lima - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada

a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0617732-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexsandra Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0617889-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilson Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Honda S/A - Centauros Motos Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617996-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Devanilda Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0618074-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Vivaldo Menezes Ribeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SANDRO MARTINS (OAB 124000/SP), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0618106-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marilza Cristina do Nascimento Dias - REQUERIDO: Brave Company Comercial e Importadora Ltda (Loja Diesel) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0618182-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Edizia de Souza Brandao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0620047-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeracina Gondim de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623030-89.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Arlete Mesquita de Alcântara - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido de obrigação de não fazer, determinando ao Réu que se abstenha de negativar o nome da Autora pelos débitos de fls. 15. JULGO IMPROCEDENTE os pedidos de inexistência de débito e de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0623596-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Nazare Cavalcante - REQUERIDO: Agiplan Financeira S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo 0623697-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Mary do Perpetuo Socorro dos Santos Nogueiro - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV:

LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0625387-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Vania Maria de Almeida Cavalcante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) DECLARAR a nulidade do contrato de cartão de crédito consignado, consequente, DECLARAR quitado qualquer débito dele decorrente ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 564,32 (quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos) e de todo valor comprovadamente descontado no curso do processo, a título de dano material, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar da citação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral, que fixo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Determinar à Secretária, que emita ofício à SEAD para baixa definitiva dos descontos realizados no contracheque da parte autor a título BMG Cartão, sem prejuízo da restituição de eventual desconto posterior.

Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB 1266A/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Érika Patrícia de Lucena Silva (OAB 5640/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Joselito Dórea Limeira Júnior (OAB 37892/BA)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Maria Socorro de Sousa Pereira (OAB 6616/AM)
Mario Ulysses da Silva Riker (OAB 10171/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Alves da Silva Neto (OAB 12368/AM)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Furtado Ayres (OAB 17380/DF)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo do Nascimento Nunes (OAB 8751/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Sabrina Bernadete Cavalcante da Silva (OAB 12593/AM)
Sandro Martins (OAB 124000/SP)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0194/2019

ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0202758-27.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Daniel Herbert Onofre Coelho - De ordem, intimo a parte exequente para tomar ciência da certidão de dívida juntada à fl. 71, bem como da inclusão do nome da devedora nos cadastros do Serasa (fl. 72), e dar impulso ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0202992-77.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Waldir Viana de Azevedo - EXECUTADO: CENTRO INTEGRADO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS - CIESA - Por todo o exposto, rejeito os Embargos de Declaração ora manejados ante a ausência de previsão legal para o seu cabimento perante decisões interlocutórias. Intime-se a parte Executada para promover o pagamento da multa da litigância de má-fé no prazo de 15 (quinze) dias, independente de requerimento da parte

Exequente. Em relação aos honorários advocatícios, a pretensão executiva deverá ser realizada nos moldes do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil. À Secretaria para prosseguimento da execução conforme determinação às fls. 262-264. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0206138-58.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Ricardo de Aragão Lima - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600359-23.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, expeça-se alvará referente ao valor incontroverso depositado pela requerida (fls. 219). Diante do requerimento do Exequente às fls. 222/223, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia remanescente, no valor de R$ 5.819,08, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal,prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601053-60.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: ANA NERY VIANA CARDOSO - De ordem, intimo a parte autora para se manifestar acerca da proposta formulada pela parte requerida (fls. 355), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601103-86.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: NET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO S. A. - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0601154-63.2017.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa) - De ordem, intimo a parte requerente para tomar ciência do resultado da pesquisa realizada junto ao sistema Siel (fls. 121), e dar impulso ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601231-38.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Milena Serrão Lopes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S.a - Telefonia Móvel Celular -stfc - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0601482-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Taiane Evelin Santos de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls 118-141 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0601492-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: V.S.G. - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0601617-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jhonatan Bastos de Lima - REQUERIDO: C & A Modas Ltda. - Analisando os argumentos da inicial e da defesa, a audiência de instrução e julgamento se faz indispensável, ante a necessidade de dilação probatória para dirimir o caso concreto. Assim, designo o dia 14/11/2019 às 11:30h para realização de Audiência de Instrução e Julgamento, oportunidade que serão ouvidas pessoalmente as partes e testemunhas em número máximo de 03 (três). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM) - Processo 0601760-28.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elaine da Silva Coelho - De ordem, intimo a parte autora para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre a certidão juntada nos autos. Ultrapassado o prazo, os autos serão arquivados.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0601774-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kleberson da Silva Oliveira - REQUERIDO: Ns2.com Internet S.a. (netshoes) - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0601916-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Felisbela Gomes Barreto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 9708A/MT) - Processo 0602228-60.2014.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Diante do requerimento do Exequente às fls. 147, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia no valor de R$ 1.175,42, com as devidas atualizações, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602369-74.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosiane Silva de Oliveira - Analisando a petição de fls. 188/192, contato que a parte requerente pleiteia a restituição de valores que foram descontados em seu contracheque após a propositura desta demanda. Ocorre que tal período não foi objeto de análise do caso dos autos. Logo, a eventual restituição destes valores devem ser pleiteadas em uma nova demanda. Desta forma, intime-se o requerente para que refaça seus cálculos, em conformidade com as diretrizes estipuladas no acórdão de fls. 182/183, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP) - Processo 0602479-05.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucyana de Souza Oliveira - REQUERIDO: Itau Seguros S/A - Itaú Unibanco S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no

prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM) - Processo 0602504-52.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Milena Gonçalves Taveira - As pesquisas nos sistemas Bacenjud e Renajud não lograram êxito (fls. 78/81). De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603128-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 240/242, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 21.577,51, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0603230-94.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Douver Peixoto Mendes - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 364), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0603249-32.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - LITSPASSIV: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Diante do requerimento do Exequente às fls. 397/398, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.989,85, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: SUELLEN BOTELHO MARQUES (OAB 12872/AM) - Processo 0603841-59.2015.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JORGE SANTANA DA SILVA - REQUERIDO: CONSTRUTORA CAPITAL ROSSI - CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S.A. - ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$22.507,20, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0604266-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - REQUERIDO: E.a.c. Reboucas Calcados -Me (Sonho de Luxo) - De ordem, INTIMO a parte Requerente para corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, prazo legal de 15 (quinze) dias, visto que na petição de fls.31/32 está insuficiente, falta informar o número do estabelecimento.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0604268-44.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Casimiro Santos de Castro Neto - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 376), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604327-95.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 302/308, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 2.586,28, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal,prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604429-20.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Julio Cesar Miranda Souza, - Analisando a petição de fls. 315/348, constato que a parte requerente pleiteia a restituição de valores que foram descontados em seu contracheque após a propositura desta demanda. Ocorre que tal período não foi objeto de análise do caso dos autos. Logo, a eventual restituição destes valores devem ser pleiteadas em uma nova demanda. Desta forma, intime-se o requerente para que refaça seus cálculos, em conformidade com as diretrizes estipuladas no acórdão de fls. 309/310, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604925-15.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 530/535, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605170-60.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosimar Servilha da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: REGIANE ARAÚJO DA SILVA MELO (OAB 10757/AM) - Processo 0605905-59.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leonor Santana Carvalho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar os dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento." Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0606097-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Melqui Sedequi dos Santos - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606164-88.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adady dos Santos Carvalho - Analisando a petição de fls. 225/255, constato que a parte requerente pleiteia a restituição de valores que foram descontados em seu contracheque após a propositura desta demanda. Ocorre que tal período não foi objeto de análise do caso dos autos. Logo, a eventual restituição destes valores deve ser pleiteada em uma nova demanda. Desta forma, intime-se o requerente para que refaça seus cálculos, em conformidade com as diretrizes estipuladas no acórdão de fls. 217/220, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM) - Processo 0606219-39.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Soraya

Gouveia de Meneses - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Exequente/Executado intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF, CNPJ), necessários à efetivação do pagamento por meio de Alvará Eletrônico, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se-lhe o valor incontroverso.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0606259-21.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Raimunda Ribeiro Cavalcante - De ordem, intimo a parte requerente para tomar ciência do resultado das pesquisas realizadas nos sistemas Renajud e Infojud (fls. 130/153), bem como da inclusão do sócio da empresa executada nos cadastros do Serasa (fl. 156), e dar impulso ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606358-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvanira Liberato Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0606462-17.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilene dos Santos Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Homologo por sentença, com eficácia de título executivo, a transação celebrada entre as partes (fls. 54/55). Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários advocatícios (Lei referida, art. 54). P.R.I

ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM) - Processo 0606569-61.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANA CRISTINA TRINDADE REIS - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósito realizado (fls. 65), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0606591-22.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: CILENE PINHEIRO CAMPOS - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 460/494, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS (OAB 11863/AM) - Processo 0606657-94.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Maria Dirce Batista Medeiros - Cite-se o devedor para, no prazo de (03) três dias úteis, pagar o débito no valor apresentado na inicial - acrescido de atualização monetária, se houver - ou nomear bens à penhora. Decorrido o prazo sem pagamento ou nomeação de bens, retorno ao Oficial de Justiça para penhora e avaliação e intimação para audiência de conciliação pautada para o dia 12/11/2019 às 08:45h, oportunidade em que o executado poderá apresentar embargos à execução, nos termos do art. 53, § 1º, da lei 9.099/95. Intime-se o exequente/credor. Cumpra-se.

ADV: NAYRA HESTHEFANY DE SOUZA DIAS (OAB 12873/AM) - Processo 0606683-92.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Suely Mesquita Mendonça - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606739-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elisângela Cavalcante Rego - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0606741-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helena de Fatima de Matos Felgueira - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606742-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Conceicao Bentes Monteiro Costa - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606750-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Manoel Bernardo de Miranda - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606783-52.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 341/437, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 15.867,52, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606788-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ozanide de Souza Costa - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0606792-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilene Lopes dos Santos - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0606853-69.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Claro S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0606891-76.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gracilene Sales da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606901-28.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 248/254, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 5.797,59, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0606910-82.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francilene dos Santos Barros - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0606944-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Narciso dos Passos Freitas - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM) - Processo 0606960-45.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Marques - REQUERIDO: Asatur Viagens e Turismo Ltda - Indefiro o pedido de fls.76, ante a impossibilidade de realizar o julgamento antecipado da lide sem que haja, primeiramente, a realização de audiência conciliatória. Isso porque, no procedimento dos Juizados Especiais, a realização de audiência e o comparecimento pessoal das partes é obrigatória. Assim, mantenho a audiência de conciliação designada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0606986-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jonelma Souza Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607002-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jefferson da Silva Freitas - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607005-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tayane Barbosa da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM) - Processo 0607007-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Soares de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607016-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Josias Siqueira Muniz Junior - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607018-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Janete da Silva Freitas - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0607047-64.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0607048-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alremilson Ferreira Clarindo - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0607066-70.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607075-32.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adimilson Menezes Praxedes Matos - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607084-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vania Rosa da Rocha - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607087-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cezar Paulo Albuquerque da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607089-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Antonia Nascimento dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0607093-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE:

Jannder Limma Soares - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607105-67.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria das Graças Silva dos Santos - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0607116-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andre Guimaraes Andreza Xavier - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607127-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sebastião Salustiano de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0607131-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sebastiao Furtado da Silva - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607134-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Damiao Mendes da Rocha - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: JOSIAS DA SILVA MAURÍCIO (OAB 3859/AM) - Processo 0607137-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Josias da Silva Maurício - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607144-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Raimunda Ferreira - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607146-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Regilane Queiroz Lima - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607149-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Thaywanderson Souza Costa - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607156-78.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Romualdo da Silveira Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ÍTALO NASCIMENTO NISHIYAMA (OAB 8996/AM) - Processo 0607159-33.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Walesk Kathuscia Gomes de Almeida - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0607161-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Diego Klismann Menezes Couto - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607170-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Marlene Negreiros Vieira - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: PATRICK PORTELA DA SILVA (OAB 14219/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0607177-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eduardo Edson de Melo Borges - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0607180-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Celestino Goncalves dos Santos - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: LARISSA GONÇALVES DE SOUZA LEMOS (OAB 14434/AM) - Processo 0607182-76.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Sidney da Rocha Firmino - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM) - Processo 0607192-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Pedro Nogueira da Costa - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607226-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Riomar Rodrigues de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607227-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Almeida Teixeira - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 10:00h para

a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0607341-53.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raideson Rodrigues de Aquino - De ordem, INTIMO a parte requerente para se manifestar acerca da petição da parte requerida (fls. 160-162 e 171-174), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WELLINGTON MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 9317/AM) - Processo 0607358-60.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Ediney Lopes da Silva - Em petição de fls. 107/108, o exequente requer a citação do sócio da empresa executada por via editalícia. Indefiro o pedido do exequente. Explico. Muito embora a citação por edital seja possível no microssistema dos juizados especiais cíveis, conforme orientação contida no enunciado 37 do Fonaje, tal modalidade de comunicação só é possível em ação de execução de título executivo extrajudicial, o que não é o caso dos autos. Noutro giro, indefiro o pedido de inclusão do nome do sócio da executada nos cadastros do Serasa, via Serasajud, posto que o mesmo precisa ser previamente citado para quitar voluntariamente o débito. Desta forma, concedo prazo de 10 (dias) para a parte dar impulso ao processo, requerendo o que achar de direito. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM) - Processo 0607613-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maclaudio Leal da Costa - REQUERIDA: Cileide Moussallem Rodrigues - C.m. Rodrigues Comunicação Me (Portal Cm7) - Vejotudo.com - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$2.000,00, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES (OAB 98709/SP), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0607806-33.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jefferson Wagner Bezerra de Santana - REQUERIDO: W. G. Eletro S/A City Lar - Brastemp Whirlpool Eletrodomésticos Am S.a. - Diante do requerimento do Exequente às fls. 200, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 698,12, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608512-79.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Maria Antonia Gomes de Andrade - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fls. 251), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608921-21.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 147/153, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 12.334,38, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0608935-39.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 213/215, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 3.811,96, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0609103-07.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Angela Bernardo da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 166/167), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609793-70.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 137/139, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 3.584,47, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0610527-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Amadeu Henrique de Souza - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fls. 167 e 176), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610601-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 100/101, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 1.973,26, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0610868-47.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 132/134, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 14.612,90, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613725-66.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 202/203, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 15.073,13, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0614097-15.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisco Medeus Ferreira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem,

intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0614637-15.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: PAULO DA SILVA CABETE - EXECUTADO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. A fim de garante a atividade satisfativa da decisão, defiro deste já a exclusão da negativação em nome do Autor por meio do sistema SerasaJUD. Determino ainda à Secretaria deste Juízo que envie ofício ao SPC para que realize a exclusão do registro negativo em nome do Autor, relativo ao débito apontado na presente demanda. Isento de custas e honorários advocatícios, ex vi do art. 55 da Lei n. 9.099/95, salvo recurso. Após o trânsito em julgado, converta-se em pagamento a quantia depositada às fls. 197 e expeça-se o respectivo alvará em favor do credor, ora embargado, no valor de R$15.000,00 (quinze mil reais). Ademais, satisfeita a obrigação pela parte Executada, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0617278-73.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 405/408, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 4.948,88, nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618440-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio Nunes Coelho - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diego Ramon de Menezes Lucas (OAB 11863/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Farrel Rêgo Nogueira (OAB 8047/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ítalo Nascimento Nishiyama (OAB 8996/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
Josias da Silva Maurício (OAB 3859/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Gonçalves de Souza Lemos (OAB 14434/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco André Honda Flores (OAB 9708A/MT)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB 12873/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrick Portela da Silva (OAB 14219/AM)
Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB 98709/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Regiane Araújo da Silva Melo (OAB 10757/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suellen Botelho Marques (OAB 12872/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Wellington Martins do Nascimento (OAB 9317/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: RENATA DE LIMA LIRA (OAB 798A/AM) - Processo 0600035-11.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Injúria - VÍTIMAFATO: Lycia Laryssa Vasconcelos dos Santos - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 11:00h, do dia 30/09/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600035-11.2019.8.04.0016, REDESIGNADA de Ordem da MMª. Juíza de Direito, instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Injúria e Vias de Fato. Ficando na sua responsabilidade intimar sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Renata de Lima Lira (OAB 798A/AM)

19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BRENO FERREIRA MORAIZ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: DÉBORAH SIMÕES BRITO (OAB 13773/AM) - Processo 0601350-62.2019.8.04.0020 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Fabiola de Medonça Pinto - Instrução e Julgamento Data: 08/10/2019 Hora 09:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0621880-47.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Roubo - AUTORAFATO: Pamela Matias da Silva - Priscila Matias da Silva - Erik Cesar de Souza e outro - Preliminar - Transação Penal Data: 01/10/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 2 Situacão: Pendente

Déborah Simões Brito (OAB 13773/AM)

Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)

Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusão de Acórdãos 2
Intimações 6
SEÇÃO III 6
CÂMARAS REUNIDAS 6
Conclusões de Acórdãos 6
Intimação 12
SEÇÃO IV 13
CÂMARAS ISOLADAS 13
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 13
Conclusões de Acórdãos 18
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 60
Intimação 60
Julgamento Virtual 60
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 62
Conclusão de Acórdãos 62
Despachos 66
Decisões 68
Pauta de Julgamento Designado 69
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 70
Intimações 70
Decisões 70
Pauta de Julgamento Virtual 71
Julgamento Virtual 71
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 73
Intimações 73
Decisões 73
Pauta de Julgamento Virtual 74
SEÇÃO VI 74
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 74
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 74
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 79
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 89
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 91
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 104
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 113
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 117
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 117
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 124
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 129
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 140
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 146
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 160
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 163
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 173
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 184
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 193
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 195
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 204
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 205
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 213
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 214
2ª VARA CRIMINAL 216
5ª VARA CRIMINAL 217
7ª VARA CRIMINAL 218
8ª VARA CRIMINAL 221
10ª VARA CRIMINAL 222
11ª VARA CRIMINAL 223
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 223
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 235
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 240
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 252
AUDITORIA MILITAR 255
1ª VARA DE FAMÍLIA 256
4ª VARA DE FAMÍLIA 259
5ª VARA DE FAMÍLIA 265
6ª VARA DE FAMÍLIA 272
7ª VARA DE FAMÍLIA 294
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 304
1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 307
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 327
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 327
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 328
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 328
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 329
SEÇÃO VII 332
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 332
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 332
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 333
SEÇÃO VIII 341
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 341
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 341
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 350
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 357
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 358
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 365
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 366
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 370
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 384
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 384
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 388
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 388
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 398
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 406
19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 406